

Série 5.^a ★

B R A S I L I A N A
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

★ Vol. 235

ALFREDO ELLIS JUNIOR

Prof. Catedrático de História da Civilização Brasileira
da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
Membro da Academia Paulista de Letras.

Capítulos da História Social de S. Paulo



981
5023
235
15

1944

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

S. Paulo — Rio — Recife — Bahia — Porto Alegre

ÍNDICE

Pródromos	5
CAPS.	
I — O índio	7
II — Portugal dos Borgonha, dos Aviz e dos Bragança	10
III — A descoberta	25
IV — Seleções sociais e patológicas na Iberia	28
V — Sociogenia planaltina	56
VI — A família paulista	83
VII — O povoador e o morador	123
VIII — Psicologia do morador	141
IX — Evolução intelectual planaltina	185
X — O pau-brasil	187
XI — O açúcar	188
XII — Martim Afonso de Sousa	192
XIII — João Ramalho	209
XIV — Tibiriçá e Piratininga	213
XV — Santo André da Borda do Campo	215
XVI — Governo Geral	218
XVII — Os jesuitas	220
XVIII — As capitánias	222
XIX — Democracia	225

CAPS.

XX — A fundação de São Paulo	228
XXI — Franceses	231
XXII — Ataque a S. Paulo	236
XXIII — Ainda o governo geral	238
XXIV — Dominio espanhol	244
XXV — Organização municipal	258
XXVI — Ouro paulistano	270
XXVII — Luta contra os jesuitas	274
XXVIII — Holanda	280
XXIX — Nicolau Barreto	288
XXX — Economia rural planaltina	293
XXXI — A policultura paulista	300
XXXII — Pródromos do Guairá	304
XXXIII — O bandeirismo	315
XXXIV — A bandeira	360
XXXV — A caça ao índio e a lei	366
XXXVI — O negro no bandeirismo	374
XXXVII — A economia colonial e o negro	379
XXXVIII — Ainda a luta contra os jesuitas	407
XXXIX — Manoel Preto	422
XL — O fim do bandeirismo de apresamento	426
XLI — Ainda o fim do bandeirismo de apresamento ...	433
XLII — Pastoreio	438
XLIII — Entradas e bandeiras	450
XLIV — A expansão paulista	452
XLV — Antonio Raposo Távares	459
XLVI — Luiz Pedroso de Barros	465
XLVII — Ainda a governança geral	472
XLVIII — Aclamação de Amador Bueno	483
XLIX — Pires e Camargos	502

CAPS.

L — Fernão Dias	509
LI — D. Rodrigo de Castelo Branco	513
LII — Colônia do Sacramento	516
LIII — Pródromos dos descobrimentos auríferos	522
LIV — O ouro nas Gerais	529
LV — Consequencias	538
LVI — Demografia	553
LVII — Paralelos	555
Bibliografia	567

PRÓDROMOS

A região piratiningana está situada em um planalto de cerca de 400 a 800 metros sobre o nível do mar, o que lhe ameniza o clima tropical, dando-lhe uma situação geográfica sobre Capricornio distante apenas 23.º do Equador.

Mas o principal característico climático do planalto não é essa posição de inferioridade temperatural, face aos demais pontos brasileiros, situados, quasi todos, em um litoral muito úmido, ou a uma distancia menor do Equador. A nota primordial do clima planaltino, não estando no seu regime de baixas temperaturas, se distingue pelas amplitudes termométricas, ou diferenças acentuadas entre máximas e mínimas, diferenças essas que têm lugar não só de estação para estação, como de mês para mês, de dia para dia e até de hora para hora. (Ellis, *Evolução econômica paulista e suas causas*; Cia. Editora Nacional, Serie Brasiliana).

Esse regime climático, constituindo uma ilha isolada na imensidão luso-americana, deveria, por força, atuar no organismo dos seres que fossem submetidos à sua ação. Seria natural que essa conformação telúrica especial modelasse os seres orgânicos que fossem moldados nessa forma, dando-lhes uma morfologia também especial e diferente da que marcava os contornos dos habitantes do litoral e do norte. Essa ação moldadora deveria fazer-se sentir não só no concernente ao físico, como ao moral, ao intelectual e ao fisiológico dos moradores planaltinos. Isso fez não só que eles se tornassem sob esses aspectos diferentes dos mais lusos-americanos, como mais eficientes, pois é sabido que as alternancias termométricas desenvolvem a atividade e a ação. (Huntington, *Climate and Civilisation*). Creio que nisso reside a causa de serem os planaltinos mais providos de efi-

ciencia que os outros habitantes desta face do continente sul-americano, tendo evidenciado essa eficiencia no decorrer da historia mais que quattrissecular da América portuguesa.

Esse regime de alternativas termométricas é devido à intermitencia com que sopram o noroeste, quente e ressequido, que vindo do centro sul americano percorre as regiões desidratadas e quentes de Mato Grosso, e o vento sul, frio e úmido vindo do polo, através da Patagonia e do Pampa argentino.

Alem dessa situação privilegiada do planalto de Piratininga quanto a causas operando diretamente na constituição física, moral, fisiológica e intelectual, há a constatar a ação indireta do clima, ~~que~~ selecionadoramente, isto é eliminando os individuos menos aptos, os que não se comportavam bem na nova mesologia, o que mais se acentuava porque esse elementos mais frageis ficavam eliminados da reprodução, não se perpetuando também as suas estirpes. Com isso o grupo humano de serra acima ficava, não só diferenciado de seus vizinhos, como também depurado de seus elementos mais fracos em relação ao regime climático. (Ellis; *Primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*, Cia. Editora Nacional, Série Brasileira).

As demais configurações constituidoras do meio físico planaltino também teriam agido assim:

Diretamente, modificando o povoador e o morador nas suas constituições físicas, morais, fisiológicas, intelectuais, etc, no sentido de os adaptar aos moldes planaltinos;

Indiretamente, eliminando drasticamente do convívio e da reprodução os individuos mais rígidos e imodificaveis, os menos plásticos, etc., de modo que o grupo humano planaltino se foi depurando e tornando-se, através das gerações cada vez mais moldado de conformidade com as linhas em que se havia perfilado o meio físico planaltino.

CAPÍTULO I

O ÍNDIO

O indígena existente no planalto era o Guainá, nação tupí-guaraní, gente do mesmo "stock" linguístico que o das demais tribus sul-americanas.

Eram seres humanos formados de diversas estirpes raciais, das quais destaco a mongólica que lhes emprestou a cor e a fisionomia e a negróide que lhes atenuou a braquicefalia e aumentou algures a estatura; bem como a que chamo de proto-dolicomorfa americana, representada pelos primitivos homens dos sambaquís.

E' possível que outras origens tenham tido não pequena monta na formação do indígena. Talvez uma origem, polinésica, malaia ou mediterrânea seja esclarecida, de modo ainda insuspeitavel. E' possível que, com o correr das idades, novas achegas se estabeleçam no sentido de melhor ficar esclarecida a origem do homem americano, mas o que se pode afirmar desde já é: a) grande antiguidade do índio na América; b) sua fisionomia mais ou menos mongólica, desde o círculo polar ártico até à Patagonia; c) sua cor mais ou menos escura; d) sua mais ou menos acentuada braquicefalia, que se faz notar na razão inversa das latitudes geográficas; e) a enorme dissemelhança de seus idiomas; f) a imensa heterogeneidade morfológica, o que faz certa a sua diversidade de origens.

Entretanto, o que todos os habitantes primitivos da América apresentavam era falta de defesa orgânica contra todas as molestias adventicias à América. A esse respeito a sua fragilidade era confrangedora. O aspecto atual do americano é doloroso.

Pequenino, a sumir numa basta, negra e lisa cabeleira, raquítico, corroído pela malária, amarelecido e anemiado pela anquilostomíase, chagado pelas endemias, sente-se nele não o "*Homem devorado pela terra*" do grande Euclides, mas sim o homem comido pelo microbio, tornado mais voraz pela falta de resistencia orgânica contra essa serie de seres patológicos alienígenas, que o indio desconhecia e contra os quais, portanto, não se adaptara a segregar anti-corpos.

Teria sido o guainá das priscas eras quinhentistas o ser depreciado e franzino que hoje nos confrange, como o indio moderno em geral? Não temos elementos para julgar, mas penso que o elemento humano americano, em geral, não seria, nesses tempos longinquos do berço vicentino, muito apreciavel, sob o ponto de vista genérico de eficiencia, se ele vivia em uma guerra constante contra os obstáculos tremendos e repetidos que uma natureza ferrea e inclemente lhe antepunha. Assim fatigado e depauperado pelas intemperies e pelas arestas vivas de uma vida madrasta nas selvas de um continente opulentissimo em organismos inimigos do homem, onde tudo desfila majesticamente em cenario grandioso, o indiô não podia ser um apolineo e eficiente parceiro no pareo da cimentação dos alicerces de nossa terra.

Não temos dele nada que nos testemunhe uma pureza escultural de linhas físicas, morais, intellectuais, fisiológicas, etc. Todo o nosso julgamento sobre esse nosso remoto antepassado se baseia em hipóteses e estas não nos desvendam um quadro muito lisonjeiro. E' por isso que fazemos do indio uma representação em que ele não se destaca muito pela eugenia.

E' possivel que em regiões como as do Paraná e do Paraguai para o sul, como em alguns pontos de Mato Grosso, o "stock" humano aborigena fosse melhor, com gente mais forte e bela. Acredito porem que, em regra, o homem americano não fosse um soberbo animal castiço, magnífico representante do gênero humano.

Em materia de fecundidade tambem o indio não deveria ter tido um índice elevado, com o que a familia natural indígena não seria muito volumosa. Desconhecendo de modo absoluto a domesticação de animais e de modo bem relativo a agricultura, o indio não tinha o sentimento de previdencia nem o de economia. Era nômade caçador, pescador ou extrator, de modo que não pensava em acumular alimento, para quando não o tivesse. Ora, como o aumento da população, ensina-nos a demografia, está sempre na razão direta da alimentação, temos que a população indígena era pequena, dispersa pelo nomadismo e rala porque, vivendo da caça, de pesca ou da extração, só em grande area poderia alimentar-se, pois a caça, a pesca e o que a natureza oferece para ser extraido pelo homem, não são cousas muito densas, que possam alimentar grande número de pessoas por alqueire de terra.

Sob o ponto de vista de civilização e de selvageria acreditado que os habitantes do planalto seriam idênticos aos mais indígenas. Estariam no mesmo estagio de bruteza, mais endurecida pelo meio agreste rudíssimo em que viviam; eram os mesmos costumes, os mesmos ritos, os mesmos hábitos, o mesmo modo rústico de tratar com os europeus, etc.

CAPÍTULO II

PORTUGAL DOS BORGONHA, DOS AVIZ E DOS BRAGANÇA

Em 1140 teve início a monarquia portuguesa, destacada do reino de Castela, Leão e Galiza, com Afonso Henriques de Borgonha, filho do conde Henrique de Borgonha, que se havia casado com D. Teresa, filha de Afonso VI de Castela, Leão e Galiza. Depois de derrotar as tropas de D. Teresa na batalha de São Mamede (1128), Afonso Henriques venceu os muçulmanos na batalha de Ourique (1139), após o que transformou o velho condado portugalense no reino das quinas, que a partir de então iria brilhar no céu da cristandade.

Ao cabo de nove monarcas a dinastia extinguiu-se, quando a filha de D. Fernando, o Formoso, e de D. Leonor Teles, a infanta D. Beatriz, se casou com o rei de Castela. Este, julgando-se com direito sobre Portugal e tendo a seu favor a aristocracia portuguesa, invadiu Portugal mas foi batido pelo Mestre de Aviz, que se pusera à frente do povo, na famosa batalha de Aljubarrota (1385).

A velha aristocracia portuguesa, que havia conquistado os seus lauréis e a sua fidalguia graças à seleção do esforço, da bravura, da temeridade, do valor nos fossados, nos prelios etc., lutava a arma branca em que predominava o musculo, pendia para os castelhanos.

O povo, porem, e a burguesia, da qual saíam os ricos mercadores do Oriente e os navegadores renomados bem como os conquistadores famosos dentre os quais iriam ser recrutados os da nova aristocracia que se constituia, formava ao lado do Mestre de Aviz, o soberbo vulto patricio que, graças ao seu valor no prelio de maravilhosa memoria, impediu que a união hispânica fosse realizada para

o Ocidente português, em vez de o ser, como o foi, pelo futuro casamento entre Isabel de Castela com Fernando de Aragão, para o Oriente catalão.

Com esse esplêndido monarca que foi D. João I, o Mestre de Aviz, teve principio a casa de Aviz.

Graças ao casamento do Mestre com D. Filipa de Lancaster, filha de João Gaunt, que auxiliou os portugueses em Aljubarrota repetindo ai a tática que tão bons resultados dera aos ingleses em Crecy e Poitiers, essa dinastia se perpetuou em D. Duarte que em 1433 subiu ao trono, com a morte de seu pai.

D. Duarte reinou apenas cinco anos, pois em 1438 ascendeu à suprema governança Afonso V, o Africano, seu filho, primo irmão do famoso Carlos, o Temerario, duque de Borgonha, também neto de D. João I de Aviz, por sua mãe a princesa D. Isabel, a infanta de cabelos cor de fogo.

Afonso V reinou até 1481. Durante o seu reinado, faleceu (1460) seu tio, o infante D. Henrique, o Navegador, que havia iniciado o grande movimento desvendador dos misterios do "mar tenebroso".

A seguir a esse monarca, que quasi foi vitorioso na batalha de Toro, que o faria senhor de toda a Iberia, reinou seu filho D. João II, astucioso, que tinha dias em que agia como coruja e dias como falcão, isto é, havia ocasiões em que procedia com astucia nas trevas e outras em que o proceder com violencia se impunha. Eis o verdadeiro modelo do "Príncipe", se Machiavel tivesse conhecido melhor a sua vida que a de Cesar Borgia, o expoente típico dos governantes dessa época soturna em que a Renascença já tinha surgido na Italia e apenas madrugava na Iberia. O verdadeiro inventor dessa norma de governar não foi o filho de Alexandre VI, pois era regra entre os despotas dessa era tenebrosa, em que imperavam as tofanas, etc.

D. João II acolheu em Portugal os judeus que a cegueira fanática de Fernando, o Católico, expulsava da Es-

panha. Compreendia o proveito que essa gente, que representava um grande capital para a Iberia, poderia representar para Portugal.

Infelizmente esse monarca morreu em 1495, passando a coroa portuguesa para seu primo D. Manuel, porquanto D. João II não havia deixado descendentes.

D. Manuel se casara com D. Isabel de Castela, filha dos reis catolicos e irmã de D. Joana, a Louca, que se casara com Filipe, o Belo (filho de Maximiliano de Habsburgo e de Maria de Borgonha, esta filha de Carlos, o Temerario). Por imposição da noiva, D. Manuel, em 1495, expulsou os judeus de Portugal, medida odiosa e prejudicial, porque esses judeus expulsos iriam fazer a grandeza da Holanda, onde se refugiaram levando as grandes riquezas que possuíam.

D. Manuel assistiu, em seu venturoso reinado, não só à descoberta do caminho do Oriente, com a magnífica viagem de Vasco da Gama, como ainda à do Brasil com a sabida e estafada frota de Cabral.

Muito naturalmente o rei português, entretido com o seu prodigioso commercio com a India, não podia cuidar do Brasil, região desprovida não só de civilização como de população que pudesse consumir os productos que o commercio português oferecia. Por outro lado, Portugal não podia auferir do Brasil grandes quantidades de materias primas, mesmo porque o Brasil só produzia o pau famoso, proprio para tinturaria. Nesse tempo já D. Manuel estava casado com sua cunhada, a infanta D. Maria de Castela, irmã de sua primeira esposa, D. Isabel, que havia falecido, e filha, como ela, de Fernando e Isabel, os reis católicos.

Foi nesse justificado descaso pelo Brasil que, em 1521, faleceu D. Manuel, subindo ao trono seu filho D. João III, nascido em 1502, do segundo matrimonio de D. Manuel.

D. João III, poucos anos depois de assumir a governança de Portugal, casou-se com D. Catarina de Habsbur-

go, sua prima, filha de Filipe, o Belo, de Habsburgo e de Joana, a Louca, irmã portanto de Carlos V.

Até 1530 D. João III esforçou-se junto à Santa Sé no sentido de ser estabelecida a Inquisição em Portugal; realizado o seu desejo, D. João III, que já percebia a decadência da Índia com todo o miraculoso Oriente, voltou os olhos para o Brasil, até então disputado pelos franceses, ávidos de pau-brasil.

Foi com o desenrolar dos sucessos de seu reino que D. João III teve o apelido de "Colonizador"

Em dezembro de 1530 fez partir, à frente da primeira expedição de colonização, seu companheiro de infância, Martim Afonso de Sousa, que com seu irmão Pero Lopes de Sousa trouxe para São Vicente o primeiro núcleo de povoadores lusos e que foi a semente primeira lançada com ousadia nas selvas do Novo Mundo.

Logo a seguir, a conselho de Diogo de Gouveia, um português ilustre na corte de Francisco I de França, o rei colonizador dividiu o Brasil em capitânicas hereditárias.

Era, sem dúvida, a instituição de um regime legal administrativo, condizente com o estado de disparidade dos ambientes físicos e com a falta de comunicações entre essas partes de uma região imensa.

D. João III não se contentou com essas demonstrações de grande interesse pelo Brasil, pois, verificando que o regime das capitânicas hereditárias era por demais descentralizador, o que no momento não convinha, afim de serem os inimigos internos e externos combatidos com o concurso de todos, criou o Governo Geral, que deveria desempenhar a função de centro coordenador. Para isso D. João III enviou, em 1549, uma grande expedição colonizadora, comandada por Tomé de Souza, a qual, graças ao auxílio de Caramurú, pôde estabelecer-se no centro, na capitania da Baía que a Coroa havia comprado aos herdeiros de Francisco Pereira Coutinho.

Infelizmente esse rei colonizador faleceu em 1557, contando 55 anos de idade.

Portugal ficava em situação lamentável com a morte de D. João III, o monarca que, nos seus 36 anos de governo, vira a grandeza, a opulencia de seu país e a decadencia dos negocios do rebrilhante Oriente se refletirem dolorosamente sobre a nação que então sofria a vertiginosa descida para o báratro infundavel (1).

Tendo em 1554 falecido, aos 14 anos de idade, seu filho, deixou D. João III o reino entregue a uma regencia exercida pela sua viuva a rainha D. Catarina, em nome de seu neto D. Sebastião, filho do falecido infante D. João e da infanta D. Joana de Castela, irmã do rei Felipe II, desse país.

D. Sebastião era produto de estreitissima consanguinidade; esta, quando verificada entre individuos perfeitos, serve para fixar a perfeição, mas, entre seres imperfeitos, traz geralmente resultados maléficis, porque as taras são multiplicaveis. Infelizmente D. Sebastião era um caso destes. Em

(1) Paulo Prado, o inclito homem de letras conterrâneo, acha que a decadencia portuguesa começou antes desse periodo, e que o planalto, só não recebeu o seu deprimente contagio, pelo isolamento em que vivia. ("*Paulistica*", 14).

De fato, tem razão em parte o eminente Paulo Prado. O caminho do Mar, deficientissimo sulco na floresta e na serra paranapiacabana deixava isolado o nucleo humano — planaltino, livre de ser contaminado com os elementos que causavam a depressão no litoral e nas colonias do norte do Brasil.

Eu acho que o douto escritor do "*Paulistica*" errou em querer atribuir o estado depressivo litoraneo e nordestino à decadencia portuguesa do seculo XVI.

Esta, de fato teve lugar, mas não deveria ter influido causalmente no "arranhar do litoral" brasileiro.

A teoria de Moritz Wagner está certa, penso eu; a applicação dela é que não me parece bem ajustada.

A gente planaltina, de fato, pelo seu isolamento, escapou às influencias depressoras de fora. Esse fora, porem é que, eu penso não teria' sido na Metropole lusa. Acho que essas influencias maleficas eram oriundas do litoral e não de Alem Mar, onde a decadencia só se concretizou no fim do século XVI.

geral as dinastias começam com indivíduos valorosos e eugênicos. À medida, porém, que as gerações se vão sucedendo, vão elas descendo na escala biológica e acabam na mais completa degenerescência e mais abjeta das degradações.

D. Sebastião não podia escapar a esta regra. Era, pois, um tarado congênito. Além disto, fora educado pelos jesuítas, os irmãos Gonçalves da Câmara, que no espírito mórbido do jovem monarca inocularam o vírus de um fanatismo doentio e de uma religiosidade nevropata. Com as redes do poder, D. Sebastião deu-se pressa em acometer os mulçumanos na África.

O que foi a desastrosa jornada de Alcacer-Quibir é da História de Portugal e escapa aos nossos moldes. Em todo o caso foi o túmulo da nação lusitana, selecionando drástica e impiedosamente os melhores elementos portugueses.

A gente lusa que já vinha descendo pela ladeira íngreme da decadência, ao sofrer o desastre de Alcacer-Quibir, perdeu aí os seus expoentes mais eugênicos, os seus elementos mais vigorosos, a fina flor de sua gente, a mais com-

O litoral em razão do seu clima é que deprimia. Os núcleos humanos situados nesse litoral é que eram paradisiacamente deprimidos.

Até hoje, eles o são. Vejam-se os "caixaras"! Não só os litoraneos vicentinos assim o eram, como os das mais capitâneas que possuíam faixa litorânea. O planalto paulista, bem isolado dessa mesologia depressiva, escapava a essa escura situação.

O isolamento do planalto era muito mais sensível em relação a esse litoral abraçado do que em relação a metrópole portuguesa, da qual sempre recebia um gotejar contínuo de uma imigração ininterrupta constatada por Pedro Taques e por Silva Leme.

É assim que, só em parte divirjo de Paulo Prado.

Isolamento planaltino, houve. O caminho do Mar, péssimo agente de ligação entre o planalto e o litoral, fez com que, pouco penetrasse em terras paulistas de arriba serra, dos que estavam engolfados na fornalha litorânea que até hoje podemos observar.

A metrópole decadente nunca deixou de nos mandar gente.

Se sofremos a decadência no século XVIII, foi em razão de outras causas.

bativa, a nata de sua aristocracia. Foi uma verdadeira seleção regressiva a sofrida pela velha Lusitania.

Dai o decurso longo do dominio espanhol sem que houvesse uma só tentativa seria de revolta. A gente portuguesa estava privada dos seus expoentes mais valorosos; apenas o pior elemento havia ficado, elemento incapaz de combater, despido de espirito aventureiro, e que, ás agruras proporcionadas pelos areais mogrebianos e pelo esgrimir mortífero com os infiéis de Marrocos, preferiu os confortos das lazeiras portuguesas junto aos saios das mães ou jalecos dos papás, nas quintas e aldeias do Tejo, nas charnecas do Minho ou nas serranias da Estremadura e da Beira.

Sem essa gente insofrida e combativa que havia morrido sob o ferro inclemente do agareno de Molei Moluco, Portugal não reagira e ficara como um cadáver sessenta anos, sob o dominio espanhol, até 1640.

O que houve no decurso desses sessenta anos é do relato de outros capitulos deste trabalho.

Até 1598 reinou Filipe II, o "demonio do sul". Nessa data seu filho Filipe III subiu ao trono e então os negocios da península foram entregues ao Conde de Denia. Esse monarca deu inicio à Guerra dos 30 anos, sem embargo de que sua filha Anna d'Austria fosse rainha de França, casada com Luiz XIII e sua nora, a princesa Elisabete, casada com o príncipe herdeiro, fosse tambem francesa, filha de Henrique IV e irmã de Luiz XIII. Filipe III reinou até 1621, quando, ao falecer, as monarquias peninsulares passaram a ser governadas por Filipe IV que, pouco ativo como todo Habsburgo espanhol, deixou os negocios dos reinos entregues ao conde-duque de Olivares.

Em 1640, quando a Espanha ainda estava envolvida com a Guerra dos 30 anos, Portugal, por fim, saiu da modorra e da inercia em que a falta de seus melhores homens o tinha mergulhado desde a fatídica batalha de Alcacer-Quibir. Eis a restauração operada com a aclamação do duque de Bragança. Esse movimento, ainda que levado a efeito com o

auxilio dos jesuitas, que muito fizeram pela causa de Portugal, talvez pelo anti-jesuitismo dos monarcas espanhóis, e contra uma nação empolgada na Guerra dos 30 anos tendo como adversaria a França, foi, não ha que duvidar. uma reação ideológica cheia da mais cristalina beleza. Solidificou-se agora em Portugal, com Rodrigues Cavalheiro e outros, um movimento no sentido de rehabilitar o pusilânime D. João IV, VIII e IX duque de Bragança, ainda que à custa da firmeza varonil de D. Luiza de Gusman, aquela que preferia morrer rainha a viver duquesa. Confesso prefiro manter-me na velha opinião sobre a invalidez moral do duque de Bragança e a fortaleza espartana da filha de Medina Sidonia. D. João IV foi mantido no trono pela espada de Matias de Albuquerque, o conde de Alegrete, que venceu os espanhóis na refrega de Montijo.

Faleceu o novo monarca em 1656, deixando seus filhos ainda menores, sendo que o herdeiro da coroa era D. Afonso VI, que ficou sob a regencia de D. Luiza, visto haver morrido o filho mais velho, D. Teodosio.

Afonso VI, que mais tarde se casou com D. Maria Francisca da Sabóia, foi um monarca debochado, tendo herdado tambem a fraquesa paterna. Logo estourou o escandalo. Maria Francisca que já se havia tornado amante de seu cunhado Pedro, proclamou que não obstante ser casada com Afonso VI, este era impotente, a ponto de não ter conseguido consumir o casamento. Com esta alegação conseguiu a anulação de seu casamento com D. Afonso VI, casando-se com o irmão, D. Pedro.

A terceira filha de D. João IV, a infanta D. Catarina, muito piedosa e puritana, a esse tempo já casada com o rei da Inglaterra, Carlos II, que havia restaurado a casa dos Stuart, protestou veementemente contra a injustiça de que julgava vítima Afonso VI, mas não impediu que este em 1667 fosse deposto pelo irmão D. Pedro II, sendo internado (2).

(2) Afonso VI morreu em 1681.

D. Pedro II reinou até 1706. Foi durante o seu reinado que o Brasil teve a fortuna de desvendar o misterio de seu sub solo. Foi tambem durante o governo desse monarca que Portugal assinou o famoso tratado de Methuen de tantas consequencias não só para o Brasil e Portugal como para a civilização em geral.

Os tesouros auríferos brasileiros produziram cerca de 170 milhões de £ £. segundo calculam os especialistas (Roberto Simonsen, loc. cit.). Desse total a Inglaterra beneficiou-se com cerca de 100 milhões. Creio que não exagero em pensar que 60% do total do ouro minerado no Brasil tenha ido para a Inglaterra.

Graças a isto, puderam os ingleses mecanizar a sua industria com invenções varias, tais como a máquina a vapor, a fiação e a tecelagem, o coque metalúrgico e outras cousas mais que vieram aperfeiçoar e baratear a produção.

A seguir ao falecimento de D. Pedro II subiu ao trono D. João V, seu filho, o "Fidelissimo", título adquirido em Roma por intermedio de Alexandre de Gusmão, o grande estadista paulista que serviu a governação de D. João V.

Antes de falecer D. João V, em 1750, graças ao mesmo Alexandre de Gusmão celebrou-se o tratado de Madrid, pelo qual ficaram consolidadas as fronteiras brasileiras com o recuo da linha tordesilhana, de acordo com a expansão bandeirante, concretizando-se o *uti possidetis*, principio que fez triplicar a area territorial brasileira levando-a até aos contrafortes andinos.

D. José I foi o substituto de seu pai D. João V. Com o novo monarca começou a brilhar um novo astro no céu lusitano. Foi o famoso Sebastião José de Carvalho, conde de Oeiras e marquês de Pombal. Durante o reinado de D. José foram quatro os acontecimentos mais importantes: 1.º) O terremoto de Lisboa em 1755, sendo a cidade metropolitana reedificada à custa do ouro brasileiro; 2.º) a expulsão dos jesuitas em 1759; 3.º) a luta e o esmagamento da aristocracia portuguesa; 4.º) a revogação do tratado de

Madrid, com a volta ao meridiano demarcador e com o tratado de El Pardo em 1763.

D. José I morreu em 1777, seguindo-se-lhe no trono sua filha D. Maria I, que se havia casado com seu tio D. Pedro. Com D. Maria verificou-se a reação da nobreza esmagada contra o marquês de Pombal. Foi revogado o tratado de El Pardo e restaurado o *uti possidetis* pelo tratado de Santo Ildefonso, que tem a data de 1777.

D. Maria I, porem, foi muito infeliz. Perdeu o marido e depois o filho, o infante D. José, que deveria suceder-lhe na coroa. Com esses golpes perdeu a razão e foi-lhe imposta uma Regencia, exercida pelo seu segundo filho, o príncipe D. João.

Este, à frente da corte, em novembro de 1807 embarcou com 15.000 fidalgos fugindo dos soldados de Junot, chegando ao Rio de Janeiro nos primórdios do ano seguinte. Só em 1815 o Brasil foi elevado à categoria de Reino unido com Portugal e Algarves. Veio a falecer D. Maria no ano seguinte, sendo o príncipe regente coroado com o nome de D. João VI. Este reinou dez anos, pois faleceu em 1826.

Em 1820 teve D. João os seus poderes absolutos cerceados pela revolução vitoriosa que convocou a Assembléa constituinte, a qual se reuniu em Lisboa em 1822 e que fez D. João VI voltar para Portugal em 1821.

No ano seguinte o Brasil desligou-se de Portugal pelo laço político, pois a ele ainda está preso pelos laços afetivos e linguístico, além do parentesco existente entre os dois países.

FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE PORTUGUESA

Pode-se afirmar que Portugal, ainda no berço, sob o cetro da dinastia de Borgonha, atravessou a sua idade heróica, essa época medieval em que o feudalismo, o músculo e a arma branca, o esforço individual e o denôdo nos prêlios imperavam, formando as suas camadas sociais, estrati-

ficadas de acôrdo com o evoluir da epopéia da Reconquista peninsular, que foi uma luta heróica, militar e religiosa do Evangelho contra o Corão, da Cruz contra o Crescente, da espada contra o iatagã, do elmo contra o albornoz, etc. Cérebros acanhados servidos por generosos corações e musculos poderosos, empenharam-se, com ardor fanático, pela vitória da Cruz contra o Crescente.

Coincidindo com o fim da Reconquista, com o término da dinastia de Borgonha e com o da Idade Média, surgem dois novos fatores que orientam a evolução histórica portuguesa por sendas absolutamente desconhecidas.

E' a caravela emparelhada com a pólvora. Aquela, com a bússola, dilata os horizontes da civilização levando-a à África e à América, através do Atlântico e colocando a Índia em comunicação com o Ocidente, através do Índico. Esta, pondo termo ao feudalismo medieval, por um mecanismo facilimo de avaliar, teve como acontecimento concomitante a substituição da extinta família dos Borgonhas, pela dos Aviz e, no mundo em geral, pelo aparecimento da Renascença, fenómeno fulgurante da História da Civilização, causada pelo lustre que o papel e a imprensa deram ao intellecto humano.

No tempo dos monarcas Borgonhas, Portugal não possuía ainda nacionalidade perfeitamente destacada na imensidão hispânica, da qual éra a parte occidental. (8). Os atri-

(3) A prova de que com os monarcas Borgonhas ainda não havia em Portugal um espirito nítido de nacionalidade está que, em 1383, ao falecer D. Fernando, o Formoso, muitos aristocratas portugueses tomaram o partido da infanta D. Beatriz, casada com o estrangeiro D. João I de Castella, a qual aclamaram em Badajoz. Isso significava a perda da independência nacional por parte de Portugal que seria engulido por Castela.

Esse espirito apoucado de nacionalismo foi depois, em 1385, confirmado por essa aristocracia feudal que, em Aljubarrota, tomou arduosamente armas pelo castelhano, contra o Mestre que representava o espirito nacional português que vinha de nascer naquela estrepitosa e fulgurante jornada, em que o caça-

butos particularistas, que mais tarde haveriam de destacá-lo no mundo espanhol, ainda não se haviam acentuado com nitidez. (4).

Sua religião, seus costumes, sua estirpe racial, ainda eram os mesmos que os de Espanha. O fator geográfico não o distinguia numa unidade bem delimitada por acidentes bem marcados e de transposição difícil. Portugal não se localizava em uma região destacada. Apenas os seus rios terminavam no Atlântico, em seu território, depois de haverem nascido na Espanha. O clima se diferenciava ligeiramente do espanhol por ser mais quente e marítimo, enquanto que o da Espanha éra continental e de altitude.

Apenas o seu idioma diversificava e paulatinamente evoluia para uma independência completa, mas ainda não havia recebido o batismo de uma literatura própria. Isso tudo iria acontecer com os monarcas Aviz que, se empenhando na maravilhosa epopéia das descobertas marítimas, iriam dar alma, idealismo, vida e mentalidade à pátria portuguesa que só então nascia.

Só então, Portugal, com a evolução de sua velha mentalidade agrícola-religiosa-guerreira-continental para mercantil-marítima-utilitária, havia, também, transformado os alicerces morais e intelectuais de seu povo. (5).

mento do povo português com a burguezia se marcava a sangue nos anais da história ibérica. (Astrogildo Rodrigues de Mello, "O comércio europeu nos séculos XV e XVI e o florescimento de Espanha e Portugal", Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, n. XX).

(4) Então não havia ainda a idéia de pátria. Esta só teve origem com o fim do feudalismo, (Astrogildo Rodrigues de Mello "O comércio europeu nos séculos XV e XVI e o florescimento de Espanha e Portugal", Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, n.º XX) com a formação centralizada das várias nações européias.

(5) Então, durante os monarcas Borgonhas, a aristocracia se formou pela seleção que obedecia rigorosamente o critério da eficiência, do rigor, do heroísmo, nas pugnas que se sucediam

Então, se não havia laço de solidariedade nacional, o que prendia a gente portuguesa? Era mais uma solidariedade pessoal para com o monarca que reinava, não como o expoente máximo de um Estado constituído, não como o índice de suma potência de uma comunidade estreitamente ligada por laços varios, mas como chefe de um bando, um senhor feudal mais poderoso, um capitão de navio pirata, etc.

Mais tarde, em pleno domínio da dinastia Aviz, foi a literatura portuguesa que adquiriu especial pujança no quinhentismo, com poetas épicos como Camões e prosadores magníficos como João de Barros, quasi todos tomando a nova epopéia portuguesa nos mares como motivo para as suas produções.

Isso teria dado tal solidez à nacionalidade lusa; isso teria de tal modo enrijecido o espírito nacional português que êle soube manter-se como um cristal inassimilado durante os 60 anos de domínio espanhol, sem que pudesse ser homogeneizado na imensidão hispânica, como o foram as Castellas, Leão, Asturias, Galliza, a Andaluzía, etc.

ardorosas naquele período belicoso da história ibérica. Quando a Idade Média tinha fim sucedendo-lhe a Renascença; quando a pólvora pôs termo à cavalaria e ao feudalismo; quando as descobertas marítimas e o novo caminho para o Oriente abriram novos horizontes para o comércio luso; a velha aristocracia formada pela seleção guerreira entrou em declínio, com a formação de uma outra aristocracia que obedecia ao critério de rigorosa seleção econômica. A velha burguezia enriquecida no comércio com o Oriente escalou o alto plano social da aristocracia e aí foi intersticialmente substituir os elementos da velha nobreza tombados para a inferioridade. Isso coincidiu com a nova dinastia dos Aviz.

É preciso que se tenha em lembrança que toda estratificação social obedece a um processo seletivo qualquer. Na primeira dinastia portuguesa, a dos Borgonhas, a seleção que imperou na estratificação social foi a guerreira. Na segunda dinastia portuguesa, a dos Aviz, a seleção que presidiu a estratificação social foi a mercantil-plutocrática. No povoamento da América portuguesa o processo seletivo foi o da adaptação às condições da nova mesologia.

Sim, porque, se suprimissemos de Portugal êsse século áureo para a sua fulgurante literatura, se fizéssemos abstracção de sua magna epopéia oriental e das navegações e comércio com êsse mundo novo, Portugal, por certo, não teria resistido ao meio século de domínio espanhol.

A primeira dinastia pois, que reinou em Portugal, não conseguiu formar um estado com o seu espirito nacional (6) (7). Ele tinha ainda vibrante aquele idealismo religioso da Idade Média que empolgou todo o ocidente, abstraindo o povo, as lutas, etc. de qualquer idéia nacional. Não éra um idealismo próprio de Portugal, mas éra um sentimento comum a toda a gente que cercava o reino. Não éra um objetivo próprio português, o alimentado pelo reino, mas éra sim um fim comum a todos os occidentais.

O objetivo próprio só naseu com os monarcas Aviz que tiraram Portugal dessa fanática Idade Média, empolgando-o no comércio com o Oriente e na epopéia das des-

(6) Portugal que era uma monarquia agraria, durante a primeira dinastia, transformou-se em estado comercial e marítimo, com os Aviz. "*O Mundo que o Portugal criou*", 21, Gilberto Freyre.

(7) Eu sou de opinião, como já disse, que Portugal só teve inicio como Estado Nacional, com a dinastia de Aviz, depois de Aljubarrota.

Eu bem sei que, com essa doutrina, contrario a grande maioria dos historiadores portugueses, sintetizados por Gonçalves Vianna, no seu "*Afonso Henriques*".

Aliás não estou isolado na ordem de idéias que esposo.

Muito antes que eu assim pensasse, já o brilhante Oliveira Martins assim ensinava, na sua multi colorida "*Historia de Portugal*", I, 15, estabelecendo com firmeza que, antes de Aljubarrota, os monarcas portuguezes não eram expoentes de uma nacionalidade, mas sim proprietarios de um dominio senhorial, que se destacava de Leão.

A nacionalidade portugueza só se definiu, só se realçou, quando o povo começou a ter interesse proprio. Só então, um objetivo nítido de toda uma população se destacou desassombadamente do resto da Espanha, ainda agricola e continental.

cobertas marítimas. Só então Portugal teve alma e endureceu o seu carácter nacional ao contacto morno com as estrofes de Camões, as Décadas de João de Barros, os morriões de Albuquerque, as velas de Vasco da Gama, com "o fumo das Índias" dos mercadores da Rua Nova.

De fato, a alma portuguesa, essa aspiração coletiva, essa mentalidade comum, êsse objetivo de todos, só teve realidade com os monarcas Aviz, quando Portugal se precipitou na corrida pelos mares, atrás da quiméra oriental, no propósito de ser o herdeiro do monopólio mercantil que a pirataria otomana havia feito cair das mãos de Genova e de Veneza.

Quando os Aviz impuzeram ao povo português, pelo infante Dom Henrique, o fundador da Escola de Sagres, o objetivo do oriente, dando a êste um ideal de aventura nos mares desconhecidos e mercantil nos empórios orientais, fundiu-se destacada a nacionalidade lusitana que até então estivera confundida na imensidão hispânica, a rezar sombriamente nas umbrosas páginas do Evangelho, pelo qual lutava, couraçada e luzente, em prélios ardidos, contra o Corão, nessa maravilhosa epopéia da Reconquista.

Ora, isso só se deu quando o Estado português deixou de objetivar esses fins, para lobrigar nos mares outros propósitos, os quais consistiam no commercio com o Oriente, etc.

Ora isso, só à dinastia de Aviz coube dar a Portugal.

Antes os portugueses eram um bando de propriedade dos monarcas Borgonhas, que os faziam caminhar paralelamente com as gentes de Leão, de Castela, de Aragão, etc.. Todos pertencendo a mesma estirpe étnica, falando idiomas quasi iguais, tendo por interesses apenas o cultivo dos campos, não se diferenciavam, senão que uns seguiam os policromicos pendões dos monarcas leonêses, castelhanos ou aragonêses, etc., e outros galopavam nas mesnadas fanaticas dos Borgonhas afonstmos.

Quando porem, os objetivos economicos se desligaram, e esse movimento descentrico coincidiu com outros paralelos que afastavam os idiomas e os costumes, os selando com literatura, e com epopéias proprias, as nacionalidades se discriminaram e Portugal constituiu um grupo nacional bem nitidamente separado.

CAPITULO III

A DESCOBERTA

Não posso crer que o Brasil não fosse sabido antes de Cabral.

Não que me convença muito a carta de Pero Vaz de Caminha ou a do físico Mestre João! Pesa mais em meu raciocínio o argumento baseado na bula *Inter coetera*, que Alexandre VI, o papa Borgia, decretou em 1493. De fato, por que haveria Portugal de D. João II, o Príncipe Perfeito, de se revoltar contra a linha das 100 leguas a oeste do Cabo Verde, fazendo com que, sob ameaça de guerra à Espanha, essas 100 leguas, que determinavam uma linha que cortava o Atlântico, mais ou menos no rochedo São Pedro e São Paulo, se transformassem nas 370 que o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 por Portugal e Espanha, sem interferência de terceiros, fazia passar entre Belem do Pará e Laguna em Santa Catarina? Sim, por que esse interesse de Portugal em aumentar o seu quinhão na América?

Por que esse interesse ansioso de D. João II, o qual punha em perigo as terras da Índia, ainda cobiçadas ardentemente por Portugal, pois até então não havia ainda Vasco da Gama descoberto o novo caminho para a Índia pelo sul da África?

É claro que esse interesse tão extremado, à ponto de Portugal ameaçar a poderosa Espanha com uma virulenta guerra, baseava em que Portugal já sabia da existência do Brasil, embora pensasse que o mesmo era uma ilha. Porventura não foi isso que nos relatou o célebre Duarte Pacheco Pereira, no seu *De esmeraldo situ-orbis*?

A expedição de Cabral poderia ser destinada a outros objetivos, e inteiramente casual o seu achado. Não deveria

ter sido se não casual, mesmo, uma expedição de 13 navios, para descobrir uma terra. Para isso bastaria apenas um navio. Não era preciso tanto aparato. Mas isso não é antagonico ao fato de Portugal já conhecer a existencia do Brasil. Esta tese é segura e se estriba na bula *Inter Coetera* a ponto de me parecer bem consolidada (Calógeras, *Politica Exterior do Imperio*, vol. I).

Logo a seguir ao descobrimento, Américo Vespuccio, o famoso italiano que deu nome à América, juntamente com André Gonçalves e seus três navios, perlongou a costa brasileira, dando nome aos acidentes geográficos.

Entre os muitos denominados pelo cosmógrafo, temos a assinalar o nome dado a São Vicente, pelo fato de haver sido esse ponto geográfico atingido, pela armada de André Gonçalves e Américo Vespuccio, no dia que a religião católica consagra a São Vicente, isto é, o dia 22 de janeiro. Essa expedição havia dado a denominação de Rio de Janeiro a Guanabara, por ter chegado a esse ponto em primeiro de janeiro. A 22 chegou a São Vicente.

Então o burgo litoreano desse nome teria essa designação desde esse primordio quinhentista! E' o que se afigura! Com isso ter-se-ia iniciado o agrupamento de palhoças, que tomou esse nome e que só em 1532, com a vinda de Martim Afonso, teve incremento e recebeu o pelourinho.

* * *

O litoral vicentino esteve praticamente abandonado, como, de resto, o Brasil em geral. Em outro tópico deste trabalho, ao se tratar de Martim Afonso, estudo essa questão do abandono em que ficou o Brasil.

Por ora me contento em dizer que São Vicente não passou nesses primeiros anos de um refugio de naufragos, e talvez de uns poucos degredados. Haviam-se aproximado dos aborígenes, mas mantinham contacto com a gente portu-

guesa, através do tráfico de escravos índios que realizavam. Eram eles: Francisco de Chaves Cosme Fernandes, Gonçalo da Costa, João Ramalho, Antonio Rodrigues e outros.

Vivia essa gente apoucada do apresamento de índios que vendiam para Lisboa, vindo buscá-los ali navios portugueses.

Por ai teriam passado as expedições de Cristovão Pires em 1511, Estevão de Fróis em 1512, Nuno Manuel e Cristovão de Haro em 1513, Luiz de Gusmão, Juan Dias de Solis em 1515, Fernando de Magalhães em 1519, Jean de Parmentier, D. Rodrigo de Acuña, Garcia Jofre de Loaysa, Diogo Garcia, Sebastião Caboto em 1525 e outros.

Nessa solidão São Vicente teria recebido a noticia do passamento de D. Manuel em 1521, a do casamento de D. João III em 1523 com a infanta Catarina de Castela, irmã de Carlos V e a da convenção de Saragoça em 1529, e por ele teriam passado tonitroantes as correrias de Cristovão Jaques.

Quando teria aportado a esse burgo-covil, João Ramalho, essa figura enigmática do nosso passado? E' o que deve constituir um capítulo especial, de que trataremos depois.

CAPÍTULO IV

SELEÇÕES SOCIAIS E PATOLÓGICAS NA IBERIA

GÊNESE DO POVOAMENTO

Vivendo em estado rudimentar e selvagem o animal só se submete à força da seleção natural, de efeitos tão surpreendentes, que levaram o velho Darwin a estabelecer, sobre ela, todo o seu sistema de transformismo.

O homem, conquanto não fuja à influencia seccionadora do meio físico, está mais sob o imperio das seleções sociais, isto é, do meio social, por si mesmo criado.

Estas seleções, porem, decorrentes das diversas e muito complexas condições da vida humana em sociedade, variam de raça para raça; de modo que, cada uma reage diferentemente sobre o meio social e este atua tambem diversamente sobre uma ou outra raça. O estudo dessas reações complexas, do meio social e da raça, constitue a antropossociologia.

Tentaremos analisar o povoador ibérico sob o ponto de vista antropossociológico, para depois experimentar aplicar esta ciencia ao planalto paulista na sua evolução histórica.

* * *

Em Portugal, o meio social, por ocasião da colonização do planalto, havia sofrido uma rápida evolução, determinada pelos varios acontecimentos históricos, frutos paralelos da evolução da raça, tais como o período aureo da navegação, conquista da India, etc., acontecimentos paralelos aos que a Espanha, de Fernando e Isabel a Filipe II, igualmente atravessou com a descoberta e conquista da América; o fana-

tismo religioso, advento e reação à Reforma religiosa, expulsão dos judeus, etc.

Essas circunstancias, originadas da gente ibérica, agindo sobre o meio social e dele recebendo a influencia, atuaram da maneira mais sensível sobre o elemento que a Iberia teria de nos enviar a colonizar. Assim, para se poder estudar o povoamento, é preciso passar em revista o meio social peninsular no momento em que se deu o povoamento e a sua ação sobre os povoadores ibéricos.

Quando os reis católicos, no fim do quinhetismo, reuniam as coroas hispânicas em um só estado e o Príncipe Perfeito regia, com mão ferrea, os destinos da patria lusa, a península, aliás como todo o resto da Europa ocidental, achava-se apenas emergida da Idade Media, com todas as minucias dessas sociedades medievais, imperando no auge os sulcos profundos, delimitadores das classes sociais, os quais, como abismos insondáveis e intransponíveis, separavam e alargavam desmedidamente as distancias e os planos em que se achavam as camadas populares. De um lado, a aristocracia bordando os degraus do trono, com todos os seus preconceitos e prosapias, capeando uma origem mais que duvidosa naqueles cavaleiros primevos das guerras da reconquista peninsular, não sem passar por um emaranhado inextricável de galhos genealógicos, grande parte dos quais iam originar-se em bastardias e ligações adulterinas dos nobres e monarcas dos primeiros tempos neo-góticos, temperados, muitos, na mestiçagem candente com o sangue africano do fanático muçulmano e na mistura com judeus "ou outra qualquer infeta nação", da qual não escaparam nem mesmo as testas coroadas da orgulhosa dinastia de Aragão.

Abaixo dessa aristocracia de estrondo e de aparato, a burguezia pacífica, a par da qual se nivelaram os ricos secretarios de Moisés, menos afortunados, todavia, do que aqueles que à custa do ouro, que a ganancia ávida da sua estirpe acumulara, haviam conseguido galgar os degraus das mais elevadas camadas peninsulares, nelas penetrando por infil-

tração, injetando o sangue semítico nas veias dos mais afidalgados aristocratas, não deixando escapar nem mesmo as proprias familias reais, e galgando os mais altos postos da hierarquia eclesiástica.

Em plano ainda inferior a essa burguesia, estava a plebe, a massa bruta da população, onde os mais diversos povos, desde o germânico, o celta, o ibero, o fenicio, até o negro ebânico dos confins africanos, haviam caldeado o seu sangue, em uma inextricavel mistura étnica, evidenciada por uma diversidade imensa de tipos antropológicos. A miseria dessa população, perpetuada secularmente, obrigava-a sempre a viver nesse nivel de sotoplanura social, lugar comum dos mal nascidos, sem os ouropéis e a abastança da burguesia enfeitada, que por falta de linhagem de antepassados illustres não podia usar espada nem ginete.

A distancia que separava esses afidalgados filhos da fortuna, que um feliz nascimento depusera nos galarins da corte, à sombra amena de um brasão dourado, dos burgueses pachorrentos da rua Nova dos Mercadores e dos míseros vilões e rendeiros dos vastos dominios feudais, que tornava intransponiveis os planós em que se achavam essas camadas, não era, apesar de tudo, tão sensível quanto o espaço que se estendia incomensuravel, entre essa última gente citada e uma outra, quiçá de todas a mais numerosa, a qual os azares da vida haviam equiparado aos irracionais. Eram os escravos que então, nessa época longinqua, abundavam nas senzalas peninsulares. Mouros vencidos em guerra, filhos e netos desses desgraçados que a fatalidade levara à sujeição dos implacaveis nazarenos; negros comprados na Guiné pelos tripulantes dessas caravelas que D. Henrique, desde 1415, tentava fazer dobrar o Bojador, eram numerosos não só nos reinados de Fernando e Isabel como na côrte de Lisboa (Oliveira Martins).

Dessas classes sociais, a menos numerosa, sem dúvida, porem a mais brilhante e vistosa, cujos componentes se diziam convictamente tão nobres quanto o rei e cujas linhagens

extensas afirmavam entroncar-se com as dos monarcas ibéricos e destes nos cavaleiros hispânicos das primeiras eras remotíssimas da reconquista, era a classe dominante e de tudo a regedora.

Dela partiam todos os empreendimentos peninsulares. Fornecia elementos para todas as aventuras, todas as conquistas, todos os feitos em todos os capítulos de evolução histórica peninsular; só o vulto encouraçado de resplandecente e cinzelada armadura, coberto de variegados penachos esvoaçando por sobre os elmos pontegudos dos seus fidalgos, aparecia no palco dos acontecimentos. Só a espada rutilante desses aristocratas de longas barbas negras, nariz aquilino, olhos negros, fronte altiva, estatura gigantea, que Nuno Gonçalves nos representa nos seus painéis célebres, era chamada a vencer batalhas; só o cérebro dessa gente afortunada dirigia os destinos da Ibéria, só o pulso dessa aristocracia timoneava o barco das nações peninsulares, que docemente obedeciam, inclinando-se às menores oscilações do leme, quasi sempre grosseiramente dirigido.

Enquanto esse nucleo mínimo de privilegiados da sorte conduzia os destinos ibéricos, estarrecida jazia o restante da população, em suas ocupações, sem se interessar pelos acontecimentos: o burguês plácido, no seu comércio lucrativo, o plebeu nas terras a lavrar, dando os lucros aos senhores dos seus feudos e os servos sob o látego quotidiano. Com essa organização, é claro que a península sofresse as mesmas alterações que as seleções determinavam nas camadas aristocratas dirigentes. Se a degenerescencia e a nevropatia nelas atuavam com mais virulencia, em razão das influencias ancestrais acumuladas, a nave do estado tinha de enfrentar os horrores da borrasca, que tudo engulia.

Se, pelo contrario, a eugenia, inconcientemente determinava entre os dirigentes aristocratas, subia de índice, era de se entrever uma era de empreendimentos felizes, que traziam consequencias, de não pouca monta, para a coletividade em geral.

Por desgraça, entretanto, as causas que o cego destino fazia entrar para a orientação antropossociológica desses aristocratas, eram sempre de tal natureza, que em geral, tendo à frente as dinastias reinantes, se perpetuavam em estado de mórbida nevropatia e degenerescencia, de molde a sempre fazer a Península caminhar na senda tortuosa dos maus governos, sem jamais ter podido abeirar-se de uma prosperidade relativa. A razão disso era que, por tão diminutas em seus componentes, as aristocracias e principalmente as dinastias, sempre àquelas ligadas por laços de sangue, se viam estrangidas a se perpetuar no regime de estreita consanguinidade, de modo a se dar uma saturação recíproca de todos os elementos componentes da aristocracia e casas reinantes entre si, motivo que, aliado a outras causas originadoras de nevropatia e degenerescencia, tais como as seleções do poder e das riquezas (Jacoby, loc. cit.), às quais essas camadas sociais por força estavam sujeitas, deveria trazer esse acervo imenso de negras fatalidades, que acompanhavam a extinção de uma raça, tais como a imbecilidade, a idiotice, a senilidade, a inversão sexual, deboches desnaturais, etc., culminadas pela esterilidade. Por tais motivos, a Península vira enorme número de dinastias que nessas vias fatais caminhavam para uma extinção rapidíssima.

As aristocracias, estreitamente ligadas às casas reinantes, obedeciam às mesmas normas citadas, de maneira que essa gente, a quem estava entregue o bastão do mando, de todas as funções governativas, não podia deixar de outorgar ao Estado uma imensa serie de descabros, que se perpetuavam de geração em geração ⁽⁸⁾ ⁽⁹⁾.

(8) Portugal iniciou a sua monarquia com a dinastia dos Borgonhas.

Afonso Henriques, rebento de um feliz cruzamento de raças, deixou 7 filhos legítimos e 5 bastardos conhecidos.

Sancho I, seu filho, deixou 10 legítimos e 5 bastardos, todos mortos sem posteridade, com exceção de Afonso II, cujos 5 filhos foram estereis (entre estes o debochado tirano Sancho II, que foi en-

Ao lado dessa alta aristocracia e com ela entrelaçada, havia, porem, uma porção que, não sendo ligada às dinastias por laços de sangue nem tendo sido vítima dessa atração que a corte exerce sobre espíritos sugestionáveis, vivia segregada dessas funções governativas e palacianas da corte, ocupada mais nos misteres estrepitosos das armas, nas últimas arrancadas bélicas contra os muçulmanos, nas fronteiras sulinas dos reinos ibéricos.

Essa porção da aristocracia, pelo número de antepassados componentes de suas genealogias, muito fantasiosas, seja dito de passagem, não se podia equiparar aos altiplanos da grande fidalguia, pelo que constituia o que se podia chamar

xotado pelo povo), exceto Afonso III, a quem sucedeu D. Diniz, o Lavrador, que deixou como sucessor Afonso IV, inimigo de seus irmãos, filho rebelde e pai desnaturado, assassino de Inez de Castro. A degenerescencia da dinastia caminha agora a largos passos. Dos três filhos de Afonso IV, dois foram estereis e o terceiro, D. Pedro I, o Cruel, foi um louco positivo, feroz excêntrico e desenfreado; teve dos seus três casamentos seis filhos que esterilizaram a raça, a familia e a dinastia.

De sua amante Teresa Lourença da Galiza, teve, Pedro I, D. João, o Mestre d'Aviz, fundador da dinastia deste nome, o qual deixou 9 filhos, a maioria dos quais se foi extinguindo no fim de 2 ou 3 gerações. A nevropatia fazia a sua obra de devastação.

D. Duarte, filho de D. João I, teve 6 filhos, estereis, menos Afonso V, o Africano, que teve dois filhos, um delés esteril (Joana), outro, D. João II, energico, habil, mas de uma crueldade mórbida e assassina, onde um olhar perscrutador facilmente descobriria o virus patológico. Só teve um filho, que esterilizou o ramo, passando a coroa, por falta de sucessores na linha direta, a seu primo D. Manuel, o Venturoso, que dos seus três casamentos teve 11 filhos, oito dos quais esterilizaram a estirpe nas 1.^a e 2.^a gerações (entre estes D. João III) e os demais três esterilizaram-na em 4 ou cinco gerações, com o que a coroa passou aos Filipes de Espanha, descendentes do Venturoso, os quais por sua vez teriam de se extinguir, determinando o advento dos Bourbons franceses na Iberia.

(9) "C'est un fait bien connu que la durée des familles riches souveraines, nobles, ou bourgeoises, est assez limitée. On

nobreza mediana ou aristocracia media, a qual, mesmo nessas condições de inferioridade perante a grande aristocracia composta de duques, condes, etc., tinha contudo sobre a melhor burguesia uma superioridade grande e dela se separava por um grande desnivelamento de planos sociais.

Nessa nobreza mediana peninsular, do século XV, aflorava nessa ocasião um grande potencial de eugenia que, encontrando campo muito propicio para a sua expansão, iria determinar não pequenas consequencias no cenario da historia (10).

Essa afloração de eugenia se fazia sentir em Portugal desde os primórdios do século XV, talvez em consequencia de um atavismo hereditario, determinado por alguma seleção exercida nessa nobreza meã, oriunda de eugênicos antepassados peninsulares das épocas primeiras das guerras da reconquista.

Assim é que Portugal, sob o patrocínio do infante D. Henrique, já no principio desse século aureo iniciava o ciclo, pouco se fazendo esperar a Espanha que, com a união das coroas de Castela e Aragão, tambem fez o seu concurso pesar fortemente na balança.

De toda a península, porem, é inegavel que a Estremadura e a Andaluzia, na Espanha, o Alentejo, a Estremadura e o Algarves em Portugal, de muito primaram sobre as de-

admet qu'une durée de trois cents ans est exceptionnelle pour une famille noble. L'opinion est qu'elles s'éteignent au bout d'un temps de splendeur et d'une phase de degenerescence".

Lapouge, *Race et Milieu Social*, 244.

Jacoby, *Etudes sur la selection chez l'homme*. Galippe, *L'hérédité des stigmates de degenerescence des familles souveraines*.

Lapouge acredita que a degenerescencia das classes ricas provem de causas numerosas, entre as quais o abuso de alimentos, sobretudo de alimentação azotada, do vinho, do álcool, as doencas venereas, etc.

(10) Empregamos a expressão *eugenia* como significando fortaleza física, fisiológica e moral e não como beleza física ou intelectual, a qual poderia ter sido proporcional ou não.

mais regiões quanto à produção de indivíduos eugênicos, protagonistas dos grandes lances desse período aureo da hegemonia ibérica no mundo.

Foi a nobreza mediana peninsular, da parte sul, a criadora de todos os capítulos da grandeza hispânica nessa época (11).

-
- (11) Diaz de Solis da Estremadura (Lebrixa).
 Orellana, Estremadura.
 Soto, Estremadura.
 Francisco Pizarro, Estremadura.
 Gonçalo Pizarro, Estremadura.
 Hernando Pizarro, Estremadura.
 Valdivia, Estremadura.
 Pedro Alvarado, Estremadura.
 Afonso Alvarado, Estremadura.
 Nunez de Balboa, Andaluzia (Xerez).
 Herman Cortês, Estremadura (Medelin).
 Martim Alonso Pinzon, Andaluzia (Palos).
 Francisco Martim Pinzon, Andaluzia (Palos).
 Vicente Eanes Pinzon, Andaluzia (Palos).
 Francisco Nino, Andaluzia (Moguer).
 Pedro Alonso Nino, Andaluzia (Moguer).
 Diego de Lepe, Andaluzia (Huelva).
 Rodrigo de Bastidas, Andaluzia (Sevilha).
 Antonio de Alaminos, Andaluzia (Palos).
 Luque, Estremadura (Cordova).
 Antonio de Mendoza, Estremadura (Cordova).
 Gonçalo de Cordova, Estremadura (Cordova).
 Almagro, Castela a Nova ao sul (Ciudad Real).
 Alonso Sanchez — Andaluzia (Huelva) — (o verdadeiro descobridor da América segundo Las Casas, Garcilaso e Oviedo).
 D. João de Castro, Estremadura (Lisboa).
 Afonso de Albuquerque, Estremadura (Lisboa).
 Vasco da Gama, Estremadura (Lisboa).
 Estevão da Gama, Estremadura (Sinés).
 Cristovão da Gama, Estremadura (Sinés).
 Gil Eanes, Algarves (Lagos).
 Diniz Dias, Algarves (Lagos).
 Diogo Dias, Algarves (Lagos).
 Bartolomeu Dias, Algarves (Lagos).

Qual a razão de tantos elementos eugênicos se acumularem justamente ao sul da península?

A primeira vista, parece que a causa está na maior mestiçagem com o muçulmano em geral, árabes, bérberes, etc., os quais, havendo ocupado por muito mais tempo as regiões sulinas, aí deveriam ter feito sentir o seu influxo racial com mais intensidade do que no norte, de onde logo foram expulsos pelas armas dos monarcas hispânicos. Este fato, ao lado da maior vizinhança com o Mogreb africano, é natural que haja influido para a diferenciação da raça pela mestiçagem em maior escala na Granada, na Andaluzia e na Estremadura espanhola assim como no Algarves e no Alentejo portugueses, do que na Galiza, em Leão, nas Astúrias, na Navarra, no Minho, etc.

-
- Duarte Pacheco Pereira, Estremadura (Santarem).
 - Lourenço de Almeida, Estremadura (Abrantes).
 - Francisco de Almeida, Estremadura (Abrantes).
 - Francisco de Albuquerque, Estremadura (Lisboa) primo de Afonso.
 - Antonio de Noronha, Estremadura (Lisboa) sobrinho de Afonso Albuquerque.
 - Garcia de Noronha, Estremadura (Lisboa), sobrinho de Pedro de Albuquerque, Estremadura (Lisboa), sobrinho de Afonso de Albuquerque.
 - Vicente Sodré, Estremadura (Sinés), tio de Vasco da Gama.
 - Braz Sodré, Estremadura (Sinés), tio de Vasco da Gama.
 - Fernando Coutinho, Estremadura (Borba), heróico almirante.
 - Paulo da Gama, Estremadura (Sinés), irmão de Vasco.
 - Antonio Gonçalves, Algarves.
 - Diogo Lopes de Siqueira, Alentejo (Alandroal), filho de Lopo.
 - Lopo Vaz de Siqueira, Alentejo (Alandroal).
 - Vasqueanes Corte Real (Algarves).
 - Miguel Corte Real (Algarves).
 - Gaspar Corte Real (Algarves).

É, de fato, o tipo do ibérico sulino acusa acentuada diversidade determinada pela maior influencia do "homo atlanticus", do "homo arabicus" e do "homo afer".

Examinando-se, porem, com maior atenção, esse problema, conclue-se que, conquanto essa mestiçagem se haja produzido, não foi a causa de maior concentração de individuos eugênicos no sul da Península.

Quer parecer-nos que as guerras de reconquista, fazendo, paulatinamente, o dominio muçulmano recuar na direção norte para o sul, tinham forçosamente que opor, aos inimigos, um dique, no qual estivessem concentrados os melhores elementos ibéricos, os mais guerreiros, mais audazes, mais valentes, mais aventureiros, a fim de mover enérgica campanha aos servidores de Alá, oferecendo-lhes uma formidável barreira de peitos valorosos. Essa barreira, caminhando para o sul, à medida que os cristãos se iam assenhoreando do solo hispânico e a luta se ia localizando para o sul, vinha trazendo, no seu bojo, a gente mais eficiente por excelencia, de todas as regiões ibéricas.

Ora, por largo tempo, a fronteira com os muçulmanos estacionou na parte sulina da Iberia, o que fez com que os melhores elementos da península aí se fixassem e perpetuassem pela reprodução. Assim é que as regiões do norte, muito cedo libertadas do jugo dos adoradores de Mafoma, deixaram de ser a arena das lides e os campos de prélios, enviando para o sul os seus cavaleiros mais esforçados, a sua gente mais escolhida e a sua pionagem mais aguerrida e valente, para nessas paragens sulinas, com ardor, amparar a cruz contra o crescente. Por isso, o norte e o centro, privando-se dos seus contingentes eugênicos, sofreram, nos séculos que antecederam a época aurea da Península, intensa e secular seleção regressiva, enquanto que esses contingentes concentrados, fixando-se nas fronteiras austrais, em terras

conquistadas aos mouros, aí se reproduziam em estirpes que perpetuavam a eugenia herdada (12).

Estas teriam sido as causas determinadoras do grande potencial eugênico, atingido pelas Estremaduras, pelo Alentejo, pelo Algarves, pela Andaluzia, etc., quando, no século XV, as consequências destes fenômenos apontados iam projetar-se em cenário diferente, uma vez que as guerras da reconquista haviam terminado com a incorporação da Granada e êxodo para a África da última gente de Boabdil. O norte peninsular (a Galiza, a Navarra, o Minho, o Douro, a Castela Velha) e mesmo o centro (as Beiras, a Castela Nova, o Aragão, etc.), sangrando, por muitos séculos, da sua melhor gente, nessa fase heróica para o nome hispânico, tinham que representar papel bem secundário (13).

O pouco sucesso das expedições africanas de conquista de Ceuta, as quais demandavam o caminho do imperio do Preste João, nos tempos de D. João I, D. Duarte e até de D. Henrique, o infante de Neptuno, foi indubitavelmente o que provocou o inicio da conquista do "mar tenebroso", válvula de expansão da gente lusa cuja compressão já havia atingido o limite permitido pela estreita faixa territorial do reino.

(12) Vestígios desses estabelecimentos fronteiriços, no sul peninsular, ainda hoje são revelados pelas imensas ruínas, aliás recentes, dos castelos de Velez, em Almeiria, de Vilena, em Alicante, de Marchenilla, em Sevilha, de Zafra, em Badajoz, etc., todos do século XIV, ostentando, ainda, suas imponentes torres pardacentas, rendadas de seteiras e suas muralhas espessas, cavadas de barbacãs. Os castelos do norte são de data muito anterior e estão em ruínas muito mais adiantadas, evidenciando um despovoamento a favor dos do sul.

(13) Natural do norte peninsular, dos grandes nomes da epopéia peninsular de conquistas, descobrimentos e navegação só conseguimos encontrar Fernão de Magalhães, o circunavegador, que era transmontano; foi, porem, em Sevilha e com sevilhanos, que organizou a empreitada famosa, que o immortalizou e na qual entraram os seus cunhados Barbosas, João de Cartagena, Quezada, etc., todos sevilhanos (Oliveira Martins, *Portugal nos Mares*, 156).

Portugal, comprimido por Castela e por isso sem poder dar largas, para leste, à sua força expansionista acumulada e nada de proveitoso podendo conseguir na região marroquina de Ceuta, em cujas tentativas havia já perdido não poucos dos seus valorosos sustentáculos, atirou-se decididamente aos mares, pelo qual a sua gente tinha manifestos penhores. Partindo de Sagres, o movimento marítimo português viu, meio século após, a Espanha, de Cadiz, de Huelva, de San Lucar, de Palos, etc., seguir-lhe a esteira deixada por suas frageis caravelas, por entre os vagalhões revoltos do tempestuoso Atlântico.

Eis como a Península, com a sua gente mais eugênica, concentrada na sua parte sul, pelas necessidades da luta contra a mourama, dela se aproveitou para atirá-la aos mares em descobrimento de vastos continentes e conquista de fabulosos imperios.

* * *

A conquista dos mares e dos grandes imperios, para as coroas peninsulares, foi obra, pois, da sua nobreza mediana da parte sul.

E se esta classe trouxe para a Iberia não poucas consequências felizes, por demais conhecidas, muito caro foi o preço pago por estas aquisições, de maneira que a Península, com elas, viu empobrecer-se extraordinariamente, o seu cabedal de eugenia, em virtude de varias seleções determinadoras do exterminio, quasi completo, dessa nobreza mediana, as quais foram causadas pela epopéia das descobertas e conquista de mundos novos.

De fato, esses elementos eugênicos, embarcados no bojo das caravelas, em demanda dos reinos de Sofala, de Cananor, de Chochim e das Molucas, na conquista do longinquo Oriente ou em busca dos imperios de Montezuma e de Atualpa, nos quais se demoravam por larguíssimos anos, afastados dos seus lares, por força deixavam de se reproduzir, não os acompanhando, nas aventuras, as mulheres ibéricas.

Enquanto isso, só se perpetuavam os que, despidos de virtudes, não haviam sido atraídos pela ambição de riquezas, de emoções e de glórias. E essa gente que incorporou a Cruz de Malta, rubra em niveo campo, o imperio das Indias, essa turba que presenteou a Espanha com um mundo novo, esterilizou-se lamentavelmente, sem deixar descendencia que lhe continuasse os feitos memoraveis, ligados aos nomes illustres que aureolaram a Iberia de uma gloria imorredoura.

Assim é que o grande Afonso de Albuquerque só deixou um filho; D. João de Castro, o forte varão, só deixou três filhos que por sua vez não tiveram posteridade; Vasco da Gama deixou três filhos apenas, os Pizarro não deixaram posteridade, o mesmo acontecendo aos três Pinzon e aos dois Alvarados; Almagro só deixou um filho e Cortês, Balboa e Ojeda não tiveram nenhum, o mesmo acontecendo a Lepe.

Sem posteridade, esses sustentáculos imortais do nome hispânico, combalidos pelo esforço imenso, desenvolvido nessa monumental epopéia, tiveram de enfrentar os horrores das mesologias mortíferas das pestilentas margens do Ganges, do Indo, do Bramaputra, ou os que a tórrida natureza da América Central ou a desolante climatologia das antiplanuras andinas lhes ofereciam, aí consumindo os seus dias, atormentados, ainda, pelas lutas fratricidas, incessantes, entre os caudilhos conquistadores que se degladiavam em cruelíssima e infrene guerra.

Os que a tempo conseguiram escapar a essas exterminadoras circumstancias, puderam levar para o reino copiosas riquezas, adquiridas nessas regiões, enchendo as cortes deliciosas de Lisboa e de Madrid com o esplendor ofuscante do ouro de Potosí e das pedrarias do Pegú.

* * *

Eis, pois, como os reinos peninsulares, com essas circumstancias apontadas e em consequencia delas, antes de ini-

ciarem o povoamento do planalto vicentino, se achavam divididos nas varias camadas sociais referidas, estabelecidas em dois bem desnivelados planos, quanto à distribuição de riqueza.

Em um, estavam fidalgos e individuos que viviam nos degraus do trono, restos da velha nobreza do tempo dos reis borgonheses, ricos comerciantes enobrecidos e nobilitados, que se enriqueceram com o commercio das Indias. Viviam essa camada social, composta da aristocracia e dos "nouveaux riches" e "parvenus", a lei da mais faustosa abastança e desbragada delapidação dos capitais, que os favores de uma corte facil e as empresas de navegação ao país do Samorim lhes proporcionavam com prodigalidade.

Em outro, estava a massa bruta da população lusitana, formada de burgueses, marujos, mercadores e plebeus de baixa extração, alguns nobres de origem aristocrata, que haviam decaído de suas posições, com seus recursos arruinados; ramos bastardos, de genealogias afidalgadas, que não tinham meios de dourar as barras dos seus brasões, e, finalmente, descendentes de mouros e judeus, cristãos novos a quem os escrúpulos hipócritas de uma corte composta de fanáticos de todo o gênero repeliram com asco, se já não fosse a pobreza o máximo empecilho de a ela se chegarem, além de uma burguesia que não conseguiria sequer apanhar as migalhas do festim opíparo que seus felizes confrades participavam com a nobreza.

A primeira camada só pensava nos prazeres terrenos, que uma vida sexual intensiva proporcionava. "O fumo das Indias", dizia o velho Afonso de Albuquerque, "não deixava a corte pensar senão em enriquecer e gozar" (Oliveira Martins, *História de Portugal*, vol. II, 18). Dia a dia, no reinado do Venturoso, as caravelas despejavam, no porto abarrotado do Tejo, as riquezas incomensuráveis das especiarias do Oriente.

O ouro corria a granel pela corte e altas esferas sociais, que esbanjavam loucamente, à custa das maravilhas de Ca-

nanor, do ouro de Sofála e da Sumatra, de pérolas de Manar e de Cipango, do marfim de Guiné, das sedas de Kata e dos tapetes da Persia, do ambar das Malaias, do almiscar de Ormuz, das cambraias de Bengala, do sândalo de Timor, dos couros de Katchi, do anil de Kambay, do gengibre de Kollan, do cravo das Molucas, dos rubís de Pegú, dos cavalos da Arabia e da Persia e dos diamantes de toda a India feiticeira.

Só quem lê as maravilhosas páginas de Oliveira Martins, descrevendo a vida na corte manuelina, poderá fazer uma idéia do que se passava em Portugal, que chegou ao auge da embriaguez do luxo com a celebérrima embaixada a Roma que Tristão da Cunha chefiou, a qual pelas maravilhas de riqueza assombrou o proprio Leão X, mais se assemelhando com os seus elefantes, tigres e leopardos, a um triunfo magnificente de um general romano, vencedor no Oriente, do que a uma romaria piedosa e mui católica aos pés do Santo Padre.

Toda essa munificencia, todo esse esplendor, não devia, porem, servir de alivio à miseria que empolgava o resto da população portuguesa, a quem as aventuras da India não chegaram sequer a lhe bafejar a vida, tão crestada pelo infortunio. Todo o ouro despendido com tamanho fausto e tantas libações canalizava-se para o estrangeiro, que tudo abocanhava, aproveitando-se da imprevidencia dos dirigentes da terra. Enquanto os nababos portugueses, sem o sentir, encaminhavam mecanicamente, aos caudais, tamanha fortuna para fora das raias fronteiriças, com as importações das escarlatas de Valença, dos vasos de Flôrença, das sarjas de Flandres, das marlotas de Constantinopla, das sedas de Nápoles, dos damascos de Luca, dos corais, do cinabrio, do arame e dos espelhos de Veneza, etc., as baixas classes e o grosso da população de Portugal estarreciam-se na miseria, sofrendo os horrores que a sua triste sorte lhes proporcionava.

Eis, pois, o estado em que se achava o reino, quando se iniciou o povoamento. Havia duas classes sociais, com um brusco e desmedido desnivelamento de fortunas.

Portugal era o reino de fidalgos vestidos de seda e dos mendigos esfarrapados e famintos, era a terra dos préstitos orientais e das multidões indigentes que clamavam pelo pão.

Lisboa era "a grande cidade de muitas e desvairadas gentes", nas palavras do cronista Fernão Lopes.

D. Manuel era um rajá da India, imperando sobre uma turba de mendicantes. (Oliveira Martins, *Historia de Portugal*).

A seleção implacavel não poderia tardar a operar em tal campo.

A classe abastada e esbanjadora, não escapou à regra geral e inflexivel da seleção antropossociológica, pois, se Jacoby fez certo que o poder e talento fazem o homem caminhar para a degenerescencia, através da esterilidade e da nevropatia, não o é menos que a opulencia e a dissipação desregrada, com mais rapidez ainda, encaminham as sociedades pelas mesmas veredas sombrias do acelerado extermínio (Jacoby, *Etudes sur la selection*; Lapouge, *Race et milieu social*, 215). Foi o que se passou em Portugal, pois essa camada social, pervertida pela devassidão proporcionada pelas riquezas que havia possuido, ao chegar o fim do século dos quinhentos, agonizava nos últimos estertores, exalados à sombra de uma bandeira estrangeira, imperando vitoriosa e dominadora em solo luso.

Ao monarca perdulario, viu-se succeder no trono o soturno asceta que foi D. João III e a este, já nevropata e quasi esteril, succedeu um alucinado, maníaco e francamente desequilibrado, que o harmatão dos areais marroquinos engulira com os restos da fidalguia heróica de Portugal, que por sua vez se viu entregue às redeas frouxas de um rei clérigo, imbecil e degenerado.

Eis a marcha da decadencia da realza portuguesa, resumindo em capítulos breves e fulgurantes a destruição da

gloriosa mas degenerada fidalguia lusitana, sepultada com a opulencia rápida dessa camada social a que nos referimos.

Esta gente não pode, pois, cooperar no povoamento da colonia de além mar, mesmo porque, ainda no reinado de D. João III, o soturno "inspirado pelo fúnebre misticismo", o esbanjamento e os maus costumes, já a corrupção havia corrido as altas classes precipitadas na decadencia, para a qual não era possível freio.

Toda a alta esfera social tornara-se então incompatível com a colonização, porque só são capazes de emigrar os fortes e a gente portuguesa a ela pertencente estava exausta e incapaz de um movimento serio.

O reino precipitava-se na vertigem do esfacelamento e o seu fim manifestava-se logo na vergonhosa debandada de Alcântara e na aclamação ignominiosa de Tomar, depois do último lampejo heróico de Alcacer-Quibir, derradeira manifestação da varonilidade lusitana.

Já bem longe, no horizonte de um passado eugênico, sumiam-se, esquecidos, os heróis de Aljubarrota, os navegadores do mar tenebroso, os conquistadores da Índia, os descobridores da terra de Santa Cruz.

A emigração e a colonização só podiam sair, pois, das classes pobres, da massa de plebeus ou das familias cuja nobreza havia muito tempo se despregera dos degraus do trono, para se nivelar com o rasteiro populacho ou de ramos tortuosos da velha fidalguia do reino, que os signos heráldicos da bastardia haviam soterrado nos abismos do ostracismo social, onde viviam ligados à plebe pela figura esquelada da miseria, que a idade fazia caninhar para a decrepitude esquecedora das cores dos brasões aureolados de seus antepassados aristocratas; ou, ainda, de judeus e cristãos novos, filhos da mourama, renegados de Mafoma e de Jeová, que o ascetismo de D. João III não permitia viver com a hipócrita religiosidade dos seus súditos reinóis.

O colonizador, pois, sem ser desta nobreza fidalga de Portugal, que sob a capa de uma ostentação faustosa não

passava de uma corja de nevropatas, que se esterilizavam na imoralidade de costumes, etc., e a cuja frente, cambaleando, caminhava uma dinastia estéril, já bem próxima ao túmulo, com um rei fanático, um monarca virgem e louco e um cardeal idiota, todos saturados do espírito inquisitorial e místico, que tão bem caracteriza o degenerado, espelhando essa sociedade alta, o colonizador não podia deixar de sair dessa plebe, onde o eugenismo ainda pulsava vibrante e virgem, saturando aquelas almas rudes e desafeitas que entorpecem as energias e inebriam os caracteres facéis de serem contaminados (14).

(14) D. João I teve, de sua mulher Filipa de Lancaster, 9 filhos, dos quais 5 estereis na primeira ou segunda geração.

D. Duarte, um dos restantes filhos do Mestre d'Aviz (D. João I), e que lhe sucedeu no trono em 1433, teve 6 filhos, dos quais 4 estereis.

D. Afonso V, o Africano, um dos dois filhos fecundos de D. Duarte, teve apenas dois filhos, um dos quais, D. João II, assassino brutal e deshumano, que só teve um filho, estéril, dando lugar a que a coroa passasse em 1495 para o ramo colateral, representado por D. Manuel, o Venturoso, seu primo-irmão, único filho fecundo dos 5 filhos de Fernando, o duque de Viseu, o outro filho de Afonso V.

D. Manuel, o Venturoso, de seus três casamentos com as princesas de Castela, teve 11 filhos, dos quais 5 estereis; — 1 teve 9 filhos, estereis todos; — 1 teve um único filho que foi o prior do Crato, D. Antonio, que com seis filhos infecundos esterilizou o ramo; — 1 teve 2 filhos estereis; — 1 foi clérigo e portanto morreu sem posteridade (o cardeal-rei D. Henrique), e finalmente o outro foi D. João III, que, casado consanguineamente na casa d'Austria, ramo espanhol (com uma filha de Filipe I), teve 3 filhos, dos quais 2 nevropatas e estereis; o terceiro, casado ainda consanguineamente com uma neta de Filipe I, a infanta D. Joana, sua prima-irmã, filha de Carlos V, teve um filho único, D. Sebastião, de uma piedade ardente, caráter exaltado, estéril e nevropata evidente. (D. Sebastião era filho de primos-irmãos pelos lados materno e paterno, duplamente).

O único ramo descendente de D. Manuel, dessa desgraçada família dinástica de Aviz, que se prolongou um pouco mais, foi

Foi, pois, nessa classe plebéia, com a qual convivia muito sangue da velha nobreza decaída, dos tempos dos Borgonhas (Oliv. Martins, *Historia de Portugal*, vol. II, 28), e muitos sectarios conversos das religiões perseguidas, que as seleções recrutaram a gente que nos veio colonizar.

Estudamos o colonizador europeu sob o aspecto da seleção social, isto é, da seleção determinada pela desigual distribuição de riquezas, em Portugal.

Vejam, agora, que a massa de onde saíram os povoadores, nossos antepassados, não havia endurecido a tẽmpera apenas no cadinho da pobreza. Sua vida tinha ainda que passar por uma prova mais rigorosa do que a que descrevemos e se ela atravessara os seus elementos, que nos vieram colonizar, pelo alambique das seleções sociais, vejamos como se portou em relação às demais seleções depuradoras, às quais não se podia furtar.

Se a miseria fizera, em Portugal, tombar os mais frageis, os menos resistentes, depurando, destes, a massa que

a sua última filha Isabel, que se casou consanguineamente com Carlos V, seu primo-irmão, de quem teve 4 filhos, dos quais 3 estereis e Filipe II, profundamente nevropata, fanático, melancólico, lento de espírito, irresoluto, que se casou consanguineamente com sua prima, filha de D. João III de Portugal, deixando um filho esteril, D. Carlos. Filipe casou-se infecundamente com Maria Tudor, de Inglaterra e com Isabel de Valois, filha de Henrique II de França, de quem teve 2 filhos estereis; casou-se ainda pela 4.^a vez com sua prima, filha de Maximiliano II d'Austria, tendo dela 6 filhos estereis, com exceção de Filipe III, que teve curta descendência de nevropatas, estereis, imbecis, loucos, sátiros, idiotas, etc., a qual felizmente só se prolongou por mais duas gerações, quando se extinguiu dando lugar a que o trono espanhol passasse aos Bourbons, com Filipe V.

Eis a marcha fatal, para o túmulo, da dinastia que, por longo tempo, governou a Península.

A grande aristocracia a ela ligada por entrelaçados liames sanguíneos, deveria por força ser inoculada dos microbios virulentos que a levava à extinção e por isso sofrer das mesmas taras, ainda que mais atenuadas (Jacoby, loc. cit.).

iria fornecer gente para povoar o planalto vicentino, agentes selecionadores ainda mais enérgicos também operavam, concomitantemente, no sentido de purificar, ainda mais, esse núcleo que teria de semear a gente européia peninsular nas selvas da capitania vicentina.

Esses agentes foram as seleções naturais patológicas e estas teriam funcionado impulsionadas pelas epidemias e pestes que, no século dos quinhentos, campeavam pela península ibérica.

O acúmulo das populações no século do Venturoso (15), atraídas pelo brilho de sua corte pomposa e as condições antihigiênicas dessas populações adensadas nessa remotíssima época de atraso científico, não podia deixar de ser um campo magnífico de proliferação da variada fauna microbiana; Portugal, nessas condições, seria um esplêndido caldo de cultura para os microorganismos que nele fossem inoculados. Ora, as circunstâncias dessa época quinhentista e do fim do século anterior particularmente concorriam para que essa inoculação se efetivasse, de forma a desenvolver as molestias no auge da sua virulência.

O tráfico comercial com a Índia e o mundo oriental, "habitat" perene de toda a sorte de bacilos exóticos, viveiro inextinguível de toda a casta de pestes, desconhecidas no ocidente, entre as quais a bubônica, a febre amarela, o cólera-morbus, as febres tíficas e a disenteria, as quais, com

(15) Carqueja, *O Povo Português*, citando o cronista Duarte Nunes de Leão, do século XVII.

Sousa Silva Costa Lobo, na sua *Historia da Sociedade em Portugal no século XV*, diz que em 1527, com exceção do Alentejo e das Ilhas, a população portuguesa seria de 1.122.112 habitantes.

Com a província abstraída e com as Ilhas, talvez essa população subisse a um milhão e meio, o que, dadas as precárias condições sanitárias e a falta de higiene da época, representaria uma densidade muito grande de população.

Oliveira Martins (*Historia de Portugal*) diz que as pestes, as guerras, etc., haviam feito a população de Portugal cair a menos de um milhão depois de Alcacer-Quibir.

a varíola, a malária, etc., completavam a hierarquia das epidemias que, junto com a fome e outras consequências funestas desse estado sanitario, constituíam o séquito apavoroso das desgraças — formava o quadro negro e apocalíptico da vida reinol nos séculos XV e XVI.

E' facil evocar à imaginação o acender de um rasilho pestífero, trazido da India por qualquer navio traficante para esse meio tão propicio ao desenvolvimento desses "morbus", tanto mais quanto, devendo os microbios dessas epidemias serem desconhecidos no ocidente da Europa, os organismos humanos não poderiam opor resistencia, que os neutralizasse, diminuindo a intensidade dessa virulencia, o que se dava no Oriente, onde esses microbios eram conservados em estado latente.

Mal se iniciara o século quinhentista e já, em 1505, uma epidemia trazida do Oriente, à qual os italianos deram o nome de "Mazzulo" e que matou o rei Filipe I da Espanha, tocava na Península o preludio da sinfonia de morte, abateo, só em Lisboa, mais de 100 pessoas por dia.

Em 1530, nova razia tremenda do espetro negro da peste, desta vez chamada "suor maligno"; em 1569, a "peste grande" vitimava mais de 700 pessoas por dia, só em Lisboa, que perdeu um terço de sua primitiva população; morreram ao todo mais de 40.000 pessoas.

Em 1550, houve outra peste que acometeu, com mais virulencia, as classes abastadas. Eram tantos os mortos, que se enterravam nas ruas (Mello Moraes, — *O Médico do Povo*, 1864).

De 1598 a 1602, durante cinco anos, nova e formidavel epidemia ceifava mais de 80.000 pessoas (16).

(16) A esse propósito, Oliveira Martins assim se pronuncia sobre as desgraças portuguesas de então (*Historia de Portugal*, vol. II, 112).

"A propria natureza conspira tambem, como fizera com a peste do século XVI, contra este cadaver roido, humilhado, contrito e convertido pelo catecismo de Loyola. De

Eis, em síntese, o flagelo adamastórico, que teria procedido a uma rigorosíssima seleção eliminadora dos mais fracos e dos menos aptos, dos de menor resistencia orgânica, etc. Poder-se-ia, talvez, objectar que as epidemias nem sempre determinam a seleção do mais fraco e que microbios há que atacam, com mais empenho de destruição, os organismos vigorosos, poupando os mais franzinos, o que seria uma seleção em sentido inverso.

As epidemias que têm essa marcha evolutiva, entretanto, não foram as que mais se encarniçaram na Iberia. A desintéria, proliferando num campo em que as condições sanitarias lhe eram particularmente favoráveis, teria sido a maior ceifadora dentre os muitos flagelos assoladores do reino; além disso, tais descalabros causavam outros, como a fome, a penuria de meios de vida e a desorganização social, credores de grande parte das desgraças e das hecatombes eliminadoras dos individuos menos resistentes a tantas privações que se encaixavam no préstito seguidor das epidemias devastadoras.

O elemento moral também representa nessas seleções um importantíssimo fator, pois os individuos dotados de moral forte, estóico e tenaz, não se deixam abater com tanta facilidade quanto os de resistencias morais mais combalidas. Nestes, o alfanje exterminador da morte certamente se aprofundava com muito mais desenvoltura e muito menos dificuldade.

A gente que escapou a todas estas contingencias foi indiscutivelmente um grupo altamente selecionado e particularmente dotado de uma invulnerabilidade especial, uma rijeza física extraordinaria, ao lado de uma fortaleza moral formidável.

1598 a 1602, durante cinco anos, uma brava peste ceifou o reino e, só em Lisboa, matou oitenta mil pessoas.

"Um grande terremoto arrasou a cidade em 1598".

Dentre estes eleitos, pois, foi recrutada a grande corrente migratoria para o planalto vicentino, nos dois primeiros séculos.

Assim depurada, dessa forma selecionada, pela sociedade e pela natureza essa gente deveria ter o corpo de granito e a alma temperada com o mais puro aço.

Seriam eles bem capazes de enfrentar o novo mundo, seriam bem dignos da sua homérica descendência (17).

CENÁRIO SOCIAL EUROPEU NO MOMENTO DA COLONIZAÇÃO

Quando teve início o povoamento da colônia vicentina, Portugal vinha de sofrer profunda evolução. Um acontecimento de vulto na evolução do povo português vinha de causar as consequências, as mais sérias e as mais profundas, na gente que a velha Lusitânia nos enviava a colonizar.

Antes da dinastia de Aviz, em pleno período medieval, o músculo, o esforço nas lides e o ardor guerreiro predominavam sobre o intellecto que só então teve expansão. A idade média portuguesa, êsse período da reconquista peninsular em que o obscurantismo reinava, formou a aristocracia portuguesa, ao estrondo das lides em que se entrechocavam as armas brancas de encontro às armaduras, às muralhas castelhanas, etc., em coincidência com a dinastia dos soberanos

(17) Acreditamos haver sido, pela forma exposta, selecionada a massa dos primitivos imigrantes que procuravam o planalto paulista.

Não pensamos poderem aplicar-se à Iberia as teorias antropológicas de Lapouge, sobre a maior migratibilidade do dólico-louro, "europæus" (gobinismo).

A se crer neste postulado de Lapouge dólico-loura teria sido essa massa de povoadores do nosso torrão.

A Península, porem, nessa época do povoamento não teria no seu conjunto antropológico senão uma ínfima e absolutamente imponderável porcentagem de verdadeiros dólico-louros, "europæus".

A fase das guerras da reconquista, a se crer na maior bellicosidade e espírito aventureiro e empreendedor do dólico-louro

borgonhezes que limitavam a Portugal o mesmo idealismo agrícola-guerreiro das nações espanholas:

- Guerras da reconquista da cruz sôbre o crescente;
- Religiosidade extremada;
- Trabalhos agrícolas;
- Finalidade meramente continental.

(gobinismo) e na sua maior eugenia, enfim, como quer Lapouge, teria senão totalmente eliminado por seleção ao menos reduzido o louro a uma proporção infinitesimal, na imensa massa de mediterraneos, mais poupados por essas lutas seletivas.

A França conheceu dessas mesmas seleções guerreiras, como afirma Lapouge, diminuidoras da sua porcentagem de dólico-louros "europaeus", ocorridas na Idade Média com as cruzadas, as quais, entretanto, não podem de forma alguma hombraar-se com as guerras da reconquista peninsular, não só pela sua duração como pela crueza e ferocidade dos prelhos, incentivados pelo fanatismo religioso proprio das gentes que se degladiavam na Iberia (o hispânico e o mouro marroquino sempre se evidenciaram muito mais cruéis e fanáticos do que os árabes e franceses).

Se, porem, dessa luta secular contra o muçulmano, a península de todo não perdeu os seus louros, as epopéias da navegação, da conquista da India ou do avassalamento da América ter-se-iam encarregado de seleccionar eliminadoramente os últimos vestigios serios desse elemento "europaeus" na Península, de tal maneira que, quando o povoamento do planalto se iniciou depois de 1532, a Iberia só teria gente de outros tipos, principalmente do mediterraneo, para enviar para a colonização.

Corroborando nessa idéia de que o povoador era antes moreno do que louro, Paulo Prado, citando Nicolau Poplan, *Viajes extrangeros, Historia da sociedade em Portugal no século XV*, pinta a sua psicologia com as seguintes palavras:

"O português dessa época era fragueiro, abstemio, de imaginação ardente, propenso ao misticismo. O carater, independente não constrangido pela disciplina ou contrafeito pela convenção. O seu falar era livre, não conhecia rebuscos nem eufemismo de linguagem. Ninguém pensava em acoberter fatos notoriamente públicos, quaiquer que fossem. A tèmpera era rija, o coração duro..." (Paulo Prado, *Paulística*, 16 e 17).

Eis os motivos que saturavam a alma portuguesa, durante a idade média tôrva dos monarcas borgonheses, semi-bárbaros analfabetos, tendo a aureolá-los um prestígio, diante de seus soldados, apenas baseado no seu heroísmo e na sua fortaleza. Não éra ainda uma nação que surgia. Ainda não havia um liame nacional a prender os súditos portugueses ao monarca que seria o expoente da organização estatal portuguesa. Os soberanos borgonheses eram os chefes do bando português, da quadrilha de assalto da gente lusa e cristã contra a mourama, mas não eram os monarcas de um Estado forjado em elementos materiais destacados, animado de um idealismo próprio e salientado da monotonia hispânica.

Surgiu, em 1385, com o resultado feliz da batalha de Aljubarrota, a dinastia de Aviz.

Mudou-se o cenário português, por completo.

Alteraram-se os personágens.

Não mais éra um corpo sem alma.

Portugal criou vida própria.

Fundiu-se a nacionalidade portuguesa, antes inanimada em uma religiosidade e com um ardor bélico continental que a confundia nos impulsos de Castela, Leão, Aragão, etc.

A Idade Média findava-se com o aparecimento da brilhante Renascença. O obscurantismo fôra grandemente varrido pelo nascimento da imprensa e do papel. As armas brancas, as couraças, os escudos, as muralhas etc., foram aos poucos suplantados pela pólvora. O feudalismo e com êle a cavalaria, foram aos poucos desaparecendo com o glorioso advento de armas novas e de inteligências mais brunidas e aparelhadas.

Os monarcas Aviz deram alma ao corpo português.

O povo de Portugal, de agrícola passou a ser marítimo e comerciante, urbanizando-se e desruralizando-se. Com os Aviz, surgiu um novo ideal a animar o povo português. Foram os soberanos da nova dinastia que insuflaram o novo ideal marítimo e mercantil no povo, antes continentalizado e

atrofiado ao lema da reconquista. Foram os Aviz que idealizaram trazer para Portugal a herança das repúblicas do norte da Itália. Foram eles que sonharam o comércio com esse Oriente distante. Foram eles que souberam aplicar a caravela e a bússola no objetivo que tinham em vista, no sonho do Infante de Sagres. Foram eles que, em plena Renascença liberal, arrancaram o povo português da cruz continental que queriam teimosamente fazer vingar contra o crescente e o arremessaram na Conquista dos mares tenebrosos e dos continentes novos.

Neste ambiente foi moldada uma nova aristocracia pois a antiga tinha sido entumulada no fragor estrepitoso de Aljubarrota, varrida pela renovação dos métodos de guerra.

A nova aristocracia já não se estratificara mais ao estrondo dos prélios, já não se formara na medida proporcional do furor bélico ou do poder muscular, mas, sim, fôra sedimentada pela relação oferecida pela audácia nos mares ou pela sutileza no comércio. A população se aburguesara, transmutada do velho ruralismo ibérico em que persistiram os espanhóis. Só então Portugal se diferenciou do resto da Espanha, criando com isso uma psicologia própria, costumes particulares, ideologia própria, etc. fenômenos que corriam paralelos à diferenciação paulatina do idioma, o que se solidificara por uma literatura inspirada pelos feitos dos portugueses nos mares.

Assim, quando teve início o povoamento da colônia vicentina, Portugal apresentava uma formação social nova que vinha de se organizar, sedimentada em estratificações provenientes da desagregação da rocha da Espanha medieval, a qual se havia solidificado ao calor da reconquista peninsular e ao fragor das armas brancas entrechocadas contra as armaduras, etc.

Entretanto, quando teve lugar o início do povoamento, Portugal estava empolgado no capítulo do comércio do Oriente.

Eram a Índia feiticeira e as Molucas dadivosas que lhe monopolizavam todas as atenções, que lhe ocupavam todas as atividades, que lhe absorviam a totalidade dos vultos aristocráticos. De fato, toda a aristocracia lusa bem como toda a plutocracia portuguesa estavam empregadas no lucrativo comércio do Oriente, êsse que injetava ouro aos borbotões na economia portuguesa.

O que representou para a economia portuguesa a mágica história do comércio com o Oriente foi de uma importância imensa. Roberto Simonsen na sua esplêndida História Econômica, dá-nos, em algarismos, o que isso foi. É natural que, muito profunda na vida portuguesa, tenha atraído a totalidade dessa aristocracia incipiente e mesmo grande parte dessa burguesia bem nascida que se afidalgava ao contacto morno com as ondas enristadas dêsse plúmbeo Oceano Indico.

Os aristocratas que por ventura tivessem escapado dessa sôfrega e atraidora Tarpeia oriental teriam preferido buscar, no Brasil, as promissoras colônias do Norte onde vicejava a cana e onde o pau-brasil já havia feito uma capitalização vultuosa.

É verossímil que não tivessem os escapos da faina mercantil do Oriente preferido o expatriamento para a região rude vicentina.

Sintetizando o que ficou dito, temos que, no Portugal dos Aviz, as classes sociais existiam da seguinte forma:

a) *Restos apoucados da velha aristocracia* borgonhesa decaída.

Famílias de 300 a 400 anos, afidalgadas na Idade Média portuguesa ao estrondo das lides da Reconquista e decaídas pelo advento da Renascença e dos Aviz, da pólvora, do comércio com o Oriente, com o fim do Feudalismo, com a queda da Cavalaria.

b) *Nova aristocracia* de enobrecidos com os Aviz e de enriquecidos pelo comércio com o Oriente, com as aventuras marítimas etc.

c) *Burguesia* de mercadores que se haviam urbanizado depois da desruralização promovida pelos Aviz. A esta classe pertenciam os cavaleiros-vilões de Oliv. Martins ("Civ. Ibérica").

d) *Plebe*. Massa popular composta de gente de toda a espécie, desde o marujo até o renegado de Mafoma, em núdulos de moçárabes, aporuguesados pela conveniência e assimilados à nova nacionalidade que se fundia. Nesta classe estavam os antigos servos assinalados por Oliveira Martins (loc. cit.).

CAPITULO V

SOCIOGENIA PLANALTINA

Ao estudar a formação social das populações planaltinas, temos de examinar contornos da família paulista, analisando a sua constituição e, a seguir, verificar como se processaram os cruzamentos, sob o ponto de vista histórico-biológico. Vamos vistoriar as formas da consanguinidade; verificaremos também a influencia do isolamento na sociogenia e a divisão da propriedade, como o gênero da agricultura existente no planalto, de acordo com as condições do meio externo, e a natureza da vida dos moradores, no tocante ao menor ou maior grau de urbanização ou de ruralização.

Vamos ver, em primeiro lugar, a mestiçagem.

Maior do que à primeira vista pode parecer, foi o influxo da raça americana na formação das primeiras camadas de moradores do planalto paulista, essa gente bandeirante que nos propusemos estudar sob varios pontos de vista.

Bem razão tinham os cronistas castelhanos de chamar aos moradores de São Paulo de "mamelucos, gente bellicosa y atrevida", porque era raro, no segundo século, o sertanista que não tivesse entre os seus ascendentes um genuino representante da raça de bronze (18).

(18) Martius, ainda em principios do século XIX, tivera sua atenção atraída pelos indeclinaveis índices desse cruzamento, que o seu golpe de vista de cientista soube descobrir na massa da população. Diz ele (*Reise in Brasilien, Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, 352):

"Não há dúvida que os primeiros colonos se cruzaram frequentemente com os indios vizinhos, lembrando a cor e a fisionomia do povo, aquí mais do que em outras cidades do Brasil, por exemplo; Baía, Maranhão, esses cruzamentos".

Ainda que as grandes cabeças arquitetadoras dos empreendimentos, tais como Raposo Tavares, Manuel Preto, Fernão Dias e outros, tivessem sido de exclusivo sangue europeu, os bandeirantes eram todos mamelucos, quando não de pura raça indígena.

Vamos verificar o elemento indígena. Como sabemos, os índios brasileiros podem ser divididos, quanto ao tipo antropológico, em *braquicéfalos*, *mesaticéfalos* e *dolicocéfalos*, cada um destes correspondendo a uma maior ou menor influencia das raças formadoras primitivas. Assim, o braquicéfalo representa uma maior porcentagem de sangue mongólico no cruzamento que se teria efetuado em idades remotísimas na América do Sul, pois que reproduz, intensamente, os caracteres físicos das raças derivadas dos *tartarus*, *malayus* e *articus*. O dolicocéfalo acusa, nitidamente, uma influencia superior do *proto-dolicomorfo americanus*". O tipo mesaticéfalo nada mais é do que uma forma de cruzamento equilibrado entre as duas raças primordiais citadas, e talvez com influencia de uma raça, vinda da Melanesia, cujos caracteres são reproduzidos no cranio da Lagoa Santa e observados pelo professor Rivet.

Esses três tipos acham-se, pois, distribuídos por toda a superficie do Brasil. Os braquicéfalos tinham o seu nucleo mais importante no nordeste brasileiro e no vale do Amazonas, onde os aruaques braquióides se alternavam com os tupis mesaticéfalos e caraibas desta mesma conformação craniana.

Da Baía para o sul, os tupis, que no Amazonas eram mesaticéfalos e no nordeste fortemente braquicéfalos, tomavam novamente a conformação mesaticéfala, dominando uma area que vinha até o sul da Baía e Espírito Santo, onde se confinavam com os aimorés, goitacazes, etc., do grupo Gê dolicocéfalos, com fortes doses de sangue do proto-dolicomorfo americano e melanesio, conforme os caracteres que os

botucudos seus descendentes hoje acusam com evidencia (mesorrinios, dolicocefalos, microsemes, hipsistenocéfalos, etc.).

A este grupo, que se estendia pelo Espírito Santo, pelos vales dos rios das Contas, Doce, Mucuri e Jequitinhonha, pensamos que pertenciam os indios do alto São Francisco, tais como os cataguazes, os purís, marmemins, os guaromemins, etc. Se não tinham identidade étnica absoluta com os antepassados dos botucudos, ao menos deveriam com eles apresentar muitas afinidades, em razão da vizinhança de "habitat", o que facilitaria os cruzamentos, etc.

Em seguida, vinham os mesaticéfalos tupís, representados, no Rio de Janeiro, pelos tamoios e, na capitania vicentina, pelos guaianás, cujos caracteres eram idénticos aos dos tupí do sul, conforme supomos por um exame e medição que, graças à extrema gentileza de meu prezado mestre e amigo Taunay, levei a efeito em um cranio guaianá, encontrado no Bráz, em uma igaçaba, e recolhido ao Museu Paulista. Este cranio guaianá é mesaticéfalo, com índice de 78, mesorrinio e megaseme, apresentando, porem, vertigios da raça da Lagoa Santa, em virtude do seu diâmetro basilo-bregmático, que dá ao cranio uma altura maior do que a dos tupís do sul, mesaticéfalos. Aliás, os crânios dos recentes sambaquís de Pombeva (Iguape), medidos pelo dr. Ricardo Krone, apresentam esses mesmos caracteres, o que me leva a supor ter sido essa raça do litoral, antepassada dos nossos guaianás.

Apesar de não ter base de observações craniométricas, suponho que os carijós hajam sido mesaticéfalos, com um índice mais baixo, próximo dos guaranis, que, segundo Rodrigues Peixoto (*Arquivo do Museu Nacional*, vol. VI) eram quasi dolicocefalos (76), e, embora apresentassem medidas próximas às dos tupís, destes divergiam um pouco, talvez em virtude de maior influencia da raça da Lagoa Santa e do proto-dolicomorfo (homem dos sambaquís). Entremeados aos guaranis, que se prolongavam até o Prata deveriam existir muitos nucleos de dolicocefalos (70 a 75), lektorinios e megasemes antepassados do atual bugre do Paraná que o dr.

Rodrigues Peixoto analisa craniometricamente (loc., cit.), e procedentes, o que está mais ou menos apurado, da velha raça dos sambaquís.

No centro brasileiro de Goiaz e Mato Grosso esses três tipos mencionados, de braquióides, mesaticéfalos e dólicos, se alternavam, pois até hoje se encontram os carajás dólicos (73) ao lado dos caiapós braquicéfalos (84), bororós (82) e muitos indios mesaticéfalos, os quais entretanto deveriam ter predominado.

Dos indios que entraram na composição racial do paulista, os guaianás foram os primeiros que se estabeleceram no planalto, de maneira que muito concorreram para o influxo de sangue indígena nas populações paulistas. Além dessa tribo tupi, entraram ainda na etnografia paulista os tamoios, carijós, tupinais, tememinós, patos, tapes, pés largos, biobebas, marmemins, guaromemins e algumas tribus guaraní, vindas do Guairá e do Paraguai.

Sem dados que autorizem a estabelecer, com firmeza, as medidas antropométricas de todos esses indios sou de parecer que o elemento indígena, que preponderou grandemente na etnografia do paulista, foi mesaticéfalo, mesorrínio, megaseme, de estatura mediana etc., com forte dose de sangue mongol, mas não sem sinais somatológicos do proto-dolico-morfo e do melanesio, embora com menos intensidade.

Os cemiterios de escravos desses primeiros séculos, quando se deu o caldeamento das raças euro-americanas, poderiam fornecer magníficos elementos de análise se fosse permitido a um pesquisador ir procurá-los. Os restos mortais de Tibiriçá acham-se em urna funeraria, na Catedral desta Capital. Eles deveriam ter sido medidos.

A base, como disse, do cruzamento euro-americano foi o caldeamento com o guaianá, preexistente no planalto, aonde, na primeira metade do século quinhentista, aportaram os portugueses. As primeiras ligações, como se sabe, foram os casamentos de João Ramalho com Bartira filha de Tibiriçá; Terebé, outra filha de Tibiriçá, com Pedro Dias; Lopo Dias,

com Beatriz também filha deste maioral guaianá; Braz Gonçalves com a filha do cacique de Virapueiras; Domingos Luiz Grou com a filha do cacique de Carapicuíba, etc., segundo nos revelou o dr. Ricardo Daunt. (19)

Alem destes cruzamentos, dos quais descenderam inúmeros troncos bandeirantes, dezenas de outros se teriam operado no planalto paulista, passando, anônimamente, ao registro da historia.

Refiro-me às ligações legais, mesmo porque seria impossível fazer-se uma idéia do número de bastardos, das relações accidentais e fortuitas, entre o povoador europeu, longe das mulheres de sua raça, as quais só vinham em limitadíssimo número para a colonia, e as cunhãs indígenas guaianás, com os quais os lusos viviam em estreita harmonia.

Os portuguezes, em cujas veias circulava impetuoso o sangue ardente do polígamo árabo-berber, transplantados para um clima tropical, não podiam deixar de dar largas a um temperamento fogoso, por hereditariedade e adaptação.

Com todos esses fatores, teria sido elevadíssimo o número de bastardos entre branco e india, não tendo para eles os genealogistas, muito propositadamente, procurado abrir os olhos vendados pela mania das linhagens, a qual imbue todos que se têm dedicado a esse gênero de pesquisas. Em todo caso, Silva Leme por varias vezes, foi tocado pelo sen-

(19) Tendo Ramalho nascido entre 1485 a 1490, em 1532, ele teria de 42 a 47 anos, com o que não poderia ter o aspecto de velho com as longas barbas brancas que lhe emprestou Benedicto Calixto, nos seus famosos quadros.

A esse proposito, convem recordar os termos da carta de Tomé de Sousa a D. João III, a proposito de Ramalho:

“Tem tantos filhos e netos, bisnetos e descendentes delles ho nom ousou dizer a S. A. *nã tem cãa na cabeça nem no rosto* e anda nove leguas a pé antes de yantar”.
(Carta de 1.º de junho de 1553).

Isso mais de 20 anos depois da chegada de Martim Afonso! Ramalho teria então de 63 a 68 anos!

timento de honestidade, ao referir-se a pessoas contemporaneas, muito conhecidas e de certa posição social, fazendo-as originarias de troncos bastardos de branco e india e até mesmo de branco e negra.

Os testamentos da época, porem, suprem essa lacuna dos linhagistas, evidenciando a intensidade da mescla, que foi certamente a que mais concorreu para a fusão, desmentindo cabalmente, pela sua fecundidade, os ensinamentos dos antropologistas, a propósito do cruzamento de raças diferentes, como haveremos de analisar em estudo à parte.

Raríssimo é o testamento, datando dos dois primeiros séculos que não mencione o reconhecimento de uma prole, às vezes numerosa, de mamelucos ilegítimos, havidos nos tempos de desvairada mocidade. Muito espessa, pois, teria sido a camada de mamelucos formando a base das populações paulistas, as quais eram incessantemente alimentadas por novos contingentes europeus emigrados, logo mergulhados na massa de mestiços e que, por dois séculos conservando-se em estreito contacto com os indios administrados e os das aldeias de S. Majestade, muito longe de se europeizar se mantiveram com uma elevada porcentagem de sangue aborígena, a qual só decaiu quando os paulistas largaram a escopeta, os grilhões e os pelouros pelo alvião e a bateia, deixando de ser preadores para se entregarem aos misteres da mineração.

Estudando com espírito de análise essa mestiçagem produtora de mamelucos, podemos classificar os modos pelos quais ela se operou, da seguinte forma:

1.º — ligações legalizadas pelo matrimonio, entre o homem branco e a mulher india, ou entre esta e o mameluco.

2.º — ligações, sem o laço de legalidade, entre o branco ou o mameluco e a india, mas que tinham o nexo de continuidade pela mancebia.

3.º — ligações fortuitas e acidentais, entre o branco ou o mameluco e a india, às vezes vendadas pelo misterio, mas que produziam número imenso de bastardos.

As do primeiro grupo foram relativamente em pequeno número, tendo sido elas as constituidoras dos principais troncos das familias paulistas. Foram elas as que já citamos, entre os primeiros povoadores portuguezes e as filhas dos caciques indigenas.

Ainda que poucos, esses cruzamentos, pela extraordinaria prolificidade da india, formaram numerosos contingentes de mamelucos, que foram os pontos de partida das familias Bueno, Pires, Camargo, Fernandes Ramos, Cunha, Preto, etc., que, na mais variada proporção, sempre tinham contingentes de sangue indigena.

Os guaianá, como dissemos acima, formou o elemento indigena para esses primeiros cruzamentos.

As ligações de mancebia, que tinham um nexo de continuidade formando uma familia, ainda que ilegítima, deveriam ter sido de maior importancia do que as que englobamos na primeira classificação, resultando maior número de individuos de sangue cruzado. O número de imigrantes solteiros, aportados nos primeiros séculos, tendo-se aqui ligado a mulheres indias, deveria ter sido enorme. Como já fizemos notar, bem reduzido foi o elemento feminino europeu, vindo nessas épocas, em que só os mais audaciosos poderiam tentar uma travessia oceânica perigosa e afrontar uma vida difficil, em continente misterioso e selvagem. Assim, muito facil se tornava aos portuguezes a ligação com as indias, suas escravas a principio e depois forras dos seus corpos de administrados. Apesar de raças diferentes, a formosura de algumas indias, do que nos dão testemunho os mais velhos cronistas, teria sido excelente convite a essas ligações, operando-se assim, entre os mamelucos, uma seleção sexual eugênica.

Apesar de terem essas mancebias, quasi sempre passado incógnitas pelos documentos registrados e ainda mais occultamente aos olhos dos linhagistas, conseguimos saber de alguns exemplos, mencionados por Silva Leme, tais como Pedro Vaz de Barros, que teve 7 filhos das suas varias mancebias; Braz Esteves Leme, grande sertanista, morto no sertão em

1636, amancebado com uma india, dela teve 14 filhos, mamelucos que nem ao menos a lingua portuguesa sabiam (*Inventarios e testamentos*, vol. X, 328), um dos quais, o capitão Braz Esteves Leme; o moço, deixou, por sua vez, 20 filhos, dos quais 6 legítimos, com $\frac{1}{4}$ de sangue indígena e 14 naturais, com $\frac{3}{4}$ de raça aborígena; Filipa Leme, outra filha de Braz Esteves Leme, o velho, teve 12 filhos, $\frac{1}{4}$ de sangue indio, tidos com Domingos do Prado; Antonio Pedroso de Barros deixou 4 filhos bastardos mamelucos; Francisco Ramalho, o Tamarutaca, já de si mameluco, deixou prole muito americanizada da india Justina, etc.

Fossemos aduzir, neste esboço etnográfico, todas as nossas observações, colhidas nos documentos de publicidade official, encheríamos varias colunas com dezenas de nomes.

A terceira forma pela qual se teria operado o caldeamento das gentes européia e americana, isto é, ligações fortuitas entre branco e india, tambem foi um meio de abundante produção de mamelucos, que enxameiam as páginas dos testamentos de quasi todos os moradores das primeiras épocas piratininganas.

Extremamente raro é o testamento que não mencione a existencia de filhos ilegítimos, havidos em solteiro, de umas tantas indias, não só do seu serviço como principalmente alheios, aos quais o testador determina à sua complacente cônjuge sobrevivente que pague a criação e os traga para o convívio de sua familia, no que eram obedecidos pelas velhas matronas paulistas, que, como se vê pelos documentos, fechavam os olhos para a vida dos maridos, anterior ao casamento. (Testamentos de Simão Borges de Cerqueira, João Tenorio, Luiz Furtado, Antonio Bicudo, Afonso Dias, Miguel Garcia Velho, etc., (*Inventarios e Testamentos*).

Acreditamos ter sido esta a forma mais eficaz de cruzamento, dadas as facilidades com que podiam os brancos e mamelucos abusar das indias, quando elas não provocavam estes abusos, impelidas pela natural inclinação preferencial

pelo branco, que, sem dúvida, levaria evidentes vantagens sobre o índio no que respeita a encantos físicos.

A imensa quantidade de mamelucos que, com os índios de puro sangue, constituíram os corpos de administrados, e de que nos dão notícias os cronistas, os documentos espanhóis e os jesuitas, nas suas muitíssimas referências aos mamelucos, teria, naturalmente, saído como uma torrente dessas ligações passageiras. Bastardos, filhos de pais incógnitos, sem o menor amparo de cabedais, com a vergonha de uma inconfessável origem a lhes crestar a fronte, não tinham outro recurso senão viver em contacto estreito com o índio, cujos caracteres somáticos reproduziam em boa parte e com os quais se caldeavam por sua vez, daí resultando uma variadíssima proporção, no paulista, de sangue em mistura, na qual, a princípio predominou o americano, para depois, muito paulatinamente, ir-se desequilibrando a favor do europeu, com o filtrar imperceptível da imigração ibérica, ocorrida principalmente no século XVIII, quando os paulistas não mais traziam do sertão milhares de índios apesados.

Eis assim o esboço aproximado do caldeamento racial operado no planalto paulista, nos dois primeiros séculos do povoamento, do qual resultou o mameluco.

Não pode mais restar dúvida de que o homem está sujeito à evolução e, por conseguinte, a se modificar. Os múltiplos achados paleontológicos, mais particularmente osteológicos, evidenciam da forma mais irretorquível que, através de milhões de séculos, desde o terciário para o quaternário, o homem se vem modificando mais ou menos aceleradamente (Mendes Correia, *Homo*).

Essas modificações devem ter sido determinadas por forças de três naturezas:

a) A adaptação ao meio, obrigando o germe-humano a se definir pela modificação, modificando a soma de acôrdo com as condições de vida, o uso e o não uso, etc. (Lamarck).

b) As diversas seleções, entre as quais a seleção natural que elimina os individuos inadaptados (Darwin, Weissmann).

c) As mutações ocasionais que se fixam e se perpetuam, com enorme acervo de consequencias, como se observa no mundo animal e vegetal (Des Vries, Kolicker, Dall, Korschinsky, etc.).

Estas seriam as forças agindo de centrefugismo, diferenciando as varias raças primitivas. Os accidentes geográficos, mais ou menos intransponiveis, segregadores, principalmente para gente atrasadíssima e despida dos menores recursos, como nas eras priscas, teriam formado, depois de enormissimo período de tempo, as diferentes raças humanas do planeta, antropológicamente falando no sentido estrito.

Agindo em sentido oposto, isto é, o de centripetismo, atuando como um formidavel contrapeso conservador, encontra-se a hereditariedade que procura, pela nivelção, manter iguais os individuos, transmitindo aos sucessores os mesmos caracteres dos pais. Com ela naturalmente travam luta as forças acima discriminadas, no sentido de aniquilá-la. Do equilibrio dessa luta é que teriam surgido as raças antropológicas, as quais depois se foram misturando, graças às communicações que a civilização facilitava.

De tais misturas teriam provindo as chamadas raças históricas, que haveriam povoado a terra desde os primordios da humanidade conhecida.

Durante larguissimo período de milhões de séculos, os nódulos humanos teriam vivido segregados, a ponto de se fixarem atributos raciais persistentes, que mestiçagem nenhuma tem sido suficientemente potente para fazer desaparecer por completo.

Com esses eventos as raças antropológicas se foram constituindo e fixando os atributos de cada uma. Umas e outras adquiriram, por circunstancias que não importa investigar aqui, um determinado formato de cranio, de face, de nariz, de órbitas, uma certa cor de pele, de olhos, uma de-

terminada estatura, determinada proporção anatômica entre as partes do corpo etc., cousa que era fixada pela hereditariedade e, sobretudo, de acordo com o meio geográfico.

O progresso intelectual do homem criou a vida social e esta originou outro grande fator na evolução racial dos agrupamentos humanos. O meio social forçou a intercomunicação desses nucleos humanos de raça pura (as raças quanto mais antigas, mais puras se apresentam), que acidentados geográficos, como mares, montanhas, etc., segregavam, e disso surgiu a mestiçagem.

Mas o isolamento desses nucleos humanos fora por demais duradouro, para que as mestiçagens pudessem anular as consequências da fixação e da diferenciação morfológica.

Mesmo porque a mestiçagem de dois troncos puros, antropológicamente falando, ainda que possa fazer desaparecer essa pureza, não consegue uniformizar os mestiços em uma terceira raça, com seus caracteres intermediarios fixos e definidos.

Em materia de hibridação não há simetria. Os resultados são fatalizados e por outras normas que não seguem esse criterio. Só em teoria duas raças se defrontam em proporções iguais.

Se isso, entretanto, sucedesse na prática seriam as leis de hibridação de Mendel as regedoras das consequências.

Os caracteres desses produtos híbridos são os das raças mães, escalados em seriações de acordo com as dominancias e as recessividades recíprocas e relativas umas a outras das duas raças.

Os individuos mestiços são portadores de uma fórmula condensadora dos caracteres aparentes, a qual constitue a morfologia desses mestiços.

E' a fórmula *fenotípica*.

Ela é formada pelas alternancias dos caracteres dominantes emprestados pelas duas raças mães. A fórmula fenotípica é a fórmula individual de cada mestiço. Daí as variações individuais de pessoas da mesma constituição racial;

irmãos que diferem de irmãos, filhos dos mesmos pais. E' que eles têm duas fórmulas fenotípicas diferentes. Os caracteres das raças mães se associaram diferentemente.

Alguns dos cromosomas hereditarios, que eram dominantes, se tornaram recessivos e viceversa.

Os mestiços, alem dessa fórmula que lhes caracteriza as variações individuais, ou heteromorfismo pessoal, são ainda portadores de outra fórmula, que é seu atributo racial, onde estão encerrados os seus estigmas latentes, os que não apparecem, mas que, sem embargo, podem ser transmitidos à descendencia pela hereditariedade. Essa segunda fórmula é que determina as variações raciais, ou o heteromorfismo étnico. Chama-se fórmula *genotípica*.

Todo individuo é, pois, portador de duas fórmulas que encerram os seus caracteres biológicos, que recebem de seus antepassados e transmitem a seus descendentes, sempre de acordo com as proporções mendelianas. Essas fórmulas, que explicam as variações pessoais e raciais, são muito complexas, visto como cada raça histórica possui já vasta serie de caracteres, que se combinam com as de outras raças, defrontadas no cruzamento, a elles se juxtapondo, de conformidade com a sua relativa dominancia ou recessividade.

Assim os caracteres raciais ou individuais quer sejam pertencentes à fórmula genotípica quer à fenotípica, não se caldeiam, mas se combinam, se alternam, se sobrepõem, se adicionam e se juxtapõem, como na soma de caracteres algébricos. Um mestiço de dois troncos étnicos pode ter atributos das raças de que deriva, em alternancias. Assim, a forma craniana, a dermocronia e o sistema piloso de uma das raças mães se juxtapõem à forma facial, à estatura, cor dos olhos, etc., da outra raça mãe.

Exemplificando mais concretamente: um braquicéfalo louro, de baixa estatura, camoeprosopo e mesorrinio, entra em cruzamento com outro individuo, dólico-louro de alta estatura, letoprosopo, letorrinio. Os seus mestiços devem ser mestiços louros se na fórmula *genotípica* de qualquer uma

das raças mães não existir o carater moreno, mas podem ser de alta estatura, braquicéfalos, letoprosopes e letorrínios, como podem ter os outros caracteres das raças mães de outra maneira alternados.

Outro mestiço desses dois individuos apontados, irmão dos produtos mestiços descritos, embora possuidor da mesma fórmula genotípica, ainda que racialmente seja idêntico, por ser filho do mesmo pai e da mesma mãe, pode ter outra fórmula de combinação fenotípica. Os caracteres biológicos apparentes podem ser diferentemente associados do que nos irmãos.

A mestiçagem de duas linhagens diferentes não pode ser prevista com precisão, em seus resultados. Tudo quanto se queira dizer *a priori*, é por força fantasioso. Ainda que reconheçam as fórmulas genotípicas das duas estirpes que se defrontam no cruzamento, não é possível prever-se os caracteres que se farão apparentes na fórmula fenotípica do produto mestiço. Poder-se-ia argumentar então com possibilidades e com probabilidades mesmo, jamais, porem, com certezas.

O português, por exemplo, deve ter a seguinte fórmula fenotípica: dolicocefalo-moreno, baixa estatura — letoprose, letorrínio, cabelos quasi negros, ondulados e abundantes, etc. E' esse o tipo que predomina em Portugal.

Esse mesmo individuo terá a seguinte fórmula genotípica, cujos caracteres, transmitidos a seus descendentes, poderão apparentemente figurar ou não nestes, ou antes, poderão ou não figurar nas suas fórmulas fenotípicas:

Dólico-moreno 85 % — dólico louro 1 % — braqui-moreno 14% (Ripley — *The races of Europe*); estatura baixa 85% — estatura média 10% — estatura alta 5% (Mendes Correia, *Homo*); cabelos negros ondulados 90 % — cabelos castanhos claros 5 % — cabelos louros 5 %; letoprosopes 85 % — mesoprosopes 5 %; cameoprosopes 10 %; letorrínios 80 % — mesorrínios 15 % — platirrínios 5 %. Esta, hipoteticamente, seria a fórmula genotípica do português, con-

tendo os caracteres biológicos das estirpes históricas, das quais provam o português na sua formação.

Cada um dos caracteres terá naturalmente a sua proporção, de acordo com a curva de nível que apresentar pois, dos elementos das diversas raças históricas que teriam entrado na formação da gente lusa, e elas não entraram em proporções iguais, muitos deveriam ter sido diminuídos, com seus caracteres eliminados ou aumentados pelas diversas seleções a que a formação da gente portuguesa naturalmente tem estado sujeita. As raças históricas saíram pois dessas complexidades e, como elas, o português.

Ao se cruzar o luso com o ameríndio ou com o negro, teve ele (raça histórica) que se defrontar com outras tantas complexidades oriundas da outra estirpe étnica, sua parceria no cruzamento. O mestiço de português com índio apresentava assim uma serie grande de tipos variados.

Uns tiravam, fenotipicamente, do índio, uma serie de caracteres, os quais eram por sua vez somados a outros, tirados do português, podendo ser como o índio, na face, na cor, na conformação do torax e como o português, no cranio, na estatura, nos cabelos, etc. As seleções, agindo em concordancia com outras, oriundas do ambiente, por exemplo outras, que, mais simplificadas, mais homogeneizadas, iam perpetuando sempre os caracteres distribuidos fenotipicamente assim na progenie.

O europeu e o africano produziram, tambem, várias combinações de diversas alternancias de cabelos (lisos, ondulados, lanosos, etc.), cor, estatura, traços psicológicos, craniométricos, formato da face, do nariz, etc.

As vezes se encontram individuos escurísimos, de cabelos negros e lisos, de face e nariz finos. Outras vezes, são individuos brancos, louros mesmo, de olhos azues, mas de cabelos lanosos, ainda que claros, denunciados e enaltecidos por um prognatismo subnasal pronunciado, ao lado de outros caracteres peculiares do negro. E' um tipo de mulato que se disfarça aos olhos do vulgo, mas não escapa ao golpe de vista

do cientista. Esse mulato terá na sua fórmula genotípica, caracteres do português, os quais naturalmente poderá transmitir a seus descendentes, ficando esquecidos os do negro, que, em alguma geração posterior, poderão ser relembrados com espanto e até com escândalo. E' o que se denomina atavismo.

Outras vezes, é um individuo com a face clássica do indio, com seus zigomas enormes, em saliencia, olhos amendoados, face camoeprosope e braquicéfalo. Os seus cabelos, porem, denunciam o europeu; são finos e ondeados, com uma tonalidade que lembra o germânico, já em evidencia pela estatura elevada desse mestiço.

O Brasil tem sido uma imensa complexidade de mestiços, os quais se refletem em todas as nuances da dermocracia, passando por todas as escalas da métrica craniana, facial, estatural, etc. Os diversos meios físicos, as seleções e demais circunstancias vão diminuindo o número dessas variedades, eliminando os menos aptos, reduzindo os tipos que, embora em pequena quantidade, se perpetuam nessa orquestração polimórfica, que é a população brasileira, amálgama heterogeneo de muitos caracteres que definham em ambientes físicos e sociais numerosos e variados.

Essa é a regra para todos os povos, mas em maior escala para o brasileiro, pela grandeza do seu territorio, pela diversidade de seus meios geográficos e ainda pelo elevadíssimo número de troncos raciais, que se defrontam em repetidos cruzamentos.

Com o correr dos tempos e sem novas perturbações de imigrações exóticas, os tipos vão diminuindo em número. Só os mais aptos ficarão. Assim, o negro e o mulato vão desaparecendo do planalto paulista. Mais cem anos e não os teremos, como não temos já o indio. Outras regiões, dotadas de outros ambientes físicos e de outro meio social, poderão poupá-los, como o Nordeste poupou o indio, que é indissimulavelmente o tipo dominante dessa região, sem em-

bargo de aí aparecer falando o português. Os ambientes norte-americanos pouparam o negro, que São Paulo elimina com rapidez (20).

Como já estudamos, o tipo do povoador ibérico, no planalto vicentino, deveria ter sido acentuadamente dolicocefalo, de estatura acima da mediana e letorrinio, refletindo os três tipos que entraram na formação racial da península: o *Homo spelaeus*, o *Homo meridionalis* e o *Homo europaeus*.

Esses três tipos, até hoje mais ou menos observáveis na península, teriam resultado um povo homogêneo, que as seleções sociais apurariam grandemente.

Alem disso, estudaremos também como os povoadores foram recrutados nas camadas sociais da burguesia e da plebe, tendo sido depurados por varias seleções, já na metrópole, já na colonia vicentina, onde a natureza lhes arrebatou os elementos mais frageis, só entregando a faculdade de se perpetuarem aos individuos mais bem dotados física e moralmente.

Com todos esse elementos é facil chegar-se à conclusão de que os povoadores ibéricos que, nos dois primeiros séculos, iniciaram a população planaltina da capitania de São Vicente, foram individuos da elite mais apurada e dotados de todos os recursos humanos para vencer na empreitada a que se propuseram.

Este, em linhas gerais, teria sido o tipo europeu que no planalto se caldeou com o indio para a formação racial paulista.

O indio, produto homogenésico de varios tipos antropológicos, um dos quais, talvez, autóctone da América, poligenicamente, ou mesmo polifileticamente, encarando-se a gênese da humanidade (Ameghino), teria sido na sua media mesaticéfalo, com índice variando de 76 a 79, estatura me-

(20) Portugal não eliminou o africano?

No tempo dos últimos Aviz, grande parte da população lisboeta era de negros (Ellis, *Pedras lascadas*).

diana (1,63, talvez), de face camoeprosope, mesorrinio, prognatismo subnasal algo desenvolvido, frontal deprimido, mas crânio elevado, sistema piloso atrofiado afora os cabelos, quasi imperceptível dimorfismo sexual, o que talvez proviesse da identidade de vida entre os dois sexos. Quasi nulo dimorfismo individual, quiçá fruto da adelfogamia e isolamento em que viviam as tribus cultivando a pureza da raça, tão remotamente constituída por tantos elementos varios.

Do cruzamento desses dois tipos mencionados, originou-se o mameluco.

A crença, afirma Lapouge (*Selections sociales*, 156), de que o cruzamento de raças é um agente eficaz de transmutação, que exerce uma ação feliz sobre os povos, é eivada de erros. O Egito, continua o cientista francês, viveu 5.000 anos sob o regime e pela virtude da adelfogamia; as sociedades caldaicas duraram outros tantos pelos mesmos motivos.

E' com essas palavras que Lapouge inicia um truculento libelo contra os mestiços, que, além de tudo, diz o erudito antropossociólogo, têm contra si ser a causa do heteromorfismo e desharmonia individual, tanto maior quanto maior for a distancia entre as raças paternas. A contradição entre os traços dominantes dos pais forma esse conjunto desarmônico nos individuos, feitos de pedaços heteróclitos de reunião pouco estética, ao que se junta a desharmonia antimétrica (crânios, faces, etc., mais longos de um lado do que do outro, olhos em planos diferentes, ossos que deveriam corresponder-se maiores uns do que os outros, etc.), é a mais preñhe em resultados funestos a assimetria do aparelho genital da mulher, considerada por Baron como a primeira etiologia realmente positiva que faz a esterilidade dos mestiços e dos híbridos, no que é corroborado por Lapouge, citando Turquan, com dados demográficos da França.

Ao lado dessas más consequencias físicas e fisiológicas de que são portadores os mestiços, têm eles ainda, diz Lapouge, um moral incongruente, incoerente e incompreensível, tortuoso e sem direção na vida desequilibrada que por força

devem levar, cousas que se vão acentuando entre os mestiços, de geração em geração, até a completa extinção da raça. Entre os mestiços, ensina ainda Lapouge, a amplitude das oscilações aumenta a pouco (loc. cit., 109), por uma serie de golpes de atavismo, e os últimos descendentes voltam ao tipo das raças componentes, principalmente se os mestiços, em lugar de continuarem a se reproduzir em amixia, podem recruzar-se com raças das quais descendem. Eles são então rapidamente absorvidos pela raça mãe, com a qual se unem, mas seus descendentes ficam sempre sujeitos à reprodução parcial ou total dos caracteres atávicos provenientes da outra linhagem.

Sangue cruzado nunca mais será puro.

A volta, entretanto, é a regra, quando as duas formas ancestrais são pouco separadas, em contrario à extinção dos mestiços dissemelhantes, devido à espermatogênese defeituosa, embora a ovogênese se torne melhor (21).

Destas regras de Lapouge é facil concluir-se, com Broca, poderem eles ser heterogenésicos, isto é, pela diversidade tão grande dos tipos que se encontram, não poderem procriar, e homogenésicos, dos quais tal seja a diversidade entre os tipos, maior ou menor, assim podem ser, sem posteridade,

(21) Generalizando, Knox afirma a esterilidade do mestiço, citando Etwick e Long, na sua *Historia da Jamaica*, o caso dos mulatos da Jamaica, que não se reproduzem por amixia, depois da terceira geração. O dr. Yon assinalou esse fenômeno em Java, e o mesmo fez o dr. Nott em relação aos mulatos da Carolina do Sul, dando o dr. Simonot a essa esterilidade o nome de neutralidade etnológica, que não lhes assegura senão uma duração efêmera, desde que são abandonados a eles mesmos.

Quatrefages, não suspeitando de que podem existir mestiços fecundos e estereis conforme as raças mães que se defrontarem, cita, em opposição aos supra mencionados, os seguintes casos fecundos de mestiçagem: o dos Baxters, entre negros e holandeses, os que Jurien de la Gravière encontrou em Mindanau e em Manilha, entre espanhóis e tagals, ou entre estes e chineses, e o célebre caso de Pitcairn (*L'Espèce Humaine*, 196).

estereis e abortivos (agenésicos e disgenésicos) ou fecundos, quer de novo conjugados a qualquer dos tipos formadores, para os quais se dá a volta (paragenésicos), quer conjugados somente entre si (eugenésicos), formando assim uma raça mestiça nova que se prolonga indefinidamente, sem volta a qualquer dos tipos ancestrais, afirma Broca.

No Brasil, temos imenso campo de aplicação prática dessas regras teóricas. Assim, no nordeste brasileiro, três raças se caldearam durante muitos séculos: o índio braquicéfalo, o negro dolicocefalo e o branco dolicocefalo.

Deste cruzamento, que parece estar entrando em suas últimas fases, resultam as atuais populações dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Trata-se de um cruzamento homogenésico-paragenésico, isto é, cruzamento fecundo, com volta para o índio braquicéfalo e eliminação dos caracteres do branco e do negro, talvez por terem os mestiços, parageneticamente, se cruzado intensamente com o índio, devido à supressão do tráfico de escravos africanos e extinção do afluxo de colonos europeus, que procuram, com exclusividade, os Estados do Sul.

Alem desse cruzamento entre as três raças, apontado nos Estados do Nordeste, temos o cruzamento entre negro e branco produzindo o mulato, nos Estados da Baía, Minas, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal principalmente.

Este cruzamento entre branco e negro parece ser do tipo homogenésico disgenésico, isto é, fecundos os primeiros cruzamentos entre o branco e o negro, produzindo o mulato que, por sua vez, cruzado com o branco, é fecundo até uma determinada geração, quando se esteriliza, cousa que está acontecendo com a gradual eliminação seletiva do mulato, que vai desaparecendo da nossa população.

No planalto paulista, nos primeiros tempos, houve o cruzamento do índio com o branco, formando linhagens dotadas das mais variadas proporções de sangue das duas raças, que

por sua vez se conjugaram entre si, durante varios seculos e por muitas gerações, fixando uma subraça nova, extremamente fecunda, que até hoje se perpetua, a qual, sem retornar ao tipo antropológico do fator europeu, se mantém visível entre nós. (Não se poderia admitir que tenha no planalto havido retrocesso para o ibérico nem para o indio).

Trata-se aqui de um cruzamento homogenésico, eugenésico, formador de uma subraça, a qual só agora está ameaçada de ser modificada por novo cruzamento com o braquicéfalo italiano (*Homo alpinus*) e outros, da grande corrente migratoria que nos tem procurado (22).

Assim, pois, o cruzamento dos tipos ibérico e americano, efetuado no planalto nos séculos XVI e XVII, muito longe

(22) Quatrefages, no seu *L'Espèce humaine*, 209, assim se refere à raça mameluca:

"Quoique les croisements modernes ne remontent qu'à trois siècles, ils ont déjà produit des résultats qui mettent hors de doute que des races remarquables à tous les points de vue peuvent sortir du métissage."

Les Paulistes du Brésil en sont un exemple frappant. La province de Saint Paul a été peuplé par de Portugais et des Açoriens venus du vieux mond, qui s'allierent aux guayanazes, tribu chasse-resse et pacifique, et aux Carijós, race belliqueuse et cultivatrice.

Des ces unions régulièrement contractées sortit une race dont les hommes ont été distingués de tout temps par leur belles proportions, leur force physique, leur courage indomptable, leur resistance aux plus dures fatigues. Quant aux femmes, leur beauté a fait naître un proverbe brésilien attestant leur superiorité. Cette population a fait preuve d'initiative a tous égards. Si elle a marqué jadis par des expéditions aventureuses ayant pour but la conquête de l'or ou l'enlèvement des esclaves, elle fut aussi la première qui au Brésil planta la canne à sucre et éleva d'immenses troupeaux. "Aujourd'hui, nous dit M. F. Denis, le plus heureux developpement moral comme le mouvement intellectuel et plus remarquable paraissent appartenir a Saint Paul".

Ces éloges donnés a une population, a peu près en entier issue du métissage, par un observateur sagace, qui a vécu longtemps au Brésil, contrastent avec les reproches adressés par l'immense majorité des voyageurs aux metis américains. On les peint généralement sous des couleurs fort noire. Tout en leur accordant le beauté phy-

de ter sido funesto, estéril, etc., como indistintamente quis ver Lapouge em todos os cruzamentos de raças, conseguiu perpetuar-se com uma vitalidade assombrosa e uma fecundidade fora de comum, não só nos primeiros cruzamentos entre o índio e o ibérico, como nos cruzamentos de quaisquer dos tipos ancestrais com o mameluco, de primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto sangue, ou nas conjugações entre si, desses mestiços, quer entre indivíduos de primeiro sangue como de segundo, terceiro, quarto e quinto, etc., entre si, de tal maneira a apresentar sempre um manifesto desmentindo as palavras de Lapouge, a propósito da infecundidade das raças mestiças. Enquadra-se esse cruzamento entre americanos na classificação de Broca, chamada eugenésica (Broca, *Sur l'hybridité*).

Os cruzamentos de ibéricos e índios foram, como disse, de grande prolificidade e um exame, não só nos trabalhos dos linhagistas como nos documentos de publicação oficial, revela casos extraordinários, evidenciando da forma mais patente essa virtude, em grande parte fruto do cruzamento eugenésico.

sique et souvent aussi une intelligence prompte et facile, on leur refuse a peu près toute moralité. Admettons qu'en effet ils diffèrent a cet égard des Paulistes autant qu'on le dit: l'explication du contraste est facile a trouver.

A Saint Paul les premières unions furent des l'abord régulièrement contractées, grace à l'intervention des Pères Nobrega et Anchieta. Par suite de diverses circonstances les mamelucos, nés de ces mariages, furent acceptés d'emblée comme les égaux des blancs purs. Le croisement s'accomplit donc ici dans des conditions normales, fait unique peut être dans l'histoire de nos colonies".

Continuando na sua carga a favor do mestiço, no seu *Étude des races humaines*, 47, diz Quatrefages:

"...ils savent que, dans l'Amérique méridionale, le Portugal, et les tribus indiennes de la province de Saint Paul, sont depuis longtemps a peu près intièrement remplacés par les Mamelucos petits fils des uns et des autres, qui sous les nom de Paulistas occupent aujourd'hui le pays.

Graças a pesquisas que fiz nas fontes citadas consegui separar os seguintes exemplos de cruzamentos fecundos, os quais, pelo número, podem servir de regra: (23).

João Ramalho e Bartira, filha de Tibiriçá: 8 filhos (conhecidos).

Pedro Dias e Terebé, filha de Tibiriçá: 13 filhos (conhecidos).

Domingos Luiz Grou e uma filha do cacique de Carapicuíba: 7 filhos, 32 netos, 80 bisnetos (conhecidos).

Braz Gonçalves e uma filha do cacique de Virapuciras: 4 filhos, 10 netos, 48 bisnetos (conhecidos).

Pedro Afonso e uma india tapuia: 4 filhos, 9 netos 10 bisnetos, (conhecidos).

Braz Esteves Leme e uma india: 14 filhos (conhecidos).

Braz Esteves Leme, o moço, mameluco $\frac{1}{2}$ sangue, e uma india: 20 filhos, com $\frac{3}{4}$ de sangue (conhecidos).

Manuel Fernandes Ramos, com Suzana Dias, mameluca $\frac{1}{2}$ sangue: 8 filhos, 35 netos, 94 bisnetos (conhecidos).

Salvador Pires, com Mecia Ussú, mameluca com $\frac{1}{4}$ de sangue indio: 7 filhos, 39 netos, 184 bisnetos (conhecidos).

Bartolomeu Bueno da Ribeira, sevilhano, casado com Maria Pires, mameluca, $\frac{1}{8}$ de sangue indio, teve: 7 filhos, um dos quais Amador Bueno, o aclamado, que se casou com

(23) A respeito de fecundidade dos mestiços Quatrefages assim se manifesta, no seu citado *Étude des races humaines*, 49:

“Mais partout ou le croisement s'est accompli dans des conditions a peu près normales, la race enfanté par lui se montre féconde. Aux exemples tirés de l'histoire de Saint Paul, de Quebec, du Manitoba, de la République Dominicaine, on peut ajouter ce qui s'est passé a Pitcairn. Dans cette petite ile, les révoltés anglais de la Bounty et les femmes polynésiennes ont engendré une population qui faisait l'admiration du capitaine Beechey, qui s'est plus que doublée en vingt-cinq ans et plus que triplée en trente-trois ans”.

Quatrefages, na mesma obra citada, não contem o seu entusiasmo pelos mestiços, e reproduz as opiniões de Nicholis, mencionando diversos tipos de mestiços eugênicos, como os dois Humboldts, Alexandre Dumas (mulato), Pouchkine (mulato), Lislett Geoffroy, etc., repetindo sem se cansar o exemplo dos paulistas (pág. 179 e segs).

Bernarda Luiz, mameluca descendente de Tibiriçá, teve 9 filhos, um dos quais Antonio Bueno, que se casou com a paulista de raça mameluca, Maria Amaral S. Payo, tendo 13 filhos (conhecidos).

Diogo Bueno, outro filho do aclamado, casando-se com Maria de Oliveira Leme, também descendente de Tibiriçá, teve 12 filhos, um dos quais, Francisco Bueno da Fonseca, casado com Maria Jorge Velho, teve 8 filhos sendo Diogo Bueno da Fonseca um deles; este, casando-se com sua prima Joana Bueno, teve 12 filhos (note-se a consanguinidade); Manuel Xavier Bueno, outro filho de Francisco e irmão de Diogo, casou-se com sua prima Lucrecia Leme Borges de Cerqueira Bueno, tendo 10 filhos.

Domingos Luiz, o carvoeiro, casando com uma mameluca, neta de Tibiriçá, teve dela 7 filhos, dos quais Inez Camacho foi uma, a qual se casou sucessivamente com dois portugueses (Francisco Teixeira e João da Costa Lima), deles tendo 13 filhos, dos quais João Machado de Lima, casado com a paulista Maria Leme da Silva, teve 11 e Isabel da Costa, casada com Francisco Sutil de Oliveira, deixou 8, sendo um deles João Sutil de Oliveira, marido de Maria Ribeiro; tendo sido assassinado com sua mulher logo depois do casamento, deixou, por isso apenas 2 filhos sendo Sebastião Sutil de Oliveira um deles, o qual deixou de sua mulher 17 filhos.

Maria Sutil, outra filha de Isabel da Costa, casando-se com o mameluco Gaspar Sardinha, dele teve 12 filhos; Inez da Luz, outra filha de Isabel, casada com o português Domingos de Santa Maria, teve 7 filhos; Pascoa da Costa, ainda filha de Isabel, casada com o português Gaspar de Lovera, teve dele 4 filhos, mas um de seus filhos, Lourenço da Costa, que se casou com a paulista Catarina d'Horta, teve 11.

Destes dados se observa, com extraordinaria frequencia, que todas as vezes que os mamelucos paulistas se ligavam a

portugueses de puro sangue, caía a fecundidade, a qual subia muito se, em vez disso, se casavam eles entre si (amixia).

Esse fenômeno é particularmente observável se se estudar a família dos Camargos.

Juseppe de Camargo, sevilhano, casou-se com Leonor Domingues, descendente de Tibiriçá, dela tendo 8 filhos, um dos quais, Fernão de Camargo, que se casou com Mariana do Prado, paulista, deixou dela 14, sendo um deles Fernão de Camargo Ortiz, que se casou com a paulista Joana Lopes, tendo dela 13 filhos, um dos quais Fernão Lopes de Camargo, que se casou com a $\frac{1}{2}$ paulista Maria Siqueira, tendo dela 11.

Marcelino de Camargo, outro dos 8 filhos de Juseppe, casando-se com sua parenta Messia Ferreira Pimentel, descendente de Tibiriçá e de Pequerobí, dela teve 11 filhos, um dos quais João de Camargo Pimentel, que por sua vez foi casado com uma parenta, Maria Franco de Oliveira, neta de Amador Bueno, e portanto proveniente daqueles dois caciques guaianás, dela tendo 12 filhos. Francisco de Camargo Pimentel, outro filho de Marcelino, tendo-se casado com a paulista Isabel de Oliveira Cardoso, dela teve 18 filhos, cujo chefe era Marcelino de Camargo. Mariana de Camargo Pimentel, também filha de Marcelino, casada com Pascoal Delgado Lobo, paulista de ascendência mameluca, teve dele 10 filhos.

Eis a prova magnífica da fecundidade da gente mameluca paulista.

Analisando as obras de Taques e de Silva Leme, conseguí achar as medias do quadro adiante, a propósito da fecundidade dos cruzamentos de europeus com mamelucos de diversas proporções de sangue indio até $\frac{1}{8}$.

Deixei de aprofundar mais a análise, pesquisando a fecundidade entre mamelucos de diversas porcentagens de sangue, porque, a partir de duas ou três gerações, quasi todos os casamentos no planalto eram entre mamelucos de maior ou menor quantidade de sangue indio. Toda a população era

mameluca, com ligeiras exceções, principalmente de algumas famílias, como os Taques, os Lemes, etc., que levaram mais tempo para entrar na mestiçagem geral. Assim sendo, as medias de fecundidade, para os mamelucos em geral, são as que apürei para o planalto.

As médias do quadro seguinte não foram tiradas de material muito abundante, resumindo-se as observações a uma centena de casais aproximadamente, porque não conseguí dados mais completos; em todo caso já se poderá fazer uma idéia bem aproximada do que tenha sido a fecundidade mameluca e do que foram os resultados do cruzamento entre europeu e indio:

<i>Cruzamentos</i>	<i>Médias de fecundidade</i>
Europeu com indio	8,5
Europeu com mameluco 1/2 sangue	5,9
Europeu com mameluco 1/4 sangue	6,17
Europeu com mameluco 1/8 sangue	7,16
Europeu com indio e com mameluco até 1/8 de sangue em geral	6,82

Onde se poderia encontrar outro povo apresentando igual exemplo?

Verdade seja dita que os algarismos apurados não representam senão um índice aproximado, pois o número de observações foi pequeno. Talvez, se se pudesse dispor de material mais abundante, as medias não fossem tão elevadas, mas é possível também que o contrario acontecesse: as medias subissem mais ainda. E o material não foi mais abundante porque só considerei ligações entre europeu e indio, as legítimas, desprezando as ilegítimas, que tinham quasi sempre o carater de pouco duradouras e fortuitas, não podendo ser incluídas em um cálculo de fecundidade, a não ser talvez a de

Braz Esteves Leme, que teve uma ligação de mancebia, da qual resultaram, com uma índia, quasi duas dezenas de filhos.

* * *

Não era, porem, apenas a fecundidade acima demonstrada o único resultado eugenésico do cruzamento do ibérico com o homem americano.

A longevidade tambem foi seu apanagio, assim como é patente a sua extraordinaria varonilidade.

Assim, o mameluco Baltasar Fernandes, o fundador de Sorocaba, com $\frac{1}{4}$ de sangue, faleceu em 1661, com mais de 85 anos. Isabel da Costa, trineta de Tibiriçá, viveu 90 anos; sua irmã tinha 80 em 1680. Fernão Ortiz de Camargo, mameluco, com $\frac{1}{32}$ de sangue de Tibiriçá, tinha mais de 75 anos, quando faleceu em 1690; Francisco de Camargo Santa Maria tinha 79 em 1714; Francisco de Camargo Pimentel tinha 84 e 18 filhos, um dos quais Jerônimo, apurei ter chegado a mais de 76, e Lourenço, outro filho, viveu 78. O Anhanguera, o velho, com 50 anos, em 1682 foi a Goiaz, e aos 65 casou-se pela segunda vez; seu filho, do mesmo apelido, contava 52, em 1722 ao efetuar a celebérrima peregrinação, falecendo com 70 e o filho deste, o coronel Bartolomeu Bueno, nascido em 1700, casou, pela segunda vez, com 67 anos e morreu aos 76, depois de uma vida agitadissima. Amador Bueno, o moço, descendente de Tibiriçá e de Pequerobí, faleceu em 1683, com mais de 75 anos e sua irmã, Isabel da Ribeira, faleceu em 1698 com 85 anos; seu filho, Domingos da Silva Bueno, tinha 63 quando em 1710 foi em expedição militar a Santos socorrer o governador ameaçado pelos franceses, e, em 1711, chefiou, com Domingos Dias da Silva, o socorro ao Rio, ocupada por Duguay Trouin, falecendo com mais de 75 anos. Clara Parente, mameluca, $\frac{1}{2}$ sangue, filha de Terebé e neta de Tibiriçá, faleceu em 1635 com 80 anos.

Qual o motivo, porem, dessa eugenesia de cruzamentos entre ibéricos e indios no planalto paulista, enquanto que, em geral, os cruzamentos dessas duas raças, efetuados em outras regiões do Brasil, não puderam fugir as regras de Lapouge, quanto aos seus produtos mestiços?

E' possível que a não perturbação de caldeamento de duas raças, mais ou menos homogeneas, uma das quais trazia, de alem mar, imenso cabedal de eugenia, por uma terceira raça, como se deu no Nordeste, de modo a complicar a fusão, tivesse sido um dos elementos causadores dessa engenia.

A leve consanguinidade, usada no planalto entre os mamelucos, teria tambem contribuido para a fixação dessa sub-raça mestiça por amixia, hoje bem europeizada pela chegada constante e paulatina de novos elementos.

Seja, porem, como for, a verdade inconcussa é que os mamelucos paulistas constituiram uma sub-raça fixa, eugênica, com os seus atributos inigualaveis de grande fecundidade, magnífica longevidade e espantosa varonilidade.

Estudaremos a seguir a familia paulista nos seus contornos sociológicos, passando em revista o seu volume, a sua conformação, etc., bem como o tipo social do morador, no referente ao tamanho da propriedade bem como na sua delimitação mais ou menos patriarcal, etc.

CAPÍTULO VI

A FAMÍLIA PAULISTA

Dissemos que o regime da divisão territorial paulista na época das bandeiras foi a pequena propriedade, e que, se existiram sesmarias cujas dimensões eram um pouco mais avantajadas, como por exemplo a de Braz Cubas, a de Salvador Pires, à margem direita do Tietê, a de Clemente Álvares, em Pirapitinguí e muitas outras, não chegaram elas a ser cultivadas ou sequer habitadas, devendo logo ter sido divididas e subdivididas, ou pela venda em retalho, do que se sabe por muitas escrituras, ou ainda, pelas partilhas nas transmissões "causa mortis". Isso se verifica, mesmo porque, na região onde se estenderam essas maiores sesmarias, os documentos da época imediata nos revelam miríades de pequenas propriedades, que, medidas às braças de testada por outras tantas de sertão, muito se aproximavam do regime português das aldeias e povoaas, não passando as suas culturas de simples jardinagem em escala ampliada e principalmente em meio mais vasto.

Vimos também a diferença entre o regime vicentino do planalto e o adotado na Baía e em Pernambuco, com os grandes latifúndios, sendo o maior o de Garcia de Ávila, cujos rendeiros, mais mesquinhos, tinham mais do dobro das terras que aos maiores sesmeiros paulistanos eram dadas a cultivar.

Vejam agora quais as consequências sociais decorrentes dessa divisão territorial paulistana, para melhor ser apreciado o tipo do bandeirante em seus caracteres e em sua psicologia.

Em primeiro lugar, a pequena propriedade, estabelecida à ínfima distância da vila central, faz que obrigatoriamente se conclua pela não existência de um tipo propriamente rural,

como descreve, em seus coloridos e luminosos escritos. Oliveira Viana, que ao falar do paulista parece ter-se deixado influenciar pelo tipo decididamente rural pernambucano-baiano, nos seus grandes e isolados latifúndios de açúcar (24). Muito ao contrário deste, o paulista apresentava um misto de rural e de urbano, com suas casas na vila, onde naturalmente dividiam o tempo, aí exercendo cargos da governança bem como outras várias profissões.

As distancias entre as suas fazendinhas e a vila eram tão curtas que, ao falecer o fazendeiro ou alguém de sua família, para a fazenda se transportava a pé (os documentos não citam uma só carruagem de qualquer especie em São Paulo), toda a organização judiciaria, como juiz, escrivão, tabeliães, avaliadores, etc.

Por isso é que militam as palavras testemunhais de D. Luis de Cespedes, que mostram que, por assistirem no campo os moradores da vila de São Paulo, as suas casas ficavam fechadas, o que faz recordar a vida do lavrador romano das eras clássicas. (Taunay, *Na Era das Bandeiras*, 109).

Assim, pois, concluímos ter sido semiurbano o bandeirante, cousa que tanto mais evidente se torna tendo-se em vista o espírito de clã que o dominava, imbuindo-o do tipo social comunitario que tanto lembra as organizações celtas, italianas ou do oriente europeu e asiáticas (25).

Nesse ponto, aliás o paulista não se havia modificado no meio americano, pois que o seu carater semiurbano era

(24) Quasi todos os sociólogos que tentam reconstituir sociologicamente a nossa gente, estabelecem para ela o padrão nortista que, entretanto, foi muito diferente. Nós tivemos a autarquia, policultura e o isolamento econômico, etc.

(25) Se o paulista antigo, com os seus atributos de tenacidade, audacia, espírito ávido de aventuras e cheio de arrojo, parece à primeira vista definir um individuo particularista, como o anglo-saxão, que sempre desprezou a comunidade, agindo sempre só ou com uma pequeníssima porção de homens dotados de

apenas uma continuação da vida portuguesa, como disse-mos. Ele era agricultor, comerciante e profissional, ao mesmo tempo tinha casa na vila como na fazenda, alternando a sua morada.

Muita razão tinha Oliveira Viana mostrando que o paulista nunca andou só, vivendo sempre associado, e a não ser a extensão que esse ilustre escritor quer dar ao tipo sociológico nortista, confundindo-o com o paulista, achamos

igual sentimento individualista, à frente dos quais empregava as maiores somas de energia, um exame mais profundo no carater paulista e no seu modo de vida evidencia que, não obstante tudo isso, o paulista dos dois primeiros séculos pertencia ao tipo comunitario, dentro do qual foram praticadas todas as facanhas do bandeirismo, que hoje tanto nos enchem de justificado orgulho.

Nem era de conceber por outra forma o carater paulista, adaptado a um meio selvagem como era, nesses tempos, o vicentino do planalto.

Atingindo o povoador ibérico as terras de serra acima na primeira metade do quinhentismo, aí se estabeleceram em comunidade estreita, não só porque pertenciam hereditariamente a uma formação comunitária como porque o meio a isso os forçava. Isolados, como guarda avançada na borda de um sertão tenebroso e infinito, cercado de inimigos de todo o gênero, sem poderem nem mesmo receber auxilio do litoral, que muitas vezes tinham de socorrer contra os piratas que o infestavam, os planaltinos tinham que apertar os liames que os ligavam uns aos outros, vivendo cerrados em densos nucleos humanos para mais facilmente se oporem às vicissitudes do desterro a que o destino o havia condenado em tão selvagem região.

Dessas circunstancias nasceram Santo André, São Paulo, Paranaíba, etc., vilarejos e burgos, cercados de miríades de fazendólas, microscópicos nucleos de atividade rural, que adensadas em torno dos centros urbanos se protegiam mutuamente formando uma grande comunidade que foi a paulista nos dois primeiros séculos.

O movimento das bandeiras mais acentuaria o comunitarismo, penetrando no agreste e invio sertão, onde ninguem jamais ousaria aprofundar-se sozinho.

Não só os elementos naturais tornavam impossivel o bandeirismo individual, como igualmente os obstáculos humanos, re-

muito boa a descrição, por esse sociólogo, do espírito de clã paulista (*Populações Meridionais*, 66, 153 e 154).

Ora, dotado desse espírito comunitario reconhecido, o paulista não se adaptaria ao latifúndio isolado das grandes

presentados pelos índios antropófagos, fariam fracassar qualquer tentativa que ousasse isolar-se no hinterland.

Só resistiria aos elementos naturais e ao selvagem o homem reunido em numerosa comunidade.

As bandeiras eram verdadeiras associações de homens para a luta sertaneja.

Foi ela o apanágio do paulista, como o "mir" o foi dos eslavos do norte e a "zadrouga", dos eslavos do sul. Considerada como fenómeno social, a bandeira foi uma vasta organização composta de um número elevado de células vivas, reunidas na mesma comunhão, por fins idênticos, interesses ligados e mesmos ideais. Na bandeira não houve superioridade hierárquica a não ser do chefe; todos os lucros nos apresamentos eram conquistados em comum e depois proporcionalmente divididos. O bandeirante foi, como diria Tourville, o guerreiro odínico à frente da sua "truste communautaire" (*Histoire de la Formation Particulariste*).

A bandeira era pois o índice comunitario da feição que dominou entre os planaltinos, completando os indícios que já obtivemos sobre esse tipo social.

A este regime comunitario, o paulista associava o de clã, nem sempre, porem, evidente no "modus vivendi" paulista dos dois primeiros séculos. Já Oliveira Viana muito perspicazmente observou esta feição do carater social da gente do planalto, descrevendo-o no seu belo estudo *Populações Meridionais*.

Esse regime de clã tinha a sua base na solidariedade parental paulista, sempre evidente nas listas dos bandeirantes que partiam para o sertão, como nas lutas que ensanguentaram as ruas piratininganas, entre as famílias Taques, Pires, Camargo e seus aliados.

Essa solidariedade parental, provocada e exacerbada por apertados laços de parentesco consanguíneo, que entrelaçava quasi toda a população da região, a principio apenas composta de diminutos nucleos de povoadores, no quinhentismo ainda sem a organização de clã, foi evoluindo pelo século seguinte para em seus meados atingir o auge de desenvolvimento.

Mesmo nessa época de apogeu da solidariedade parental, nunca o clã paulista atingiu o grau de desenvolvimento do clã europeu, na Galia, outrora com os seus "gentiles", "devoti", "ambacti",

propriedades, cuja imensidão territorial as distanciaria imensamente da comunidade, junto à qual organizava as suas empreitadas sertanejas e dentro da qual fazia prosperar os seus clãs, notórios na história de São Paulo, quer na célebre luta entre Pires e Camargos, quer ainda nas dezenas de fatos descritos pelo linhagista, cuja fé neste particular nos parece digna de crédito (26) (72).

Esta organização comunitaria paulista mais se realça se examinarmos a família e o "home" paulistano dos primeiros séculos.

A família era de constituição patriarcal, o que se perpetuou até os nossos dias, ressaltando da leitura dos do-

"clientes", etc., que constituíam a complexa organização gaulesa, como nos relata Cesar nos seus comentários.

Poucos foram, também, em São Paulo os "principes factionum", chefes de clã, como Juseppe de Camargo, Fernão de Camargo, o Tigre, João Pires Rodrigues, Garcia Rodrigues Velho, Fernão Dias Paes, Francisco de Siqueira, etc., os quais se distinguiram na célebre luta entre Pires e Camargos.

Muitíssimo mais simples foi a organização do clã paulista o qual compreendia, além do seu chefe com a sua parentela, os aliados, de ordinario os colaterais. Esta era a classe alta do clã, a dos potentados, que deliberrava e comandava; — o restante eram os homens de arco e flecha ou índios administrados de serviço que formavam os séquitos de armas desses chefes e caudilhos. Não houve assim entre os paulistas a complexidade do europeu, não passando ele de simples embrião, e, se chegou a tomar certo vulto não foi em razão de haverem os povoadores trazido da Iberia o seu espírito, mas porque foram forçados pelas condições de vida a adotarem-no.

(26) A esse respeito, convem lembrar a idéia do historiador Laboulaye (*Histoire des Etats Unis*, vol. I, 223):

"C'est ce qui explique et au delà comment la race germanique est faite pour coloniser dans la solitude et l'isolement, tandis que nos races meridionales ne se developpent et n'agissent que par agglomération comme des armées; la solitude leur est mortelle".

(27) O paulista só conheceu a grande propriedade quando começou a cultivar a cana, em Campinas, ou o café. A esse respeito erraram Gilberto Freyre e Oliveira Vianna.

cumentos, já nas relações com o chefe, cuja autoridade só se extinguia com a morte e em torno do qual, com a ausência mais completa de espírito particularista, viviam filhos e netos e até mesmo os ramos bastardos acolhidos com a maior isenção de animo pelas "donas" paulistas, já pela legislação que regulava a transmissão dos bens pela morte dos ascendentes ou pelo casamento das filhas.

O "home" urbano paulista, que facilmente se poderá reconstituir pelas simples leituras dos inventários publicados, é de um interesse fascinante.

Naturalmente muito vasto, era assobradado, como rezam os documentos, para poder abrigar o número elevado de pessoas que formavam a família, quasi sempre constituída pelo casal de velhos, 10 ou 12 filhos do primeiro matrimonio (os muitos casamentos contraídos por uma só pessoa em São Paulo eram exatamente abundantes), outros tantos do segundo matrimonio, além de copioso acervo de índios e índias de serviço, estas quasi sempre carregadas de filhos bastardos do dono da casa ou de outrem; e forçosamente precisaria ter um grande número de quartos, alcovas, etc., que desse teto a toda essa imensa "gens".

O volume da família paulista teria sido de 7 a 8 em media, enquanto que Salvioni (*Algemeine Statistisches*, apud Febvre) diz que na Europa ocidental é de 3,5 a 4,5, na Irlanda de 5 e na Bulgaria de 6. (L. Febvre, *La Terre et l'évolution humaine*, 180) Tirada a pompa emprestada do lar paulistano por Oliveira Vianna (*Popul. Merid.*, 67), fazendo, porem, abstracção dos agregados (28), a descripção desse eminente sociólogo se ajusta bem ao que se vê dos documentos.

(28) "Dentro do solar fazendeiro o nucleo familiar deve ser grande, maior do que o do século IV. O tipo conventual das antigas fazendas coloniais, com a sua serie interminavel de janelas e suas inúmeras alcovas e pomposos sobrados, denunciam o tamanho da familia senhorial desses tempos". (Oliveira Vianna, *Populações Meridionaes*, 67).

Algumas dessas moradias eram isoladas das outras com sua tacaniças e corredores à guisa de chácaras, tendo árvores frutíferas nos fundos, etc.

Essas casas muito grandes, eram completamente nuas do menor conforto e o mais simples exame do mobiliário das mesmas ressalta a rudeza primitiva e a falta do amor à comodidade, tão evidente nos povos de formação particularista como o anglo-saxão por exemplo (29). E tão forte foi esse espírito, que até hoje se pode observá-lo nas velhas famílias paulistas, que o teriam herdado de seus maiores bandeirantes. As velhas fazendas do século XIX refletem esse mesmo espírito iniludível. A se crer nos documentos muito pouco convidativa seria a vida nesses interiores paulistanos, o que faz supor o nenhum apego do paulista primitivo ao seu lar, devendo ter sido deveras lamentável a vida das velhas matronas, nesses casarões onde faziam falta as mais singelas partículas do necessário para um bem viver.

Esta falta de conforto teve, porém, o seu lado benéfico, pois que sem ela os bandeirantes não teriam a sua tempera endurecida e afeita às privações e dificilmente deixariam o aconchego dos amolecedores afagos de uma vida agradável para perلustrar por largos anos as vias sacras martirizantes de um sertão imenso.

Não se pode, entretanto, atribuir essa falta de conforto à desmedida pobreza em que se achavam esses paulistas, portanto os mesmos documentos nos dão conta de outros fatores denunciadores da psicologia dessa gente. Não sendo pobres a ponto de serem obrigados a se privar de todo o conforto, os paulistas trabalhavam nas suas rudes profissões nas lavouras nos descimentos de gentios e nas explorações metalíferas, com o intuito de formar dotes para as suas

(29) Ainda no século XIX. Martius veio encontrar em São Paulo esse modo de vida que os documentos nos ensinam ter sido o apanágio dos séculos anteriores "No tom da sociedade não se nota ainda grande influência da Europa", diz Martius. (*Reise in Brasilien*), *Revista do Inst. Hist. de S. Paulo*, 353.

filhas casadouras ou uma herança que amparasse a família em caso de morte, com um bom monte partilhavel entre os seus herdeiros.

Revelam essa psicologia, os testamentos desses nossos antepassados a qual teria sido a mesma que a dos senhores de engenho do norte. Para isso se privavam de vida mais folgada, o que os seus patricios baianos e pernambucanos não precisavam fazer, em razão de muito maiores disponibilidades. A prova dessa nossa asserção aí está, nesses documentos de inventarios, figurando, ao lado de tanta miseria, objetos de metal preciosos, como tamboladeiras e colheres de prata, cabacinhas, arrecadas e gargantilhas de ouro, ramais de coral, roletas e alfinetes de prata, aljofres, pérolas, brincos, pendentos, anéis, etc., que, não sendo de extraordinario valor não estão, porem, em paralelo com as privanças e sacrificios a que se submetiam.

Raríssimos eram os paulistas que se tratavam com mais um pouco de conforto, ou antes, com menos desconforto, como Antonio Pedroso de Barros, que tinha abundante roupa brarica com renda lavrada e seus abrolhos, de linho e algodão quarteado, tacifiras e alcatifas da India, tapetes, redes franjadas e cortinas de tafetá, trajando-se casquilhamente com seus vestidos, capas e roupetas de barberisco, mantéus de renda com punhos, calções de damasco negro, gibão de veludo negro ou de damasquilho branco, meias de seda verde e preta, ligas de tafetá pardas e sapatos de cordovão, muita catalufa e sedas, retrozes e coifas, negalhos, etc., carapuça de seda e chapéu de fino feltro, adereço lavrado de cinzeladas adagas e espada, tendo a mesa bem servida com bandeja e pratinhos da India, tabuleiros da China, etc. (*Inv. e Test.* XX (80)).

(30) Sobre esse motivo, diz o erudito Taunay, no seu magnífico *São Paulo nos primeiros anos*, 160:

“Reinava em São Paulo no século XVI, como já o frisamos, grande desconforto nas casas e ausencia de objetos manufacturados, das cousas mais usuais da vida civilizada”.

De ordinario, os inventarios dos bandeirantes nos ensinam terem eles vestido muito modestamente o seu gibão de bombazina ou de algodão, chamado ainda gibão de armas, calção de estamemha, bombachas do mesmo pano ou de portalegre, etc., tendo por armamento a sua escopeta de quatro ou cinco palmos, algumas de mais luxo, com seus fechos portugueses, etc..

Muito longe da psicologia dos paulistas dos primeiros anos lembrar aqueles velhos barões normandos, nos seus grandes latifundios, centrados pelos castelos ameados, vivendo do espréito de suas armas medievais, mais se assemelha ela ao tipo celta, que Edmond Demolins descreve no seu magnífico *A quoi tient la superiorité des anglo-*

"Veja-se ainda Mrs. Kindersley, que presta o seu depoimento sobre os interiores baianos setecentistas, *Um cimelio do Museu Paulista; — Cartas sobre a Baía*, tradução do dr. Vicente de Sousa Queiroz.

Não se pense, porem, que no resto do Brasil houvesse muito maior conforto a não ser o determinado pela muita maior riqueza da região. Se na Baía e sobretudo em Pernambuco os colossais proventos do açúcar permitiam grande importação e a vinda de objetos de luxo, como sedas, veludos, jóias, vinhos finos, ninguém imagine, porem, encontrar nos arrolamentos de bens de finados esses mil e um utensilios que a civilização pôs ao alcance e tornou indispensaveis ao homem de hoje, nem mesmo essa profusão de roupa branca que às bolsas mais modestas se oterece. Em principios do século XIX espantava-se Lindley da ausencia, nas casas ricas da Baía, onde encontrar a pesada prataria — de pratos, facas e garfos, pentes e escovas, tesouras e copos! O proprio mobiliario se mostrava escasso e deficiente.

Que poderia existir nas casas paulistanas quinhentistas?

Toscas bancos e catres, mesas e escabelos como mobilia, rudes arcas mal ajustadas onde se guarda a pouca roupa da familia, pois sobremodo escasseava o pano..."

"...Quão desconfortavel seria a vida no arraial sul-americano, guarda avançada no limiar do deserto, se, nas cortes europeias, possuir meia duzia de camisas brancas era privilegio de ricos, se lenços e meias havia pouco se inventaram?" (Taunay, loc. cit.).

saxons, ao falar dos bretões, dos auvernheses e dos celtas britânicos (31).

E talvez, por serem assim, esses rudes e primitivos paulistas não viam no sacrifício estóico e nas privações torturantes do bravo sertão, onde imperava uma majestosa natureza, empecilhos para a obra ciclópica que realizaram. E, que eles diferiam do celta pelo nomadismo e espírito de aventura, que haviam herdado de seus antepassados, germânicos, dirá Oliveira Vianna, possivelmente mediterrâneos, pensamos nós.

O espírito de iniciativa, que os atirava aos agrestes sertões, mais confirmava essa diferenciação do caráter celta, aproximando-os neste ponto do que hoje podemos observar nos anglo-saxons, pois apenas atingiam os paulistas a idade de 15 a 16 anos (Washington Luis, *Capitania de São Paulo*, 39) e já os vemos rijos e valentes, sobraçando a escopeta e o arcabuz, empunhando a espada ou a pistola e levando correntes, grilhões e pelouros, penetrar aventureiros e audazes, por terra ou por mar, nos sertões distantes, à cata da fortuna e da sorte, tal qual os contemporâneos anglo-saxões nos vastos domínios da Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia e como seus antepassados lusitanos, navegadores dos mares ignotos.

Essa gente paulista muito ao invés de se deixar no tranquilo e modorrento esperar pela herança paterna ou avidamente andar à caça de dote da mulher mais promissora em cabedais, ia a descer gentio, ia à cata do ouro ou à conquista das pedrarias...

E' que a legislação da transmissão de propriedade não havia exterminado o germe da ambição da aventura nesses espíritos de elite que tiveram os bandeirantes.

(31) Talvez os moradores do Nordeste se ajustassem melhor a esses modelos, com o seu particularismo e o seu patriarcalismo exagerados, (Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*).

Eis, resumidamente, a psicologia dessa gente, que realizou a união dos tipos comunitarios; policultor, autarquico, democratico, patriarcal, semiurbano com o de nômade aventureiro e ambicioso, saturado de iniciativa. A esse tipo social devemos a nossa grandeza.

Já no século setecentista, quando o paulista largando de vez as suas temerosas empreitadas de caça ao índio se entregava com afã às explorações dos terrenos auríferos, campeando ao longe e depois minerando os ricos socavões encontrados, uma evolução bem sensível se operou nesse espírito comunitario paulista.

Outrora no seiscentismo, como vimos, associavam-se os bandeirantes em grande número, para juntos penetrar nos sertões, em busca do índio. Ninguém se arriscava só nessas lutas formidaveis com a natureza, nesses perigos cruentos com os jesuítas, com o índio e com o castelhano. Só a união, só a associação dos bandeirantes, em vultosos grupos, poderia fazer-lhe a força, dando-lhes a vitoria.

A distribuição agraria no seiscentismo, em torno das vilas, como já vimos, foi o regime da media e da pequena propriedade e o tipo semirural, misto de urbano e rural, foi o único existente, vivendo em sitiecos que, às centenas, bordavam os arredores desses vilarejos formando um verdadeiro enxame de aglomerações na colmeia do planalto.

Todas essas fazendolas situadas a ínfima distancia uma das outras, tornavam solidíssimo o laço comunitario que ligava essa gente paulista, no planalto, completamente isolada do resto do mundo e sem relação mesmo com os demais nucleos da colonia. Por outro lado, o laço parental, cada vez mais sólido no planalto, estreitava esse comunitarismo, que o espírito de clã elevava a alto expoente.

No século seguinte, quando o paulista trocava o mobil das suas entradas, fazendo-as buscar ouro, prata e pedrarias, de muito foram diminuidas as necessidades militares das bandeiras, com o que não era mais preciso que fossem tão numerosos esses corpos expedicionarios, bastando que dois ou

três paulistas se associassem, reunindo o pessoal dos seus sé-
quitos, pouco numerosos aliás, seja dito de passagem, e pene-
trassem no hinterland em busca dos "eldorados".

As bandeiras não mais tinham o fim agressivo do seis-
centismo, mas eram formadas de modo a se defender com
exito se por acaso fossem atacadas, cousa que lhes modificou
a organização, suprimindo-lhes, senão totalmente, ao menos
em grande parte, o seu cunho comunitario, fazendo galgar
o primeiro degrau do particularismo, que o paulista na sua
evolução tinha de atingir.

Muito longe das enormes organizações bandeirantes do
século seiscentista, estavam já, no século dos setecentos, os
exploradores paulistas.

No século XVII, as bandeiras eram formidáveis or-
ganizações guerreiras, levando às vezes uma centena de gran-
des potentados, associados nos lucros, chefiando as suas for-
ças de índios e mamelucos, as quais algumas vezes atingiram
a 4000 homens, como nos asseguram os jesuitas espanhóis
das missões do Rio Grande do Sul (Padre Carlos Teshauer,
Historia do Rio Grande do Sul).

A bandeira de 1628, que destruiu e conquistou o Guai-
rá, foi um verdadeiro exército de cujos comandantes se co-
nhecem mais de 100 nomes dentre mais de 300 potentados.
A bandeira de Nicolau Barreto que em 1602-1604 foi até
o Perú, não era menor e as bandeiras que foram ao Tape,
em 1636-1641, tinham as mesmas proporções vultosas (Ellis,
O Bandeirismo Paulista).

No século XVIII a cousa muda completamente de fi-
gura. Os paulistas que, para a captura do índio, tinham de
tomar uma ininterrupta ofensiva contra o sertão, o índio, o
jesuita e o castelhano, limitavam-se à defensiva se fossem
atacados. Assim as bandeiras de expedições bélicas trans-
formaram-se em presas comerciais. Diminuem em volume,
mas aumentam consideravelmente em número. Se no seiscentismo o planalto poderia manter apenas uma bandeira de
vulto no sertão, no século seguinte varias dezenas delas na-

vegavam concomitantemente o oceano verde sem fim da mata virgem. Dois ou três chefes se reúnem, juntam os seus administrados e vão ao sertão em pequenos grupos isolados.

Assim foi o Anhangüera, assim foram as bandeiras de descobrimento das Gerais e de Cuiabá!

A evolução da bandeira obrigava também a evolução do caráter que de comunitário se ia tornando particularista.

Paralelamente a este fenômeno, ainda outro corroborava nesse sentido.

A distribuição agrária já não se fazia somente ao redor das vilas mas também em volta dos arraiais das minerações, os quais, multiplicando-se por enormes extensões em Minas Gerais, Goiaz e Mato Grosso, iam isolando os mineradores em núcleos muito diminutos, distanciando-os da comunidade, à medida que o ouro ia sendo encontrado nas regiões mais afastadas.

Por outro lado, o planalto, despovoando-se já pela emigração para as minas como também pela expansão para as regiões novas que iam sendo colonizadas, ia tornando possível o aumento do volume das propriedades agrícolas e o abandono das que fossem menos produtivas, de modo que a população diminuiu muito em densidade, para se alargar o seu campo de ação, crescendo enormemente o perímetro de expansão agrícola no próprio planalto. Este fato ia, como era natural, fazendo desaparecer aos poucos a pequena propriedade, dando origem ao pequeno latifúndio, o que isolava o homem, fazendo-o perder o caráter semiurbano, tornando-o mais individualista e afrouxando os laços da comunhão; além disso, já não era sensível o isolamento do planalto em relação ao resto da lusitanidade e os perigos, que do sertão lhe poderiam advir, não eram manifestos.

Já não tinham os bandeirantes seiscentistas, em enorme área, varrido o gentio, trilhando todas as sendas e desvendando todos os mistérios?

Não mais havia necessidade desse estreito liame entre os moradores, que os tornava fortes em relação às trevas que os rodeavam no quinhentismo e no século seguinte.

[Eis as razões que incentivaram a mutação do caracter social paulista.

Com o decorrer do setecentismo, o minerador, fixando-se só ou com sua família, por demais se isolava individualmente em seus aluviões ou nos latifúndios que os circundavam, de modo que, quando ricos tornavam ao planalto, já haviam também perdido a feição comunitaria.

As monções, grandes agremiações setecentistas que pelo Anhembi demandavam as minas cuiabanas, nunca passaram de viagens periódicas, de modo que não podem ser invocadas como tipo de organização comunitaria, ou testemunha, ao menos, de um resto que dela poderia ter ficado. Eram comboios que demandavam as regiões auríferas e que, chegando ao seu destino, se desmembravam, tomando cada qual escoteiramente, o seu rumo para os aluviões, onde exerciam seus labores. Os lucros não eram mais em comum como os resultantes das expedições seiscentistas. Cada qual trabalhava para si, nada tendo a ver com os vizinhos.

Nessas condições, trilhando a senda que levava ao particularismo, o paulista atingiu o ocaso do setecentismo, embora não tenha completado nesse século a sua evolução, de modo que o século XVIII foi de transição.

Essa impressão ressalta, mesmo da simples análise, dos trabalhos genealógicos de Taques e de Silva Leme.

Vê-se maior liberdade de ação, mais mobilidade, mais independencia entre os membros dessas famílias vetustas, que com mais facilidade se desagregavam rompendo os laços da parentela, para se dispersar, internando-se isolados, com suas famílias, pelos sertões longínquos do Paraná, do Rio Grande, do São Francisco, do Piauí, etc., como o fizeram os Dias Velho, os Brito Peixoto e uma multidão de outros mais.

Só o século XIX seria testemunha da definitiva transposição das fronteiras do comunitarismo para o particularismo, por parte da gente do planalto paulista.

Como o século XVII para o XVIII transcorreu com a descoberta do ouro nas Gerais, etc., fenômeno tão prehe de consequencias de toda a natureza, assim também o século XIX foi iniciado com um outro acontecimento que foi sem contestação o credor de toda a nossa vida dos oitocentos, da presente do século XX e da futura, quiçá, até que geração! Trata-se da importação, para o Brasil, da cultura do café, que com grande incremento se alastrou pelo vale do Paraíba acima, penetrando no planalto paulista.

Eis um fato dos de maior monta da nossa história. O café, defrontando-se com uma região ubérrima, onde os espigões ondulantes, cobertos da luxuriante mata virgem impenetravel, se estendiam até as ribanceiras do Jeticai, numa area formidavel, tinha que produzir as mais profundas consequencias se fosse levado por uma gente do porte físico e moral do paulista. Foi o que aconteceu, após a derrubada da mata virgem e a invasão do hinterland pelos descendentes autênticos dos velhos sertanistas bandeirantes.

Mas a formação da lavoura cafeeira tinha que ser feita em condições especiais. O paulista, a sua familia, o seu séquito de caboclos e escravos negros, em caravanas, partiam às dezenas dos nucleos urbanos de Itú, Sorocaba, Campinas, etc., internando-se profundamente no sertão, onde se isolavam nos latifundios, completamente segregados da comunidade.

Daí, o particularismo, era forçoso, tinha que tomar um grande impulso, com a absoluta eliminação das bases do comunitarismo. Com este, haviam morrido no passado seiscentista todas as causas que o tornavam obrigatorio, com ele haviam desaparecido no passado setecentista todas as circunstancias que o faziam possivel.

E, assim, o paulista se identificou definitivamente no individualismo, atingindo o pináculo da sua evolução.

Fenômeno muito interessante passou-se com a gente do planalto.

Vimos como evoluiu da formação comunitaria para a particularista, depois de sofrer a influencia de elevado número de causas.

O seu estado patriarcal, trazido da Iberia pelos povoadores, e que acabamos de analisar, não passou pela mesma evolução que originou o individualismo.

Se o patriarcado fôra no quinhentismo dos povoadores, no seiscentismo dos preadores de indio, uma instituição arraigadíssima no povo do planalto, não conseguiu a mineração dos setecentos, com todas as suas consequencias, desenraizá-lo do carater da gente paulista, nem tão pouco a transformação sofrida pelo paulista com a lavoura de café foi de molde a alterar esse sinal indelevel que marcou os nossos antepassados até o século XX.

Mau grado a diversificação completa do sistema de vida, nas mais variadas regiões, ocorrendo paralelamente a mutação do regime de divisão rural ou a transformação do carater seminômade do bandeirante para o de cultivador sedentario, ou, ainda, a transfiguração do tipo acentuado do comunitario para o de evidente individualista, em muito pouco foi, no século XIX, alterado o feitio patriarcal do paulista. Esse traço na formação social paulista, sempre evidenciado de modo notavel, passou pelas idades para chegar empalidecido, seja dito de passagem, ao século XX, que está sendo testemunha da falencia do regime patriarcal.

Não é necessario fazer a análise do carater paulista do século XIX, neste particular, pois na lembrança de todos deverá manter-se a figura do velho patriarca dos oitocentos imperando sobre imensa familia, com um número elevado de filhos, netos, bisnetos, etc., todos reunidos sob o mesmo teto, o inenso casarão da fazenda de café, aquella moradia des-

nudada de conforto e dividida em grande número de quartos de proporções fantásticas.

* * *

Com isso, quero ainda estudar o morador no concernente ao seu nível social, sem embargo de já haver dito no início deste trabalho que a sua procedencia não era das altas camadas da aristocracia, como se afigurou a Oliveira Vianna (82).

Foi Cândido Mendes quem deu origem às idéias falsas de que os primeiros colonizadores da capitania vicentina haviam sido degregados do reino e criminosos deportados para estas plagas americanas. Pretendeu esse senador do Império, e com ele uma legião de imitadores, derrocar os escritos nobiliarcomaniacos de Frei Gaspar e de Pedro Taques, procurando não só provar o nenhum fundamento da aristocracia dos que primeiro colonizaram o nosso torrão, como denegrindo a sua memória, contra eles assacando crimes que nunca praticaram.

Essa tendencia a enegrecer o nosso remoto passado desapareceu logo, porém, dando lugar, de novo, ao que esses dois "portentos de retentivas", que foram o linhagista e o monge historiador, haviam estabelecido.

Muitos têm sido os trabalhos históricos aparecidos recentemente comprovando os assertos genealógicos das duas luzes paulistas do século dos setecentos e monumental é sem dúvida o vulto da *Genealogia paulistana*, em que Silva Leme deixou patente a muita veracidade da parte genealógica da *Nobiliarquia* de Taques.

(32) Este ilustre sociólogo, a quem tributo as homenagens muito sinceras da minha admiração, quis emprestar ao nosso grupo humano, a evoluir pelo passado, a pompa e o luxo que, de fato, existiram no Norte. A este respeito Oliveira Vianna preludiou Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala*) que também errou, adotando tese que os documentos contradizem. A explicação está em que eles foram influenciados pelo fantasioso Pedro Taques.

A recente publicação dos documentos municipais e dos inventários e testamentos, ordenada por Washington Luis, é sobre este interessantíssimo assunto uma fonte preciosa e reveladora de conhecimentos, que o vem livrar de qualquer sombra de dúvida, orientando por novas vias o estudo das condições em que viviam os primeiros habitantes civilizados do planalto piratiningano.

De fato, essas inestimáveis coletâneas de publicações documentais estabelecem com força indestrutível que, se é verdade terem aportado a São Paulo alguns povoadores que atrás de si tinham uma linhagem que, por um ou outro costado, ia entroncar-se nas grandes genealogias aristocráticas da península ibérica, o certo é que a quasi totalidade dos povoadores pertencera à boa burguesia e à plebe de Portugal e de Castela, tendo sido título de nobreza para os modestos colonos apenas a "limpeza do sangue de cristãos velhos livres de mesclas impuras com judeus mouros ou quaisquer outras infetas nações" (Taunay, *São Paulo no século XVI*, 220).

Assim, pois, a primeira camada de povoadores, sem justificar as horripilantes e ultra apaixonadas idéias de Cândido Mendes, não deveria ter sido também de calhar com as que, a seu respeito, recentemente Oliveira Vianna manifestou, à larga, tanto no *Populações Meridionais*, pág. 13, 18, como também no *Evoluções do povo brasileiro*, pág. 114.

Tanto desvirtuou, Cândido Mendes, apaixonadamente a verdade histórica, procurando rebaixar o nível da nossa primeira colonização, como se enganou Oliveira Vianna elevando-o desmedidamente. (*Populações Meridionais*, 110).

Como dissemos, se é verdade que um ou outro povoador procedia, por algum ramo de sua complicada ascendência, de uma genealogia fidalga do reino, não sem passar por muitas bastardias e através de muitos cruzamentos com elementos afro-asiáticos e árabe-bérberes e ia chegar aos primitivos heróis peninsulares, esses poderiam ser contados a dedo, tão resumido o seu número! E mesmo esses não se davam ao luxo de uma vida aristocrata, eivada de pre-

conceitos orgulhosos de nobreza. Muito pelo contrário! A impressão de quem percorre muito sumariamente as páginas das publicações oficiais dos documentos quinhentistas e seiscentistas, é que uma verdadeira e inigualável democracia imperou, nesse longínquo e brumoso passado, sobre os nossos rudes ascendentes (33).

Nem um só título de nobreza, nem uma só expressão distintora separava esses que teriam possuído alguma gota de sangue azul, perdidas entre a massa de glóbulos muito rubros de sangue burguês, do restante da população plebéia do planalto vicentino. O regime democratico que constituiu o "modus vivendi" dessa gente muito simples e rústica, de outras eras, foi fãõ intenso, que mesmo esses elementos, procedentes de alguma maneira das casas nobres da península, não se pejavam de entrar para o "in breeding" geral, que constituiu a formação da gente paulista e para a qual o sangue do aborígene, concorreu caudalosamente. O meio rude e sertanejo paulista foi um agente democratizador tão pujante que em São Paulo primitivo não houve, em absoluto, distinção de classes, nem mesmo para com os mamelucos, excetuando naturalmente os índios escravos e forros, sendo que mui raramente uma ou outra família, talvez se lembrava de justificar sua ascendência, procedendo mais a uma "puritate sanguinis" do que propriamente a uma "nobilitate probanda" (34).

—*

Já nesse quinhentismo, quando as tradições de separação de castas, trazidas de além-mar, deveriam ainda estar

(33) No século XVIII parece ter havido um início de prosapias de linhagens e de pretensões a origens aristocratas. Isso teria dado origem aos trabalhos de Taques e Frei Gaspar, bem como às justificações de Pedro Taques de Almeida e alguns vestígios dessa natureza deixados pelo dr. Guilherme Pompeu, em mistura com suas contas de juro, etc.

(34) O estado de nivelamento social no planalto, durante esses estagios primevos, é bem aquele que o historiador Laboulaye, no seu *Histoire des Etats Unis*, vol. 1, 138, ao descrever a colonia de New Plymouth pinta com mão de mestre:

quentes, viam-se, pelos documentos, varões ilustres que se intitulavam fidalgos, patriarcas a quem hoje tributamos o nosso culto respeitoso e uma admiração toda cheia de orgulho e reverencia, exercendo officios mecânicos em completa igualdade de condições com qualquer labrego saído das mais modestas camadas populares reinóis. Assim, sabemos que Pedro Leme, aquele vetusto povoador que, entre nós, iniciou essa "gens" formidavel que no decurso da nossa historia foram os Lemes, foi um simples carpinteiro, assim tambem como o foi o seu genro Braz Esteves e Bartolomeu Bueno, que aquí iniciou a gente não menos evidente aos nossos faustos e não menos demonstradora de eugenia que foram os Buenos, assim como Gonçalo Pires, talvez membro da familia tão celebrada dos Pires. (*Atas*, vol. 11, 107).

Pedreiro foi o patriarca Domingos Luiz, o Carvoeiro, sem outra nobreza alem de professo do Hábito de Cristo, ferreiros foram Clemente Alvares, o grande sertanista e minerador, Domingos Fernandes, o fundador de Itú, e seu parente, talvez, Bartolomeu Fernandes. Alfaiate e tecelão, foi o fidalgo de Zamora, Diogo de Lara y Ordoñez, assim como tambem o foi João Rodrigues de Oliveira. Sapateiro foi o grande batedor das selvas, Baltasar Gonçalves, figura obrigatoria em todos os róis de bandeiras do primeiro quartel do quinhentismo. Fabricante de chapéus de feltro foi o aclamado Amador Bueno. Dentista, curandeiro, barbeiro, varredor de igrejas e ermitão, foi João da Costa Lima, o mirinhão; vendeiro, foi Manuel Pires, bandeirante, conquistador do Guará e sogro do grande Raposo Tavares. Afonso Sardinha foi próspero negociante, expor-

"... tous frères par la foi et la souffrance, égaux de conditions et de fortune, que pouvait-il être, sinon une pure démocratie?"

Il n'y avait pas là un chef guerrier partageant la terre entre ses compagnons d'armes, suivant leur mérite et leur exploits. Il n'y avait pas davantage un noble seigneur payant de ses deniers la terre qu'il distribue, à des conditions diverses, aux colons qu'il agrées. L'égalité était absolue entre les pélérens".

tador de peles, lavrador, etc. Antonio Pedroso (provavelmente de Alvarenga) foi açougueiro, assim como também o foi Manuel João Branco, que exerceu esse officio e o de moileiro de trigo, cousa que, no Mandaj também o fôra o mesmo Amador Bueno, o aclamado (*Atas*, 11, 368, 375, 377).

A completa paridade de tratamento entre todos os moradores paulistanos, revelada pelo exame dos documentos, foi o apanagio dessa democracia que acabamos de evidenciar.

Foi ela, pois, observada entre os primitivos paulistas, em toda a sua plenitude, não sendo certas as idéias de que os mesmos tivessem sido "extremamente zelosos de suas linhagens aristocráticas", como se vê escrito algures ⁽³⁵⁾.

Muito pouca cousa se encontra nos documentos que denuncie ter havido excepcionalmente certa vaidade nas exhibções genealógicas e se não fosse o grande talento de pesquisador de Pedro Taques, com os seus preciosos legados, até hoje estaríamos na ignorancia dos laços que nos prendem aos primitivos povoadores. E, mesmo assim, esses trabalhos de Taques terminam no remoto passado, sem ousar atravessar o oceano, para no velho continente prosseguir nas suas estirpes. (Paulo Prado, "Paulistica").

Com isto, é certo que os paulistas de antanho descuravam por completo do conhecimento de suas genealogias européias. E por isso não nos legaram nos dois primeiros séculos nada que demostre senão esse descaso absoluto.

Muito à surdina, chegam-nos rumores de um trabalho genealógico datando do segundo quartel do seiscentismo, da autoria de Pedro Moraes Madureira, paulista dos menos ignorantes, que estudara em Coimbra. Se existiu realmente esse trabalho, ter-se-ia perdido nas trevas de uma indiferença dos moradores do planalto por tais assuntos.

Os instrumentos de "nobilitate probanda", registrados nos documentos municipais, muito pouca luz lançam a esse respeito; sendo eles, quasi todos, do século XVIII (raris-

(35) Isso acontecia no Norte, não aqui.

sima exceção do fim do século anterior) não demonstram esse zelo apregoado pela frase acima mencionada.

É, que a nossa verdadeira aristocracia, foi aqui formada no bandeirismo e não importada da Iberia.

Do exame atento que precede a um raciocínio acurado e imparcial, pensamos que os povoadores de São Paulo e seus arredores, não só os que Silva Leme menciona na sua genealogia como os que encontramos nos documentos de publicação oficial, podem ser divididos, quanto à sua extração, em quatro classes distintas:

I — Povoadores descendentes por uma ou outra linhagem, por um ou outro costado, de casas aristocratas peninsulares.

II — Povoadores que foram intitutados fidalgos, sem conhecer a ascendencia, se ligada à aristocracia dos reinos peninsulares ou se foram eles feitos fidalgos por qualquer mérito pessoal.

III — Povoadores sem título absolutamente algum e de ascendencia ignorada, tendo, entretanto, nomes que denotam certa nobreza, mas da qual não se têm elementos para nem ao menos suspeitar.

IV — Povoadores reconhecidamente plebeus, massa enorme que Taunay chama de "vulgum pecus", os quais constituindo a imensa maioria dos povoadores, eram de extração ainda mais modesta do que a precedente.

A primeira dessas classes constituiu com a segunda o que se chamaria nobreza mediana, pois em São Paulo não tivemos positivamente elemento algum da grande nobreza. A ela pertenceram muito poucos elementos, que teriam sido os Moraes, os Lemes, os Laras, os Alvarengas, os Borges de Cerqueira, os Leite Furtado, os Arruda Botelho, os Costa Cabral, os Arias de Aguirre, os Rendon de Quebedo Alarcon y Luna Contreras y Torales, Cabeça de Vaca, Lemos e Zunega.

Não deveriam ser todos esses componentes do elemento aristocrata em São Paulo perfeitamente concios de suas

linhagens, que para muitos deles teria sido talvez desconhecida. É o que se conclue da deficiencia de documentos registrados, girando em torno dessa pretensa aristocracia.

Vejamos, porem, mais de perto esses elementos.

Os Moraes que, pela justificação "nobilitate probanda", procedida em Mogadouro em 1579, por Baltasar Moraes de Antas e a qual se acha registada em São Paulo, como se vê no *Registo Geral*, vol. III, pág. 95, provinham dos Moraes Navarro de Antas, fidalgos de primeira linhagem da corte de Portugal, cuja genealogia Pedro Taques, com auxilio de numerosa bibliografia de nobiliarios como o de José Freire Monte Arroio Mascarenhas, título "Braganções", "Nobiliario" do conde D. Pedro de Barcelos, "Genealogia da casa real portuguesa", de Antonio Caetano de Sousa, etc., reconstituiu e Silva Leme, no seu título Moraes, reproduziu, tinham a sua nobreza originada nas casas de Bragança de D. Mendo Alam, pai de D. Fernando Mendes de Bragança, que fora casado com uma filha de Afonso VI, rei de Leão, o qual fora pai de D. Mendo Fernandes de Bragança, casado com D. Sancha Viegas de Baião, neta por D. Egas Gonzendes do célebre D. Arnaldo de Baião. Dom Mendo Fernandes de Bragança foi pai de D. Fernando Mendes de Bragança, o Bravo, companheiro de Afonso Henriques, etc., etc..

Pelo que apuramos, pois, essa familia dos Moraes cultivou a megalomania aristocrata, deixando por meio dessa justificação o seu trono povoador ligado à muito nobre familia dos Navarro de Antas, cujas origens foram os Braganças. Pelos outros costados ignoramos as linhagens destes povoadores, a não ser a que diz respeito aos Moraes, de Trás-os-Montes, os quais eram da nobreza mediana, cujas origens remontam a 1217, com Gonçalo Rodrigues de Moraes. O brasão de armas desta casa acha-se registado no livro da Torre do Tombo em Lisboa, fls. 32, segundo nos relata Sanches de Baena, *Indice Heráldico*.

Igual zelo ao dos Moraes, também demonstram os Alvarengas, com frei Luiz dos Anjos, frei João da Luz, os capitães Antonio Pedroso de Alvarenga e Estevão Ribeiro de Alvarenga, dele deixando vestígios na documentação impressa (*Revista Geral*, vol. II, 376), que são um "Registo do brasão do reverendo padre frei Luiz dos Anjos, religioso de Nossa Senhora do Carmo".

Esse documento é uma carta de brasão passada pelo príncipe regente, futuro rei d. Pedro II, pela qual, depois da necessaria justificação por meio de testemunhas, deixou certa não só a limpeza do sangue desses Alvarengas como também a ligação por descendencia de Antonio Rodrigues de Alvarenga, o povoador paulista, aos Alvarengas de muito illustre geração portuguesa, os quais eram provenientes de Mem Pais Curvo e de seu filho Martim Pires de Alvarenga, fidalgos solarengos, em Entre Douro e Minho. Esse documento por nós mencionado e passado pelo príncipe regente a favor dos Alvarengas paulistas, nada diz porém, desta ascendencia citada, que foi por nós colhida no nobiliario do visconde de Sanches de Baena, mencionado.

Linhagem muito illustre, também, tiveram os Laras, descendentes do povoador alfaiate Diogo de Lara y Ordoñez, castelhano de Zamora, tendo sido feita uma justificação na cidade de Zamora, pela qual ficou certo provir essa familia da célebre "gens" feudal dos condes de Lara e de Castela, cujos remotos antepassados originarios dessa prosapia foram Gonçalo Fernandez, conde de Castela e de Burgos, grande guerreiro da época da reconquista peninsular e seu filho Gustios Gonçalez, que se casara com D. Ortiga Ramires, filha do rei de Leão, D. Ramiro II e de sua esposa, a moura conversa Ortiga. Este Gustios Gonçalez morrera em batalha contra Almanzor, o hajib de Córdoba, sendo seu filho Gonçalo Fernandes, que se casou com D. Nonia, filha de D. Fernando, conde de Lara. O pai de D. Fernando, conde de Lara y Allava y de Castela, casando-se com D. Sancha, filha do rei D. Garcia III, o Tremedor de Navarra, foi

o tronco primitivo de todos os Laras de Zamora, entre os quais o ramo colonizador do planalto paulista, não sem passar porem por gente muito ilustre, sempre em Castela, entre a qual D. Pedro Gonçalez de Lara, genro que foi do célebre fidalgo galego, conde da Trava, o amante da infanta D. Tareja, de Portugal, filha de Afonso VI, de Leão.

Antepassado muito distinto da familia dos Laras foi tambem D. Nonio Gonçalez de Lara, que, como um leão, morreu na batalha de Ecisa, tendo sido uma das lanças mais valentes de toda a península.

Eis a fidalguia do povoador vicentista. Não figura ela, entretanto, nos autos "de genere" processados em Zamora em 1707, por Pedro Taques de Almeida, habilitação essa que obteve sentença de "purityte sanguinis".

Se apenas em 1707 um descendente aristocratomaníaco de Diogo de Lara se lembrou de ligar o seu ascendente à ilustre familia de Castela Vieja, ressalta à evidência que Diogo de Lara nunca tivera zelos de linhagem, o que teria poupado ao seu bisneto o trabalho de proceder a essa ligação. Se tivesse ele se preocupado em traçar com mão firme a sua árvore genealógica, não seria preciso Pedro Taques de Almeida ir ao reino buscar provas de pureza de sangue aliás toda hipotética e illusoria, porque na verdade não havia casa na península ibérica que não tivesse mistura de sangue semita ou camita, árabe ou bérbere, cousa que tambem foi extensiva aos Laras, como mostramos do casamento de Gustios Gonçalez com Ortiga Ramirez, filha de uma moura. Assim, pois, é de crer tivesse Diogo de Lara sido mais propenso aos seus labores de alfaiate e de tecelão do que aos misteres de linhagista, tendo mais apego à roca, ao fuso e à tesoura do que aos nobiliarios e brasões, de que não deixou vestigios; seus descendentes no bandeirismo e nos demais fatos da historia do planalto encarregaram-se de fazer o nome Lara muito mais nobre e lustroso.

Pascoal Leite Furtado e os irmãos Arruda Botelho foram outros troncos fidaigos povoadores vicentistas, aquele

aportado nos fins do quinhentismo, ligando-se por matrimonio a uma das filhas de João do Prado.

A linhagem de Pascoal Leite foi provada pelo brasão de armas passado em 1707 pelo rei de armas aos padres Gaspar de Andrade Columbreiro e Francisco de Andrade, sendo mais uma prova de que só no século XVIII os paulistas começaram a ligar importância a assuntos heráldico-genealógicos, promovendo essas célebres justificações, às quais eram indiferentes os povoadores do quinhentismo e do seiscentismo.

Por esse documento, a linhagem de Pascoal Leite se entroncava com a dos Arruda Botelho, em seus ascendentes João Gonçalves Botelho e Isabel Dias da Costa, formando com ela um só todo, até aos mais remotos ascendentes.

Pedro Taques reproduz essa ascendência dos Arruda Botelho no seu título inédito "Arrudas" e Gaspar Frutuoso faz o mesmo em "Saudades da terra".

Essa linhagem dos Botelhos, além de proceder de valentes cavaleiros e ricos homens dos tempos heróicos da península, tais como D. Paio de Mogudo, D. Egas Muniz e fidalgos dos Mendes da Maia, entre os quais o célebre li-dador, dos condes de Trastámara, dos condes de Cabrera, dos senhores de Albergaria, Azevedo, Sandim, Penegate, Ferreira, de Baião, atinge na sua remota ascendência à dinastia real de Portugal com Afonso Henriques, naturalmente por vários ramos bastardos, à de Leão, Galiza e Asturias, com todos aqueles monarcas néo-hispânicos, cuja serie se inicia no nobre Pelagio da prosapia de Canabria e naqueles primeiros fidalgos da terra lusa, entre os quais D. Arnaldo de Baião, antepassado obrigatorio de todas as genealogias peninsulares.

Toda esta linhagem, que constitue a nobreza de Pascoal Leite Furtado e dos irmãos Arruda Botelho e que Silva Leme reproduz do título inédito "Arrudas", de Pedro Taques, é baseada em dados fornecidos por muitos nobiliarios,

citados no trabalho, entre os quais "Os Grandes de Portugal", etc.

Seria muito longo e por demais fastidioso reproduzi-la, com toda a sua serie de nomes e titulares, tanto mais quanto já se acha ella impressa no vol. 4.º, págs. 3 a 12, da *Genealogia Paulistana*, de Silva Leme, embora tenhamos dados para fazê-la muito mais longa e atraente do que a apresentada pelo insigne genealogista, dados que nos foram fornecidos pelo saudoso dr. Gentil de Assis Moura, do Instituto Histórico Brasileiro, por elle colhidos em varios trabalhos notaveis entre os quais *Frei Gonçalo Velho de Aires de Sá*, etc.

* * *

Igualmente illustre é a ascendencia de Simão Borges de Cerqueira, outro varão illustre da nobreza portugueza, transplantado para o planalto vicentino. No vol. 3.º da *Genealogia Paulistana*, Silva Leme a reproduz, dos "Apostamentos Genealógicos" do dr. Moretzsohn de Castro, nella figurando vultos de grande destaque na historia peninsular, tais como os lendarios condes D. Mendo, o Sousão, Egas Muniz, D. Martim Muniz, conde Osório, o célebre mosárabe conde Sesnando, Gonçalo Mendes da Maia, alem de varias testas coroadas que, iniciando-se em D. Fernando Magno, constituem uma vasta serie ascendente, não poucando o indefectivel Ramiro II e sua mulher, a moura Ortiga, e não sem passar através de varias das mais illustres familias da Península, entre as quais a dos Teles de Menezes, mais celebrizada pela luxuria e ambição de Leonor Teles do que pelo brilho heráldico dos seus brasões.

Com esta teria sido tambem muito nobre a ascendencia de alguns ramos da genealogia de Antão Leme (36), que

(36) Este Antão Leme, povoador, era filho do grande descobridor navegador Antonio Leme, da ilha da Madeira (1474-1484), companheiro de Vicente Dias, Diogo de Teive, Afonso Sanches, que

com seu filho Pero Leme, no quinhentismo, aportou a São Vicente.

Como é sabido, por varonia, esses Lemes procediam de Antonio Leme, filho natural do flamengo Martim Leme, tendo, entre o povoador Antão Leme e este seu antepassado flamengo, mediado quatro gerações, de maneira que teria ele apenas 1/16 de sangue holandês e Pero Leme, seu filho, também povoador primevo, somente 1/32.

Antão Leme era filho de Catarina de Barros, da illustre linhagem dos Gonçalves da Câmara, que procedia do célebre navegador e guerreiro, João Gonçalves Zargo, bem como das famílias dos Noronhas, ramo bastardo de Henrique de Trastamara, o rei bastardo de Castela, tão célebre pela sua luta contra o Príncipe Negro na guerra dos Cem Anos. Eram os Gonçalves da Câmara ligados ainda aos Sciarra Colonnas, muito nobre família romana, cujas origens remontavam às épocas da antiguidade clássica; segundo dados que nos forneceu o fidalgo dr. Braz de Sousa Arruda, erudito amante de cousas genealógicas, que colheu por sua vez com o dr. Moretzsohn de Castro (D. Tivisco de Nazão, Zarco e Colonna; Montarroyo Mascarenhas, etc.).

E nisto constituiu a fidalguia paulista de genealogia conhecida e ligada à aristocracia reinol.

É preciso notar, porem, que de todas essas linhagens, por nós apontadas, só a dos Morais Dantas era sabida nos primeiros séculos, datando o conhecimento das outras do século XVIII em diante. Pelo menos os documentos não nos autorizam o contrario.

A segunda das nossas classes sociais, muito mais vulgosa do que a primeira, correspondia, como esta, à mediana nobreza. A ela teriam pertencido os cavaleiros fidalgos da casa de D. João III, sem outros títulos nobiliárquicos e sem que o saibamos pertencentes a linhagens aristocráticas da península.

cruzavam nessa época o oceano ocidental em todas as direcções, como ensina Las Casas, e repetem Faustino da Fonseca e Sophus Ruge.

Rocha Pombo — *História do Brasil*, vol. I, págs. 49 e 65.

Dentre esses, sabemos D. Antonio de Oliveira, locotenente do donatario da capitania de São Vicente, o qual deixou grande prole, que até hoje perpetua o nome de Oliveira.

Não sabemos se ele, no reino, teria pertencido à casa fidalga do brasão rubro com a oliveira verde, de frutos de ouro e raizes de prata. Não achamos uma só peça documental que a isso se refira, e este silencio dos documentos faz crer ter sido Antonio de Oliveira um nobilitado pelos seus méritos pessoais e não um herdeiro desse medíocre e muito modesto titulo nobiliárquico de cavaleiro fidalgo da casa del-rei.

O mesmo se teria dado em relação ao seu congêneres de Isabel Gamboa. Antonio Rodrigues de Almeida, também cavaleiro fidalgo de D. João III, ou o genro deste, Antonio Proença, o degredado, moço fidalgo da Câmara do infante D. Luiz ou ainda com Braz Cubas ou os irmãos Pinto e com Jorge Ferreira, o genro de Ramalho.

É possível terem eles sido nobres por herança, mas não vimos ainda nada que nos autorize a isso pensar e o mutismo dos documentos é bem significativo e demasiado eloquente para se concluir o contrario (87).

* * *

(37) Essa aristocracia era toda ela constituída na Idade Media, unicamente baseada na bravura, no esforço ou no denodo, demonstrados ao decorrer das guerras dos monarcas da primeira dinastia portuguesa, de quando Portugal, ainda sem alma nacional, se enfeudava na cavalaria e se alongava nas lutas da "reconquista".

O advento da dinastia dos Aviz não mais recrutava a aristocracia com o criterio do valor nos combates, mas sim do que haviam demonstrado na navegação.

Como se vê, os criterios variavam muito sobre os modos pelos quais se recrutava a aristocracia.

Entre nós o criterio da saliencia no bandeirismo e no povoamento foi o que teve vigencia, com esquecimento dos anteriores. Isso veio convulsionar terremoticamente a mais elevada camada social, premiando mais ajustadamente o verdadeiro mérito.

A terceira das classificações é a burguesia, composta de gente possuidora de nomes de família idênticos aos da nobreza peninsular, mas não só sem os atributos de fidalgos, como também sem ligações conhecidas com essas famílias ilustres na Europa, cujos nomes reproduziam na colônia.

Dessa gente não há o menor indicio de nobreza por qualquer título nobiliárquico, por mais modesto que tivesse sido. O simples fato de seus nomes serem idênticos aos das famílias da nobreza reinol só por si não dá motivo para se concluir tivessem eles sido de alta extração.

Achamos que nessa classe ficariam bem collocados os seguintes povoadores:

Henrique da Cunha, João do Prado, Antonio Bicudo Carneiro, Manuel Preto, Garcia Rodrigues, Isabel Velho, Dias Chaves, Vaz Guedes, Almeida Castanho, Saavedras, Rafael de Oliveira, João Maciel, Baltasar de Godói, Góis Raposo, Sutil de Oliveira, Pedroso de Barros, Pero e Lopo Dias, João Ramalho, Baião, Jorge Velho, Pires de Avila, Tenorio de Aguiar, Jorge Moreira, Rodrigues Miranda, Almeida Miranda, Quadros, etc.

É gente que não se sabe se de extração baixa ou elevada, mas que tudo leva a crer ter sido da burguesia peninsular, de onde deveria ter vindo grande corrente migratoria para o Brasil, tanto mais quanto, se ela tivesse sido da aristocracia, não teria deixado de proclamar bem alto as cores dos seus brasões e nos documentos teriam ficado alguns vestigios dessa nobreza.

É certo que, em relação a alguns deles, os genealogistas se têm externado, querendo ver gente de fidalga ascendencia e membros das aristocracias peninsulares, mas nada apresentam que demonstre essa afirmativa inverossimel.

Assim, Silva Leme diz que Henrique da Cunha descende em linha reta masculina do rei Fruela II de Leão, Asturias e Galiza. Não sabemos onde o genealogista colheu essa informação, que na sua primeira parte nos parece de todo destituída de fundamento e sem nenhum valor nobiliár-

quico quanto à segunda parte, pois que o rei Fruela I, tendo vivido em 927, deveria ter, seiscentos anos depois, cerca de 20.000.000 de descendentes, se calcularmos por progressão geometrica, tendo por base três filhos cada descendente desse monarca hispânico.

É possível também que Henrique da Cunha houvesse provindo da illustre linhagem dos Cunhas em Portugal, iniciada em D. Goterre, o cavaleiro gascão companheiro do conde Henrique de Borgonha, seu filho D. Paio Goterre e seu neto Fernão da Cunha, este casado com D. Ouroana Ramires Alboazar, filha de Alboazar Ramires, por este neta da moura Ortiga e do rei Rodrigo II, portanto, descendente do rei D. Fruela II, supra mencionado.

Assim se conciliaram as conjeturas sobre a nobreza dos Cunhas, paulistas, mas nada nos autoriza a entrar nesses obscuríssimos recantos de umas tantas hipóteses genealógicas, que não têm o menor apoio serio de uma prova documental, não tendo sido encontrada nos documentos cousa alguma referente aos Cunhas que nem ao menos procederam de uma "nobilitate probanda" qualquer.

Assim sendo, pensamos que o ramo iniciado com Henrique da Cunha procedesse, não da nobreza portuguesa, mas sim da burguesia bem nomeada, mas sem costados aristocratas.

Nestas condições estaria João do Prado, possivelmente descendente da illustre familia dos Prados, (Martim Afonso de Sousa, com quem veio João do Prado, era o Senhor do Prado, o que nos leva a supor qualquer relação entre eles), que Piferrer e o marquês de Mondejar quizeram ver nascida do casamento de D. Nuno Fruela, filho do rei Fruela II, com D. Branca Gutierrez da Silva, senhora do Prado e membro dessa linhagem dos Silvas, que os nobiliarquicomaniacos mais exaltados, nos seus pruridos de aristocracia, querem ver procedentes de Lain Calvo, este oriundo na familia Julia, cuja antepassada primeva fora Réa Silva, a

filha de Venus, "*única senhora de procedimento meio duvidoso em toda essa multi secular genealogia...*"

E' tambem muito possivel que o povoador Antonio Bocado Carneiro se tenha originado numa familia desse nome, estabelecida no Porto. Não contestamos, ainda, que os Pretos de São Paulo tivessem sido oriundos nos que tinham esse apelido na península, onde usavam o escudo xadrezado de azul e ouro, assim como os nossos Maciéis, provindo dos que com esse nome tinham seu solar em Barcelos, na freguezia de Santo Adrião de Faria, com suas armas de liz azul em campo de prata e aguia rubra. E' muito possivel que Estevão Baião Parente fosse descendente do célebre D. Arnaldo de Baião, antepassado de toda aristocracia ibérica, bem como dos senhores de Azevedo, de brasão com aguia negra em campo de ouro. Outrossim é possivel terem os Mirandas, povoadores do planalto, sido descendentes dessa familia, que proveio de Martin Afonso, arcebispo de Braga e de Emilia Gonçalves de Miranda, de extração muito fidalga, gente toda ella muito nobre, da Beira, ou que D. Genebra Leitão de Vasconcelos, tenha sido membro dos Leitão, que são originarios de D. Gueda, outro companheiro do conde Henrique de Borgonha, quando este, da França, passou à corte de Afonso VI, seu sogro.

Embora possivel, tudo isto, entretanto, não tem o menor ponto de apoio, de maneira que não nos podemos julgar autorizados a enquadrar esses povoadores na nobreza; não só a falta absoluta de indícios documentais nos leva a crer terem eles procedido de camadas sociais mais baixas, como tambem, por outro lado, temos certeza, levados por vias de outra natureza, de que não foram as altas esferas dos reinos ibéricos as que mais concorreram para a colonização nos dois primeiros séculos, cousa que já tivemos occasião de demonstrar.

A plebe peninsular foi a que mais concorreu para a colonização do planalto piratiningano. Não tivéssemos já certeza disso por estudos a que procedemos na Historia de

Portugal, nas eras manuelinas e de D. João III, a simples leitura das documentações paulistas de publicação oficial levar-nos-ia a essa conclusão.

O número elevadíssimo de nomes, constantes dos documentos paulistas, em nada se assemelham aos que os encimam, pomposos títulos dos nobiliarios lusitanos e castelhanos, bem como das genealogias de Taques e de Silva Leme ou dos trabalhos históricos de Frei Gaspar ou de Azevedo Marques. Eles, pululando das páginas dos "Inventarios", do "Registo", das "Atas" e das "Sesmarias", ferem pela dissonancia os nossos ouvidos, habituados com eles.

Entre os muitos que constituíram a onda de povoadores plebeus, achamos que estariam bem colocados os seguintes nomes extraídos dos documentos mencionados:

João Rodrigues Bejarano, Diogo Ramires, Gonçalo Chassim, João Bernal, Ribeiro Boito, Antonio Zouro, Lourenço Cabreira, Percz Calhamares, João Sant'Ana, Antonio Rodovalho, Domingos Grou, Gomes Ruxaque, Manuel Requeixo, Manuel do Soveral, Cornelio Arzam, Perestrelo Perdomo, Gonçalo Malio, João Mendes Geraldo, João Costa Lima, Colaço Vilela, Farel, R. Freire, Luiz Delgado, Filipe de Veres, Lourenço Ravelo, Manuel Morato, Luiz Feio, Baldaya, Faria de Figueiró, João Favacho, Aguiar Girão, Gonçalves Varejão, Mateus Serrão, Salvador de Edra, Domingos Pereda, João Martins de Heredia, Antonio Agostim, Ribeiro Roxo, Domingos de Amorez, Jaques Felix, Pedro Fernandes Aragonês, Manuel João Branco, Manuel Soeiro Ramires, etc.

Entre estes povoadores de extração plebéia, também colocamos Bartolomeu Bueno da Ribeira, Manuel Fernandes Ramos, Pero Domingues, Juseppe de Camargo, Salvador Pires e Sebastião de Freitas, troncos todos de importantes familias paulistas.

Bartolomeu era filho de Francisco Ramires de Porres, cujo nome não quis adotar (talves por achá-lo pouco reverente), para se chamar Bueno, incógnito apelido nos nobilia-

rios peninsulares, que só foi ilustrado e enobrecido pelos feitos dos Buenos paulistas. Juseppe de Camargo também tem um nome exótico aos nobiliarcomaniacos; dele, entretanto, em opulentíssimo trabalho trata Carvalho Franco (*Os Camargos de S. Paulo*), trabalho altamente recomendavel aos que quiserem aprofundar o assunto. De Salvador Pires, também tudo denuncia extração baixa, pois nada mais comum em Portugal do que o apelido de Pires, que com Fernandes, Gonçalves, Álvares, Joannes, etc., eram nomes derivados de Pero, Fernando, Gonçalo, Álvaro, João, etc., não significando nobreza alguma.

Eis pois a gente que teria constituído o "pecus vulgum" do planalto paulista, grande maioria da população colonizadora principalmente, de quem provieram os bandeirantes, os verdadeiros aristocratas que honram a posteridade.

* * *

Assim concluímos em relação às origens dos povoadores do nosso torrão, se a verdade de todo não nos tiver traído, o que não é de se crer, porquanto nossas conclusões não só são tiradas do cadinho da mais estrita imparcialidade e isenção de ânimo, como bebidas nas provas documentais e no que se sabe a respeito em materia de genealogia, que os primitivos povoadores do planalto vicentino, se não foram degredados por crimes infamantes, também não foram fidalgos da mais alta linhagem peninsular.

* * *

Quando nos dois primeiros séculos de povoamento do nosso territorio, do planalto paulista, chegaram os nossos antepassados ibéricos, como acabamos de fazer sentir, vieram eles das esferas sociais mais modestas da península, onde então repousavam latentes e capitalizados os potenciais da eugenia da estirpe ibérica, pois as camadas da aristocracia se ha-

viam depauperado, sangradas a branco pelas seleções que lhes extinguiram a vida.

Assim a plebe e a burguesia peninsulares, como acabamos de ver, forneceram a maior parte das correntes povoadoras do planalto, além de uns poucos saídos das altas esferas. Vinham eles portanto no mais perfeito regime democrático, nivelados uns com os outros pela lei da miséria e da necessidade em que viviam na Europa. Aquí, na colônia, formaram um meio social "sui generis", absolutamente desprovido de castas e até de classes, vivendo todos, os ibéricos e mamelucos, irmanados na mais absoluta igualdade, o que se vê da simples leitura dos documentos de publicação oficial. Esse regime democrático "in extremis" não podia, porém, perpetuar-se com a evolução histórica do planalto e o aumento paulatino da riqueza e da diferença de índice do potencial de trabalho de cada um, ia aos poucos cavando os degraus das classes sociais nascentes no seiscentismo e já desenvolvidas no século XVIII.

Se é certo que a desigual distribuição de riqueza, que a capacidade de trabalho de cada um outorgava aos moradores, foi um elemento indiscutível da formação dessas classes, inexistente no século quinhentista, foram elas, porém, causadas principalmente pela seleção moral, que aos poucos ia separando os elementos que deveriam constituir as classes elevadas ou aristocracia, dos que teriam de formar as baixas camadas incorporando-se à massa de índios administrados ou forros e escravizados.

Foi no cadinho dessas seleções morais que saíram as multidões de bastardos mamelucos, filhos de ibéricos ou de paulista com índias, escravas a principio e depois administradas, tendo a lhes crestar a frente a origem misteriosa de relações de mancebia entre os senhores povoadores e as ardentes ameríndias.

Mamelucos bastardos, passando a vida na ignorância do nome paterno, quando este, ao morrer, não fazia pelo tes-

tamento uma restia de luz iluminar bruxoleantemente as trevas de pecados cometidos nos tempos de mocidade fogosa, eram desherdados da fortuna e tinham de acompanhar a condição de desventura de suas mães indígenas.

A bastardia foi a alavanca mestiçadora europeizante das grandes massas de índios administrados, que a faina incansável do bandeirante trazia do sertão. Foi ela também que, injetando o sangue ibérico nesse bloco, deu início à formação, entre elas, das baixas camadas sociais do planalto, diferenciadas das que formaram os bandeirantes senhores de fazendas, descobridores e exploradores das minas, etc. Aquelas se entregaram aos ofícios mecânicos, a princípio exercidos indistinta e niveladoramente pelos próprios povoadores, bem como todos os cargos subalternos e principalmente o braço rural, e estas formaram a nossa aristocracia rural, de onde saíram mais tarde, no século XIX, os abridores de fazendas do nosso vasto hinterland paulista e as mais altas camadas sociais.

Eis, pois, como se deu a gênese da separação social do planalto.

No primeiro século, o nivelamento era absoluto entre os povoadores e mamelucos, fruto de legítimos matrimônios entre ibéricos e índias.

No segundo século, grandes massas de índios administrados e escravizados, servindo seus senhores ibéricos, paulistas e mamelucos, que passaram a formar a aristocracia, deram início em larga escala à procriação de uma multidão de bastardos mamelucos, que se foram incorporando aos índios administrados, europeizando-os.

No terceiro século, distinção perfeita entre os senhores paulistas, bandeirantes, fazendeiros, etc., que formavam então a aristocracia, e a massa de bastardos e filhos de mamelucos, ao lado dos restos dos administrados que constituíam as ínfimas esferas da sociedade, exercendo então todos

os officios grosseiros, que no primeiro século eram indistintamente de atribuição dos povoadores.

Com essas premissas do patriarcalismo e devido à já referida organização parental, elevada no planalto a alto expoente, quasi sempre os maridos e as mulheres eram escolhidos pelos pais, dentro dessa mesma parentela. A maioria dos casamentos tinha, pois, de se efetuar em familia, muitissimas vezes entre primos irmãos, o que constituia grau proibido, necessitando dispensa para a sua realização, cujo processo é cousa que muito abunda nos nossos arquivos e, quando não, ao menos entre pessoas de algum modo ligadas por laços sanguineos.

Assim, as populações paulistas não só por esses motivos, mas ainda pela pouca densidade de habitantes de serra acima, em virtude de muito maior corrente emigratoria da Iberia procurar as capitánias, muito mais ricas, do Norte, iniciavam a sua multiplicação dentro dos limites da consanguinidade. Esta entretanto não atingia, porem, a verdadeira adelfogamia, que de tal maneira intensificada tanto havia outrora robustecido as raças caldaicas, fenicio-cananéias, egipcias, medo-persas etc., cujos caracteres duravam, fixados com uma teimosíssima persistencia, através de milhares de anos, resistindo a toda sorte de superposições étnicas (Lapouge, *Selections sociales*, 156, 326 e seguintes).

Essa consanguinidade paulista existiu principalmente em fins do seiscentismo, quando os poucos troncos originarios, mau grado o cruzamento com o elemento indígena preexistente no planalto e constantemente trazido do sertão e a intermitente e paulatina chegada de elementos novos reinóis, já se achavam entrelaçados e reciprocamente saturados.

Em se tratando, porem, de populações eugênicas, parece que a consanguinidade foi antes um beneficio porque ela, exercitada entre individuos perfeitos, diz Lapouge, é um meio de fixar a perfeição. Em abono dessa sua afirmação, o citado antropossociólogo cita o célebre caso dos mestiços

de Chatam, provindos de marinheiros ingleses e mulheres karaks, os quais viveram fecundos, em consanguinidade não adelfogâmica por mais de um século, quando foram absorvidos por outras populações (38).

Conhecesse o ilustre sabio francês as populações paulistas dos três primeiros séculos, nas suas condições de evolução histórica, e teria tido oportunidade de mencionar mais um magnífico exemplo coletivo de consanguinidade, no qual os progenitores eugênicos deram origem a uma prole numerosíssima, graças à sua espantosa fecundidade.

A monumental obra de genealogia de Silva Leme está cheia desses casos de uniões consanguíneas e o paulista que hoje, com auxilio da *Genealogia Paulistana* e dos documentos de publicação oficial, foi levantar as suas árvores genealógicas, como fizemos em relação às famílias Cunha Bueno, Oliveira, Barros, etc., teria ocasião de certificar-se, como nós, de que os troncos ancestrais são muito poucos, ainda que repetidas vezes culminando os extremos das árvores genealógicas, nos primeiros séculos de povoamento; a razão disso está no grande número de ligações matrimoniais entre

(38) Além dos casos citados no texto, conhecemos ainda outros, como o que o dr. Voisin, estudou no burgo de Batz, na península de Croisic, onde havia uma população isolada, cujos membros não se casavam senão entre si. Sobre 46 casamentos entre primos irmãos ou entre filhos destes, ele encontrava 174 filhos perfeitos e nem um só caso patológico.

Esse mesmo fenômeno foi observado em Paulliac por Ferrier, por Guber em Gaust (Pirineus), por Dally na ilha de Brehat, pelo dr. Duchênene em Portel.

Em certas ilhas da Escócia (Saint Kilda), a consanguinidade é praticada, com grande sucesso, o mesmo se dando na Bretanha, na França. Os vedas e os todas, na Índia, são adelfógamos ou endógamos; estes, entretanto, se mantêm através dos séculos como uma das populações mais belas de toda a península hindustânica.

O dr. Gonçalo Muniz, loc. cit., menciona ainda uma infinidade de casos observados.

Brassart, *Estudes sur la consanguinité*, citado pelo dr. Gonçalo Muniz, loc. lit., diz sobre os efeitos da consanguinidade.

parentes, de forma a diminuir o número de antepassados, repetindo os que são comuns a ambos os cônjuges (39).

Os efeitos da consanguinidade não se limitavam apenas a fixar diretamente a perfeição, mas tinham, ainda, outra forma de agir nas populações melhorando-as e selecionando-as indiretamente. Sim, porque se é certo que a consanguinidade entre indivíduos perfeitos é um meio de se fixar a perfeição, quando aplicada a indivíduos tarados, produz consequências que levam à degenerescência e à extinção da prole dessas uniões consanguíneas. Ora, assim sendo, as uniões consanguíneas, entre os imperfeitos, produzindo a extinção, eliminam a imperfeição, fixando por outro lado a perfeição, o que se traduz em uma força magnífica depuradora dos piores elementos, agindo no sentido de só deixar permanecer os que são despidos de taras. (Dr. Gonçalo Muniz, *Consan-*

“A consanguinidade põe especialmente em ação a herança da família, que eleva à sua mais alta potencia, fazendo convergir as tendencias similares dos conjugues...”

“Ela favorece tanto a herança sã quanto a herança patológica: é por isto que, em todas as familias isentas de taras hereditarias, não exerce sobre a saúde da descendencia nenhuma influencia nociva e só acarreta, ao contrario, os mais felizes resultados”.

Da mesma maneira se manifestam Delvet, Devemport, Apert, Popenoe e Johnson, Bateson, Yves Delage, Sanson, todos citados pelo dr. Gonçalo Muniz.

(39) Em regra os casamentos consanguíneos, na França, têm a proporção de 1 a 2 por 100; na Inglaterra de 3 por 100; na Dinamarca de 3 a 4 por 100; na Saxonia de 4 por 100 e na Noruega de 6,56 por 100, segundo Mygind, citado pelo dr. Gonçalo Muniz, loc. cit.

Das nossas pesquisas, nos trabalhos genealógicos de Silva Leme, achamos as seguintes porcentagens de casamentos consanguíneos, no planalto:

Seiscentismo 22,3%
Setecentismo 42,8%

Essas porcentagens elevadíssimas bem justificariam a observação de Paulo Prado, no *Paulística*, 22, citando as palavras de petição de José Góis de Moraes, de que a gente de São Paulo se achava “tão travadas umas com as outras, como a todos é notorio”.

guinidade e o Código Civil Brasileiro, 59 e 60). Mas não é só a perfeição de individuos que é necessaria para, pela consanguinidade, produzir bom resultado. E' preciso que os fatores mesológicos, presidindo a essa consanguinidade, sejam propicios.

Assim, diz Felix Regnault, *Consanguinité et endogamie*, citado pelo dr. Gonçalo Muniz, na sua magnífica memoria sobre a *Consanguinidade e o Código Civil Brasileiro*: "Se existissem numa aldeia fatores de enfraquecimento para a raça que a habita, os quais determinassem, por exemplo, febres intermitentes, escrófula, raquitismo, se os habitantes se casarem sempre entre si, eles se abastardarão rapidamente. Mas se, ao contrario, o meio for são, e as propriedades adquiridas sendo favoraveis, não haverá desvantagens na reprodução *inter se*".

Disso se conclue, como o faz o mesmo Regnault, que: "Do mesmo modo que dizemos: "a pais são, filhos são", é preciso admitir tambem "a meio são, habitantes são".

CAPÍTULO VII

O POVOADOR E O MORADOR

SELEÇÕES MIGRATÓRIA, MESOLÓGICA, PATOLÓGICA E SEXUAL; CONSANGUINIDADE

Como já estudamos, o meio social de península no século XVI, quando se iniciou o povoamento do nosso planalto, dividia a população em dois planos distintos quanto à distribuição das riquezas. Em um estava a velha aristocracia alta: os condes, duques, viscondes, marqueses, etc., os restos esfrangalhados da nobreza mediana que em passado bem próximo fizera a grandeza da Iberia e a rica burguesia composta dos opulentos comerciantes da rua Nova dos Mercadores, enriquecidos extraordinariamente graças ao tráfico das Índias. No outro plano, muito desnivelado, achava-se a plebe miserável, a burguesia que não tinha conseguido elevar-se graças ao prestígio do ouro, pois nunca haviam conseguido galgar os degraus que separavam a miséria da fortuna e, finalmente, a este plano encorporados, existiam ainda uns poucos elementos da nobreza mediana, caídos da antiga opulência e, portanto, do convívio com a corte. Os elementos constitutivos deste plano, na Iberia, durante muito tempo se depuravam pelas seleções, que já analisamos atrás, enquanto que os daquele plano, mais acima referido, caminhavam na vereda da mais acelerada decadência.

Assim os povoadores do planalto só poderiam ser recrutados entre os que a miséria, filtrando a eugenia, concentrava nos núcleos formados pelos companheiros de Martim Afonso e nos que vieram depois seguindo-lhes a esteira, mesmo porque é regra indiscutível que só emigram os fortes, os aventureiros, os audazes, os ambiciosos, de espírito varo-

nil, de alma robustamente empreendedora, toda saturada de coragem, não só a afrontar os ignotos perigos de uma problemática travessia oceânica, em minúsculas caravelas, durante longos meses ao sabor das tempestades e vendavais como os que uma vida agreste representa, em seio de um continente selvagem e os fortes, os aventureiros, etc., só eram encontrados na classe pobre da plebe e da burguesia (40).

Lapouge proclama muito alto essa verdade e particularmente feliz foi Oliveira Vianna, a êsse respeito, em um de seus trabalhos de antropossociologia brasileira.

Achamos que a seleção emigratoria foi um dos mais poderosos fatores, senão de todos o mais eficiente, em nos proporcionar uma plêiade de colonizadores como os que iniciaram a epopéia bandeirante e foram os próximos antepassados desses gigantescos titãs que assombraram o sabio Saint-Hilaire.

Essa foi, sem dúvida, a primordial seleção depuradora dos elementos com que Portugal e Espanha iniciaram a colonização do nosso planalto, indo recrutá-los nas camadas sociais desafortunadas da abastança, mesmo porque é lógico e salta aos olhos que os elementos fartos em cabedais e providos de abundantes meios de vida não emigrariam para um país, onde absolutamente não existia e era completamente impossível o menor conforto e, um absurdo, a menor condição para um sofrível viver. Ninguém, em Portugal que possuísse a menor parcela de haveres, se sujeitaria ao expatriamento para viver entre feras e antropófagos, em um lugar selvagem, abandonado do mundo, esquecido de Deus.

Com isso se faz claríssimo que a gente colonizadora tenha vindo das baixas camadas desprovidas da fortuna e desprotegidas da sorte. Só aí pulsavam vibrantes os restos da eugenia peninsular, consumida, na maior parte, da forma que

(40) "O terror que inspiravam a inclemencia da natureza e a ferocidade do indio fazia gelar a coragem e avidez dos mais fortes", diz Rocha Pombo, *Historia do Brasil*, vol. III, pág. 141, nota 1.

já fizemos sentir. Só aí se erguia a magnífica herança deixada pelos velhos cavaleiros da reconquista, pelos desvendadores dos mares ignotos e conquistadores dos continentes.

Enquanto que, nas altas esferas, os fidalgos e "nou-veaux riches", burgueses e judeus, se esterilizavam na abundancia, essas classes desfavorecidas do dinheiro multiplicavam-se em uma fecundidade prodigiosa que extraordinariamente adensava as populações. Estes fenômenos, aumentando as dificuldades de vida, no reino, impeliam os individuos mais audaciosos, mais aventureiros, a sair para um meio novo, onde o peso da miseria fosse menos opressivo, ainda que tivesse de lutar com as agruras martirizantes de um ostracismo perpetuo, em lugar desprezado pela civilização.

Viriam para o Brasil, escapando à miseria em Portugal. O Brasil para eles seria uma tabua de salvação e nunca uma aventureira tentativa de fortuna facil.

O Brasil, para eles, seria um escoadouro natural da população concentrada; aí, eles se isolariam do resto do mundo civilizado, não levados por um desejo incontido de enriquecer, mas sim por uma necessidade de viver, o que era quasi impossivel nas condições que cercavam a metrópole.

Eis as razões que presidiram o povoamento do planalto, nos dois primeiros séculos.

Elementos saídos de um plano social e econômico inferior onde, porem, abundantemente, se achava a eficiencia peninsular; selecionados pelo espírito emigrador, vinham na luta pela vida, em busca de uma patria nova, onde as condições de vida fossem menos arduas.

Toda a Iberia concorreu para o povoamento do planalto.

As condições sociais que determinaram a expansão colonizadora não se limitavam unicamente a Lisboa e mais centros populosos peninsulares, mas estendiam-se por todos os recantos ibéricos, cujo território, já naquela época, era semeado de aldeias e povoaes que entrecortavam as terras da pequena agricultura, dos rendeiros plebeus, dos senhores fi-

dalgo's, últimos vestígios do feudalismo e dos minúsculos vilarejos cujos nomes até hoje se perpetuam.

As terras portuguesas, já naquela época, não podiam comportar a população, tal a pouca uberidade desse solo, cousa que em meados do século XV já havia determinado a emigração para as ilhas, as quais se povoaram tão rapidamente que, ao iniciar-se a colonização do planalto paulista, foi grande o caudal migratorio que daí procurou o meio mais amplo das terras altas vicentinas, onde mais à vontade poderia fazer atuar a sua prolificidade, que as seleções em Portugal haviam determinado. Malthus teria tido razão se a sua teoria fosse aplicada somente a Portugal. Se toda a península concorreu para o povoamento do nosso planalto, em algumas regiões, entretanto, a corrente emigratoria foi mais sensível e o índice eugênico não foi igual para todas elas.

Assim, é certo que a região sulina de Portugal, compreendendo o Alentejo, a Estremadura portuguesa e o Algarves, nos mandou cerca de 28 % dos povoadores de origem conhecida, porcentagem igual à que a região do norte luso nos enviou.

Mas a eugenia dos 28 % que o sul produziu, e de seus descendentes, de muito excedeu a demonstrada pelos 28 % do norte e seus descendentes, quer tenhamos em vista os feitos praticados pelos sertanistas, que deram mostras de superioridade moral, física e intelectual, quer se compare a fecundidade e a varonilidade de que uns e outros deram mostras (41).

Mas se em Portugal o maior contingente eugênico foi indubitavelmente do sul, em relação à Espanha a desproporção em favor das regiões do norte foi ainda mais acentuada, quer se tenha em vista o número dos imigrantes, quer o valor de cada um, representado pelas virtudes a eles inerentes, bem como aos feitos no sertanismo, seus e de seus descendentes.

(41) Entre os grandes bandeirantes oriundos do norte português apenas se distinguem os Maciéis, os Pires, os Morais, os Jorge Velhos, os Garcia Velhos.

Dos povoadores portugueses, oriundos do norte, sabemos os seguintes:

Da Galiza: Jorge de Barros Fajardo, Gaspar Gonçalves de Araujo e D. Francisco de Lemos, este de Orense; (os originarios da Galiza, Pedro Taques nos oferece como portugueses);

do Douro: Salvador Pires, Garcia Rodrigues e sua mulher Isabel Velho, Manuel Ferraz de Araujo, Braz Cubas, Gonçalo Nunes Cubas, Antonio Cubas, Catarina Cubas, os quatro irmãos Gaias, Madalena Feijó de Madureira (mulher de Estevão Ribeiro de Baião) e Sebastião Gil, quasi todos do Porto;

do Minho: João Maciel, Simão Jorge, Gonçalo Camacho, Pero Colaço, Estevão da Costa, Martim da Costa (estes três últimos companheiros de Martim Afonso), Pero de Araujo, Gaspar Gonçalves de Araujo, Catarina de Siqueira de Araujo (mulher de Valentim Pedroso), Leonor de Siqueira de Araujo (mulher de Luiz Pedroso), Francisco Ribeiro e Manuel Francisco Pinto;

do Trás-os-Montes: Baltasar de Morais de Antas, Gaspar Vaz Guedes e Simão Borges de Cerqueira, estes dois de Mezãozinho;

da Beira: Antonio de Proença, Paulo de Proença, Antonio Rodrigues de Miranda, Antonio Rodrigues de Alvarenga, Rui Pinto, Francisco Pinto e Antonio Pinto (estes três últimos companheiros de Martim Afonso), Antonio Gomes Pereira, Isabel do Espírito Santo, Serafino Gorreia, João Correia de Magalhães.

Do sul de Portugal, conseguimos apurar os seguintes povoadores:

Do Algarves: Pedro Vaz de Barros; Antonio Pedroso de Barros, Sebastião de Freitas, Gonçalo Simões Chassim e Antonio do Canto de Mesquita.

Do Alentejo: João do Prado, Antonio Raposo, o Velho, Antonio Raposo Tavares, Diogo da Costa Tavares, Es-

tevão Ribeiro Baião Parente, Antonio Rodrigues de Almeida, Manuel Fernandes Ramos, Francisco Rodrigues da Guerra, João Rodrigues Bejarano, Simão da Costa, João Pereira de Sousa Botafogo, Manuel de Avila, Lourenço Franco Viegas, João Franco Viegas, Francisco Miranda Tavares, Diogo Martins da Costa e Luiz Cabral de Tavora;

da Estremadura: Domingos Dias e sua mulher Antonia de Chaves, Antonio Castanho da Silva, Maria Castanho (mulher de Antonio Rodrigues de Almeida), Francisco Rodrigues Penteado, Antonio Raposo da Silveira, Baltasar Lopes Fragoso, Diogo de Arlas de Aguirre, Isabel Rodrigues (mulher de Francisco Taques), Isabel Pais (mulher de Pero Leme), Diogo da Silva, Manuel Antunes de Araújo, Manuel João Branco e Francisco João Branco, Manuel Soeiro Ramires, João de Barros Freire, Miguel de Almeida Miranda (genro de João do Prado).

Da parte central de Portugal, isto é, da parte sul da Beira, junto à serra da Estrela, conseguimos apurar os cinco seguintes povoadores: João Ramalho, de Viseu, Domingos Cordeiro e sua mulher Antonia de Paiva, Valentim Cordeiro, estes de Coimbra e Espinhel, e Constantino Coelho.

Dentre os espanhóis, que numerosos aportaram a São Vicente, colonizando o planalto, sabemos dos seguintes. Do Sul:

De Sevilha: Bartolomeu Bueno da Ribeira, Juseppe de Camargo, Francisco Martins Bonilha e sua mulher Antonia Gonçalves; Bernardo de Quadros, Pedro Fernandez Aragões (Malaga), Jorge Moreira (rio Tinto); Antonia del Campo (mãe de Filipe de Campos); João Martins de Aguirre.

Da Estremadura: D. Pedro Mateus Rendon, D. Francisco de Rendon, D. José de Rendon e D. João Mateus Rendon, todos da cidade de Coria, ao sul da serra Gata.

De Leão: Diogo de Lara y Ordenez, de Zamora.

De Castela Velha: Pero de Carassa.

Espanhóis, dos quais não pudemos determinar a provincia:

Domingos de Amorez, Gabriel Ponce de Leão, Bartolomeu de Torales, André de Zonaga, Bartolomeu de Contreras, Juan Espinhola y Gusman, Juan de Santa Maria, Baltasar de Godói, Martim Rodrigues Tenorio de Aguilar, Barnabé de Contreras y Leon, Paulo Anhaia, Alonso Perez Calhamares e Jaques Felix.

Dos portugueses ilhéus, conseguimos determinar os seguintes:

Pascoal Leite Furtado, Matias Cardoso de Almeida, D. Simão de Toledo Piza, Antonio Rodovalho, Sebastião Fernandes Correia, João de Abreu, Pedro Álvares Cabral, Manuel da Costa Cabral, Manuel Dutra Machado, Francisco de Arruda e Sá, André de Sampaio, Sebastião de Arruda Botelho, Manuel de Sampaio Pacheco, Antonio Bicudo Carneiro, Vicente Bicudo, estes dos Açores; Pero Leme e sua mulher Luzia Fernandes, Braz Teves, João Mendes Geraldo, José Gomes de Gouveia, Francisco de Mendonça, Domingos de Góis, Catarina de Mendonça (42).

Estrangeiros à península foram:

Flamengos, Cornelio de Arzam (puro sangue); Pedro Taques Pompeu (meio sangue por seu pai, Francisco Taques); Filipe de Campos Bandemborg meio sangue por seu pai); Antão Leme (1/16 de sangue por seu tetravô Martim Leme).

Italianos: Tomaz Mainardi, de Florença e Maria Doria, de Veneza.

Franceses: Estevão Furquim e Guilherme de Novilher.

Inglês: Henrique Berewell.

Alemão: Geraldo Bettink.

Sintetizando, os elementos que conseguimos identificar foram:

(42) As populações das ilhas portuguesas do Atlântico eram originárias do Algarves e do Minho, segundo nos relata Oliveira Martins (*Brasil e as Colonias Portuguesas*, 4).

<i>da Galiza</i>	3
<i>do Minho</i>	11
<i>do Douro</i>	15
<i>do Trás-os-Montes</i>	3
<i>da Beira</i>	11
Total — Norte	43
<i>do Algarves</i>	5
<i>do Alentejo</i>	16
<i>da Estremadura</i>	21
Total — Sul	42
<i>do Centro</i>	5
<i>dos Açores</i>	16
<i>da Madeira</i>	7
Total das ilhas	28
<i>do sul da Espanha</i>	13
<i>do norte da Espanha</i>	2
<i>Esp. indeterminados</i>	13
Total espanhóis	28
<i>Estrangeiros</i>	10

Eis com aproximação, quantitativamente, como, em media, se poderão conhecer as origens dos colonizadores da capitania vicentina, que Oliveira Vianna tão razoavelmente qualifica de elite das populações ibéricas, por terem buscado, nas selvas da América, a aventura tenebrosa e os ideais dourados, de preferencia à sedentaria e aconchegada vida nas terras peninsulares. O espírito emigrador define o forte.

Quando ao valor do cabedal eugênico trazido por essa gente é facil determinar, uma vez que se tenha em conta que entre os povoadores oriundos do sul peninsular estão os Buenos, os Camargos, os Raposo Tavares, os Góis Raposo, os Godóis, os Penteados, os Prados, os Vaz de Barros, os Fernandes Ramos, etc., de cujos troncos saíram os princi-

pais credores da epopéia bandeirante os que no planalto se mostraram mais fecundos, mais longevos, etc., como se poderá ajuizar de estudos mais detalhados em outros capítulos.

As demais figuras do bandeirismo que não pertenceram a troncos originários do sul da Península, filiavam-se em maior parte às estirpes providas das ilhas, como os Bicudos, os Lemes, os Leite Furtado, os Cardoso de Almeida, etc..

* * *

Ao chegar ao Brasil, esse núcleo selecionado de povoadores teria logo de entrar na luta com o novo meio físico.

Se é certo, como afirmou Broca no seu *Remarques du reviewer sur la sélection sociale*, que uma sociedade que se aperfeiçoa atenua progressivamente os efeitos brutais da seleção natural ordinária, caminhando, por outro lado, por aumento correspondente de intensidade de seleções sociais, temos que os colonizadores peninsulares trazidos de um meio civilizado da Europa, onde as seleções sociais deveriam pesar em maior escala na luta pela vida e outras vicissitudes decorrentes da coletividade humana mais aperfeiçoada, quando atirados no meio selvagem do planalto vicentino, onde não havia o menor vislumbre de civilização, teriam visto mudar por completo o seu campo de batalha pela vida.

Aí os homens teriam de enfrentar as seleções naturais, que se exerciam mais intensamente do que qualquer outra, e, ao primeiro passo dado por esses europeus nas praias vicentinas, já deveriam ter sentido o tórrido efeito do bafo candente desse clima de fogo do nosso litoral a deprimir-lhes as forças e a diminuir-lhes as energias.

Lançados na mesologia do nosso planalto paulista, quais teriam sido as consequências ocorridas aos nossos avós dos primeiros séculos?

E' principio muito conhecido que o meio, seja ele qual for, determina uma seleção no individuo que lhe é adventi-

cio. Qual teria sido ela e quais os seus efeitos na massa de povoadores?

Os efeitos dessa seleção não podiam deixar de ser benéficos fazendo que o já selecionado nucleo de colonizadores passasse, ainda, por uma prova depuradora de elementos menos aptos a viver no meio sertanejo das nossas selvas.

Aos mais fracos e aos menos resistentes às intemperies, as agruras do novo meio não podiam deixar de se fazer sentir de modo brutal e formidável, pois é conhecida de todos a grandeza dos elementos da nossa natureza, contra os quaes o emigrante da península ibérica tinha de lutar, sem estar munido de recursos de valia, com o que a vida dessa gente não podia deixar de ser quasi equiparavel à dos indigenas na sua rudeza e simplicidade primitiva.

Viveriam ao ar livre e em um clima diverso do a que estavam adaptados na Europa, tendo por abrigos as copas verdejantes da mata, por companheiros, nas sendas bravias, a fera e o antropófago, com os quaes lutavam (43).

A alimentação seria a caça e a pesca e, na carencia destas, deveriam contentar-se com as raizes das árvores. Tal seria, aproximadamente, o meio a que o europeu devia ser adaptado. Quantos teriam baqueado, perdendo a vida

(43) Taunay, na sua *Na Era das Bandeiras*, pág. 34, assim se exprime sobre os povoadores do planalto:

"...de que era como uma aldeola qualquer, paupérrima e pacífica, de Portugal, habitada por gente rude, exclusivamente entregue às preocupações materiais de uma vida grosseira e áspera.

A este aspecto psicológico, outro se enxerta, resultante das condições de intranquilidade em que vivia o arraial, rodeado do misterio da selva próxima, inteiramente ignota, estabelecido a alguns quilómetros de antropófagos e podendo, de um momento para outro, pelos selvagens ser agredido e quiçá arrasado. Para ser morador em Santo André precisava certamente possuir alguma fibra de pouco vulgar energia e desprendimento da vida que se não coaduna com a brandura e os sentimentos humanitarios e altruísticos...

Aos fracos, deviam as condições do ambiente eliminar".

nesta provação tremenda, corroidos por molestias novas e debilitados pela luta sem descanso? Quantos teriam visto o desânimo, o desalento e o desespero entrar acompanhando a decadencia física, para com eles serem entumulados em qualquer outeiro descalvado e à sombra de uma cruz tosca. deixando a vida anônimamente e sem posteridade? (44).

(44) "Le rôle de la sélection dans l'acclimatement d'une race est bien souvent méconnu:

Il importe de le mettre en évidence. Quand une population est transplantée d'un pays dans un autre toujours une mortalité plus au moins, intense, chez les enfant surtout, et encore plus chez ceux qui viennent à naître dans le pays colonisé. Au bout d'un certain temps, on dit que la population est acclimaté, c'est lorsqu'elle commence a augmenter par reproduction et que décidément les naissances, compensent et au delà les pertes.

Mais si certains immigrants meurent et si d'autres survient, c'est qu'il y a résistance inégale au climat, et la génération nouvelle resiste d'autant mieux qu'elle descend des sujets qui ont pu résister eux mêmes" (Lapouge, *Sélections*, 133).

* * *

Não nos seria dado oferecer melhor exemplo confirmador dessa regra, do que o que se pode observar na cidade de São Paulo modernamente.

A cidade, cuja população atrai uma imensa quantidade de estrangeiros oriundos de climas mais frios, tem enorme porcentagem de mortalidade infantil, a qual se procura em vão atalhar. São os filhos desses estrangeiros que sofrem a ação seletiva do novo meio climatérico.

* * *

Confirmando essas idéias, Quatrefages assim se manifesta acerca da influência mesológica da ação de aclimatamento:

"Presque partout la lutte est inévitable; elle est d'autant plus rude et plus longue qu'il y a un désaccord plus marqué entre les deux éléments d'où dépend la solution du problème, savoir:

La constitution physiologique des immigrants, et les conditions que leur impose le milieu dont ils viennent affronter l'influence.

La lutte pour l'acclimatation peut être assez violente pour tuer un nombre plus ou moins considérable des colons. Il y a dans ce cas sacrifices d'individus. Elle peut aussi les laisser vivre tous en les affaiblissant et l'action délétère du milieu ne se révèle alors que

Só puderam atravessar este dolorosíssimo perigo inicial de colonização os individuos provadamente fortes, os expoentes eugênicos da raça, de moral alevantada e enaltecidos pela luta vitoriosa que sustentavam com a natureza, de espírito empreendedor inventivo, de recursos e improvisador de meios, os quais não se deixaram abater pelo desânimo do isolamento e das agruras dolorosas que o novo mundo teria produzido.

Só a esta gente foi dado perpetuar-se, reproduzir-se, e, portanto, só a ela foi, o povoamento do nesso torrão, entregue pela natureza que, se era formidável, como proclama Buckle, queria para seu desbravador um individuo digno da sua grandeza.

Tal teria sido o tipo do povoador vicentino.

Só ele poderia ser originador da Raça de Gigantes”.

Só as suas virtudes poderiam explicar os fenômenos do bandeirismo. (45) (46).

dans la mortalité plus grande des enfants”. (*L'Etude des Races Humaines*, 149).

Esse fenômeno realizou-se na colonização francesa da Argelia.

No principio, a seleção mesológica foi muito rigorosa, causando uma espantosa mortalidade, principalmente entre as crianças, mas nas subseqüentes gerações o aclimatação se foi realizando, por não ter a fecundidade sido atingida pela mesologia, o que tornou possível ao francês o *habitat* norte-africano, aliás não tão rigoroso quanto o de muitas regiões brasileiras.

(45) Já o elegante escritor e sagaz historiador patricio Paulo Prado fez no seu interessantíssimo *Paulística*, essa observação concernente à seleção do clima:

“Só afrontam a aspereza do clima os mais aptos e os mais resistentes; desse progresso de seleção vem a extraordinaria mortalidade infantil ainda notavel no São Paulo moderno”.

Ainda a esse propósito convem reproduzir as palavras de Lapouge no seu *Race et Millieu Social*, pág. 25, bastantes sugestivas para o nosso seguimento de idéias:

“E' um fato geral que o traços deixados pelos conquistadores ou os imigrantes em país qualquer são muito pouca cousa em proporção com a quantidade total de sangue estrangeiro introduzido no

país. No curso dos tempos o Egito recebeu uma soma total de imigrantes talvez varias centenas de vezes sua população actual. Que resta das dezenas de milhões de negros trazidos do alto Nilo? Que resta dos Asiaticos e dos Europeus até os Gregos? Que resta mesmo dos Arabes e dos Turcos? Se o tipo medio apenas variou depois dos primeiros Faraós e depois de sete mil anos de cruzamento, é difficil achar individuos de tipo estrangeiro que não sejam de introdução recente. A massa de escravos importada na Italia pelos Romanos, e que se deve contar aos milhões, não deixou muitos traços; nem mais certos do que os Gauleses, os Lombardos ou os Normandos. Os negros da América são o único exemplo nítido de aclimatação (quanto ao planalto paulista provamos o contrario); é que eles acharam uma patria menos perigosa que a antiga e aí melhor se propagaram, tanto mais que não tinham concorrentes indígenas.

O aclimatação definitivo dos brancos, mesmo nos Estados Unidos, é ainda um problema porque, se a população branca cresce, a natalidade das familias estabelecidas depois de muitas gerações parece bastante ameaçada devido a razões de ordem tanto fisiológicas como sociais.

* * *

Mesmo o negro no planalto paulista está sendo eliminado, pela seleção mesológica de natureza climatológica.

Analisamos estatísticas contidas no "Anuario Demográfico" estadual, chegando a concluir que o negro e o mulato têm uma mortalidade pela tuberculose pulmonar 9 vezes maior do que o branco no planalto, enquanto que no litoral essa mortalidade pela tuberculose é igual entre negros, mulatos e brancos, o que prova que o clima planaltino está seleccionando o negro e o mulato e poupando o branco que possui aparelho respiratório mais forte.

(46) O illustre Gilberto Freyre, teve a proposito dos — Lemes — uma notavel descaída à qual eu não posso deixar de opor, não só o protesto mais absoluto, mas tambem o desmentido mais documentado na própria evidencia. O notavel homem de letras no seu *Casa Grande e Senzala*, diz, na página 295:

"Que sirva de exemplo a familia Leme, tambem de origem nordica, outróra tão illustre, hoje decadente, só lhe restando talvez do antigo brilho a eloquencia do Cardeal Dom Sebastião Leme.

"E o que é feito dessa familia?"

"Que fim teve?" Perguntava ha annos Antonio A. da Fonseca.

"O mesmo fim que terão quasi todas as familias hoje importantes e que na segunda ou terceira gerações serão o que hoje se chama caipira, ou caboclos, como são os descendentes dos poderosos

Lemes de 1720... Eu conheci no bairro de Cajuru, um caipira ou caboclo que vivia do seu trabalho de enxada e que acompanhou meu pae nas corridas de veado, na qualidade de cachorro, ganhando, por isso alguns patacos; este caipira era Apolinario Leme, descendente dos potentados aos quaes El rei de Portugal perdoara seus crimes..."

Entretanto, custa a crer que o notavel Gilberto Freyre tenha tido a estupenda ingenuidade de acreditar nisso!

Para nós, que temos na mais alta conta a inteligencia e agudez intellectual, do insigne escritor nortista, mas que bem sabemos o quanto é menos exato o desastrado conceito emitido pelo festejado autor de *Casa Grande e Senzala*, o resultado disso é o mais vivo estupor!

O cochilo do erudito sociologo nortista, alem de causar em nós o espanto mais vivo, como ficou dito, faz cair o nivel em que deve ser tida a sua percuciencia. Vejamos, porem:

Para Gilberto Freyre só é — *Leme* — quem ostenta esse apelido, encrustado no nome, como se fora um rotulo qualificando os seus portadores.

Quem seja descendente de — *Lemes* — pelo lado feminino, caso em que naturalmente não ostenta o apelido de — *Leme* —, embora tenha em suas veias, muito sangue dessa gente, não pode ser considerado como — *Leme* —, no conceito incompreensivel do erudito autor do *Casa Grande e Senzala*!

Será possivel que o festejado e realmente proveto escritor tenha encampado essa infantilidade?

Parece inverossimil!

Entretanto, saiba o illustre Gilberto Freyre, fora e são filhados a grande estirpe dos — *Leme* — como autenticos descendentes dessa gente eugenica, pela via feminina, os seguintes paulistas.

Eles o são, muito embora não tenham sido marcados, como teve a felicidade de o ser o Cardeal D. Sebastião Leme, não obstante ter, talvez, o illustre prelado muito menos sangue — *Leme* — do que de qualquer dos nomes apontados:

Marquês de Barbacena (titular do Imperio, general e financista etc.).
Brigadeiro Machado de Oliveira (grande historiador e estadista do Imperio).

Barão de Brasilia Machado (grande orador, jurista e professor).

Alcantara Machado (historiador, homem de letras, jurista, professor, talento peregrino). Membro da Academia Brasileira de Letras.

Raphael Sampaio (jurista, professor, parlamentar).

Marquês de Rezende (titular e estadista do Imperio).

Conselheiro Antonio Prado (Estadista do Imperio e da Republica
Homem notavel).

Eduardo Prado (Homem de letras. Exponente intelectual. Inteligencia privilegiada. Gloria da estirpe).

Martinho Prado (Estatista da Republica. Lavrador eminente).

Paulo Prado (Historiador e grande intelectual. Gloria da estirpe).

Antonio Prado Junior (Grande administrador. Prefeito do Rio de Janeiro. Homem ilustre).

Fabio Prado (Grande administrador. Antigo prefeito de São Paulo. Industrial emerito).

Cicero Prado (Grande industrial).

Almeida Junior (Grande artista. Maior pintor brasileiro).

PRUDENTE DE MORAES (Presidente da Republica. Grande estadista. Gloria da estirpe).

Prudente de Moraes Filho (Notavel jurista).

Orlando de Almeida Prado (Notavel economista e parlamentar de muito prestigio).

Antonio Prudente (Emerito engenheiro).

Manoel de Moraes Barros (Estatista e parlamentar).

Paulo de Moraes Barros (Politico emerito).

Nicolau de Moraes Barros (Grande e provetissimo cirurgião).

Elias Pacheco Chaves (Homem de vistas largas e de grandes iniciativas).

Ernesto Leme (Ilustre jurista).

Edú Chaves (Grande pioneiro do ar. Nome nacional).

FRANCISCO GLYCERIO (Propagandista da Republica. Estadista, parlamentar, politico. Exponente de uma epoca).

Conde de Parnahyba (Titular e estadista do Imperio. Homem a quem S. Paulo deve a imigração. Gloria da estirpe).

Todos os Queiroz Telles (Gente ilustre, somando mais de uma dezena de pessoas notaveis).

Todos os Vergueiros (Gente ilustre por todos os titulos, somando mais de uma centena de nomes que se notabilisaram em varios ramos da atividade humana).

Alypio Leme de Oliveira (Notavel cientista e meteorologista).

Todos os Souza Queiroz (familia que deu a S. Paulo, centenas de pessoas das mais ilustres, que aqui tem realizado muitos capitulos da nossa grandeza).

Todos os Paula Souza (Gente emerita, que tem dado a S. Paulo, titulares, administradores, homens de iniciativa, engenheiros, medicos, professores, cientistas, industriais, etc.).

JORGE TIBIRIÇA (Presidente do Estado, politico, estadista).

João Tibiriçá de Piratininga (Propagandista da Republica. Homem a quem S. Paulo muito deve).

Todos os Almeida Prado (Pessoas ilustres cujo total sobe mais de um milhar).

Lino de Moraes Leme (Professor da Fac. de Direito e notavel jurista).

Todos os Souza Aranha (Pessoas ilustres que ainda demonstram a pujança da nossa estirpe com varias centenas de seus membros em destaque iniludivel).

Visconde do Rio Claro (Titular do Imperio. Bandeirante do café).

Barão de Araraquara (Titular do Imperio. Bandeirante do café).

Barão de Campinas (Titular do Imperio. Bandeirante do café).

Barão de Limeira (Titular do Imperio. Bandeirante do café).

Barão de Mello Oliveira (Titular do Imperio. Bandeirante do café).

Barões de Piracicaba (Titulares do Imperio. Bandeirantes do café).

Brigadeiro Tobias (Grande estadista. Chefe do movimento de 42).

Visconde da Cunha Bueno (Titular do Imp. Bandeirante do café).

Visconde de Indayatuba (Titular do Imp. Bandeirante do café).

Conselheiro Rodrigo Silva (Estadista do Imp., politico eminente, ex-poente da estirpe).

Alfredo Ellis (Parlamentar, propagandista da Republica. Bandeirante do café. Deputado e Senador do novo regime).

Mario de Andrade (Poeta, intellectual).

Moraes de Andrade (Parlamentar, tribuno e professor).

Candido Motta (Parlamentar, professor).

Candido Motta Filho (Parlamentar, intellectual, professor, membro da Academia Paulista de Letras).

Braz Arruda (Professor da Faculdade de Direito).

Todos os de nome Paes de Barros (Pessoas ilustres que somam mais de uma centena de nomes).

João Alberto Salles (Parlamentar, doutrinador e pensador).

Roberto Moreira (Parlamentar, orador, escritor, membro da Academia Paulista de Letras).

José Ataliba Nogueira (Professor da Faculdade de Direito. Notavel orador).

CAMPOS SALLES (Presidente da Republica. Grande estadista).

Oscar Stevenson (Parlamentar, estadista, administrador).

Salles Junior (Parlamentar, estadista, administrador).

Dagoberto Salles (Parlamentar, professor).

Conde do Pinhal (Titular do Imp., bandeirante do café).

Paulino Carlos de Arruda Botelho (Parlamentar e bandeirante do café).

Carlos Botelho (Estadista. Homem de iniciativas. Agric. notavel).

Jesuino Cardoso (Jurista e parlamentar).

Luciano Gualberto (Grande médico e professor da Faculdade de Medicina. Da Academia Paulista de Letras).

- Cardoso de Mello Neto (Estadista e Professor).
- Lopes de Leão (Artista eminente).
- Guilherme de Almeida (Poeta ilustre, escritor notavel, artista privilegiado de talento, membro da Academia Brasileira e da Academia Paulista de Letras).
- Paulo Setubal (Poeta, escritor fóra do comum. Membro das Academias Brasileira e Paulista de Letras).
- Almeida Nogueira (Professor da Faculdade de Direito).
- Ibrahim Nobre (Orador prodigioso, doutrinador, tribuno, poeta, escritor de talento peregrino).
- João Arruda (Professor da Faculdade de Direito).
- Elyseo Guilherme (Ministro do Tribunal de Justiça e jurista).
- Plinio Ayrosa (Professor da Faculdade de Filosofia).
- Ismael Guilherme (Parlamentar).
- ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA (Estadista, administrador. Governador do Estado).
- Julio Mesquita Filho (Jornalista insigne).
- Todos os da estirpe Araujo Cintra, ou Silveira Cintra.
- Todos os de nome Toledo Piza.
- Todos os da estirpe Alves de Lima, ou Silva Telles.
- Todos os Cunha Bueno, os Lara, ou os Assunção.
- Todos os Cardoso de Almeida.
- Todos os Estanisláu do Amaral ou Amaral Souza.
- Todos os Freitas Valle, entre os quais o embaixador Cyro de F. Valle.
- Manoel Carlos de F. Ferraz (Desembargador da Corte de Justiça do Estado. Membro da Academia Paulista de Letras).
- Vicente de Carvalho (Poeta dos mais ilustres. Jurista. Ministro do Tribunal de Justiça. Membro da Academia Brasileira de Letras).
- Vicente de Almeida Prado (Grande banqueiro e financista de renome).
- Francisco Paes Leme de Monlevade (Grande engenheiro ferroviario).
- Antonio Carlos Pacheco e Silva (Grande medico psiquiatra).
- João Sampaio (Notavel administrador e parlamentar).
- Domicio Pacheco e Silva (Engenheiro que ilustra a nossa cultura).
- Cerqueira Cezar (Propagandista da Republica. Presidente do Estado. Jornalista, etc.).
- Osorio de Almeida (Grande engenheiro e economista).
- Jorge Americano (Jurista eminente e professor. Por varias vezes Reitor da Universidade).
- Almeida Moraes (Professor, historiador, jurista, parlamentar, etc.).
- Domingos de Moraes (Propagandista da Republica, estadista e politico).

Edgard de Souza (Engenheiro eminente).

Odilon de Souza (Engenheiro ilustre e administrador proveto).

Claudio de Souza (Escritor, poeta, membro da Academia Brasileira de Letras).

Cesar Salgado (Parlamentar, escritor e jurista).

Antonio de Almeida Prado (Grande medico).

Amadeu Amaral (Grande intelectual, jornalista dos mais notaveis.

Membro da Academia Brasileira de Letras).

Fernando de Almeida Prado (Historiador ilustre).

Rubens do Amaral (Jornalista ilustre, membro da Academia Paulista de Letras).

Roberto Simonsen (Historiador notavel, industrial emerito, financista, membro da Academia Paulista de Letras).

E outros mais que não verifiquei.

Os Lemes, com essa prova robustissima, evidencia-se, ainda estão a empunhar o facho da pujança.

Eis que, os descendentes dos Lemes, são bem os que S. Paulo tem de melhor, formando eles a galeria maxima do exponencial da cultura paulista! De fato todo S. Paulo é proveniente dessa estirpe que Gilberto Freyre supõe em decadencia.

É lamentavel a cincada em que caiu o erudito Gilberto Freyre a respeito dos *Lemes* que ainda estão a mostrar uma tal pujança, que constitue a nossa melhor reserva a se opor ás forças com que os exóticos se vem esbarrar no processo assimilatorio.

CAPÍTULO VIII

PSICOLOGIA DO MORADOR

Conseguimos encontrar, somente dentre os mencionados por Silva Leme na sua *Genealogia* e pertencentes às famílias paulistas, cerca de 50 padres e monges seiscentistas e 75 do século XVIII. Hoje, em uma população três mil vezes maior, esses números não seriam, talvez, atingidos senão com muita dificuldade (47).

(47) Quando, nos séculos XVI e XVII, aportaram no planalto os colonizadores ibéricos, traziam eles, da península, o germe virulento do fanatismo religioso, que então proliferava endemicamente em toda a Europa.

Nessa época, apenas emergida da Idade Média, em França os huguenotes eram premeditada e vandalicamente trucidados sob a soteruna inspiração de Catarina de Médicis. Na Alemanha, a Guerra dos Trinta Anos fazia as mais formidáveis devastações; na Inglaterra, a Hiena do Norte e depois a rainha virgem escreviam a página sanguinolenta da história Britânica, apenas esboçada por Henrique VIII e epilogada com Cromwell; na Iberia, as inquisições de D. João III e de Filipe II encharcavam a terra de sangue e saturavam o ar do fumo negro das fogueiras.

Os povoadores saídos desse meio, onde o prestígio da batina e principalmente da roupeta era incomensurável, forçosamente haviam de trazer, impregnado, todo esse misticismo peninsular tão decantado por Oliveira Martins e ainda mais exaltado por Lapouge, citando Galton (*Lapouge, Selections*, 93).

Era pois um fato natural o fanatismo religioso dos povoadores.

A religião católica era, porém, moldada às inteligências rudíssimas e sem trato, quasi analfabetas, desses nossos antepassados, cuja ignorância e boa fé eram exploradas pelos ministros da religião, principalmente jesuitas, que no início do quinhentismo galgavam o primeiro degrau do pedestal que, sob a égide de Loyola, ia elevar-se por dois séculos e meio.

Quem percorre os documentos publicados pelo dr. Washington Luis (*Inventarios e Testamentos*) pode fazer uma idéia dessa religião

As organizações religiosas, porem, ao lado desse serviço de desenvolvimento intelectual do planalto, tinham, a seu crédito, o grande mérito de haver sido com os mosteiros beneditinos, carmelitas, franciscanos e os collegios jesuitas, os únicos focos de cultura, tenues aliás, existentes no planalto, os quais ensinavam os rudimentos alfabéticos e noções de catecismo aos jovens paulistas de outras eras, cousas que constituíam todo o patrimonio intelectual dos nossos avós.

A par desse meio de instrução, raríssimas vezes um patriarca mais abonado enviava o seu primogênito a Coimbra ou à Baía, de onde voltava com um acervo que o habi-

observada pelos povoadores e, consequentemente, pelos paulistas, seus filhos e netos.

Bebida, naturalmente, nos ensinamentos do catecismo ministrados pelos padres e monges, que enxameavam pelas vilas do planalto, essa religião católica mais se assemelhava a um politeísmo pagão, com as suas múltiplas divindades representadas por centenas de santos, anjos, etc., além dos muitos milhares de virgens, etc., a quem em testamento eram dirigidas fervorosas e eloquentes preces e adorações — peças soberbas, identificadoras do estado de alma desses moribundos, e prometidas um sem número de missas solenes, velas, etc.

Nesses testamentos, toda a corte celestial era invocada com uma ingenuidade admirável, no sentido de lhes serem perdoados os pecados e concedida a almejada salvação eterna.

Fenômeno cheio de interesse passava-se entre os moradores do planalto; essa extrema religiosidade não impedia que os paulistas, desde João Ramalho e seus filhos mamelucos movessem desapiedada e encarniçada guerra aos jesuitas, ministros sagrados, sacerdotes dessa mesma religião da qual se mostravam tão escravizados.

A explicação, por alguns tentada, de haver sido João Ramalho judeu e seus filhos cristãos novos, não passa de um delírio de fantasia imaginosa, porquanto, se o sinal de que Ramalho fazia preceder a sua assinatura parecer com o *kaff* hebraico, é certo que, outras vezes, o sinal usado por esse patriarca era a propria cruz, como se pode verificar do livro das atas municipais de Santo André da Borda do Campo.

A guerra contra os jesuitas, porem, não foi limitada pelo genro da Tibiriçá e seus filhos, mas foi continuada, por quasi um século

litava a se sustentar em um plano muito superior ao em que se achava os demais moradores do planalto. Assim foi o caso de Pedro de Moraes Madureira, do padre Manuel de Moraes e do dr. Guilherme Pompeu. Outro indicio veemente desse estado intelectual da gente paulista está na completa ausencia de livros entre os moradores do planalto, cousa que se evidencia pelo exame dos inventarios seiscentistas e setecentistas, constantes das publicações officiais, nos quais apesar do seu número de varias centenas, não se acham senão alguns raros livros de religião, como o "Livro das horas", "O confissionario", etc., e como literatura profana a

mais, pelos bandeirantes, que tambem não se contentavam de, ao longe, nos territorios missioneiros, perseguir os loiolanos e seus apagniguados selvícolas, mas levavam o seu desrespeito ao ponto de atacar os proprios jesuitas do planalto, enxotando-os para fora da região.

Não foram somente os jesuitas as únicas vítimas dessas perseguições, pois as que foram movidas ao vigario Albernaz, aliás de familia paulista, expulso da vila e atropelado pela multidão, são tambem de se fazer notar.

Isso evidencia que o espirito de religiosidade extrema, manifestado nos documentos, não passava de um estado superficial, primado de muito pelo interesse comercial. Talvez fosse essa religiosidade gerada pela falta de passatempo e pelo terror que as penas do Inferno infundiam a essas almas rudes e ingenuas.

Diogo de Lara, homem de certos haveres e já de idade, passava os dias inteiros a rezar nas igrejas, divertindo-se em enfeitar de flores os altares do templo carmelita, segundo nos relata seu descendente Pedro Taques, o linhagista.

Assim, vê-se que nem todos os preceitos da moral cristã eram rigorosamente observados no planalto, pois que o apresamento de indios, o desrespeito às vestes sacerdotais e a desobediencia às bulas pontificias não podiam deixar de ser premeditados pecados contra a piedade, dos quais na hora da morte vagamente pediani absolvição, nos testamentos, prodigalizando-se nos oferecimentos a uma multidão de santos, de uma enorme porção de missas, velas etc., testemunhando um evidente culto às imagens.

“Chronica do Gran Capitan”, as “Novelas de Miguel Cervantes”, etc (48).

As mulheres eram ainda mais incultas, não sendo costume aprender a ler. A primeira mulher sabendo assinar o nome, em São Paulo, foi a baiana Leonor de Siqueira, mulher de Luiz Pedroso de Barros, chegada a São Paulo em meados do seiscentismo.

Todas as demais evidenciações do estado de cultura, no planalto, transparecidas desses documentos de publicação oficial, são acordes em admitir essa conclusão (49).

Ora, as consequencias desse atraso intelectual foram, naturalmente, aumentar o isolamento do planalto em relação à metrópole, fazendo com que os paulistas mais se desinteressassem do reino, ao qual eram ligados apenas pelo paulatino e diminuto afluxo do filete ininterrupto dos novos emigrantes lusos.

Esses fenômenos foram gerando um estado de alma que não podia evoluir paralelamente ao existente em Portugal,

(48) É o sabio Martius, no principio do oitocentismo, uma preciosa testemunha desse atraso intelectual do planalto. Diz ele, referindo-se a S. Paulo:

A única biblioteca da cidade, alem da dos Carmelitas, é a do veneravel bispo, o qual apesar da sua idade soube conservar um vivo interesse pelos assuntos científicos, mostrando-nos a biblioteca com manifestações de sincero entusiasmo. Contem ella bom numero de obras historicas, canonicas, de classicos antigos... (*Reise in Brasilien*, “Rev. do Inst. Hist. São Paulo”, vol. XV, 353).

(49) A maior quantidade de livros que achamos, pelos documentos de inventarios, foi no acervo deixado por Matias Rodrigues da Silva, falecido em 1710, no qual appareceram 18 livros, todos de carater religioso.

Foi este Matias, aliás, o homem que maior fortuna deixou, como nos mostram os inventarios, cujos documentos foram publicados (11:745\$000 réis ou sejam cerca de 29.380 cruzados).

“Justifica-se de algum modo a importancia que se dão os padres, pois a pouca instrução e saber existentes no país só podem ser encontrados entre eles”. — *Cartas sobre a Baía*, por Mrs. Kindersley, 1764, Trad. do dr. Vicente de Sousa Queiroz, 20. -

fazendo com que um ideal diferente iluminasse o ambiente do planalto, onde teria forçosamente que nascer mais rapidamente que nas outras regiões das colonias, a idéia de patria, se acontecimentos de varias naturezas não viessem perturbar essa evolução.

A medida que se afastava, com o isolamento, a lembrança do reino, a noção de uma patria nova aflorava à mentalidade paulista, noção esta que, combatida pelos portugueses recém-vindos, não podia entretanto deixar de tomar rápido incremento.

Aí estão as aclamações de Amador Bueno, em 1641, e a de Amador Bueno da Veiga, em 1709, a testemunhar a nossa conclusão.

A primeira, que visava nitidamente a independência da América portuguesa, só abortou em razão do terror reverencial e excessivo respeito dos paulistas pelos poderes constituídos, sentimento esse que foi elevado ao máximo na pessoa de Amador Bueno recusando-se a ser monarca (50).

A segunda aclamação, a de 1709, espelha perfeitamente o estado de alma, orientando o povo para o separatismo brasileiro, o que não foi tentado seriamente porque então os

(50) Os paulistas, aclamando Amador Bueno rei de São Paulo, parece que ignoravam estar D. João IV solidificado no trono, julgando Portugal sem governo constituído e a Espanha a braços com os flamengos; tentaram, assim, a independência, para a qual o povo não se achava psicologicamente preparado não vingando por isso a tentativa.

Amador Bueno, ao recusar, não parece haver sido impulsionado como à primeira vista pode se afigurar, pela lealdade ao novo rei D. João IV, cuja estabilidade ele, Amador Bueno, já sabia.

Os paulistas jamais manifestaram pendores pelos portugueses, apesar de descenderem destes. Tanto lhes fazia um rei português como um espanhol. O interesse economico para eles era mais importante.

Todos eram Sua Majestade "El Rey Nosso Senhor". Nunca haviam ido a Portugal, que conheciam apenas por tradição de

paulistas se espalhavam pelas minas gerais, despovoando o planalto e criando assim uma fase nova, a qual, constituída de muitos fatores, faceis de serem vislumbrados, impediam o separatismo (51).

Este estado intelectual do paulista perdurou durante todo o século dos setecentos e quando no século XIX, no seu inicio, a Faculdade de Direito de São Paulo foi inau-

seus maiores; os laços que os prendiam à patria lusa seriam por isso muito frageis, com o que não era de se fazer sentir grande lealdade ao Bragança recém-aclamado, por parte de Amador Bueno, se não existisse esse temor reverencial e o excessiyo respeito aos poderes constituídos alheios ao planalto.

Um estado de alma do povo pronto a receber a emancipação política, teria banido, esse temor reverencial de que Amador foi certamente o índice mais elevado. Esse estado de alma existiria no paulista, mais do que em qualquer outra aglomeração humana nas colonias portuguesas, em razão de possuir ele as virtudes psicológicas, para isso muito desenvolvidas, se por ventura tivesse ele necessidade dessa liberdade, cousa que não se dava, porque o paulista, de fato, não obedecia a governante algum e era absolutamente livre e independente, limitando-se a, nominalmente, prestar vassalagem a "El Rey Nosso Senhor".

(51) A terceira tentativa de separatismo brasileiro, em 1709, por ocasião do principio da guerra dos emboabas, ainda que não tivesse assumido as proporções de tentativa de rebelião contra a metrópole, deixa ver, pelos documentos, que o povo estava já muito mais preparado para levar avante a idéia. As circunstancias apontadas como diferenciadoras do estado de alma entre o planalto paulista e Portugal haviam recrudescido, de maneira que, se em 1641 o planalto já não se considerava mais português, sessenta anos depois o espírito regional da patria nova havia evoluído de uma forma assustadora.

Nessa ocasião, porem, o planalto já não contava, para um serio movimento separatista, com a totalidade de seus moradores, que ao primeiro grito de "ouro nas Gerais", já no fim do século anterior, haviam iniciado um vasto movimento emigratorio, dispersivo, que então, em 1709, deveria estar bem adiantado já, com grande quantidade de paulistas espalhados pelas minas.

Alem disto, o número de homens de armas, índios de arco e flexa, no dizer pitoresco de Pedro Taques, havia diminuído

gurada na Capital paulista, a população ainda conservava a mesma ignorância, amparada pela intelligencia pouco aproveitada e sempre refreada dos moradores do planalto.

Só nesse século o paulista galgou o imenso degrau da sua evolução intellectual. Os abridores da lavoura do café conservavam o atraso de cultura de seus antepassados, se bem que um bom senso e um espírito prático notaveis fossem amparados por uma intelligencia algo mais limada por um contacto mais assiduo com o progresso vindo de alem mar.

* * *

Os paulistas não puderam ir alem desse atraso intellectual, com os seus recursos economicos, que lhes proporcionavam elementos de melhoria, bem como os seus ideais, que não iam longe do acanhado âmbito em que viviam. Vieram os povoadores para o planalto, apenas para se livrar das apertadas condições da luta pela vida no reino, cuja dureza extrema não lhes permitia a reprodução de acordo com o seu coeficiente de fecundidade.

Esse ideal logo viram concretizado nos estabelecimentos rurais do litoral e do planalto, os quais, na sua policultura, tudo produziam de que necessitasse uma vida farta, sobrando mesmo aos povoadores uns poucos elementos de exportação, com que podiam importar as bugigangas do reino, que salpicam as listas dos arrolamentos dos inventarios. A segunda geração, no planalto, fez, porem, evoluir

sensivelmente, não só por constituirem eles o braço trabalhador nas minas, levados pelos paulistas, como porque o preamento pelas bandeiras caçadoras havia cessado quasi por completo. Assim, para uma tentativa de rebelião, os paulistas não mais podiam contar com aquela antiga força, com a qual formavam antes os seus formidaveis exercitos.

O planalto europeizava-se, despovoava-se e enriquecia com o ouro, mas empobrecia rural e militarmente.

esse ideal, de limites tão estreitos, trazido pelos povoadores; os filhos dessa gente rúde, pobre, curtida pelos sofrimentos e miséria, com o desenvolvimento da sua cultura agrícola, ao redor das vilas paulistas, forçados por este motivo, tiveram que lançar os olhos para o sertão, ávidos, não de descobrimentos, mas do braço abundante que alimentasse essas lavouras.

Esse braço deveria ter sido, nos fins do quincentismo e no início do seiscentismo, cotado muito alto entre os lavradores paulistas e já se tornaria bem escasso, porque os moradores do planalto, sem os recursos que sobravam aos baianos e pernambucanos para a importação dos "negros da Guiné", tinham de cingir-se obrigatoriamente ao braço indígena, aplicando então o rifão que diz que: "quem não tem cão caça com gato". Ora, o índio já então se fazia raro ao redor da vila, não só pela desmedida proteção que os jesuitas davam aos guaianazes como também pelo grande desenvolvimento que tomavam as lavouras paulistas, que já se estendiam até Parnaíba, fenômeno resultante da fecundidade paulista que, adensando a população, a obrigava a expandir-se ruralmente ampliando os meios de produção e pela exportação de escravos índios para a lavoura de cana no norte. Isto causava o aumento da procura de braço que, rarefeito, se ia tornando de uma necessidade premente. Daí o nascimento do bandeirismo paulista de preá ou a criação da indústria dos apresamentos e descimentos, alimentada pelo ideal de, à custa dela, formarem um pecúlio que chegasse para o pagamento dos dotes ajustados das filhas casadas e para a constituição de um monte que outorgasse, em caso de morte, às respectivas famílias, além do necessário para viver, o que fosse determinado para que dentro da religião católica, os seus testamentos fizessem bem à sua alma.

Eis o mobil econômico do bandeirismo, impulsionado por um ideal limitado mas gerado por gente ibérica que nele

concentrava todas as fornidáveis forças da sua alma ardorosa.

E por ter sido ela um importante fator na gênese do sertanismo, nunca a indústria dos apresamentos formou uma classe à parte, como seria de se pensar, e sim foi constituída pelos proprios agricultores, que iam ao sertão buscar gente para as suas fazendolas e para os fornecimentos de braço ao Norte açucareiro.

Eis pois em que constituiu o ideal, estreitamente limitado, dessa gente que nunca se enganou sobre as possibilidades de uma sorte melhor, sem as agruras de uma vida isolada na rudimentar e agreste colonia do planalto.

Nunca se iludiriam os povoadores em que a travessia do Atlântico não seria, para eles e suas familias, o exilio perpetuo, e naquelas fragas pardacentas, de Paranapiacaba ao longe, vislumbradas do oceano até os menos cépticos veriam gravadas as mesmas clássicas palavras de cor escura, que Dante, horripilado, achou escritas no cimo das portas do Inferno. Cada um sabia que, uma vez estabelecido com sua familia serra acima, nunca mais veria o Reino (52).

De fato, é esta a impressão que ressalta do exame da obra de Taques e da análise dos documentos. Uma viagem a Portugal seria então cousa só realizavel pelos muitos ricos, como Luiz Dias Leme e outras exceções, que não abundaram em São Paulo. As primeiras minerações, ao redor de São Paulo, teriam sido tão li-

(52) Talvez nisso os povoadores de São Vicente divergissem dos povoadores das Capitánias açucareiras do Norte. Estes viviam com o desejo de volver ao Reino, logo que tivessem constituido pecúlio. Os povoadores vicentinos viviam com a intenção de ficar definitivamente. Não os animava a vontade de voltar apenas enriquecidos e nem seria possivel um enriquecimento nestas plagas.

Os povoadores das capitánias do Norte não eram senão individuos que queriam apenas reavivar seus "brasões". Depois a terra os reteve.

mitadas e aproveitando somente aos Sardinhas, a Antonio Bicudo e a Clemente Álvares, que não poderiam influir no ideal dessa gente como não importava na economia da região, podendo, quando muito, deixar admissível a possibilidade da existencia, nesse formidoloso sertão, de riquezas, as quais só interessavam, então, à gente baiana.

Eis o primeiro degrau da evolução do ideal paulista.

É certo, porem, que logo no inicio do seiscentismo se começa a falar em São Paulo da "prata de Sabarabuçu", à cata da qual D. Francisco de Sousa fizera partir André de Lião, mas a morte desse fidalgo de Beringel adormecera de novo esse vislumbre, não chegando a acender as ambições de um ideal mais elevado, ao qual a alma paulista se conservava impermeavel, apesar de espicaçada, de quando em quando, pelos rumores que se refletiram até nos documentos a respeito das pedrarias de "iecoagibira", ou mesmo pela propria prata de Sabarabuçu, em busca da qual foi, em 1654, o filho do velho Clemente Álvares, o capitão Alvaro Rodrigues do Prado, ou ainda pelo ouro de Paranaguá, que Gabriel de Lara e Heliodoro Eobanos demandaram após isso ou pela muito famosa serra resplandecente de Sabarabuçu, que D. Rodrigo procurou, em 1681, achando em seu lugar, no sumidouro, a tétrica figura da morte.

Nada disso desorientou os modestos limites até onde chegavam as humildes esperanças dos moradores, sempre empenhados com afã na caça ao indio, para as suas lavou-
ras, que lhes chegavam para a subsistencia e para manter a prolificidade da raça que fazia a população crescer sempre.

Talvez a razão disso seja que os paulistas dessas eras, sem ter uma cultura limada que aprimorasse o fino metal das suas inteligencias, como já dissemos atrás, nunca deixavam o bom senso e o raciocinio calmo e frio, cousas que não lhes permitiram se embalassem nos sonhos dourados de uma exagerada ambição. Só depois, no fim do século XVII, quando alguns felizes exploradores descobriram ricos

aluviões, ousaram os paulistas dar mais curso à imaginação, e qual porem, para felicidade deles, foi uma faculdade que parece ter-se conservado sempre em embrião. De fato, pelos documentos, é sensível a modestia da imaginação entre os paulistas, nunca concebendo planos que facilmente poderiam ser levados a efeito por essa gente de virtudes excepcionais (53).

As entradas que "cometiam", os perigos que afrontavam, os prodígios que realizavam na caça ao índio, do que resultou o recuo do meridiano e a conquista do território, nunca foram cousas premeditadas e previamente imaginadas com objetivos certos e determinados, com linhas traçadas de antemão, etc. Nada disso é de se depreender da linguagem dos documentos que, lacônicos em extremo, entretanto falam bem claro nesse particular.

Partiam as expedições à cata do índio e, sem sentir a grandiosidade dos seus feitos, embrenhavam-se no longínquo sertão, fazendo-o com uma naturalidade de espantar a quem não esteja familiarizado com os documentos.

A imaginação foi pois uma faculdade pouco desenvolvida entre os paulistas.

Talvez por isso nada conseguiu criar essa população do planalto, que nem ao menos de si e das passagens da sua história soube sequer deixar vestígios.

O século dos setecentos trouxe, entretanto, com a rápida sucessão de acontecimentos transmutadores dos cenários da sua história, brusca mudança na mentalidade paulista, que acompanhou a transfiguração sofrida no planalto, com a descoberta do ouro nas Gerais, trazendo como natural consequência a gênese de um novo ideal, o qual de

(53) De fato, os paulistas não tinham muita ambição. Eles se contentavam em ter com o que viver. Contanto que a "caça ao índio" e o seu comércio dessem para que as suas poucas necessidades fossem satisfeitas, os paulistas estavam contentes.

muito ultrapassava o que havia acalentado o povoamento e presidido ao bandeirismo de preta, porque a ambição era o seu elemento primordial e se ampliava à medida que a imaginação galgava os degraus do seu processo evolutivo.

Quem, então, em São Paulo não sonharia com o rebrilhar do ouro dos socavões mineiros, situados a tão curta distancia, que dos altos topos da Mantiqueira se poderia abarcar com a vista todas aquelas nascentes douradas do Doce, do Paraopeba, do Pará, do São Francisco, do Verde, do rio das Velhas, do das Mortes, etc., de onde tantos paulistas voltavam com as vestes ainda polvilhadas, resplandecendo a poeira metálica do ouro?

A ambição cresceu, o rastilho do desejo de enriquecer se propagou com rapidez e o ideal do ouro atingiu o meridiano, substituindo o humilde e medíocre ideal rural que subsistira até então, acalentando o utilitarismo paulista. Com isso, as expedições se sucederam até reduzir, à anemia, o planalto exangue pela emigração, em massa, para as terras dos "el-dorados".

Não muitos daí voltavam, pois os estabelecimentos extrativo-industriais paulistas se sucediam nas minas das Gerais, de Goiás e de Cuiabá, e quando saciados, ou esgotados os seus mananciais, os mineradores já estavam fixados no solo, com plantações de cereais e criações de gado, de modo que não mais lhes interessava volver ao planalto, onde já não havia mais laço de propriedade territorial que os atraísse, uma vez que tinham tudo vendido ao emigrar para as minas à cata dos descobrimentos e mineração.

Os que voltavam, entretanto, e que não haviam cortado ainda o cordão umbilical que os filiava à região paulistana, aí mantendo as suas vetustas fazendas de cultura e de criação ou que tinham ainda laços de parentesco que os impediam de se segregar para longe, ao voltar achavam a decadência e a despopulação.

O planalto havia cessado de ser um núcleo rural por excelência, onde se concentravam todas as energias de uma gente pujante, para se manter apenas como entreposto com as minas que lhes tinham sugado a seiva.

Assim, só as vilas do planalto se mantiveram à custa do bafejo das minas, servindo-lhes de mercados de importação para as suas necessidades, que não podiam ser satisfeitas com os artigos produzidos *in loco*, tais como armamentos, vestuários, instrumentos de lavoura e mesmo alguns gêneros alimentícios, como o sal, etc. ou de exportação, pois nas vilas eram fundidas as arrobas de metal extraído e cobrados os quintos, etc.

Eis em que consistiu o motivo de vida das agremiações do altiplano paulista.

Os moradores rurais que não se haviam dirigido às minas correndo em busca da fortuna, foram os que se tinham impermeabilizado ao ideal coletivo, à ambição descomunal da época. Esses e os que voltaram das minas enriquecidos, bem como os que do planalto mantinham empresa de mineração nas minas ou por sua conta própria ou emprestando dinheiro a juros aos mineradores, como capitalistas (tal foi o caso do dr. Guilherme Pompeu), formaram as populações setecentistas do planalto. Naturalmente aqueles, os que não se haviam deixado tentar pela mineração, conservando-se fieis às suas pequenas lavouras, desinteressando-se das explorações metalíferas e limitando-se à rotina rural que seguiam pelos moldes herdados dos pais, avós, bisavós, etc., foram aos poucos se empobrecendo, com o paulatino enfraquecimento das suas fazendolas, de cuja decadência o setecentismo foi testemunha, até se nivelarem com as baixas camadas sociais, a elas se incorporando, olvidando por completo suas gloriosas origens.

Os enriquecidos nas minas, delas havendo retornado ao planalto, bem como os que desta região capitalizavam empresas lucrativas de mineração, foram os poucos que conse-

guiram manter-se no mesmo nível de seus antepassados, formando um núcleo que, graças à fecundidade e aos cabedais que haviam reunido com o decorrer de um século, pôde retomar o movimento expansionista paulista, que se fez sentir no século XIX, com a plantação da lavoura do café no nosso ubérrimo Oeste.

Durante o setecentismo, entretanto, a população do planalto consistiu apenas nesse núcleo citado, a princípio bem mingado, à frente daquela gente que mencionamos como desinteressada da fortuna e aferrada às lavouras, ao redor das vilas, gente essa sem ideais, sem descortino, sem ambições, deixando incolor essa página da história do planalto. Por esse motivo, essa região privilegiada das colônias brasileiras quasi não foi chamada a cooperar nos ideais nativistas que puxaram o carro da independência.

A conjuração mineira não produziu a menor impressão no marasmo da indiferença no planalto. Os moradores tudo aceitavam, impassíveis, dessa metrópole egoísta, hematófaga e incapaz de bem governar. Perseguições, abusos, extorções, latrocínios, taxações exageradas, etc., nada arrancava um gesto de revolta dessa população oprimida que se submetia, sem alimentar esse ideal de liberdade, que, das alterosas, desabrochou nos fins do século XVIII e refletiu em Pernambuco em 1817 (54). Por fim, veio o sacrossanto movimento dos Andradas, dos Ledos, etc.; o planalto dormia, ainda, sem sonhar ao menos com esse estado de alma que agitava o resto do Brasil. Nem um só vulto desse período aureo se filiava às estirpes do planalto e muito menos a essa região. São Paulo foi o palco da independência, mas os autores e atores desse episódio não pertenciam à terra.

A razão de tudo isso, é claro, está em que o planalto, na sua maior parte, era povoado de gente sem cultura, sem

(54) Aclamação de Amador Bueno da Veiga, expedição ao Rio das Mortes e Guerra dos Emboabas. Foram cousas de um remotíssimo passado.

ideal, sem imaginação, só escapando desse empobrecimento moral, intelectual, um pequeno nucleo dos pertencentes à estirpe dos enriquecidos nas minas, os quais se espalhavam pelas muitas vilas do planalto e não podiam pelo seu número diminuto fazer pesar o seu concurso que, só mais tarde, com a evolução e principalmente com a fecundidade propria do paulista, tinha não só que aparecer como tambem de dominar.

Assim, em síntese, vemos que no planalto, somente em fins do século XVII e inicio do seguinte, vibrou intensamente a alma paulista, sob o vigoroso impulso de um ideal que a atraia para a exploração dos ricos Pactolos.

E tão forte teria sido essa emoção psicológica, que o paulista, até então sempre orientado pelos limitados fins econômico-comerciais, que lhe permitiam apenas viver livre da miseria, ultrapassou de muito essa fronteira do utilitarismo, para chegar a vislumbrar, com fulgurancia meteórica e passageira, é verdade, a idéia de uma patria nova, fenômeno que produziu os primeiros movimentos nativistas no Brasil, contra Portugal, semente plantada em terreno fértil, porquanto, pelo fato de o planalto se achar muito mais isolado da terra lusa do que as outras regiões coloniais, aí se formou uma mentalidade toda diversa da que as outras partes brasileiras originaram, em estreito contacto com a metrópole, como viam.

A causa de ordem psicológica apontada teria servido de excitamento ao estado de alma do planalto, em relação á metrópole, de modo a se sucederem, no inicio do século XVIII, esses movimentos nacionalistas, que se originaram na aclamação de Amador Bueno da Veiga, na expedição do rio das Mortes e Guerra dos Emboabas.

Como dissemos, esses fenômenos tiveram a rapidez meteórica, em virtude de haver o Reino adotado, em relação aos paulistas, medidas de varias ordens, as quais estudaremos adiante, de modo a torná-los mais submissos à governança

metropolitana, diminuindo-lhes o isolamento e tirando-lhes as prerrogativas de governo de relativa autonomia, cousa de que gozavam em virtude da insignificancia dessa região em relação aos domínios coloniais portugueses. Logo o paulista teve o seu espírito de ideal evoluído na senda do utilitarismo prático, desinteressando-se das cousas da governança, a cuja gente tributava o mais solene respeito, o que lhes restringia o campo de atividade a occupações das quaes poderiam auferir resultado pecuniario.

Disso, necessariamente, nasceu o espírito do paulista, saturado de iniciativas práticas, facilmente observaveis na historia, o qual, ainda que desprovido de grande poder de imaginação, lhe permitiu elevar-se muito acima do nível do brasileiro, no concernente às realizações práticas e progresso material, ficando, porem, em situação evidentemente inferior no que diz respeito aos surtos poético-literarios e outros labores dependentes de força de imaginação.

* * *

Assim, antes da descoberta das minas, o paulista, modestamente, só tinha por ideal as suas pequenas lavouras e diminutas criações.

Com a exploração do ouro, o ideal paulista elevou-se de tal maneira que transbordou do terreno utilitario para o politico, resultando inúmeras manifestações que, sem a rápida intervenção da metrópole, trariam como consequencia um separatismo antes de o setecentismo chegar ao fim do primeiro quartel.

Essa mesma exploração dos terrenos auríferos, em Minas, Goiaz e Mato Grosso, debilitando o planalto, espalhando os componentes da gente paulista por um territorio imenso, mergulhou a região em uma indiferença, sem ideal politico, curtindo os moradores, na subserviencia à patria lusa, a decadencia da região, até que varias circunstancias, entre

as quais a magnífica fecundidade própria da raça, trouxeram a prosperidade e a expansão do século XIX, a qual, sem solução de continuidade, até hoje perdura em um movimento ascensional, inigualado jamais por qualquer outro povo.

* * *

Não há a menor dúvida que o excessivo respeito à governança haja sido um traço do caráter paulista, manifestado alternativamente no decurso da historia.

Os povoadores, gente modesta e sem instrução, sempre oprimidos no Reino pelas classes que monopolizavam o poder, nessa época de primado absoluto da aristocracia, ao emigrar tinham que trazer, ainda quente, esse temor reverencial, tributado em Portugal, por gente das suas classes, aos membros do governo; assim, é natural que, chegados esses povoadores ao planalto e aí isolados, esse sentimento se mantivesse imbuído na massa coletiva dos primeiros moradores. E' palpavel o modo por demais respeitoso e todo saturado de reverencias e de submissão, com que os nossos antepassados primevos, nesta terra, tratavam não só os representantes do poder real como os fidalgos do quilate de Martim Afonso de Sousa, de Lopo de Sousa, de D. Francisco de Sousa, etc.

Necessitando, porem, a sociedade por eles constituída, de uma orientação governativa, que deveria ser propria em razão da insignificancia da colonia, do muito afastamento em que se achava dos centros de civilização e da governança, os poderes criados para preencher essa função tinham necessariamente que ser formados por gente escolhida, por qualquer forma, dentre os moradores (os juizes, os capitães-mores, eram nomeados por mercês, aqueles vitalicios e estes periódicos; os cargos da governança municipal, porem, eram supridos por eleição dentre os principais), exceção, naturalmente, da gente que a metrópole enviava para exercer cargos dependentes do Governo de Lisboa, cousa aliás que, pelos motivos expostos, foi muito raramente levada a efeito.

Nestas condições, está claro que essa sociedade do planalto dirigida por gente escolhida, vitalicia ou periodicamente, da massa de povoadores, tinha que ser nas bases mais democráticas, visto como os dirigentes eram sempre da mesma extração que os dirigidos, com estes relacionados por estreitos laços de parentesco e de amizade certa e comprovada, possuindo idênticos meios de vida e de haveres; sofrendo as mesmas consequências da adversidade ou gozando das mesmas regalias da felicidade e, além do mais, alternando-se no poder para exercício do qual eram feitas anualmente eleições dos diversos cargos da governança, de modo que o governado de hoje, seria o governante de amanhã e vice-versa (com exceção dos juizes das varas de orfãos que eram vitalícios, mas sempre escolhidos da massa dos moradores) (55).

(55) Em cada sociedade varia o processo de estratificação das camadas sociais. Assim na Idade Média, as aristocracias se formavam como indice de maior bravura, de esforço ou de pugnacidade. Depois, na Renascença tivemos outro criterio para estabelecer as diferenças sociais. Na aventura oriental, foram o comercio e a riqueza os padrões que estabeleceram as desigualdades. Na Inglaterra dos Tudors, foi o valor marítimo na pirataria. Então os gloriosos "sea dogs" afirmaram o seu valor e conquistaram titulos, posição, fortuna, prestigio no nivel social inglês elizabetico que se diferenciava.

No Nordeste açucareiro, a aristocracia foi formada pelos maiores plantadores, usineiros de açúcar, que ganhavam assim as mais gordas fortunas e o maior prestigio com suas Casas Grandes.

A isso é preciso acrescentar o prestigio e o renome ganho nas lutas arduas e heroicas contra o intruso flamengo.

Nas Minas, o processo de estratificação social foi diferente.

Aí conquistavam mais galardões, na nobreza que se formava, os mais esforçados nas labutas das catas, os mais opulentos em cabedais ganhos nas lavras, os aventureiros mais felizes, etc. Na aristocracia que se formava na corte carioca, com a Independencia, entravam varios e complexos criterios, entre os quais

Esse regime, pois, de verdadeiro "self government", saturado de democracia, na mais ampla acepção da palavra, cousa que ressalta clara e positivamente da leitura da documentação de publicação oficial, e que era, aliás, muito raramente perturbado pela intervenção da metrópole ou pelos poderes mais centralizados das colonias, tinha necessariamente que fazer evoluir a alma popular diante dos poderes constituídos, modificando-a nos seus aspectos de reverencia e submissão dos primitivos colonos quinhentistas, para imbuí-la de altivez, de espírito ávido de liberdade e de independencia, ciosa de suas prerrogativas, etc., que os paulistas do planalto evidenciaram nas suas continuas revoltas contra a governança,

a afidalgação dos negociantes lusos apatacados e de maior prestigio na colonia, tão protegida por Pedro I.

Na que se deriva da nossa lavoura de café, foram afidalgados, tambem, os mais esforçados na labuta da terra roxa, os que se tornaram, por isso mais opulentos, os que faziam mais sombra, nos sertões paulistas, com seus vultos adamasticos, rudes, etc.

Assim tambem, nos séculos XVI e XVII, no planalto, nessa sociedade incipiente a beira de um sertão gigante, que tinha o imortal apresamento como unica fonte de renda, foi se formando evolutivamente uma desigualdade social, estribada em motivos que não eram os mesmos que haviam presidido no Reino a estratificação que lá se fez e que não eram identicos aos que haviam servido de criterio em outras colonias ibero americanas, etc.

O Nordeste açucareiro formou uma aristocracia que mais se concretizou nas guerras holandêsas; o planalto paulista, porein, com a autarquia, a falta de comercio, a policultura e a pequena propriedade não viveu senão em democracia aburguesada.

A aristocracia nordestina foi patriarcal com suas Casas Grandes, etc., tão bem descritas por Gilberto Freyre. É inpe-rioso, porein, que não se generalize! O planalto teve um regime bem diferente!

O grande erro dos sociologos, ensaístas e historiadores brasileiros, tem sido estender para o Sul, o que observaram com justeza no Norte.

Assim foi Oliveira Vianna!

Assim tambem foi Gilberto Freyre!

em virtude de atos emanados dela, que eram considerados lesivos aos interesses públicos, e nas quais, à fôrça e à mão armada, o povo amotinado obrigava os governantes a pensarem mais acuradamente nos seus deveres de zelar, acima de tudo, pelos interesses populares que lhes haviam sido confiados em eleições.

Desses acontecimentos violentos ocorridos no seiscentismo, por ocasião de serem enviados ouvidores e corregedores novos ("Actas", vol. VII, 205), bem como a propósito das alterações do padrão monetario ("Actas", vol. VII, 388 e 454) e das constituições de "trusts" de tecidos de fazenda, os quais exploravam os consumidores paulistas ("Actas", loc. cit. 420), e outras revoltas populares, como a repressão ao monopólio do sal, por Bartolomeu de Faria (isto já no início do setecentismo), a expulsão dos jesuítas e a do vigário Albernaz, o caso do ouvidor Souto Maior e de Timoteo Correia, etc., estereotipam esse espírito altivo de liberdade e independência, que absolutamente não se curvava ante poderes da governança. Muito típico é o caso de Salvador Correia de Sá, em 1661, a quem os paulistas não queriam receber, mandando-lhe a rude e intempestiva resposta, que *se tinha algumas ordens de S. M., que as mandasse de Santos*". (56)

Seriam palavras bem dignas de descendentes daqueles que respondiam ao seu rei: "nós que separados valem tanto quanto vós e que reunidos valem mais do que vós...".

Esse característico tão bem acentuado no paulista do seiscentismo e do início do setecentismo (aclamação de Amador Bueno da Veiga, o caso do sal, etc.), quando se delacionava com os governos regionais e mesmo com os coloniais

(56) A respeito de Salvador Correia de Sá e Benevides, Taunay ("*Historia seisc. da Villa de S. Paulo*", I, 148), diz:

"Nascido em 1594 no Rio de Janeiro, aos dezoito annos de idade encetara vida militar. Destacara-se em diversos feitos mari-

do Rio de Janeiro (57), sofria inexplicável contraste com o modo pelo qual, no decurso do setecentismo, se submetia à autoridade arbitrária, abusiva e aladroadada dos representantes reinóis, na governança da terra.

Essa submissão parecia um retrocesso ao caráter primitivo de que o povoador quinhentista vinha saturado.

timos, alcançara uma bella victoria sobre os hollandeses no Espirito Santo quando conduzia o socorro do Sul à obra de restauração da Bahia em 1625".

(57) Vem muito a propósito repetir aqui a citação de Froger, já feita por Oliveira Vianna (*Populações Meridionais*, 215), da sua *Relação de uma viagem feita em 1695, 1696 e 1697, às costas da África, Estreito de Magalhães, Brasil, Caiena e ilhas Antilhas*:

São Paulo tira a sua origem "d'un assemblage de brigans de toutes les Nations, qui peu a peu y ont formé une grande Ville et une espèce de République, ou ils se font une loy de ne point reconnoître le Gouverneur".

* * *

Paulo Prado assim se exprime no *Paulística*, pág. 24, sobre este traço da psicologia paulista:

"Esta semente de independencia, de vida livre e de falar alto e forte, germinou e frutificou durante dois séculos na história paulista".

* * *

Oliveira Vianna muito bem divisou essa face da psicologia do paulista, ao se referir a eles, na pág. 40 do seu *Populações Meridionais*, da seguinte forma:

"O ardor aventureiro do luso, por exemplo, depois de transmutar-se na combatividade impetuosa do bandeirante, cai aos poucos e, no IV século, se extingue totalmente à medida que o sedentarismo agrícola realiza a sua obra de paz e civilização. Por outro lado, o antigo lealismo peninsular, sob a influencia liberal do meio americano, reveste-se de dignidade e altivez desconhecidas ao cortesanismo de ultramar".

* * *

"O Governador Geral, Câmara Coutinho", diz Taunay (*São Paulo nos primeiros anos*, 76), "a declarar escandalizando e naturalmente exagerando a D. Pedro II: "a vila de São Paulo há muitos anos que é república de per si, sem a observancia de lei nenhuma, assim divina como humana".

No setecentismo, os paulistas, outrora tão ativos, soberceiros, independentes, arrogantes e malcriados, descendentes daquele filho de Ramalho que em um rasgo de ousadia dissera que acabaria com a Santa Inquisição a flechadas, filhos daquela "gente desalmada y levantada que no hace caso ni de las leys del Rey ni de Dios, ni tienen que ver ni con justicias mayores deste estado...", não esboçavam o menor gesto contra as extorções dos exatores reinóis, contra os abusos inqualificáveis do poder real, que, como tentáculos avidísimos, se estendiam através do Atlântico até o planalto, para abarcar os dourados quintos!

A alma paulista, de arrogante se transformara em submissa e o belicoso, impulsivo, intratável e insuportável de outras eras se transfigurara no humilde cortejador do poder, não ousando clamar contra a ignominia dos gatunos que lhes sugavam o fruto de tanto esforço e sacrifício.

Duas foram as causas concorrentes para este aviltamento:

A seleção regressiva e despopulação qualitativa sofrida pelo planalto com a emigração para as minas e a modificação do aparelho governamental do planalto, com diminuição do isolamento da metrópole.

Aquela, já estudamos de sobejo e já de sobra verificamos os seus efeitos na evolução da nossa população. Vejamos a segunda:

O planalto paulista representava para o reino luso e, mais acentuadamente, para a monarquia dos Filipes, uma partícula insignificante, perdida na vastidão imensa dos mesmos, sem a menor importancia, sob qualquer ponto de vista que fosse de renda para a Coroa, cousa que não acontecia com as ricas regiões do nordeste brasileiro ou as opulentas colonias da India, do Perú ou do México, cujos proventos refletiam brilhantemente na vida peninsular.

Sem densidade de população apreciável e desconhecendo-se então a magna importancia do movimento expansionista bandeirante, que era encarado sob o único aspecto de

perseguição ao mísero íncola, o planalto paulista representaria para as metrópoles de Lisboa ou de Madrid apenas um ínfimo núcleo de pobres e semibárbaros moradores de raça ibérica, que viviam às tropelias com os índios, jesuítas e maloqueiros espanhóis, sem a menor influencia da marcha regular não só da metrópole mas até das colônias, que só se resumiam nas capitânias ubérrimas do nordeste. (Os próprios holandeses não se dignaram lançar os olhos para essa região, que mais parecia um covil de bandidos, como dizia Schmidel, do que um foco de civilização européia).

Sua parca população e sua pobreza de recursos de qualquer espécie faziam, dessa parte elevada da capitania vicentina, um lugar esquecido e entregue exclusivamente quasi a si mesmo ou ao donatário, que também só cogitava de auferir os lucros, aliás bem magros, que o seu feudo, com os seus frageis elementos, lhe poderia proporcionar, em comparação com os produzidos pelas capitânias de Pernambuco, Baía, etc. (58).

(58) A pouca importância do planalto sob o ponto de vista econômico em relação às demais partes das colônias, ressalta diante da estatística, de acordo com dados colhidos em Gandavo, em fins do quinhentismo, pela qual se vê que a inferioridade em população é notável, mas que formidável e fora dessas proporções é a superioridade em fontes de riqueza das demais regiões.

Capitânias	População	Engenhos de cana	Proporção de engenhos por 100 habitantes
Itamaracá	100	3	3,0
Pernambuco	1.000	22	2,3
Baía	1.100	18	1,63
Ilhéus	200	8	4,0
Espírito Santo	180	1	1,80
Rio de Janeiro	140	—	—
São Vicente	500	4	0,80

Esta estatística confirma a que se encontra em Falcão, *Livro de toda a fazenda, etc.*, acerca do orçamento da despesa do Brasil em 1607:

Ora, disso resultaria para o planalto um governo proprio, com muita independencia de ação, exercido por elementos tirados democraticamente do proprio povo, muito raras vezes af se imiscuindo os poderes centrais, de modo que esse governo autônomo paulista criou uma mentalidade popular ativa, independente, liberal, que dirigindo-se aos governantes da terra de igual para igual, só muito de longe tributava um culto, mais aparente e vistoso do que real, a "S. Magestade el rey Nosso Senhor", embora fosse ele portugûes ou espanhol, Aviz, Habsburgo ou Bragança, isso pouco importava.

Pernambuco	12:528\$417	(O planalto não absorveria nem a metade desse número referente a 2 capitánias).
Itamaracá	398\$660	
Paraíba	2:255\$070	
Sergipe	296\$000	
Rio Grande	3:255\$180	
Baía	19:732\$600	
Espírito Santo	353\$120	
Ilhéus	40\$000	
Porto Seguro	40\$000	
Rio de Janeiro	2:015\$000	
São Vicente e Santo Amaro ..	1:467\$820	
	42:381\$867	

Sobre isso, diz Oliveira Vianna no seu *Evolução do Povo Brasileiro*, 57: "E' assim que na capitania de Ilhéus há, no I século, para cerca de 500 moradores, apenas 2 engenhos. Na capitania da Baía, para uma população de quasi 3.000 familias, há, na mesma época, apenas 76 engenhos e na de Pernambuco, numa população de 2.000 moradores, apenas 60 engenhos".

* * *

Gabriel Soares, o velho cronista, diz que na Baía, em 1587, havia "mais de cem moradores que têm, cada ano, de mil cruzados até cinco mil de renda" (de 400\$000 a 2:000\$000 réis), "e outros que têm mais, cujas fazendas valem até cincoenta e sessenta mil cruzados e da vantagem" (10:000\$000 réis até 20:000\$000 réis e 25:000\$000 e mais).

* * *

Se tal acontecia no seiscentismo, quando a pobreza e a modestia em recursos faziam do planalto uma terra desmerecedora da atenção metropolitana, quando o ouro das minas fez, de São Paulo e de seus satélites, focos de irradiação expansionista que se estendiam com densa população e mercados receptores do ouro colhido das entranhas da terra, bem como excelentes entrepostos de importação e exportação, Portugal, de D. João V, achou de bom aviso dedicar mais atenção à região e modificar o sistema de go-

Fernão Cardim, em Pernambuco, em 1590, diz que havia "homens muito grossos, de 58 e 80 mil cruzados de seu" (de 25 contos a 40 contos mais ou menos).

* * *

Enquanto isso, nesse mesmo quinhentismo, encontramos, no planalto, ao morrer:

Pero Leme, o velho, deixando 36\$900 réis (100 cruzados); João do Prado, o velho, 144\$600 réis (400 cruzados); Clemente Alvares, 392\$880 réis (800 cruzados); Fernão Dias, o velho, ... 313\$000 réis (750 cruzados); e estes foram os mais ricos.

No seiscentismo, pouca diminuição na pobreza:

Antonio Raposo Tavares, o grande bandeirante, com 170\$547 réis (500 cruzados); Antonio Bicudo, outro grande sertanista, com 68\$750 réis (150 cruzados); Manuel Pires, sogro de Raposo Tavares, com 660\$000 réis (1.500 cruzados); Diogo de Melo Coutinho, outro emérito bandeirante, com 880\$000 (2.200 cruzados).

* * *

Os mais ricos foram:

Pedro Vaz de Barros com 1:329\$000 (3.000 cruzados); Antonio Pedroso de Barros, filho do precedente, com 1:000\$000 (2.400 cruzados). No setecentismo, com o ouro, a riqueza aumentou de forma a vermos:

Pedro Vaz de Barros, o neto, deixou 3:000\$000 réis (7 mil cruzados); João Leite da Silva Ortiz, genro e socio do Anhanguera, 3:000\$000 réis (7 mil cruzados); Matias Rodrigues da Silva, 11:754\$000 réis (28 mil cruzados).

* * *

Comparem-se esses algarismos com os que Gabriel Soares e Fernão Cardim assinalam para o quinhentismo baiano e pernambucano.

verno, de modo a diminuir o isolamento da gente paulista que, se continuasse na mesma senda até então trilhada, com o avolumar da sua população e outras circunstancias poderia, com maior rapidez, caminhar para o separatismo, de cujos primórdios, aliás, a Guerra dos Emboabas e outras manifestações haviam já feito ouvir os primeiros acordes, que tiveram eco através do Atlântico.

Organizou, pois, um aparelho governativo que trouxesse o planalto para mais perto da comunidade portuguesa, mais na dependencia reinol, procurando por todos os meios desnacionalizar os seus arrogantes e audaciosos moradores, que tão pouco amigos dos portugueses se haviam mostrado em continuas e cada vez mais ameaçadoras manifestações, que transparecem na nossa historia e, mais particularmente, se as estudarmos através da documentação de publicação oficial (59).

Com o novo aparelho governativo, novos governantes eram enviados, de Portugal, para a sede da nova Capitania de São Paulo, gente estranha, portanto, à população da terra e munidos de poderes discricionarios. Individuos astuciosos, verdadeiros cães de fila, hipócritas, sorrasteiros e prepotentes, como o foram D. Rodrigo Cezar de Menezes, Caldeira Pimentel, Davi Marques Pereira, Antonio Cardoso dos Santos, Godinho Manso, etc. (Washington Luis, *Capitania de São Paulo*), puderam, com facilidade, dominar os moradores da região, já de muito enfraquecidos pelas seleções emigratorias

(59) Pelo alvará de 2 de dezembro de 1720, a Capitania de São Paulo era reorganizada.

Com a criação da nova capitania de Minas Gerais, à custa exclusiva do territorio paulista das minas e com a incorporação à Capitania de São Paulo de territorios até então pertencentes a Santo Amaro, do marquês de Cascais, o planalto entrava no regime comum, com prerrogativas iguais às das outras capitanias, dependentes do Estado do Brasil, diz Washington Luis (*Capitania de São Paulo*, 5). Para a sua administração foi enviado um Governador, capitão general "ad honorem", com auxiliares, mestres de campo, tenentes, etc. Então veio o "gauleiter"! Foi Rodrigo Cezar!

para as Gerais, para Cuiabá, já não falando das que demandaram os currais do São Francisco e os sertões do Paraná, bem como pelas novas correntes que de Portugal procuravam as regiões mineiras, passando obrigatoriamente por São Paulo, aí deixando a sua influencia depressiva.

Por essas razões, o morador não pôde reagir, tendo de dobrar a cerviz e adular o carater (60).

(60) Contava-se, entre os velhos moradores paulistas do século passado, a seguinte narrativa, a qual ouvimos muitas vezes referida pelos nossos maiores, que a receberam por sua vez dos seus avós:

Certa vez, à chegada de um novo Governador a São Paulo, na época do ouro, um dos mais abastados paulistas foi apresentar ao governante as boas vindas e ao penetrar na sede da Governança, talvez no velho casarão que fora de D. Simão de Toledo Piza, na rua do Carmo, perguntou a alguém onde se achava o governador que desejava cumprimentar.

Este, que era a propria pessoa a quem o paulista se havia dirigido, empertigou-se e deu um tapa no chapéu do morador, que, não sabendo com quem tratava, o havia conservado na cabeça.

Viu-se então um fato extraordinario que teria tomado feição muito diversa se tal cousa se houvesse passado no seiscentismo:

O paulista enguliu a afronta e, não reagindo, limitou-se a dizer:

— Saiba Vossa Excelencia que esta cabeça nunca mais se cobrirá com um chapéu de qualquer natureza.

E o paulista cumpriu, até a morte, as suas palavras, as quais revelam um protesto tímido e pacífico contra a prepotencia, mostram que a velha arrogancia e altivez de outrora haviam morrido com o advento da riqueza aurífera das Gerais!

Já bem distante, esquecido, estava o vulto formidável de Borba Gato, nos sombrios alcantãs do Sumidouro, a repelir o desgraçado fidalgo Castelo Branco. Então, a reacção era bem diferente!

D. João V, com muita habilidade, soubera aproveitar as circunstancias e cortar as asas à ousadia bandeirante.

* * *

Paulo Prado, no seu *Paulistica*, 99, cita a respeito, em corroboração às idéias expedidas, as palavras do governador Martim Lopes, em 1777, ao marquês de Lavradio:

"...os paulistas de hoje já não têm o mesmo valor e resolução que tinham os seus antepassados; que gostam de viver mais regaladamente e que já se não expõem a passarem pelos trabalhos e desconfortos que tiveram seus avós".

Por isso, o paulista setecentista foi entibiando o seu ânimo, no que era mais rapidamente impellido pela perda paralela da velha belicosidade da gente planaltina, até se anular, por completo, diante dos poderes constituídos, ignorando, sempre, o seu valor e a sua força. "Só nessa época os paulistas reconheceram o dominio da coroa portuguesa", diz muito sabiamente Washington Luis (*Capitania de São Paulo*, 19).

Os dois irmãos Lemes, filhos do célebre "El tuerto", foram os dois últimos paulistas nos quais ainda sobrevivia o espírito da liberdade que os tinha animado no seiscentismo. A prepotencia de D. Rodrigo Cezar entumulou-se com a altivez paulista, da mesma forma que a ignominia do governo aladroadado e bandalho de D. João V levava a morte desgraçada ao vulto do Anhanguera, último bandeirante paulista daquela pléiade de homens dotados de um fisico de aço e de uma alma de bronze, embaseados por um carater granítico.

* * *

O povoador ao atirar ao exilio perpetuo a sua pessoa, a sua familia e a sua prole, na ansia de se ver libertado da miseria reinol, preferindo atravessar, nas selvas do planalto vicentino, toda a sorte de provações, não podia, ao tomar essa resolução de emigrar, deixar de se temperar da mais profunda resignação.

Qual a idéia que porventura poderiam fazer do novo mundo, deserto de civilização, mas prenhe de perigos de toda a sorte e enevoadado dos mais sombrios misterios? Que dura necessidade, senão a determinada pela crueza da luta pela vida, poderia obrigar essa gente à resolução de procurar arrostar com todas essas tenebrosas circunstancias?

Só mesmo os mais resignados poderiam resistir aos embates tumultuarios das desgraças ameaçadoras nesse mundo desconhecido; só os que revestissem a sua psicologia dessa rutilante armadura do fatalismo, que os tornava invictos na luta com a fera, com o indio e com a abrupta natureza.

Só esses que aceitando, em toda a sua frieza, o destino implacavel, com todas as suas dolorosas consequencias, que os impelia através das vagas do revolto Atlântico, embarcados no bojo fragilimo de miseras caravelas e por sobre a muralha cinzento-azulada e abrupta de Paranapiacaba, poderiam resistir a essas ininterruptas escaramuças com a desdita ou a esses prelios sanguinolentos com a morte.

“Seria o que Deus quisesse”, eis o supremo lema de que o fanatismo religioso imbuia a alma fatalista do imigrante quinhentista. Tinham eles a convicção de que os sofrimentos terrestres seriam recompensados paradisiacamente na vida futura. Magnifico sonho o desses nossos rudes e ingenuos antepassados, sumo expoente até onde chegavam os surtos da sua embotada imaginação ⁽⁶¹⁾.

Foi este mais um traço da psicologia da gente que iniciou o povoamento do planalto. Graças a ele puderam vencer todos os obstáculos que se lhes antepunham. Seria, pois, natural que todo esse espirito de resignação às mais

(61) Era a alma ibérica seleccionada, esse genio espanhol apurado, que Henri Mazel (*La Synergie Sociale*) nos descreve em pinceladas de forte colorido,

“Justo no momento em que empalidece a estrela da Italia, um outro povo se levanta para preencher um destino a ele reservado por toda a eternidade; é o espanhol, isto é, o castelhano, o português e o catalão. Ele ia dar ao mundo o exemplo inexcedivel da energia política e artística.

Cristovão Colombo é apenas um acidente glorioso; outros antes dele, escandinavos ou diepenses, haviam tocado o Novo Mundo; a verdadeira causa das descobertas é a alma espanhola.

Que se imagine esta frente ameaçadora de pequenos reinos que descem das montanhas e depois de 8 séculos repelem pé a pé, sem desânimo, sem treguas, seus conquistadores infiéis. De um mar a outro, sem outro pensamento, sem outra ação senão essa luta santa, donde a exasperação crescente de dois desejos, o desejo de conquista aceso pela retomada tenaz do solo e o desejo de conversão excitado pelas medidas renascentes que é preciso tomar contra os judeus e os mouros.

Que alimento não exigira essa chama, no dia em que Boabdil abandonou, chorando, a Granada? Porque o entusiasmo desse povo

cruas consequências da sorte fosse saturando a alma da gente paulista, que o havia herdado dos povoadores. E essa resignação se acumulava seletivamente, de geração em geração, porque os que se lhe mostrassem refratários eram por qualquer maneira eliminados, desde que não se submetessem às leis implacáveis do destino inexorável.

O desânimo equivalia a morte certa nessa corrida vertiginosa pela raia quinhentista e seiscentista, repleta de formidáveis obstáculos e semeada de agruras.

Assim, o paulista, filho de tal gente, criado sob o imperio das mesmas idéias, atravessando os mesmos transe dolorosos decorrentes do local e principalmente da absoluta falta de recursos, que lhe proporcionou um modo de vida apenas ligeiramente superior ao dos selvagens co-habitantes, era, desde o berço, mergulhado nessa resignação e foi, indubitavelmente, um dos motivos psicológicos da sua grandeza, porque foi ela o maior obstáculo a que o desânimo e o desespero entrassem no planalto.

O paulista desses séculos longínquos a tudo se resignava, mas jamais o desalento ousou bater-lhe às portas.

E' a resignação, das virtudes máximas, que através dos séculos vem aureolando a frente enérgica dos filhos do planalto, quer ele, embrenhado nas selvas distantes do sertão gigante, sobraçasse a escopeta fumegante ou o pesado grilhão de apesador, quer ele, tostado pelo sol candente do centro-continental, empunhasse a batéia ou o alvião de minerador, quer a cavalo corresse pelas catingas do Piauí ou pelos cerrados bordejantes do São Francisco, volteando o laço de

é virgem, ele não conheceu as decepções das cruzadas; a miragem do Ocidente o vai levar como a miragem do Oriente levou a França; ajuntai o fervor místico, a ambição dos reis, a sede do ouro, o amor aventureiro de uma cavalaria pobre e desocupada. E' a epopéia dos navegadores e conquistadores que se abre. A energia dos maiores italianos é verdadeiramente pouca cousa ao lado dos Vasco da Gama, dos Albuquerque, dos Cortês e dos Pizarro . . ."

campeador em busca do gado disperso de seus currais abundantes.

E' a suprema virtude que imbue ainda o paulista do século XIX, quando, entranhado nos sertões agrestes da terra roxa, derrubada a mata-virgem, forma a lavoura de café, cuja produção aguarda resignadamente por cinco anos intermináveis, para depois de vicejante, ondulando qual um mar revolto por sobre os chapadões do nosso "hinterland", vê-la exposta, em dia de borrasca, ao exterminio pelo granizo crepitante ou em noite frígida pela geada maldita, prejudicada pela seca ou pelas chuvas em excesso. E esse mesmo lavrador do século XIX, explorado aladroitamente pelos intermediarios, vítima constante das contas de venda, preços baixos, café desvalorizado, salarios altos, abolição da escravatura, quotas de sacrificio, etc., a tudo tem sabido resistir com resignação monumental, persistindo sempre na luta pela prosperidade, que finalmente, tão merecedoramente lhes tem coroado os esforços em tão flagrante contraste com o resto do Brasil, impotente na luta contra as circunstancias mesológicas.

Eis o traço que as erosões não puderam desvirtuar na alma paulista, que, até hoje insulada, perdida nos rincões do Mogí Guassú, do Pardo, do Tietê e do Paranapanema, e mergulhada nos latifundios de café e de gado, é de se observar. Essa faculdade extraordinaria e admiravel, chegando às raias do estoicismo, é a única causa que da alma lhe varre o desanimo e o desalento.

Mas a resignação, sem a fortaleza de um animo tenaz e inquebrantavel, seria apenas um meio facil de acomodação ao desengano e uma faculdade capaz apenas de eliminar os mais efeitos das desilusões, mas nunca uma alavanca de trabalho proficuo, de empreendimentos arrojados e principalmente de iniciativas dificeis e de êxito demorado.

Sem esse animo formidavel ao lado da fatalista resignação que os caracterizava, seria impossivel aos ibéricos de

seleção povoar o planalto porque, se haviam também arrotado os perigos de uma embrionaria navegação, num oceano infundavel e ignoto, os ibéricos, colonizadores das capitânicas do Norte, não passaram de estreitíssima faixa marítima, enquanto que os invasores do planalto não se atemorizaram pela fera catadura da nossa natureza e pelas alturas agrestes e alcantiladas de Paranapiacaba, deixando o litoral onde lhes sobravam terras para a lavoura do açúcar, se tivessem preferido uma situação mais acomodada, no convívio com o europeu e mais em contacto com a governança das colônias e principalmente com o reino.

Se os seus descendentes bandeirantes não herdassem esse ânimo forte e essa homérica tenacidade, não poderiam ter levado a bom termo os capítulos do bandeirismo. Foi essa herança que falou pela boca do Anhanguera, último vulto formidável do bandeirismo no ocaso: "descobrir o que buscava ou morrer na empresa". (Washington Luis, *Capitania de São Paulo*).

Desse ânimo varonil, completado pelo referido espírito de resignação, nasceu a têmpera do bandeirante do século XIX, que plantou e cultivou a lavoura de café. Da liga desses dois traços profundos da psicologia do paulista formou-se o cimento, o mais rígido, que concretiza perenemente os alicerces da nossa grandeza.

Da coincidência de, nos mesmos indivíduos, participarem simbioticamente esses espíritos, originaram-se todos os capítulos fulgurantes dos nossos fastos.

Sim, porque eliminando, a resignação fatalista, os resultados funestos das desilusões, de muito, diminuída as agruras que a tenacidade tinha a vencer, de muito amenizava a via sacra dolorosa que se tinha proposto a trilhar, de modo a amesquinhar o esforço a despender. Se as dificuldades se antolhavam, não importava! Haviã de vencê-las, pois, por maiores que pudessem ser, com elas se conformavam, o que as reduzia nas suas proporções quando projetadas no

espírito do bandeirante, do descobridor ou do plantador do café. Assim se tornava mais doce e mais amena a vereda do sacrificio e menos áspera a senda bravia que a fortuna lhes traçara na vida.

Com essa psicologia era impossivel deixar de vencer!

* * *

O povoador que trouxe para o planalto a semente da civilização, não era um individuo guerreiro e amante de refregas. Muito longe disso, ele vinha com mulheres e crianças para estabelecer, no extremo sul, os alicerces de uma vida nova onde pudesse em paz cultivar suas pequenas lavouras e apascentar seus minguidos rebanhos.

Nessas disposições teriam vindo os Garcia Velho, os Baião Parente, os Pretos, os Cunha, os Prado, os Bueno, os Pires, etc., procurando, nas labutas do solo piratiningano, o que lhes faltava no amanho sedentario das suas quintas do Douro, charnecas da Galiza, pomares da Estremadura e da Andaluzia ou nas aldeias do Alentejo.

Trazida para um meio agreste, a que não estava habituada, essa gente, aventureira certamente mas não belicosa, teve que se adaptar a ele, com o que seu carater sofreu a evolução por vias diferentes das que sonhavam ver trilhadas, quando das aguas lamacentas do Tejo ou da plácida embocadura do Guadalquivir singraram nas caravelas demandando o Atlântico sem fim, tenebroso e imenso!

Mal pisavam os areais das praias vicentinas e já a luta com o indigena feroz e indomavel os obrigava-os a largar a arca de imigrante pobre para correr ao desensarilhar dos arcabuzes e manejar com presteza a espada e, se no litoral a situação apenas de guerras e de belicosas expectativas não só contra o gentio mas ainda contra os corsarios franceses, ingleses e flamengos, mais se exacerbou ela ao galgar, o povoador a fragosa cordilheira que marca de negro pardacento, no azulino firmamento, as fronteiras do planalto,

terra de promessa a conquistar em lutas mil, já contra os inimigos humanos aí preestabelecidos já contra a formidosa natureza.

Com a chegada ao planalto, onde se fixaram, os primeiros colonos tinham que afrontar a enorme e interminável serie de sobressaltos e correrias de toda a sorte, para não serem esmagados antes de aí ficar cimentado o alicerce da civilização.

Os perigos de um isolamento, cercado de antropófagos, sem poder receber de fora o menor auxilio em caso de precisão, entregavam a primeira massa de colonizadores a si propria, obrigando-a a criar os seus meios de defesa.

Ora, esse modo de vida, cercado pelas circunstancias a que nos referimos, foi de molde a trazer as mais profundas mudanças psicológicas naquela gente pacata, laboriosa e avida de trabalho pacífico, as quais lhe permitissem um viver sem as agruras da miseria que haviam deixado nas terras hispánicas.

Rudes, aventureiros, dispostos a tudo e principalmente valentes, como membros de uma gente a quem o fragor das peijas e o estrondo das lides jamais haviam diminuído o animo esforçado e varonil, e, além do mais, seleccionados pelas emigrações, esses povoadores de físico soberbo e moral magnífico não podiam deixar de ser moldados pelo meio que impunha no planalto, como suprema necessidade de subsistencia, o bem manejar da escopeta e da pistola, o esgrimir perfeito da espada rutilante e o firme empunhar da adaga afiada e ponteaguda.

Se os povoadores não haviam trazido na sua esteira a mesma psicologia dos conquistadores do Samorim, dos vencedores de Manco Capac, de Montezuma e de Atualpa, tiveram de criá-la, premidos pela necessidade de viver em terra estranha e adversa, isolados, minguados e sem sequer recursos que os habilitassem a uma defensiva vantajosa.

Dessa extrema circumstancia, dessa luta homérica pela vida, na qual entraram desprovidos de todas as condições

para vencer, exceto o ânimo forte, originou-se a belicosidade paulista amparada pelo hábito constante de refrega e por um continuo batalhar. Os filhos desses povoadores de carater assim evoluído, nunca se tendo separado desse meio gerador da combatividade, fizeram recrudescer esse traço psicológico, já não falando nos efeitos do cruzamento com o indio, que deveria ter trazido forçosamente essa belicosidade, e um certo sabor de crueldade selvagem, do qual o paulista havia de se ressentir no decurso do bandeirismo.

Esse contorno psicológico foi, talvez, o causador dessas lamurias plangentes das crônicas jesuíticas castelhanas a respeito das algaras paulistas que tantas devastações haviam produzido na luzida cristandade do Guairá, do Tape, do Uruguai. Muito apaixonadas, porem, seriam essas crônicas, porquanto esses padres, sabedores dos horrores cruelísimos da Inquisição e das perseguições religiosas em todos os paises da Europa bem como das conquistas espanholas no Novo Mundo, não deveriam impressionar-se tanto com as matanças que os bandeirantes praticavam se não tivessem eles se erigido em juizes em causa propria.

O espírito belicoso, no planalto, foi evoluindo progressivamente com a idade. A defensiva timorata do quinhentismo, transfigurando-se na arrojada ofensiva bandeirante que lhe succedeu no seiscentismo, foi o meio de os moradores submeterem a rude prova as suas virtudes de temeridade e intrepidez, complementos indispensaveis ao desenvolvimento da belicosidade.

As bandeiras do quinhentismo não passavam de aglomerados pouco numerosos, heterogeneos e desordenados, de paulista, portugueses e seus escravos, sem a menor organização militar, de maneira a não irem alem de meras batidas de reconhecimento a pequena distancia do nucleo central que era o vilarejo piratiningano. O inicio do seiscentismo trouxe um aumento do vulto das empreitadas desse gênero, passando as bandeiras a percorrer, em correrias, um

raio bem maior na circunferencia da sua prodigiosa atividade, dele varrendo as nações indigenas que então não mais ousavam perturbar a tranquilidade dos centros civilizados do planalto. Não eram ainda as bandeiras expedições guerreiras de cujo germe apenas levavam no bojo as mais essenciais virtudes latentes. Não tinham ainda plano preconcebido, não as orientava ainda uma diretriz segura, não seguiam senão o que a aventura lhes traçava caprichosamente no seu objetivo econômico, sem a menor visão de previdencia e completamente despidos dos ensinamentos da tática militar. Eram bandos que se atiravam repentinamente para o sertão como meras caravanas ao sabor da sorte. Um simples aviamento, rudimentaríssimo, era o suficiente para o bandeirante penetrar ao longe.

Com o correr do seiscentismo, porem, os nucleos do planalto foram naturalmente se aperfeiçoando, a tal ponto que, em 1628, organizaram uma expedição que deveria por termo às reduções jesuíticas do Guairá. Então começou, para a bandeira, uma fase nova de organização militar que deveria proporcionar, aos paulistas, os resultados mais fecundos. O número de componentes da expedição em muito foi aumentado, elevando-se os seus homens de armas a alguns milhares e, como se fora um pequeno exército, o comando era distribuído pela gente de mais prestigio no bandeirismo, a tropa dividida em corpos e em companhias, organizado o serviço de segurança, com vanguarda, flanqueadores, etc. (Taunay, *Historia Geral das Bandeiras Paulistas*, vol. II, pág. 79). Eis o marco da evolução progressista na penetração conquistadora do nosso territorio. A razão estava em que o espírito militar ia se assentando, com individuos como Raposo Tavares e Manuel Preto, que procuravam militarizar a força expansionista dos moradores do planalto.

As lutas contra os jesuitas no sul, as expedições de socorro contra os holandeses no nordeste, contra os indios da Baía ou negros de Palmares, etc., foram assinaladoras desse desenvolvimento da belicosidade. Assim, quando o

seiscentismo caía no ocaso, o ânimo paulista era positivamente amante das lutas. Os documentos dão essa impressão nítida em soberbas manifestações.

O setecentismo, porém, encaminhou o paulista para novas sendas, de forma que a Guerra dos Emboabas foi o último clarão da belicosidade paulista já decadente (62).

A causa era que o bandeirante trocara o arcabuz do preador pelo alvião do minerador e despira o "gibão de armas" para, em camisa, mais facilmente suportar as agruras da labuta nos socavões mineiros. A mineração não só

(62) Nessa luta memorável em que os paulistas se houberam com heroísmo e valentia assombrosa, ainda perdurava a velha belicosidade ancestral, se bem que já com tendências evidentes a esmorecer.

Lutaram de modo homérico, como se vê das palavras de relato de Diogo de Vasconcelos (*Historia Antiga de Minas Gerais*, 227), enfrentando uma superioridade numérica formidável, de um contra cem, só vencidos, no Sabará, pela superior orientação tática do comando de Manuel Nunes Viana que, dispondo de grande número de índios e mamelucos (?), ocupou as alturas circundantes do arraial paulista; na Cachoeira, pela manobra satânica do maquiavélico Frei Francisco de Menezes, depois de haverem os paulistas posto fora de combate ao formidável Nunes Vianna; no Arraial da Ponta do Morro, no rio das Mortes, pela traição inominável de Bento do Amaral Coutinho, a qual deu lugar ao chamado Capão da Traição; e finalmente ainda, nesse Ponta do Morro, quando vencedores já, pelo auxílio aos emboabas, por parte dos governantes da metrópole.

Nessa luta ainda apareceram vultos como Jerônimo Pedroso, Valentim Pedroso, Luiz Pedroso e outros, que em belicosidade e valentia nada ficaram a dever aos seus antepassados seiscentistas.

Os paulistas só foram vencidos nessa luta pela imensa inferioridade numérica e pela inferioridade intelectual, refletindo no comando que davam à tropa, evidentemente inferior ao dos emboabas que usavam de todos os artificios da má fé e da traição.

* * *

Oliveira Vianna (*Populações Meridionais*, 80), com muita felicidade assim se exprime:

"Faz-se apenas neste novo aspecto da belicosidade vicentista uma modificação necessária: ao lado do mameluco figura agora o escravo: o bacamarte do sertanista caminha ao par do alvião do trabalhador".

atrofiou esta fase do caráter paulista, como lhes matou o caudilhismo, uma das instituições mais em evidência na gente do planalto.

Sem mais o hábito do manejo das armas, o paulista ia progressivamente esmorecendo o seu ânimo ardoroso e devotado às soluções violentas. O hábito morigerado de uma vida pacífica foi transformando o antigo paulista lidador no pacato mineiro lavrador das minas e cultivador do solo das "alterosas", ou no pachorrento criador dos currais do São Francisco, dos campos goiâneos ou piauienses (63).

Os paulistas que ficaram no planalto, não se transmutando para as Gerais e preferindo a vida calma das redondezas piratininganas, ainda mais acentuaram a mudança evolutiva, tendo se transformado em meros agricultores, sem a prosapia militar que ensoberbecia os seus próximos avós. É que não tinham mais necessidade de ir ao sertão buscar o braço indígena para as suas lavouras, e para a exportação pois o negro importado o supria, uma vez que a despovoação do planalto, causada pela emigração para as minas, havia feito minguar a necessidade dessas lavouras diminuídas, embora as fazendas tivessem aumentado em área.

(63) As bandeiras setecentistas já não são mais aqueles verdadeiros exércitos dos séculos anteriores. São apenas uma ou duas centenas de homens, quando muito, que se embrenham nos matagais dos sertões brasileiros, não com o fim agressivo de prear índios e combater jesuitas e castelhanos, mas sim de explorar riquezas, tendo apenas como desideratum bélico defender-se dos ataques de que porventura fossem vítimas no decorrer de suas imensas caminhadas por inúvias regiões.

Enquanto as menores bandeiras seiscentistas, que marchavam contra o Guairá, Tape e Uruguai, contavam com milhares de componentes (dizem os jesuitas cronistas), os paulistas setecentistas reduziram, de muito, o poder bélico de suas bandeiras.

Assim é que Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, quando em 1722-1725 se pôs à frente de uma das mais memoráveis expedições que o bandeirismo de exploração jamais teve no seu ativo, só contava com 300 homens, segundo nos relata o erudito historiador Washington Luís, na sua magnífica memória sobre o governo de D. Rodrigo Cezar de Menezes (*Capitania de São Paulo*).

E então as fazendolas paulistas de Guarulhos, de Indaiatuba, de Itú, de Araritaguaba ou das redondezas da vila de São Carlos, se desassemelhavam, na sua simplicidade rural, das que outrora, no século anterior, se espalhavam pelas proximidades paulistanas, de Carapicuíba, de Parnaíba, de Caucaia, de Apotribú, de Quitauna, de Araçariguama ou de Orubuapira, as quais, pequenas como estabelecimentos agro-pastoris, reuniam a feição do arsenal bélico e de quartel, com o seu grande número de homens de armas (índios e mamelucos), depósitos de pólvora, de chumbo, ferro, pelouros, correntes, grilhões, além das tendas e forjas de ferreiros, carpintarias, etc.

As fazendas setecentistas, bem maiores porque a emigração para as minas, diminuindo a população, permitiu que as terras agrícolas fossem repartidas por menor número de proprietários, mas muito menos habitadas, só tinham a família do fazendeiro, alguns agregados de sangue mameluco em fusão e uns poucos escravos negros, cuja introdução começava a tomar vulto, à medida que os agricultores do planalto iam aumentando a sua riqueza, com o produto do ouro das minas (em São Paulo havia muitos empresarios de mineração, os quais sem sair dos seus sítios gozavam dos proventos da exploração). O dr. Guilherme Pompeu foi um deles, além de uma infinidade de outros, segundo nos relata Taques, que lhes outorgava a faculdade de possuir essa cara mercadoria humana.

Eis o reflexo do espírito paulista setecentista, na época da decadência.

A lavoura de café, no século XIX, exacerbando o utilitarismo paulista pelos imensos lucros que a terra dadivoisa lhe proporcionava, nada mais fez do que calcar, no horizonte longínquo do passado remoto, a belicosidade do bandeirante. O lavrador de café, pensando unicamente em trabalhar para a conquista da fortuna econômica, esqueceu então, por completo, os misteres das armas, legando aos presentes o horror pela farda e mais coisas que tenham as-

pectos marciais. A revolta liberal de 1842 é a prova indeclinável do que afirmamos (64). O glorioso movimento de 1932 foi uma magnífica exceção a essa norma.

O exército e a marinha jamais foram procurados, com entusiasmo, pelos paulistas que abandonaram essas carreiras aos filhos do nordeste, do Rio Grande e do Distrito Federal e a própria força estadual sempre conteve elevada proporção de gente nortista. É que o paulista prefere ganhar a vida em outros campos de atividade, que lhes podem proporcionar lucros maiores do que a inércia dos quartéis, vivendo à custa do soldo que não pode ser muito elevado. Se o utilitarismo coloca São Paulo à frente, muito distan-

(64) O Rio Grande do Sul, na fronteira platina, agitado pelas campanhas guerreiras, de todos conhecidas, desde a infância da nossa política até os nossos dias tumultuosos, reproduz magnificamente esse espírito que ao paulista era dado possuir nas eras em que o meridiano tordesilhano passava pelas vizinhanças dos nossos burgos do planalto e o mister obrigatório do morador era prear índios.

O riograndense é o que o paulista foi — um trabalhador e se lhe aplicarmos as luzidas palavras de Oliveira Vianna, “combatente nato, o lutador de índole, soldado instintivo, capaz de aventurar-se por gosto nos prelios sangrentos ombreando com a morte em convívio familiar” (*Populações Meridionais*).

O nordestino, outro tipo de belicosidade brasileira, ao envés do riograndense e do que fora no seiscentismo, o paulista, é, se a ele aplicarmos a descrição de Oliveira Vianna, o bravo, capaz mesmo de heroicidade; o que o leva às fileiras é apenas o desejo de encostar-se a uma sinecura qualquer que lhe satisfaça a um tempo o seu instinto de mandriagem e o seu instinto de truculência permitindo-lhe sabrear o contendor nas rixas ou acutilar o povo nos motins.

Debalde procurareis nele a vocação do soldado, do “miles gloriosus” à maneira romana”.

São esses os núcleos, entretanto, que em caso de guerra nos dariam vantagem imensa sobre qualquer outro povo.

Ituzaingó não mais se repetiria, porque no túmulo, para sempre, estão os cavaleiros de Lavaleja e os centauros de Alvear; nós ainda temos os descendentes autênticos dos gauchos, de Bento Gonçalves e de Canabarro.

ciado de todos os demais Estados da Federação, deixa-o em posição inferior em belicosidade.

* * *

Eis, sinteticamente, a evolução do paulista quanto a essa fase da sua psicologia.

A principio de índole pacífica, com os povoadores embora sempre rudes, intemeratos e aventureiros, para depois se tornarem muito belicosos, utilizando-se das virtudes incomparáveis que lhes eram inerentes, tais como a audácia, o arrojo, a valentia, a crueldade, a rudeza selvagem, etc.

Depois, quando o planalto deixou de ser o posto avançado da nacionalidade, na fronteira; quando esta, afastada pelo recuo progressivo do meridiano de Tordesilhas, fez, dos paulistas, de gente fronteiriça, populações inferiores, com sistema de vida orientado por vias opostas das que até então haviam trilhado com a expansão guerreira, o espírito bélico deu lugar ao utilitarismo que até hoje tem guiado São Paulo no caminho suave da prosperidade incontestável (65).

* * *

Foi na honradez que se sublimou o caratel paulista.

Provenientes daquela gente portuguesa, de principios ainda mais rígidos do que os seus músculos de aço, descen-

(65) A manifesta e evidente prova da decadência dessa belicosidade paulista está no quadro histórico do cerco de Sorocaba, por Caxias, que Eugénio Egas pinta com mão de mestre:

"Quando o barão de Caxias cerca Sorocaba e lança sua ordem do dia decretando a deposição das armas e a capitulação sem condições, o povo em massa, os chefes sem exceção, os guardas nacionais em peso, correm, escondem-se, fogem espavoridos em absoluta desordem por todas as ruas, de todas as casas, para todas as estradas livres, num medo irresistível... E' o salve-se quem puder! Feijó, calmo, sereno, firme em seu posto voluntario, debruçado na janela da rua das Flores, residência do alferes João Nepomuceno de Sousa

dentes daqueles que, como Egas Moniz da Riba Douro, mais prezavam a honra empenhada do que a propria vida, que de bom grado ofereciam em regaste daquela, os povoadores do planalto souberam perpetuar no paulista dos seculos XVII, XVIII e XIX esse carater de solidíssima têmpera que só hoje se vai tornando quebradiça, com a lenta evolução dos costumes, com o influxo de uma civilização aperfeiçoada, principalmente com o contacto íntimo de elementos estrangeiros.

A análise dos documentos, a leitura dos testamentos dos nossos avós bandeirantes, são provas mais absoluta dessas asserções.

Quantas vezes, naquele longinquo seiscentismo, empréstimos de vulto eram feitos sem o respectivo "conhecimento de divida" (nome que davam ao documento comprobatorio da divida) e sem testemunhas, confiados apenas no carater do paulista!

Freire, como uma sentinela perdida no meio daquele deserto em que Sorocaba se convertera, gritava aos que fugiam numa ansia indistritivel:

"Correi, correi, cambada de sem-vergonhas! Eu aqui fico para vos defender!..." (*Rev. Inst. His. S. Paulo*, XIII, 117).

Foi o último lampejo do passado, tangendo no bronze de que era a têmpera do grande paulista. Foi o sangue dos Camargos que atavicamente falou pela figura grandiosa de Feijó (*Feijó e a primeira metade do século XIX*, Ellis, Cia. Editora Nacional, Série Brasileira).

Pouco antes disso nos recordam, a propósito das atávicas e esporádicas manifestações do valor bélico paulista, as palavras de José Maria Todd no seu *Recuerdos del Ejercito en operaciones contra el Emperador del Brasil*, citado por Macedo Soares no seu "Os falsos troféus de Ituzaingó" pág. 18.

"Estábamos admirados de encontrar una resistencia á la que no estábamos acostumbrados; pero despues nos explicamos ésto, cuando supimos que habíamos combatido con los Paulistas nombrados, que constituíam la méjor caballeria enemiga".

Era a herança que explodia em soberbas manifestações.

Durante todo o século XVIII, São Paulo foi o sustentaculo das campanhas platinas.

Quantas vezes, sucedendo morrer o bandeirante no sertão, a milhares de leguas do vilarejo paulistano, ao ditar o testamento, lembrando as listas de seus credores, manda que sejam pagas as dívidas, embora não tenha deixado delas documentos comprobatorios! E nesses testamentos, o bandeirante julgando o proximo por si, profundo conhecedor do meio social em que convivia, manda aos seus testamenteiros que paguem a quantia que pelo credor for pedida, por não poder precisá-la naquele momento angustioso de moribundo que sente aproximar-se a figura escaveirada da morte (66).

Esses testamentos por si sós seriam a gloria do carater dos nossos avós, para os quais, como nos tempos da fundação da monarquia portuguesa, mais valia um fio de barba de penhor do que centenas de documentos. Era a tradição dos velhos tempos seculares, conservada no escritorio precioso da alma ibérica, que os povoadores, ciosos dela, transmitiam aos bandeirantes que por sua vez tão bem a preservaram, como nos dão conta os documentos de publicação official, fazendo-a chegar até o século XIX, com as arestas de uma intolerancia que mais a enriqueciam.

* * *

Eis alguns traços da alma paulista que nos foi dado fixar pelo conhecimento da evolução histórica do povo do planalto, bebidos nos ensinamentos dos velhos cronistas e principalmente colhidos na análise da documentação de publicação official.

A lenta transformação do carater, da mentalidade e dos sentimentos do povo paulista, desde o quinhentismo, foi

(66) O testamento de João Leite da Silva Ortiz, genro do Anhanguera e seu companheiro na formidolosa empresa, é, entre os muitos, bem típico, para ser citado:

"...declaro que tenho contas com meu irmão Bartholomeu (Paes de Abreu), e me não lembra as quantias que me deve, à vista do que se estará pelo que ele disser me dever".

acompanhando a evolução histórica do planalto, transmutando-se com o desenrolar das diferentes fases que formam os capítulos da nossa história. E a evolução da psicologia paulista seguiu as mesmas trilhas que concomitantemente serviam de senda para a nacionalidade. Os mesmos acontecimentos que serviram de bússola na vida do planalto, orientando a vida dos núcleos de povoadores, foram os que moldaram os contornos da psicologia da qual demos alguns ligeiros traços no esboço que, incolor e muito incompletamente, ficou sintetizado acima.

“Uma raça”, afirma Gustave Le Bon (*L'évolution des peuples*, 188), “possue caracteres psicológicos quasi tão fixos como os seus caracteres físicos. Como uma especie anatômica, a especie psicológica não se transforma senão muito lentamente”.

Foi, como vimos, o que sucedeu em relação ao paulista.

Apenas alguns traços da sua psicologia, obedecendo aos moldes que os varios acontecimentos dos capítulos da historia lhe traçavam, se faziam evoluir. Os seus contornos básicos, porem, sempre permaneceram os mesmos, levando os paulistas a trilhar as sendas dos grandes empreendimentos, coroados pelo sucesso em todas as fases da sua rutilante historia e em todos os surtos de seu admiravel progresso.

CAPÍTULO IX

EVOLUÇÃO INTELECTUAL PLANALTINA

Como se verifica, a evolução intelectual planaltina não testemunhou nada que afirmasse a existencia de um nucleo cultural por mais modesto que fosse. Isso vem confirmar o que se tem estabelecido a respeito. O desenvolvimento cultural de um grupo humano qualquer sofre a influencia dos seguintes fatores:

- a) *Fator material e econômico*, maior ou menor índice de riqueza.
- b) *Fator politico* — Influencia historica (no caso seria a influencia lusitana).
- c) *Fator geográfico*.
- d) *Fator social* — Desenvolvimento do ambiente patriarcal, da pequena propriedade, do tipo semirrural, etc.
- e) *Fator biológico ou humano*, compreendendo o maior ou menor desenvolvimento mental do grupo humano, ou de cada um dos individuos que o compõem.

O fator material ou econômico é, a meu ver, decisivo no referente ao desenvolvimento intelectual do planalto. Quem dispõe de recursos pode cuidar de se instruir, mas quem nada possui tem necessariamente de se abster do lustramento intelectual. "Primo vivere..." Foi isso que aconteceu com o planalto vicentino-paulista, o que veio confirmar a regra observada em relação a toda a humanidade. Como o planalto paulista era uma região paupérrima e o norte brasileiro uma região opulentíssima, todo o desenvolvimento luso-americano se processou no norte, ficando o sul relegado à sotoplanura mental que confinava estreitamente com a mais completa indigencia no dominio de cousas cere-

brais. Já estudamos a economia planaltina e verificamos que, pela mais premente necessidade, foram os habitantes desta região obrigados ao recurso do bandeirismo apresador.

Com esta atividade econômica a embasar a vida, o planaltino não teve meios e, além dessa falta, não teve tempo para cuidar do aprimoramento intelectual. Por certo, ele era de muito bom metal, como mais tarde diria dele o Morgado de Mateus, mas "mal limado". Uma das causas desse mau pulimento é justamente o que acima se aponta.

O fator político reside na influencia histórica. O planalto era uma região povoada por gente da estirpe lusa que acabava de emergir da Idade Média.

A humanidade havia atravessado essa era sombria da história com os olhos vendados. Desconhecendo o papel e a imprensa o homem não tinha progredido nada em cousas do intelecto. A grande evolução mental da humanidade havia tido lugar depois do quinhentismo. Portugal, porém, não se tinha preocupado muito com o seu progresso mental, de modo que pouco havia que evidenciar em assuntos tais. O aparecimento desses dois elementos possibilitou a evolução progressista do intelecto humano.

Essa evolução, porém, deveria ter por molde a que se passava em Portugal. Nesse tempo o pequeno reino ibérico dava à humanidade Camões, Gil Vicente, João de Barros e outros. O planalto paulista deveria ter seguido por essa trilha, mas a sua gente não se deixou entusiasmar pelas epopéias que haviam seduzido o genio daqueles poetas e prosadores.

O fator geográfico deveria ter influido para que a evolução intelectual planaltina tomasse uma forma qualquer. Por certo que a base deveria ter sido a evolução portuguesa, mas os novos elementos de uma região nova, cercada pelo influxo de novas circunstancias mesológicas, deveriam ter modificado essa base.

CAPITULO X

O PAU BRASIL

O pau Brasil foi a primeira fonte de renda da possessão portuguesa.

Ela, entretanto, só tinha lugar ao norte de Cabo Frio (Pero Magalhães de Gandavo), pois ao sul o calor fazia falta e a humidade não sobrava, para que esse vegetal tivesse grande desenvolvimento.

Toda a primeira metade do quinhentismo decorreu na exploração do pau brasil. Eis a luta contra o corsario franco-normando, até que o vulto tomado pelas plantações canavieiras no Nordeste fez com que o francês não fosse mais o inimigo importuno das colonias lusas, pois ao commercio extrativo do pau brasil sucedeu a implantação da agricultura e com ela todo o seu séquito de consequencias.

A terra paulista, porém, estava completamente extranha a esses capítulos iniciais da historia das colonias lusas implantadas na América, pois durante o quinhentismo não nos bafejou a prosperidade oriunda do pau brasil, por motivos que a geografia explica.

Talvez, as rendas auferidas nessa extração do pau brasil, tenham sido capitalizadas e applicadas na agricultura canavieira.

CAPITULO XI

O AÇUCAR

Como já vimos o pau brasil não nos favoreceu com a sua exploração, de modo que ficamos privados dessa primeira fonte de renda que a terra luso-americana produziu. Isso foi na primeira metade do quinhentismo.

O açúcar que tanto enriqueceu as colonias do Norte, também não foi benévolo para com a capitania vicentina.

A causa disso, parece-me um dos acontecimentos de mais importancia dos ocorridos em aquem — Atlântico, pois as suas consequencias se projetam com tal grandiosidade que nós as vemos a cada instante influindo nos mais acontecimentos.

Os primordios da agricultura canvieira foram na primeira metade do quinhentismo, mas o seu grande desenvolvimento foi na segunda metade desse século. A terra vicentina, entretanto esteve afastada desse movimento. (67).

Foram de três naturezas as causas desse afastamento:

- a) Causa climática.
- b) Causa da composição química do solo.

(67) Todo fenomeno historico, merecedor desse nome e digno de ser analisado como tal, tem suas causas e suas consequencias, as quais devem ser esmerilhadas e aprofundadas, para que o fenomeno historico seja devidamente esclarecido.

Assim a lavoura de açúcar no Nordeste teve as seguintes causas e consequencias:

a) *Causa climatica* — Consiste essa causa em que a região nordestina oferecia mais calor e mais humidade à produção canvieira que assim apresentava um maior indice de aproveitabilidade na fabrico do açúcar.

b) *Causa quimica* — Consiste essa causa na mais rica composição quimica das terras massapés do Nordeste, as quais, reunindo em maiores doses na sua composição os quatro elementos nobres, ofereciam maior quantidade de azoto, potassa, calcareos, ou fosfatos,

c) Causa econômico-social.

A primeira era por ser o Norte muito mais quente do que o Sul.

A cana aí cultivada teria encontrado o seu verdadeiro "habitat", enquanto que no Sul ela, se não estava desambientada, em todo caso não teria aí o seu ideal. A cana produzida no Norte, muito mais quente, faria que a sacarose da cana subisse a porcentagens muito mais elevadas.

Não creio ter sido essa causa das mais eficientes. O calor da região norte do litoral vicentino não é muito inferior ao do norte e a humidade deve ser igual à do Norte sendo a mesma a pressão barométrica.

para ser realizada a produção açucareira, que assim suplantava em quantidade e em qualidade as das demais regiões brasileiras, mesmo as das como as vicentinas que são unicamente humíferas.

c) *Causa geografico-social* — Consiste essa causa na menor distancia do Nordeste aos centros distribuidores e consumidores europeus, causa outorgada pela posição geografica do Nordeste.

As consequencias teriam sido:

- 1.º) Constituição no Nordeste de um nucleo agricultural.
- 2.º) Elevação do nivel social-político-economico das colonias luso-americanas.
- 3.º) Conquista, devassamento e povoamento das terras nordestinas.
- 4.º) Crescimento do padrão de vida na região açucareira.
- 5.º) Fixação à terra de importante contingente humano em grande densidade demografica e economica.
- 6.º) Atração de grandes massas ibericas, durante os dois seculos de prosperidade açucareira.
- 7.º) Condensação no Nordeste de grandes massas de indios.
- 8.º) Cõncentração no Nordeste de grandes massas de africanos.
- 9.º) Intensa mestiçagem no Nordeste dos elementos raciaes.
- 10.º) Atração da cubiça das nações estrangeiras.
- 11.º) Formação de uma aristocracia rural, que se vem perpetuando no Brasil.
- 12.º) Atração para as regiões açucareiras de grandes capitais ibericos, principalmente israelitas.
- 13.º) Formação e evolução de um espirito concentrado no grupo do Nordeste, o qual se estremou em virtude concomitante das guerras holandesas.

• A causa estribada na composição química do solo é para Roberto Simonsen essencial para explicar o fato da lavoura açucareira se ter radicado no Norte e abandonado plagas vicentinas. ("Historia Econômica do Brasil", vol. I, Rob. Simonsen).

Roberto Simonsen acha que as famosas terras massapés de Pernambuco eram muito mais opulentas que as aluvionais do nosso litoral, as quais logo se esgotariam.

Sem desprezar este fator, que é deveras importante, não creio que fosse o primordial no enraizamento da industria agrícola açucareira no litoral vicentino.

As terras do litoral da capitania de Martim Afonso eram sem dúvida aluvionais, mas até hoje extraordinariamente férteis, de modo que outra razão deveria ter intervindo, para que a lavoura canavieira não fosse aí radicada.

Creio ser essa razão a distancia. Pernambuco a cerca de 1.500 quilômetros mais perto da Metrópole lisboeta, gozava da inestimavel vantagem de sua carga exigir uma navegação de um mês a menos que a da capitania vicentina. Só isso, quando os navios da época, tendo uma fraquissima capacidade, com construção muito cara, e as substituições feitas de um modo muito repetido, daria a Pernambuco e à Baía uma situação de poder produzir e transportar o seu açúcar por um preço muito mais baixo que São Vicente.

Daí a vitoria na concorrência econômica, e, em consequencia disso, a influencia demográfica muito maior, com um poder de consumo deveras impressionante. Porisso poderia haver no transporte do açúcar nordestino o frete de retorno. Seria uma vantagem imensa no custo do transporte do açúcar. A capitania de São Vicente, fracamente povoada, não tinha poder aquisitivo, necessidades vitais, pois estava a sua gente em pobreza, reduzida a um estagio bem inferior em civilização ao dos opulentos centros do Nordeste.

Ora, tudo isso, acrescido da inferioridade climática, dava a São Vicente uma situação de não poder concorrer com o privilegiado Pernambuco ou a redoirada Baía.

Era natural a sotoplanura econômica vicentina, a qual só melhorou quando o ouro se revelou nas Gerais. (68).

(68) Não obstante tudo isso, eu acho que, se não fosse a Capitania vicentina, especialmente o planalto, com o seu truculento bandeirismo apresador, não teria sido possível ao Nordeste crear e fazer evoluir progressivamente a sua opulenta lavoura açucareira. De fato, o bandeirismo de prea veio resolver, em grande parte, o problema da mão de obra imprescindível a essa importantíssima industria-agricola. Como poderia o Nordeste resolver esse problema, viceral para a sua produção açucareira, de outra forma?

Note-se que, o maior desenvolvimento da cultura agricola da cana e do fabrico industrial do açúcar, coincidiu significadoramente com o maior desenvolvimento do apresamento.

CAPITULO XII

MARTIM AFONSO DE SOUSA

Durante cerca de 300 anos esteve o Brasil abandonado pelos portugueses, que, empolgados pela India, não tinham vistas que sobrassem para cuidar do Brasil.

Nem a morte de D. Manuel, o Afortunado, em 1521, com a ascensão ao trono português de D. João III, tirou o país de quem-Atlântico do olvido.

Explica-se essa indiferença de Portugal. A população do reino não ia além de 1.000.000 de habitantes. Não era pois natural que Portugal, com tão pouca gente, fosse cuidar de colonizar o Brasil, estando a metrópole preocupada com o rendosíssimo commercio com a India. O Brasil nada poderia oferecer além do pau-brasil e não tinha população civilizada que consumisse os produtos do Reino. O poder aquisitivo dos brasileiros era insignificante, as suas necessidades de consumo eram quasi nulas; assim o commercio com o Brasil não deveria ser muito intenso.

Todas as atenções então estavam empolgadas pelo Oriente (Oliveira Martins; "Historia de Portugal") que dava gordos proventos aos ricos mercadores que enchiam a rua Nova de Lisboa.

Por fim em 1530, talvez com a decadencia do commercio do pau brasil manifestado de um modo positivo, já se via anunciar o inicio, com a aparição de seus corredores de vanguarda, trazidos às ribanceiras do Tejo por uma evidente diminuição do tráfico mercantil com essa opulenta India e com essas luxuriantes Molucas, pensou o rei D. João III em aproveitar o Brasil. Para isso, é possível que haja corrido a atividade extraordinaria dos franceses que porfiavam em teimosa recalcitrancia em se manter no commercio do pau brasil, não obstante a tenacidade defensiva do belicoso Cristovão Jaques.

Foi assim que, a 3 de Dezembro de 1530, partiu de Lisboa a primeira expedição colonizadora, comandada por Martim Afonso de Sousa, ilustre rebento da familia de Lopo de Sousa, senhor do Prado e de Bragança, que era companheiro de infancia do rei, pois nascido em 1500, era um tanto mais velho que o monarca.

Compunha-se a armada das caravelas, "Princesa", "Rosa", do bojudo galeão "S. Vicente" e da nau "S. Miguel".

A seu bordo vinham varias dezenas de povoadores.

Aquí se interpõem varias questões:

a) a que diz respeito à nobreza ou à plebe desses povoadores, ou ao seu nivel social.

b) a que diz respeito à estirpe racial.

c) a que diz respeito à maior ou menor riqueza dos mesmos, ou ao seu nivel econômico.

d) a que diz respeito à sua dose em eugenia.

Quanto à primeira questão, está a me parecer que os elementos aqui trazidos por Martim Afonso, não eram de grande e altissonante aristocracia. Não havia entre os povoadores um titular sequer e nem ao menos via-se um "Dom" a preceder os respectivos nomes. (69) Estes eram idênticos aos que encimavam os grandes titulos dos arquivos nobiliárquicos portugueses e não poucos tinham seus nomes lambrequinados e blasonados no teto da famosa sala de

(69) Esse argumento não me parece muito forte, apesar de ter sido empregado pela grande autoridade de Alcantara Machado.

É que o titulo de "Dom" não era muito usado em Portugal, onde a fidalguia se abstinha dele, em parte.

Assim, por exemplo Vasco da Gama, o futuro Conde de Vidigueira, Albuquerque, Martim Afonso, Duarte Pacheco Pereira, Thomé de Sousa, etc. e outros fidalgos conhecidos como tal não o usaram. Mas, por outro lado Dom João de Castro, Dom Francisco de Souza, Dom Francisco de Almeida, Dom Lopo de Souza, etc. fizeram os seus nomes precedidos dessa marca de condição social superior.

Na Espanha, porem o titulo de "Dom" era muito mais empregado. Assim, muitos dos espanhóis que para aqui vieram trouxeram

Cintra e ostentavam as honrarias de cavaleiros fidalgos da casa de D. João III. Oliveira Vianna, o nosso ilustre sociólogo, que escreveu dos mais belos trabalhos de reconstituição histórico-sociológica a respeito dos nossos primórdios, talvez influenciado pelo que ocorreu aos nossos avoengos segundo os fantasiosos relatos de Pedro Taques, modelou seus escritos, embebido em demasiado otimismo. Eu os acredito bem nascidos, embora não dessa nobreza de estrondo, toda ocupada na aventura da Índia. (70).

É possível que os nossos antepassados, primeiros povoadores vicentinos, fossem aparentados a essas casas da alta aristocracia reinol, com os seus nomes semelhantes aos delas, mas sem serem pertencentes a essa camada social (Ellis; "Primeiros troncos paulistas e cruzamentos euro-americanos" e "Raça de Gigantes").

A velha aristocracia reinol, nessa época, sofria uma verdadeira revolução que a modificava, quasi por inteiro. Havia ela sido constituída em primeiro lugar, pelos sucessos das ardidas pelejas da reconquista, desde os tempos lendários de Covadonga, da tomada de Lisboa, de Afonso Henriques, de Gonçalo Mendes, de Ourique, de São Mamede e de Aljubarrota. (Alexandre Herculano. "Hist. de Portugal", "Lendas e Narrativas", etc) Oliveira Martins (71).

esse tratamento especial. Eis, Dom Simão de Toledo Piza, por exemplo!

Tal era a fartura com a qual os espanhóes usavam o "Dom" que até os índios o empregavam. Eis, Dom Nicolau Nhienguirú, por exemplo!

Em todo o caso, nenhum povoador trouxe qualquer titulo de nobreza. Sabemos que se eles não eram mecanicos, ou gente de baixa condição, entretanto não podemos afirmar que eles tivessem sido fidalgos.

(70) "Para S. Vicente, com Martim Affonso de Souza vem mais de uma vintena de descendentes da nobreza da peninsula. Oliveira Vianna — "Evolução do Povo Brasileiro", 68.

(71) Ameal, "Historia de Portugal", 190; Gilberto Freyre, "O mundo que o portuguez criou", 21.

Terminada a reconquista e o período heroico dessa época medieval da península a aristocracia se cristalizou em uma camada estática que pacificamente se sobrepunha às demais. Sobreveio a Renascença e a época mercantil com D. João II e com D. Manuel, exacerbada com D. João III, e as camadas sociais, a estratificação da população reinol teve que ser refeita. Já a aristocracia não deveria se compor dos mais valentes e esforçados nos prelios, mas dos mais abonados em bens de fortuna, dos mais expeditos e argutos mercadores, dos que se haviam engordado mais nos negocios que essa esplendorosa Renascença proporcionava aos mais aventureiros.

A esta gente, evidentemente, não pertenciam os povoadores vicentinos. Estava ela toda empolgada na misteriosa aventura do Oriente. É possível que esses povoadores pertencessem, por um ou outro costado, à nobreza que se formara nos campos de batalha das pelejas da reconquista, ou nas que embalaram o berço modesto da monarquia portuguesa, nos tempos dos alevantados borgonheses. Essa gente de velha aristocracia, porem ia em rápido declínio e um quadro agônico aguardava a se contorcer nas ansias e estertores dos moribundos. Os documentos não nos autorizam a pensar que os povoadores enviados da Iberia fossem da aristocracia. Os únicos documentos existentes que mais fazem aproximar essa tese, consistem nos processos "*de nobilitate probanda*" ou "*puritate sanguinis*", feitos no decorrer do seiscentismo e do setecentismo. Constituem, porém, peças fráglimas que nada provam, e inteiramente vazias a esse respeito.

Creio que ainda que um ou outro dos povoadores pudessem pertencer à nobreza mediana, armoriada, a maioria porem desses povoadores era da boa burguesia do reino. Essa burguesia, que havia fugido da rua Nova dos Mercadores, não se deixando embebedar pelos "fumos da India" e que se apresentava bem infiltrada de elementos da velha nobreza, essa que havia se afidalgado, ao contato com o furibun-

do estrépito das armas, no galopar furioso das Navas ou nas tranqueiras de Atoleiros, quando a estrela dos Aviz subia na escuridão do céu de Portugal e havia decaído dos degraus no trono, quando a corte de Lisboa refletia no seu faustoso espetáculo os rebrilhos florentinos que as especiarias no nababesco Oriente mais ainda enalteciam. (72).

Eis a gente que Portugal generoso nos enviara, como que a cimentar os nossos alicerces. •

Quanto à segunda questão, está-me parecendo que o elemento para aqui vindo nesse primordio quinhentista, era,

(72) Oliveira Vianna, "*Evolução do Povo Brasileiro*", 67, que diz:

"Nos primordios, os elementos preponderantes da sociedade colonial não são, com efeito, de modo algum, como se ha dito, essa escorralha de criminosos e degradados varridos das masmorras peninsulares para o vasadouro americano".

Acho que essas lapidares palavras, encerrando uma doutrina sadia, contêm também otimos conceitos, os quais, mesmo que não fossem estribados na absoluta exatidão dos acontecimentos, ainda assim seriam admiravelmente ajustados à verossimilhança, pois que a noção de *crime*, nessa epoca, ainda obscura, pela fanatica religiosidade, quasi se identificava com a do *pecado* e esta estava longe para servir de criterio para estabelecer o que hoje consideramos indice de sub-normalidade.

De fato as Ordenações do livro 5.º que era a lei penal quinhentista, contem disposições, que hoje, pelo seu ridiculo, causariam a mais espalhafatosa hilaridade.

Se a violação dessas normas estapafurdias, importavam na epoca pena de degredo, hoje elas seriam absolutamente inócuas.

A esse respeito, Calogeras ("*Politica exterior do Imperio*", I, 283) diz:

"Os degradados primitivamente abandonados na costa e aos quaes alguns historiadores tem querido dar incomprehensivel relevo eram pouquissimos".

Ver ainda o mesmo Calogeras, loc. cit. 285, em que ele é mais minucioso. Gilberto Freyre, "*Casa Grande & Senzala*" é da mesma opinião.

imensa maioria, da estirpe do "Homo meridionalis", também chamado "Homo mediterraneus" (73).

Ainda que eu me coloque em posição contrária à de Oliveira Vianna, que, a esse respeito, mostra inequívocas preferências em ver gente alourada da estirpe teutônica entre os nossos povoadores quinhentistas, continuo firmemente apegado à minha crença, pelos motivos que exponho. A Ibéria sempre foi uma região em que dominou, de um modo absoluto, incontrastável, quasi unânime, a estirpe trigueira dolicóide, chegando até os nossos dias com essa composição étnica (74).

Toda a evolução histórica da Ibéria está a nos evidenciar isso. Os elementos morenos sempre mostraram a sua marcada hegemonia em todos os tranSES por que passou a península, desde os celtiberos, os fenícios, os cartagineses, os romanos e os sarracenos. (75) (76).

Apenas os bárbaros germânicos tingiram de louro as gentes peninsulares, nelas injetando sangue sueco e visigodo. Mas esses bárbaros germânicos, eram muito apoucados. Eis o que sobre eles nos contam os preciosos ensinamentos de Eugene Pittard; "Les Races et l' Histoire". Talvez eles não atingissem a 1 por 100 pois o total da população pe-

(73) Teria havido maior influencia principalmente sarracénica em Portugal (Ameal, *loc. cit.* 34, 35 e 41).

(74) Oliveira Vianna, "Evolução do Povo Brasileiro", 143.

(75) Os painéis e pinturas da época em Portugal, reproduzindo em seus traços as figuras portuguesas isso nos mostram com clareza. ("Historia da Colonização portuguesa do Brasil").

Uma simples vistoria nos paulistas de hoje de estirpe martim afonsina, também, está clamando por essa conclusão.

(76) Paulo Prado, o admirável autor do "Paulistica", um dos melhores livros que conheço sobre a formação do paulista, parece ser também dessa opinião, em abono da qual invoca o testemunho de um escritor contemporâneo do século XVI ao dizer:

"Um viajante allemão da época descreve os portugueses como feios, de cor morena e cabellos pretos". Nicoláu Popplan, "Viagens estrangeiros etc."

ninsular seria de 6.000.000 de almas e eles já de si muito mestiçados pelas populações que atravessavam, iam no máximo a 60.000.

Dir-se-ia que esses louros eram mais prolíficos que os morenos, de modo que logo teriam aumentado o seu teor na população. Mas o contrario é que se deve imaginar; porque o "habitat" dos nórdicos teutônicos pressupõe um clima frio, enquanto que os trigueiros "meridionalis" ou "atlanto-mediterraneus" têm o seu ambiente climático em zona mais quente. Ora é pois natural que tendo o louro teutônico sido tirado da sua area geográfica, (77) se haja ressentido na sua fisiologia, mesmo porque não há raças ubíquas, isto é, que viviam indiferentemente em diversas areas geográficas. Seria pois natural que o nórdico louro tenha minguido a sua fecundidade diante do trigueiro mais ambientado. Mesmo porque essa ambientação só se dá em 4,5 ou mais séculos. É por esses motivos que eu me firmo na crença de que a massa dos nossos povoadores foi trigueira.

Quanto à terceira questão não creio que os nossos primeiros povoadores fossem ricos, como faz crer o illustre Oliveira Vianna ("Populações Meridionais"; — "Evolução do Povo Brasileiro").

Se tivessem sido, não viriam. Tivessem eles no Reino, o conforto e o bem-estar, que as fortunas propiciam, não emigrariam para a selvagem e virgem América, onde tudo lhes faltava, e onde todos os perigos os assaltavam com a furia dos elementos naturais e com a sanha dos humanos.

É que o notavel sociólogo fluminense se deixou influenciar pelo que perscrutou no Nordeste açucareiro. Nada disso foi extensivo à misera terra vicentina, em que imperou a pobreza (Roberto Simonsen, "Historia Econômica do Brasil" vol. I) como veremos mais adiante.

(77) De Martone "Traité de Géographie Physique".

A principio preponderou a idéia de que Martim Afonso havia trazido casais.

Jabotão muito influiu para que tal se acreditasse. Mais tarde Frei Gaspar, fez certo, depois de encontrar em um documento de dádiva de sesmaria ao meirinho João Gonçalves que, a primeira mulher que aqui aportara foi em 1538. Ora isso é concludente!

Mais tarde se fez seguro que, pelo "roteiro de Pero Lopes", a armada martim afonsina, foi primeiro ao Sul e depois de aí afrontar tempestades bravias é que voltou ao Norte. Não seria de se crer que para se aventurar a mares desconhecidos Martim Afonso tivesse familias consigo!

Resta-nos a última questão, isto é, sobre o nivel eugénico desses primeiros povoadores.

Eu sou dos que estão firmemente crentes na norma lapougeana, que foi perfilhada por Oliveira Vianna, (loc. cit.), de que só emigra o forte, de espirito aventureoso.

É uma verdadeira seleção, a que se opera, pois o elemento mais despido de coragem fica a se reproduzir na terra de origem, livre da concorrência do elemento superior que não se acomoda ao viver vegetativo, calmo e morigerado, junto à lareira de seus antepassados, à vista da casa patriarcal de seus maiores.

Essa seleção se faz mais vivaz se tivermos em conta os óbices e perigos que oferecia uma emigração, nessas épocas. Um mar tenebroso se abria ameaçador ante as audacias dos mais valentes! Depois um continente virgem de civilização se aprestava para os receber com uma natureza vistosa e gigantesca, onde tudo era hipertrofiado em escala inimaginavel e com antropófagos que não titubeavam em lutas incansaveis que desenvolviam contra o europeu!

É claro que, ante essas perspectivas, só emigra o valente, esse que ousava enfrentar todas as antevisões tremebundas (78).

Logo à chegada dos povoadores, uma verdadeira razia tombou sobre eles. Só foram poupados os que logo se adaptaram. Eles vinham de uma area geográfica determinada, onde os invernos enregelam os campos, onde as oliveiras se alternam com os carvalhos no ensombreamento do solo peninsular pedregoso e ameno por entre as penedias da Gata, ou das penhas enrocadas da Arrábida.

Eles se tinham fisiologicamente revestido contra os microorganismos peninsulares, vinham candidamente sem defesa contra os americanos.

É claro que os mais frageis haveriam de tombar, até que a adaptação se desse. Varias gerações veriam essas hecatombes, até que uma resistencia orgânica mais sólida, desse ao sobrevivente dessa adaptação, meios de lutar contra os inimigos externos (79).

Essa seleção não se fazia só no tocante à fisiologia do imigrante. Ela também se exercia no concernente à sua psicologia. (Ellis, "Primeiros troncos paulistas e cruzamentos euro-americanos").

Os mais tenazes, os mais lutadores, os de espírito indomável, só sobreviviam nessa corrida quinhentista pela vida. Os mais desanimados, esses a quem não iluminava a centelha do alento tombavam vencidos nesse verdadeiro "steeple chase" pela vereda de aquem-Atlântico.

(78) Paulo Prado, "Retrato do Brasil", diz:

"Só vinha por sua vontade propria o aventureiro miseravel resolvido a tudo, o "desesperado" na expressão ingleza".

(79) A diferença entre os ambientes geograficos era e é enorme.

Cada um desses ambientes requer, segundo as suas circunstancias conformações fisiologicas e psicologicas especiais.

Eu não conheço bem os ambientes mesologicos proprios de outras regiões coloniais brasileiras, entretanto os ambientes regionais vicentinos e mais particularmente o planaltino foram, por mim estudados

Não poucas vezes as doces imagens dos suaves campos do Mondego, dos amenos vergéis do Douro, dos adustos pinheirais do Minho, dos alourados espigões dos Traz dos Montes, ou das Beiras, dos amornados e desnudos prados do Alentejo, das ensolaradas e trigueiras paragens das escarpas, dos Algarves, pareciam emolduradas da calida saudade, evocadas pelo dedilhar mavioso nas cordas chorosas das guitarras, ao coro de vozes abaritonadas que plangiam a patria distante.

Não poucos se deixavam engolfar nessa nostalgia e neles o desânimo e o desalento penetravam para os vencer na luta pela adaptação. Vencidos morriam e uma cruz tosca e anônima era o epitafio destes que não souberam ser dignos da homérica descendencia dos povoadores. Os que não morriam volviam ao Reino a se acoutar da imensa temeridade.

Só sobreviveram os que, resignados embora, não foram suplantados pelo desânimo ou pelo desalento. Só eles se

nas mais varias minucias, em outras publicações especializadas, em que cuidei da materia relacionada com os organismos humanos sujeitos a esses ambientes.

Que essas condições mesologicas são profundamente diversas das de alhures é a autoridade de Martone no seu "*Traité de géographie physique*" que o afirma.

Assim as condições do ambiente climatico planaltino estão a exigir um grande esforço no aparelho respiratorio dos colonos.

Quem não pudesse adaptar o respectivo aparelho respiratorio ao clima planaltino, extremamente variavel, com as suas repetidas e diarias amplitudes termometricas, proprias do nosso regime colio, seria drasticamente eliminado, de modo a não perpetuar através das gerações seguintes a sua fraqueza respiratoria, etc.

Só se reproduziam os portadores de qualidades que os haviam habilitado à resistencia no ambiente planaltino.

Só esses seriam os continuadores da estirpe, que assim se iria depurando pelos seculos dos elementos que não conseguiam adaptar os seus aparelhos respiratorios às condições mesologicas do Planalto.

O mesmo se daria em relação aos demais departamentos organicos. Quem não lograsse se adaptar, seria eliminado e não procrearia, de modo que as suas fragilidades morriam com ele.

reproduziram. Só eles foram os antepassados dos que receberam a púrpura do heroísmo na alcunha soberana de Raça de Gigantes.

Teriam sido judeus os companheiros de Martim Afonso, nesses pródromos do povoamento? ⁽⁸⁰⁾.

Não sei se foram adeptos do Talmud. Creio que não. Não temos nem uma só peça documental que tal afirme. O que porem, para mim é certo, é que muito sangue israelita circularia nas veias desses primeiros vicentinos ⁽⁸¹⁾.

Dom Manuel, o Afortunado, em 1495, obrigado pela sua noiva a infante Isabel de Castela, expulsara o elemento israelita de Portugal o qual em grande parte foi para a Holanda e com seus bens, capitalizar nesse país um dos mais po-

(80) Na península ibérica havia grande proporção de israelitas. Roy-Nash, no seu livro "*A conquista do Brasil*", 64, diz que em 117 D. C., o Imperador Adriano transplantou para a Iberia 50.000 famílias israelitas. Isso representa cerca de 200.000 indivíduos. Em 1492 houve a expulsão da Espanha do elemento israelita, por Fernando, o Católico. Essa gente assim perseguida na Espanha refugiou-se em Portugal, onde reinava o arguto e forte D. João II que logo compreendeu o grande lucro que tiraria com essa inoculação em Portugal de tantos habitantes novos e de tão grandes capitais que essa gente trazia.

Mais tarde D. Manoel, como se verá, obrigou os israelitas a saírem de Portugal ou se converterem. Muitos preferiram esta ultima alternativa e se fizeram batisar falsa ou sinceramente".

(81) Paulo Prado no seu "*Paulistica*" 18, se mostra partidário dessa mesma ordem de pensar, ao dizer:

"Sem querer remontar ás ascendencias semíticas que tanto influíram na Península Iberica, é indubitavel que aos elementos povoadores de S. Paulo convem ajuntar uma muito sensível mescla de sangue judaico".

e mais adiante:

"Uma grande parte do commercio brasileiro começou a ser composta de christãos novos, diz um historiador (H. Handelman — "*Gesichte van Brasilien*", 1860). Em S. Paulo, sem indagar das origens controvertidas do patriarchal e mysterioso João Ramalho, o affluxo de sangue judeu é sensível, marcando caracteristicamente o typo racial e a propria vida dos habitantes da capitania".

derosos dinamos econômicos que a Europa produziu. Esse dinamo manifestou as suas energias na primeira metade do seiscentismo e o Brasil foi uma das suas vítimas.

Em 1506, houve em Portugal um massacre de cristãos novos, (Lucio d'Azevedo: "Hist. dos Cristãos Novos") de modo a afugenta-los. Muitos deles se converteram sinceramente e se misturaram na comunidade cristã. Outros permaneceram recalcitrantes e preferiram emigrar.

É provavel que alguns dessa gente tenham vindo e aqui se estabelecido, mesmo para que ficassem a salvo das perseguições religiosas no Reino.

Segundo Frei Gaspar, na sua "Memoria para a Historia da Capitania de S. Vicente, 3.^a edição", foram primeiros povoadores:

Pero de Góis da Silveira, Luiz de Góis de Silveira, Scipião de Góis, filho do antecedente, Gabriel de Góis, todos fidalgos, este, irmão de Pero e de Luiz Góis, Isabel Leitão, Domingos Leitão, tio do precedente, cavalheiro fidalgo e casado com Cecília de Góis, Diogo Rodrigues, Antão Leme, fidalgo madeirense descendente de João Gonçalves Zarco, Pero Leme, filho do anterior e natural do Funchal, também fidalgo.

Leonor Leme, filha do precedente, Braz Esteves, também do Funchal, José Adorno, Francisco Adorno, Paulo Dias Adorno, que mais tarde se passou para a Baía, onde se casou com uma filha de Caramurú, Catarina Monteiro, Cristovam Monteiro, Jeronimo Leitão, Rui Pinto, Francisco Pinto, Antonio Pinto, Baltazar Borjes, Antonio Adorno, sobrinho dos sobreditos destes nomes, Antonio de Oliveira, fidalgo, 2.^o loco-tenente do donatario Braz Cubas, Cristovam de Aguiar Altero, Antonio Rodrigues de Almeida, também cavalheiro fidalgo, João Pires Cubas, pai de Braz Cubas, Francisco Nunes Cubas, Antonio Cubas, Gonçalo Nunes Cubas, estes três, irmãos de Braz Cubas, Jorge Pires, Pedro Colaço, Jorge Ferreira, Antonio Proença, Pedro de Figueiredo e muitos outros.

Pedro Taques na sua "Nobiliarquia Paulistana", aumenta muito essa lista, que é bom seja lembrada como a dos primeiros habitantes da Capitania Vicentina e não apenas dos companheiros martim afonsinos, visto como não se tem uma lista exclusiva de nomes que tenham aportado naquela expedição.

Martim Afonso, ao seguir a 3 de dezembro de 1530, em janeiro do ano seguinte de 1531 estava nas plagas brasileiras que perlongou até a baía de Guanabara onde esteve varios meses, tendo daí feito partir a primeira expedição para o sertão. De Guanabara, Martim Afonso atingiu Cananéia, de onde fez partir Pero Lobo Pinheiro, com Francisco de Chaves, à cata, com uma expedição de cerca de 80 homens, das riquezas da América espanhola nos Andes (82).

Sem esperar pela noticia do fracasso de Pero Lobo, Martim Afonso, continuou na sua rota para o sul, até o paralelo de 42 graus, mais ou menos, e talvez, receando que tenha ultrapassado as terras portuguesas, e chegando a um clima muito frio, voltou para o norte, onde resolveu aportar a 22 de janeiro de 1533, fazendo-o no lugar denominado S. Vicente. Aí deixou Martim Afonso a sua carga humana, ficando o pelourinho no burgo existente.

A vinda de Martim Afonso obedece ao roteiro de Pero Lopes, hoje bem indentificado pelo comandante Eugenio de Castro que a esse respeito proferiu no Instituto Historico de São Paulo, interessantissima conferencia publicada no vol. XXX da Revista do Inst. Hist. de São Paulo (83) (84).

(82) Não posso crer que essa expedição tenha procurado riquezas na América espanhola e principalmente de Potosi, porque aquelas nos Andes só foram encontradas em 1545. Pelos mesmos motivos não creio na historia de Aleixo Garcia de 1526, que Ruy Dias de Gusman em 1612 tornou pública pela sua "Argentina".

(83) Quando Frei Gaspar e Pedro Taques escreveram, ainda não se tinha conhecimento do roteiro de Pero Lopes, de modo que eles tiveram como base, uma versão erronea.

(84) Sobre o S. Vicente pre-martim afonsino, Alonso de Santa Cruz no seu famoso "Islario", que tem a data de 1530, diz o seguinte,

Não sei a que atribuir haver Martim Afonso chegado a S. Vicente justamente a 22 de janeiro, dia consagrado pela religião ao culto de S. Vicente.

Coincidencia? Acho que uma simples casualidade não explicaria essa circumstancia notavel. Não ha dúvida que S. Vicente já existia com esse nome. Era um aglomerado de palhoças que se estabeleceram no lugar em que Américo Vêspucio dera o nome de S. Vicente.

Premeditação? É possível que Martim Afonso tenha querido obter a coincidência. Não sei.

Porque Martim Afonso preferiu aterrissar em São Vicente, tendo desprezado Cananéia que ele conhecia melhor e a Guanabara muito mais convidativa? A única explicação para essa interrogação que se possa imaginar, é que o almirante luso sabia que em S. Vicente havia um tal Ramalho que ligado aos índios do planalto, oferecia aos portugueses uma oportunidade de sucesso no seu estabelecimento. E como Martim Afonso sabia da existencia de João Ramalho em S. Vicente se ele nunca aí havia estado? É que tendo Martim Afonso estado no Rio de Janeiro e em Cananéia, durante varios meses naturalmente ouviu falar alguma cousa a propósito de Ramalho.

Chegando Martim Afonso, pôs a sua gente em terra, e logo a seguir entrou em amizades com os Guaianás, como Frei Gaspar nos relata (lot. cit. Frei Gaspar). Com isso

o que é um retrato fiel do povoado:

"Tem os portuguezes dez ou doze casas, uma feita de pedra com seus telhados e uma torre para defeza dos indios em caso de necessidade".

Alem dessa descrição, ha no "Islario" um mapa sobre esse aglomerado de choças.

O comandante Eugenio de Castro ("Revista do Inst. Hist. de S. Paulo", vol. XXIX), dá denominação de *Porto de Escravos de S. Vicente* ao povoado pre-martim afonsino.

Martim Afonso entrou em contacto com Ramalho e deu ao burgo vicentino o pelourinho, elevando-o por conseguinte à categoria de vila.

A seguir o almirante luso subiu ao planalto e fundou Santo André da Borda do Campo que era um aglomerado de mamelucos filhos e netos de João Ramalho.

Aí Martim Afonso recebeu do reino a noticia da divisão das capitánias hereditarias e a ordem alternativa de permanecer na colonia ou volver ao reino.

Teria sido a divisão em capitánias hereditarias uma reminiscencia do feudalismo?

Todos os historiadores que cuidaram da materia, affirmam o cunho feudaliforme da divisão em capitánias e que o traço do medievalismo consiste na hereditariedade das mesmas. Roberto Simonsen (loc. cit.) acha que tal orientação não houve e que a divisão em capitánias obedeceu mais ao cunho mercantil. De fato, o feudalismo se caracterizava por terem os feudos certa dose de soberania da qual destacavam uma pequena parte em beneficio do centro (85). A Iberia não conheceu propriamente o feudalismo, porque o que se via aí era um todo soberano destacar parte dessa soberania em beneficio das partes, ao contrario do que se dava alhures. Assim a Ibéria não conheceu propriamente o feudalismo e não se pode ter em tal conta o que significou a divisão das capitánias hereditarias.

(85) Como o plano da divisão da America lusa em Capitánias foi de Diogo de Gouveia, que estava em França residindo, era natural que ele tivesse moldado as suas ideias sob a influencia do ambiente francês que o circundava, e que naturalmente ainda era saturado do feudalismo na sua mais pura essencia, tal como ele foi praticado em França. Assim, Portugal teria tomado contato com o feudalismo francês que impregnou sua cor na divisão do Brasil em capitánias hereditarias.

Entretanto, apesar do seu cunho meramente feudaliforme, o regime, justamente porque provinha de Portugal, onde a planta feudal na Idade Media, não medrara, com viço, diferenciava-se do feudalismo centro-europeu em que as populações dessas capitánias não se

Martim Afonso trouxe não só gente com a qual incrementou a importancia de S. Vicente a ponto de elevá-la a vila, mas tambem trouxe mudas de cana de açúcar, que parece terem sido plantadas ao longo do litoral, devendo ser as primeiras culturas desse vegetal existentes nas colonias lusas. Antes da expedição colonizadora de Martim Afonso, parece que a Alfândega de Lisboa já assinalava o açúcar entrado da América portuguesa e parece que havia nas terras brasileiras um engenho de Pero Capico. Há mesmo quem pense que antes de Cabral já havia cana na América. Talvez fosse uma especie de graminea qualquer denominada canafistula.

O excesso de população em S. Vicente determinou a subida da serra, por parte de não poucos portugueses que se foram estabelecer junto aos mamelucos de Santo André onde Ramalho com a sua progenie tinha as suas pousadas.

Aí esteve Martim Afonso, ainda neste ano de 1532, subindo a serra por ásperas veredas em que a ginástica demandava mais esforço para vencer do que simples galgar.

A seguir a de Martim Afonso, outras ondas imigratorias entraram na capitania vicentina. Não se sabe se incorporadas a do almirante luso, como assegura Pedro Taques ou se logo a seguir, vieram Henrique da Cunha, João do

estratificavam em camadas rigidas e impermeaveis, em uma hierarquia intransponivel por maiores que fossem os esforços dos seus componentes, como nos feudos gaulêses na Edade Media.

Nestes, a produção se fazia sem fito de lucro. Nas capitánias brasileiras, era o contrario que se dava.

Sem embargo dessas diferenciações essenciais, as nossas Capitánias evidenciavam uma marca influenciadora feudaliforme, como por exemplo, nos poderes conferidos aos donatarios, na hereditariedade, etc. Isso seria a influencia de Diogo de Gouveia! Da controversia existente, porem, eu prefiro ficar com a opinião ilustre de Roberto Simonsen que acha que a divisão das Capitánias teve de preferencia o objetivo mercantil.

Os poderes foram acumulados nos donatarios, afim de ser o negocio mais convidativo.

Prado, João Pires Gago, Magdalena Feijó de Madureira, Salvador Pires, João Maciel, Filipa Gago, Estevão Ribeiro Baião, Filipa Vicente e dezenas de outros mais.

Esses elementos vieram engrossar a camada européia aqui existente, fazendo com que as células humanas aqui estabelecidas se multiplicassem, buscando outros estabelecimentos que se foram escalonando na seguinte ordem:

- Santos*, como povoação fundada por Braz Cubas e Pascoal Fernandes em 1536, elevada a vila em 1545.
- Itanhaem*, como povoação desde 1549, em 1561 elevada a vila.
- Cananéia*, como povoação existente, desde antes de Martim Afonso, e em 1600 elevada a vila.
- S. Paulo*, fundada como povoação em 1554, e em 1561 elevada a vila, com a destruição de Santo André, e transporte do pelourinho.
- Iguape*, povoação estabelecida nos primeiros anos, de acordo com o que ensina Frei Gaspar aludindo à historia de Moschera (loc. cit.).
- S. Sebastião*, povoação fundada nos fins do quinhentismo, sendo elevada a vila só em 1636.

CAPITULO XIII

JOÃO RAMALHO

Português, natural de Boucelas, na parte norte do País, Ramalho teria nascido, aproximadamente de 1490 a 1495, porque tendo se casado no Reino deveria ter ele pelo menos 18 a 20 anos, quando aportou a S. Vicente entre 1508 e 1513.

Na terra americana Ramalho uniu-se aos Guaianás, tornando-se muito amigo do chefe Tibiriçá, chegando mesma a se ligar a uma das filhas do cacique, Bartira. Infelizmente não se sabe quando se deu essa ligação, mas eu penso que ela se iniciou nos primórdios de 1510, pois quando os suítas iniciaram o seu trabalho no planalto, já Ramalho tinha progenie enorme, cousa que seria impossível se essa ligação não fosse antiga.

Não me parece passível de dúvida que essa ligação era ilegítima. Ramalho era casado em Portugal e segundo o seu testamento sua mulher havia ficado pejada. Por que Ramalho a teria abandonado na Europa? Ele poderia ter voltado para Portugal ou ter mandado vir de lá a sua esposa! Não fez nem uma cousa nem outra. Não sei se a sua ligação com a india Bartira, batisada com o nome de Isabel foi legitimada por ulterior casamento. O illustre historiador padre Serafim Leite publica uma carta do padre Nóbrega, inquirindo de Portugal noticias sobre o paradeiro da esposa de Ramalho o que faz crer que ainda nessa data a ligação de Ramalho não havia sido legitimada.

É possível, provavel mesmo, que posteriormente o fosse.

São diversas as acusações que fazem a Ramalho. Entre elas existem as seguintes:

- a) João Ramalho era degredado.
- b) João Ramalho era judeu.
- c) João Ramalho era acatólico e inimigo dos jesuitas.
- d) João Ramalho era analfabeto.

Vejamos. A primeira não se estriba em documento algum. E' uma acusação resultante apenas da imaginação. Era possível que Ramalho tivesse sido um degredado, entretanto não era provável. Mas, mesmo que tivesse sido, não vejo desdoiro nisso.

O conceito de crime dessa época não é o mesmo que o de hoje. As Ordenações no seu livro 5.^o legislavam sobre direito criminal e eram antes uma codificação religiosa. As suas prescrições causam verdadeira hilaridade. Por qualquer infração, a essas normas, o individuo era punido com castigo os mais drásticos. Não era provável que Ramalho houvesse sido degredado ante o número muito pequeno dos assim castigados. (Calógeras, "Política exterior do Imperio", vol. I) e (Ellis; Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, n.^o IX).

A segunda acusação também não se baseia em documento algum. E', como a outra, uma mera suposição, resultante apenas da imaginação. Seria possível que Ramalho tivesse sido um cristão novo, mas não era provável. Para consolidar essa não probabilidade temos que a lei da época proibia que um cristão novo exercesse cargo público e Ramalho foi nomeado por Martim Afonso para alcaide-mor do campo; mais tarde foi até camarista de S. Paulo, a vila anchietana, e só não exerceu esse cargo porque o recusou. Além disso a lei da época proibia a um fidalgo o casamento com quem não fosse de estirpe de cristão velho e Jorge Ferreira, cavalheiro fidalgo de D. João III, era genro de Ramalho.

A lenda de que o fronteiro mor do campo era cristão novo, teve incremento no sinal que Ramalho fazia preceder sua assinatura o qual era atribuível ao Kaff hebraico,

Nada há de serio nisso e tudo quanto se estriba em cousas dessa natureza não passa de imaginação.

Sinais como o de Ramalho existem iguais em muitos alfabetos. Fernando o católico, Camões e outros o usavam; no obelisco de Lucsor na Praça da Concordia em Paris, existe um sinal idêntico. Horacio de Carvalho, em um estudo publicado na Revista do Instituto Histórico de S. Paulo, é que imaginou isso, mas não vemos ligação alguma com o caso de Ramalho para cujo estudo prefiro as opiniões de Pereira Guimarães, insertas na mesma revista.

Mesmo porem que Ramalho fosse cristão novo, não vejo nisso nada de pejorativo.

Não considero infamante o fato de um judaismo mais ou menos recente ter precedido o individuo. E' uma religião o judaismo! Pode ser errada, mas devemos proceder com ela sob o imperio do mesmo liberalismo que deve presidir qualquer juizo feito a propósito de outro credo.

A terceira objurgatoria contra Ramalho era de ele ser acatólico e inimigo dos jesuitas.

E' possivel que o fosse. Os jesuitas timbravam em proteger o indio e João Ramalho com seus descendentes viam-se obrigados a preá-los. E' claro que desse antagonismo, forçosamente deveriam resultar atritos, entretanto isso estava longe de poder ser acoimado de anticatolicismo. O illustre historiador jesuita, o padre Serafim Leite, vem de fazer importante luz a esse respeito, mostrando claramente ("Páginas de Historia do Brasil", Editora Nacional, serie Brasiliana) as afinidades de Ramalho com os padres da Companhia.

Alem disso Ramalho foi defensor de S. Paulo, quando os tamoios atacaram a vila nascente acometendo-a com mais de 10.000 bronzeos sagitarios.

Como poderia ele ter sido um ardoroso batalhador em favor da vila dos jesuitas se tivesse grande dose de amargor contra os padres?

Com tudo isso, sabemos que Ramalho tomou o sacramento da confissão quando estava nos transe da agonia.

Resta-nos examinar a objurgatoria de ter Ramalho sido analfabeto.

As assinaturas ramalhanas aí estão gravadas de maneira idêntica embora em épocas muito diferentes. Isso faz certo que essas assinaturas foram feitas pela mesma pessoa. Que pessoa seria essa que deveria assistir a Ramalho durante muito tempo? Penso que seria o próprio Ramalho. Logo ele não era analfabeto! Em todo caso aí está a Polícia Técnica que tem elementos especializados para apreciar o assunto.

A asserção de Ramalho ter sido analfabeto é inteiramente gratuita e não tem base em prova alguma.

Essa má vontade contra Ramalho advém da parcialidade dos jesuitas seiscentistas, principalmente do Padre Simão de Vasconcelos, que escreveram as suas crônicas justamente quando os paulistas descendentes de Ramalho haviam hostilizado os reverendos da Companhia a ponto de os expulsar do planalto. Estou certo de que Ramalho não era essa figura torva que as lamurias inicianas fazem chegar até nós.

Ramalho foi, não há quem honestamente duvide, um homem de alta eficiência biológica.

Varonil, longevo, fecundo, valente, equilibrado, tendo-se adaptado bem ao ambiente, tal foi a figura do pai do primeiro paulista, esse ligador primevo entre o europeu e o selvagem de bronzearaça. Sob o ponto de vista sociológico, a ação de Ramalho foi notável. Graças a ele os europeus foram bem recebidos pelos índios. Ele foi, indiscutivelmente, o elo entre as duas estirpes.

Se não fosse Ramalho, os europeus não se teriam estabelecido em S. Vicente.

A ele devemos a penetração lusa no planalto. Se fossemos abstrair a personalidade de Ramalho, essa penetração não teria sido possível.

CAPITULO XIV

TIBIRIÇÁ E PIRATININGA

Tibiricá foi o chefe guaianá que residia em S. Paulo, onde hoje é o collegio de S. Bento.

Não era toda a nação guainá que estava sob a sua chefia. Penso que ele só tinha a seu mando a tribu de Inhapuambuçú, devendo as mais seguir a obediencia de outros chefes como Pequerobí, Caiubí, o cacique de Ibirapueiras, etc. Tibiricá logo se ligou pela amizade sólida de João Ramalho aos de estirpe lusa, de modo que de todos, foi o mais aproximado aos civilizados. Logo se batizou, tendo-lhe apadrinhado o proprio Martim Afonso de Sousa.

Quando os padres jesuitas aqui chegaram em 1549, Tibiricá tornou-se muito afeiçoado a esses religiosos que estabeleceram os primordios da vila paulistânica junto às moradas do chefe de Inhapuambuçú, que teve três de suas filhas casadas com europeus.

Penso ter Tibiricá nascido na última década do quatrocentismo, pois em 1532 ao aqui chegar Martim Afonso já era ele avô, logo caminhando para ser bisavô.

Quando S. Paulo foi alvo do ataque dos selvagens em 1562, Tibiricá foi dos seus mais ardorosos defensores. Em capítulo posterior trataremos deste episodio em mais minucias.

Tibiricá morreu em 1563, vítima de caimbras de sangue, segundo Anchieta, provavelmente disenteria amebiana ou bacilar, molestia europeia contra a qual não "estavam os selvagens americanos defendidos biologicamente.

Piratininga era uma aldeia que se supõe tenha sido habitada por João Ramalho, anterior a Santo André e situada junto ao Tietê na sua margem esquerda, em local posteriormente chamado Tatuapé. Existe no local uma casa que, afirma o Dr. Baptista Pereira, foi residencia de João Ramalho. E' possivel ter sido, mas não sei em que se estriba o illustre homem de letras para isso pensar. (86).

(86) Segundo o fulgurante Baptista Pereira, "*A cidade de Anchieta*". "*Revista do Arquivo Municipal*", vol. 23, antes de S. Paulo, em 1532 Martim Affonso fundou outro povoado que se chamava Piratininga, de onde ele datou a sesmaria que em Outubro de 1532 dõou a Pero de Góis.

CAPITULO XV

SANTO ANDRÉ DA BORDA DO CAMPO

Sobre esse burgo que foi, indiscutivelmente, o primeiro e mais avançado nucleo humano civilizado, no interior brasileiro, só reproduzo o que a respeito disse Azevedo Marques no seu "*Apontamentos*", 145:

"Antiga e extinta povoação fundada em aprazível situação, à margem do ribeirão Guapituba, por João Ramalho e sua familia, com os indios que se agregaram na paragem chamada Borda do Campo, territorio hoje da Freguesia de São Bernardo, da qual ficava a Sueste, uma legua ou 5,5 Kms.; acha-se à meia milha ao sul da atual estação da estrada de ferro.

Foi creada vila a 8 de setembro de 1553 pelo capitão mor Antonio de Oliveira e provedor da Fazenda Braz Cubas, retificada a criação no ano seguinte pelo donatario da Capitania.

Em 1560, achando-se em S. Vicente o 3.^o Governador Geral do Brasil, Mem de Sá, por conselho dos padres jesuitas, que se achavam em rivalidade com João Ramalho, ordenou aquele governador a demolição da vila e mudança de seus moradores para São Paulo de Piratininga. Os primeiros camaristas d'esta vila foram, como se vê do livro de vereanças da Camara de Santo André, (ainda existente no Arch. da Camara de São Paulo, posto que em parte dilacerado, quasi ilegivel) é juiz ordinario, João Pires, o gago, vereador Paulo de Proença, procurador do Conselheiro, Alvaro Martins, escrivão da Camara o tabelião Gaspar Nogueira.

O seguinte documento, existente no cartorio da Tesouraria da Fazenda, maço n.^o 3, de proprios nacionais, não só confirma a extinção da vila de Santo André, no ano de 1560, como possui outro merecimento histórico,

Vai transcrito com a propria ortografia :

“Saibam quantos este estromêto de posse de huas terras de dadas, mandada dar por autorydade de justiça cõ ho teor do auto de pse vyrê como no âno do nacimiento do Nosso Sor. Jesu Xp.to de mil e quynhentos e setenta anos, haos dose dias do mes de aguosto do dyto ano no campo e termo da vila de Sam paulo de pyratyny de que he Cap.m e governador hõ Sr. Marty Affonso de Souza do Cõselho del Rey noso Sor.y estãodo hay no dyto campo e borda do matto Fernão Jorge, juiz hordinario da dyta ante my appareceu ho irmão Gregorio Serrão da cõpanhia de Jesus mynistro do mosteiro de S. Paulo de pyratyny e por ele foy apresentada hua carta de dada de terras que ho Cap.m Francisco Moraes deu ao padre Luiz da Grã provincial destas partes do Brasil e pr ela dyto irmão foy dyto hao dyto juiz e presença de my tabelião que lhe mandasse dar posse da terra cõnteuda na dita carta, por quanto ele era mandado pelo padre Nobrega preposito nesta capitania, e mandou dar pose da dyta terra por my tabelião e loguo per my tabelião foi dado pose da dyta terra e mato que parte de hua banda per huns pynheiros perto de bertolameu Carrasco, parte cõ ha outra parte vyndo pelo camynho hao longo do mato, camynho da borda do campo, vila que foy de Santo André, até intestar cõ o páo de causa que está no meo do dyto camynho velho, e asy vay para aborda do campo e logo pelo dyto juiz foy dado juramento a Francisco Pires e Fernão Dias ambos moradores em pyratynynga, vila de Sam Paulo, para que demarcassem a dyta terra haos dytos padres, ect. Eu Pedro Dias tabelião do pubricuo judicial que o escrevi”.

A carta de sesmaria, em virtude da qual se deu esta posse, é a seguinte;

Francisco de Moraes, capitão e ouvidor com alçada em esta Capitania de São Vicente pelo Sr. Martim Affonso de Souza, capitão e governador d'ella por El Rei Nosso Senhor:

“Faço saber aos que esta minha carta de dada de terras de sesmaria virem em como a my me enviaram dizer, por sua petição o padre Luiz da Grã, provincial da companhia de Jesus destas partes do Brasil. Faço saber a V. M. como o Sr. Martim Affonso de Souza fez esmola a Companhia n'esta sua Capitania de S. Vicente, de duas leguas de terras ao longo do rio de Piratininga, como mais largamente se contem na petição que se apresenta e porque, tomando-se ao longo do dito rio faz muito prejuizo a nova Vila de São Paulo. Peço a V. Mce. que, Havendo respeito ao bem comum dos moradores, e a dizer na proviçao que as duas leguas será em parte que não faça prejuizo aos moradores do campo. E o suplicante desistir das duas leguas ahi ao longo do rio, contanto que lhe dem em outra parte, haja por bem de lhe dar e mandar demarcar as ditas, indo de Piratininga para o mar pelo caminho novo que ora se abriu passando o campo por d'onde se já abriu o caminho para Jerybatyba. O que visto por my a petição do provincial da ordem de Jesus e o que n'ela pede ser justo, hei por bem e serviço de Deus e de El-Rei-Nosso Senhor de lhe dar as ditas duas leguas de terras etc. Dada em S. Vicente, aos 26 de março de 1560 Francisco de Moraes”.

(Arquivo da Camara de São Paulo, caderno de vereanças da Vila de Santo André, tit. 1555. — Cartorio da Tesouraria de São Paulo, maço 4.^o de proprios nacionais).

CAPÍTULO XVI

GOVERNO GERAL

Não durou duas décadas o regime das capitanias. Havia muita descentralização, ou antes não havia centralização nenhuma, todas essas partes se entendendo com Lisboa, sem um órgão governativo que orientasse os núcleos humanos europeus (87).

As distancias separando-os dava a esses núcleos um fraco poder de união, de modo que se fazia sentir a falta de um órgão diretor que servisse de orientador da defesa principalmente contra os inimigos internos.

Por isso foi creado esse órgão em 1548 e para exercer o cargo de Governador Geral foi nomeado por D. João III, Tomé de Sousa, homem de grandes virtudes, ainda que tardo pela barra da bastardia, pertencente a essa aristocracia que se formava ao estrondo das lides do Oriente, que se orquestravam bem com o bramir espetaculoso das vagas rebeldes do "mar tenebroso", enovelado em mistura com o opulento commercio da Índia, em substituição àquele que nascera nos prelios ardidos da Reconquista.

Tomé de Sousa veio em 1549 e, com o precioso auxilio de Caramurú, fundou no local onde a coroa portuguesa havia comprado a capitania dos herdeiros de Francisco Pereira Coutinho na Baía, uma vila que tomou o nome de São Sal-

(87) No seculo XVI, em que as comunicações transoceanicas se faziam de um modo difficilimo, carissimo, rarissimo e enferrujadissimo, por meio dos minusculos e fragilimos veleiros, de marcha lentissima, de capacidade minima, de construção carissima e tosca, etc., em que as populações coloniais portuguezas na America eram quasi que imperceptiveis, a descentralização governativa era inconveniente e desaconselhavel. Esta só se tornou imperiosa com o avolumar progressivo dos núcleos coloniais e com o avanço evolutivo das comunicações com a metropole lisboeta.

vador, a qual era destinada a servir-lhe de residencia e ser o centro das colonias que passariam a ser orientadas por ele (88).

Essa vila foi o terceiro centro de civilização vitoriosamente implantado na América portuguesa, tendo sido os dois outros, São Vicente e Pernambuco, havendo os mais fracassado ante a furia selvagem americana e a deficiencia do regime das capitánias.

De fato, só em S. Vicente no Sul e em Pernambuco no Norte, prosperaram os nucleos da colonização, iniciados com a gente de Martim Afonso e de Duarte Coelho. Então a Baía iria constituir o terceiro ponto de irradiação de população lusa. Mais tarde o Rio de Janeiro, com a expulsão dos franceses da França Antártica, formaria o quarto ponto de colonização. O Maranhão, com a conquista da França Equinocial, seria o quinto ponto e a colonia do Sacramento iria ser o sexto.

(88) A esse proposito, o eminente sociologo Oliveira Vianna um dos mais claros e convincentes doutrinadores que se conhece, ensina, na sua opulentissima "*Evolução do Povo Brasileiro*", verdadeiro catecismo a respeito do nosso passado sociologico.

"Desde o momento em que o governo portuguez, para iniciar o povoamento do seu dominio americano, estabelece o systema de capitánias distribuidas por toda a vasta costa brasileira, e cria dest'arte, varios centros de colonisação a distancias extraordinarias uns dos outros, elle implicitamente cria aqui as condições de inviabilidade a qualquer governo unitario. O governo Geral de Thomé de Souza repousou apenas numa illusão, aliás rapidamente dissipada. Chegados aqui e entrados em contacto com a terra, os velhos estadistas colonias comprehendem lucidamente a originalidade da situação americana e obedecendo á fatalidade geographica, resignam-se a essa conclusão: fragmentação do poder como meio melhor de defesa e administração".

CAPITULO XVII

OS JESUITAS

A Companhia de Jesús foi uma congregação iniciada por Santo Inácio de Loiola em 1534, a qual era uma das três alavancas manejadas pelo Papa Paulo III, com as quais ele pretendia reagir contra a reforma, que imperava violentamente na Europa do norte, nesse quinhentismo longinquo ⁽⁸⁹⁾.

Iniciadas em 1534 as medidas contra a reforma, as quais consistiam na: a) fundação da Companhia de Jesús; b) na reunião do Concilio de Trento; c) na reabertura da Inquisição.

Fundada em 1534 e tendo seus estatutos aprovados em 1540, a Companhia de Jesús, logo em 1548, designou os

(89) Formou-se o habito de exagerar a influencia dos jesuitas na Historia do Brasil, a ponto de Capistrano dizer que não se poderia escrever a Historia do Brasil sem ser escrita a Historia dos jesuitas. Calogeras chama os jesuitas de os grandes caluniados.

Quem enormemente aumentou esse "tabú" foi Baptista Pereira, o apaixonado, ainda que talentoso escritor da "*A cidade de Anchieta*" ("Rev. do Arquivo Mun.") a quem uma fulgurante intelligencia, colorida por uma multiforme imaginação empresta um poder de incrível sedução.

Ainda a pouco tempo, li em uma publicação periodica, ("*Estudos Brasileiros*") um trabalho nesse diapasão, isto é extremamente exagerado, firmado por um membro da Academia Brasileira de Letras que quer entender de tudo.

A paixão, o partidatismo de ideias contrarias aos portentosos bandeirantes paulistas, já eram conhecidos atributos desse intellectual.

Agora, porem, essa parcialidade chegou ao paroxismo, querendo ele levantar a ideia exotica e pouco demonstradora de cultura, de que a palavra "bandeirante" é derivada de "bandido". É que esse membro da Academia Brasileira, não obstante a força imensa que faz para atingir um renome de nivel mais elevado, não conhece os

jesuitas que deveriam vir cristianizar os selvagens americanos. Foram eles, companheiros da viagem de Tomé de Sousa, os reverendos:

Manoel da Nóbrega
Leonardo Nunes
Aspilcueta Navarro
Antonio Pires

"*Historia Geral das Bandeiras Paulistas*", de Taunay, obra imprescindível aos que queiram tratar do assunto.

Para esse irrequieto membro da Academia Brasileira de Letras chega o absurdo etimológico, faz citações isoladas de frases que teriam outro espirito; socorre-se de outros ensinamentos menos seguros, tudo se afinando nessa tecla de exagerar os beneficios deixados pelos jesuitas, afim de os tornar simpaticos, não obstante o tom visivelmente apaixonado de Simão de Vasconcellos, de Charlevoix e de outros.

Com o fito evidente de negar o grande merito dos apresadores, esse membro da Academia Brasileira diz que as fronteiras da America lusa foram feitas inconcientemente. Para dar base a essa tirada cita ele uma frase isolada de um de meus trabalhos.

Descobriu a polvora o imortal baiano!

De fato os apresadores só indiretamente fizeram recuar o meridiano!

Aliás, Calogeras em "*Politica exterior do Imperio*", I, 85, já assinala isso.

Queria o imortal que os planaltinos, sem violencias dilatassem as fronteiras do Brasil?

Quem os supria do que precisassem economicamente?

Não havia precisão de lucro immediato?

Ha hoje quem trabalhe sem esse objetivo? Não sabe o imortal que não ha?

O medico não cobra a consulta, ou a vizita?

O sacerdote que batiza não o faz com o fito no lucro immediato?

O juiz não dá sentença sem o pagamento das custas.

O professor não ensina sem o pagamento.

O escritor não escreve por amor à arte, unicamente.

Assim tambem o apresador. O lucro immediato deste foi o apresamento escravo, o indireto foi outro que ele não lobrigava. Alguem pode atirar a primeira pedra?

Ora, sr. imortal! Tenha paciencia!

CAPÍTULO XVIII

AS CAPITANIAS

E' fato estafadamente sabido que D. João III de Portugal, aconselhado por Diogo de Gouveia, dividiu o Brasil em capitánias hereditárias, doando-as às pessoas de importância do Reino, (89a).

Interpretando esse ato devemos estabelecer se isso foi um retrocesso ou não, ao feudalismo medieval, capítulo do qual o renascimento vinha de arrancar a humanidade.

Até aqui, tem sido cousa incontestada entre os historiadores do passado brasileiro que a divisão do Brasil em capitánias, doadas a pessoas da corte lisboeta, foi um retrocesso feudal, cujo cunho se estampara com nitidez. E' que o caráter feudal que se tem visto na divisão das capitánias tem sido mal estudado. Vejamos:

O que é feudalismo, como se caracteriza a sua existência ou, antes, quais são os seus atributos?

Feudalismo foi um regime político, social e econômico, preponderante na Idade Média, o qual eminentemente descentralizador, hermeticamente regido na estratificação social, dividia em repartições estanques os reinos então existentes. O feudalismo puro, como era praticado na França e na Alemanha, pressupunha senhores feudais soberanos em seus quinhões territoriais, por eles ou por sua ascendência con-

(89a) Isso significa que D. João III, na impossibilidade de o Estado português realizar diretamente a colonização por se ter empobrecido na aventura oriental, em vista do governo se ocupar da parte guerreira, tomou a diretriz de confiar a colonização aos particulares que eram os que haviam se aproveitado do comércio oriental. Portugal era um Estado pobre com particulares ricos.

quistados, abdicando, em favor dos monarcas, de uma parcela dessa soberania que cerceada, entretanto, não impedia que eles, senhores feudais, tivessem os poderes mais amplos em materia de lutas externas, de ministrar justiça e de cunhar moedas (90).

Era, pois, no feudalismo uma força em ascensão até os monarcas, vinha de baixo, isto é, dos senhores feudais.

No regime feudal, a circulação mercantil era inexistente, vivendo as células feudais o sistema autárquico, o mais absoluto. Então as classes sociais eram as mais rígidas e não era possível alguém subir ou descer por elas na sua im-

(90) Os historiadores portugueses negam que Portugal houvesse conhecido o feudalismo, dado o grande poder real concentrado no monarca, que assim centralizado não deixava nada para os senhores feudais.

Baseados nessa premissa verdadeira, os historiadores portugueses, os quais, diga-se de passagem, escreveram mais com o sentimentalismo patriótico, concluem que Portugal é o Estado mais antigo da Europa.

Eu, sem me extremar a tal ponto em materia de feudalismo, penso que o feudalismo português existiu, mas já muito diferente do francês ou do alemão.

Nestes o poder vinha dos senhores feudais, que abdicavam parte da sua soberania em favor do centro monárquico.

Em Portugal, se dava justo o inverso. Era o monarca que abria mão de parte do seu poder em beneficio de seus vassallos senhores feudais.

Na Europa Central, os senhores feudais eram soberanos, e Portugal, eles eram simplesmente autonomos. Nestes a autonomia me parece mais administrativa, enquanto que a soberania dos feudais franceses, alemães, italianos, etc., era politica.

É porisso que, eu penso que, sendo de Diogo de Gouveia o plano da divisão do Brasil em capitánias hereditarias, tendo o seu autor residido em França por largo tempo, tivemos nas primitivas doações dessas Capitánias uma apparencia exagerada de um retrocesso no feudalismo medieval, o qual sobremaneira destoava em Portugal. Mas essa apparencia nada significa, pois ella reveste ainda a America inglesa, duzentos annos depois, em pleno seculo XVIII, com as suas famosas cartas.

permeavel estratificação. Por mais valor que tivesse alguém, se ele não fosse nascido das altas esferas, jamais poderia ascender.

Com esse caraterístico ainda havia o referente aos servos da gleba que, no feudalismo, estavam presos à terra e dela não podiam sair.

Nada disso se vê no regime das capitánias. De fato, onde, nelas, a impermeabilidade das camadas sociais? Onde, nestas, a servidão das glebas?

Alem disso, no ato das doações das capitánias, não se vê força ascencional partindo de baixo para cima, como no feudalismo. O que se verifica, então, é justamente o contrario, isto é, uma força descencional, partindo de cima para baixo, do soberano para os suditos.

Qual pois a marca de feudalismo na divisão e na doação das capitánias? A hereditariedade? Os poderes concedidos aos donatarios?

Não foi esse mais ou menos o processo usado nas 13 colonias anglo-americanas cem anos depois?

Assim, pois, prefiro ficar com Roberto Simonsen que nos ensina na sua "Historia Economica do Brasil" que o espírito que imbuuiu as divisões e doações foi antes económico.

Talvez a forma das doações ainda obedecesse a uma reminiscencia feudaliforme, restos da Idade Media que o advento da pólvora não havia banido completamente. Essa coloração feudaliforme teria sido em razão de haver o plano sido influenciado por Diogo de Gouveia.

CAPÍTULO XIX

DEMOCRACIA

Os moradores, em pequeno número, isolados pelos elementos naturais, que uma ingrata e arestosa mesologia proporcionava e mais ainda pela inensidão das distancias, que tornavam absoluta a solidão, tendiam a se unir compactamente em um bloco que se solidificava bem cimentado por uma mentalidade que cada dia se homogeneizava mais, moída nos mesmos sentimentos que a todos agitava. De fato, eram as mesmas dores, as mesmas agonias, as mesmas esperanças, os mesmos momentos de alegria, as mesmas aperturas, as forças moldadoras da psicologia e da sentimentalidade dessa gente.

Isso não só os uniformizou, os igualou, mas também os democratizou. Eis o mesmo fenômeno ocorrido com os "Pilgrim fathers" norte-americanos. Eles, os moradores, já não haviam trazido os signos de qualquer superioridade. Eram todos mais ou menos iguais de nível social.

O ambiente, as arestosidades da vida passada em comum, cortaram essas arestas e suavizaram os contornos das prosapias e ufânias. Todos se fizeram iguais. A pequena propriedade a policultura e a autarquia tornaram ainda mais acentuada essa igualdade que se foi solidificando pelos laços de sangue, pois o parentesco ia travando as estirpes primitivas, estreitando-se em um amplexo que cada dia se fazia mais íntimo, como veremos melhor mais adiante (91). To-

(91) É claro que essa propriedade não foi gerada assim. Aliás em toda parte no mundo e em qualquer tempo onde ha e onde houve pequena propriedade, ela foi repartida de um latifundio, preexistente.

A obrigatoriedade da policultura, em virtude da autarquia causada pelo isolamento geográfico, determinou a pequena propriedade, que foi uma consequencia fatal das circunstancias geográficas e economicas proprias ao planalto exclusivamente.

dos comungando na modestia, na pobreza e participando da mestiçagem com o aborigena, iam procurando um propício ambiente social para esse fenômeno de democratização.

Mas então não se constituiu uma aristocracia? Sim, muito lentamente e o processo entre nós foi diferente, diversificando não só do que na Europa teve lugar, mas também do que em outras colônias luso-americanas foi vigente.

A aristocracia européia era o resultado de um processo seletivo realizado ao estrondo das lides, sob o crepitar da metralha e do tamborilar rilhante das ardidias cargas de cavalaria, ou o retinir fulgurante das espadas a esgrimir. Os mais valentes, os mais esforçados, os mais donairosos, galgaram os altos postos da hierarquia aristocrática, os menos providos dos dotes espetaculosos da bravura, da tenacidade eram postos em plano inferior.

Na América esse processo não só teve sequência, como também os resultados dos processos europeus tiveram que sofrer uma sensível modificação.

A primeira fase do processo americano foi estabelecer um nível comum de partida.

Aquí todos tiveram, preliminarmente, que se nivelar, se igualar e portanto se democratizar, para só depois disso sentir a separação de níveis sociais, estabelecidos não pela maior ou menor bravura e forças nas pugnas e sim, pelo maior ou menor denodo valoroso no comportamento na nova mesologia.

Era uma aristocracia nova, uma altiplanura social diferente, a que se formava entre nós.

A pequena propriedade é sempre o segundo estagio. Eis por exemplo, a França, que é o país por excelência da pequena propriedade, gerada pela Revolução! Pois bem, antes dessa propriedade ter sido retalhada, ela foi latifundiária, pois os nobres e o cléro eram senhores de todo o territorio francês.

No planalto testemunhamos o mesmo fenomeno em torno da vila anchietana.

Variavam os nossos inimigos, como diversificavam os nossos objetivos. Daí, por força, tinha que ser outra a nossa luta e a consequencia dessa luta, fatalmente, tinha que ser diferente. Foi assim que se formou a nossa sociedade.

Mas, nos quinhentismo, ainda estavamos no regime da igualdade geral.

Era a essencia mais pura da democracia, a que reinava.

O isolamento e a pequena propriedade, como a pobreza geral, foram as suas alavancas mais poderosas.

CAPITULO XX

A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

O padre José de Anchieta veio da Europa em 1553, como irmão leigo e em companhia do padre Manoel de Paiva, no lugar antes chamado de aldeia de Piratininga, em 25 de Janeiro de 1554 (ano do nascimento de D. Sebastião) ergueu a casa de educação e catequese de índios guainás (92). Aí, nessa data foi dita a primeira missa, tendo a casa tomado o nome de Collegio de São Paulo de Piratininga, em razão do santo do dia. (93). O lugar que antes era a aldeia de Piratininga, da qual era chefe Tibiriçá, achava-se quasi na foz do riacho Anhangabaú, ao desembocar este no Tamanduateí, com um promontorio de terra vestido de vegetação rala, que avança ravinoso e íngremé sôbre a varzea do Tamanduateí.

Em razão da facilidade de sua defesa o collegio Jesuita foi ponto de atração de imigrantes que vieram em abundancia do velho vilarejo de Santo André da Borda do Campo e do litoral vicentino. Com essa corrente de novos povoadores o vilarejo piratiningano progrediu de tal forma que

(92) Ultimamente tem se discutido sobre a quem se deve attribuir a fundação de S. Paulo. Uns dão a Anchieta, essa gloria. Outros acham que a Nobrega compete a paternidade da ideia. Outros ainda, acham que foi Leonardo Nunes o autor. Eu penso que esse debate é esteril e sem a menor consequencia. Não se deve perder tempo e energia com isso, que eu acho é pura "*lana caprina*". A fundação de S. Paulo foi levada a efeito pela Cia. de jesuitas e isso deve bastar.

(93) A proposito da fundação de S. Paulo, veja-se o trabalho especializado de Dorival Teixeira Vieira, "*Ação dos Jesuitas em S. Paulo*", o qual figurou no Congresso sulriograndense de historia e geografia.

em 1560, o 3.º Governador Geral Mem de Sá, ordenou a extinção de Santo André e a ereção, no novo núcleo, do planalto do pelourinho, que deveria ser transferido. E' que Santo André não apresenta condições de fácil defesa. Situada em um descampado circundado de floresta, a povoação andreense não oferecia segurança aos seus moradores que estavam por demais expostos aos ataques dos índios. Enquanto isso, São Paulo de Piratininga, acavalada por sobre outeiros, ilhados na imensidão líquida de varzedo e de valados inundáveis, era uma posição praticamente inexpugnável (94).

Quasi todos os historiadores que se têm referido ao início de São Paulo e o fim do burgo ramalhano, dizem que S. Paulo, protegido pelos Jesuitas, venceu Santo André, núcleo de mamelucos, do qual João Ramalho era capitão e alcaide mor, depois de acérrima rivalidade, na qual todos os recursos foram empregados, de parte a parte. Teria sido esse um capítulo na luta travada entre João Ramalho e os padres Jesuitas. Durante muito tempo, na verdade, essa versão foi a mais aceita. Entretanto, graças à nova documentação recentemente revelada pelo padre Serafim Leite,

(94) Nos últimos anos do século XVII, o governador Antonio Paes de Saude escrevia ao Conselho Ultramarino:

"He a villa de S. Paulo digníssima de se verificar o vaticínio do grande padre Joseph de Anchieta, que ella ha de ser a metropole do Brasil...".

Essa profecia vai em vias de se realizar.

Como o Rio de Janeiro ultrapassou, graças ao ouro, no século XIX, a cidade do Salvador na Baía, assim também, S. Paulo, graças ao café, ao algodão, às industrias, etc., vai ultrapassando o Rio de Janeiro, não obstante a ação governativa.

S. Paulo já é a oitava cidade da America, e a cidade que mais cresce no mundo.

Dentro de vinte anos, S. Paulo, será a maior cidade do Brasil, ultrapassando o Rio de Janeiro, que é de crescimento menos rapido. (Nelson Mendes Caldeira, "*As capitais da America*").

ficou-se sabendo que esse antagonismo não se verificou além de certos limites. De fato, a não ser a natural oposição entre as diretrizes dos jesuitas em protegerem o índio e de Ramalho em escravizá-los, não encontro justificativa para esse antagonismo que os cronistas se produzem, quasi todos abeberados em Simão de Vasconcelos, cuja paixão e parcialidade eram incontidas.

Não creio na muita amizade de Ramalho pelos reverendos da Companhia, dada a natural orientação da vida deles, mas com isso fazer escuro o caso, como ele se apresentava, está a me parecer exagerado.

CAPITULO XXI

FRANCESES

Em 1555, um ano depois da fundação de São Paulo, e um ano depois do nascimento de D. Sebastião, ainda no reinado de D. João III, Nicolau Durand de Villegaignon, soldado da aventura, ex-cavaleiro de Malta, tomou o si organizar uma expedição francesa que viria conquistar e colonizar as terras que os corsarios e comerciantes de Dieppe e de Saint-Malo exploravam a tirar o pau-brasil. Nesse tempo a França de Henrique II era invadida pelas doutrinas calvinistas, das quais estavam imbuidos os renomados huguenotes. Já não havia sido calvinista a famosa Margarida irmã de Francisco I e portanto tia do rei Henrique II e avó do "vert galant" Henrique IV?

Coligny o almirante, sabido éra o chefe da facção protestante, sendo a outra a católica chefiada por Catarina de Médicis e pelos Guise.

Villegaignon não era homem de carater muito firme. Ele ao mesmo tempo que acarinhava os católicos, namorava os protestantes. Foi assim que da expedição por ele organizada faziam parte católicos extremados, entre os quais o capuchinho Antoine Thevet e protestantes renitentes, entre os quais Jean de Lery. Nesse tempo como eram poucas as distrações, os colonizadores franceses da França Antártica não poupavam tempo nas acaloradas razões que se travaram violentas, ocasionando discórdias serias, as quais perturbavam a homogeneidade entre eles.

As lutas em torno do livre arbitrio dos católicos e do determinismo dos calvinistas não poucas vezes degenerou em pugilatos.

Firmaram-se os franceses na ilha do Serigipe, na bafa de Guanabara que é a atual de Villegaignon, onde construíram o forte de Coligny. Isso já significava uma acentuada orientação calvinista no espírito volúvel e doentio de Villegaignon.

Os índios se haviam afeiçoado de modo particular aos franceses. Os tamoios, que ocupavam o litoral sul-fluminense até S. Sebastião mais ou menos, não escapavam dessa regra.

É que os franceses só se preocupavam com a extração do pau-brasil. Como eles não se pretendiam fixar na terra, não cuidavam de implantar a agricultura nela. Assim não obrigavam os índios ao trabalho. Como estes não eram muito amigos do esforço físico obrigatório, tinham os franceses em grande estima. Era natural, pois os franceses deles compravam o pau-brasil e não os obrigavam à enxada!

Por outro lado, os portugueses que queriam colonizar a terra e que não se limitavam à extração, recorrendo à agricultura para o que tinham que recorrer à mão indígena, dada a pequena população de Portugal, atraíam a animosidade do índio. Daí não terem os portugueses obtido a aliança dos tamoios, que preferiram os franceses. Isso era humano! (Desde 1557 os tamoios atacavam os portugueses em São Vicente, pois em 1547 já haviam atacado a Bertoga, que fora defendida pelos 5 filhos de Diogo de Braga) Azevedo Marques, "Cronologia" 214).

Até 1560 os franceses gozavam de relativa calma em relação aos portugueses. Duarte da Costa governou de 1553 a 1557, ano que coincide com o da morte de D. João III. Estava Duarte da Costa mais preocupado com as brigas com o bispo D. Pero Fernandes Sardinha, de modo que não cuidou da expulsão dos intrusos.

Mas Mem de Sá em 1560, faz uma excursão pelo Sul e dá tremenda batida nos franceses a cuja frente já não estava mais Villegaignon, que havia nesse ano seguido para

a Europa. Mem de Sá limitou-se a expulsar os franceses da ilha, deixando que eles se estabelecessem no continente. Mal o Governador português se afastou, os inimigos volveram à ilha e tudo continuou como antes.

Em 1564 Estacio de Sá, sobrinho do Governador, chegando da Europa, buscou em S. Vicente auxilio para o ataque que pretendia dar aos franceses no ano seguinte. Esse homem de guerra português em 1565 iniciou a cidade carioca, no lugar de nome Praia Vermelha, próximo onde está a Urca.

No ano seguinte, em 1566 partiu uma expedição de cerca de 300 homens brancos, sob o comando do alemão Heliodoro Eoban, em direção ao Rio de Janeiro, contra os franceses, que só foram definitivamente expulsos em começo de 1567, tendo porfiado contra eles Mem de Sá que de novo armou expedição na Baía, contra os franceses. Nesse ano a cidade do Rio de Janeiro teve a sua segunda fundação, a qual teve lugar, pelo Governador, no morro do Castelo. Com a expulsão definitiva de franceses nesse ano, acalmou-se a região mas os tamoios não haviam permanecido ativos apenas na Guanabara, pois eles se estendiam pelo litoral norte de São Paulo (94a).

Em 1560, com o primeiro golpe que Mem de Sá havia desferido nos franceses, os tamoios organizavam uma liga em que entraram os guainás descontentes, os carijós e outras tribus mais, totalizando uma boa dezena de milhares de índios, os quais se precipitaram contra os portugueses de São Paulo.

Nesse mesmo ano de 1560 houve a extinção e a demolição de Santo André, com a transladação da gente que aí habitava para São Paulo.

(94a) Os franceses foram, em grande parte, contidos no seu esforço contra a costa brasileira pelo tremendo peso que impunha à França de Francisco I e de Henrique II a luta encarniçada que lhes movia Carlos V, desde 1520.

Era São Paulo local muito mais apropriado para defesa. Colocada no alto de outeiros que avançavam desnudos sobre varzedos e valados, a vila paulistânica era praticamente inexpugnável (95).

De um lado o Tamandateí serpenteava-se bojudo, coaleando-se pelas encostas do Carmo e do Colegio, que com uma altitude de cerca de 70 a 80 metros, avançavam abruptamente sobre as curvas sinuosas do rio.

Este era muito mais caudaloso de que hoje em razão da devastação da vegetação nas cabeceiras e além disso o rio não era canalizado, espriando-se por toda a varzea do Carmo, todo o bairro do Braz, até o morro da Penha. O Tietê, por outro lado, também muito mais volumoso, pela mesma razão, transbordava suas aguas, que como uma imensa lagoa iam encontrar-se com os íngremes rebordos dos outeiros do Carmo e do Colegio sobre os quais se alcandorava a vila nascente em seu nível casario.

De outro lado o Anhangabaú passava torrentoso com suas aguas mais volumosas que hoje pelo íngreme valado cuja encosta escarpada era delimitada pela rua Martim Afonso Tibiriçá (hoje de São Bento). Se hoje as aguas vindas do espigão da Avenida Paulista se acumulam em camada de mais de metro de espessura, imagine-se o que não aconteceria nessa época quinhentista, quando o rio corria "in natura"! (96).

(95) A causa da mudança do pelourinho para S. Paulo e da extinção de Sto. André, reside unicamente nesse fato. Foi a conclusão a que cheguei, com a leitura de convincentes trabalhos de Pereira Guimarães sobre João Ramalho, ou os de Campos Andrade e Gomes Ribeiro sobre essa misteriosa e empolgante personalidade ("Revista do Inst. Historico de S. Paulo", VII) além de outros.

(96) Confirmando isso escreve Baptista Pereira, "Cidade de Anchieta" in "Revista do Arquivo Municipal", 23.

Com isso, o vilarejo paulistano só tinha a se preocupar com o lado Sul, que hoje é constituído pelos largos João Mendes e Sete de Setembro.

Assim os índios se precipitavam sobre a vila no dia 10 de julho de 1562 e, depois de um prelio ardido em que o ardor másculo dos moradores, se emparelhou com o vigor selvagem dos guaianás fiéis, foram os tamoios repellidos e obrigados à retirada ou antes à fuga que se efetuou em tumulto.

S. Paulo salvo, assim, teve garantida a sua continuidade.

CAPITULO XXII

ATAQUE A S. PAULO (97)

Os tamoios que ocupavam todo o litoral norte da Capitania vicentina, já anteriormente não se fatigavam de hostilizar a gente portuguesa, vindo até a Bertioga.

Eis o conhecido episodio de Hans Staden. Ao norte essa estirpe tupí ocupava toda a Baía do Rio de Janeiro até Niterói.

Naturalmente se deram bem com os franceses e não tenho dúvidas em crer que, por sugestão deles, se rebelaram contra os portugueses, a ponto de em meados de 1562, depois de constituirem uma coligação com os guaianás infiéis e os carijós do sul e outras tribus da tupiretana, se precipitarem em curioso ataque aos portuguezes do planalto.

Com estes a luta foi feroz, mas depois de uma desesperada investida os assaltantes foram postos em fuga e dispersados.

Tivessem eles realizado seus intentos e teriam, por certo, conseguido varrer a civilização do planalto, onde a penetração européia seria retardada talvez de meio século. Mas ela viria! (98).

(97) Sobre o ataque a S. Paulo convem consultar a obra altamente especialisada do fulgurante Baptista Pereira, "*A cidade de Anchieta*" no vol. 23 da Revista do Arquivo Municipal.

(98) O planalto paulista, ligado ao litoral vicentino pelo pessimo caminho do mar, isolava-se quasi que hermeticamente fechado em uma climatologia completamente diferente das que reinavam nas demais capitánias e no proprio litoral vicentino, as quais deprimiam de tal modo os seus moradores a ponto de os fazer "*caranguejos arranhando o litoral*" como dizia Frei Vicente do Salvador. Paulo Prado, no "*Paulistica*" acha que o isolamento planaltino protegeu o paulista

do contato com a metropole decadente, fazendo com que o planalto fosse uma ilha impermeabilizada no mundo português.

Eu divirjo, data venia, de um modo ligeiro, do emerito escritor patricio. Sou de opinião que esse isolamento livrou o planalto, não da metropole, de onde essa região recebia sempre um filete imigratorio, mas sim do depressor litoral.

Porisso é que Bernardo de Lorena foi um dos vultos do passado, que mais mal causou a S. Paulo, melhorando, em 1789, o Caminho do Mar, com o que diminuiu o isolamento em que o Planalto estava do litoral. Com isso aumentou o bafo depressor que esse litoral fez soprar com intensidade sobre o planalto.

Eis o que Paulo Prado, sobre isso, diz no "*Paulistica*", 39:

"Cessava assim o esplendido isolamento em que se criara a população dos antigos campos de Piratininga, protegida pelo acesso difficilimo de seu Caminho do Mar, e que agora se communicava facilmente com o proprio paiz e com o resto do mundo. Já desaparecia o piratiningano; na evolução historica do Brasil, viria substituí-lo o Paulista da decadencia e o seu descendente do S. Paulo moderno".

Eu atribuo a decadencia do paulista do seculo XVIII a outras causas, entre as quais a mudança do regime da propriedade territorial.

Antes, quando o planalto se retalhara na propriedade minuscyla e misera, o paulista era pauperrimo em bens materiais, mas riquissimo em altivês, arrogancia, brio, etc.

Depois, com o crescimento da sua propriedade, com o avolumar de seus bens materiais, com o ouro, com o café e principalmente com o estrangeiro e com a industria, nos seculos XVIII, XIX e XX, o paulista vergou a sua velha tempera, o planaltino perdeu a sua verticalidade, a sua espinha curvou-se elastica, o seu carater dobrou-se como se fosse de cêra.

De fato, com a prosperidade a lhe rondar por perto, o paulista se transformou no adulator de todos os governos e no capacho de todas as cores politicas.

O latifundiario e o grande industrial, esses individuos satisfeitos economicamente, são os responsaveis pelo utilitarismo politico atualmente visivel em S. Paulo. Eis os Lavais paulistas!

É o que eu observo nitidamente com tristeza no cenario paulista de hoje.

CAPITULO XXIII

AINDA O GOVERNO GERAL

Compreendendo que o regime Governativo das Capitãneas hereditãrias, completamente desarticuladas não oferecendo resistencia harmônica aos inimigos internos, bem como não se auxiliando mutuamente, ante o ataque dos selvagens, e completamente isoladas umas das outras, cousa exagerada pelo atraso e pelas dificuldades da navegaçaõ de então, Dom João III (1501-1521-1537), em ato de centralizaçaõ, em 1548, criou o Governo Geral, que era destinado a unificar essas capitãneas, que seguiam a sua marcha histõrica sem um orgãõ diretor central e como se fossem entidades soberanas ⁽⁹⁹⁾. Mas essas entidades não tinham grandes recursos. Os donatãrios que haviam recebido as capitãneas, não tinham invertido nelas grandes somas, de modo que as capitãneas não podiam oferecer grandes elementos de resistencia, contra os inimigos externos e internos, o pirata e o indio. Por outro lado, faltando um orgãõ diretor centralizando todas as atividades das colonias, contra as agressões desses inimigos, os nucleos de povoamento europeu facilmente eram esmagados pelo inimigo, que, truculento, não poupava esforço no sentido de impedir que os lusos se firmassem no solo brasileiro ⁽¹⁰⁰⁾.

(99) Aos que se dispuserem a aprofundar esse assunto, ha a recomendar um otimo trabalho de Malheiro Dias na Introduçaõ do vol. III da "*Historia da colonizaçaõ portuguesa do Brasil*".

(100) O regime exclusivo das Capitãneas, sem Governo Central, fracassou, porque eram as Capitãneas, repartições sem recursos, nucleos de colonizaçaõ, pequenos em demasia e sem meios de defesa, a depender umas das outras, mormente naquele tempo em que as comunicações eram tardas e lerdas as viagens, com reciprocos isola-

Por isso foi criado o órgão do Governo Geral, e o foi nesse ano de 1548, tendo sido nomeado para exercer esse cargo Tomé de Sousa, homem dotado das maiores virtudes ainda que não fosse titular. É de se estranhar, à primeira vista, que o primeiro Governador Geral do Brasil não tivesse sequer o título de "dom", mas, essa estranheza se desvanecerá, em se recordando que a distribuição de classes na organização social européia daquela época sofria uma transformação radical. Durante a Idade Media as classes sociais se haviam formado selecionadamente de acordo com o esforço, a bravura, a força, etc., desenvolvidos nos prelios, geralmente a favor da cruz e contra o crescente. Ora, sobreveio a Renascença e com ela a Idade Moderna. As virtudes que deram motivo às diferenças de classe não eram hereditárias na proporção então para manter essas diferenças sociais, de modo que estas se desfizeram e as classes sociais se desequilibraram e tiveram de ser refeitas, de acordo com outras normas selecionadoras, em que não eram as mesmas virtudes as que preponderavam para a produção das diferenciações. Por isso, Tomé de Sousa não sendo titular de velha nobreza era, entretanto, aquinhoado de grande eficiencia.

Ele chegou ao Brasil em 1549, trazendo consigo os primeiros jesuitas e com o auxilio de Caramurú, que era um proto civilizado europeu, em terras americanas do tipo de

mentos muito grandes, etc. Tivessem porem essas capitánias, mais recursos, e tivessem esses nucleos humanos mais vulto, o regime das capitánias hereditárias teria sido um brilhante sucesso e não haveria precisão de Governo Central.

Na Virginia ou na Nova Inglaterra, no Canadá ou na Australia como na Africa do Sul não houve Governo Central.

É que a Inglaterra, era uma nação muito maior e mais importante que Portugal, assim poude enviar para suas colonias de alem mar recursos muito mais abundantes.

O mal portanto não foi do regime e sim da sua applicação a uma situação que o faria fracassar no tempo.

João Ramalho, edificou a cidade de Salvador, ao norte de Vila Velha, que era o aglomerado humano de Francisco Pereira Coutinho, de cujos sucessores D. João III comprou a Capitania.

Tomé de Sousa veio à frente de grande expedição colonizadora e entre os muitos elementos trazidos pelo primeiro Governador Geral, figuravam varias centenas de degredados e milhares de soldados.

A governança de Tomé de Sousa foi até 1553 e dos atos do Governador que mais diretamente se referem a S. Paulo figura a da elevação do vilarejo de Santo André da Borda do Campo, à categoria de vila, o que se deu a 8 de setembro de 1553, quando era Capitão mor o fidalgo Dom Antonio de Oliveira e provedor da fazenda, Braz Cubas.

Santo André havia tido inicio muito antes, como um simples burgo onde se nucleava o povoamento incipiente, tendo a estirpe de João Ramalho, seus filhos e netos, sido dos principais esteios do infeliz vilarejo, destruido em 1560 por ordens absolutas de Mem de Sá, o terceiro Governador Geral.

A seguir a Tomé de Sousa, a corte de Lisboa mandou Duarte da Costa, que governou até 1557. Na governança de Duarte da Costa, o que mais diz respeito a nós é a fundação do vilarejo de S. Paulo.

Tem sido este Governador mal julgado pela quasi totalidade dos historiadores que atribuem a ele, se não um mau governo, ao menos uma posição de grande inferioridade ante os dois governadores: o que o precedeu e o que o sucedeu.

Pensam os que assim se manifestam, levados, talvez, pelo que dizem os cronistas religiosos. Não estou de accordo com esse modo de encarar essa página do nosso passado.

Duarte da Costa teve um atrito mais ou menos serio com o Bispo Dom Pero Fernandes Sardinha, o primeiro

bispo do Brasil, a propósito do seu filho Dom Álvaro da Costa e por motivos de precedencia nas festividades.

Não sou dos que pensam que Duarte da Costa estava do lado pior na contenda travada com o bispo e a prova do que afirmo é ter D. João III tomado nitidamente o partido do Governador, chamando o bispo que segundo o depoimento de Tomé de Sousa, era pessoa pouco tratavel (Kocha Pombo, "Hist. do Brasil").

O segundo fato ocorrido durante o período governativo de Duarte da Costa, e que lança em seu passivo, é o estabelecimento dos Franceses na Guanabara, pois isto se deu em 1555 e Duarte da Costa governou de 1553 a 1557. Isto porem não pode ser levado em conta de mau ato de governação, porque foi um acontecimento incoercivel e inteiramente casual, escapando dos escassos meios, de Duarte da Costa de impedir o sucedido. Ocupado, como estava na sua contenda com o bispo, o que só terminou com a morte deste, teria sido impossivel vistoriar tudo quanto se passava no imenso territorio que governava.

Ora, Duarte da Costa, em contenda com o bispo, não poudes cuidar com afinco da Governação da América portuguesa. Assim só poudes ser levada a efeito a expulsão do intruso de Villegaignon, no periodo governamental seguinte, de Mem de Sá, que em principios de 1558 tomou posse do cargo. Em 1560 este governante iniciou forte luta contra os franceses da França Equinocial, tendo para isso ido a S. Vicente, onde conseguiu importante corpo auxiliar. Os franceses, porem, ainda se conservaram na Guanabara até 1567, não tendo Mem de Sá, não obstante ser tido como ótimo governador, conseguido expulsá-los até essa data!

Em 1572, isto é, 14 anos depois de ter sido investido da governança, morria Mem de Sá.

Com a morte deste, a direção governamental de Portugal houve por bem dividir o Brasil em dois governos.

Era muito difícil, senão de todo impossível, dirigir através de tão grandes distâncias todos os núcleos coloniais lusos, semeados na imensidão do litoral brasileiro. Um só dirigente, localizada a sua sede na Baía, não podia governar, com os meios lerdos de comunicação, todas aquelas regiões distantes, situadas em zonas tão dispares. Havia necessidade de meios mais rápidos para que uma ação mais enérgica fosse desenvolvida, sem entorpecimento de outra. Era o princípio descentralizador que triunfava em uma demonstração inequívoca, como reação clara que se fazia ao estabelecimento do Governo Geral, o que era uma manobra centralizadora. Aliás a evolução da história brasileira tem sido sempre uma seriação de marchas e contramarchas da e para a centralização. Reinava nesse ano em Portugal Dom Sebastião o Desejado, mas em razão da sua menoridade era regente, seu tio-avô, Cardeal Dom Henrique.

Foi então nomeado para governar a repartição *Norte*, Dom Luiz de Brito, e para dirigir a repartição *Sul* o Dr. Antonio de Salema.

S. Paulo ficava sob a Governação deste e concorreu de modo vultoso e importante para a expedição que esse governador dirigiu contra os Tamoios. (Basilio de Magalhães. "Expansão Geográfica" 109; Serie brasileira; Cia. Editora Nacional). (Anchieta, "Enformação do Brasil e de suas Capitânicas", apud. "Rev. Instit. Hist. Bras." VI, 415).

2. Em 1577, Portugal foi varrido por novo surto de centralização. Os dois governos das colônias foram de novo unificados, sendo nomeado para a suprema direção na Baía, Dom Diogo Lourenço da Veiga.

Este teve um período bem modesto e apagado mesmo, em relação à capitania de S. Vicente.

Foi durante o seu governo que Portugal caía sob o domínio da Espanha e tão duro foi o golpe na pessoa de Dom Diogo Lourenço que ele, esmagado moralmente pelo golpe traumático, não resistiu e faleceu em 1581 sendo substituído por uma junta governativa a qual esteve no poder até 1583, quando foi nomeado Manoel Teles Barreto, cujo período foi até 1587, ano em que tivemos a segunda junta governativa que se estendeu até 1591, quando foi nomeado D. Francisco de Sousa.

CAPITULO XXIV

DOMINIO ESPANHOL

Por morte do cardeal rei D. Henrique em 1580, a situação da dinastia de Aviz se tornou angustiosa e a sorte da monarquia portuguesa das mais precárias.

Já quando em 1578 morria nos areiais africanos o gentil soberano, nevro-pata D. Sebastião, a sucessão portuguesa se fazia um problema tenebroso, que fazia adivinhar situações desesperadas.

D. Sebastião era filho do infante D. João, menino ainda de 14 anos, herdeiro da coroa portuguesa, filho de D. João III de Aviz e de D. Catarina de Habsburgo, esta irmã de Carlos V e de D. Joana de Castela, irmã de Felipe II, e filha de Carlos V, portanto prima-irmã do marido.

Morto D. Sebastião na pouca inteligente aventura marroquina, a sucessão recaiu no cardeal D. Henrique, filho de D. Manoel, o Afortunado, e da infanta D. Maria de Castela e portanto primo de Carlos V, que era casado com uma filha desse mesmo D. Manoel e portanto vinha a ser, além de primo, cunhado de D. Henrique. Este era irmão de D. João III e também de D. Luiz, pai de D. Antonio, Prior de Crato, e de D. Eduardo duque de Guimarães. (101).

(101) Na magnífica monografia de Mario Brandão, *Coimbra e D. Antonio Rei de Portugal*, está provado "ex-abundantia" que D. Antonio, Prior do Crato, era filho legítimo do infante D. Luiz, irmão de D. João III e de D. Violante Gomes, a pelicana. Não obstante as perseguições monstruosas do senil Cardeal rei D. Henrique, a legitimidade do casamento dos pais de D. Antonio é indiscutível.

Para mais esclarecer o assunto elaborei a seguinte árvore genealógica em que tudo ficará mais claramente exposto:

D. Manoel, o Afortunado, de Aviz, rei de Portugal
(1495) - (1521)

casado com Infanta D. Maria de Castela, filha de Fernando e Isabel, os católicos, e irmã de Joana, a louca, de Catarina de Aragão, de Isabel, falecida esposa de D. Manoel, e do Infante João, casado com Margarida da Áustria.

D. João III, casado com a infanta D. Catarina da Áustria, irmã de Carlos V e filha de Joana, a louca, e Filipe, o Belo da Áustria —

D. Luiz de Violante { D. Antonio, Prior de
Gomes, teve — { Crato

D. Eduardo duque de { Duquesa de Bragança
Guimarães — { casada com

D. Isabel casada com Carlos V da Áustria, filho de Joana, a louca, e Filipe, o Belo da Áustria —

D. Henrique, cardeal-rei

Infante D. João, casado com a infanta D. Joana, irmã de Filipe II e filha de Carlos V, e a infanta portuguesa D. Isabel.

Filipe II de Espanha, casado com a infanta D. Maria de Portugal, filha de D. João III e portanto já sua prima-irmã.

Inf. D. Joana casada com o príncipe D. João de Portugal.

D. Sebastião.

Filipe III (1598-1621)

Ora, dessa estreita consanguinidade, entre as casas portuguesa e espanhola, resultou uma degenerescência, que às vezes se espelha com indivíduos debochados, alucinados, desnaturados, perversos, loucos de todo o gênero, nevropatas,

ou estereis e outras vezès em idiotas, viciados, prostituidos, deshonestos, etc. As consequencias mavórticas desses inconcipientes fenómenos biologicos, recaíam sobre todo o povo. Era toda a nação que sofria os efeitos malignos dessa causa íntima. Portugal, com D. Sebastião, foi uma vítima dessa situação. Esse rei maluco e virgem levou as esperanças portuguezas na sua criminoso arrancada pelas dunas do Mogreb. Seu tio-avô, cardeal D. Henrique, velho e clérigo não poude garantir a sucessão.

Havia pois que a coroa passaria por morte de D. Henrique a um dos seus três sobrinhos.

Eram eles:

- 1) Felipe II de Espanha
- 2) Antonio, Prior de Crato
- 3) Catarina, Duquesa de Bragança (102).

Todos estes sobrinhos do cardeal-rei D. Henrique o eram no mesmo grau; todos eles tinham iguais direitos; todos eles, porem eram marcados por uma desvantagem qualquer. Vejamos:

Dom Antonio, Prior de Crato, era sobrinho pela linha varonil, a mais importante aliás, mas tinha contra si o fato de ser parente do falecido, pela via da bastardia. Isso o marcava de indesejavel (108).

Dona Catarina, duquesa de Bragança, era descendente do cardeal-rei pela via feminina, de modo que a lei sálica vigente em Portugal impedia que ela fosse vitoriosa no prelio de títulos.

(102) Outros pretendentes existiram, como o Principe de Parma e o Duque de Saboia, mas os principais foram os mencionados (Amcal., *Hist. de Portugal*, 356).

(103) O Prior do Crato conseguiu uma certidão do casamento de seu pai, o infante D. Luiz, Duque de Béja, com sua mãe, a linda D. Violante Gomes, a pelicana. Esse legitimo matrimonio, entretanto não foi tido em consideração. (Mario Brandão, *loc. cit.*)

Restava Filipe II, rei de Espanha. Era ele herdeiro por sua mãe, a portuguesa D. Isabel, filha de D. Manoel, irmã de D. João III e irmã do cardeal-rei D. Henrique. Felipe já era rei e dispunha, não só do poder material, mas também de recursos pecuniarios ao uso que o habilitavam a obter o seu objetivo, contra a fraqueza de seus primos e rivais. Filipe chegou a oferecer a América-lusa a D. Catarina, assim antecipando o plano de Vieira com D. João IV e que finalmente foi executado em 1807 pela corte portuguesa de então, a fugir dos soldados de Junot. Mas D. Catarina não quis. O Brasil então tinha, segundo Anchieta, menos de 80.000 habitantes e Portugal orçava então para mais de 1.000.000. O Brasil, nessa ocasião, ainda não revelava a opulencia açucareira que iria evidenciar ao mundo e que habilitou Roberto Simonsen a se admirar da sua magnífica produção "per capita" ("Historia Econômica do Brasil").

Com isso Filipe dispunha de ótimos servidores, como Cristovão de Moura, que foi o agente a subornar a grande fidalguia do reino, essa que teria de escolher o sucessor do velho e caquético cardeal D. Henrique.

Graças pois a Cristovão de Moura, Filipe II teve por si a fidalguia de Portugal (104). Acontecia dessa feita o mesmo fenômeno que nos velhos tempos de Aljubarrota. Então como agora, a nobreza abandonava a causa de Portugal para desfraldar a bandeira do inimigo. Nessa ocasião o povo teve um Nuno Álvares e um Mestre D'Aviz, que, bem amparados pela peonagem lusitana, travaram as lutas vitoriosas em que brilham ofuscantes as glórias de Atoleiros e Aljubarrota.

Nesse soturno 1580, dois séculos quasi, depois da épica jornada dos Aviz, Portugal não via brilhar no céu de suas

(104) Sobre Christovam de Moura, consulte-se *Historia de Portugal de Ameal*, 361.

esperanças uma só estrela. Tudo era negro! No mar encapelado do desespero, Portugal não via um só horizonte promissor.

Filipe, livre da concorrência da Bragança, não teve dúvidas de se fazer aclamar pela nobreza portuguesa, reunida em Tomar e não contente com isso, faz as armas espanholas do Duque de Alba invadir Portugal e destroçar as apoucadas hostes do prior de Crato, junto às tranqueiras de Alcântara. ⁽¹⁰⁵⁾ Foi por isso que Filipe pode dizer, cheio de ufania referindo-se ao reino de Portugal: "Io lo herdê. Io lo comprê. Io lo conquistê". Foram precisas duas vitórias navais do Marquês de Santa Cruz, para que o domínio espanhol ficasse definitivo e enraizado. Daí veio abundante a emigração espanhola.

Por isso é que os paulistas têm muito sangue espanhol nas veias. Mas se por um lado houve uma consequência benéfica, devemos ao domínio espanhol uma consequência imensamente trágica. Devido a ele tivemos que arcar com lutas tremendas contra os inimigos da Espanha. Tivemos que enfrentar os: a) ingleses, b) holandeses, que nos fizeram todo o mal que puderam, sem que pudessemos, muitas vezes nos defender com êxito. É claro que servíamos de alvo prediletamente escolhido, porque esses inimigos dos espanhóis sabiam que estes defenderiam suas colônias e possessões, de um modo muito mais encarniçado. O que era dos portugueses, e só indiretamente lhes pertencia, não tinha para eles o valor do que lhes dizia respeito mais diretamente, do que havia sido deles desde o início, do que era povoado por espanhóis ou lhes alimentava os rendimentos. Era humano que eles defendessem o seu patrimônio direto de uma forma mais ardorosa. Mas o que era mais trágico para o Brasil consistia em que os espanhóis não lhe assistiam nas

(105) Sobre o Duque de Alba, consulte-se *La vie de Philippe 2.^o* 93, de Jean Cassou.

angústias e ainda lhe tiravam os meios de defesa. Desta forma, o Brasil era entregue amarrado aos inimigos de Espanha.

O período espanhól decorreu até 1640, tendo Filipe II reinado até 1598, Filipe III até 1621, e o filho, Filipe IV até 1665. O Brasil foi governado pela 1.^a junta governativa, que terminou o governo de Diogo Lourenço da Veiga, falecido em 1581. Essa junta permaneceu na direção das colonias até 1583, quando foi nomeado Manoel Teles Barreto cujo governo foi até 1587. Falecendo este teve como sucessor na governança a 2.^a junta governativa, que se manteve no poder até que a nomeação de Dom Francisco de Sousa em 1591, que então iniciou o seu período que durou até 1602, isto é, 11 anos após. Em 1602, Dom Francisco foi substituído por D. Diogo Botelho, que permaneceu até 1608 quando lhe sucedeu Dom Diogo de Menezes, que em 1612 terminou o seu período governamental. Em 1608, Dom Francisco foi novamente incumbido da governança da parte sul do Brasil, mas não completou o período de quatro anos de governança, tendo falecido em 1611. Com o falecimento de D. Francisco, sucedeu-o seu filho D. Luiz de Sousa, mas logo em 1613 a direção do Brasil foi novamente unida na pessoa de Gaspar de Sousa. Este com o fim do tempo governamental de Dom Diogo de Menezes em 1612 foi nomeado, mas o seu governo só começou em 1613, e prolongou-se até 1617, quando foi novamente nomeado D. Luiz de Sousa que governou até 1621, sendo substituído por D. Diogo de Mendonça Furtado. Todos sabem do trágico fim de governo tido por esse valente português. Acometido pelos holandeses em 1624 na Baía, foi preso no palacio em Salvador. Aberta a sucessão, era Matias de Albuquerque o governador pernambucano quem o devia suceder. Este porem delegou poderes a Francisco Nunes Marinho e até a vinda à Baía do representante de Matias, estiveram chefiando a resistencia hispano-luso-brasileira a

principio o bispo D. Marcos Teixeira e logo depois o desembargador Antão de Mesquita de Oliveira. Logo depois de Nunes Marinho, já velho e incapaz da energia requerida pelo estado de guerra, Matias mandou, para o substituir, D. Francisco de Moura, que esteve à frente dos negocios brasileiros até 1626, quando foi designado D. Diogo Luiz de Oliveira. Este permaneceu pelo espaço de 11 anos, até 1637, tendo sido no período deste governante a segunda invasão holandesa no Nordeste e a tentativa de Piet Heyn na Baía em 1627. Em 1637 veio Pedro da Silva, o duro, mas logo em 1639, eis nomeado D. Fernando de Mascarenhas, o Conde da Torre! Esse governador do Brasil chegou à Baía frente de uma expedição militar, mas ao invés de pô-la em ação, aproveitando-se da surpresa, deixou-se ficar na Baía pelo espaço de 1 ano, com o pretexto de não dispor de efetivos que completassem a infantaria que a esquadra deveria possuir.

Durante esse lapso de tempo Salvador Correia de Sá e Benevides tentava levantar no sul um auxilio para dar ao fidalgo da Torre a tropa que lhe faltava. Mas muito mais valioso que isso era o ânimo que fazia falta ao comandante luso. Salvador Correia de Sá conseguiu alguma gente. Talvez ele o tenha feito no Rio de Janeiro, porque na Capitania Vicentina só apareceram cerca de 50 homens, segundo apurei dos documentos (106).

Parece que, mais não conseguiu o ilustre aristocrata da casa de Asseca, dada a indiferença dos planaltinos pela expulsão dos flamengos (107).

Nos principios de 1640, o conde da Torre, saiu da Baía com a sua frota recheada de soldados hispano-luso-brasileiros.

(106) São fantasticas e puramente imaginativas as cifras a respeito consignadas por Martins dos Santos na sua *Historia de Santos*.

(107) Aliás essa indiferença já havia sido notada pelo Prof. Taunay em varios dos seus trabalhos, sem entretanto mencionar a causa.

Não foi feliz o fidalgo da Torre, pois a sombra negra da derrota o perseguiu nos combates de Cunhaú, ao longo da costa paraibana e a frota hispano-lusa depois da intensa refrega, em que se houve com os holandeses do Almirante Loos, desembarcou a sua gente na enseada dos Toritos, no Rio Grande do Norte, junto ao cabo de S. Roque, indo o resto da frota tocada pelas correntes marítimas, até Cartagena das Indias, nas Antilhas Ocidentais.

Nesse interim foi nomeado o novo governador que foi o Marquês de Montalvão, D. Jorge de Mascarenhas.

Na Europa, nessa epoca, a situação internacional mantinha a Espanha empolgada na guerra dos Trinta anos. Esta a principio era uma refrega nitidamente religiosa em seus três primeiros períodos: Católicos e protestantes se entrebatiam furiosamente nos campos de batalha da Montanha Branca, de Lütther, de Dessau, de Leipzig e de Lützen, sob os comandos de Tilly, Wallenstein, Mansfeldt, Gustavo Adolfo, Bernardo de Weimar.

Os espanhóis não hesitaram em se empolgar na guerra. Católicos, os ibéricos tinham com seus soberanos aparentados aos do imperio alemão, tomado parte na peleja, de modo que, naturalmente, a Espanha foi sorvida na turbilhão das paixões politicas, de um modo absoluto. Mais tarde quando a contenda passou a ser uma luta dinástica e politica, perdendo o seu carater religioso, o agrupamento das nações já estava constituído de modo que a Espanha permaneceu onde estava, isto é, ao lado dos imperiais e da Sabóia, tendo contra si a França, a Holanda, a Suecia e os príncipes protestantes da Alemanha.

A luta prosseguiu tremenda, encharcando de sangue os campos de batalha de Nordlingen, tingindo de rubro as aguas das Dunas, batalha esta em que os navios ligeiros de Tromp bateram os molossos de Ouendo.

Eis que surge nesse ambiente a revolta catalã e com ela as complicações de Évora. Isso serviu para mais distrair e confusonar a já complicada máquina política e administrativa da Espanha, que era impulsionada pelo Duque de Dera, o primeiro ministro, factotum de Filipe III e depois pelo Conde-Duque de Olivares, o primeiro ministro, factotum de Filipe IV.

Eis que nesse ambiente surge a Conspiração Pinto. Havia esta feito o oferecimento da coroa ao Duque de Bragança, Dom João, neto por seu pai D. Teodosio, de D. Catarina, por nós já referida acima. A principio o Duque não quis aceitar ser o seu nome indicado. Era rico, e com meios de fortuna de que dispunha, podia viver cômoda e pacificamente. O príncipe não era homem ambicioso. Pouco inteligente, de visão curta, tenho a impressão de que uma anormalidade psíquica qualquer lhe perturbava o equilibrio mental. (108)

Sua esposa, porem, era de um temperamento ambicioso e enérgico. Filha do Duque de Medina Sidonia, o que havia, nos velhos tempos de Filipe II, sido derrotado com a Armada Invencível em 1588, D. Luiza de Gusman teve as seguintes palavras, ante esta situação:

“Prefiro ser rainha por um dia, do que Duquesa a vida toda”. É que Portugal podia ser esmagado pela Espanha. Naturalmente a situação era arriscada.

(108) Os historiadores portugueses contemporâneos, imbuídos de um excessivo totalitarismo, anti liberal-democraticos, de um rançoso anarquismo e de um carunchado e obsoleto clericalismo, etc., querem apaixonada e parcialmente rehabilitar os monarcas portugueses, entre os quais D. João IV. Eu, porem, não me convenci pelas palavras partidarias desses apaixonados historiadores. (Ameal, *loc. cit.*, 416, 417 e 418).

Para mim D. João IV, bem estudado em face dos diversos ramos científicos, foi um infra normal. Eis a sua descendencia, por exemplo!

Estuda-la é um meio de se fazer um diagnostico a seu respeito. (Jacoby, *Etudes de la selection chez l'homme*).

D. Luiza fez que o duque finalmente aceitasse e jogasse a cartada.

Eis que Filipe IV, tinha em Portugal a Duquesa de Montua como Regente, e o Ministro das Finanças desta governadora de Portugal era D. Miguel de Vasconcelos.

Este foi a primeira vítima do movimento, pois surpreendido pela turba, que avançava fanatizada e ululante, o traidor nem teve tempo de se ocultar. A situação hispano-portuguesa estava amadurecida. Um povo não se oprime e não se mantém pela força!

Portugal sempre cioso de sua independencia nunca se acomodou bem sob o dominio dos Filipes, embora estes, sob o ponto de vista administrativo, sempre conservassem a autonomia portuguesa.

Quando Filipe II em golpe de oportunidade desferiu o seu poderio submetendo Portugal, originou-se no povo uma mística em torno da voita de D. Sebastião e de que este não havia morrido em Alcacer Kibir. Surgiram poetas como o Bandarra, previsões mais ou menos fantásticas como as do sapateiro de Troncoso.

Não foram poucos os que quizeram fazer se passar pelo rei morto na África.

Era o sentimento português que estremecia e sentia necessidade de uma expansão qualquer. Daí a mística, que serviu de anteparo a todo o esforço de absorção da Espanha. E nem se diga que esta não teve tempo para pô-lo em prática. (109)

Duas gerações diversas viveram durante o tempo do dominio espanhol. A segunda delas, não havia conhecido

(109) A não assimilação de Portugal pela Espanha, não obstante o dominio de sessenta anos, consiste um misterio dos mais empolgantes no decorrer da historia iberica.

Por que esse fenomeno? Isso pressupõe da parte de Portugal, uma nacionalidade extremamente rígida e concreta. Só um grupo humano cristalisado em um corpo nacional solidissimo, teria resistido a uma assimilação imperiosa por parte de um vizinho muito maior,

Portugal independente e facil seria a sua assimilação pela Espanha, pois havia uma grande similitude étnico-social entre as duas estirpes. O que protegeu Portugal foi essa mística sebastiniana que impediu que as duas nacionalidades comungassem na mesma união. O problema dos que queriam fazer o Duque de Bragança rei de Portugal, era indentificá-lo com o Esperado, que era o Messias dos se-

mais populoso, mais poderoso, etc. com similitudes de idioma, de costumes, de estirpe racial, etc..

Duas gerações no minimo teriam decorrido de 1580 a 1640 e, sem embargo de tudo quanto ficou dito, Portugal reagiu varonilmente promovendo a restauração.

Por que isso? Quando tudo nos fazia crer que a Espanha assimilaria com facilidade o velho reino dos Aviz?

Dois motivos explicam isso, em se admitindo desde já que a nacionalidade portuguesa era a mais solida, a mais integra, a mais coeza da Europa:

- a) A nacionalidade portuguesa era muito antiga, datando de dois seculos, penso eu, de quatro seculos pensam outros, enquanto que a espanhola só tinha um seculo.
- b) A nacionalidade portuguesa era alicerçada e homogeneizada por uma literatura propria, que lhe emprestava o cimento solidissimo de varias epopeias cantadas pelas liras de um Camões e relatadas pelas penas de um João de Barros ou um Damião de Gois.

Essas duas causas teriam agido simbioticamente no sentido de enriquecer de tal modo a alma portuguesa, de modo que, ela poude resistir a assimilação espanhola.

Os historiadores portugueses contemporâneos dão mais importancia à primeira causa e dizem que o fato da não existencia do Feudalismo em Portugal faz como que o poder real fosse tão forte que poude centralisar a nação em um nucleo rigidissimo, ao contrario do que se passava alhures. (Gonçalves Vianna, *Afonso Henriques*, citando Costa Lobo; Afonso Lopes d'Almeida, etc.).

Sem desprezar esse fator que acho entretanto exagerado pelos intelectuais portugueses, porque deles divirjo no referente à formação da nacionalidade portuguesa, atribuo maior importancia causal ao segundo motivo, acima mencionado.

De fato, os escritos dos poetas e escritores quinhentistas portugueses divulgaram de tal modo as epopeias da navegação, da con-

bastianistas. Problema de psicologia coletiva. Essa solução não foi obtida senão mais tarde, quando o padre Antonio Vieira tomou a direção do novo governo.

A Espanha naturalmente não se acomodou à idéia de perder Portugal. Mesmo com o empenho com que fazia a França a guerra dos Trinta anos, a ameaça que fez pairar sobre Portugal, foi de tal monta que o novo rei D. João IV, (que tal título havia tomado o Duque de Bragança, temeroso da sua sorte, como da nova dinastia que havia iniciado), pensou seriamente em realizar a fuga para o Brasil, tendo o padre Vieira elaborado qualquer coisa neste sentido, plano esse que havia sido imaginado por D. João III, pelo Prior de Crato e mais tarde executado por D. João, o príncipe Regente, que mais tarde foi D. João VI. Não era para menos a ameaça, pois as forças espanholas de Filipe IV chegaram a invadir Portugal, mas foram batidas pelos portugueses, comandados pelo famoso Matias de Albuquerque, na batalha de Montijo em 1644. Nessa mesma ocasião os franceses de Turenne venciam os imperiais em Friburgo e quatro anos depois a Guerra dos Trinta Anos tinha o seu fim pelo tratado de Westfalia. A Espanha, entretanto não o assinou e prosseguiu na guerra. Talvez não tenha querido reconhecer a independencia da Holanda. Mas 11 anos de sossego teve Portugal porque, desde 1648 até 1659, a Espanha, combatendo a França, não se importou com seu pequeno vizinho. Mas nessa data a França de Mazarino e de Luiz XIV, que nessa ocasião tinha 21 anos, fez com a Espanha o tratado dos Pirineus. Ante esse abandono de Portugal pela França, que provocou a indignação de Calógeras ("Politica exterior do Imperio" vol. I)

quista e do comercio com o Oriente que, se me afigura ter a alma coletiva de Portugal sido fundida de preferencia no bronze dos Luziadas ou das Decadas do que no aço do montante de Afonso Henriques.

a situação do novo reino se fez crítica e uma providencia enérgica e radical obrigou a corte de Lisboa aos maiores sacrificios. Nessa ocasião já era falecido o rei D. João IV, que em 1656 havia entregue sua alma a Deus. Portugal tinha como monarca D. Afonso VI, que era regido por D. Luiza de Gusman na sua menor idade (110).

Por felicidade de Portugal, havia sido restaurado Carlos II Stuart na Inglaterra e este novo monarca inglês era solteiro. Para se enquadrar nessa situação, Portugal tinha uma infanta casadoira, que era D. Catarina (111). Portugal propôs à Inglaterra o casamento que a principio não foi aceito. Mas quando o dote da infanta foi conhecido na corte de Buckingham (400.000 cruzados, cerca de 6 mil contos no poder aquisitivo moderno) o casamento foi realizado e a Inglaterra se fez protetora de Portugal o que pouco depois em 1661 realizava com a Holanda o tratado em que esta potencia reconhecia o fato consumado da derrota por ela sofrida nas guerras holandesas, mediante uma indenização de 4 milhões de cruzados. Nem assim a Espanha desistiu de Portugal. De novo invadiu-lhe o territorio e foi preciso que o pequeno país realizasse um novo esforço militar, o que foi feito, tendo sido Portugal invadido e seus exércitos encontrado o inimigo e ainda desta feita levaram a melhor, pois foram vencedores nas batalhas de Ameixial (1663), Castel Rodrigo (1664) e Montes Claros (1665).

Ante isso a Espanha se resignou e em 1668 assinou um tratado com Portugal, reconhecendo-lhe a independen-

(110) Sobre as lutas da Espanha para fazer Portugal voltar ao seu dominio, consulte-se Ameal, *Historia de Portugal*, 450.

(111) Sobre esse casamento o Professor Taunay se manifesta de modo mais minucioso (Taunay, *Historia seiscentista da Villa de S. Paulo*, III, 216 e seguintes).

cia. Filipe IV, ante a derrota de Montes Claros, no ano da sua morte, ao se conformar com a independencia lusa, disse:

“Parece que l'õ quiere Dios”.

Assim estava terminado o dominio espanhol. (112)

(112) Sobre a personalidade de D. João IV, ha, entre os muitos trabalhos especializados, um de Antonio Cruz, *Portugal restaurado*. O Autor, entretanto, não foge da orientação media dos intellectuais portuguezes contemporâneos, isto é mostra-se muito parcial a favor de D. João IV. Sem ambargo, ele não apresenta nem um argumento novo a proposito dessa personalidade, de forma que, eu continuo a julgar D. João IV como um sub-normal.

O livro de Antonio Cruz ainda mais reforçou a minha crença nesse sentido. Prefiro ficar com as ideias a respeito manifestado por Calogeras, (*Politica Exterior do Imperio*, I).

CAPITULO XXV

ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A tradição portuguesa era eminentemente municipalista e profundamente individualista. A indole altiva e pouco disciplinada do celtíbero, provada em tantas refregas com Viriato e com Sertorio, não se abaixava diante das normas centralizadoras de um governo geral. Foi assim que os romanos jamais puderam jugular o morador na península.

O meio físico ibérico constante de uma região geográfica perfeitamente isolada pelos Pirineus, pelo Mediterraneo, etc., fazia com que Roma tivesse pouca atenção para essa região, tão apartada e de penetração tão difficil.

Alem disso, o enrugado do solo da Iberia fazia com que aumentasse o isolamento dos nucleos sem comunicações nos valados, deixando-os entregues a esse individualismo que se ia, cada vez mais, solidificando.

Vem a propósito a lembrança de um sadio ensinamento de Oliveira Vianna no seu "Evolução do Povo Brasileiro". É referente às comunicações e ao isolamento. A base física constitue a relação que deve haver no tocante ao espirito de maior ou menor centralização. Quanto mais uma região possui comunicações com o mundo exterior tanto mais influencia ela recebe desse exterior e, portanto, mais submetida ela se acha ao governo central, situado nesse exterior. Como o governo central romano estava isolado desta adusta Iberia, ela foi solidificando o seu particularismo (113).

(113) Eu não posso resistir a tentação de reproduzir, com a devida venia, os preciosos ensinamentos do insigne sociólogo Oliveira Vianna, no seu magistral *Evolução do Povo brasileiro*, 234:

"Realmente, aos olhos dos estadistas coloniaes, o phenomeno brasileiro é inteiramente original; não ha nenhum antecedente historico

no mundo europeu, capaz de servir de guia aos políticos peninsulares. Trata-se de uma sociedade que realiza essa condição particular: *um maximo absoluto de base physica com um minimo absoluto de circulação social e politica.*

Os seus modelos sociaes se perdem, disseminados e rarefeitos, sobre uma area territorial incommensuravel: emquanto que, em virtude desse mesmo facto e agravado pelo rudimentarismo dos meios de comunicação, principalmente os meios terrestres, — a interpenetração desses nodulos, as suas zonas de contacto economico e social, a sua circulação interior e exterior estão reduzidas a condições quasi nullas e negativas.

Realizar, numa sociedade assim estruturada a unidade do governo, é um problema inçado de arduas difficuldades e na verdade insolúvel.

Um governo unitario implica uma base geographica reduzida, com uma perfeita circulação politica, ou uma base geographica ampla, mas tambem, uma circulação politica extremamente desenvolvida: *ampliar as bases physicas do Estado, sem ampliar igualmente e de uma maneira proporcional, os seus meios de circulação politica, é condemnal-o fatalmente à fragmentação.*

Desde o momento em que o governo portuguez, para iniciar o povoamento de seu dominio americano, estabelece o systema das capitánias, distribuidas por toda a vastidão da costa brasilica e cria dest'arte, varios centros de colonização a distancias extraordinarias uns dos outros, elle implicitamente cria aqui as condições de invariabilidade a qualquer governo unitario.

O governo geral de Thomé de Souza repousa apenas numa illusão, aliás rapidamente dissipada. Chegados aqui, e entrados em contacto com a terra os velhos estadistas coloniaes comprehendem lucidamente a originalidade da situação americana e, obedecendo á fatalidade geographica, resignam-se á essa conclusão inevitavel:

Fragmentação do poder como meio melhor de defesa e administração.

.....

.....

.....

Hoje mesmo, os grandes imperios coloniaes só subsistem integros, quando conseguem vencer a fatalidade geographica das distancias: é articulando as suas partes com uma poderosa rede de communicações que elles conseguem assegurar a sua integridade politica.

Assim se estabeleceu, cristalizando-se secularmente nesse ambiente, o municipalismo ibérico.

A invasão dos germânicos, eminentemente particularistas, não fez senão se acomodar a essa forma psicológica ibérica. As invasões sarracênicas não desvirtuaram essa modalidade sociológica que o meio físico ibérico estava exigindo. Ela foi, entretanto, confirmada pelas guerras da reconquista. A forma pela qual estas tiveram lugar, estando a Iberia dividida em muitos núcleos políticos que se entretinham furiosamente segundo o credo religioso a que obedeciam, quer a parte cristã da Península, quer a parte muçulmana, está a nos indicar como deveriam ser poderosas as governações locais. (114)

Terminadas, porém, as ardidias refregas que fizeram com que a Iberia volvesse a comungar nas rezas ardorosas pelas páginas do Evangelho e a se reunir politicamente aos reis católicos, houve um choque, não pequeno, entre o particularismo luso-castelhano e a nova centralização de Fernando e Isabel. Esse choque teve reflexos espetaculares entre os quais o da batalha de Villalar, na revolta de 1520, quando os "comuneros" espanhóis foram esmagados pelo centralismo vigoroso de Carlos V. Então, Padilha, o expoente máximo do particularismo ibérico, foi vencido pelo que representava o espírito nacional espanhol. Cinco séculos de

E as grandes linhas ferroviárias modernas, a Transcaspiana, a Transiberiana, a linha de Oremburgo e Tachkend, com que os russos procuram prender á Rússia europea a Rússia asiatica, ou as linhas com que os inglezes estão realizando a ligação das diversas partes de seu vasto Imperio Africano, como o projecto do Cabo ao Cairo, não tem outro objectivo senão os effeitos desintegradores de uma excessiva base physica pelo desenvolvimento rapido e intenso dos apparatus de circulação".

(114) A tradição portuguesa era eminentemente municipalista. No dizer de Costa Lobo, citado por Gonçalves Vianna (*D. Afonso Henriques*, 116), Portugal seria composto de pequenas republicas que eram os "concelhos".

vida em comum não lograram, entretanto apagar o centrifugismo ibérico. Eis o espírito particularista da Catalunha, da Vasconha, da Andaluzia, etc! São regiões geográficas, ainda não bem soldadas no espírito nacional espanhol. Portugal, porem é muito pequeno, territorial e demograficamente, para que esse regionalismo se manifeste. A identidade de todos os atributos requeridos por uma nacionalidade igualou todos os espíritos, uniformizando-os na lusitanidade.

Mas eis que se faz o povoamento do Brasil!

Conservou a gente portuguesa, em aquem Atlântico, essa feição psicológica?

Sim, porque tudo se modificou. Seria tambem, provavel que se tivesse modificado a sua tendencia.

Quer-me parecer que essa feição da organização política da gente portuguesa ainda se extremou mais com a transplantação por ela sofrida com o povoamento da América. De fato, não deixou de se fazer sentir o isolamento que foi o grande responsavel pela solidificação cristalina do espírito de autonomia municipal.

As distancias entre os varios nucleos humanos e a governança geral, muito ao invés de diminuir, antes se alongaram. Os obstáculos entre os diversos aglomerados e a governança geral, ainda mais se enristaram e as comunicações se fizeram dificeis, raras e caras. Com isso tudo vê-se que o espírito de particularismo municipal, trazido de além mar para as colonias brasileiras, não fez senão consolidar-se no Novo Mundo. Faltava aos coloniais aquele máximo de comunicações de que nos fala Oliveira Vianna, afim de que as governanças locais se diluissem nas governanças centrais.

As distancias separadoras dos nucleos humanos brasileiros eram imensas. O Brasil, colossal em sua extensão longitudinal possuia uma area enorme. Os nucleos de povoamento, ao longo dessa area, salpicavam-na, muito esparsamente, de modo que, distancias desérticas, de transposição difficil, se interpunham entre os parques nucleos civilizados,

ilhados na imensidão continental! Essas distancias, já de si enormes e difficilmente transponiveis pelos parcos meios dessas épocas longinquas, ainda mais se assemelhavam a barreiras hermeticamente fechadas porque elas se faziam arestadas de obstáculos geográficos, inimaginaveis na Europa. Aquí, na América, as montanhas são mais abruptas, a vegetação é mais cerrada, os rios são mais caudalosos, os accidentes físicos são maiores e os inimigos do homem são mais fortes e mais vorazes. Isso tudo tende a isolar mais os agrupamentos de povoadores e de moradores de modo que eles não têm quasi contacto com as sedes das colonias e ainda menos com a metropole. (115) (116)

A essa força privada do meio físico agindo no sentido de tornar ainda mais nítido o já evidente espirito de autonomia municipal, temos que adicionar a que provinha das demais condições, devida ao novo meio. Assim, os moradores tiveram que enfrentar dois inimigos. O interno, que

(115) Sobre o isolamento planaltino, Paulo Prado, o atico historiador do *Paulistica*, ressaltou um estudo magnifico nas págs. 12 e seguintes de sua citada obra.

(116) Paulo Prado doutrina que o Planalto paulista, isolado, não foi contaminado pela gangrena causada pela decadencia portuguesa. Esse mesmo fenomeno não se teria verificado com o litoral em muito mais facil e constante ligação com a metropole decadente. Daí a famosa frase de Frei Vicente sobre os "caranguejos".

Eu não me convenço inteiramente dos ensinamentos do douto autor do *Paulistica*, por dois motivos:

1.º — A decadencia portuguesa teve lugar apenas, penso eu, após Alcacer Kibir em 1578. Antes disso, Portugal mantinha-se bem. Ainda não me defrontei com argumentos que me fizessem pensar de outro modo.

2.º — O isolamento do planalto paulista, ainda que enorme e importantissimo, não era, entretanto absoluto.

Havia sempre um filete imigratorio dos Reinos, como se verifica neste proprio trabalho, o que denota que esse isolamento permitia sempre uma certa violação.

O microbio contaminador da decadencia lusa poderia ter penetrado com ela.

era o ameríndio selvagem e o externo que eram os piratas ingleses, franceses e holandeses. Da Metrópole ou da Governança Central, na Baía, moradores coloniais receberam muito pouco auxílio nessa luta diuturna e tremenda que travaram com o encarniçamento de extermínio. Isso os levou a só confiarem nos próprios esforços e deu-lhes um sentimento de altivez, dignidade e confiança em si. Paralelamente a esse efeito psicológico, a autonomia local cresceu, hipertrofiou-se. Sim, porque se eles conseguiram unicamente com seus esforços defender a terra, lhes sobrava autoridade para governá-la.

Conjugadamente, com isso, houve o desprezo simbiotizado com o abandono, por parte da Metrópole, principalmente em relação à gente vicentina.

É que a extrema pobreza da colônia, a grande insignificância dos aglomerados vicentino-planaltinos preponderavam na governança. Isso fazia com que não fossem dedicados muitos desvelos às colônias ao sul da Baía. As do norte açucareiro mereciam mais atenções dos governantes.

Com esses fatos, conclue-se que não está "in totum" com razão, o talentoso doutrinador.

Acho que, para explicar a situação de superioridade do planaltino sobre o litorâneo, deve-se colocar em ação o meio físico, com o clima, etc. De fato, se considerarmos esse fator atuando no homem, temos que, os planaltinos recebendo a influência favorável de um regime climático benéfico, puderam elevar muitíssimo o seu nível em eficiência.

Enquanto isso, o litorâneo permaneceu em um regime climático torrido e desesperadamente uniforme.

Dessas diferenças de forças externas a que ficavam expostas as duas partes de um todo comum, resultariam as duas modalidades de proceder dessas duas partes, bem como das diferentes linhas das respectivas evoluções históricas.

E' por isso que não julgo Paulo Prado com a razão, na sua totalidade.

Eles daí tiravam gordos proventos. Era uma região opulenta. Havia aí uma grande riqueza econômica. O Sul, porém, era paupérrimo. Aí, apenas algumas centenas de rudes mamelucos, viviam apartados da civilização. Como não os relegar ao abandono? (117).

Com esse abandono, com essa atrofia dos poderes da governança geral houve, naturalmente, crescimento hipertrófico da governança local. Daí a *Autonomia* municipal ter crescido muito nesses tempos do quinhentismo ou do seiscentismo (118).

A essas circunstancias todas havia a crescer a de ordem social que se consubstanciava de serem os poderes municipais exercidos pelos "homens bons", isto é, pelos da nobreza da terra. Isso os revestia de um grande prestígio, o qual ia enaltecer a governança local que aparecia, assim, engrande-

(117) Seria natural o descaso.

Uma região rica, como essa a do açúcar, deveria merecer muito mais desvelos e atenções, por parte dos governantes inteligentes e dignos de suas posições.

Só imbecis cuidam de regiões pobres a custa das que produzem rendas.

Só administradores incapazes dão preferencia ás partes improdutivas de países que governam, com sacrificio das partes que remuneram os esforços nelas empregados, pela sua opulencia etc.

E os governantes de então, na metropole europeia não podem ser taxados assim, pois eles viam a situação com clareza; diagnosticavam bem o panorama e applicavam a terapeutica com sabedoria.

(118) A autonomia municipal, principalmente em São Paulo, tocava às raias de soberania. E' por isso que, o douto professor Taunay, diz a pág. 175 da sua magistral *Historia seiscentista da villa de S. Paulo*:

"E' preciso notar, comtudo que, em São Paulo, desde muito, era o poder municipal absolutamente soberano".

cida, perante as justas em que teria de enfrentar os demais poderes governamentais.

Alem de tudo que concorria para a solidificação do espírito de autonomia municipal, devemos consignar a feição militar das células municipais. As constantes alertas contra os inimigos, a ocupação semi-militar da gente planaltina, sempre pronta a correr em auxilio dos litoraneos, emprestou à governança municipal uma solidez de postura, uma rigidez de carater, uma altanaria de situação que fazia ganhar terreno quando em confronto com as demais governanças.

O isolamento a que se obrigava o ambiente geográfico que determinava a separação física e moral dos nucleos de civilizados, nas colonias brasileiras, era, ainda mais, exacerbado pelo regime de economia em que viviam os moradores planaltinos.

Havia, no planalto de Piratininga, uma verdadeira autarquia.

Produzia a região tudo quanto era necessario ao viver dos moradores. Havia o trigo, o milho, o feijão, os laticínios, o vinho, a carne, o couro, o algodão, a lã, etc. As poucas cousas importadas resumiam-se nos apetrechos bélicos, nos artigos para a mineração, alem de umas poucas cousas de luxo e de adorno bem como do vinho do Reino. É o que a ampla documentação coeva nos elucida. Com isto temos que a autarquia econômica veio aumentar o isolamento, fruto do ambiente geográfico (118a).

Assim, podemos organizar o seguinte quadro sintético a propósito da autonomia municipal:

(118a) Esse regime economico determinava imperiosamente a pequena propriedade e a democracia que os documentos confirmam.

AUTONOMIA MUNICIPAL PLANALTINA

Autonomia
Municipal
Planaltina

Tradição portuguesa.
Guerras da Reconquista.
Solo enrugado na Iberia-Isolamento.
Dificuldades de comunicação.

Meio físico planaltino	{	Grandes distancias Obstáculos geográficos Rudimentariedade dos meios de transporte Comunicações difficilimas
---------------------------	---	--

Lutas acérrimas contra os inimigos internos e
externos, com ausencia de conjunção metro-
politana.
Constituição dos poderes municipais pelos "ho-
mens bons" da primeira nobreza da terra,
Pequeno valor econômico-financeiro das colonias
vicentino-planaltinas.
Feição militar das células municipais planaltinas.
Ocupação belicosa da população.
Autarquia econômica dos moradores com o que
aumentavam o isolamento.

Essas teriam sido as forças que se conjugaram para o endurecimento do espirito de autonomia local, esse particularismo que se fez tão notavel no decorrer dos dois primeiros séculos, esse individualismo, contra o qual Portugal tanto se encarniçou e tudo fez por esmagar, quando, no setecentismo, Dom Rodrigo Cezar, o sátrapa feroz e cão de fila do libertino Dom João V, procurou perseguir e eliminar os vultos principais desta terra (119).

(119) Eu continuo a pensar que, D. João V foi um delapidador e um debochado, sensual de sacristias. Isso, sem embargo, de haver em Portugal um grupo de cronistas e intellectuais, entre os quais Alfredo Pimenta, Antonio Sardinha, João Ameal e outros, vivamente empenhados na reabilitação das personalidades monarchicas do antigo regime português, entre as quais a de D. João V. Os argumentos desses doutrinadores visivelmente apaixonados não me impressionaram e são facilmente destruidos pela fragilidade com que se apresentam.

Em relação ao Brasil todo, podemos dividir as colônias de conformidade com as suas circunstâncias sociais e econômicas no seguinte esquema sintético:

ORGANIZAÇÃO SOCIAL-POLÍTICO-ECONÔMICA BRASILEIRA

I

Zona agrícola-industrial do açúcar, no Nordeste.
Cultivo agrícola da cana e fabrico industrial do açúcar.
Media para grande propriedade.
Grande densidade demográfica.
Prosperidade econômico-financeira.
Desvelos metropolitanos.
Patriarcalismo.
Afluxo imigratório europeu.
Grande escravaria africana.
Grande mestiçagem euro-africana.
Relativo isolamento.

II

Zona mineradora do ouro e dos diamantes.
Densidade demográfica condensada no alto rio Doce e nas cabeceiras dos rios de S. Francisco e Grande.
Grande prosperidade.
Grande atenção metropolitana.
Afluxo imigratório.
Grande poder aquisitivo.
Escravaria africana.
Mestiçagem euro-africana.
Pequenas distâncias uns dos outros núcleos humanos.

III

Zona agrícola planáltina.
Policultura.
Pequena propriedade.
Democracia rural.
Não isolamento dos núcleos rurais uns dos outros.
Pequenas distâncias uns dos outros.
Patriarcalismo.
Pobreza.
Descaso da governança.
Autarquia econômica.
Abandono da Metrópole.
Sociedade semi-militar.
Isolamento da governança metropolitana.

IV

Zona latifundaria do pastoreio do interior do Brasil.
Imensas propriedades.
Aristocracia rural.
Isolamento intenso.
Distâncias imensas.
Patriarcalismo intenso.
População pouco densa.
Mestiçagem euro-americana.

Organização
Social-Político-
Econômica
Brasileira

(120) Os sociólogos brasileiros que se têm ocupado em fazer a reconstituição social do Brasil colonial não têm tido olhos para

Esta teria sido a síntese, a base evolutiva da marcha do homem nesta parte do Novo Mundo e graças a ela podemos explicar, em boa parte, o particularismo planaltino.

Em virtude dessa grande autonomia municipal, a organização da governação regional se fazia da seguinte forma:

Em cada vila havia o corpo de "homens bons" que eram os principais da terra pelo seu nascimento, pelo montante de seus bens, pelo seu nome grangeado em lutas variadas contra o gentio, contra os inimigos externos ou contra as arestosidades, do meio físico, etc.

Esse eleitores elegiam, anualmente, cinco de seus membros para administrar os negócios públicos, um dos quais deveria ser o *juiz ordinario* que, além de presidir o conselho, tinha as atribuições judiciais de julgar, em primeira instância, causas de uma limitada valia. Eram os antigos *alvases* ou *alcaldes* das Ordenações Afonsinas (tít. 26 a 29, livro I). Esses vereadores ou ministros eleitos, tinham, no período das Ordenações Manuelinas, publicadas em 1521, atribuições administrativas e judiciais confundidas. Só quando foram promulgadas as Ordenações Filipinas, em 1603, é que essa cumulação cessou. O juiz ordinario funcionava na Assembléa municipal, como seu presidente. Além do juiz ordinario, dentre os cinco "homens bons" eleitos, havia o procurador do Conselho e três vereadores. O procurador tinha por missão zelar pelas cousas públicas como pontes, fontes, chafarizes, calçadas, etc., funcionar como representante legal da causa pública municipal, tratar das causas à mesma referentes, cobrar as rendas municipais, etc. (Max Fleiuss, *História Administrativa do Brasil*).

O corpo de "homens bons" elegia, ainda, anualmente, dois almotacéis.

essas diferenças. Eles têm empregado um só modelo para o Nordeste e para o resto do país. Daí o erro deles e as falhas dos respectivos trabalhos muitos deles cheios de ensinamentos preciosos como os de Oliveira Vianna por exemplo!

Estes tinham por missão o abastecimento da terra, cuidando dos víveres e das mercadorias indispensáveis à subsistência. (Max Fleiuss, loc. cit.).

Além desses cargos, os administradores municipais tinham, para o exercício de suas funções, um escrivão eleito pelos "homens bons", anualmente. Esse escrivão superintendia as causas referentes à escrita municipal e tinha uma das chaves da Area do Conselho (Max Fleiuss, loc. cit.). Era uma espécie de contador. Além desses cargos, havia o de tesoureiro que arrecadava a renda fiscal do município e fazia a repartição delas, dando, a Coroa, o seu terço e os dois terços ao Conselho.

Era esta, em suas linhas gerais, a organização que teve vigência até o primeiro reinado do Brasil independente.

CAPITULO XXVI

OURO PAULISTANO

A preocupação dos homens de além mar, ao aqui aportarem, era a averiguação da angustiada interrogação que os trazia ansiados da Europa, sobre se aqui havia ouro ou riquezas que ouro valessem. Foi por isso que Martim Afonso atormentado por essa dúvida cruciante, em 1530, fez partir de Guanabara uma expedição de três homens brancos, que penetraram em direção a Minas. Foi por não se ter desiludido com esse fracasso que de Cananéia o Almirante luso fez partir para o Oeste a famosa expedição de Pero Lobo. Eu não creio que a idéa de um Potosí o preocupasse porque essa cidade andina só teve inicio em 1545, quinze annos portanto depois de haver Martim Afonso, por aqui andado. (121)

Eis que surge a lenda de Aleixo Garcia, em todos os seus delineamentos, semelhante à historia de Pero Lobo, com a diferença de haver tido lugar em 1526. Eu supuzi que alguma cousa, a ter havido, não deveria ser Potosí o seu objetivo, por ainda não haver manancial algum de riqueza nesse lugar, em que em 1545 surgiu a cidade famosa.

Diz Basilio de Magalhães (pag. 78; "Expansão Geográfica") que logo após a chegada de Martim Afonso, começaram os colonos a investigar o ouro, cuja noticia da existencia, foi mandada ao rei D. João III por intermedio do primeiro bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha,

(121) E' de difficil concepção a idéa de que Martim Affonso procurava riquezas nos Andes, porque estas só foram conhecidas depois de 1535, quando Pizarro por aí andou. Martim Affonso não poderia saber, pois que aí haviam riquezas.

em carta datada de 1552 e depois confirmada por Anchieta. Mas foi Braz Cubas, em 1561, que em bandeira famosa achou ouro e pedras verdes. Quer o ~~dr.~~ F. L. Leite Pereira, que essa expedição de Braz Cubas tivesse formado sistema com a de Vasco Caldas, saída da Baía nessa data, em direção a Minas, com o intuito de descobrir a Serra de Sabarabuçu. Quer Calógeras, porem, que essa empreitada de Braz Cubas se tenha dirigido para o Sul e tenha encontrado o precioso metal em Apiaí (Calógeras "Minas do Brasil e sua legislação"). A seguir a Cubas, partiu em 1562 a expedição de Luiz Martins que achou ouro, logo a 30 leguas de Santos.

A seguir a esse período, só alguns anos depois é que houve novo surto de mineração.

Foi quando Heliodoro Eoban, entre 1570 e 1584, realizou no Sul, para os lados de Iguape, Paranaguá e Curitiba, investigações a respeito do ouro (Ermelindo de Leão, "Heliodoro Eoban; E. G. Young, "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", VIII, 237). Mais ou menos nessa época, entre 1579 e 1592, Jeronimo Leitão, realizou varias buscas até Paranaguá; creio que dessas buscas algo surtiu porque quando Cavendish esteve em Santos, em 1588, 1590 e em 1591, havia na vila, ouro proveniente dessa fonte naturalmente (Basilio de Magalhães, loc. cit.).

Mas foi só em 1590 que o famoso Atonso Sardinha e seu filho mameluco do mesmo nome, auxiliados por Clemente Alvares, pai do sertanista do medio seiscentismo Alvaro Rodrigues do Prado (Silva Leme, "Genealogia paulistana" IV, 429.) descobriu e minerou o ouro nas serras de Jaguamimbaba e de Jaraguá, (em S. Paulo) e de Ivuturuna (em Parnaíba), bem como em Biraçoiaba (Sorocaba). Sardinha, o velho, falecido em 1592, na sua fazenda do Jaraguá, perto do córrego de Santa Fé, e seu filho falecido no sertão com Nicolau Barreto em 1604, tiraram muito ouro desse morro, a sentinela tutelar da nossa Pira-

tinga. Não teriam sido eles os únicos a minerar o ouro do Jaraguá, pois Silva Leme, menciona na sua imortal "Genealogia paulistana", o nome de Antonio Bicudo Carneiro, como um dos mineradores do ribeirão Santa Fé que é o filete de agua que corre à esquerda do sagrado Jaraguá.

Quanto ouro teria sido incorporado ao patrimonio paulista, proveniente dessa tosca mineração quinhentista?

O dr. Roberto Simonsen na sua magnífica "Historia Econômica do Brasil", reproduz o que a respeito diz Eschwege, ao assim se referir:

"O total da produção do ouro de lavagem nas capitanias paulistas, em todo período colonial, está avaliado por Eschwege em 930 arrobas, cerca de 1.900.000 £".

Isso representa cerca de 280 mil contos em moeda de hoje. Eu penso que se o cálculo compreende o ouro paranaense, não deve estar muito distanciado da exatidão.

De fato, a mineração do Jaraguá, não deveria ter sido uma abundante cornucopia de riqueza. Fosse, teria sido um fanal atraidor de grandes massas demográficas que teriam feito de S. Paulo e do planalto paulista uma região super-povoada de elementos reinóis, tal como foram as Minas de Ouro no setecentismo⁽¹²²⁾. Teríamos testemunhado no planalto os mesmos fenômenos sociais, demográficos e econômicos que as Gerais nos evidenciaram no decorrer do século XVIII. Entretanto o fato da mineração paulistânica, no Jaraguá e proximidades, não teve

(122) Haja vista para o que aconteceu na America espanhola, no quinhentismo; para Minas Gerais, no setecentismo; para a California, no oitocentismo; para a Australia; para o Alaska; para o Sul da Africa, etc. Essas regiões atraíram maior ou menor massa de gente, ofuscada pela ambição. O mesmo, em grande ou pequena escala, aconteceria ao planalto paulista. Entretanto, esse fenomeno não foi registrado, nem sequer em minimas proporções.

Não se pode tirar disso outra conclusão.

grande repercussão na evolução histórica de S. Paulo. Sua população não teve surtos de progresso, em virtude dessa mineração. Sua economia não ofereceu manifestações de euforia em materia de conforto, as quais seriam visíveis se tivessem havido. Enfim tudo nos denuncia que não foi grande a atividade do paulista na mineração planaltina.

As consequencias dela nos mostram que ela foi apenas um leve arranhão na vida econômica paulista e nem sequer teve a importancia para constituir uma capítulo do nosso passado.

CAPITULO XXVII

LUTA CONTRA OS JESUITAS

Já vimos que as hostilidades, contra a Companhia de Jesús, haviam tido lugar em razão de os planaltinos serem obrigados ao apresamento do índio, enquanto que o jesuíta era o defensor do mesmo. Daí a luta que colocou em campos antagônicos os dois agrupamentos. Os cronistas da Companhia de Jesús, entre os quais Simão de Vasconcelos, procuram situar o início da luta desde os tempos quinhentistas com João Ramalho e seus próximos descendentes. É possível!

O padre Serafim Leite entretanto vem fazendo, modernamente, uma serie de revelações baseadas nos documentos da Companhia de Jesús, segundo as quais o velho fronteiro do campo vivia em perfeita harmonia com os reverendos da Companhia. Parece que à vista disso ruiu toda a construção que havia edificado o padre Simão, nos escritos a quem iam todos os historiadores se estribar. De fato o padre Simão Vasconcelos escreveu em época em que estavam muito acirrados os ânimos entre jesuitas e planaltinos. Aliás os escritos dos reverendos da Companhia de Jesús, devem ser levados em conta, mas com muito cuidado, porque eles que eram acaloradas partes na contenda não podem proferir sentenças julgadoras. Devemos tomar seus escritos, como depoimentos informativos e não como peças imparciais. Sendo assim, a verdade cristalina a respeito dos acontecimentos, nem sempre está superintendendo os escritos dos ilustres, mas apaixonados companheiros do padre Simão de Vasconcelos. Com esse ânimo ardoroso, escreveram os sacerdotes contidos no trabalho do padre Pastel's. Infelizmente os que se têm dedicado ao estudo desse capítulo do nosso passado, não se têm preservado contra essa

parcialidade de modo que, nem sempre, tem interpretado bem o que houve nessa luta contra o jesuíta.

Geralmente abeberados a fontes envenenadas, os nossos historiadores afastam-se da verdade histórica rigorosa. Um raciocínio mais frio e baseado na lógica mais rigorosa, obriga-nos a uma revisão do nosso pensamento a respeito dos feitos contra os jesuitas.

Assim, por exemplo, não posso crer que os paulistas tivessem evidenciado a crueldade que falam os cronistas da Companhia. Não é verossímil; não é plausível que os planaltinos procurassem deteriorar a mercadoria produzida e fornecida ao consumo pela sua industria!

Eles, sem necessidade, não iriam fazer com que os índios apresados no sertão pelas suas algaras e que deveriam ser vendidos aos consumidores, o fossem, de modo e pelas circunstancias de suas apparencias físicas ou fisiológicas, conquistar uma quantia menor.

Por certo, eles eram rudíssimos. Estavam habituados a sofrer as intemperies que a modalidade de suas vidas impunha, mas daí a concluir que eles eram desmedidamente cruéis, há uma distancia enorme.

É preciso que se tenha em mente, que pouco antes dos planaltinos assim procederem, os espanhóis realizavam cousas surpreendentes contra os incas e no século em que os planaltinos destruíam as organizações jesuíticas, os ingleses na América do Norte, usavam ainda o famoso supplicio da gaiola e a escravização branca.

Não é crível, pois, o que nos contam os lamurientos escritos dos reverendos da Companhia e para os interpretar devemos ter o máximo cuidado. Como peças informativas, não há dúvida que esses relatos devem servir de base. Creio mesmo que podemos ter em conta os depoimentos jesuíticos nos referentes assuntos em que os jesuitas não tivessem interesses em estabelecer o contrario.

Assim, por exemplo, os nomes dos bandeirantes que haviam tomado parte nas diversas expedições.

* * *

Parece que a luta entre paulistas e jesuitas teve inicio logo à chegada destes em 1549.

Os paulistas, obrigados economicamente ao apresamento do indio, já se vinham dedicando a essa atividade quando aqui chegaram os primeiros loiolanos.

Eles não podiam mudar de vida logo à chegada dos reverendos companheiros de Santo Inacio. Estes se impuzeram por missão, a proteção do indio. Não atino com o motivo satisfatorio pelo qual os jesuitas deixavam o africano amarrado à escravidão e se erigiam em protetores dos amerindios.

Com esta tendencia, a luta entre paulistas e jesuitas tinha que se desencadear. Assim ela deveria ter começado logo na segunda metade do quinhentismo. João Ramalho e os do seu "clan", foi naturalmente o fulcro dessa pugna incipiente e creio que desse antagonismo inicial surgiram as crônicas malévolas sobre o Patriarca paulista.

Não creio nesses dizeres! Por força eles tinham que ser parciais!

Eram provenientes de uma das partes em luta! Como poderiam eles ser despidos de paixão? Que os reverendos não estavam livres de parcialidade, temos as crônicas lamurias e enraivecidas de autoria desses ministros da religião, quando foi da luta dos paulistas contra as missões!

Esse antagonismo, pois, principiado com João Ramalho, deveria ir se exacerbando, de modo que ao ser atingido o seiscentismo, quando os loiolanos deram inicio às missões, com o começo do imperio teocrático em terras espanholas, foi tomando maior vulto do seiscentismo.

Não tendo elementos documentais para o afirmar com certeza absoluta, mas penso que esse antagonismo originou em S. Paulo a existencia de dois agrupamentos que sustentavam duas idéias opostas. Um grupo, seguindo a orientação da terra, se fazia inimigo dos jesuitas, realizando tudo para que fosse a sua doutrina, a norteadora da vida no planalto piratiningano.

Outro agrupamento, esse cada vez menos numeroso, era adepto de ideologia dos jesuitas.

A luta entre esses dois agrupamentos foi o que se passou no seiscentismo.

O primeiro ato desse drama teve lugar em 1611 e 1612 (Azev. Marques — "Cronologia" 226 e 227) e o segundo teve ocasião de se verificar em 1633, quando os reverendos foram postos para fora do seu collegio em Barueri, sendo que o terceiro foi em 1640, quando da expulsão dos jesuitas do planalto, só sendo readmitidos em 1654.

Tenho razões para crer, depois de observações no agir das figuras de mais da época no planalto que, a questão jesuítica, foi engrenada com a questão da lusitanofilia, da espanofilia e do nativismo, tendo os partidarios dos jesuitas sido os mais ardorosos propugnadores de Portugal. Essa corrente de opinião e de ação seria composta de elementos filiados aos portugueses, que sonhavam com a libertação da sua patria, então sob o jugo dos espanhóis. Os escravocratas, isto é, os que queriam que a gente planaltina continuasse no apresamento do amerindio, e, raciocinemos com segurança, outra fonte de renda não havia para os paulistas, eram os nativistas e os que, por qualquer motivo, não desejavam a mudança do dominio espanhol. De fato, todos que haviam tomado parte na aclamação de Amador Bueno, (nativistas e espanhóis) eram famosos caçadores de ameríndios e todos os que haviam assinado a aclamação de D. João IV, eram protetores de jesuitas. Haja visto Lourenço Castanho Taques, um dos que mais se salientaram na readmissão dos

jesuitas em 1657, como Fernão Dias, foi também dos que mais parte tomou no fracasso do movimento de Amador Bueno e na aclamação de D. João IV.

A luta entre paulistas e jesuitas atingiu ao seu período máximo, no século seicentista, na sua primeira metade, justamente quando estava no seu auge a escravização do indígena. Vimos em outro capítulo deste trabalho, que a escravização indígena caiu grandemente com a reconquista de Pernambuco, em razão de haver se restabelecido então a concorrência africana e em virtude de as culturas nortistas de cana de açúcar se terem restringido pela perda do monopólio do fabrico do açúcar em vista de haver a América espanhola começado a produção desse artigo.

Com a diminuição da industria de apresamento, houve uma pacificação com os jesuitas, os quais tinham sido expulsos em 1640. A prova dessa pacificação é a readmissão dos padres da Companhia no ano de 1653. (Azevedo Marques; "Apontamentos" II vol. 16).

Mas em 1677, de novo, os paulistas, ainda acirrados pelo antagonismo de orientação quanto aos índios, capitaneados por Braz Rodrigues Arzani, deram uma batida contra os jesuitas, e dirigindo-se ao collegio dos mesmos aí lhes participa:

"que o povo que o seguia vinha deliberação a expulsá-los para fora da Capitania, se fosse certo que por via dos ditos padres tinha vindo una ordem do Rio de Janeiro para se executar a alforria do gentio do Brasil. Tendo o reitor do dito collegio e mais padres declarado que eles em nenhum tempo falaram nem trataram da liberdade do dito gentio e que se em algum tempo o fizessem sujeitavam-se ao que o povo quisesse sem mais poder alegar, retira-se o povo pacificamente". Azevedo Marques, "Cronologia", 240).

Com essa negativa os jesuitas conseguiram escapar.

Dez anos depois, em 1687, novamente os paulistas, à frente dos quais estava o mesmo Braz Rodrigues Arzam, agitaram-se contra os jesuitas, mas os padres lançando mão das negativas costumeiras conseguiram livrar-se desse surto.

A luta entre paulistas e jesuitas só terminou com a descoberta do ouro.

Os paulistas deixando o apresamento de índios, não continuaram a manter o velho antagonismo com os jesuitas e estes puderam ficar em paz. Em todo caso ficou o amargor das antigas lutas, materializado nas crônicas ardidas contra os paulistas, feitas pelos reverendos da Companhia. (Azevedo Marques, "Apontamentos" 18).

CAPITULO XXVIII

HOLANDA

Em virtude de haver Carlos o Temerario, Duque de Borgonha, filho de Filipe o bom e de Isabel de Portugal, falecido sem sucessão masculina, a sua herança passou para sua filha Maria, casada que fora com Maximiliano de Habsburgo, Duque D'Austria e Imperador da Alemanha (1486-1519). Este casal, de Maximiliano e Maria, tinha o filho mais velho Filipe, o belo, casado com a princeza espanhola Joana, a louca, filha de Fernando, o catolico, de Aragão e Isabel a católica de Castela.

Ora a Borgonha compreendia os Países Baixos, o Flandres, a Valonia, a Lorena, a Alsacia, a Suiça etc. Foi assim que essa região se integrou nos dominios dos Habsburgos e depois nos de Espanha.

Filipe, o belo, faleceu em 1506, deixando um filho, Carlos V, que ficou sendo rei de Castela, pois sua avó materna D. Isabel de Castela tinha morrido tambem em 1506. Carlos V só em 1516, por morte de seu avô materno, Fernando o católico, recebeu a herança de Aragão e integralizou a união da Espanha, e só em 1520, por morte de seu avô paterno Maximiliano, em 1519, foi eleito imperador da Alemanha. (128)

A Holanda havia adquirido no quinhentismo particular importancia.

Em 1495, D. Manoel o afortunado, de Portugal, contratando casamento com a Infanta D. Isabel de Castela, filha

(123) Quem se dispuzer a estudar com mais minucias a vida de Carlos V, no seu procedimento em relação aos flamengos encontrará elementos em Cassou, *La vie de Philippe 2.^o*, 86.

dos reis católicos Fernando e Isabel da Espanha, irmã de Joana, a Louca, e da famosa Catarina de Aragão, rainha da Inglaterra, recebeu da noiva a imposição de expulsar os israelitas de Portugal. Ele decretou essa expulsão, mas executou-a sem cuidados, de forma que os israelitas, se foram mas levaram seus capitais e se estabeleceram principalmente na Holanda. Muitos deles se espalharam pela Europa e a maior parte foi se fixar no Flandres e na Holanda adotando nomes holandeses em substituição aos que haviam abandonado, dado o pouco amor que os israelitas sempre revelaram pelos seus apelidos.

Com esse acréscimo de capitais e de homens especializados em mercancia, enorme desenvolvimento tomaram as industrias do opulento Flandres e um movimento expansivista incoercível teve origem no quinhentismo e tal foi o crescimento da Holanda que logo atingiu mesmo o campo político.

A Espanha não soube compreender o fenômeno da Holanda. ⁽¹²⁴⁾ A Espanha não viu que a Holanda era um aglomerado humano de cerca de varios milhões de individuos que se conservavam exóticos ao seu corpo político. De fato o belga é racialmente um nórdico, ou filiado ao tronco racial dos "homo europeus", alto, dolicocefalo, louro, de olhos azues, enquanto que o espanhol era da estirpe "mediterranea", entremeado de "atlanto — mediterraneus", isto é, dolicomoreno, trigueiro, baixo, de cabelos e olhos escuros. O belga era protestante, enquanto que o espanhol dos Filippes era católico. O belga se pronunciava em idioma neogermânico, enquanto que os espanhóis se expressavam em lingua neo-latina. Os interesses econômicos dos belgas se

(124) Aliás esses casos nunca são compreendidos! Outros países, no futuro, agiram como a Espanha. Eis a propria Espanha, em relação a Portugal! Eis a Inglaterra, em relação às 13 colonias anglo-americanas! Eis Portugal, em relação ao Brasil!

estribaram na industrialização, em cuja fase econômica e social estavam, enquanto que os espanhois se conservavam ainda na agro-pecuaria.

Era do Flandres que saíam as manufaturas para toda a Europa e mesmo o comercio com o Oriente.

Tudo os separava, nada os unia. (125)

A Espanha não se ateve a que só é duradora e certa uma união que repousa em vantagens para as partes. Desde que estas ou uma delas não tenha vantagem, não há união que persista, não ha ligação que subsista, e toda a comunhão que não é feita de acordo com a vontade das partes não é moral.

Isso tudo deveria pesar no julgamento espanhol, mas então o cérebro oco e fanático dos Filipes não trabalhou pelo interesse da Espanha. (126)

A principio o Governador espanhol nos Países Baixos foi o Cardeal Granvele, mas logo foi substituido por Margarida de Parma, que deveria juntar sua ação em maior energia contra os flamengos. Margarida de Parma era filha natural de Carlos V, e de uma flamenga, portanto irmã por parte de pai de Filipe II; Margarida, amasculinada, fumava, e dizem que tinha bigodes, era casada com Otavio de

(125) Mais tarde a Inglaterra de George III, teve o mesmo procedimento iniquo com suas colonias na America e o resultado verificado foi o mesmo. No momento atual, a mesma Inglaterra, tomando isso como fecunda lição, adota procedimento inverso com o Canadá, a Australia, a Nova Zelandia, etc. e os acomoda na commonwealth.

(126) Para que haja uma união politica, é preciso que uma certa homogeneidade ou uma certa identidade de traços, ligue os diversos grupos humanos. Quando a disparidade entre eles, é muito grande, não ha união politica que resista. Foi o que aconteceu com os Países Baixos em relação com a Espanha. E' o que viria a acontecer entre a Inglaterra e as suas colonias na America. E' o que se passaria entre Portugal e o Brasil, mais tarde.

Farnese, próximo parente do Papa de então, Paulo III, o famoso cardeal das saias, que deveu a púrpura cardinalicia à sua linda irmã Madona Julia.

Depois de Margarida a governamentação estribada na violencia e no odio, ainda recrusdeceu com a nomeação do famoso Duque de Alba, Dom Fernando Álvares de Toledo, que exerceu a governança com mão de ferro e um coração de tigre. Foi no período seguinte ao dele, que se deu o assassinato de Guilherme, o Taciturno, umas das figuras mais belas do passado humano. Esse período foi o em que a opressão reagia, de modo que os dominadores espanhóis tinham que se haver com uma força magnífica dos intransigentes que se revelavam cada vez mais vigorosamente. O Governador espanhol era então o renomado Dom Juan de Austria, o feliz vencedor de Lepanto (1571).

A seguir ao período de D. Juan de Austria, o Governador Requesens, deu um certo alivio aos flamengos mas Filipe II, achando que não havia energia na opressão aos flamengos, substituiu o honrado Requesens, pelo famoso Alexandre de Farnése, filho de Margarida de Parma e de Otavio de Farnése.

Não é com a opressão e a violencia que se mantêm povos escravizados! Estes podem mostrar-se humildes e parecer que estão submetidos, mas são como a brasa que permanece acesa sob o manto frio de cinzas extintas! Surge o vento e desvenda-se a brasa que queima e logo se faz fogaréu em labaredas dançarinas que bramem a voz da revolta e da dôr espezinhada!

— Não é com vinagre que se apanham moscas — diz o proverbio popular.

O cristianismo só teve expansão depois que foi comprimido.

Foi das sombrias catacumbas romanas, reino da pobreza e da humildade, que saíram as vítimas, que, nas arenas dos

Coliseus sob as perseguições dos Neros, dos Calígulas, e dos Caracalas, se transformaram nos mártires e nos santos que amarrados como tochas, com seus clarões iluminaram e destruíram o paganismo de então.

Até a natureza age assim!

Se o rochedo abruço de um recife se antepõe enrocado e rude ao mar furioso, açoitado pelo soprar uivante da tempestade, temos a ressaca que se eleva às alturas com o fracasso surdo de seu martelar raivoso. Mas se esse mesmo mar encapelado se vê pela natureza anteposta ao declive suave de uma praia fofa, as ondas brancas e revoltas vão morrer mansamente nas areias macias e voltam submissas ao regaço do oceano.

A suavidade e a cordura são as armas dos inteligentes (127).

A Holanda que estava a reclamar um tratamento afinado por esse diapasão, recebeu dos espanhóis o aguilhão ávido da coação violenta. Os governadores que os espanhóis nomearam para os Países Baixos, com exceção de Requesens, foram lobos carniceiros e famintos.

Mas sem os dias enevoados, úmidos e sombrios do inverno, não é possível se ter os dias ensolarados e floridos da primavera! Pelos espanhóis foram assassinados os condes de Egmont e de Horn e esses atos de suprema estupidez foram culminados em 1581 pelo assassinato de Guilherme, o Taciturno, um dos mais sublimes exemplos de idealismo encarnado em chefe.

(12) Os povos tirânicos e opressores não vêem isso!

Assim, tem sidol Assim, vem sendol

Mais tarde, a propria Espanha não veria isso em Portugal; a Inglaterra não veria isso na America inglesa; Portugal não veria isso no Brasil; etc.!

Por outro lado os britannicos vêem isso agora, e daí a possibilidade do Imperio Britânico!

Isso, com a decadência dos Filipes espanhóis, iniciada com a tremenda derrota da Armada Invencível em 1588, pelos ingleses da rainha Elizabet e com a proteção desta rainha vitoriosa nos mares (Ellis; "Historia da Civilização", da 4.^a serie ginásial), deu aos holandeses elementos para que logo paulatinamente ficassem livres dos espanhóis.

Até 1590 estavam os holandeses independentes.

Graças ao enorme afluxo de capitais, que os israelitas ibéricos fizeram acumular no correr do quinhentismo, os holandeses tiveram necessidade de expansão. Esta só podia ser à custa das possessões ibéricas, pois com exceção de pequena extensão na América do Norte e da Luisiana, que pertenciam aos ingleses e aos franceses, o resto do mundo estava dividido entre Espanha e Portugal pelo famoso meridiano.

Nessa ocasião Portugal havia caído no dominio da Espanha, com os sucessos em que foi protagonista Filipe II.

Assim duas razões tinham os holandeses para atacar os dominios lusos.

a) A Espanha, tendo abocanhado Portugal, não só não permitia que este velho país defendesse o que era seu, como não se importava que os dominios portugueses caissem em poder dos holandeses.

b) Portugal era senhor do comercio com o Oriente e trazia todo para Lisboa, feita entreposto comercial, onde iam os estrangeiros buscar os artigos que precisavam.

Havendo a Espanha se assenhoreado de Portugal, decretou o monopólio para os seus navios em commerciar com os respectivos dominios, de modo que os navios holandeses, na impossibilidade de se abastecerem em Lisboa, tiveram que ir ao Oriente buscar o que precisavam. E com isso o Oriente português caiu nas mãos dos holandeses.

* * *

A Holanda desagarrada de Espanha se fez o terror dos mares e a campeã do protestantismo, que campeava avassalador na Europa. Seus corsarios passaram a atacar com furia os espanhóis e agora os portugueses, então dominados e manifestados pelos da corte de Madri.

Eis Van Noord em 1599; eis Leyssem, com sua esquadra no fim do quinhentismo; eis Van Carden em 1604; eis Joris Van Spilberg em 1614 (Taunay; "Na era das bandeiras")! ⁽¹²⁸⁾.

A Holanda havia assinado com a Espanha de Filipe III, em 1612, uma tregua de 12 anos, a qual deveria ir, portanto, até 1624.

Nesse ano deveria desencadear-se a furia contra os domínios hispânicos no hemisferio ocidental, tanto mais que em 1621, havia sido fundada na Holanda a Companhia das Indias Ocidentais, devido ao espicaçamento causado pelos lucros fantásticos auferidos pela Companhia das Indias Orientais.

Foi escolhido o Brasil e do Brasil o opulento Norte açucareiro, para alvo da furia dos lobos carniceiros que eram os batavos.

Mas porque o Brasil e das colonias lusas a Baía?

Sim, porque os holandeses tinham três soluções para resolver.

1.º) Atacar uma região diretamente pertencente à Espanha e que sempre desta fora parte, como o México por exemplo, onde o esforço da conquista seria maior, porque aí os espanhóis se encarniçariam muito mais na defesa. Eles iriam defender o que era de sua direta colonização. Mas sendo o prato mais difícil de ser conquistado, era também

(128) A proposito de Spilberg, consulte-se Taunay, *Historia seiscentista da Villa de São Paulo*, vol. II, 248, onde o assunto vem estudado do modo o mais analítico.

mais promissor, pois a região opulentíssima, era muito mais rica do que qualquer outra na América.

2.º) Atacar uma região opulenta portuguesa do norte brasileiro, por exemplo, indiretamente pertencente à Espanha. Esta não poria na defesa muito empenho e ardor e algemado como estava Portugal nada poderia fazer em defesa de sua colônia. Esta solução exigia um esforço menor, mas o premio também seria menor, pois os resultados não seriam tão promissores, ainda que a região fosse a do opulento norte açucareiro. (129).

3.º) Atacar uma região pobre portuguesa do sul brasileiro, por exemplo, São Vicente, indiretamente pertencente a Espanha.

Aí a resistência seria nula, mas os resultados imediatos também seriam mesquinhos. E' verdade que os invasores, uma vez firmados em ponto dessa região pobre, de São Vicente, por exemplo, poderiam com mais facilidades se passar, para atacar o norte opulento.

(129) V. Roberto Simonsen, *loc. cit.* v. I, 178.

CAPITULO XXIX

NICOLAU BARRETO

Com o aumento da população planaltina, a ofensiva para o sertão foi tomada de um modo decidido. Eu calculo que, então, a população da Capitania, entre brancos, índios e mamelucos, andasse pela casa dos 6.000. ("Boletim de Historia de Civilização Brasileira" da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de S. Paulo).-

Não só a imigração européia tinha-se intensificado, como os índios apresados haviam aumentado, em proporções não pequenas, e as gerações se sucediam entre os moradores. Cerca de três a quatro gerações, já se haviam perpetuado, desde que se dera o início do povoamento com Martim Afonso. Graças à espantosa fecundidade das populações planaltinas (Ellis, "Primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano", Cia. Editora Nacional, Serie Brasileira), as estirpes haviam-se multiplicado extraordinariamente.

O cruzamento se operava de modo magnífico. Os povoadores ibéricos, vindo solteiros, se cruzavam intensamente com as "cunhãs" indígenas. Isso se dava, em maiores proporções, que na Baía ou mesmo em Pernambuco, para onde a imigração, não se fazia de solteiros, mas era em maioria de famílias inteiras (180).

(130) Região muito mais aproximada da Europa, era também muito mais rica e portanto muito mais atraidora de grandes massas imigratorias portuguesas que aí se fixavam às centenas de milhares.

Nisso colaboravam os fatos evidentes que essa região nordestina pela sua muito maior opulencia, oferecia muito mais conforto, comodidades e facilidades para as famílias, e obrigava à população um genero de vida muito menos rude e menos perigoso, na agricultura canavieira do que no apresamento planaltino.

Regiões de muito mais conforto, mais riquezas, mais próximas da metrópole, menos agrestes, dispendo de muito mais recursos, e de população muito maior, para aí deveriam ter ido as famílias, enquanto que para a Capitania Vicentina, isso só aconteceria com um número de pessoas muito mais limitado.

Só as famílias mais arrojadas viriam.

Assim o cruzamento, nesta parte da América-lusa, era de se operar de uma forma muito mais intensa. E' um cruzamento muito mais antigo, por isso os seus vestígios já teriam desaparecido na voragem da continua europeização.

Creio pois que, no inicio do seiscentismo, a população iria a cerca de 6.000 almas (Ellis; Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Tese de concurso). Além disso, confirmando o meu raciocínio, temos o vulto das bandeiras saídas de S. Paulo, pouco depois dessa época.

Segundo relatam as crônicas jesuíticas, examinadas, reunidas e sintetizadas pelo sabio e eminente padre Carlos Teschauer ("Historia do Rio Grande do Sul") as bandeiras paulistas tinham um total de 5.000 homens de armas, compreendendo os indios. Ora se a esse número acrescentarmos o de velhos, mulheres e crianças, temos que admitir que nessa época a população planaltina andava por cerca de 12 a 15.000 almas. Há a se notar, além disso que, nesse ano de 1641, para quando Teschauer focaliza a sua descrição da conquista paulista no Rio Grande do Sul, os planaltinos acla-

Dessas inconcussas premissas, decorre a conclusão claríssima e evidente que o Nordeste açucareiro era uma região muito mais portuguesa e aí deviam ter se fixado muitas famílias europeias cem por cento.

Enquanto isso o planalto paulista, era uma região muito mais americanizada. Aí, os cruzamentos se operavam em muito maior escala. Aí, até o idioma popular era o guarani, que no século XVIII, época do ouro, quando o planalto foi aportuguesado, foi substituído pelo português.

mavam Amador Bueno e outros aclamavam Dom João IV. Isso obrigava a se admitir que não obstante estar pelejando no Rio Grande do Sul, uma bandeira tão importante em efetivos, ainda haviam ficado, no planalto, poucos homens. (Ellis; Tese de concurso; Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras). (181).

Com isso, em princípios do seiscentismo, ou antes já na última década do quinhentismo, os vicentinos tomaram a ofensiva e, a principio, se lançaram, sob a impulsão de D. Francisco de Sousa à procura de metais preciosos. Parece porem que essa máscara, até então afivelada, como na bandeira de João Pereira de Sousa Botafogo e de Martim de Sá em 1597 e real na entrada de André de Leão, logo depois da chegada desta e da substituição de D. Francisco de Sousa por D. Diogo Botelho (Abril de 1602), caiu e sem a capa hipócrita da busca de riquezas partiu nos primeiros dias de setembro, a bandeira de Nicolau Barreto.

Até a publicação dos documentos municipais, acreditava-se que a bandeira de Nicolau Barreto tivesse trilhado os sertões mineiros das Gerais. E' que Orville Derby, o insigne e saudoso cientista americano, confundindo a bandeira de Barreto, com a entrada de André de Leão, atribuiu àquela o roteiro de Glimmer. Derby se sugestionara pela toponímia, e cederá a opinião de Azevedo Marques (Orville Derby; "Revista do Instituto Histórico de S. Paulo"; Azevedo Marques; "Apontamentos históricos").

(131) Justamente, por estar no sertão longinquo, um numero de homens tão grande, e de tão elevada qualidade em belicosidade, é que fracassou a aclamação de Amador Bueno.

Esses homens tão varonis no sertanismo, teriam feito imensa falta justamente quando e onde mais o espirito nativista deles precisava.

A aclamação de D. João IV no Planalto, feita quatro meses depois da revolução portuguesa foi subscrita apenas por 40 assinaturas. Prova de que a população regional estava fora no sul em bandeirismo. M. Bororé foi precisamente coincidente com o movimento de Amador Bueno!

Depois porem, da publicação dos documentos municipais, temos certeza de que a bandeira de Barreto, procurou o Sul e jamais trilhou os territorios das Gerais (Ellis; Tese de concurso, Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras). Não quero entrar em minucias a propósito dessa nova orientação que dei à bandeira de Barreto. Em publicação especializada já cuidei do assunto. Agora faço um trabalho de síntese, que me obriga a evitar a análise.

Barreto dirigindo-se para o Sul, indiscutivelmente, atravessou o territorio onde futuramente iriam os jesuitas estabelecer a organização do Guairá.

Até onde tenha chegado a bandeira é ponto interessante.

Calógeras é de opinião que ela, depois de haver atingido a região do Guairá, vagabundou nas cercanias do Aguapeí (Calógeras; "Política Exterior do Imperio", vol. I).

Eu acho que essa versão não satisfaz, pois a bandeira esteve mais de dois anos, ou 730 dias, fora do povoado.

Onde esteve pois a gente paulista durante esse enorme espaço de tempo?

Por certo que ela não esteve parada (132). Acredita o bom senso e a lógica que a bandeira continuou na sua atividade andeja pelos sertões. Se isso tiver acontecido, e se a bandeira de Barreto tiver percorrido 5,1 quilômetros por dia, temos que em 730 dias, ela deveria ter coberto 4.000 quilômetros. Ora, a media de 5,1 quilômetros diários não é exagerada, pois havia bandeiras que andavam 15, 16 e 17 quilômetros diários (133). Assim, temos de procurar em

(132) O planalto não era rico a ponto de permitir a sua industria uma inatividade durante um periodo tão prolongado.

Os planaltinos não podiam perder tempo, sem sacrificar a sua economia.

(133) O padre Serafim Leite, em *Paginas de Historia do Brasil*, encontra etapas muitissimo maiores, na expedição de Pedroso de Alvarenga.

um raio de 4.000 quilômetros, longe de S. Paulo, até onde haja atingido a gente de Barreto. Em que direção essas procuras devem ser orientadas? E' claro que na mesma em que a expedição foi assinalada, pela documentação.

Isso nos conduziria a levar a bandeira de Barreto, através do Paraguai e penetra na Cordilheira Andina.

Sim, porque, precisamos objetivar, onde teria a expedição percorrido os 4.000 quilômetros. E se por ventura tiver a gente de Barreto atingido o Paraguai e tomado essa direção, em continuidade do caminho que vinha seguindo, seria natural que a via de penetração até os Andes em direção a Potosi fosse o rio Pilcomaio, pois pela via fluvial era muito mais confortavel, mais facil, mais realizavel, etc., que a viagem em prosseguimento às pesquisas das riquezas por terra, sem estradas, sem caminho e através de todas as asperezas.

Nem se diga que Potosi era uma região estranha para os paulistas (Pedro Calmon; "Historia da Civilização Brasileira"; Cia. Editora Nacional, Serie Brasileira).

Essa aglomeração mineira nos Andes, fundada em 1545 (mesmo ano da fundação de Santos) atraía pelo fulgor de seu minerio argenteo, muita gente de S. Paulo, entre os quais Antonio Castanho da Silva ("Nobiliarquia"; Pedro Taques), que aí faleceu em 1622 e os famosos "peruleiros".

E' evidente que esta última parte da viagem de Barreto, não é uma certeza. Eu me limito apenas, a levantar uma hipótese a favor da qual militam probabilidades, às quais eu procuro dar base e força. E' possivel que Barreto não tenha andado até aí, mas então por onde perambulou ele durante esses dois anos?

Por certo percorreram ele e a sua gente 4.000 quilômetros, mas onde se situar essa distancia? Eu estou pronto a examinar qualquer outra hipótese, que se avenge. Por enquanto, porem, estou na convicção de que a hipótese mais aceitavel é a que sugeri.

CAPITULO XXX

ECONOMIA RURAL PLANALTINA .

Não há dúvida que a economia planaltina repousava na caça ao indio, que era apresado, escravizado e vendido aos consumidores que se situavam na maior parte do Nordeste açucareiro. Houve para essa faina escravizadora uma época aurea, que foi quando o batavo, senhor dos mares, havia senão cortado, ao menos perturbado a importação do negro, deixando ao planalto o monopólio do fornecimento de escravos (184).

(134) A interdependencia economica das varias regiões brasileiras não é de hoje.

Quanto mais os outros brasileiros se desenvolvem economicamente, tanto mais isso se reflete na economia paulista, pois fica aumentado o poder aquisitivo deles, e, com isso, podem comprar mais do planalto. A navegação de cabotagem é que realiza esse intercambio.

E' esse fenomeno que se deve aplicar desde o seculo XVII.

Vejam os:

Parece que, não pode restar duvida a respeito do intercambio existente no seculo XVII, entre o Nordeste açucareiro e o planalto apresador de indios. O planalto exportava grandes contingentes de indios para esse Nordeste, sempre faminto de braços, para as suas lavouras de cana e para os seus engenhos, bem como para as suas Casas Grandes, etc.

Em abono da tese que sustento, Roberto Simonsen diz, no seu *Historia Economica*, I, 330 a 332:

"Em 1601, encontram-se referencias a um pedido para que a Camara obtivesse do Governador Geral, licença para se arranjar em indios de paz ou de guerra pelo muito prejuizo que a terra recebia a ausencia de escravos, tanto mais que estavam os traficantes a remeter captivos para a Bahia.

Em 1606 a Camara de São Paulo endereçou ao donatario da Capitania esta expressiva exposição:

Essa circumstancia extraordinariamente favoravel, por sorte, coincidiu com o período da denominação espanhola e com o da organização do imperio teocrático-guaraní.

Esse conjunto de coincidencias deu à economia planaltina, na primeira metade do seiscentismo, uma sólida base estribada na atividade única da escravidão do indiô.

Estavam os indios christãos vizinhos quasi acabados mas havia no sertão infinidade delles e de muitas nações, vivendo a lei dos brutos (animaes comendo-se uns aos outros). Descel-os, com ordem para serem christãos seria cousa de grande proveito, sobretudo os carijós, distantes umas oitenta leguas e avaliados em 200.000 homens de arco. Assim procurasse S. Mercê obter do rei licença para se explorar semelhante mina, capaz de render mais de 100.000 cruzados, alem de resultados espirituaes.

Enorme a emigração de indios paulistanos para os canaviaes da Bahia e Pernambuco. Muito cedo deixariam os traficantes em São Paulo tudo ermo, com as arvores e hervas do campo somente.

O grande incremento no trafico de indios parece ter-se verificado a partir de 1628, quando os bandeirantes paulistas foram assaltar as nições jesuiticas, de onde trouxeram grande copia de escravos já um tanto afeitos ao trabalho. Consta que grande parte foi vendida no mercado do Rio, onde alcançara, então cerca de 20 mil réis por cabeça. Varias referencias se encontram desse commercio". (Roberto Simonsen, *Hist. Economica do Brasil*, I, 330 a 332, Cia. Editora Nacional).

Taunay menciona essas referencias das recorridas por Roberto Simonsen, acima lembradas, na sua *Historia Geral das Bandeiras Paulistas*, verdadeiro Evangelho, cujos preciosos ensinamentos são verdadeiros mandamentos para este livro. Consulte-se esse magnifico trabalho.

Ainda sobre isso o eminente mestre enfileira, observações seguras e concordes em afirmar a existencia regular desse viceral intercambio, entre o nosso planalto e o Nordeste açucareiro na sua portentosa *Historia seiscentista da Villa de São Paulo*, 11, 17, 68, 83 do vol. I.

Fica pois bem demonstrada a existencia desse intercambio, não só a pedra mestra da economia planaltina, mas tambem o élo mais assegurado da união nacional dos varios nucleos coloniais brasileiros. Era o planalto paulista o fornecedor da mão de obra indigena para o funcionamento da industria agricola do Nordeste.

Era a monocultura do apresamento a grande fonte de renda da gente planaltina, renda da qual o planaltino tinha urgente precisão para poder efetuar todas as suas aquisições externas, mesmo porque as internas eram providas por uma rigorosíssima autarquia, de modo que eles se valiam da importação, unicamente quando premidos por extrema necessidade.

Penso mesmo que o mais sólido liame para a manutenção da união das colonias luso-americanas, foi haver, no norte açucareiro, um forte consumo da mercadoria produzida no planalto, determinando isso um contacto assiduo o qual deu base econômica a união (135).

Terminadas, porem, essas circunstancias coincidentes, os planaltinos tiveram em crise os negocios referentes à sua ocupação, isto é, à escravização do indio. Esta decaiu com evidencia na segunda metade do seiscentismo (136). Já a mercadoria tinha que ser muito mais laboriosamente produzida pelos paulistas e o consumo dela já não contava

(135) Toda união politica deve ter por base um motivo econômico, e o organismo politico, que porventura, não tiver é uma construção ficticia e artificial. Como vimos no Brasil colonial o Nordeste se ligava economicamente ao planalto paulista, fazendo com que esta região colonial, se interessasse na sua industria agricola açucareira, pelo fornecimento da mão de obra. Se não fossem os indios, vendidos pelos planaltinos aos nordestinos, estes não poderiam produzir e vender o açúcar. Logo, os planaltinos comungaram na riqueza açucareira do Nordeste.

Esse foi dos laços mais solidos a prender a comunidade colonial brasileira. Outros laços existiram unindo as demais regiões, como teremos ocasião de ver e de analisar.

(136) Essa decadencia foi causada pelos motivos concomitantes:

- a) Cessação do dominio hispânico, tendo desaparecido a comunidade territorial.
- b) Cessação da hegemonia flamenga nos mares.
- c) Esgotamento dos celeiros de indios civilizados nas organizações jesuíticas.
- d) Declínio da lavoura açucareira no norte.

mais com o monopólio dos grandes centros açucareiros do norte.

* * *

O total auferido pela economia planaltina com a indústria da caça ao índio, segundo Roberto Simonsen, monta a 2.000.000 de libras ou sejam cerca de 240.000 mil contos. (187)

O total lucrado pela economia planaltina com a mineração do ouro, naturalmente com exclusividade ao das redondezas paulistânicas e das capitânicas paulistas, monta a 930 arrobas ou sejam 1.900.000 mil libras ou ainda cerca de 200.000 mil contos em nossa moeda atual. (Eschwege, apud Robert Simonsen, "Historia Econômica do Brasil").

Essa era a única fonte de renda do planalto que permitia à região se manter na civilização. Sim, porque não posso fazer menção do pouco que S. Paulo exportava em cereais ou do que saía em marmelada à razão de 320 a 400 réis a caixeta.

Isso seria uma quitanda minúscula para as necessidades externas da população.

Se aceitarmos o cálculo de Roberto Simonsen de 240.000 mil contos, correspondente à cerca de 300.000 mil índios apresados em todo o ciclo despovoador, que durou no mínimo 150 anos, teremos 3.600 contos por ano, o que

(137) Roberto Simonsen, *Historia Econômica do Brasil*, vol. I, 325 ao dizer:

"Existem algumas referências de jesuítas e outros ao número dos aprisionados em suas missões ou nos sertões bravios. Delas não se pode inferir que tenha esse total de incolos aprisionados e escravizados ultrapassado em muito umas 300.000 mil peças, em todo o ciclo despovoador. Representaria menos de 2.000.000 £ ou seja menos de 1% do que rendeu em igual período o ciclo do açúcar e pouco mais de 1% do valor dos 70 anos de intensa mineração. As peças exportadas para fora da Capitania talvez não alcançassem 30% dos apresamentos".

corresponde à cerca de 20 contos na moeda seiscentista, segundo Roberto Simonsen, loc. cit. (188) (189).

Eu calculo a população de então, no planalto paulista, em 6 a 8.000 mil almas ou sejam cerca de 1.000 vezes menos do que a do Estado de S. Paulo de hoje.

A exportação media anual de S. Paulo atual é de cerca de 2.600.000 contos ou sejam 130.000 vezes a da caça ao indio. Assim sendo a população paulista de então era cerca de 60 a 70 vezes mais pobre que a de hoje.

* * *

É preciso ficar ressaltada vivamente a grande influencia tida pela economia planaltina na evolução da nossa historia. Eu quero insistir, resumindo no seguinte esquema, a propósito dessa influencia:

a) *Influencia no bandeirismo* — Este é uma consequencia econômica da miseria da região, privada de uma fonte de renda vegetal como a do pau-brasil, ou a do açúcar.

Caso não houvesse essa miseria econômica, não teriamos tido o bandeirismo. Eis o norte povoado pela mesma

(138) A riqueza apresada nos sertões pelo bandeirante de preta, não deve consistir unicamente no numero de cativados multiplicado pelo valor de cada um, mas é preciso se ter em conta a natalidade entre esses amerindios, o que aumentava o total.

(139) Não posso compreender, nem concordar com a parte do calculo de Simonsen de que apenas 30 % desse total, tenha sido exportado.

A lavourinha planaltina não poderia absorver, oferecendo occupação a 210.000 indios.

Isso seria um absurdo que contraria a logica mais vulgar!

O inverso seria muito mais verossimil. Exportamos 70 % do total e consumimos 30 % no planalto, na nossa minuscula agricultura, que não constituia uma fonte de renda como a da cana no Nordeste, mas era unicamente uma pequena fonte de produção para o gasto local.

essencia humana, entretanto não produzindo bandeirismo. É que lá faltou a miseria. Lá havia uma fonte de renda. Lá havia uma ocupação rendosa que absorvia as energias da população.

b) *Influencia no isolamento autarquico* — Não havendo intercambio de vulto entre o planalto e as mais regiões brasileiras por não encontrar o comercio em que se efetuar e como se movimentar, pela falta de transporte nas acidentadíssimas regiões piratininganas, pela falta de produção e de capacidade aquisitiva das populações paulistas, a região planaltina isolava-se e consumia só o que produzia.

c) *Influencia na manutenção de uma ligação com o Norte açucareiro* — Esta influencia parece, em parte, antagonica à acima mencionada. De fato, a mercadoria humana produzida no planalto pela atividade sertanista, tinha o seu mercado de consumo na vasta organização de trabalho que era o Norte açucareiro. Suprimamo-la e teremos suprimido o apresamento bandeirante ⁽¹⁴⁰⁾.

O intercambio motivado por essa relação de produção e de consumo não era de vulto, não suprimia a autarquia e o isolamento em que vivia o planalto, porque este só exportava para o Norte açucareiro e nada de lá importava.

(140) Assim também se suprimissemos o apresamento, teriamos também por força suprimir o ciclo do açúcar. E' clarissimo isso! Onde iriam os agricultores nordestinos da cana, ou os industriais do fabrico do açúcar buscar a mão de obra, imperiosamente necessaria?

O membro da Academia Brasileira de Letras que de um modo tão pouco inteligente tentou denegrir o apresamento pela revista *Estudos Brasileiros*, não teve olhos para esse raciocinio logico. Tivesse tido o intelectual nordestino, compreendendo a logica do que expús acima não teria jogado pedra no fenomeno historico do apresamento, pois essa pedra viria cair sobre toda a cultura nordestina, que foi no seculo XVII dependente viceralmente do apresamento.

Em todo caso esse intercambio diminuiu o isolamento planaltino e fez com que essa região, pela importancia que isso representava para ela na sua economia, ficasse ligada ao Norte.

d) *Influencia da mineração* — Não há dúvida de que a mineração, misturando as populações paulista e nortista, tornando complexos os seus negocios estribados no ouro, em que ambas as estirpes tinham interesses, contra os do fisco reinol, fundiu no mesmo cadinho as mentalidades nortista e paulista, no interesse da unidade colonial luso-americana.

Suprima-se a mineração e não teriamos essa comunhão.

A mineração concentrou nas Gerais centenas de milhares de individuos, oriundos do planalto, do Norte, ou de Alem-mar. (141) Ora isso deu ao Norte açucareiro um excelente mercado de consumo aos seus produtos.

e) *A influencia da agricultura planaltina na configuração social das colonias vicentino e paulista* — A economia planaltina estribada na cultura de certos produtos agrícolas só podia faze-lo pela pequena propriedade que causou tantas consequencias na feitura da aglomeração no planalto.

(141) E' preciso se lembrar que, então, o planalto paulista não estava mais gozando do seu primitivo isolamento. Já, então, Garcia Rodrigues Ihes havia construido o famoso caminho novo para as minas. (Paulo Prado, *Paulística*).

Essa comunhão nas minas, entre nordestinos e paulistas, foi um dos mais poderosos laços que prenderam as regiões, na alma nacional.

Suprima-se esse laço ligador e teremos golpeado fundo o espirito brasileiro.

CAPITULO XXXI

A POLICULTURA PAULISTA

Nós sabemos que a agricultura de uma região é mera consequencia da sua climatologia. O planalto paulista é situado em latitude já bem distante do Equador, com cerca de 23° para 24°. Isso emprestaria à região uma temperatura senão temperada ao menos já bem afastada do calor e da luminosidade equatorial. Mas, para aumentar essa situação já, pela latitude tão dispar do resto da América lusitana, o planalto situava-se em um nível de 500 a 800 metros acima do nível do mar. Com isso ficava com um regime temperatural, bem diferente e roçando no clima temperado, senão semelhante ao menos aproximado do reinante em Portugal.

Assim seria uma situação absolutamente indeclinavel. O remédio seria a adaptação, por parte do elemento humano a ela. A agricultura regional tinha que se conformar com a situação climática descrita. Não era possivel a adaptação das culturas vegetais que, como a cana de açúcar demandam um alto teor calorifico e uma grande luminosidade de atmosfera, nas regiões paulistas, enregeladas pelas geadas ou turvadas pela garoa.

Foi, em parte, por esse motivo que S. Paulo não pode comungar na cultura canavieira, essa que tanto fez pela prosperidade do Nordeste e pelo adensamento demografico nessa região, fixando grandes massas humanas à terra e reduzindo-as ao espírito brasileiro, despindo os atributos de lusitanidade em que tinham vindo.

Foi o grande amor à terra, à cultura canavieira, a qual diferiu por completo das ocupações rurais reinóis.

Essa foi uma das mais efficientes alavancas propulso-ras, no sentido de diferenciar o colonial do reinol.

Mas isso acontecia aos que se subordinavam à agricultura da cana de açúcar.

As partes brasileiras que não dispunham de condições propicias para esse gênero de cultura, naturalmente, não se diferenciavam tão rapidamente de Portugal. Talvez seja em grande parte, em razão disso, que tenha havido tanta energia dispendida, tanta tenacidade, tanta bravura, tanto apego à estirpe, ao idioma ou à religião, na luta da restauração.

São Paulo, entretanto, apesar de não dispor das condições para a cultura da cana, foi um centro onde se fez mais eficiente o espírito de separação da metrópole. Por que isso? E' que, justamente por não oferecer prosperidade, São Paulo não atraía grandes massas de gente que emigrava. Assim, o pequeno nucleo humano paulista não recebia sangue europeu. O isolamento paulista era maior e com isso o espírito europeu se fazia mais ausente da mentalidade paulista que recebia, com mais exclusividade, o espírito da terra.

Não cultivando a cana em grande escala, e não o fazia não só por razões climáticas mas também econômicas, pois o transporte do açúcar seria muito mais caro de São Vicente a Lisboa, 1.500 quilômetros mais longo do que de Recife-Lisboa, S. Paulo tratou de remediar a situação entregando-se ao cultivo de outros gêneros como por exemplo o trigo, o milho, o feijão, o arroz, a uva, etc. (Alcantara Machado, "Vida e Morte do Bandeirante"; Alfredo Ellis Junior, "Raça de Gigantes"), (142) além disso, o planaltino, para poder acomodar a autarquia em que vivia, tinha de ser policultor e por isso, pequeno proprietário.

(142) A pequenissima cultura de cana que o planalto realizava, era unicamente para o consumo local. O isolamento em que estava o planalto determinava a autarquia quasi absoluta e portanto se não impedia as importações de modo total as dificultava enormemente, de modo que, o planalto vivia da sua propria produção.

Era, porem, uma policultura muito pequena, ao lado de um diminuto pastoreio como se vê dos documentos da época ("Invents. e testams."), cousa proporcional, em tamanho, ao volume demográfico planaltino, o qual só aumentou no decorrer do século XIX quando, para cá, veio o café.

Essa policultura, porem, apesar de diminuta, foi sufficiente para bem enraizar a gente, ao solo, diferenciando-a da de Portugal de um modo nítido e bem saliente, de modo que o planalto sempre se fez evidente em todos os movimentos de independencia da América portuguesa.

Eis a aclamação de Amador Bueno! (143)

Eis a expulsão dos jesuítas!

Eis as manifestações de antagonismo contra Salvador Correia de Sá e Benevides!

Eis a guerra dos Emboabas!

A seguir a esse episodio magnífico de pujante espírito nacional, S. Paulo passou todo o século XVIII sem vibrar pela causa luso-americana, em razão da decadencia qualitativa em que a emigração para as minas o precipitou como se um longo sono cataléptico o tivesse empolgado. Mas logo se revigorando econômica e demograficamente, ei-lo novamente no soberbo movimento da independencia que teve lugar às margens do Ipiranga, em 1822! (144).

(143) A importancia da aclamação de Amador Bueno, está po que ela espelha. Ve-se por ela que a origem da alma nacional que evoluia progressivamente em um crescendo evidente.

Não ha que duvidar de que a aclamação de Amador Bueno foi a primeira manifestação do espirito da terra. O movimento da aclamação marca pois uma epoca importantissima.

(144) E' preciso se levar em conta, tambem, o espirito extraordinariamente ativo do paulista, tantas vezes testemunhado, como, por exemplo desde o famoso episodio daquele féro filho de Ramalho,

que quiz acabar a Inquisição à flechadas; o da expulsão dos jesuítas; os da luta contra o vigário Albernaz; os da luta contra Salvador Correia de Sá; os da guerra civil entre Pires e Camargos; os motins a proposito da moeda; os referentes ao sal, entre os quais o caso suggestivo de Bartholomeu Fernandes de Faria; o episodio da aclamação de Amador Bueno, etc. (Taunay, *Historia seiscentista da Villa de S. Paulo*). Esse traço do carater paulista teve uma das cenas mais epicas nas seguintes palavras do professor Taunay (*Hist. seisc. da Villa de S. Paulo*, III, 207): “Chegou a audacia de Pedro Ortiz de Camargo a mandar dizer pelo ajudante Pedro da Silva a Arthur de Sá: “era excusado querer elle vir a São Paulo, porque os paulistas se sabiam muito bem governar”. Assim, “ficasse no Rio, com a sua infantaria”.

Era nesses termos desabridos e violentos que a gente de Piratininga falava aos representantes da coroa! Não seria pois de se admirar que aqui tivessem lugar os primeiros vagidos de uma nacionalidade que nascia!

O ouro porem atraindo para cá, grandes massas de reinóis, cuja influencia teve lugar no setecentismo, fez indirectamente retardar a evolução da alma nacional, que no seculo XVII, já despontava viva, vibrante, etc. no planalto, com manifestações inequivocas de seu ritmo progressivo.

Foi assim que, o eminente estadista-historiador Washington Luis na sua seivosa *Capitania de São Paulo*, disse que, só no seculo XVIII, os paulistas reconheceram a soberania portuguesa.

Tudo consequencia do ouro, como veremos adiante!

CAPITULO XXXII

PRÓDROMOS DO GUAIRÁ

Antes do estabelecimento jesuítico em terras do Guairá, essa região era um sertão bruto, situado entre as terras formadoras de um quadrilátero, que de um lado, era delimitado pelo rio Paranapanema, de outro pelo rio Paraná de outro pelo Iguaçu e do outro pela crista do "divortium aquarum" entre as aguas vertentes para as bacias desses rios e as que correm para o mar; é uma linha, coincidente com a crista planáltina, que vae desde o sertão de Ibiguira que é nas nascentes do rio Ribeira, que verte para o mar, nas do Tibagi que vai para o Paranapanema, e nas do Iguaçu, até as do rio Negro.

Essa região de cerca de 150.000 quilômetros quadrados era cortada pelas aguas do Pequirí e do Ivaí, paralelos ao Iguaçu e pelas do Tibagi, afluente do Paranapanema e perpendicular a este.

À margem do Ivaí, estava o burgo espanhol de Vila Rica del Espírito Santo, fundada em 1570 por Rui Dias de Melgarejo e em 1576, por esse mesmo caudilho transportada, ou antes refundada, no espigão divisor entre o Pequirí e o Ivaí.

À foz do Pequirí, estava outro burgo espanhol: Ciudad Real fundada em 1556, depois de iniciada na foz do Iguaçu em 1554 por Garcia Rodrigues de Vergara. Esses burgos espanhóis habitados por cerca de duas centenas de "encomenderos", vivia da extração da "hierba" o mate que era e é nativo nessa região, o qual começava a ser habitualmente consumido pelos moradores do sul do novo continente. Ilhados no sertão, habitado por indios guaranis que tinham o nome de Ibiraiaras segundo se vê de um trabalho

de Ramon Cardozo, "El Guairá", em que se vê esse nome como os dos indios que povoavam a região. Taunay, na sua monumental "Historia Geral das Bandeiras", vol. II, 29, também se refere a esses indios.

Segundo Gentil de Moura ("O Caminho do Paraguai a Sto. André da Borda do Campo") os "ibiraiaras" eram os mesmos que os "bilreiros". Estes estavam pois estabelecidos em toda a bacia do Ivaí e em suas incursões chegaram naturalmente até as ribanceiras do Tietê, e subiam até o seu alto curso.

Os jesuítas que estiveram no Paraguai no quinhentismo, nada deixaram em materia de catequização do amerindio, mas na primeira década do seiscentismo, chegou ao Paraguai nova leva de reverendos loiolanos.

Estes realizavam a execução de um vasto plano.

Os jesuítas, que formavam uma corporação religiosa fundada em 1534 por Inacio de Loiola, eram destinados a constituir uma milicia de elite a ser empregada na contra reforma, luta em prol da religião, empreendida pelo papa Paulo III (Farnese), queriam constituir um estado em que pudessem obter o poder temporal. A Europa já estava no seiscentismo toda ocupada, de modo que esse sonho não se podia realizar no velho continente. Foi com esse raciocinio que a Companhia de Jesús lançou suas vistas para a América e no novo continente se dispôs a fundar uma vasta organização na bacia do rio Paraná. Essa organização dividida em provincias, se estendia do rio Paraguai em direção ao mar. Era dividido em provincias, o vasto imperio teocrático jesuítico-guaraní que a Companhia de Jesús visava fundar em terras espanholas, sim, em terras espanholas, porque a Espanha era nesse fim do quinhentismo e começo do seiscentismo, a única nação verdadeiramente católica na Europa. A França estava governada por um monarca que não merecia confiança, pois havia sido o chefe dos huguenotes e só se convertera para obter a coroa.

Alem disso Henrique IV havia baixado o Editto de Nantes.

Assim, esse país era o único verdadeiramente representante da catolicidade. A América espanhola deveria pois ser a região, onde se deveria se estabelecer o novo Imperio teocrático. Foi por isso que ficou fixado que a nova organização se estenderia em terras espanholas da bacia do rio Paraná.

O Imperio jesuítico deveria ser povoado pela massa de guaranis que os reverendos iriam catequizando. Seria ele um Estado ideal; uma especie de "Utopia", ou "Cidade de Deus", como queria Sto. Agostinho, tal seria a sua organização.

O Imperio jesuítico-guaraní compunha-se das seguintes provincias: Paraguai, Guairá, Itatí, Tape, Uruguai, e Paraná. Cada uma dessas provincias se compunha de 8 a 15 reduções, que eram aglomerações de cristianização, de civilização e de trabalho indígena, localizadas estrategicamente nas ribanceiras dos rios navegaveis. Cada provincia se situava em area de 100 a 150.000 quilômetros quadrados, com uma população de 100 a 200.000 habitantes amerindios. (145). Os burgos espanhóis localizados nas proximidades das reduções continuavam na sua faina de trabalho extrativo, e não poucas vezes a hostilidade surgia

(145) A este proposito Rób. Simonsen, loc. cit. vol. I, 321, diz: "A provincia jesuítica do Paraguay, fundada em 1607, comprehendia em sua jurisdicção religiosa, o territorio do actual Paraguay, o sul da Bolivia, o Vice reinado do Prata, o actual Uruguay, Rio Grande do Sul, Santa Catharina, Paraná, e parte de S. Paulo.

Entre 1609 e 1707 foram fundadas nessa provincia 63 reduções principaes. Das 30 que subsistiram entre 1641 e fins do seculo XIX, 15 estavam no actual territorio argentino das Missões, situado entre os rios Paraná e Paraguay, 7 no Estado do Rio Grande do Sul e 8 no actual Paraguay.

Os hespanhóes visando estabelecer uma sahida para a costa de Santa Catharina tinham fundado em 1554, a cidade Real do Guayrá, mudada tres annos mais tarde para as margens do Piquery e, em 1576

veemente entre os "encomenderos" e os reverendos da Companhia (Taunay "Historia Geral das Bandeiras Paulistas").

A tendencia, pois, com o crescimento das provincias jesuítico-guaranis, era esse imenso império atingir o Atlântico e se isso se desse, por ventura, seria o fracasso de extensão da América lusitana até o Prata e a criação de um Paraguai gigante, que se estenderia, quiçá, até ao Paranapa-

Villa Rica del Espirito Santo sobre o Corumbatãhy affluente do IvaHy em pleno Paraná de hoje.

A região toda era muito habitada por indios.

Após iniciativas esporadicadas, verificadas desde 1588, sómente em 1607 foi de facto organizada a fundação jesuitica do Paraguay e o trabalho missionario nessas regiões. Em 1609, Lorenzana fundou Santo Ignacio Iguassú, e até 1628 foram estabelecidas as demais reduções do Paraná e Uruguay.

Os padres Cataldino, Maceta, Montoya e outros fundaram, entre 1610 e 1628 as 13 reduções de Véra ou Guayrá.

Os paulistas, entre 1628 e 1630, destruíram 11 destas missões, tendo os povos restantes, Santo Ignacio e Loreto, emigrado para as missões do Paraná, numa penosa retirada, pintada com as cores mais sombrias pelos chronistas jesuitas. Em 1631, destruíram os paulistas as cidades de Villa Rica e Ciudad Real de Guayrá.

Em 1631, fundaram os jesuitas as missões do Itatines, ao sudoeste de Matto Grosso, que foram também destruidas pelos paulistas, em 1632. Nesse mesmo anno assaltaram e destruíram o estabelecimento hespanhol de Santiago de Xerez, sito perto das nascentes do Aquidauana em Matto Grosso.

Em 1636, os paulistas investiram contra as missões do Tape e do Uruguay, que, até 1638, foram umas arrasadas e as restantes expulsas para a margem occidental do Uruguay.

Destruíram assim em pouco mais de dez annos, todas as reduções do Guayrá, Itatines, Tape e Uruguay.

Salvaram-se as reduções do Paraná, no actual territorio argentino das Missões, devido á derrota soffrida pelos paulistas em M'Bororé, na investida que parece ter sido commandada por Jeronymo Pedroso de Barros.

Esta data assignala a organização definitiva das doutrinas jesuíticas.

De facto abandonando as comarcas afastadas, agruparam suas reduções nas margens do Paraná e Uruguay, na parte em que

ma ou ao Tietê. Felizmente para a América portuguesa e mais tarde para o Brasil, surgiu a luta contra a organização jesuítica por parte de um aglomerado de indivíduos situados no planalto paulista, cujo total em população não ia além de 10.000 almas, computados nesse total demográfico, os escravos tupis e os tapanhunos (pretos).

É um prodígio de atrevimento e audácia o dessa apoucada população se arrojar valentemente contra o número imensamente maior da organização jesuítica e não só paralisar sua "vis propulsivã", como também a destruir e se assenhorear de toda a população gentílica reunida pela Companhia de Jesús (146).

Antes de haverem os jesuitas iniciado o trabalho de construção da provincia de Guairá, já os paulistas haviam iniciado as suas correrias pelo territorio, hoje paranaense.

estes rios mais se aproximam. Formaram um campo continuo, defendendo-se assim com mais facilidade. Mais tarde, occuparam novamente uma parte do territorio do Rio Grande, fundando ahi os Sete Povos, que com as missões argentinas e as oito reduções em territorio paraguay, ao Norte do Rio Paraná, constituíram as 30 doutrinas jesuíticas que por mais de um seculo iam evoluir sob a direcção dessa Ordem".

(146) O egregio professor Taunay, na sua "*Historia Geral das Bandeiras Paulistas*", I, 313, ao explicar a incrível ousadia dos paulistas em se opor violentamente contra os jesuitas, organização poderosissima ante a qual se dobravam humilhados os monarcas, curvavam-se dominados os pontifices, tremiam acovardadas as nações, vacilavam dominados os ministros e titulares, tombavam vencidos tronos solidissimos, derruam-se reputações firmissimas, esboroavam-se as esfareladas vontades e consciências, etc., diz:

"Habituaados á lucta contra os selvícolas, os paulistas não respeitavam mais os ignacinos".

* * *

Basilio de Magalhães diz que, na luta que os jesuitas travaram contra os paulistas, "transigiram ignobilmente". Sim, transigiram, pois a escritura de 1653, pela qual os padres da Companhia eram, de novo, admitidos no planalto representava uma transigencia abso-

* A primeira algara vicentino-planaltina lançada sobre o Guairá foi, não ha dúvida, a bandeira de Nicolau Barreto, em 1602-1604.

Os documentos municipais, que eu citei, no meu "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano", confirmados pelo documento que Taunay encontrou na documentação jesuítica ("Historia Geral das Bandeiras Paulistas") são concluentes (Tese de concurso; Alfredo Ellis Junior; Boletim da Faculdade, de Filosofia, Ciências e Letras" n.º 9).

Mais tarde organizaram-se em São Paulo duas bandeiras, destinadas a penetrar entre os indios "ibiraiaras" ou "bilreiros". Eram as bandeiras, chefiadas pelo espanhol Martim Rodrigues Tenorio de Aguilar, e pelo mameluco Belchior Dias Carneiro.

Em outra publicação, tratei essas duas expedições de modo mais minucioso ("O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano"; Cia. Editora Nacional, serie Brasileira) (147).

luta e um completo abandono da causa dos indios. (Azevedo Marques, "Apontamentos").

Com os paulistas não era possível aos padres a luta!

Era uma gente terrivel, procedente daquele admiravel filho de Ramalho, que queria acabar com a Inquisição à flechadas.

Eis as palavras do eminente mestre que é Basilio de Magalhães, no seu magnifico "*Expansão Geographica*":

"Quando mesmo dispunham de prestigio junto aos dynastas da metropole, viram com assombro que tanto a sua propria corôa, como a dos reis, senhores da maior porção do mundo, como até a sacra tiára dos papas não mereciam obediencia por parte dos indomitos sertanistas, moradores do altiplano de Piratininga.

A vontade inamolgavel destes indefesos conquistadores de tribus e de terras cederam os jesuitas, por mais de uma vez, transigindo ignobilmente contra os direitos de liberdade dos autoctones de que se haviam arvorado em patronos...".

(147) Então eu ainda não havia chegado à convicção de que essas duas bandeiras tinham sido dirigidas contra o Guayrá.

* * Foram essas três expedições as primeiras que talaram o território guaireño.

Este só começou a ser aproveitado pelos jesuítas em 1610 com a fundação às margens do rio Paranapanema, junto à foz do Pirapó, das duas reduções de "*Nossa Senhora do Loreto*" e de "*Sto. Inacio Meni*". (Cardoso; "*El Guairá*").

Com o correr da terceira década do seiscentismo de 1623-1630, nada menos de 11 reduções seguintes foram fundadas: "*S. Tomé*", "*S. Xavier*", "*San Antonio*" e "*San Pedro*", bem na crista planaltina, nas nascentes do Tibagi e do Iguacú, como do alto Ivaí; as de "*Jesús Maria*" e de "*Archangeles*" nas nascentes do Pequerí. As de "*San Pablo*", de "*San Xavier*" e de "*San Joseph*" por sobre o Tibagi; a de "*Concepcion*", no espigão divisor do Pequirí e Iguacú, e a de "*Ontiveros*", na foz do Iguacú. ⁽¹⁴⁸⁾ ⁽¹⁴⁹⁾.

Ainda, sem que esse imenso pombal de reduções, tivesse começado a causar efeitos, constatamos duas bandeiras paulistas internadas no sertão do Guairá.

Foi a bandeira de Pedro Vaz de Barros de 1611 e a de Sebastião Preto de 1612.

É claro que os planaltinos na sua faina apresadora, preferissem dirigir os seus botes sobre o Guairá. Isso por varios motivos:

Hoje, porem, estou firmemente nessa crença.

Em 1607 ainda não haviam se iniciado as atividades jesuíticas no Guairá, mas os paulistas talavam já o território guaireño e aí apresavam indios ainda selvagens. Eles, nessa região, antecederam os jesuítas.

(148) É de recomendar a este proposito um trabalho do Dr. Antonio Piza, "*A expulsão dos jesuítas em 1640*", publicado na "*Revista do Inst. Hist. de S. Paulo*", III, 36 a 43.

(149) Ruy Diaz de Gusman elêva mesmo esse total a 300.000 indios, na sua "*Argentina*" apud Taunay ("*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", I, 333).

Taunay, loc. cit. 334 diz que, o Paraguai tinha 200.000 indios.

a) Porque aí havia uma aglomeração mais adensada de índios a apresiar. O negocio de apresamento se tornava anti-econômico, uma vez que houvesse dispersão da gente amerindiana. Os elementos reduzidos eram reunidos em grande adensamento de 4, 5, 6, 7 ou mais milheiros em cada redução, de modo que um golpe dado em um determinado lugar, já havia certeza no apresamento de despojos de monta. Os índios bravios, se dispersavam porque, eles na infancia da civilização desconheciam a agricultura e viviam da caça e pesca. Ora, para viver de caça e pesca é preciso um territorio muito grande porque este contendo uma determinada quantidade de peixe e de caça não pode alimentar senão um número limitado de homens. Só a agricultura, mais do que o pastoreio, pode elevar extraordinariamente esse número.

b) Porque aí havia um total de ameríndios a apresiar, o qual ascendia a quasi duas centenas de milhares. A fecundidade aumentada fazia crescer a natalidade, e as condições de higiene e de conforto diminuiam a mortalidade.

c) Não era apenas a quantidade de índios a apresiar que aí predominava de um modo evidente, era também a qualidade, pois o índio reduzido, era indiscutivelmente muito mais aprestado para os trabalhos na civilização do que os índios bravios.

Aqueles eram naturalmente muito mais limados, já sem a rusticidade bronca dos selvagens, que também mais bellicosos ofereciam muito mais resistencia ao apresamento.

Em 1616 encontra-se uma bandeira paulista internada no Guairá. Quem nô-la revela é um documento constante da magnífica publicação dos "Inventarios e testamentos".

É a bandeira chefiada por Lázaro da Costa, a qual figura no mapa das bandeiras de autoria do mestre profes. Taunay, como trilhando o territorio do vale ao sul do Iguaçú.

Em 1619, é assinalado no Guairá, o Capitão Manoel Preto (Pedro Taques; "Nobiliarchia"). Não se sabe com

rigor, por onde tenha andado o grande herói de Guairá. Nesse ano, porem, o notavel sertanista desenvolveu muito a sua fazenda na atual Freguesia do O', com o nome de Nossa Senhora da Expectação. (Basilio de Magalhães; "Expansão Geográfica, 116 Cia. Editora Nacional, Serie Brasileira).

Em 1624 a documentação assinala no sertão duas bandeiras: a de qual fazia parte Henrique da Cunha Gago, neto do povoador martim afonsino Henrique da Cunha, e outra no sertão dos índios "abueus", chefiada pelo capitão Sebastião Preto, irmão de Manoel e filho do povoador português Antonio Preto. (Taqes e Siva Leme, dizem que Manoel era português, tendo vindo em 1580). Seria? Duvido!

Foi em 1628, que teve lugar a bandeira que iniciou a destruição de Guairá.

Deixemos para outro capítulo porem esse fenômeno historico, dadas as suas proporções em importancia.

As demais provincias do imperio jesuita-guaranítico, tiveram as seguintes evoluções históricas:

A "*Provincia do Paraná*", situada na região mesopotâmica, este rio no seu curso inferior, e o rio Uruguai, havia sido organizada desde 1626, compondo-se de sete reduções: Sta. Maria la Maior, Natividade de Acaraig, Sto. Inacio Guazú, Itapuan, Corpus, Yapéyo e Curuzú. Continha essa provincia cerca de 50 a 80.000 catecúmenos.

A "*Provincia de Uruguai*", situada na parte plana do Rio Grande do Sul, do lado do sul e de oeste desse Estado brasileiro, onde este margina o medio rio Uruguai, e banhada pelas aguas dos rios Ijuí, Camaquam e Ibicui, todos afluentes da margem esquerda do rio Uruguai, contava com 10 reduções, fundadas entre 1617 e 1634, com os seguintes nomes:

Candelaria de Caazapamini
San Nicolas
Mártires de Caaró

Sans Carlos de Caapi
 Apostoles de Caazapaguassú
 San Miguel
 Santo Tomé
 San José de Itaquatiá
 San Cosme y San Damian

Eram cerca de 120 a 150.000 indios aldeados nessas reduções.

Contigua a essa provincia, estava a provincia do Tape com as seguintes reduções:

Natividad de Arariçá
 Santa Tereza de Ibituruna
 Vizitacion
 Santa-Ana
 San Joaquim
 Jesús Maria de Yequi
 San Cristobal.

Albergavam essas reduções, fundadas entre 1632 a 1634 e situadas na parte serrana do Estado brasileiro do Rio Grande do Sul, do seu lado norte e leste, em região banhada pelo rio Jacuí, que naquele tempo era conhecido por Rio Grande (Teschauer; "Historia do Rio Grande do Sul"; — Tasso Fragoso "Batalha do Passo do Rosario") cerca de 80 a 100.000 indios.

A Provincia do Itatí situava-se no sul do Estado brasileiro de Mato Grosso.

De todas as repartições do Imperio Jesuitico, era a menor. Mesmo assim, conhecem-se os nomes de 3 das suas reduções: San José, Angeles e San Pedro y San Pablo, com cerca de 50.000 indios aldeados, e situadas ao redor da vila espanhola de Santiago de Xerez. (Basilio Machado de Magalhães, "Expansão Geográfica", Cia. Editora Nacional, Serie Brasileira).

Vivia esse meio milhão de amérindios em verdadeiro comunismo, formando uma autarquia sob a direção dos jesuítas, que eram inegavelmente indivíduos privilegiados de cultura e de magno índice de elevação moral, em que havia sido cuidadosamente selecionados.

Assim esse núcleo humano evoluía. Era uma célula gigante que começava viver com uma população de meio milhão de almas, noventa vezes mais do que a de S. Paulo, maior do que o total da população brasileira de então.

Quem poderia prever até onde iria a "vis propulsiva" desse enorme organismo semi-teocrático? (150).

(150) Se não fossem os apresadores, vítimas das pedradas inconcipientes dos membros da Academia Brasileira de Letras, que hoje os chamam de "bandidos" ("Estudos Brasileiros"), um Paraguai gigante teria certamente engulido todo o sul brasileiro.

Talvez toda a área ao sul da Mantiqueira e o Rio de Janeiro, quiçá, teriam sido englobados no imenso império jesuítico-guarani que se agigantava logo no início com mais de meio milhão de habitantes.

Além disso, se não fossem esses homéricos apresadores, tão insultados, pelos que querem dessa forma se transmutar em historiadores, o Nordeste açucareiro, com Pernambuco e Baía não teriam tido a agricultura da cana ou a indústria do açúcar.

Sim, porque, produzir com que mão de obra?

Esses detratores deselegantes dos apresadores, apesar de usarem a farda rutilante da imortalidade, antes de cuidar de um assunto que ignoram, deveriam ir estudar os ensinamentos de Karl Marx ou de Ricardo.

Historiadores que querem ser enciclopédicos não podem ignorar isso!

CAPITULO XXXIII

O BANDEIRISMO (151) (152)

Não há dúvida de que o bandeirismo foi um fenômeno histórico, que se perpetuou através de dois séculos. Merece por isso ser estudado como um capítulo da evolução do grupo humano planaltino.

(151) O ilustre escritor Paulo Prado, em quem a grande influencia de Capistrano, não conseguiu apagar a chama de paulista de fino quilate bandeirante, escreveu no seu magistral "*Paulistica*", 84, se referindo aos bandeirantes:

"Cegos pela ambição, refere um escriptor mineiro, arrostaram os maiores perigos; não temiam o tempo, as estações, a chuva, a seca, o frio, o calor, os animaes ferozes, reptis que davam a morte quasi instantanea, e, mais que tudo o indomito e vingativo indio anthropophago, que lhes devorava os prisioneiros e lhes disputava o terreno palmo a palmo, em guerra renhida e encarniçada. Para elles não havia bosques impenetraveis, serras alcantiladas, rios caudalosos, precipicios.....".

(152) Como ensina o eminente Professor Taunay, na sua citada "*Historia Geral das Bandeiras*", v. I, o bandeirismo, até pouco tempo, era letra morta na Historia do Brasil, ninguem dava a maior importancia ao movimento, que durante dois seculos, deu um especial relevo às paginas do passado desta parte do continente americano. De fato, os historiadores classicos da Historia do Brasil, ignoravam o movimento. O Brasil, para elles era unicamente a região do açúcar, isto é o Nordéste.

Capistrano de Abreu foi quem começou a dar ao bandeirismo uma certa importancia, mas ainda existe nas altas camadas intellectuaes do país uma evidente má vontade contra o bandeirismo, ao lado de um manifesto desejo de ver o seu movimento confundido com outros e profundamente diferentes episodios de penetração do hinterland.

Ainda a pouco tempo na Academia Brasileira de Letras houve enorme celeuma sobre isso. Penso que seja manifestação de regionalismo.

É preciso que se diga, porem, que os historiadores mineiros, e riograndenses do sul têm feito justiça ao bandeirismo.

Teve causas, teve consequências que se refletiram influenciadoramente em capítulos históricos não só do povo planaltino, como no de outros grupos humanos e teve duração de quasi dois séculos e meio.

Podemos considerar o bandeirismo de acordo com o seguinte esquema:

BANDEIRISMO	Fatos característicos do bandeirismo	Causas	a) Causas humanas ou subjetivas.		
			b) Causas externas consubstanciadas na cobiça portuguesa incitando o ardor paulista.		
		Fatos característicos do bandeirismo	Defensivas Século XVI	Apresamento em torno de Sto. André e de S. Paulo. Defesa de S. Paulo — 1562.	
				Defesa do litoral vicentino contra os piratas franceses, ingleses e holandeses.	
Fatos característicos do bandeirismo	Pesquisas do ouro e mineração	Ouro em torno da vila paulistana, no século XVI e pesquisas sobre o mesmo ao longo de incursões.			
		Ouro nas Gerais, em Goiás, Paraná, Baía e Mato Grosso no século XVII.			
Fatos característicos do bandeirismo	Ofensiva Século XVII	Luta de apresamento de índios das reduções, contra os jesuítas, na 1.ª metade do século XVII.			
		Apresamento de índios selvagens, na 2.ª metade do século XVII.			
Fatos característicos do bandeirismo	Povoamento	Expedição de auxílio à Baía em 1624-25.			
		Expedição de auxílio ao Conde da Torre em 1639-40.			
Fatos característicos do bandeirismo	Povoamento	Criação de gado. Mineração.	Expedição de auxílio à Baía em 1647.		
			Expedição de Barbosa Calheiros, Domingos Jorge.		
Fatos característicos do bandeirismo	Povoamento	Criação de gado. Mineração.	Expedição de Estevão Ribeiro Baião.		
			Expedição Matias Cardoso. Colonização dos Brito Peixoto. Colonização de Dias Velho.		
Consequências	Consequências	a) Alargamento das fronteiras luso-americano-brasileiras, com a expulsão dos espanhóis de grande parte da América do Sul.			
		b) Criação e manutenção de uma fonte de renda aos planaltinos.			
		c) Despovoamento do índio e povoamento do europeu em largas extensões na América.			
		d) mestiçagem intensa entre índios e europeus, no sentido de americanizar a gente planaltina.			
		e) Devassamento dos territórios sul-americanos.			
		f) Enriquecimento dos mineradores, de Portugal e da Inglaterra, pelo tratado de Methuen, o qual promoveu a era da máquina com a ruína da indústria francesa e a Revolução Francesa.			
		g) Perda da independência de fato do planalto.			
		h) Povoamento do Brasil pela atração da imigração em massa.			
		i) Desnacionalização da psicologia colonial e retardamento da independência do Brasil.			

Vamos passar em breve revista esses capitulos.

Vejam os em primeiro lugar as causas humanas ou subjetivas do bandeirismo. Entre as causas humanas figuram as seleções depuradoras do elemento planaltino.

A primeira peneiração para a formação do grupo planaltino foi a seleção emigratoria. Só faziam parte do caudal emigratorio, isto é, dos que abandonavam a patria para ingressar no novo meio, os individuos fortes, os de espirito alevantado, os superiormente dotados de ambição e de destemor, os forrados de audacia e de arrojo. Sim, porque só os de animo forte e empreendedor, ousavam arricar tudo na cartada temerosa que jogavam, buscando uma região misteriosa, cheia de perigos e erizada de possibilidades de fracasso. Só os de animo varonil e alevantado se aventuravam a se atirar no fragil bojo de uma caravela quinhentista e tendo diante de si um continente ermo, só povoado de antropófagos e de feras, não hesitavam no tremendo passo que davam. Os que não tinham esse privilegio e se encaulavam em timidez, não saiam do Reino. Emigravam os Dom Quixotes, ficavam os Sanchos!

Foi uma verdadeira filtragem que se operou. Só se fazia emigrante o forte e por consequente, só este conseguia perpetuar-se no Novo Mundo que, de inicio, só recebeu gente superiormente dotada. Os que não tinham o animo, modelado nessa forma em que se moldam os entes superiores, não vinham; não se constituíam em termo desse binomio admiravel que foi a formação da estirpe planaltina, na qual se notava dois elementos: o indio americano e o portuguez europeu. ⁽¹⁵³⁾

(153) Vacher de Lapouge vai mesmo alem. Ele quer relacionar o animo migratorio com a conformação anatomica. Para esse antropossociologo gaulês os elementos dotados de maior espirito migrador, têm estatura maior, são mais louros, mais dolicocefalos, etc. tipo que corresponde ao "homo europaeus" (*I'Aryen*), "*Selections sociales*", "*Race et milieu social*").

A segunda seleção que depurou o núcleo de povoadores, foi a mesologia, essa força incoercível que agiu drástica e desenvoltamente sobre esses povoadores que haviam atravessado a primeira peneiração. Dentre os povoadores vindos, esses escolhidos cuidadosamente pela natureza, nem todos suportavam com galhardia o novo ambiente. Se a seleção emigratória, era mais a agir no moral do indivíduo, escolhendo dentre a população portuguesa os de ânimo mais alevantado, forte e varonil, a seleção imigratoria, isto é, a dos que já haviam conseguido atravessar a primeira barreira, chegando ao novo meio, atuava mais no concernente ao fisiológico, embora o reflexo deste setor do organismo do europeu, a parte psíquica e moral também, a este respeito, fosse posta em ação. De fato, dentre os peneirados pela seleção emigratoria, nem todos eram igualmente resistentes à mudança dos ambientes. Este na Europa era ameno e dulçuroso. Havia ela já constituído um tipo humano, com todos os delicadíssimos aparelhos de seu organismo complexo e fragilíssimo por ele regulados. Eles vinham com toda sua biologia, calcada nas linhas ambientais européias: — Seus pulmões, sua circulação, seu metabolismo, sua endocrinologia, sua espessura dérmica, etc., — haviam-se constituído de acordo com as forças pressoriais do exterior, em muitos milhares de gerações que se sucederam todas no ambiente mesológico da Ibéria. Essa gente povoadora, que sofrera tão intensa depuração emigratoria, que havia escolhido na população ibérica os de ânimo mais vigoroso, já estava moldada em seus diversos aparelhos, quando a emigração, para o novo ambiente vicentino os atingiu. Teriam sido revoluções formidáveis na fisiologia dessa gente, as determinadas pela mudança. Nem todos suportaram essa drástica seleção mesológica. Muitos tombaram, vencidos nessa tremenda provação. Poucos puderam com rapidez transformar a regulagem de seus aparelhos fisiológicos e adaptar-se às novas condições do meio. Só os que o fizeram, só os que se adaptaram, puderam reproduzir-se, pas-

sando à posteridade as virtudes de que eram os felizes possuidores, (154).

Ao par dessa seleção mesológica, corria uma importantíssima seleção psicológica, a qual também operava minguando e depurando o já apoucado núcleo de povoadores. (Ellis; "Primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano"). De fato, os obstáculos do novo meio eram tão formidáveis e os povoadores estariam tão deprimidos pela ação de um ambiente estranho, hostil, arestoso, bravo, etc., que não poucos baquearam nessa corrida áspera de um povoamento nascente. Quantos teriam tombado, esmagados pela desdita, triturados pelo desânimo, pelo desalento ou pelo desespero, morrendo na miséria, emaranhados pelas hostilidades externas e entumulados anonimamente à sombra plácida de uma tosca cruz, a se esbater sobre uma sepultura simples de terra revolvida! (155)

Depois o clima no planalto!

Inclemente a ceifar os de aparelhos respiratórios menos sólidos.

No planalto, as amplitudes termométricas são características. O calor tropical, que o abraçador e desidratado

(154) Penso que as causas humanas ou subjetivas do bandeirismo possam ser sintetizadas no seguinte esquema:

Causas internas, ou subjetivas ou humanas do bandeirismo	} Seleção emigratória	} Seleção imigratória	} Mestiçagem luso-americana	} Consanguinidade	} Adaptação biológica ao novo ambiente	Modificação e seleção no aparelho respiratório	"	"	"	circulatorio sanguíneo e linfático
						"	"	"	digestivo	
						"	"	no sistema nervoso	genital	
						"	"	"	muscular	
						"	"	"	ossco glandular	
"	"	na organização cerebral	nos organs visuais, auditivos, olfativos e locomotores							
"	"	na constituição anatomica	no complexo psiquico e moral							

(155) Daí a seleção! Daí a eficiência. Daí o espirito de iniciativa que o paulista sempre revelou! Daí a grandeza de paulista, a ponto de haver Saint Hilaire, o chamado de "Raça de Gigantes".

Noroeste nos traz, com o seu séquito de consequencias, é sucedido com rapidez pelo frio úmido, que o cortante e chuvoso vento Sul nos transporta do círculo polar, através da Patagonia. É o "minuano" que sopra, trazendo-nos à vida o "stimulus", mas também a morte para os que não suportam essas alternancias (156).

Eis os peneiramentos que agiram no sentido de eliminar, do nucleo povoador vicentino-planaltino, os individuos menos aptos. Com isso essa gente, assim depurada, foi constituindo um grupo humano superior e selecionado. (Ellis; "Primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano"; Cia. Editora Nacional, Serie Brasileira).

Foi esse grupo humano, assim expurgado, que entrou para a mestiçagem com o americano.

Já estudei mais profundamente sob o ponto de vista bio-sociológico esses cruzamentos euro-americanos. (Ellis; loc. cit.).

Considero essa mestiçagem como elemento altamente benéfico à constituição do grupo humano planaltino.

É claro que nem todos os cruzamentos produzem tipos humanos capazes de alto índice de eficiencia. (157). Existem casos de mestiçagem em que os resultados são deploraveis (Gilberto Freyre; "Casa Grande e Senzala"). Há raças que se defrontam em momentos infelizes, em que casos de nevropatia, de esterilidade, etc. são registrados. Também parece influir nesses casos a mesologia que preside essas mestiçagens. Em geral, porem, a mestiçagem é um elemento

(156) Na monumental "*Genealogia Paulistana*" de Silva Leme, pode-se observar a mortalidade principalmente a infantil, que arrazava os primeiros povoadores do planalto.

(157) Ha quem afirme que as mestiçagens são sempre maleficas por resultarem delas individuos disharmonicos, incoerentes, heteromorficos, etc.

Entretanto o caso paulista desmente cabalmente essa conclusão.

favoravel à constituição da eficiencia (Ellis; "Raça de Gigantes"). (158).

Outro elemento que me parece favoravel à alta dosagem em eficiencia da gente planaltina é a consanguinidade.

Os poucos povoadores que conseguiram adaptar-se e a organização patriarcal elevada a grande índice, determinaram como consequencia a consanguinidade (Ellis; "Primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano"). A consanguinidade eleva à maxima potencia os fenômenos da hereditariedade. Se está condicionada a forças benéficas, apresentando taras favoraveis à eficiencia, produz magníficos resultados, fixando e multiplicando essas taras. Mas, se a conjunção se dá por consanguinidade de elementos defeituosos e portadores de complexos de inferioridade, então o que se observa é a elevação ao máximo desses vícios, defeitos ou conjuntos de inferioridades, os quais aparecem multiplicados, exteriorizados por falhas físicas, morais, fisiológicas, psíquicas ou intelectuais, as quais se aceleram em nevropatias e em esterilidade final. Ora, se assim é isso elimina as taras da comunidade.

Em outra publicação já tratei de um modo mais profundo do assunto, motivo pelo qual não quero cuidar desse capítulo de maneira mais completa, relegando o caso, para esse trabalho.

* * *

Estudamos ligeiramente as causas subjetivas ou humanas do bandeirismo; vamos ver em como teriam influido as causas externas. Vimos em rápida síntese as causas in-

(158) Quer me parecer que, ninguém mais, de idoneidade intelectual, persiste na crença a proposito de raças puras. Estas não existem. Não ha ninguém no mundo que não seja portador de cromosomas de muitas e variadas estirpes, as quais derivam, por sua vez de linhagens as mais misturadas que provem de raças as mais diversas.

ternas, que aliás podem ser aumentadas de acordo com o raciocínio dos que se dispuserem a refletir sobre o assunto. Vimos como se teriam formado os agentes ativos, atores desse drama monumental do bandeirismo, sem os quais e com as suas virtudes não teriam tido lugar o açúcar e o ouro. Vamos verificar agora, como teriam atuado as causas externas.

Entre estas, a meu ver, a principal foi a da existencia de um mercado de consumo de escravos índios, em distancia não grande do planalto paulista. ⁽¹⁵⁹⁾ Era a lavoura de açúcar no nordeste. Essa região exigia cerca de 4.000 escravos por ano. Ora, a fome de braços escravos ainda mais se exacerbou com a privança em que ficou essa região agrícola, de importar escravos africanos com o dominio bñtavo, havendo os holandeses cortado, devido a sua hegemonia dos mares, o transporte de elemento africano. O apresamento mais aumentou, justamente, quando os holandeses impediam o tráfico com Angola! Cessado este empecilho, o apresamento paulista diminuiu de intensidade. É que, com a concorrência do negro, diminuiu em muito a falta de braços, de modo que o planaltino não teve mais que suprir "in totum" o mercado da Baía para o Norte. ⁽¹⁶⁰⁾

O negro era muito melhor escravo do que o indio. Valia em media 5 a 7 vezes mais. (Roberto Simonsen,

(159) Sem esse mercado de consumo, a industria de apresamento não teria podido continuar. É uma questão de bom senso! Só o consumo local não seria suficiente para absorver toda a produção. Teriamos fatalmente sinais de crise de super produção e a industria teria decaído. Ora isso não se deu. Logo essa super produção não existiu. É justamente por isso que não acho possível o calculo de Simonsen de que apenas 30% dos índios apresados, teriam sido exportados.

Penso que, o planalto paulista seria muito acanhado para absorver os 70% restantes, que seriam cerca de 210.000 índios!

(160) É até provavel que tenha havido maioria de lavradores nordestinos a não poderem, por deficiencia de poder aquisitivo, comprar escravos africanos.

"Historia Econômica do Brasil"). Havia, entretanto, procura para as qualidades inferiores também, porque não eram todos que podiam comprar africanos (161). Cessado porém o tráfico com a África, o remedio era a utilização do indio. Daí a recrudescencia do bandeirismo de apresamento. Depois, com o restabelecimento do tráfico, pois em 1648 Salvador Correia de Sá recortquistava a Angola e desde 1640 que os portugueses separados da Espanha não

(161) Parece que essa correlação foi afinal vislumbrada.

Dão a entender isso as palavras do eminente historiador Prof. Taunay, em "*Subsidios para a historia do trafico no Brasil colonial*", 603:

"Assim se recorria ao cativo vermelho na impossibilidade de, por empobrecimento, angariarem os colonos peças de Guiné.

E os fornecedores seriam os paulistas a quem não haveria de contrariar o Padre Provincial da Companhia, ante aquela situação de verdadeira *salus populi* que não deveria de forma alguma, agravar com a possível opposição a tão sábia medida.

Os termos do ultimo item lembra-nos até a possibilidade de um entendimento previo, a tal respeito com o Provincial.

É bem possível que a "invasão" holandesa de 1624-1625 e a conseqüente destruição da industria açucareira baiana haja sido um dos determinantes principais do assalto da grande bandeira de 1628 aos viveiros de guaranis aldeados do Guayrá.

Em nossa História Geral das Bandeiras Paulistas expusemos detidamente quanto os prisioneiros da grande coluna de Manoel Preto e Antonio Raposo Tavares foram encaminhados para as lavouras do Rio de Janeiro, da Baía e do Espirito Santo".

Taunay na sua magnífica monografia citada, faz referencias a uma carta em que os moradores da Baía expuseram os resultados maleficos e depredadores causados aí pelos soldados de Fradique de Toledo Osorio, e pediram providencias, entre as quais:

"Que mande V. M. passar provisão para que o governador de licença para se ir ao sertão descer gentio donde o houver e para isso de poderes a linguas e ao Padre Provincial da Companhia da parte de V. Magestade"

Quem quizer encontrar ainda mais fundamentos para o vasto intercambio entre o planalto preador e o Nordeste açucareiro, o qual eu faço a principal causa do bandeirismo, poderá consultar Roberto Simonsen na sua opulenta "*Historia Economica do Brasil*", I, 330 a 332.

eram hostilizados pelos flamengos. Então sobreveio a crise econômica para S. Paulo e o apresamento, se não teve um hiato, ao menos diminuiu em muito de intensidade. É que o advento dos escravos negros exprimia uma procura que era de exclusiva propriedade do planaltino com seus escravos índios. Daí a luta intensa entre Pires e Camargo, como manifestação dessa crise.

A existencia, pois, de um mercado de consumo que anualmente exigia fossem importados da África 4.000 escravos (Roberto Simonsen, loc. cit. vol., 1.º, 202; — citando Varnhagen) foi, sem dúvida, uma causa importantíssima do bandeirismo. Suprima-se esse mercado e veremos que o bandeirismo de apresamento não teria tido o desenvolvimento que o século XVII testemunhou, (162) (163).

(162) A reciproca também é verdadeira. Suprima-se o apresamento, não teríamos tido a lavoura de açúcar no Nordeste e a conseqüente industria. Para haver qualquer produção é preciso mão de obra. Isso é clarissimo! Onde o Nordeste a iria buscar se não fosse o apresamento? O africano estava fora do poder aquisitivo de muitos dos lavradores. Além disso, o número de africanos importados não chegava para a produção. O apresamento local viria prejudicar, com suas atividades distraídas da industria agricola do açúcar, as proporções desta. Além disso, ninguém sabe de que tivesse havido apresamento no Nordeste (Paulo Prado, "Paulistica").

(163) Vejamos qual teria sido a mão de obra no Nordeste, para se verificar qual teria sido a exportação de escravos índios para essa opulenta região.

O Nordeste produzia por ano, uma media de 3.000.000 @ de açúcar, durante o seiscentismo. Isso exigia uma mão de obra de 50.000 individuos, de acordo com o que ensina Simonsen, sobre a produção de 60 @ de açúcar por ano. ("Hist. Economica", I, 202).

Ora, segundo o mesmo Simonsen, loc. cit., o desgaste medio do escravo, fazia com que, este só pudesse ter a duração de 5 anos.

Assim sendo, a industria agricola do açúcar, exigia 10.000 escravos por ano, para que fosse renovada rotativamente a sua mão de obra.

Considerando os demais misteres, entre os quais os caseiros, temos que 20% desse total devem ser a ele acrescidos, com o que temos que 12.000 escravos índios o Nordeste exigiria anualmente. Como essa região conseguia esse total?

A outra causa externa está nas continuas cartas autógrafas dos soberanos, dirigidas às pessoas de prol do planalto, pedindo-lhes que se arrojassem aos sertões em pesquisas mineralógicas.

O renome dos sertanistas planaltinos havia atingido Lisboa.

Os governantes da metrópole queriam fazer essa pericia sertanista, transformar-se em aplicação às buscas mineralógicas. Daí os continuos estímulos e acicates, que representavam para os planaltinos os apelos dos monarcas, os quais eram de imenso prestigio e davam grande valimento aos que os recebiam. Conhecemos alguns deles. Fernão Dias, Lourenço Castanho Taques, Fernão Pais de Barros e outros os receberam e foram eles multiplicadores dos esforços desses paulistas, no sentido de ser encontrado o que buscavam, embora alguns tivessem sucumbido na empresa.

* * *

A causa económica determinante do bandeirismo foi a falta de uma fonte de riqueza qualquer na região vicentina.

Eu penso que da seguinte maneira:

a) *Importação da Africa*. Simonsen, loc. cit., I, 202, citando Varnhagen, calcula a importação em 4.000 por ano. Os holandeses tiveram uma media de 2.300, por ano.

b) *Aumento vegetativo*, isto é, o numero de nascimentos, menos o de obitos, isto é, o indice vital. O africano em cativeiro, quasi não se reproduzia e morria muito, pela deficiencia da hygiene, da medicina, etc.

Mesmo assim, calculando um crescimento vegetativo de 3.000 por ano, isto é dando ao africano um indice vital exageradamente aumentado, o equiparo aos povos contemporaneos, mais bem higienizados.

c) *Apresamento local*, que calculo em 2.000. É preciso se ter em mente que Paulo Prado ensina no "*Paulistica*" que, o Bandeirismo só teve lugar em S. Paulo.

d) *Apresamento planaltino*, que calculo em 3.000 por ano. Em 100 anos, teriamos o total mencionado por Simonsen, loc. cit., I, 325.

Como vimos em outro capítulo, a Capitania de S. Vicente foi bem cedo varrida da prosperidade açucareira. (Roberto Simonsen: "Historia Econômica do Brasil", vol. I).

Diversas circunstancias fizeram-se conjugadas no sentido de assegurar o monopólio da produção açucareira ao norte. Penso que destas a que maior preponderou foi a menor distancia dos centros de consumo, exigindo menos transporte. Este nessa época era muito caro e esse fator deveria ter pesado muito. Roberto Simonsen (loc. cit.), entretanto, parece fazer estribar a causa principal de haver sido a industria agricola do açúcar varrida de S. Vicente, na pobreza das nossas terras vicentinas, cuja camada de humus logo se teria esgotado diante das ferteis *massapés* pernambucanas. (164). É possível, mas não acho provavel, que esta tenha sido a causa mais eficiente!

Já a região vicentina havia sido abandonada pelo paulista, que só dava prosperamente ao norte do Cabo-Frio.

Isso fez com que não fosse possível uma capitalização de rendas. Dest'arte o norte pôde reunir elementos, em capital, para estabelecer a industria agricola do açúcar.

S. Vicente não tinha, pois, elementos econômicos para sair do dilema horrído que se apresentava implacavel diante de si. Ou volviam ao Reino, abandonando a obra de colo-

(164) Não só a construção naval nessa época seria carissima, como ainda a diferenca de distancias do Nordéste a Lisboa e de S. Vicente a Lisboa era nesse tempo importantissima, porque a marcha dos navios de então, era lentissima, pois de Santos a Lisboa, levavam-se cerca de 3 semanas a mais do que de Recife a Lisboa. Alem disso a fragilidade dos barcos de então, fazia com que, se perdessem muitos por naufragios, etc. Com isso tudo, o frete de Santos para Lisboa, mercado distribuidor, seria fatalmente muito mais elevado. Essa desvantagem mataria a concorrência vicentina. Com isso a produção açucareira ficou relegada ao Nordeste apenas.

Essa opulenta região logo pôde contar com frete de retorno, o que lhe aumentou muito a vantagem que a diferenca de frete lhe dava.

nização, ou se equiparavam aos povos primitivos diante da absoluta impossibilidade de serem adquiridos, por importação, os meios que deveriam manter na civilização os povoadores de S. Vicente.

De fato, com que elementos poderiam os moradores de S. Vicente importar o que não produziam para a roupa, o calçado, as armas, os utensílios, os animais de que precisavam, etc.? (165).

(165) Eu escrevi em outro livro que os bandelrantes apresadores agiam, movidos não por fins políticos a favor da nação portuguesa, mas sim por objetivos que lhes traziam lucros imediatos. Essas minhas palavras não foram exatamente compreendidas no referente ao espírito que as imbuía. Alguem que não teve a necessaria agudez mental para compreender isso, deturpou o meu espirito, em trabalho aparecido em uma revista.

Tudo na vida obedece a busca do lucro imediato.

Ninguem age de modo a não ser para ter uma remuneração a qual possa satisfazer as suas necessidades.

Eis por exemplo, o medico que não trabalha por idealismo, mas sim como profissional que cobra os seus serviços. Todos eles exigem remuneração pelo que tiverem feito!

Até o sacerdote, que realiza os sacramentos do batismo ou do casamento, que encomenda os mortos ou que reza missas, cobra pelos seus serviços!

Eis o magistrado a dar as suas sentenças, etc., mas não o faz sem que as custas tenham sido pagas! Enfim ninguem trabalha de graça.

Talvez porisso, é que Karl Marx dizia que, o homem, na sua trajetoria pela vida tinha a o impulsionar duas alavancas: a conquista do pão, para a sua continuidade individual e a conquista do amor para a perpetuidade da especie. Tudo girava em torno desses dois objetivos.

Daf a nossa ação no mundo.

Egoismo?

Então são egoistas os medicos, os sacerdotes, os professores, os higienistas, os magistrados, etc.

Como se achar execravel a ação dos rudes, mas homericos apresadores, que agiam premidos pelo "primo vivere....." mas que

Era um trágico dilema que se desenhava para essa gente. Mas ela pôde escapar dos imperativos desse dilema, (166).

Já anteriormente à expedição de Martim Afonso, com João Ramalho e outros, os moradores vicentinos se dedicavam ao apresamento do indio, vendendo-o como escravo. Foram muitos para Portugal, exportados pelos apresadores ramalhanos. Lopes Bixorda transportou um carregamento em 1513.

Entregavam-se pois os moradores vicentinos, post Martim Afonso, a essa faina, que se foi acentuando na medida em que a situação se fazia mais propicia para essa industria. O número dos moradores aumentava, as armas

procediam exatamente como os sacerdotes, os medicos, os magistrados, etc.

O admiravel é que ainda haja alguém, em pleno seculo XX, que extranhe isso!

Será má fé, ou será falta de acuidade mental?

Talvez ambas!

(166) O preamento foi uma mera consequencia da necessidade de uma remuneração immediata, para os planaltinos satisfazerem as suas precisões.

Para conceber esse ponto de vista não é preciso estalidos vieiricos.

A questão é da clareza meridiana. Só não entendem isso os de má fé.

Se os planaltinos não recorressem ao apresamento quem iria os suprir de recursos para que eles continuassem a viver em civilização?

O resto da America-lusa?

Mas as regiões açucareiras na opulencia, só se lembravam dos parentes pobres para lhes oferecer um excelente mercado de consumo de escravos indios.

Felizmente que isso dava!

Isso explica a interrogação angustiosa de Frei Vicente, a proposito dos caranguejos arranhando o litoral, enquanto que o mesmo fenomeno não se dava em S. Vicente.

A Historia do Brasil é muito clara — se se buscar a explicação economica para uma serie de fenomenos!

São precisos apenas um pouco de intelligencia e de boa fé. Com isso a logica aparece com clareza.

se faziam mais numerosas e mais poderosas e um mercado de consumo se desenvolvia magnifico e promissor. Já que a natureza não quis que a industria açucareira prosperasse em S. Vicente, ao menos que houvesse o aproveitamento no tocante ao fornecimento de braços para a industria agricola, que tanta opulencia estava dando ao Norte (167).

Foi assim que os moradores da capitania vicentina escaparam ao dilema acima enunciado. Foi a necessidade que os obrigou à atividade nos sertões, a apresar o gentio.

Calcula Roberto Simonsen, na sua monumental "Historia Econômica do Brasil", vol. I, pg. 325, a soma total dos apresamentos paulistas em cerca de 2 milhões de £ £, ou seja cerca de 240.000 contos, com o apresamento de cerca de 300.000 indios. Claro que esse calculo traduz o valor do dinheiro de acordo com o poder aquisitivo atual, pois, segundo o proprio Roberto Simonsen, o valor do escravo indio era de 4\$000 a 70\$000 cada.

Ora, por esse preço, calculando uma media de 35\$000 réis "per capita", para os 300.000 indios, teríamos 22.850:000\$000. Mas como o valor de então, para ser correspondido ao atual, precisa ser multiplicado no mínimo por 12, teremos o total calculado pelo illustre historiador e economista.

(167) "Já antes de 1550", diz o doutissimo mestre Prof. Taunay, "eram frequentes as relações entre os hespanhões e portugueses na America do Sul, naturalmente com os de S. Vicente.

Em 1554 andavam escravistas de S. Vicente na região de Guayrá, affirma Guzman em "*La Argentina*". Haviam os principaes caciques da zona pedido a Irala, então governador do Paraguay, providencias contra estes maloqueros que alli devastavam as aldeias, auxiliados por tupys". ("Hist. Geral das Bandeiras Paulistas", v. I, 203).

Era o início do apresamento!

Ia começar a dilatação do acanhado quinhão, que a avara Tor-desilhas dera a Portugal.

Era o berço, que acomodava o Brasil, que crescia, embalado em seus primeiros movimentos!

Não fosse esse apresamento, o Brasil não teria existido!

Essa foi a causa econômica; vejamos as causas demográficas.

Essas só se fizeram sentir, quando o bandeirismo se fez povoador.

Sim porque o bandeirismo teve duas fases distintas: a despovoadora e a povoadora.

Aquela transformou em desertos os territorios por ele devastados, suprimindo as populações ameríndias, que foram escravizadas. Esta repovoou com gente civilizada, esses territorios, que haviam sido esvaziados.

A célula biológica, quando atinge o máximo de seu crescimento, se biparte pelo fenômeno denominado cissiparidade. A célula social, também, tem idêntica forma evolutiva. Quando o grupo humano atinge uma determinada proporção, tende a se bipartir. Foi o que se deu em relação aos planaltinos. Quando o número deles atingiu a um crescimento que se fazia incompatível com o maior crescimento do vilarejo piratiningano, houve a tendência para o transportamento. As vilas planaltinas foram surgindo. Eis, Parnaíba, Mogí das Cruzes, Taubaté, Sorocaba, Itú, etc! Depois foi a região das minas nas Gerais, para onde os paulistas emigraram, logo que o ouro aí foi descoberto em 1695.

A seguir os planaltinos se colmataram, pelos arraiais mato-grossenses e depois por Goiaz.

Com estes derramamentos sucessivos e os antecedendo, em pouco, foram os movimentos colonizadores de Santa Catarina em 1687, por Francisco Dias Velho e do Rio Grande, pelos Brito Peixoto e Brito Guerra.

A expansão planaltina também se processou para o norte, e as expedições de Domingos Jorge Velho ao Piauí, de Matias Cardoso, de Moraes Navarro, de Barbosa Calheiros, de Estevão Ribeiro Baião, de Rodrigues de Arzam,

nada mais foram do que a repetição, em escala maior, desse fenômeno biológico. (167a).

Uma das causas geográficas, que influíram no bandeirismo, foi o fato de ser o sistema potamográfico planaltino, orientado ao inverso do que é nas outras regiões mundiais, isto é, correndo os rios do litoral para o interior. Esta causa geográfica, fez com que os planaltinos pudessem se valer de excelentes estradas liquidas para se transportar. E' certo que nem sempre as bandeiras se valiam desses caudais para, por eles, serem atingidos os seus objetivos. Nem sempre os alvos dos apesadores estavam na direção dos rios, mas isto se deu no ciclo despovoador; no que consistia o desdobramento das células povoadoras planaltinas, isto é, o povoamento de outras regiões, os rios foram aproveitados como estradas.

Outra causa geográfica do bandeirismo, consiste na posição geográfica, em que estava a vila de Anchieta, ou o planalto paulista, mais propriamente. A sua situação na crista de um planalto que vai, suavemente inclinado para o interior, descendo para o vale do rio Paraná, foi não há que duvidar, das causas de mais eficiencia no bandeirismo (168).

* * *

Cuidadas as causas, que foram rapidamente passadas em revista, o que não impede, entretanto, que alguém que se disponha a refletir sobre o problema consiga trazer, sobre o mesmo, novos subsidios, vamo-nos referir aos fatos que constituíram o bandeirismo.

(167a) Capistrano, citado por Paulo Prado, no *Paulistica*, diz que na época do pastoreio, haviam 100 famílias afazendadas fora da região planaltina.

(168) A prova mais evidente disso, é que, essa epopeia só teve lugar em S. Paulo. ("*Paulistica*", Paulo Prado). Outras regiões nada produziram de semelhante, porque lhes faltava o conjunto de causas.

Ao chegar Martim Afonso já os moradores da região se dedicavam com afã ao apresamento. Eles precisavam viver e o recurso que tinham para continuar a receber os benefícios da civilização, era justamente o apresamento.

A viagem de Lopes Bixorda em 1513, dá bem mostras que o apresamento já era bem conhecido em S. Vicente, quando aí aportou Martim Afonso, (169). Naturalmente os índios apresados não eram da tribo de Tibiriçá e nem de Piquerobí, sogros de João Ramalho e de Antonio Rodrigues, que aí viviam. Possivelmente eram as tribus inimigas dessas, as assaltadas pelos preadores.

Durante três quartos de século, durou o apresamento em torno dos vilarejos de Sto. André e de S. Paulo.

Eram correrias desenfreadas dos companheiros de Ramalho e da sua pro genie, que marcavam os primórdios quinzentistas como que a delimitar em curto raio os primeiros passos do bandeirismo, ainda no berço. Pode-se dizer que esse período de correrias em torno dos povoados, durou até 1585 (170).

Então ia começar uma defensiva ativa, a qual ainda que, esticando o raio de penetração até o Estado do Paraná, ainda era uma demonstração de que o vilarejo de Anchieta precisava ser desafogado. Foi então que os moradores vicentinos dirigiam ao seu Capitão Mor Jerônimo Leitão, um requisitorio enérgico, para que ele se pusesse à frente de uma expedição dirigida contra os índios carijós que tinham situação no sul. Jerônimo, com numeroso corpo armado, fez-

(169) Sobre Jorge Lopes Bixorda, consulte-se "*D. João III*", Alfredo Pimenta.

(170) Nessa data, parece que, os paulistas que se vinham conservando em defensiva, passaram para a ofensiva, com o ataque aos carijós, chefiados por Jeronimo Leitão.

se para o sul e derrotou os carijós, tendo voltado cheio de despojos e prisioneiros (171).

Podemos incluir neste bandeirismo de defensiva a defesa de S. Paulo em 1562, contra os índios rebelados unidos aos da Confederação dos Tamoios.

Em capítulo apartado cuidamos desse feito, de modo que me abstenho de o fazer agora.

Com o correr dos anos desse quinhentismo longinquo o planalto viu a sua população grandemente aumentada. Era a imigração continua a iberizar a gente vicentina de serra acima. Eram as gerações que se sucediam no aumento vegetativo dos troncos primitivos, quasi todos já bem entrosados na estirpe amerindia. Eram as vindas do sertão das massas aborígenas, trazidas pelo freamento, a americanizar a gente planaltina.

Assim, com este adensamento das populações de serra acima, não eram mais os vicentinos que acorriam em auxilio do planalto, mas era este que continuamente era chamado a auxiliar os litoraneos, vítimas dos inimigos externos.

Por outro lado o inimigo interno, se não havia desaparecido, havia porem, sido afugentado e já se sumia ao longe varridos pelos arcabuzes e escopetas da gente de Piratininga. A ameaça tinha desaparecido, de modo que se havia tornado possível aos planaltinos a organização de corpos armados, que corriam ao litoral, ante a ameaça de inimigos externos.

(171) O sabio e egregio mestre Professor Taunay na sua "*Historia Geral das Bandeiras Paulistas*", I, 171, oferece uma nominata dos componentes dessa expedição.

Sobre ela, diz o citado historiador:

"Durante seis annos dizem os documentos, assolou Leitão, as aldeias do Anhemby. Pretende o depoimento dos jesuitas espanhóes que taes aldeias chegaram a ser 300 contando 30.000 habitantes que os portuguezes e os mamelucos seus filhos exterminaram ou arrasaram ao captiveiro littoraneo. Já, porem, era a região familiar á gente de S. Paulo".

• Acho que não houve ação planaltina contra os piratas franceses (172).

Parece que o primeiro socorro ao litoral, teve lugar em 1591, quando houve o último assalto do pirata inglês Thomas Cavendish.

Os documentos calam-se a este respeito, mas temos razão para crer que esse socorro teve lugar.

Depois, quando no fim do século os holandeses porfiavam nos pródomos de seus ataques e quando D. Francisco, já se encontrava na terra vicentina, houve o ataque ao "Gülden Welt" de Lourenço Bicar, e logo depois a defesa da terra contra Van Noord, um corsario flamengo que em 1599 atacara S. Vicente.

Mais tarde em 1604, quando Van Carden batia às portas de S. Vicente, os planaltinos novamente se aprestaram a socorrer o litoral.

Em 1614, com a viagem de Spielberg, os planaltinos volveram ao litoral, com um corpo armado, ao mando do capitão Sebastião Preto (Taunay; "Na Era das Bandeiras") (173). Em 1640, encontramos uma nova expedição de

(172) É natural, pois a pirataria se deu na zona do pau-brasil e a capitania vicentina estava distante dessa zona.

(173) Martins dos Santos na sua, aliás excelente "*Historia de Santos*", sem nenhuma base atribue a chefia desse socorro a Amador Bueno e a Lourenço Castanho.

Amador Bueno, nascido em 1591, teria, então 23 anos.

Não era provavel que pessoas dessa idade fossem comandar expedições!

Lourenço, era filho de Pedro Taques, chegado com D. Francisco, em 1599.

Partindo dessa premissa elementarissima em historia e em genealogia, temos que, Lourenço teria 14 anos, em 1615. Eis o absurdo de tal asseveração!

Quem, de fato chefiou essa expedição de socorro, foi Sebastião Preto, segundo Taunay "*Historia seiscentista*", 44; "Era das Bandeiras".

socorro ao litoral, oriunda do planalto paulista, comandada por Fernão Dias Paes (Ellis; "O Bandeirismo Paulista" e o "Recuo do Meridiano"; — Taunay; "A Grande Vida de Fernão Dias Paes").

Essas foram, em síntese, as principais expedições planaltinas. Outras podem ter havido, mas não há delas vestígios de monta na documentação ou nos autores que se especializaram no estudo referente a este assunto.

Estudadas sinteticamente as expedições de socorro ao litoral, ameaçado pelo inimigo externo, acompanhando o esquema traçado acima, eu vou estudar as pesquisas e a mineração auríferas no século XVI.

Em primeiro lugar, as pesquisas e a mineração das vizinhanças da vila. A primeira data em que se encontra a designação de ouro nas redondezas da vila é em 1593. Antes desse ano, nada se sabe a respeito. O nome que está ligado a essa descoberta e a exploração dessa riqueza é o dos dois Afonso Sardinha. O pai português e o filho mameluco!

O dr. Roberto Simonsen (loc. cit.) reproduzindo Eschwege diz que o resultado das minerações nas capitânicas paulistas foi de 930 arrobas, cerca de 1.900.000 £ £. Ora, eu acho essa quantia muito alta para ser unicamente referente ao ouro paulistânico, pois 930 arrobas são cerca de 15.000 quilos, que valem 300.000 contos, mais ou menos, ou sejam 30 milhões de £ £, calculando a libra a 100\$000 mil réis. Não é pois crível que a citação de Eschwege, compreendessem apenas o ouro das redondezas piratininganas. Também não é crível que o total fornecido por Eschwege compreenda o ouro das Gerais, de Mato Grosso e de Goiaz, porque o arrebanhado nessas regiões, deve subir a cerca de 170 milhões de £ £, ou sejam cerca de 1.700 mil contos, dando a 100\$000 mil réis o valor da libra. E' possível porém que aquela cifra só diga respeito ao ouro de lavagens e este seja referente ao total (174).

Se assim for, não podemos aproveitar o cálculo para o que foi tirado do Jaraguá, de Vuturuna, de Jaguamimbaba e do ribeirão de Santa Fé.

Os únicos elementos que temos em S. Paulo, para se estabelecer, mais ou menos, quanto rendeu o ouro das redondezas, consistem em se saber dos elementos de riqueza existentes no planalto. Estes foram pequenos, a se julgar pela inferioridade econômica em que viveu o planalto até o século XIX. Além desse meio indireto, podemos julgar da mesquinhez dos resultados, pelas proporções das consequências acarretadas. Fossem grandes os resultados das minerações quinhentistas, teríamos constatado uma avalanche emigratoria da Europa, com seu séquito impressionante de consequências. Nada disso se observou. Não houve o menor afluxo emigratorio, além do que paulatina e habitualmente se constatava. O poder aquisitivo dos paulistas não aumentou como se uma Manoa, tivesse sido revelada nas proximidades piratininganas. O único indicio das proporções, com que o ouro surgiu bordando o perímetro do burgo de Anchieta está no testamento de Sardinha, o qual fala em 80.000 cruzados de ouro em pó, o que seria atualmente cerca de 13.000 contos, em se calculando o cruzado à razão de 160\$000 mil réis cada (Simonsen, loc. cit.). Esse total mesmo está muito exagerado, e nesse ouro deveria haver muito ogó, diz o sabio mestre, Capistrano de Abreu. ("Noções de Historia do Brasil até 1800").

Com esses elementos, sou obrigado a concluir que o ouro apurado nas redondezas de S. Paulo foi muito pouco

(174) É possível que, quando Eschwege tenha escrito, a Capitania de S. Paulo, abrangendo o Paraná, ele computasse nesse total, o ouro de Paranaguá. Depois disso o Paraná constituiu uma unidade a parte.

e muito pouco veio melhorar a situação de miséria do planalto. Resta-nos estudar agora as pesquisas auríferas saídas da terra vicentina. A esse proposito só encontramos duas tentativas a registrar. A de Braz Cubas em 1560, levando para o sertão a sua custa, a cerca de 300 leguas juntamente com Luiz Martins, mineiro prático, nomeado pelo alvará de 7 de Setembro de 1559 (Basilio de Magalhães; "Expansão Geográfica", 78); e a de Luiz de Martins apenas, (Revista do Arquivo Público Mineiro vol. XII, 593, 594), saída em fins de 1561 e depois de um percurso de 30 leguas para o sertão, volveu em principios de 1562 (em junho desse ano dava-se o ataque à vila Anchieta pelos indios) e em maio desse ano ele manifestou o ouro.

Diz o Dr. Leite Pereira no seu trabalho "Descobrimen- to e devassamento do territorio de Minas Gerais" que a bandeira de Braz Cubas, fazendo sistenia com a entrada de Vasco Rodrigues Caldas partida da Baía à cata de mananciais metalíferos, chegou até a barra do Parámirim. Calógeras, porem, acha que Cubas deveria ter penetrado para o sul, chegando até Apiaí ("Minas do Brasil") pois que a leva de Luiz Martins tomou o rumo oposto ao rio de S. Francisco, que é o de Caatiba na serra de Biraçoiaaba (175).

Nada teve com a historia vicentina a descoberta do ouro em Paranaguá em 1570 e 1584 por Heliodoro Eobano. Foi uma expedição saída do Rio de Janeiro, de modo que não nos referiremos a ela.

No século seguinte, foram diversos os achados auríferos, mas pela época escapa ao nosso estudo presente, que só diz respeito ao século XVI, mas quem quiser esclarecimen- tos mais completos a esse respeito poderá encontrá-los em Basilio de Magalhães; "Expansão Geográfica".

(175) Veja-se, por exemplo o que aconteceu nas Gerais no século XVIII, para onde ocorreu uma volumosa onda imigratória. Em S. Paulo, no século XVII, nada houve nesse sentido.

O descobrimento do ouro foi iniciado em Paranaguá, por uma leva que Pedro Taques diz ter sido chefiada por Heliodoro Eobano entre 1570 e 1584 (Basilio de Magalhães, "Expansão Geográfica" 80). Esse ouro foi explorado por gente vicentina e em meados do seiscentismo, encontramos Gabriel de Lara, povoando grandes regiões ("Sesmarías"), e pouco depois encontramos no planalto, Antonio Luiz Tigre, Salvador Jorge Velho, Mateus Martins Leme, Baltasar Carasco dos Reis e outros (Basilio de Magalhães, loc cit.).

Não há dúvidas, de que o ouro encontrado em Paranaguá não foi em grande quantidade. Tivesse sido, teríamos a constatar consequencias varias, as quais não poderiam escapar da crônica, tão vultosas elas seriam. Nem uma só consequencia notavel se espelhou ante nossos olhos! Nem sequer o povoamento foi realizado como nas Gerais em função da mineração. Este foi realizado, no Paraná, mas creio que a criação de gado foi o mobil que levou a efeito o povoamento.

A vinda ao sul de D. Francisco de Sousa foi o ato da governança que impulsionou as pesquisas.

A partida da entrada de André Leão foi uma das empresas que teve a sua materialização causada por D. Francisco que a organizou. Antes dessa entrada temos a assinalar e empreitada de João Pereira de Sousa Botafogo que tambem se internou nas Gerais e da qual nós em outro tópico tratamos com mais minucias (176).

Durante todo o período seiscentista os paulistas tentaram realizar achados auríferos e a propria bandeira que Raposo Tavares, o grande sertanista de quem falaremos em capítulo especial, tão notavel esse homeriada do bandeirismo, conduziu aos Andes e ao rio Amazonas em 1648 — 1651, teve como mira a descoberta do ouro (Ellis; "O Bandeirismo

(176) Carvalho Franco, com grande proficiencia e beneditina meticulosidade, estuda esse feito de bandeirismo, quando essa epopeia ainda estava no berço.

mo Paulista e o Recuo do Meridiano"». Em outro capítulo o assunto é tratado de modo mais profundo.

E assim foi no decurso do século seiscentista, quando ao findar o mesmo os planaltinos realizaram a verdadeira descoberta do ouro nas Gerais; no século seguinte fizeram o mesmo em Mato Grosso e em Goiaz.

* * *

Quanto ao apresamento de indios, pode-se dizer que no século XVII, na sua primeira metade, a atividade planaltina resumiu-se na luta contra as organizações jesuíticas. Em outro capítulo deste trabalho intitulado — luta contra os jesuitas — eu estudo de um modo mais profundo o fenómeno.

E' indiscutível que os planaltinos tendo necessidade de recorrer ao apresamento, viam vantagens não poucas em procurar escravizar os indios das reduções jesuíticas.

Faziam-no pelas seguintes razões:

a) Os indios das reduções jesuíticas já eram amansados, cristianizados, civilizados, já conhecendo a forma do trabalho organizado.

b) Os indios das reduções jesuíticas eram em densidade demográfica muito mais abundantes em número de modo que o esforço bandeirante era muito mais bem remunerado, com o apresamento de um número muito mais avultado de peças.

c) Os indios das reduções jesuíticas eram de muito menor ferocidade do que se estivessem ainda na sua fase de paganismo.

Com essas razões iniciou-se a luta contra os jesuitas que nós descreveremos em capítulo apartado, uma luta gigantesca. A companhia de Jesús era uma poderosíssima organização religiosa, destinada a ser uma arma tremenda na Contra-Reforma que foi a reacção da religião romana às

diversas heresias surgidas no início do quinhentismo. Os paulistas eram de religiosidade extrema, de modo que se arrojar contra uma comunidade católica, como era a Companhia de Jesús, representava para eles uma ação de grande heroicidade. Sabemos como a Companhia de Jesús era armada de poderes de modo a lutar vantajosamente contra monarcas, pontífices e poderosos. O fato de um pequeno grupo de humildes mamelucos hostilizar esse poderosíssimo conjunto, representa um fenômeno de audácia que eleva extraordinariamente esses homeriadas formidolosos, que foram esses planaltinos bem merecedores da Cólchida redoidrada que os esperava no fim do século XVII. E' que eles eram bem os descendentes daquele maravilhoso filho de Raimalho que quando ameaçado com a Inquisição, disse altivamente em um soberbo arroubo de máscula audácia: — Inquisição, ele a acabaria a flechadas. Como, pois, não compreender esse gesto magnífico de audácia de haverem os planaltinos se arrojado contra a Companhia de Jesús?

Esse gesto sublime, lembra Bayard, "sans peur et sans reproche", e com a rompancia de D'Artagnan, trás à memoria aqueles aristocratas espanhóis que diziam do alto da sua arrogancia: "isolados, cada um de nós vale tanto quanto el-rei, reunidos valemos mais que o soberano". Por isso é que ardorosos se encarniçavam contra eles os reverendos da Companhia, os que os chamavam de "mamelucos atrevidos", de "piores que os mouros, que só têm de cristão o batismo".

Por isso é que os jesuitas e os governantes espanhóis propunham a Filipe IV a destruição da vila anchietana do planalto. (Taunay, "Historia Geral das Bandeiras Paulistas").

Por isso é que os jesuitas, únicos cronistas dos soturnos acontecimentos da maravilhosa campanha dos planaltinos contra o Imperio teocrático-guaraní em terras hispânicas, procuraram denegrir a memoria desses rudes desbra-

vadores seiscentistas, que foram os moradores da vila de Anchieta.

Eu não quero estender-me mais nesse capítulo, porque pretendo fazê-lo mais adiante, de um modo mais profundo.

Em todo caso é bom consignar que uma vez cessada a luta contra a organização da Companhia de Jesús, os paulistas tiveram que exercer a sua atividade apresadora de uma forma muito mais difícil, pois tinham que lutar contra os índios selvagens, muito mais bravios e belicosos, como muito menos densamente reunidos e muito menos aprestados para a civilização.

Esse acontecimento coincidiu com a libertação do Nordeste das mãos vorazes dos holandeses. Estes que exerciam a hegemonia naval, depois da perda de Angola em 1648 e da desastrosa consequencia para eles da batalha naval de Dover, ganha pela Inglaterra, perderam-na e não mais puderam impedir que houvesse intercambio de escravos negros africanos.

Com essa ocorrencia os vicentinos perderam o monopólio do fornecimento de escravos às plantações de cana no Nordeste. Isso reunido ao fato de haver diminuído a intensidade da lavoura de cana e portanto a procura de escravos índios, fez com que o mercado de consumo, que antes se servia da faina apresadora planaltina, ficasse se não suprimido, ao menos muito diminuído. Com isso, a atividade vicentina no apresamento de índios, ficou muito reduzida. Os documentos nos dão essa impressão (177).

Como faltasse aos planaltinos no que empregar a sua ação, eles entregaram-se às lutas internas. Eis a tremenda

(177) É justamente isso tudo que nos evidencia a correlação reinante entre o apresamento fornecedor de mão de obra e a industria agricola do açúcar. Todos os sucessos historicos estão de tal modo relacionados uns com os outros que um deles suprimido, acarretaria o desmonte completo da construção. Assim, sem um desses fenomenos, outro não teria podido subsistir, tão interdependentes, eles se achavam.

guerra dos Pires e Camargos! É porque o apresamento na segunda metade do século XVII, diminuiu enormemente. Vou, em outro capítulo, estudar o assunto mais profundamente, ainda que tenha de repetir os conceitos.

A luta no apresamento, durante a primeira metade do século XVII, foi, como vimos, à custa do imenso Imperio teocrático-guaraní. Foi para a escravização de índios, já civilizados, já cristianizados, já adaptados ao trabalho em nucleos de cultura, já habituados a vida fora da selvageria. Tinham os apresadores farto campo de colheita da sua mercadoria, que por eles era oferecida ao consumo de um modo abundante. Por outro lado o grande mercado de consumo do braço escravo era a lavoura de açúcar ao norte da Baía.

Com o advento da hegemonia naval flamenga e da ocupação do norte pelo intruso dessa nação, melhorou muito o mercado de escravos para os planaltinos.

Eis que eles ficaram com um quasi monopólio do sortimento do mercado, porque as comunicações com a África ficaram de tal modo abaladas que diminuiu muito a importação de negros desse continente. Consequentemente essa diminuição teve de ser suprida por qualquer outra fonte de abastecimento.

Mas na segunda metade do seiscentismo, três acontecimentos importantíssimos repercutiram sobre o planalto de um modo a influir profundamente sobre a economia da região e sobre a vida da mesma:

a) O imperio teocrático-guaraní, que os jesuitas haviam estabelecido em terras espanholas da bacia do Paraná, estava destruído e não oferecia mais aos apresadores a grande facilidade dos opulentos e densíssimos celeiros de índios.

b) Portugal havia-se desligado de Espanha, de modo que não subsistia mais a facilidade de penetração de antes,

que se fazia quasi que sem opposição do elemento espanhol (178).

c) O Nordeste açucareiro, que até a metade do século se havia abastecido de escravos no planalto paulista-viceentino, por não poder aí concorrer a produção africana, cortada pela hegemonia naval holandesa, esta, sendo eliminada, permitindo a corrente do trafego de escravos negros ser restabelecida, passou a se abastecer tambem na África, de modo a diminuir grandemente as possibilidades de colocação de mercadoria humana de produção planaltina (179).

Alem disso parece que sobreveio uma diminuição na produção açucareira nordestina depois da expulsão holandesa e com isso naturalmente houve uma diminuição na procura de escravos (180). Talvez essa diminuição fosse devi-

(178) Calogeras (*"Politica Exterior do Imperio"*, I, 79) já havia notado essa circumstancia.

(179) A esse proposito, o Prof. Taunay, na sua *"Historia seiscentista da Villa de S. Paulo"*, diz, no vol. III, pg. 11:

"Circumstancia que faria decrescer as operações do trafico velho seria o avolumamento do transporte de africanos que, para o sul do Brasil, durante os tres primeiros quarteis do seculo XVII foi limitado.

Como prova de tal vemos na representação da Camara do Rio de Janeiro em 1669, pedindo ao Rei na sahida livre de tres navios, com carga de escravos de Angola para Guanabara.

Tres navios seriam uns mil e poucos escravos annuaes".

A causa disso estava em que havia cessado a hegemonia naval flamenga no Atlantico Sul, permitindo o restabelecimento do trafico portuguez entre a Africa e o Brasil.

Adeus monopolio paulista de fornecimentos de escravos indios para as outras colonias!

Não é preciso ser muito arguto para ver, o porque da falta de solidariedade de São Paulo para com os nucleos coloniais do Nordeste ás voltas com o flamengo!

O interesse paulista era a manutenção do monopolio!

Este só poderia continuar a existir com a continuacão da hegemonia naval flamenga.

(180) Parece que os paulistas continuaram, na segunda metade do seculo XVII, na exploração da industria do apresamento, fornecendo mão de obra às demais regiões brasileiras.

da a uma concorrência por parte da América espanhola, então interessada na agricultura, levada a isso por lhes terem judeus holandeses ensinado o modo secreto do fabrico do açúcar. A América espanhola inverteu a ordem das atividades em relação a América portuguesa. Nós tivemos em primeiro lugar a agricultura para só termos a mineração quando aquela decaiu. Nos séculos XVI e XVII foi a agricultura e no XVIII foi a mineração. Os hispano-americanos tiveram a mineração no início e só se arrojaram à agricultura quando aquela decaiu.

Ora, com esses elementos, todos conjugados, a pressionar no sentido da diminuição da atividade apresadora do planaltino, nós observamos uma tendência acentuada na diminuição do bandeirismo apresador.

O bandeirismo de ofensiva no século XVII, também compreende as empreitadas que daqui saíram em auxílio aos demais núcleos de povoamento.

Já no século anterior, isto é, no quinhentismo, encontramos os vicentinos organizando vastas expedições de auxílio a Estacio de Sá em 1565 e de auxílio a Mem de Sá em 1567, sob o comando de Heliodoro Eobano.

A seguir a este feito, só meio século mais tarde, em 1625, vamos encontrar a organização de uma expedição de auxílio à Baía, no ano anterior vítima de um ataque comandado por Jacob Willekens, Piet Heyn e Ian Van Dort. Não sei as proporções que deveria ter tido esse feito. Não deveria ter sido grande a expedição, porque com essa mesma data se assinalaram diversas bandeiras no sertão. ("Bandeiris-

É o que nos assegura um documento de 1684, alinhado por Basílio Magalhães nas suas pesquisas no Arquivo Nacional. ("Rev. Inst. Hist. de S. Paulo", XVIII, 278).

É claro que o apresamento ocupou todo o século XVII. O seu declínio não foi brusco e repentino, mas sim lentíssimo durante 50 anos.

mo Paulista e o Recuo do Meridiano”, Ellis). Não são muitos os rumores a respeito desse feito (181).

Os documentos municipais e os inventarios nada dizem sobre ele (182).

Os autores ainda silenciam a seu respeito.

Em todo caso parece que essa expedição se incorporou à que no Rio se organizava sob a suprema chefia de Salvador Correia de Sá e Benevides, o almirante fluminense que em 1648 seria restaurador de Angola, sobrinho neto de Mem de Sá.

Só mais tarde em 1639 se cogitou da organização de outro auxilio a outras capitánias. Havia chegado nesse ano da Espanha uma esquadra chefiada pelo almirante Dom Fernando de Mascarenhas, Conde da Torre. Esse homem de guerra não era dos mais valentes, com que aportou a Baía nesse ano e aí ficou durante um ano aguardando gente da terra que fosse engrossar as fileiras da tropa que os seus navios transportavam. Foi nessa emergencia que o mesmo Salvador Correia de Sá e Benevides cuidou de levantar gente armada para a esquadra.

O apelo de Salvador não teve repercussão no planalto. Não havia sentimento de solidariedade colonial muito forte, a ponto de predispor os planaltinos a irem-se sacrificar por uma causa que não dizia respeito diretamente a eles.

(181) Sobre isso o Professor Taunay, ensina na sua “*Hist. seiscent. da Villa de S. Paulo*”, I, 71:

“Não sabemos ao certo se acaso se incorporou ao contingente por Salvador de Sá, conduzido ao Rio de Janeiro ás forças luso-espanholas empenhadas na restauração da Bahia. Eram trezentos homens das capitánias do Sul e presumimos que estes paulistas hajam marchado sob as ordens do futuro e glorioso recuperador de Angola”.

(182) Taunay (“*Hist. seiscent. da Villa de S. Paulo*”, II, 261) explica esse indiferentismo do seguinte modo:

“Mas no imenso e deserto Brasil seiscentista distava São Paulo muito mais de Pernambuco do que hoje de Portugal, dado o isolamento em que as diversas regiões do paiz viviam umas das outras. Assim é que nas Actas da Camara raro se encontram referencias ás pugnas luso-hollandezas, do decenio de 1630-1640”.

Pelo contrario, os planaltinos tinham todo o interesse em que continuasse o dominio holandês no Nordeste, pois enquanto isso eles podiam dispor de um mercado de consumo que só se abasteceria de indios, quasi todos estes apresados no planalto.

Cessados o dominio holandês e a sua hegemonia naval, o tráfico com a África foi restabelecido e com ele a importação de negros. Ora, essa importação que no periodo do dominio holandês era quasi que inexistente, veio naturalmente prejudicar a colocação da mercadoria planaltina.

Isso é facilmente compreensivel!

Assim não encontrou éco no planalto o veemente apelo de Salvador Correia de Sá e Benevides. Foi preciso que esse apelo se repetisse e com essa repetição fosse a promessa do perdão aos criminosos, como aos crimes dos parentes. É o que nos relatam os documentos (Ellis; "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano" Cia. Editora Nacional, Serie Brasileira) (183). Mesmo assim, ainda que os

Como se vê indiferentismo completo!

Taunay recorre ao isolamento para fazer compreender esse indiferentismo.

Eu data venia, divirjo do mestre. Penso que as razões desse constatado indiferentismo, se estribam em que os paulistas tinham interesses economicos contrarios à restauração do dominio luso no Nordeste. Para a economia planaltina, havia interesse imperioso determinando que o dominio holandês deveria ser mantido no Nordeste e em que a hegemonia holandesa deveria ser mantida no Atlantico. Com isso, os paulistas estavam livres da concorrência africana no fornecimento de escravos apresados, à industria agricola do açúcar, como já mostrei em outra parte deste livro.

(183) Não se conhecia a causa dessa indiferença que tanto surpreendia os estudiosos do nosso passado. Os paulistanos eram tão belicosos e praticos na penetração, como experimentados nas lutas que continuamente travavam. Seria natural que essas qualidades masculas fossem empregadas contra os flamengos. Elas, entretanto só o foram em proporções minusculas. É que seria preciso se fixar a atenção em um elemento que até agora não tem sido ventilado pelos nossos historiadores. É o elemento economico.

crimes de penetração nos sertões para a obtenção dos descendimentos do gentio, houvessem sido perdoados para que se alistassem nessa expedição, esta não teve grande número de aderentes. Eu só consegui identificar cerca de 11 membros, os quais com os respectivos séquitos de índios poderia ir a uma meia centena.

E' que esse interesse econômico contrario não encontrava contra partida em qualquer outro laço que prendesse com solidez os diversos nucleos de colonização luso-americanos, entre si.

Com o advento do dominio espanhol, essa solidariedade estaria muito abalada. Aliás, como motivo de solidariedade, o laço verdadeiramente sólido era o da religião, dado o fanatismo com que se dedicavam ao catolicismo aqueles elementos rudes do planalto e os de alhures da América portuguesa.

Alem desse motivo, o único que podia fazer vibrar as cordas endurecidas do sentimentalismo planaltino, era o referente ao idioma e este mesmo seria muito fraco, dada a falta de literatura, de imprensa, de noticiario, de correspondencia, de movimentação, etc (184).

O isolamento geográfico e social em que estava o planalto, completamente segregado do resto da comunidade, fez com que uma mentalidade particular se fosse formando.

A falta de facilidade nas comunicações foi criando uma sentimentalidade especial, toda saturada de indiferentismo pela sorte dos demais nucleos de povoamento luso-americano.

(184) No planalto nessa ocasião a lingua popular falada correntemente era o guarani e não o português, usado oficialmente. Enquanto isso acontecia no planalto, saturado de elemento amerindiano, nos demais nucleos luso americanos só era falado o português. Mas o planalto no seculo XVIII, aportuguesou-se por dois motivos: a) Cessou o apresamento e portanto o afluxo do indio no planalto. b) O ano setecentista fez com que houvesse no planalto verdadeira invasão de reinóis.

A prova material e evidente deste estado de alma é a mínima importancia dada pelos planaltinos aos fenômenos empolgantes de angustias, de dor, de alegria, de incertezas, de pavor, de gloria, etc. que o evoluir dos sucessos da guerra holandesa deixou escritos nas adustas mas esplendorosas terras do nordeste açucareiro (185).

A expedição planaltina, levantada por D. Francisco Rendon, seguiu para a Baía sob o comando de Antonio Raposo Tavares, o herói máximo do bandeirismo, que o in-

(185) De fato, os nomes glóriosos de Tabocas, de Guararapes, da Casa Forte como os dos vultos aureolados de Fernandes Vieira, de André Vidal, de Matias de Albuquerque, de Barreto de Menezes, etc., como dos nomes odiados de Calabar, de Piet Heyn, de Lonk, de Artichowsky, de Van Schoppe, do Principe de Nassáu, etc., hoje tão repetidos, a evocar dias angustiados da nacionalidade no berço, eram completa e absolutamente ignorados na capitania vicentina.

Os documentos municipais e os publicados pelo Estado não nos dão desses nomes a menor referencia e nem sequer deles nos dão a menor lembrança.

Desses dias angustiados, doridos, luminosos, cheios de esperanças, repletos da mais intensa vibratibilidade, agitação e civismo, que revolveram completa e estrondosamente os nucleos de colonisação do Nordeste da America portuguesa, não temos o menor vestigio na documentação paulista.

Isso é muito eloquente e quer dizer muita cousa!

* Porque essa indifferença, essa notoria falta de solidariedade?

O historiador não precisa ser muito arguto para verificar que deve haver uma causa muito importante que empanava de modo visível, qualquer reflexo dos sucessos das guerras holandesas no planalto.

Verificado o fenomeno e a necessidade de uma causa para ele, o historiador, que não queira ficar marcando passo, unicamente constatando fatos, como simples cronista, precisa levantar hipoteses, imaginar probabilidades, correlacionar uns sucessos com outros, por em ação todo e qualquer ensinamento, oriundo de todos os ramos do saber humano. E' por isso que o historiador não deve ser apenas um individuo provido de memoria. Ele precisa usar o cerebro e possuir uma cultura vasta, ainda que pouco profunda.

Isso tudo nos leva a crer que a causa do indifferentismo paulista aos acontecimentos guerreiros do Nordeste, é principalmente de natureza economica.

signe Washington Luis tirou da confusão em que esse gigantesco e plutarquiano bandeirante vem atravessando os séculos (Revista do Instituto Histórico de São Paulo", v. 9.).

Foi essa leva de Raposo Tavares incorporada à armada do Conde da Torre e com esta teria sofrido todos os martírios, todas as intemperies e desventuras, devendo ter sido desembarcada na enseada de Touros, no Cabo São Roque, juntamente com a força de Luis Barbalho de Bezerra e atingindo a Baía depois da maravilhosa retirada.

A seguir a esta expedição de auxilio ao nordeste, só encontramos a que Antonio Pereira de Azevedo, em 1647, teria organizado obedecendo às ordens do Governador Teles da Silva. (Unicamente Pedro Taques, na "Nobiliarchia" relata essa expedição).

Penso que Pereira de Azevedo não foi à Baía, nessa ocasião atacada por Sigismundo Van Skope, que ficou muitos meses diante de São Salvador na ilha de Itaparica, pelo motivo de haver eu encontrado um documento municipal que o assinala descendo o Tietê (Ellis; "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano", Cia. Ed. Nacional, Serie Brasileira) nessa mesma ocasião que deveria estar de caminho para a Baía.

Assim, creio que essa expedição não se efetivou (186).

A seguir a esse capítulo, ocupado pelo bätavo, vemos a luta no Nordeste, recrudescer, entusiasmando e empolgando todas as almas. Entretanto, sem embargo haverem decorrido as cenas mais apaixonantes, durante sete anos de

(186) O conhecimento dessa expedição, baseia-se unicamente em Pedro Taques. Este cronista é na verdade admiravel, sem embargo de seus muitos e evidentes cochilos. Haja vista para o caso de João Ramalho! Os ensinamentos de Taques devem ser pesados deante da verossimilhança e admitidos com muito cuidado.

O que Taques afirma não é lei, quando muito pode ser um indicio, pois Taques escreveu baseado unicamente na tradição oral que passava de geração para geração. V. Comentários do Prof. Taunay em "Informações sobre as minas de S. Paulo", 39.

lutas, as mais encarniçadas e alucinantes, o planalto e a sua gente permaneceu na mais gélida indiferença! Curioso!

Da documentação arquivada paulista, não há o menor vestígio dessa luta tremenda e gloriosa que foi a expulsão do holandês (187).

Sabemos quantos quadros épicos se desenrolaram, terremoticamente, como o estrondo de mil trovões, eletrizados como o fulgor de mil raios, que estrugiram estrepitosamente pela vastidão do território brasileiro, repetindo-se na multidão de ecos tamborilantes de quebrada em quebrada, de valado em valado, de lombada em lombada! É impossível que esse barulho que abalou toda a América lusitana, não haja atingido ao planalto! Pois os moradores planaltinos permaneceram hirtos, indiferentes, fleugmáticos e imperturbados, ante esse fracasso vulcânico! Não é admirável isso?

Depois dessa situação, os planaltinos só foram ao Norte em 1658, com Domingos Barbosa Calheiros. Os índios do Recôncavo baiano haviam se rebelado.

Era Governador Geral do Brasil, Francisco Barreto de Menezes. Convidou ele, por meio de ofício dirigido aos poderes municipais de S. Paulo, a Domingos Barbosa Calheiros, Fernão de Camargo e Bernardino Sanches de Aguiar. (Taqes; "Nobiliarquia" XXXIII, p. 165) (Silva Leme; "Genealogia" XIII, 103) (Basílio de Magalhães; "Expansão Geográfica", 143; — Cia. Editora Nacional — Serie Brasileira).

Mais tarde, não tendo conseguido êxito a expedição de Domingos Barbosa Calheiros, em 1663, o Governador Alexandre de Sousa Freire, pedia auxílio a Pedro Vaz de Barros, irmão de Luiz, Valentim, Antonio, Sebastião Pedroso de Barros, Fernão Pais de Barros etc. e filho do famoso ser-

(187) Sobre o silêncio da documentação paulista a propósito das lutas no Nordeste, veja-se Taunay, *Hist. seiscentista da Villa de São Paulo*, II, 261.

tanista Pedro Vaz de Barros. Esse convite, entretanto, não surtiu efeito, de modo que, o novo Governador Afonso Furtado de Castro do Rio e Mendonça, Visconde de Barbacena, em 1671, dirigiu um novo convite a Estevão Ribeiro Baião Parente e a Braz Rodrigues de Arzão (Taques; "Nobiliarquia", XXXV, p. 1.^a, 55).

O corpo expedicionario partiu em Junho de 1671 e esteve em campanha até 1674.

Em 1679, ainda, é a data do auxilio planaltino à expedição comandada pelo Tenente General Jorge Soares de Macedo. Em capítulo posterior, trataremos com mais minucias desse feito, que teve em mira a fundação da Nova Colonia do Sacramento.

Foi no ano de 1671 que teve lugar a partida da bandeira de Domingos Jorge Velho, a qual demandou o Piauí ("Historia Geral das Bandeiras Paulistas", vol. IV, 348-351, Afonso Taunay; Silva Leme, "Genealogia paulistana", vol. VIII, 362; Basilio de Magalhães, loc. cit. 145). Mais tarde, saindo do Piauí, Domingos Jorge Velho em 1695-1697 atacou os mocambos de Palmares expugnando-os.

Em 1689, Matias Cardoso e Manoel Álvares de Moraes Navarro, partiram para o norte e em 1694, se afazendendo Matias de Cardoso no S. Francisco, aí veio a falecer onde hoje é Januaria.

Sentetizando tudo, temos que do planalto teriam saído as seguintes expedições principais para as outras capitânicas:

- a) 1565 — Para auxiliar a fundação do Rio de Janeiro e expulsar os franceses.
- b) 1567 — Para auxiliar a fundação do Rio de Janeiro e expulsar os franceses.
- c) 1625 — Para auxiliar a restauração da Baía contra os holandeses.
- d) 1639 — Para auxiliar a armada do Conde da Torre.
- e) 1647 — Para auxiliar a defesa da Baía contra Van Skoppe.

- f) 1659 — Para debater os índios do Recôncavo (Barbosa Calheiros).
- g) 1662 — Para povoar Sta. Catarina (Francisco Dias Velho).
- h) 1671-74 — Para povoar Sta. Catarina (Francisco Dias Velho) (Estevão Ribeiro Baião Parentê).
- i) 1684 — Para povoar o Rio Grande do Sul (Brito Peixoto).
- j) 1679 — Para auxiliar a fundação da Colonia do Sacramento (Braz Rodrigues Arzam).
- k) 1671-97 — Para auxiliar o povoamento do Piauí e destruição dos Palmares (Domingos Jorge Velho).
- l) 1689-94 — Para auxiliar o povoamento do Rio Grande do Norte e do rio S. Francisco (Matias Cardoso e Morais Navarro).

* * *

São Paulo nos fins do século XVII, tendo sofrido uma diminuição na sua atividade de caça ao índio, em razão de lhe ter faltado: 1) *Os celeiros jesuíticos*, onde a mercadoria humana era obtida, já em estado de civilização; 2) *O monopólio* dos fornecimentos ao consumo no Nordeste, pois este, uma vez libertado do holandês readquiria a possibilidade de importar negros africanos, ficando na alternativa de se abastecer ou não de escravos índios. Era o regime da concorrência com a África que se restabelecia; 3) *As facilidades* que a união com a Espanha lhe proporcionava na penetração; ficou na situação de ter de recorrer a outra fonte de renda que viesse auxiliar a que periclitava. Sim, porque a população aumentava, com a ininterrupta imigração, e como esse aumento, também, as necessidades se faziam mais imperiosas.

Daí terem os paulistas se dedicado ao pastoreio, ou antes, à criação de gado.

Para a criação de gado, porem, era preciso o que o planalto paulista não podia dispor, isto é, uma grande superficie plana, vestida de ligeiro manto de vegetação rasteira. Para a criação de gado, seriam precisas grandes extensões de campo em região completamente desaciditada, (188).

Ora, o planalto paulista-viceentino, era exatamente o oposto dessa condição, pois ele se alonga até a ribanceira do rio Paraná, sempre ondulado por montanhas, em uma continuidade enervante, que faz a dificuldade do transporte entre nós e coberto por densa mataria, o que se faz absolutamente incompatível com o desenvolvimento da faina criadora.

Ora, com estes elementos determinantes, os paulistas tiveram que procurar um solo mais proprio, para nele exercer a criação. Daí a expansão da gente planaltina para outras regiões mais favorecidas pela natureza, sob esse ponto de vista. O vale do rio Paraíba se povoou de vilarejos, que se foram sucedendo, sem contar Mogí das Cruzes, ainda no planalto. Em 1652, Jacareí foi fundado por Antonio Afonso. Vinte anos depois surgia o aglomerado de Pindamonhangaba, o qual só em 1705 foi elevado a vila.

Então já havia Taubaté, iniciada em 1636 mas só em 1650 elevada a vila com o fluxo de novos moradores. Pouco depois de Taubaté, Domingos Leme dava inicio ao povoado de Guaratinguetá, em 1657 elevado a vila. (Azevedo Marques, loc. cit.).

Para o sul, o planalto paulista que já se havia estendido a Sorocaba no seu povoamento, avançava com o Capitão Gabriel de Lara até ao Paraná. Mas em nenhuma dessas regiões havia terras proprias para a criação de gado. Persistindo nessa direção sulina, o planalto enviava em 1662, o

(188) As varzeas e os descampados aqui existentes, mesmo os das proximidades ou os do vale do Paraíba eram muito pequenos, para o fim da expansão pastoril paulista.

morador Francisco Dias Velho, que com sua familia e 500 indios, foi fundar a capela do Desterro, perto da Ilha de Sta. Catarina. Aí foi mais tarde assassinado Dias Velho, pelo pirata inglêz Thomas Frins. em 1687 diz Pedro Taques ("Nobiliarchia Paulistana") que, aliás, oferece a data de 1679 como nela tendo ocorrido a penetração de Dias Velho (189).

Nessa mesma direção é a penetração em 1684 de Domingos de Brito Peixoto, que chefiando enorme nucleo de povoadores, do qual faziam parte seus filhos entre os quais Francisco de Brito Peixoto, foi fundar Laguna, aí se afa-zendendo, se expandindo até o Rio Grande do Sul, com os seus filhos que foram os pontos de partida das estirpes dos Brito Guerra.

A penetração paulista, como criação de gado, como se viu tambem, procurou outras direções. Ela, para o norte, não se contentou em povoar o vale do Paraíba que, como vimos, nesse século foi todo sedimentado de gente, tendo sido então fundados os seus nucleos urbanos.

A criação exige, entretanto, grandes extensões territoriais em relação à população, isto é, a densidade demográfica das populações pastoris, é muito pequena. Por isso os paulistas na sua expansão de pastoreio, tiveram de se afastar cada vez mais, porque eles eram obrigados a se afastar para o sertão, dado que essa faina exige grandes áreas territoriais e essas extensões só eram encontradas ao longe. Por outro lado, a diminuição da faina apresadora do indio, como vimos, exigia uma nova fonte de renda para o planalto e

(189) Como eu disse acima, a autoridade de Pedro Taques é muito grande, mas devido aos seus muitos cochilos, o que ele afirma deve ser muito pesado e confrontado com o silencio ou asseverações documentais.

Sobre a autoridade de Pedro Taques é conveniente se consultar Taunay, (*Hist. Seiscent. da Villa de S. Paulo*, fim do volume II) e Paulo Prado (*Paulistica*), além do que Taunay ensina em "*Informações sobre as minas de S. Paulo*", 39.

essa fonte de renda, só podia ser proporcionada pela criação de gado.

Saturado o vale do Paraíba, começaram os paulistas a dobrar a Mantiqueira, pela garganta do Hepacaré.

Já em 1674, Domingos Jorge Velho, por aí teria passado em demanda do Piauí, onde se afazendara. Foi este paulista, o primeiro a povoar essa região, para onde teria levado imensa copia de mamelucos paulistas e de indios do planalto, chamados "carijós".

Foi o feito deste homérico paulista das mais belas manifestações da expansão criadora, de que em S. Paulo teve lugar nessa metade do seiscentismo (Taunay; "Historia Geral das Bandeiras" vols. 6.º e 7.º).

Abria-se o horizonte da penetração criadora do bandeirismo paulista, para esse norte imenso que se estendia promissor alem da Mantiqueira. Daí se dirigia caudaloso e navegavel o magnífico rio S. Francisco, excelente via de facilima condução, através de varias centenas de quilômetros para os sertões virgens do Piauí, do Ceará, ou do Rio Grande do Norte. Era esse norte, para onde se havia dirigido Barbosa Calheiros em 1659, Estevão Ribeiro Baião Parente e Rodrigues de Arzam em 1674; para onde se tinha orientado na sua peregrinação aloucada atrás das pedras verdes, o vulto gigante de Fernão Dias e para onde se havia dirigido se afazendendo nos seus currais, Matias Cardoso de Almeida, com enorme séquito de mamelucos e carijós, em 1687. Matias, logo depois do infortunio do fidalgo Dom Rodrigo de Castel Branco, morto nos sombrios alcantás do Sumidouro, pelo fero genro de Fernão Dias, o insigne Borba Gato, se foi estabelecer ao longo do rio S. Francisco, em cujas ribanceiras amenas, ainda eram possiveis enormes propriedades, como exigia o pastoreio, uma vez no planalto não havia espaço para elas, recortado como ele se encontrava pela pequena propriedade. (Basilio de Magalhães, "Expan-

são Geográfica" 148, Cia. Editora Nacional, Serie Brasileira).

Não teve sossego Matias nos seus currais do rio de S. Francisco, pois logo em 1690, ei-lo no Rio Grande do Norte, para onde fora chamado, a fim de com seus impertérritos mamelucos, debelar varias tribus indigenas!

Juntamente com Matias, seguiu uma tropa ao mando de Manoel Alvares de Moraes Navarro, o qual se fixou no Nordeste, aí ficando a sua estirpe.

Outros paulistas se afazendaram no Norte. Entre eles devemos citar, João Amaro Maciel Parente, filho de Estevão Ribeiro Baião Parente, que foi importante criador no Rio S. Francisco; Francisco Dias de Siqueira, o Apuçá, que esteve no sul do Maranhão de 1692 a 1693 (Basilio de Magalhães, loc. cit. 152) e outros.

A mineração do ouro, fazendo com que larga zona do alto S. Francisco, do alto Doce e do alto rio Grande, fosse devassada e explorada, durante largas décadas, pela mesma gente aí fixada em fazendas, muitas das quais, pelas suas proporções eram de criação.

Por outro lado, a mineração realizando a condensação de um certo número de habitantes na região, condensação essa que eu calculo em cerca de 150.000 a 200.000 habitantes do inicio do século XVIII, tambem tornava existentes umas certas necessidades de artigos de alimentação, entre os quais os derivados do gado. Essa população alimentando-se, tinha imperiosa precisão de gado que a suprisse de carne e de laticínios, bem como de couro, etc. A existencia, pois, de uma grande população de elevado índice aquisitivo, tornou não só possível, mas facultou, as condições precisas para que essa fonte de atividade prosperasse muito e fosse muito convidativa aos planaltinos que se haviam visto privar da industria do apresamento e que tinham sido desapossados das minas, no seu antagonismo, contra os emboabas.

Esse fato da atividade agro-pecuária paulista ter procurado um mercado de consumo de elevado índice aquisitivo, não deve ficar no esquecimento. Vendo diminuir as possibilidades do apresamento do índio, o paulista dedicou-se ao pastoreio. Mas os que se dedicaram ao pastoreio, como fonte de renda, procuraram, como seria curial, onde houvesse um mercado de consumo, que não ficasse muito distante. Com isso, os criadores paulistas, no fim do seiscentismo, foram atraídos pela zona açucarcira. Daí terem eles descido o rio de S. Francisco, em direção á Baía e se estabelecido com grandes fazendas de gado no Piauí e no Rio Grande do Norte, envolvendo a região açucareira do Nordeste. Aí haveria uma grande prosperidade á qual eles pretendiam associar a sua atividade. Depois disso, com o advento do ouro a prosperidade se deslocou para o sul aurífero.

Seria natural que a faina agro-pecuária paulista tivesse seguido esse movimento econômico e para isso se tivesse concentrado na zona do Medio rio de S. Francisco e nas cercanias de onde Borba Gato, como um cêrbero, guardava a entrada das minas (Soares Melo; "Emboabas").

Mas, ao par dos paulistas que se dedicavam á faina criadora, com o fito do lucro, procurando para isso nas proximidades, mercados de grande poder aquisitivo, haviam os paulistas, que só tinham em mira o povoamento e a expansão, como consequencia do "primo vivere.....", causa que eles buscavam no sossego sertanejo das grandes solidões, onde a criação se fazia vegetativamente sem preocupação de consumo, etc.

Aí não havia matança.

O suprimento da alimentação não se fazia mister.

Estes foram os povoadores do Paraná, de Sta. Catarina, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso, ocupando as areas territoriais, que haviam sido de Castela e haviam sido desbravadas pelos jesuitas, que neles semeavam de reduções, constituindo magnifico celeiro de apresamento, para nele

cevar toda a gula insaciavel do bandeirante paulista da primeira metade do seiscentismo, (190).

* * *

A mineração, que é o ultimo lampejo do ocaso do bandeirismo não constitue, senão em parte, uma página desse capítulo do passado da nossa terra.

Eu englobo no bandeirismo unicamente as buscas aflitas dos pesquisadores, que palmilharam os sertões das Gerais porque a mineração propriamente, a exploração dos filões descobertos não constituem bandeirismo (191).

Tudo se fazia em antagonismo com a vida do bandeirantista. O nômade se fizera sedentario ao redor de seus redoirados socavões. O patriarcalismo aumentara e se estratificava na constancia de um assiduo labor, em que se transformara o antigo ardor bélico do paulista. Este modificava a sua psicologia, antes batalhadora e algo cruel, como a demonstrada nas margens frondosas do Tibagi ou nos pedregais lavados do curso encachoeirado do Paranapanema, no pacato minerador do vale do Casca ou do Carmo, à som-

(190) Foi este bandeirismo que se fez antipatico a Capistrano, muito influenciado pelas crônicas lamurientas e apaixonadas dos jesuitas e pelos raciocinios de Handelman, o germanico, esquecido dos metodos alemães.

Naturalmente os apresadores agiam utilitariamente a cata de um lucro immediato, mas, porventura pode-se apontar alguem que não o faça?

Tambem não se faz remunerar o sacerdote que batiza, o cirurgião, que salva uma vida? Não agem eles tambem à cata de um lucro immediato?

Como se ve, ninguem pode apedrejar o apresamento.

(191) O minerador já sedentario, pacato e patriarcal, fixado com sua familia numerosa, em torno de suas lavras, não se arriscava mais às torturantes e martiriologicas peregrinações nomades.

bra protetora do Tripuí ou das ensolaradas paragens de Sabará, no regaço úmido do soturno Itacolomí.

A seleção guerreira lá morrera no planalto e com ela desapareceram muitos dos filhos, que depuraram o grupo humano planaltino.

Outros traços caraterísticos da vida do minerador já não eram correspondentes, pela sua maior opulencia que o fizera um perdulario e um aristocrata, à velha sobriedade, filha da pobreza, que caraterizava a alma profundamente democrática do morador de Piratininga.

Eis o fim do bandeirismo!

Ele que fora belicoso e atrevido no seiscentismo, morria docemente por entre os ásperos e úmidos socavões mineiros.

Não se pode negar às pesquisas metalíferas e peregrinações de Pascoal Moreira Cabral Leme, Fernão Dias Falcão, Miguel Sutil, Antonio Pires de Campos em Mato Grosso, Bartolomeu Bueno da Silva em Goiaz, ou de Pinheiro Raposo no sul da Baía, os últimos lampejos de combatividade (192).

Trataremos delas ao nos referir ao ouro. Em todo caso, já não eram as bandeiras desses ciclopes paulistas, os pequenos exércitos de varios milhares de homens do seiscentismo destinados às lutas dos apresamentos, em que as pugnas se repetiam; mas eram grupos muito menores de algumas dezenas de expedicionarios apenas, sem o aparato bélico, porque a ofensiva desaparecera de seus propositos e as lutas do sertão, se estas houvessem seriam apenas em defesa.

Por isso, se o arcabuz e a escopeta não se haviam ausentado de todo, dos apetrechos do bandeirante, entretanto o seu número tinha diminuido, para ser suprido com o alvião e a batéia do faiscador.

(192) O paulista indomito, altivo, belicoso e arrogante do seiscentismo, do apresamento, e da pobreza, com a prosperidade, o ouro e a decadencia setecentista, transformou violenta e bruscamente a sua psicologia que se fez acarretando a sua verticalidade, dobrando a sua velha tempera e perdendo o seu masculino espirito de independencia.

CAPITULO XXXIV

A BANDEIRA

A bandeira, órgão de uma sociedade que se formou no planalto, influiu poderosamente na sua modelação, e foi agente que emprestou varios dos seus caracteres que o perfilavam mais acentuadamente para a constituição do grupo humano que se moldava na região vicentino-paulista. Um dos caracteres com que a bandeira fez profunda a sua influencia foi o seu espirito de democracia. Transmitiu esse ao corpo social planaltino de modo a cunhar no planalto um feitio que lhe era profundamente proprio. A bandeira era a associação guerreiro-industrial da gente de São Paulo. Toda a população de serra-acima se interessou pelo movimento sertanista ⁽¹⁹³⁾.

Era o apresamento a grande fonte de renda econômica da qual todos dependiam.

Se toda a população planaltina não tomava parte diretamente no apresamento, em todo o caso havia laços indirectos que prendiam o anseio geral, nos resultados de cada empresa. Os que se prenderam diretamente ao preamento do amerindio com suas pessoas, as de seus afins, e a de seus dependentes, entraram nas organizações nivelados democraticamente.

(193) Ha espiritos superficiais, que, ainda não compreenderam que, o bandeirismo de apresamento era um imperioso meio de vida, e como tal, devia ser remunerado. Como os jesuitas se opunham a isso, eram guerreados violentamente.

O cirurgião, quando intervem, cortando carnes e derramando sangue, não visa lucros imediatos? Alguem se lembra de chamar os cirurgiões de sanguinários?

Assim tambem procediam os apresadores!

Em pé da mais absoluta igualdade todos esses elementos se irmanavam no isolamento geral que privava o planalto de qualquer contacto com o mundo exterior. Juntos, afrontavam todas as asperezas do sertão acobertado por uma natureza de prodígio, passavam reunidos os mesmos momentos de angustia que um sertão gigante era pródigo em proporcionar com as suas mil surpresas, com a sua serie interminavel de incognitas, etc., sofriam lado a lado em fraterna democracia todas as agruras de vida sacra infindavel de quadros multiplicados de misterios sem conta, atravessavam os mesmos momentos irmanados nas mesmas dores, nos mesmos anseios, nas mesmas alegrias, nos mesmos prazeres, etc. Isso tudo estabeleceria uma tal solidez no laço da comunidade que não havia o que o pudesse fazer afrouxar, mas ao lado dessa cristalização com que concretizava o agregado social, dava a ela uma tal consistencia democrática, igualando-os todos na mesma bitola hierárquica, que, por força, um espírito de fraternidade deveria imperar entre todos os sertanistas, que comungando do laço parental de sangue que unia a quasi todos, tão elevado era o gráu da consanguinidade existente no planalto.

Com tudo isso era impossivel que um alto espírito de democracia não revestisse a região paulistana. Da bandeira esse espírito saía dominado empolgando toda a população, moldando as psicologias, influenciando a sociedade que se formava nesse ambiente saturado da mais absoluta nivelação e da mais concreta homogeneidade de caracteres.

A bandeira se constituia de variadas formas. Era entretanto uma organização moldada pelo ambiente geográfico, segundo os objetivos a que se destinava. Ela não poderia ser um corpo armado muito numeroso. O sertão adusto vestido pela fera natureza e erçado de dificuldades formidaveis, muitas delas filhas da região tropical, onde um sol de fogo retosta um solo super-úmido, não permitia passagem de mesnadas muito encorpadas, de falanges

muito bojudas, onde legiões muito pesadas poderiam encontrar dificuldades. Era preciso alimentar os componentes e se o sertão era pródigo em caça ou em pesca, a abundancia entretanto não era tanta que desse para abastecer uma tropa numerosa. Esta imperativamente tinha que ser minguada. Daí o seu vulto que oscilava nas bandeiras de apresamento, entre 1.500 a 4.000 combatentes, segundo as crônicas jesuíticas da época (Padre Carlos Teschauer, "Historia do Rio Grande do Sul"). Mas quando a bandeira era simplesmente de pesquisas metalíferas, ela não passava de algumas dezenas de individuos na sua composição.

A bandeira era vultosa o menos possível, dentro da viabilidade permitida pela sua finalidade. O sertão não possibilitava o seu devassamento senão a pequenos magotes de homens. Ainda que estes fossem um número alto, entretanto, deveriam ser apoucadas nas suas constituições.

Como eu disse, o sertão modelava a bandeira. Mas não era apenas na composição da bandeira que patenteamos a influencia do meio físico. Esta também se evidenciava na movimentação do grupo de assalto piratiningano.

De ordinario se faz idéia de que a bandeira se valeu muito da facilidade com que o sistema potamográfico paulista, orientado para Oeste (194). Tem-se exagerado muito a movimentação fluvial do bandeirismo, emprestando aos rios planaltinos uma função que desempenharam em escala muito menor. De fato o bandeirismo de apresamento, quando ele atingiu o auge da sua atividade em terras castelhanas, foi na primeira metade do seiscentismo e em zonas ocupadas por organizações jesuíticas. Estas como o Guairá, o Tape, e o Uruguai ficavam no sul em direção diversa de que con-

(194) Entretanto os rios tiveram notavel função na segunda parte do bandeirismo isto é na sua fase povoadora. Por isso é que e eminente sociologo fluminense Oliveira Vianna no seu *Evolução do Povo Brasileiro*, oferece magistraes conceitos a respeito.

duzia o sistema potamográfico paulista. Para realizar as suas tremendas incursões as provincias jesuíticas, os paulistas não podiam usar das facilidades outorgadas pela navegação fluvial. Os rios paulistas alem de orientados para Oeste eram quasi todos encachoeirados e pedregosos. Assim é tambem o Paraíba que tem o seu curso impedido de oferecer boa navegação aos sertanistas que demandassem o Norte ou as regiões de alem-Mantiqueira. O Tietê, que demandava Mato Grosso e portanto terras castelhanas, tambem se apresentava encachoeirado a partir de São Paulo até Ararituaba e só daí até Avanhanda, com cerca de 180 a 200 quilometros de via liquida, oferecia facilidades à penetração bandeirante. Daí em diante, até o rio Paraná, o rio paulista era todo interrompido de cachociras e saltos.

Quando se exgotou o celeiro de indios mansos que os jesuitas haviam catequizado, depois que os paulistas o haviam esvaziado até os meados do seiscentismo, quando a separação de Portugal da Espanha em 1640 havia dificultado a penetração portuguesa e quando o Nordeste não exigia com tanto imperio braços para as suas lavouras de cana minoradas, houve um maior movimento paulista de expansão em direção ao Oeste e ao Norte, quer em busca do amerindio bravo, quer a cata de mananciais preciosos. Nessa ocasião é possivel que tenha havido uma mais intensa utilização dos rios planaltinos.

Mas creio que esses rios foram mais efficientes na movimentação paulista, quando já havia cessado, quasi que completamente o período da bandeira, que foi seiscentista, se cernificando no setecentismo o período das monções, que eram viagens fluviais periódicas e sistematizadas de moradores com suas familias que se iam estabelecer em Cuiabá, etc. Então, já no setecentismo, quando as monções partiam de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Ararituaba hoje Porto Feliz, o Tietê foi a magnífica via liquida de transporte, mas

então já não era o bandeirismo. Este já havia desaparecido no horizonte seiscentista. É certo que ainda havia alguma faina bandeirante (195).

Nesse ponto, o meio geográfico não interferiu no sentido de modelar o movimento bandeirante.

Em que este ficou a dever ao meio geográfico, foi na grande proporção em que imperava a infantaria na constituição das bandeiras. De fato a idéia que vulgarmente se faz sobre a bandeira de que esta se tenha movimentado a cavalo é errônea. Não se encontra na documentação abundante sobre a vida planaltina nada que justifique a existência de montarias que teriam estado a serviço das expedições.

Aliás o proprio bom senso está eloquentemente nos clamando que um numero abundante de cavalarianos só se poderia locomover com facilidades em terreno plano e despidido de vegetação arborea. Ora o planalto paulista é justamente o contrario dessa imperiosa exigencia. O terreno no planalto é todo ondulado, enrugado, enristado, e mesmo montanhoso e com isso ele é vestido de verdejante e, espesso manto de verdura arborea, em confusão entrelaçada por um cipoal tenebroso, com o que se faz difficilima uma penetração. Daí haver muitos entraves para a penetração de quem queira praticar o bandeirismo, em maior escala. É por isso que os inventarios procedidos nos bens dos principais chefes de bandeiras, falecidos não constataam a existencia em São Paulo de grande copia de gado equino ("Raça de Gigantes", Ellis).

(195) Seria natural essa diminuição e mesmo quasi extinção do bandeirismo.

Havia uma faina absorvente que tirava o paulista de toda preocupação menos lucrativa. A mineração do ouro eliminava todas as outras atividades menos remuneradoras.

O que valia a caça ao índio, sob esse aspecto?

"Desde que um valor mais alto se alevantava, cessava tudo que a antiga musa cantava". Foi por isso que desapareceu o apresamento.

Não tendo a bandeira recorrido em grande escala á via fluvial, senão já no setecentismo, e não havendo a mesma sido auxiliada pelo equino, na sua movimentação temos que concluir que ela percorreu as enormes extensões a pé, foi formada para poder sustentar da melhor forma possível as grandes caminhadas através dos mais rudes obstáculos erigidos ao longo de sua espinhosa marcha (196). Com isso o meio geográfico estava a exigir que a bandeira fosse o agrupamento o menos vultoso possível.

Mas como o objetivo da bandeira era guerreiro, se fazia mister que o poderio belico da bandeira não fosse por demais sacrificado. Daí haverem as bandeiras que operavam no sul terem atingido a altos efetivos de 3 a 4.000 homens, conforme nos relatam as crônicas da Companhia de Jesús (Padre Carlos Teschauer, "Historia do Rio Grande do Sul").

De todas as expedições ao sertão, encontrei uma delas que se valeu do meio de transporte marítimo, quebrando com ela a uniformidade das expedições. Essa expedição foi a de Aracambi que no ano de 1634 saiu de S. Paulo e se dirigiu para o sul. Naturalmente esse meio de comunicação não oferecia tantos perigos, mas era também menos pródigo em elementos de alimentação. A sua vantagem principal porém consistia na sua rapidez. Ela em poucos meses realizou a sua missão preadora no Sul e tornou ao povoado planaltino em pouco tempo.

A via terrestre era muito mais demorada

(196) "O S. Francisco é o grande meio de comunicação das bandeiras na marcha para o Norte", ensina o Prof. Taunay (*Hist.*

CAPITULO XXXV

A CAÇA AO ÍNDIO E A LEI

A instituição da escravidão era praticada, em Portugal, desde os romanos e foi interrompida unicamente durante o tempo em que os germânicos impuseram a sua instituição, a servidão, a qual foi vigente durante a reconquista e durante a dinastia dos Borgonhas em Portugal, isto é, durante a Idade Média.

Com os Aviz, porem, apenas os felizes "raids" dos navegadores de Dom Henrique atingiam o continente negro, encontramos, em Portugal, africanos em número, condicionados à escravidão. Em tempos desses monarcas Aviz, a população de Lisboa era constituída de africanos, na sua maior parte (197). Nem era para ser de outra maneira, pois as comunicações que Portugal mantinha com o continente negro faziam com que esse elemento humano fosse importado em escala correspondente ao poder aquisitivo do português. Este, ao se opulentar pelo commercio com o Oriente, naturalmente, ficou em condições de poder adquirir, na África, grande quantidade de gente que na metrópole ia exer-

Geral das Bandeiras, 1, 146) referindo-se às bandeiras setecentistas do pastoreio.

(197) A esse respeito, veja-se Taunay, *Subsídios para a História do tráfico africano no Brasil colonial*, citando Damião de Góes e Clenardo.

Paulo Prado, (*Paulística*) diz a esse respeito:

"Em 1536 Garcia de Rezende dizia que Portugal se despovoava, espalhando-se pelas ilhas, pela Índia e pelo Brasil, ao passo que o reino se enchia de negros africanos".

"Sómente em Evora, cita o historiador, com a escassa população da época, um viajante assinalava a existencia de tres mil escravos de ambos os sexos".

cer os misteres mais grosseiros. Em razão da pequena população reinol, a carestia de braços se fazia sentir com maior pressão, tanto mais que a Portugal, era afeta a colonização de um país grande como o Brasil e de uma colonia prospera como o Nordeste açucareiro.

Assim, era natural que Portugal se houvesse tingido intensamente de africanos. As seleções mesológicas, principalmente as de origem climática, eliminaram, com os séculos de atuação constante, esses corpos estranhos à comunidade étnica portuguesa e não se mostraram plásticos, para uma adaptação biológica às condições ambientais (198).

Com mentalidade, pois, afeita a essas circunstancias foi que aportaram, à região vicentina, os João Ramalho, os Antonio Rodrigues, os Mestre Cosme, os Bachareis de Cananéia, os Gonçalo da Costa, etc., esses que primordiavam, nessa parte do litoral brasileiro, a colonização martim afonsina.

Como as riquezas do pau-brasil e do açúcar não abarcavam senão o norte, a Capitania vicentina ficou no dilema imperativo de conseguir uma fonte de renda qualquer ou perecer. Nessa contingencia, aqueles que nestas plagas formavam a guarda avançada da civilização lusitana recorreram à cativação do aborígene.

(198) Sim, porque todo o agrupamento humano, tem uma area geografica, mais ou menos limitada, para nela viver. Todo individuo, tirado dessa area de habitabilidade, fatalmente se resente na sua organização biologica.

Eis que o homem é um organismo articulado de aparelhos delicadissimos!

Eis o aparelho respiratorio! Eis o digestivo! Eis o circulatorio! Eis o genital! Eis o sistema nervoso! Eis o aparelho endocrínico, com as defesas organicas a segregar anti corpos, impedindo as invasões microbianas! Etc..

Isso tudo, como um complexo mecanismo, está regulado para funcionar em determinadas condições de temperatura, de pressão ba-

Foi uma orientação acertada diante da política econômica das colônias luso-americanas. Sim, porque, para que houvesse produção açucareira se fazia mister abundante mão de obra. Como possui-la o Nordeste se Portugal fracamente povoado, não podia empreender senão uma colonização muito tenue. O remédio era buscar o suprimento da necessária mão de obra, para o cultivo agrícola da cana de açúcar, nos sertões, tanto mais que os ameríndios constituíam uma rala população, muito espalhada pelo território. Assim, os vicentinos se associariam à indústria agrícola do açúcar, a qual havia sido banida da nossa latitude. Eu não sei se isso foi feito intencionalmente! Creio que não foi, mas a norma de ação me parece acertada. Sim, porque eles, os vicentinos, iam fornecer um dos termos da equação da produção nordestina. Esta sendo igual a T (meio geográfico) + M (mão de obra) + C (capital) + N (consumo) + H (transporte), um dos seus elementos, em parte, iria ser constituído por gente sua. Se fosse suprimido esse elemento, a produção não se fazia possível. Foi assim realizado o problema vicentino.

A princípio, a escravidão marchou sem tropeço.

Foi, em 1570, que surgiu o primeiro, justamente quando a lavoura açucareira, em grande ascensão, mais demandava

rométrica, de humidade, de luminosidade, de colônias externas e internas de acordo com certo tipo de alimentação, etc..

Se variam essas condições, de acordo com os delineamentos do ambiente mesológico, também varia o comportamento do indivíduo que sofre as novas condições.

Assim as mesologias eliminam os indivíduos que lhe são exóticos e que não se modificam plasticamente para poderem persistir em ambientes em que são estranhos.

Por isso é que Taylor, Glen Trewarka, Huntington, e Karl Saper, citados todos por Oliveira Vianna. (*Raça e Assimilação*), concluem:

“Os europeus do norte não têm conseguido constituir nos planaltos tropicais, senão estabelecimentos temporários. Eles têm tentado organizar, nestas regiões uma sociedade permanente de base agri-

mão de obra. Nesse ano surgiu a primeira lei proibitiva da escravidão indígena.

Nessa ocasião reinava, em Portugal, D. Sebastião. Era um rei eminente nevropata e absolutamente desequilibrado, talvez, em virtude da consanguinidade intensa da qual ele era fruto.

Educado pelos jesuitas, D. Sebastião tivera a sua degenerescência orientada para o fanatismo religioso e para as quixotescas aventuras de cavalaria. Além disso, fora regente do reino, seu tio avô, o cardeal D. Henrique, ex-inquisidor mor em Portugal e grande afeiçoado dos jesuitas. Isso tudo teria feito com que D. Sebastião, ainda menino, com 16 anos de idade, legislasse de forma a proteger o índio favorecendo os jesuitas.

Por essa lei, índios apresados deixavam a condição de escravos para serem considerados unicamente administrados. Eles eram partilhados por ocasião dos inventários mas, para escapar à proibição legal, não eram avaliados.

Assim procedendo, os paulistas-sertanistas continuavam no exercício de apresamento mantendo-se aparentemente no alinhamento legal.

Nos mesmos delineamentos houve a lei de 1575, ainda sob o reinado de D. Sebastião. Quer-me parecer que essa lei era desnecessária, pois, nada inovava mas teimava em proibir os apresamentos em toda a guerra ofensiva e em só

cola em que o colono viva do seu proprio trabalho, mas todas essas tentativas têm fracassado". Benjamin Kidd (*The control of the trafics*) ainda, citado pelo erudito Oliveira Vianna, já dizia, sobre o mesmo assunto:

"Todas as experiencias nesse sentido tem sido vans e inuteis os esforços desde logo destinados a fracasso".

Assim, cada area geografica deve ter o seu aglomerado humano. Os inadateveis exóticos a essa area são paulatinamente eliminados.

Como o Nordico européu é exótico aos ambientes tropicais, não consegue neles persistir.

permitir o apresamento em guerras justas porque os paulistas burlavam os seus intentos.

De fato, os paulistas mantinham a escravidão do ameríndio disfarçando-a com o manto da administração.

A seguir a essa lei, francamente favorável aos jesuitas, temos a registrar a de 1595, esta, já de autoria de Filipe II, bem mais liberal. É bem verdade que o domínio espanhol foi um período contrario ao predomínio jesuítico, pois estes tomaram partido pela restauração da monarquia portuguesa, em meados do século seiscentista. Essa lei e a de 1603, em que era definida a expressão "guerra justa", naturalmente, deu muita força moral ao bandeirante com o que Filipe III legislou novamente, em 1605 e em 1611, proibindo a escravização do ameríndio.

Estes atos favoráveis aos jesuitas, principalmente o de 1611, provocaram, como era natural, grande reação entre os paulistas que, com as bandeiras de Belchior Carneiro, de Martim Rodrigues Tenorio, contra os Ibiraiaras (Padre Jaeger, "Invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul") e de Pedro Vaz de Barros, haviam iniciado a luta contra as organizações jesuíticas no Guairá (199).

A luta contra Guairá, em 1628, recrudescceu de maneira assustadora e a destruição dessa provincia, relatada pelos p. p. Mansilla e Mazzeta que então escreveram a "Relacion de los Agrabios", determinou a expedição, por parte do papa Inocencio VIII, da bula que, trazida pelo padre Dias Taño, excomungava os paulistas (200).

Estes não se importaram com a excomunhão. Eram bem dignos descendentes daquele fero filho de João Ramalho que prometia acabar com a Inquisição a flechadas! E,

(199) Os índios ibiraiaras eram por muitos confundidos com os varijós. (Baptista Pereira, *A cidade de Anchieta*).

(200) E' que por provisão de 4 de Novembro de 1623, o Governador Geral Diogo de Mendonça Furtado havia autorizado o preamento. (Taunay, *Hist. Seiscentista da Villa de S. Paulo*, I, 63 e 67).

no auge da reação contra os jesuitas e contra a bula de excomunhão, em tropelia desenfreada, os paulistas expulsaram os padres da Companhia de Jesús. Ante esses sucessos, os jesuitas tomaram posição a favor da restauração e contra o movimento nacionalista que foi a Aclamação de Amador Bueno, levada a efeito em 1641.

A restauração se fez e com ela ocorreu o imenso valimento do Padre Antonio Vieira, o qual inspirou a D. João IV as leis, favoráveis aos índios, de 1647 e de 1653.

A seguir a esses atos legislativos, decresce, imensamente, o interesse pela cativação do índio. A decadência da lavoura açucareira; a perda do monopólio dos fornecimentos de braços para o Nordeste, já então, com a expulsão do holandês, na possibilidade de importar o africano, restabelecendo o tráfico com a África; as dificuldades, para o apressador, em penetrar em terras de além Tordezilhas, devido à separação da Espanha; e a extinção dos fartos celeiros de Guairá, de Tape, do Uruguai, de Itatí, etc., magníficos mananciais de índios já mansos, adensados em organizações faceis de serem atacadas, haviam feito decrescer o interesse pela industria de preamento.

Talvez, com o intuito de revigorá-la, D. Afonso VI, no último ano de seu reinado infeliz, em 1667, tornou a permitir a escravização do ameríndio, em "guerra justa".

D. Pedro II, em 1680, persistiu nessa política legal com uma nova lei nesse sentido.

O golpe de morte na industria de escravização do índio, entretanto, só deveria ser dado no fim do século pela descoberta do ouro (201).

(201) Desde que um genero de atividade mais remunerador se apresentou ao paulista, este evidentemente tinha que abandonar os demais aos quais ele se entregava até então, mais perigosos, mais penosos e menos lucrativos. Isso prova que o apresamento era uma tabua de salvação econômica, que foi abandonada desde que outra apareceu.

O preamento do selvícola esteve, durante a segunda metade do seiscentismo, em estado de evidencia, pelos motivos enunciados. Os documentos dos "Invent. e tests.", isso confirmam de um modo que se patenteia pela paulatina diminuição dos ameríndios na proporção em que o século avançava.

O fim do preamento foi determinado pelas descobertas auríferas nas Gerais. Se, logo na segunda metade do seiscentismo, o apresamento entrou em declínio, dando lugar a outras fainas de atividades, como por exemplo o pastoreio, o bandeirismo de pesquisas do solo, a expansão colonizadora, etc., entretanto ele não se extinguiu constituindo uma indústria bélica secundária para as atividades planaltinas.

Quando, porém, um grande motivo de natureza econômica obrigou todas as energias piratininganas a se concentrarem na Colquida de além Mantiqueira, o apresamento do ameríndio sofreu a completa estagnação.

A composição étnica da gente planaltina, naturalmente, alterou-se vivamente, em razão dessa diretriz do passado seiscentista da terra paulista. Tanto mais que, com a mineração, aumentou o poder aquisitivo do paulista. Teve ele, então, recursos para comprar o escravo africano que não só substituiu o ameríndio, com vantagem, como também não obrigava a ser, a atividade do minerador, desviada para outros misteres.

Talvez fosse para o fim de restaurar a indústria de apresamento que a Metrópole de D. João V emitiu a lei de 1708 e a de 1741, as quais reeditam o espírito da lei de 1680, permitindo a escravidão do índio, quando apresado em guerras justas.

A Metrópole na primeira dessas datas, tinha grande empenho em atrair os paulistas para outros campos de atividades, tirando-os das minas, onde se achavam empenhados na guerra dos emboabas.

Essas leis portuguesas, porém, não mais interessando ao planalto não causaram aí a menor perturbação. Essa

calma perdurou sem que tenha havido o menor estremecimento na região... É verdade que S. Paulo havia sido privado do seu velho espírito de intrepidez, de altivez inquieta e atrevida, de audacia e de bravura bandeirante. Os seus expoentes haviam sido eliminados!

Eis os irmãos Lemes! Eis o Anhanguera! A sua seiva mais pujante havia sido sorvida pelas minas das Gerais! (202).

Portugal tivera o cuidado de cortar as asas aos paulistas, fazendo-os entrar para a comunhão lusa, à qual eles só perteciam de nome.

Foi por isso que a lei de Pombal, de 1750, proibindo a escravização, não quebrou a frieza da indiferença paulista! Já não havia o menor interesse!

(202) Sobre isso, o ilustre Paulo Prado assim se manifesta magistralmente no *Paulistica*, 72:

“Ahi no primeiro quartel do seculo XVIII, se destacam as figuras dos irmãos Lemes ultimos depositarios da ambição de mando e independencia do velho paulista: um succumbe, acuado como um animal feroz, nas mattas de Ararytaguaba, o outro degollado nas prisões da Bahia. Em 1740, num arraial goyano morre o segundo Anhanguera.

Foram talvez, os ultimos bandeirantes”.

CAPÍTULO XXXVI

O NEGRO NO BANDEIRISMO

SUPERIORIDADE RACIAL

Não sou adepto das ideias de Gobineau, mais tarde adotadas por Lapouge, Woltmann, Ammon, Chamberlain e outros, e entre nós aparentemente perfilhados por Oliveira Vianna, o emerito sociologo do "Populações Meridionaes".

Não julgo o negro um ser inferior. (203) Acho, porem, que ele é desigual aos individuos de outras raças. (204) Se não sou filiado à teoria da superioridade racial, a qual hoje

(203) Apesar disso ainda ha quem pense ser eu um doutrinador contrario ao africano! Os que isso escrevem não conhecem meus trabalhos senão deturpados por uma pessima outiva.

Tivessem-nos eles lido, não yiriam com semelhantes contrasensos! Oxalá que estas linhas não tenham para eles o mesmo destino!

(204) A esse respeito eu repito as sabias palavras de Octavio Domingues, no seu excelente *Eugenia*, 282, imprecindivel para quem queira fazer uma ideia honesta e justa de qual grupo humano, que tenha representado qualquer fenomeno no passado: "As raças humanas são antes diferentes do que superiores umas às outras. Certo que nesta raça, e não naquela encontramos uma maioria (uma media biometrica) de individuos mais ou menos evolucionados em determinado intelectual. Isso não quer dizer, todavia, que noutra raça não se encontrem individuos (embora em menor numero) tambem evolucionados, intelectualmente nesse sentido. E' que a diferença é quantitativa e não propriamente qualitativa.

"Nous maintenons que les differences des races ne sont pas des differences d'espèces" — escreve Hankins (*La race dans la civilisation*) — que toutes les races possèdent a degrés differents. Telle race pourra exceller en energie physique, et telle autre en imagination creatrice".

A minha opinião é pautada por esses sadios ensinamentos.

com Hitler tem grande aplicação, enfileiro-me entretanto entre os que pregam a doutrina da desigualdade racial. Sim porque nessa questão, toda superioridade é relativa. Tudo depende do ponto de vista em que se encare o problema. Todas as raças são superiores e todas elas são inferiores.

Penso que o negro, sendo inferior sob muitos aspectos, é superior quanto a outros. Se tenho acimado o negro de inferior, é considerando-o sob o ponto de vista de varios aspectos da civilização européia. Mas ele tem índices de superioridade, os quais não se poderiam negar. Assim por exemplo, considerando as raças sob o ponto de vista sentimental, o negro apresenta tais vantagens em afetividade, que o seu índice é mais elevado do que o de qualquer outra raça.

Os testes a que têm procedido os norte americanos no-lo afirmam de modo tal que toda e qualquer duvida a respeito está varrida.

Se, porem, nós nos postarmos sob outro ângulo visual, o que encara as raças sob o ponto de vista fisiologico, intelectual, ou sociólogo em geral, etc., o negro é inferior em muitos índices apresentados, como superior em outros.

Assim, está já bem certo que comparando as raças sob o ponto de vista dos seus aparelhos respiratorios, ou dos seus aparelhos circulatorios, o negro, propenso às tuberculoses, às pneumonias, às arterioesclerose, às endocardites, miocardites, etc. é inferior ao branco. O mesmo se dirá no tocante ao seu sistema nervoso. O negro é inferior ainda no dizente a varias parte da capacidade mental (205). Por isso ele socialmente se apresenta inferior, pois mergulhado em plena civilização européia, em varios índices de eficiencia são precisos, sob o ponto de vista psiquico moral fisiológico e intelectual certos niveis que o negro atingiu. Daí, esse

(205) Portugal, no tempo de D. Manoel, tinha grandes contingentes de africanos, em sua população.

Clenardo, citado pelo prof. Taunay na sua magistral monografia sobre o assunto: *Subsídios para a História do tráfico Africano no*

elevado teor nas estatísticas de malandragem, de criminalidade, de anormalidades, em que o negro e seu mestiço mulato preponderam, como se observa. Entretanto é justo reconhecer-se no negro certas vantagens fisiológicas que lhe dão a possibilidade de se sobressair em varios ramos de exercicios fisicos. Tambem é preciso reconhecer-se que essas vantagens e desvantagens variam de acordo com os ambientes externos. Estes, com os seus elementos climaticos, de composição química e conformação física dos solos, etc. fazem com que cada raça de diferente conformação biológica etc., se comporte de forma diferente. Assim uma raça pode ser superior, sob certos aspectos em alguns ambientes e inferior em outros. O proprio negro inferior na sua respiração no planalto paulista, (Ellis, "*Populações Paulistas*", Cia. Editora Nacional, Serie Brasileira), que o faz que seja selecionado, vive magnificamente em outros ambientes, que o poupam nos seus processos seletivos: (206)

Assim não considero o negro, de um modo absoluto, inferior. Ele tem prismas vantajosos. O que eu acho é que

Brasil Colonial, diz que, em Lisboa nessa época, o número de escravos era maior do que o de livres.

Sim, porque desde 1443, afluía um trafico caudaloso da Africa para Portugal.

O professor Taunay, loc. cit. dá com clareza os elementos para essa evolução.

Onde estão esses africanos na população portuguesa?

Onde estão os seus vestigios?

E' que a fraqueza fisiologica deles, fez com que fossem varridos pelas seleções mesologicas. em quatro seculos em clima européu.

No planalto paulista, isso está se dando.

E' o que eu demonstrei em publicação especializada, (Ellis, "*Populações Paulistas*"), empregando para o fim que eu objetivava, grande copia de estatísticas. E' que o cientista não se satisfaz com o uso do "olho metro" que é o suficiente para os inexpertos.

(206) Não ha duvida que o preto vem sendo eliminado pela seleção climatica no planalto paulista. Outro tanto já aconteceu ao preto em Portugal, onde só em Lisboa durante o tempo de D. Manoel o venturoso (1495-1521), entravam, segundo Damião de Góes

ele é desigual. E sendo desigual é inferior sob muitos pontos de vista. Se, para a civilização em que vivemos, são precisos certos índices de superioridades que o negro não possui, o que lhe determina a inferioridade, não é uma opinião minha, mas é uma constatação das estatísticas.

Porisso tudo não sou suspeito ao fazer qualquer estudo de capítulo histórico em que o negro participe.

Não sou contra ele. Estudo-o, apenas, cientificamente, imbuído da imparcialidade a que a análise do documento histórico me acostumou, constatando fatos que as estatísticas me ensinaram.

Só elaborei as minhas teorias sobre o africano depois de uma análise meticulosa dos fatos. Não busquei os fatos para dar consistência a idéias preconcebidas. Estas só nasceram das constatações. (207)

(*Chronica de D. Manoel*) cerca de 10.000 a 20.000 escravos por ano, provenientes da Africa.

Onde os vestígios dessa invasão? Uma parte pequeninissima existe. A seleção climática teria agido nesse campo!

(207) Assim, por exemplo, o africano é inferior no referente à sua fisiologia respiratória e circulatória. Por que isso?

O preto é necessariamente constituído com aparelhos fisiológicos adaptados ao ambiente externo africano, onde viveu milenarmente.

Arrancado dessa mesologia africana, que o havia modelado, ele fatalmente, em toda a sua constituição biológica, isto é em todos os seus aparelhos orgânicos, sofrendo forças externas diferentes, tendeu a se descontrolar.

Sabemos que o ser vivo com as suas funções fisiológicas exercidas por aparelhos extremamente delicados, não podem ser transferidos impunemente de uma determinada área geográfica para outra.

Com isso conhece-se que o homem não é ubíquo, como já ensinou o erudito sociólogo Oliveira Vianna, em uma douta colaboração para a revista *Terra de Sol* publicada em 1926 no Rio de Janeiro.

Por isso é que o africano está sendo dizimado no planalto paulista.

Por isso é que em Portugal de Dom Manoel, havendo tanto africano segundo Damião de Góes e outros, citados por Taunay (*Subsi-*

Só então consegui explicações científicas para o que as estatísticas nos mostram.

Isso tudo me está emprestando tal grau de imparcialidade, no que se refere ao negro, que posso abordar o assunto sem ser acoimado de suspeito.

diós para a História do tráfico Africano no Brasil colonial) e hoje não ha mais.

Desapareceram, eliminados pelo ambiente mesologico!

CAPÍTULO XXXVII

A ECONOMIA COLONIAL E O NEGRO

Ao se povoar o Brasil, quando Portugal de D. João III, prometeu a exploração econômica de suas terras brasileiras, tudo fazendo para que as partes luso-americanas saíssem da indústria extrativa em que se achavam, com o aproveitamento do pau-brasil, a agricultura da cana de açúcar se radicou no Nordeste.

Por varios motivos, esclarecidos por Roberto Simonsen ("Historia Econômica do Brasil"), a cana se fixou no Nordeste, seletivamente fazendo-se eliminar das demais circunscricões luso-brasileiras.

Ora, a capitania de S. Vicente que já não havia visto florescer em suas terras a indústria extrativa do pau-brasil, em razão da sua latitude sulina (Pero Magalhães de Ganda-vo), foi tambem excluida da cultura da cana. Daí a sua pobreza! Daí a sua insignificancia! Daí a sua pouca importancia demográfica, em confronto com as opulentas capitancias no Nordeste açucareiro! É o que se verifica da famosa estatística de 1584 constante de "Informações", pela qual a capitania Vicentina era com os seus 2.500 habitantes brancos e indios, 10 vezes menos valiosa que a Baía, que tinha 12.000 brancos, 8.000 indios, 3 a 4.000 negros africanos e 8 vezes menor que Pernambuco que tinha 8.000 brancos, 2.000 indios e 10.000 negros africanos.

S. Vicente manteve essa inferioridade econômica, no decorrer do seiscentismo, refletindo-se, como é natural no campo demográfico. Ao se ultimar a paz da Holanda em 1661 e ao se distribuir o dote da Infanta D. Catarina de Bragança, que em 1662 se casava com o rei da Inglaterra, Carlos II Stuart, obrigou-se Portugal a uma anuidade de 280.000 cruzados (44.800 contos em poder aquisitivo atual)

dos quais a metade ou 140.000 cruzados deveriam caber ás colonias americanas. Esse total ficaria assim distribuido, segundo Capistrano de Abreu, "Ensaio e Estudos", 2.^a serie, 138:

Baía	70.000	cruzados	anua
Pernambuco	} 30.000	"	"
Itamaracá			
Paraíba			
Rio de Janeiro	26.000	"	"
São Vicente	4.000	"	"
Ihéus	} quebras		
Porto Seguro			
Espírito Santo			

Esse quadro econômico naturalmente teve a sua contra partida demográfica. Este aspecto não passa de um reflexo daquele.

Assim, com facilidade, vê-se a enorme inferioridade econômica e demográfica da capitania Vicentina. A razão dessa "statu quo" está em que o Nordeste possuía a fonte de riqueza — açúcar —, a qual era a continuação ampliada da outra fonte econômica que era a extração do pau-brasil. S. Vicente não cultivando a cana em escala mercantil e não havendo podido recorrer ao pau-brasil, estava nessa patente inferioridade. Mas para a manutenção de um agregado humano qualquer no estado de civilizado há necessidade que ele possua uma base econômica qualquer. É certo que a autarquia às vezes produz a maior parte do que esse agregado humano precisa para mantê-lo vivo. Todas as necessidades vicentinas em materia de alimentação, de vestuario, de calçado, e algumas de armamento, podiam ser supridas pela autarquia. Outras porem, não podiam. Assim, como esse agregado humano, poderia suprir-se de objetos de metal, de espingardas, de pólvora, etc.? Só seria possível nesse suprimento no

Reino, naturalmente a custa de dinheiro, que só poderia ser obtido pelos vicentinos se vendessem alguma cousa. Como eles não haviam podido vender pau-brasil, e não podiam vender açúcar, naturalmente ficaram em situação de não poder comprar o que necessitavam.

Daí, ante a premencia imperiosa, os vicentinos tiveram de ir buscar uma fonte de renda, que lhes desse o poder aquisitivo necessario para os manter na civilização.

Procuraram os vicentinos essa fonte de renda no apresamento do amerindio.

Foi, assim, por uma imperiosa necessidade que os vicentinos se fizeram apresadores de indios ou bandeirantes. Não foi pela crueldade ou pela irreligiosidade, marcada no anti-jesuitismo que os vicentinos se arrojaram nos sertões. É que eles foram obrigados a isso, pelo "primo vivere."

Diante pois do imperativo que a situação lhes impunha, o vicentino criou a industria bélica do apresamento. Essa seria a sua fonte econômica de renda. A mercadoria produzida nessa industria daria aos vicentinos o seu pão quotidiano, e seria "o remedio para a sua pobreza".

A mercadoria da sua industria eram as "peças" de indios que os vicentinos vendiam, naturalmente para os agricultores. Como o Nordeste açucareiro oferecia um ótimo mercado para a colocação e consumo da sua mercadoria, os vicentinos se fizeram associados indiretamente na industria agricola açucareira.

Sim porque, para que se faça a produção de uma mercadoria qualquer, há necessidade de ser realizada a seguinte equação:

$$\text{Produção} = T + M + C + N + H.$$

Sendo T , igual a recursos da terra, ou meio físico com o clima etc., ou materia prima, que no caso vicentino, seria massa de indios a apresar; M , igual a mão de obra, que no caso vicentino, seriam o bandeirante e os seus sequazes; C , igual a capital, que no caso vicentino seria a quantia precisa

para o aprestamento das armações; *N*, igual ao consumo, que no caso vicentino seria o Nordeste açucareiro, avido de mão de obra barata; *H*, igual ao transporte, que no caso vicentino seria o meio de levar a sua mercadoria ao consumidor.

Assim, faz claro que o vicentino estava empolgado na produção da mercadoria humana: — escravo ameríndio —. Esta era sua única fonte de renda. Esta era a base de sua economia. Para a conseguir, o vicentino afrontava a furia dos elementos, as arestosidades dos sertões, as asperezas dos elementos naturais, a grandeza das distancias, os horrores das molestias, as intemperies das regiões pestilentas, os sacrificios e as torturas das necessidades, as lutas tremendas contra os formidaveis jesuitas, cujo poder era imenso, as guerras dolorosas e sanguinolentas contra o gentio. E como se não bastasse esse quadro policrômico de vicissitudes, ainda os vicentinos tinham a resistir a avidez do fisco reinol que os depenava nos seus lucros misérrimos.

Com isso, é facil concluir que o indio constituia, para o vicentino, a propria base essencial da sua vida econômica. O indio seria para o vicentino o que é o café para S. Paulo atual; a carne, a banha e os cereais são para o Rio Grande do Sul; o lacticinio é para Minas; o açúcar é para Pernambuco, ou para o Estado do Rio; a cera de canaúba para o Piauí; o sal para o Rio Grande do Norte; o mate e o pinho para o Paraná; a castanha para o Pará; o babaçú para o Maranhão; a borracha para a Amazonia, etc.

Como, pois, o vicentino não cuidar do indio, com o carinho de uma devoção? Esse indio que "*per capita*", lhe dava de 4\$ a 70\$000 réis, em poder aquisitivo de hoje, segundo Roberto Simonsen (Historia Econômica do Brasil, vol. I.)!

Os historiadores e sociólogos que se têm dedicado ao estudo do movimento bandeirante, têm-no estudado mais ou menos displicentemente sem se importar com a sua causa eminente utilitaria, como se vê.

A parte espiritual do amor a aventura tem sido a unica a ferir a atenção dos que têm escrito. É certo que esta existe, mas ela foi consequencia da que eu vim de analisar.

Com isso verifica-se que a base vicentina era o apresamento do amerindio.

Como pois se pensar que os vicentinos iriam importar africanos para concorrer com a mercadoria que produziam?

Não teria sido curial que eles desejassem produzir a sua mercadoria e a colocar, com absoluta liberdade de concorrência?

Não podemos jogar sobre os ciclópicos sertanistas vicentinos e pecha de imbecis, pois eles isso seriam se, porventura, fossem importar africanos para concorrer com a mercadoria que eles produziam.

Pois se tudo para eles era o indio, como admitir a possibilidade de eles importarem o africano para ofuscar a sua propria mercadoria, essa em que eles tinham tanto interesse em valorizar.

Seria o mesmo que S. Paulo fosse importar café de Java; o Rio Grande importar carne ou lã da Australia; o Ceará importar algodão da India, etc.

Isso repugna à razão. Tanto mais que o africano era mercadoria mais valiosa.

É possível que para algum mister especial, no qual o amerindio não fosse o indicado, um ou outro africano fosse importado. É possível que, no meio da miseria geral na capitania vicentina, houvesse alguma exceção, de poder aquisitivo algo mais acima do nivel medio, como Afonso Sardiha, por exemplo, que tivesse podido adquirir um ou outro africano, que ficava marcando esporadicamente as longas listas de escravos amerindianos.

Isso porem escapava à regra, que era a de quasi exclusivamente haver indios nas listas de escravos vicentinos. ("Registo", "Invents. e tests", "Actas").

Alem do que ficou exposto é preciso não esquecer o seguinte argumento em favor da tese da não penetração do

africano na capitania vicentina e mais particularmente no planalto paulista (208).

Sabemos que por não dispor de sólida fonte de renda, o morador planaltino não podia contar com grande poder aquisitivo. Aí estão os documentos atestando isso e ainda ninguém disse o contrario. (Alcântara Machado, "Vida e Morte do Bandeirante", Ellis, "Raça de Gigantes"). É possível que excepcionalmente algum paulista morador de serra acima, algum minerador mais afortunado como Afonso Sardinha, que possuía lavras auríferas no Jaraguá e que ao falecer deixou, segundo Taques, 80.000 cruzados de ouro em pó (dos quais muitos eram de ogó, segundo Capistrano), tenha visto o seu poder aquisitivo se avolumar. (209) A regra geral era que o morador vicentino tinha nulo poder aquisitivo. Não se pode argumentar com exceções, como no caso de Sardinha (210).

Com tão diminuído poder aquisitivo, não seria natural que se fossem comprar cousas mais caras, podendo fazê-lo a congêneres mais baratos.

(208) Desse proposito convem citar do eminente mestre Prof. Taunay na sua monografia, *Subsídios para a historia do trafico africano no Brasil colonial*:

"Ainda em meados do seculo XVII, quando em torno de São Paulo só havia, por assim dizer, servos vermelhos, alem de um ou outro tapanhuno..."

(209) Por isso é que Roberto Simonsen diz, na sua *Historia Economica do Brasil*, v. I, 199:

"A importação se dava, principalmente para as capitánias da Bahia e do Norte, onde está assegurada a industria do assucar; no Sul, onde a situação era de pobreza, o braço escravo tinha que ser o indigena".

(210) Ainda a esse proposito, um documento municipal de 1677, citado pelo inclito Prof. Taunay na sua esplendida *Historia setecentista da Villa de S. Paulo*, III, 15, que diz:

".....homens pobres, e não poderem comprar tapanhunos com que....."

O indio, em regra valia de 4\$000 réis para 70\$000 réis, enquanto que o negro custava de 50 a 300\$000 réis (Roberto Simonsen, loc. cit.). Ora o vicentino sendo tão pobre, e dispondo de um poder aquisitivo tão apoucado, não iria adquirir a mercadoria mais cara. O proprio bom senso repugnaria qualquer cousa no sentido de que o negro africano fosse incorporado em massa ao agrupamento social dos moradores. É possível que, esporadicamente, a respigar as listas de escravos, um ou outro africano apparecesse. É possível que na capitania vicentina tenha entrado, para misteres especiais, um ou outro africano, que realizaria tarefas que não poderiam ser feitas por indios. (211)

Por isso é que ficou bem afirmado por mim em "*Raça de Gigantes*" (livro publicado ha 17 anos) que o negro africano era *quasi* inexistente na capitania vicentina. Os documentos affirmam isso alem de já estar marcado pelo proprio raciocinio, pela ordem natural das cousas e pelos depoimentos das testemunhas em unanimidade sobre o nosso passado. ("Registo", "Invents. e tests". "Actas") e pelos historiadores que cientificamente se especializaram no assunto. (Taunay, etc.).

Vejamos os depoimentos das testemunhas de vista:

Os primeiros depoimentos sobre a nossa vida primordial foram feitos pelos primeiros jesuitas, os únicos homens em estado intelectual de escrever sobre o que viam. As cartas desses companheiros de Lóiola são os primeiros elementos para a reconstituição do nosso primórdio quinhentista. Para não recorrer a outros elementos da mesma natureza, acho que será sufficiente a citação do Padre Manoel da Nóbrega que

(211) Taunay, no seu excelente *Subsídios para a Historia do trafico Africano no Frasil Colonial*, diverge a respeito de ter sido essa a data da introdução do africano no Brasil. O erudito mestre acha que já em 1538, Lopes Bixorda se occupava no trafico entre os dois continentes meridionais.

em "Cartas do Brasil", 80, 81 e seguintes, em outras passagens desse livro faz referencias ao assunto. (212), (213)

Em carta ao Padre Simão Rodrigues, datada de 1549, isto é portanto um ano apenas depois de ter vindo ao Brasil do primeiro contingente africano, diz o chefe dos loiolanos: sobre a palavra "negro"; mostrando que a designação era referente ao amerindio. (214), (215)

"...e uns se casam com algumas mulheres si acham, outros com as mesmas *negras*, e outros pedem tempo para venderem as *negras*....."

e mais adiante:

(212) Sim, porque se o padre Anchieta afirmou que não havia africanos na Capitania vicentina, é clarissimo que as referencias só podem dizer respeito ao amerindio. "Aliás — *negro*, — nos nossos primeiros seculos, tanto podia significar indigena da America como da Africa". E' o que ensina o Prof. Taunay, *Historia Geral das Bandeiras Paulistas*, I, 129.

Calogeras, que não era nenhum bisonho em historia, interpretava a palavra — *negro* — como sendo amerindio e não africano. *Politica Exterior do Imperio*, I, 25, 287.

Roberto Simonsen, *loc. cit.*, I, diz a mesma cousa.

(213) Existe de fato, um documento do inicio do seiscentismo, publicado no vol. VII do *Registo Geral* no qual se ve que o monarca quiz enviar aos paulistas 1.000 pretos da Guiné para serem pagos em tres anos.

Isso não teria passado de simples oferecimento.

Não ha nenhuma prova, nenhum indicio sequer, que nos leve a suposição de que esse simples oferecimento tenha sido aceito. De fato, onde esses africanos em São Paulo? Desapareceram? Os documentos existentes não registram o menor sulco sobre a sua passagem ou sobre o destino que tiveram.

Esse mesmo documento que fala nos 1.000 africanos, se refere a 300.000 indios. A proporção é esmagadora!

Sim, porque pensar que os 1.000 foram incorporados ao plano e os 300.000 carijós, não?!

(214) O professor Taunay, na sua *Historia Geral das Bandeiras Paulistas*, I, 103, manifesta identico ponto de vista que o meu, sobre essa questão, ao dizer: -

“e é desta maneira que fazem pares com os *negros* para lhes trazerem a vender o que tem e por engano enchem os navios deles e fogem com eles; e alguns dizem que o podem fazer por os *negros* já terem feito mal aos Cristãos”.

e mais:

“...por lhe um principal destes *negros* não dar o que lhe pedia lhe lançou a morte, no que tanto imaginou que morreu...”

e mais:

“.....e os *negros* desembarcaram

e ainda:

“....que nos mande dar estes *negros*....”

e mais, em carta de 1550 (loc. cit. pg. 104)

“Suspeitando o negro que o Padre antes viera ajudá-lo a morrer....”

As referencias a *negros* nessas cartas de Nóbrega, não se referem a africanos. É evidente!

“Os testamentos e inventarios de principios do seculo XVII em São Paulo, dão a certeza que havia poucas “peças de Guiné” ainda. Era natural que os paulistas apresando e escravizando índios em grande escala, indo buscal-os no recesso do continente, exportando escravos para as zonas do norte, não precisassem de africanos. Ainda quando se deu a grande florescencia da mineração do ouro, o numero de *negros* não avultou; os primeiros descobridores surgiram no territorio das minas acompanhados de servos vermelhos como nol-o relata Antonil na sua preciosa *Cultura*, quando nos diz que os paulistas se faziam servidos por muitos índios.

Assim no cyclo da caça ao indio, é pequena, muito pequena mesmo, a interferencia de africanos nas operações do bandeirismo. Começam a apparecer *negros* no sequito das grandes expedições do ouro, na conquista do coração do Brasil, da occupação de Minas, de Goyaz e Matto Grosso”.

(215) Eu, quando no *Raça de Gigantes* affirmei que o africano era — quasi — inexistente no planalto paulista, quiz dizer que havia

Essa é a comprovação absoluta de que os testemunhos da época, como todos os documentos, ao se referirem a negros queriam significar ameríndios, que eram designados indiferentemente como "gentios" ou como "negros". Esta terminologia naturalmente pode originar confusão levando os incautos e inexperientes a cuidar de que a palavra "negros" era concernente ao africano. Quando eles queriam designar — *negros africanos* — faziam-no designando-os expressamente de "tapanhunos" ou de "*negros da Guiné*", ou ainda de "*gentio da Guiné*". Quando havia a simples designação de "negros" era sempre ao ameríndio que se queria significar. Nóbrega assim usou o termo "negro" como vimos, em mais de uma centena de vezes que se referia aos ameríndios em suas cartas citadas. Nem seria de se interpretar de modo contrario, pois as cartas de Nóbrega ao Padre Simão Rodrigues datam de 1549, quando os primeiros africanos haviam chegado em 1548, com Tomé de Souza. (216)

Não havia tempo para os pretos africanos merecerem as referencias. Não poderia ser pois a eles que Nóbrega se referia.

uma porcentagem de africanos no total das peças escravas, porcentagem essa que era muito pequena.

De fato, pesquisas nesse sentido, feitas nos documentos da época, nos mostram, com evidencia gritante que o africano só existia aqui na proporção de 1/30 em relação ao negro americano.

Era no concernente a essa diminuta porcentagem que o meu — *quasi* — dizia respeito. Esse conceito coincide de modo eloquente com o que ensina o prof. Taunay na sua já tão citada *Historia Geral das Bandeiras Paulistas*, I, 103.

(216) Tenho a impressão que a palavra — *negro* — era sinônimo de — *escravo*.

Tanto seria, escravo o africano, como o americano. Se este aparentemente era chamado *forro* e não era avaliado nos inventarios, era unicamente com o fito de ser ludibriada a disposição legal que proibia o apresamento e a escravisação do ameríndio.

De fato, tanto era escravo o africano como o ameríndio. Essa feição dos documentos tem, entretanto, induzido em erro aos inexpertos e leigos em materia de historia paulista.

Os demais jesuitas bitolam os seus ensinamentos pelo mesmo diapasão.

Para não alongar a matéria cito apenas o cálculo censitário da "Informações", referente ao ano de 1583, e ao qual já fiz referencias:

	<i>Branços</i>	<i>Indios</i>	<i>Africanos</i>
Baía	12.000	8.000	3 a 4.000
Pernambuco	8.000	2.000	10.000
São Vicente	1.500	1.000	—
Rio de Janeiro	750	3.000	100
Espírito Santo	750	4.500	—
Porto Seguro	750	—	—
Ilhéus	750	—	—
Itamaracá	250	—	—

Onde neste cálculo a existencia de — africanos — em S. Vicente?

Este é aliás a única estimativa demográfica referente ao Brasil no quinhentismo.

Se ele não se refere a existencia de africanos em S. Vicente quer-me parecer que qualquer duvida seja inocua quanto a esse século. De modo absoluto, só em fins do quinhentismo o preto africano poderia ter sido conhecido em S. Vicente. ⁽²¹⁷⁾

Quanto ao século seguinte, a situação não se alterou. Não sobreveio nenhum acontecimento de monta, ao qual se devesse uma modificação de situação. A ligeira mineração, que fez arranhar a superficie penhascosa do Jaraguá ou a barba de bode das redondezas paulistânicas no fim do século XVI, não foi de molde a modificar a situação. É possível que na ultima década do quinhentismo houvesse o pla-

(217) Os primeiros africanos a aparecer na Capitania vicentina foram os que o velho Sardinha empregou na mineração no Jaraguá, ("Invent. e test.") no fim do século XVI, se bem que eles já existissem alhures no Brasil, desde data mais remota.

nalto vicentino importado alguns elementos africanos, para os trabalhos de mineração.

Eu creio mesmo que esses "tapanhunos" vindos no fim do século teriam sido a consequencia do aumento do poder aquisitivo de um minerador mais afortunado como Afonso Sardinha, por exemplo. Esses, respigando esporadicamente e muito excepcionalmente as listas de escravos, são os que constituem o braço especializado exigido pela mineração ("Registo"). O aparecimento desses elementos excepcionais não constitue base para que se afirme terem os africanos influido no bandeirismo.

Isso seria muitíssimo pouco!

Assim não houve modificação na evolução histórica da capitania Vicentina a qual desse motivos a importação em maior escala do africano. Eis, por exemplo, a bandeira de Nicolau Barreto, em cuja composição não há o menor vestigio de africanos!

E por não haver modificação qualitativa nos elementos já existentes na capitania vicentina é que os bandeirantes, ao fazerem a conquista das provincias jesuitico-guaranis de Guaira, de Tape, do Uruguai, etc., conservavam ainda a mesma composição elementar racial, que a evidenciada no quinhentismo.

Os paulistas-vicentino-bandeirantes mergulhavam-se na faina empolgante do preamento do amerindio para o vender, escravizado ao centro de consumo no Nordeste.

Mas do imenso celeiro de escravos indios a apresar, o bandeirante, naturalmente preferia os indios já domesticados, cristianizados e civilizados das reduções jesuíticas.

Aí o indio era mais numeroso; a mercadoria já lapidada; o sucesso do empreendimento já garantido, a densidade demográfica das populações amerindias a apresar muito maior.

Os bandeirantes em número de 2, 3, a 4.000 homens, segundo se referem a eles as crônicas jesuíticas, assolaram todo

o sul brasileiro, percorrendo todo o imenso territorio ao sul do Paranapanema.

Mas, se houve modificação quantitativa na demografia vicentina, não deveria ter havido mudança qualitativa na feitura do bandeirismo, como eu já disse acima.

Por isso é que os cronistas da Companhia de Jesús, que se referem ao bandeirismo, nenhum fala em africano na componencia das bandeiras.

Podemos lembrar os escritos seguintes sobre o bandeirismo contra os jesuitas, nenhum deles se referindo a existencia de africanos como elementos bandeirantes:

Padre Francisco Vasquez de Trujillo	{ " <i>Testimonio de una informacion</i> ".
Padre Francisco Jarques, Dean de la Cathedral de Sta. Maria de Albarracin	{ " <i>Insignes misioneros de la Compania de Jesus em la Provincia del Paraguay</i> ". " <i>Ruiz Montoya en Indias</i> ".
Padre Nicolau del Techo	{ " <i>Hist. Prov. Paraguariae</i> ". (1673).
Padre Pierre Charlevoix	" <i>Hist. do Paraguai</i> " (1761).
Padre Simão de Vasconcelos ..	{ " <i>Cronica da Cia. de Jesús</i> ". " <i>Vida do P. José de Anchieta</i> ".
Padre Montoya	{ " <i>Conquista Espiritual</i> " (cartas).
Padre Lozano	{ " <i>Hist. de la Conquista</i> ".
Conego Juan P. Gay	{ " <i>Hist. da Rep. Jesuítica do Paraguai</i> " (1863).
Padre Carlos Teschauer	" <i>Hist. do Rio Grande do Sul</i> ".
Padre P. Pastells	{ " <i>Hist. de la Comp. de Jesus em la Prov. del Paraguay</i> ".
Padre Iager	{ " <i>Invasões Bandeirantes no Rio Grande do Sul</i> ".

Padres Mansilla e Mazzeta { "Relacion de los Agrabios".
"Cartas ao provincial padre Crespo".

Depoimentos dos Padres Mansilla, Montoya, Domenech, Mazzeta, Ernot, Benevides, Cristovam de Mendonça no processo contra D. Luiz de Cespedes.

Basilio de Magalhães "Expansão Geográfica".

Afonso Taunay { "Hist. Geral das bandeiras paulistas", vol. II.

Nenhum desses escritos, contendo precisos testemunhos sobre as composições das bandeiras, as quais orçavam por 2, 3, ou 4 mil individuos, mencionam o africano. É claro que das descrições referentes às tropelias bandeirantes no sul, se não ha referencias ao africano é porque este elemento não comungou no grandioso movimento. Isso está evidente!

O padre Carlos Teschauer de tão saudosa memoria, no seu magnifico livro "Historia do Rio Grande do Sul", dedica paginas esplendorosas a esse capitulo espetaculoso que foi a luta bandeirante no Sul, descrevendo em suas minucias as tropelias bandeirantes. O padre Iäger faz o mesmo no seu "Invasões bandeirantes" citado acima: Pois bem, não há nesses escritos a menor referencia a africanos.

Não havendo pois a menor comprovante da existencia do africano no movimento bandeirante, por parte dos escritores, que se referem à luta dos sertanistas apresadores contra os jesuitas, muitos dos quais foram testemunhas presenciais dessas lutas, onde se poderiam encontrar elementos e provas de que as bandeiras continham africanos?

Sim, porque se as testemunhas das lutas nada dizem sobre isso e pelo contrario são todos concordes em atestar a não existencia do elemento africano nas bandeiras, onde se

poderia colher dados sobre essa coparticipação, se é que ela existiu?

Na documentação brasileira, em falta, nos de origem castelhana, nos depoimentos jesuíticos?

Vejam os:

No quinhentismo só podemos assinalar a existencia de uns poucos africanos na ultima década do século, pois até 1583 não havia pretos em S. Paulo, segundo se vê do cálculo censitario contido em "Informações" e já por mim citado antes. Foi Afonso Sardinha o primeiro proprietario de africanos, como diz o eminente homem de letras Cassiano Ricardo, no seu recente livro "Marcha para Oeste" 241.

Afonso Sardinha, se bem que tivesse empreendido algumas entradas de apresamento como diz Basilio de Magalhães, na sua "Expansão Geográfica", foi mais minerador e homem que pelos seus recursos se situava acima do nivel financeiro do resto da população piratiningana. É possível que ele tivesse meios de comprar mercadoria mais apurada e de qualidade melhor. É possível também que ele tivesse necessidade de mão de obra mais perfeita, mais adaptavel ao mister da mineração. A quantidade deles não deveria ter sido grande. (218)

Se passarmos adiante e entrarmos no seiscentismo, vamos encontrar nos documentos paulistas diversas referencias a — *negros* —. Um desses documentos, por exemplo, é um citado por Cassiano Ricardo no seu trabalho mencionado, pagina 242:

(218) O fato de Sardinha ter possuido navio que fazia o trafico negreiro, a ser isso verdade, o que é possível, pois ele exportava generos alimenticios para o Prata, não implica em ele ter importado africanos para o planalto.

Ele, engolfado no comercio de escravos para o Nordeste açucareiro, poderia ter usado seu navio para traficar africanos para essa região.

“declaro que meu filho Pedro de Oliveira me deu uma *negra* de nome Margarida que é casada com Amador sapateiro; esta *negra* pertence a meus netos e o *negro* é meu; declaro que se dirão vinte missas pelas almas de todos os *negros e negras* que em minha casa morrerem, sem lhes mandar dizer missas”.

Essas palavras — “*negro*” — e — “*negra*” — significarão africanos? Que nos garante? (219).

Qual a autoridade para isso nos asseverar?

A interpretação de que essas palavras significam ameríndios está evidente.

Bastaria que o interprete fosse ler a carta do Padre Nóbrega que eu citei.

Não é verdade que, quando o autor do documento queira referir-se ao índio, determine a sua qualidade da terra e a sua proveniência, bem como a nação a que pertença.

Isso é excepcional e em regra essa determinação qualificativa de proveniência só se encontra quando o negro é africano. A pressuposição é que todo o negro é do gentio da terra: Ele só deixa de o ser quando há menção especial e diz: “negro do gentio da Guiné” ou “negro do gentio de Angola”, ou ainda “negro do gentio da Mina”, ou quando ela diz “tapanhuno”.

É certo que muita gente tem caído em lamentável confusão, cometendo enganos palpáveis. Esses enganos deixariam de ser cometidos caso fossem os pesquisadores mais

(219) A esse respeito são de Taunay, as seguintes palavras (“*Subsídios para a Hist. do tráfico africano no Brasil colonial*”, 551):

“Negros chamaram os antigos portugueses a todos os aborígenas da Africa e da America. No Brasil estabeleceu-se logo a distinção corrente entre negros do gentio da terra e negros do gentio da Guiné...”.

experientes e menos bisonhos. O intérprete do documento precisa ser historiador para não se enganar. O calouro nesses misteres pode emaranhar-se em confusão e dar lugar ao envenenamento de uma fonte histórica. Por isso é preciso muito cuidado ao alguém querer interpretar documentos! (220)

Ainda há pouco vi uma referencia a isso em livro do insigne literato Cassiano Ricardo no seu citado livro "Marcha para Oeste", 243.

O illustre beletриста não escapou da confusão interpretativa, talvez por não lhe sobrar muito habito no manusear documentos e talvez ainda por não haver ele tomado conhecimento com a carta de Nóbrega citada.

Tivesse ele essa prática de pesquisar documentos e tivesse ele tido conhecimento da carta de Nóbrega, tomaria outra diretriz nas suas conclusões e a interpretação que dá a palavra — Negro — não o levaria a confundir com — Africano — cousa que importa em gravíssima deturpação da verdade histórica.

Em varios erros cai esse emérito e muito illustre escritor, levado sempre por essa enganosa interpretação, attribuindo a africano o que é exclusiva e patentemente amerindiano.

(220) Talvez o que esteja dando lugar a confusão seja que os inexpertos não saibam que os africanos ou os amerindios eram todos escravos. Aqueles só, eram avaliados em inventários. Os amerindios eram chamados "*gente forra*", e apenas arrolados e repartidos entre os herdeiros, mas jamais avaliados. Entretanto, eles eram tão escravos como os africanos. Infelizmente não é de todos a ciencia do que relatei.

Dessa maneira, quando percebem nos documentos as palavras — "negros" — ou — "escravos" —, atribuem-nas a africanos. Por isso é que é preciso muito cuidado ao serem interpretados os documentos historicos. Essa missão não deve ser arriscada por pessoas leigas. Estas poderiam cometer os erros mais lamentaveis, devido a inexperiencia.

Assim, por exemplo, deveriam ter sido ameríndios e não africanos os negros citados na carta de 8 de Janeiro de 1606, dirigida ao rei. Este caso é referente a bandeira de Nicolau Barreto e só a inexperiencia do ilustre academico Cassiano Ricardo em assuntos de Historia do Brasil poderia explicar o cochilo (221).

Tambem deveria ter sido ameríndio e não africano, o indio que "andava fogido no bairro de virapoeira" em 1624. Ainda seria referente ao ameríndio quasi toda a citação de "Marcha para Oeste" aí atribuida ao preto africano e não posso atinar como o seu cultíssimo autor não percebeu o logro tremendo em que estava incorrendo fazendo-o cair nas asseverações mais enganosas que lhe serviram de esteio para uma construção absolutamente falha.

Apesar de ser destituida de fundamento a tese de Cassiano Ricardo de haver o negro africano participado do bandeirismo, defendida no livro "Marcha para Oeste" cujas citações não foram bem baseadas, acho que na Capitania vicentina, e mais particularmente no planalto bandeirante, havia africanos, mas em numero muitíssimo reduzido.

Sem embargo de não assistir razão a Cassiano Ricardo na sua tese de querer que o africano tenha participado do

(221) Não encontrei nada na documentação que autorisasse a se supor de leve sequer que a bandeira do padre João Álvares fosse composta de africanos, em grande proporção.

A não ser a autoridade de Cassiano Ricardo não se vê uma só prova documental da sua asserção. Não há duvida que o padre João Álvares teve arnação no sertão e a sua gente não foi de pura estirpe européia. Poderia ter sido mameluca. O documento, citado em "Marcha para Oeste", 252, do Arquivo de Sevilha e reproduzido dos "Annaes do Museu Paulista", fala na "falta que hoy tienen de negros". Mas esses negros são ameríndios e não africanos de Angola como o egregio académico pensa. Os tapanhunos dessa expedição seriam muito poucos.

Só o imenso desejo em ver participação maior do negro no exercicio do bandeirismo, teria feito que a proporção de tapanhunos se ampliasse enormemente.

bandeirismo, sou de opinião que na lista de escravos havia esporádica e excepcionalmente alguns africanos a quebrar a monotonia dos ameríndios. Repito aqui o que disse a 17 anos atrás no meu "Raça de Gigantes": "Ao paulista era o elemento negro quasi absolutamente estranho". (222).

Esse "quasi" que alguns não quiseram entender quer dizer que o planalto poderia comportar um ou outro negro. É exatamente isso que Taunay quis dizer ao se referir à bandeira de João Álvares, que Cassiano menciona a pgs. 252 de seu "*Marcha para Oeste*" (223).

Esse "quasi" que alguns não quiseram entender quer diz respeito aos casos esporádicos da existencia do africano na capitania vicentina. Cassiano Ricardo no seu trabalho "*Marcha para Oeste*" se incumbiu de fornecer a prova documental, de modo que me valho das suas citações mas com

(222) Todos os escritores que têm abordado essa questão do africano no planalto, são unânimes em perfilhar a tese que defendo a quasi duas décadas.

Alem de Taunay, Calogeras, Simonsen, eu ainda enfileiro na mesma ordem de ideias Othoniel Motta ("*Do Rancho ao Palacio*"), Martins dos Santos ("*Historia de Santos*", I, 277), e outros.

É que o bom senso e a logica estribam a tese que defendo.

(223) Sobre essa expedição de João Álvares, diz o Professor Taunay, ("*Hist. seisc. da Villa de S. Paulo*", I, 87):

"Emquanto se detinham os jesuitas em S. Paulo, haviam visto sahir pelo sertão, um grande bando de *indios*, apresadores de escravos, 200 ou 300 homens, pertencentes a diversos moradores.

E iam sós, militarizados, com "sus capitanes y officios de guerra como capitán mayor de la esquadra" levavam um escravo do vigario de Parnahyba, padre João Álvares".

e mais adeante:

"O chefe da bandeira era mesmo um *tupy* pertencente ao padre João Álvares, vigario de Parnahyba, de quem diz o informante: "talís sacerdos talís populus".

Não preciso mais nada a proposito da bandeira de João Álvares. Querer insistir nisso não é mostrar boa fé!

especial reserva, pois essas citações não são muito seguras e estão ainda a exigir certas explicações (224).

É por isso que, apud Cassiano Ricardo, só são apuráveis 2 escravos no monte de Pero Leme. Manoel João Branco, o maior criador de gado do planalto, só apresenta 3 negros barbados que Cassiano supõe sejam africanos e mais 6 moleques que Cassiano supõe sejam dessa estirpe. Diogo de Moura só apresenta 10 tapanhunos. Pero Dias Leite no seu testamento diz: "declaro que tenho em meu serviço 150 peças do gentio da terra pouco mais ou menos dos quais me sirvo como é uso e costume e mais uma negra do gentio da Guiné". É significativa a proporção!

A mesma conclusão se pode tirar dos casos de Fernando Raposo Tavares, de Bartolomeu Bueno Cacunda, etc. O numero de "peças" africanas é insignificante e Cassiano menciona o total de 101 africanos da Guiné. Apesar de nesse total figurar muito amerindiano, sob a designação de "negros", o total é bem escasso, pois ele representa uma proporção de 1/20 ou 1/30 diante dos 2 a 3.000 ameríndios "tupís" constatados nos sertões do Rio Grande do Sul pelos padres da Companhia.

Quando em 1700 já havia terminado o ciclo devassador do bandeirismo, quando este, por varias circunstancias ("Historia de S. Paulo" — Ellis, Revista do Departamento Esta-

(224) As citações de Cassiano Ricardo no seu "Marcha para Oeste", não são muito merecedoras de confiança. Fui controlar algumas da 1.^a edição desse livro e fiquei decepcionado! Parece que na 2.^a edição as falhas foram corrigidas.

As citações das Actas, não correspondem ao assunto.

Tenho a impressão de que o Autor da "Marcha para Oeste" quis citar "Invent. e testamentos" e citou as Actas.

Alem desses enganos há varios outros em materia de citações que eu não quero referir-me porque este não é um trabalho de crítica ou de refutação.

Apenas menciono esses enganos sem intuito outro que não seja salvar o meu trabalho.

dual de Estatística) havia morrido e feito extinguir-se a indústria bélica do apresamento do indio, então aumentou o vulto do africano na capitania vicentino-paulista. Então havia aumentado o poder aquisitivo do morador da capitania vicentina. Então havia desaparecido o motivo de os paulistas-vicentino-bandeirantes não desejarem a concorrência pela mercadoria africana á sua industria bélica. Então já os vicentinos-paulistas-bandeirantes não mais produziam a mercadoria americana. Eles já podiam possuir africanos, pois os primeiros metais colhidos nas Gerais lhes haviam aumentado os recursos com os quais podiam comprar mercadorias de qualidade melhor.

Eram desse tempo os irmãos Lemes, Bartolomeu Paes de Abreu, Anhangüera o moço, Pascoal Moreira, Fernão Dias Falcão etc., de modo que, acredito, o preto africano só então tenha tomado maior vulto. É preciso notar porem que então o bandeirismo de apresamento estava findo e esses africanos influenciaram em regiões distantes da capitania vicentina, que hoje são os Estados de Minas, de Goiaz e de Mato Grosso.

Com esses raciocinios e argumentos acima expostos, fica perfeitamente elucidada a questão do negro no bandeirismo, capítulo magnífico da nossa historia que não só illustrou por si as paginas do nosso passado, como produziu uma serie grande de consequencias que se foram cenicificar em quadros magníficos da Historia do Brasil.

Estou convencido de que sem o bandeirismo de apresamento dos "negros" amerindios não teria sido possivel a lavoura de cana e o fabrico do açúcar no Nordeste.

Sim porque, sem a mão de obra abundante e barata não teria sido posivel ser realizada a produção industrial do açúcar. O africano só, não teria sido suficiente para erguer no nordeste a industria agrícola do açúcar. Ainda que ele houvesse sido importado em grande numero, a mercadoria humana africana não seria abundante e barata para a realiza-

ção desse empreendimento ⁽²²⁵⁾. O concurso do índio, apresado em grande numero e já "ladino" nas imensas organizações jesuíticas do Sul, teria sido imperioso ⁽²²⁶⁾.

(225) Simonsen, na sua tantas vezes citada, "*Historia Economica do Brasil*", v. I, 202, consigna a produção total do açúcar no Nordeste, durante o século XVII. Com isso, vem, também ensinando o quanto deveria ter sido a produtividade de cada escravo, por ano.

Com esses elementos, poderemos saber facilmente quantos escravos por ano exigia a produção do açúcar no Nordeste, durante o século XVII.

Onde teria sido possível aos produtores de açúcar conseguir esses escravos?

O tráfico africano só, não teria sido suficiente para que esse total fosse atingido.

O apresamento local teria sido mínimo também.

O aumento vegetativo da população escravizada apresentava também índices diminutos.

Com isso, se fazia imperioso satisfazer as exigências braçais do Nordeste açucareiro, recorrer ao apresamento paulista.

Isso já eu demonstrei algures neste livro.

(226) Estou plenamente convencido que no Norte não houve grande apresamento. Diversos são os motivos que me levam à essa certeza:

a) Paulo Prado nos assegurou no seu "*Paulística*" que foi a capitania vicentina a única que teve bandeirismo.

b) Não existe documento algum, afirmando que tenha havido apresamento no Nordeste. Não só não ha documento como historiador algum afirma isso.

c) Não é verosímil que, tendo os nordestinos uma tão rica fonte de atividades como a industria agricola do açúcar, fossem abandoná-la, para cuidar do apresamento.

d) Não houve antagonismo algum entre jesuitas e nordestinos, como houve no Planalto. É claro que se tivesse havido apresamento no Nordeste, um antagonismo entre jesuitas e nordestinos, seria de se evidenciar, como no Planalto.

e) Os paulistas, conta-nos Simonsen (*loc. cit.*), apresaram cerca de 300.000 índios. Para que?

As lavourinhas planaltinas não poderiam absorver nem a quarta parte desse total. Para onde teria ido o resto?

Assim, por isso talvez é que Manoel Bomfim disse no seu magnífico "Brasil na America":

"Contudo a influencia do negro, sobre a essencia da alma brasileira, foi menos pronunciada do que parece. É inegavel que em meados do seculo XVII, já o Brasil estava definido — reação nacional contra o invasor holandês, expansão nacional pelos sertões. Ora, nessa época, o numero de escravos africanos era relativamente bem pequeno. Pode-se mesmo afirmar que a lavoura de cana de açúcar se instituiu, e se generalizou, no trabalho dos escravos indios. Em 1580, só havia na colonia 8.000 negros africanos — e já se contavam 130 engenhos, produzindo para exportação 70.000 caixas de açúcar. Quasi todos os historiadores admitem que os primeiros escravos africanos entraram no Brasil, em 548, com Thomé de Souza. Segundo essas mesmas estatisticas vulgarizadas, em 628, o numero de escravos no Brasil era apenas de 30.000; em 755, por ocasião do governo de Pom- bal, quando se libertaram os escravos indios, estes representavam um terço da totalidade dos cativos; donde a conclusão: cento e vinte e sete anos antes, os escravos africanos seriam quando muito, metade do total, ou sejam — 15.000. Nestas condições, quando o Brasil já estava feito, no litoral, de

Taunay verificou que muitos apresados, foram encaminhados para outras capitánias. Porque não pensar que essas outras capitánias, foram as do Nordeste açucareiro, onde havia grande organização de trabalho?

Tudo isso é admiravelmente concorde e se harmoniza esplendidamente em clamar que foi o planalto o abastecedor de grande parte das necessidades braçais do Nordeste açucareiro.

São Vicente ao Pará, esses 15.000 negros não seriam porções importantes na respectiva população que, no grande numero, se caracterizava pela caboclagem na massa onde se infundira a ação do português. Notamos ainda: todo aquele Norte, da antiga capital para lá, foi parte essencial na formação e caracterização do Brasil; no entanto, a parte os centros de açúcar no Reconcavo da Baía, e no baixo — Pernambuco, a proporção de escravos africanos era bem pequena. Só na ação funesta do Pombal com as suas funestíssimas Companhias é que se avolumou a entrada de africanos. A quadra decisiva, no negreirismo, foi o século de 750 a 850. Já existia o Brasil. Contudo foi tão grande esse numero e tanto se misturavam os negros, que o seu influxo foi bastante para dar tons especiais na caracterização do povo. O africano refletiu muito sensivelmente as suas qualidades na população já feita, sem desvia-la, no entanto, da linha definitiva.”

Sem o apresamento dos ameríndios realizado pelo bandeirismo não teria sido possível a faina açucareira no Nordeste (227). Vê-se que não foi apenas a dilatação das nossas fronteiras o benefício trazido pelo bandeirismo. Sem ele não teria sido possível o açúcar e sem este o Brasil teria sido impossível.

(227) É preciso compreender que a economia de uma região brasileira, como a do Nordeste açucareiro, por exemplo, não era fechada e independente, mas sim correlata com a de outras regiões brasileiras, como a do planalto.

A navegação primitiva, à vela, ronceira, diminuta, cara e difícil, fazia a intercomunicação das duas regiões. Para bem se fazer ideia da economia delas, é preciso saber que elas se completaram.

Mas ao se esgotar o celeiro de apresamento de "negros" ameríndios, os bandeirantes deixaram o apresamento, em grande parte, para irem-se dedicar a outro genero de atividade.

Desde então o bandeirismo de caça ao índio começou a declinar e com ele a lavoura da cana com o fabrico de açúcar. Isso começou a se dar nos meados do século XVII.

Não contente com os argumentos expendidos acima a favor da minha tese, realisei uma pesquisa para que viesse a dar a eles uma força mais concreta. Examinei os inventarios da época, isto é quinhentistas, seiscentistas e setecentistas. Com um cuidado meticulosíssimo examinei todos os inventarios publicados. Cerca de 196 inventarios passaram escrupulosissimamente pelas minhas mãos. Encontrei nesses cento e noventa e seis inventarios e no Registro Geral vol. VI, onde estão registradas as peças de cada senhor vicentino, 8.080 índios e 265 africanos, o que significa uma relação de 34 índios para cada africano.

Nessas minhas pesquisas tive o especial cuidado na discriminação do africano, separando-o do índio americano, o que me foi facil fazer. Nos inventarios dos três séculos que examinei só os africanos eram avaliados. Os escravos ameríndios, embora arrolados e partilhados, não o eram. Trata-se de um meio de iludir a lei que proibia a escravização do ameríndio. Infelizmente esse "truc" escapa aos que não estão familiarizados com o modo pelo qual se fazia a transmissão da propriedade "causa mortis" entre os paulistas dos primeiros séculos. Estes escondiam as peças escravas ameríndias sob a denominação de "forras" ou de "administradas", mas eram tão escravas como as do "gentio da Guiné" ou "tapanhunos".

A designação pura e simples de "negros" era referente a ameríndios. Para isso verificar, basta um ligeiro exame nos documentos da época. O escravo só era africano quando especialmente designado como tal, ou quando ava-

liado, figurando assim nos documentos. Quando não havia designação expressa, ou quando as "peças" eram unicamente partilhadas, sem serem avaliadas, eram ameríndias.

Havia necessidade de se iludir a lei protetora do índio.

Aliás a designação de "negro" era um qualificativo pejorativo para a designação de inferioridade, sem relação nenhuma com o continente africano.

Sintetizando a minha argumentação sobre a mínima participação do negro no movimento bandeirante, lanço mão dos seguintes postulados:

1) O padre Manoel da Nóbrega escrevendo em 1549 diz que a palavra — negro — significava ameríndio e não africano.

2) O censo demográfico de "Informações" referente a 1583 não constata africano na capitania vicentina.

3) Os documentos da época não autorizam a se crer que o africano tivesse existência em número apreciável na capitania vicentina.

4) Os cronistas jesuítas que descrevem como testemunhas que foram as tropelias bandeirantes nas organizações jesuítico-guaraní do sul, unanimemente, se referem a milhares de índios e de mamelucos e nada dizem de africanos. Se estes existissem em número nas bandeiras, é claro que seriam assinalados.

5) A interpretação da palavra — negro — deve ser atribuída em designando ameríndio e não africano e quando era intuito designar africanos a usança era o chamar de — "negro da Guiné" — ou de — "gentio da Guiné" —, "tapanhuno" ou ainda de — "peça da Guiné". Só às vezes se encontra nos milhares de documentos que tenho compulsado a designação de "Gentio da terra" ou de "negro da terra", mas a regra era que a simples designação de — "negro" — pressupunha o gentio ameríndio.

6 — Só excepcionalmente aparecem nos documentos em número mínimo os africanos com o que continuo na afirmativa de que eles tiveram uma quasi nula participação do movimento bandeirante.

Talvez a participação do africano fosse na relação de 1/50 sobre os negros ameríndios, os mamelucos e os brancos.

7) Não há documento que nos autorize a crer que a bandeira do Padre João Alvares tenha sido composta de pretos africanos. É possível que no meio dos "negros ameríndios", ou dos mamelucos que formavam a bandeira desse sacerdote empresario da caça ao índio houvesse algum africano.

8) Não há nenhuma base documental para se crer tenha o africano participado da bandeira de Fernão Dias, essa que foi em busca das esmeraldas.

9) No setecentismo, isto é quando já estava findo o periodo da caça ao índio, quando os vicentinos pesquisavam a existencia de riquezas, ou mineravam o ouro nas Gerais, em Goiás ou em Mato Grosso que eram povoados não mais pelo bandeirismo que havia se metamorfoseado, mas pela avidez pelos metais preciosos, então o preto africano teve um certo aumento e a sua importancia foi avultada. Então não era mais o bandeirismo de preta que só teve vigencia mais ou menos até 1720 (228). Depois dessa data o ciclo foi outro.

10) Pesquisas nossas feitas em 196 inventarios de 3 séculos nos autorizam a estabelecer que a proporção do africano para com o índio era de 1/34.

(228) É impossível se fixar uma data precisa sobre o fim do apresamento, tão lento e paulatino foi ele.

A passagem de um ciclo de atividade economica para outro, não foi repentina e sim evolutiva.

Este quadro teve vigencia até o inicio do setecentismo e em area não muito distante do planalto vicentino-paulista em virtude das seguintes causas:

a) O vicentino-paulista-bandeirante se dedicara á industria bélica do apresamento do indio e não era de se crer fosse importar mercadoria africana que fosse fazer concorrência a que eles produziam.

b) O poder aquisitivo do vicentino-paulista-bandeirante era muito baixo não facultando a ele a compra de mercadoria africana que era muito mais cara. Pudessem os vicentinos-paulistas-bandeirantes comprar africanos, e não haveria precisão de que eles fossem ao sertão apresiar escravos amerindios.

CAPÍTULO XXXVIII

AINDA A LUTA CONTRA OS JESUITAS

A luta contra a orientação dos padres da Companhia começou ainda nos meados do quinhentismo, pois a orientação jesuítica era a proteção ao índio, enquanto que os paulistas tinham necessidade imperiosa de os apresar para realizar a produção de sua industria, dessa que era a sua unica fonte de renda, dessa que se constituia no motivo basilar para a sua realização do "primo vivere".

Nessa época porem o planalto paulista ainda não estava em condições de realizar qualquer obra mais seria em materia de assalto aos indios reduzidos pelos reverendos da Companhia. A primeira arremetida mais seria contra o sertão foi a expedição de João Pereira de Sousa Botafogo em 1596 e depois a de Nicolau Barreto em 1602 a 1604, mas nessa ocasião ainda não haviam os estabelecimentos jesuíticos reunidos na vastissima organização teocrática em terras castelhanas.

Esta só se iniciou em 1610 quando os reverendos firmaram no territorio do nosso Estado do Paraná (V. o capítulo sobre os "Pródromos do Guairá"), aí fundando as reduções de Loreto e Sto. Inacio Meni (Ramon Cardoso, "La antiga provincia de Guaira y la Villa Rica del Espiritu Santo"). Assim sendo não fizeram parte da luta contra os jesuitas as duas expedições que em 1607 a 1608 se fizeram notar em São Paulo, a chefiada por Belchior Dias Carneiro e a de Martim Rodrigues Tenorio (Ellis, "O Bandeirismo Paulista é o Recuo do Meridiano"). Essas duas bandeiras assaltaram os indios Ibiraiaras, conforme se vê de "Ellis, "O Bandeirismo Paulista"; Gentil de Moura, "O caminho para o Paraguai", e Ramon Cardoso, loc. cit. Esses indios

que eram os mesmos que os bilreiros estavam localizados no Guairá.

Pode-se pois estabelecer que as primeiras investidas contra os jesuitas foram as de Pedro Vaz de Barros em 1611 e de Sebastião Preto em 1613. ("Historia Geral das Bandeiras Paulistas", Afonso Taunay). É possível que a resistencia ou a reação jesuítica em 1612, tenha determinado o antagonismo no planalto (Azevedo Marques, "Chronologia" (229) (230).

A luta entretanto prosseguiu e o assalto continuou, sendo em 1613 assinalado no sertão dos bilreiros, isto é de Guai-

(229) Ve-se bem, pela leitura dos documentos ("*Actas*" e "*Registo*") que, antes de se haverem precipitado contra os jesuitas do Guairá, os paulistas enfrentaram uma vultosa corrente contra os carijós, que eram os habitantes da região, onde mais tarde foi o Guairá.

Todas as expedições de apresamento partidas de S. Paulo demandavam os carijós, muitos dos quais vieram espontaneamente ao planalto, se juntar pacifica e voluntariamente aos paulistas.

(230) É muito significativo e sintomatico o fato de só ter havido antagonismo hostil entre colonos e jesuitas, no Planalto paulista e no Maranhão. Porque não houve esse fenomeno no Nordeste, onde a vida agricola era muito mais intensa, onde os trabalhos industriais se faziam vinte vezes mais do que no Planalto, e onde a população era muito maior do que a dos paulistas.

Entretanto, apesar de aí existirem jesuitas, em numero necessariamente muito maior do que no Planalto, não tivemos o menor indicio de acirramento entre colonos e padres. Pelo contrario, parece que uma perfeita harmonia presidia o "*modus vivendi*" entre a Companhia e os habitantes nordestinos.

Os historiadores brasileiros não tiveram seus olhos abertos para esse fenomeno. Tivessem tido, naturalmente os seus horizontes historicos teriam sido muito dilatados.

Naturalmente o Nordeste opulento, super povoado, capitalizado, etc., não apresentou antagonismos, pelo motivo que lá não houve apresamento do amerindio. Não havendo a causa que, no Planalto e no Maranhão motivou o antagonismo, naturalmente o Nordeste não registrou o efeito. Esse concludente raciocinio nos leva a conhecer postulados muito interessantes para a historia de S. Paulo.

rá, uma expedição da qual era parte Garcia Rodrigues Velho (Ellis, "O Bandeirismo Paulista") (231).

Muitas expedições devem ter tido lugar nessa época, mas só em 1619 conseguimos assinalar o capitão Manoel Preto, que ainda aparece no sertão de Guairá apresando índios, que armazenava em sua fazenda de N. S. da Expectação (Ellis, "O Bandeirismo Paulista"). Nessa época encontramos exercendo função preadora no Guairá, os paulistas Henrique da Cunha e o capitão Sebastião Preto (Ellis, "O Bandeirismo Paulista").

Diversas expedições deveriam ter se realizado nessa década, as quais teriam passado incólumes ao assimilamento da historia do bandeirismo (232).

Foi em 1628 que se organizou em São Paulo a expedição maior que se dirigiu para o Guairá. Ela é descrita pelo eminente mestre, insigne intelectual Afonso Taunay no seu monumental trabalho "Historia Geral das Bandeiras

(231) Nem se pense que não havia reação por parte dos jesuitas.

Esta era viva, violenta e ardorosa. (Taunay, "*Historia Geral das Bandeiras Paulistas*", II, citando a defesa de D. Luis de Cespedes). Ele aí diz: "Souberá então pelos moradores, que os padres estavam perfeitamente preparados. Dispunham de mais de cem índios arcabuseiros, muito bem apetrechados; fabricavam pólvora em abundancia, tendo adquirido dos hespanhoes armas de fogo".

Mais adiante continua, (Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras*", II, 175):

"Enquanto isto armava elle jesuita, mil e quinhentos soldados com que ia entrar em campanha contra os paulistas".

(232) Em setembro de 1627, já o provincial padre Duran, escrevia:

"Tenha dó destes pobres índios! Vá falar á sua Magestade, ao senhor conde de Olivares, aos senhores do conselho de Portugal, que ponham paradeiro a isto.

Não ha no Paraguay força capaz de resistir a esta gente! Não teme excomunhões, não obedece a cedulas reaes, não faz caso da justiça de Deus nem da dos homens! Tenho como certo que enquanto não se arrazar esta villa de S. Paulo, não se porá termo

Paulistas" e pela magnífica síntese do ilustre Basilio de Magalhães, a "Expansão Geographica", Cia. Editora Nacional, serie Brasiliana, citando (Relacion de los Agrabios". Já anteriormente essa grande bandeira era referida por Pedro Taques, Machado de Oliveira, Azevedo Marques, Toledo Piza, Silva Leme e outros mais.

Parece porem que ela era composta de cerca de 900 mamelucos, e 3.000 indios, o que com a sua organização militar, com vanguarda, retaguarda, estado maior, etc., era um verdadeiro exercito, cuidado à maneira européia, o qual nada ficava a dever aos que se batiam furiosamente na Guerra Holandesa.

Chefiavam esse gigantesco empreendimento os capitães Manoel Preto e Antonio Raposo Tavares. Pouco sabemos desse fato e quasi tudo que nos foi ministrado a respeito dele nos veio através da documentação jesuítica a qual não pode ser imparcial, de modo geral.

Temos que tomar essa documentação como informativa e não como julgadora, por mais que isso desagrade os inactuos. Por intermedio dessa documentação conhecemos um bom número de bandeirantes. Esse número colhido na "Relacion de los Agrabios", foi aumentado pelo insigne mestre Afonso Taunay que vistoriou a documentação do processo de D. Luiz de Cespedes y Xeria ("Historia Geral das Bandeiras") e por mim que encontrei um inventario de um bandeirante morto no sertão de Ibiaguira (Ellis, "O Bandeirismo Paulista" e o "Meio século de Bandeirismo" tese de concurso, Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciencias e Letras), cujo nome é idêntico ao da redução de São Miguel de Ibyaguy (Ramon Cardoso, loc. cit.).

a estas tyrantias e crueldades". Taunay, "*Historia Geral das Bandeiras Paulistas*", I, 246.

Admiravel previsão!

Magnífico indice de paixão!

Maravilhoso e elucidativo depoimento!

Em todo caso a bandeira saiu em 3.º quartel de 1628, no fim desse atingiu o Guairá e atacou as reduções do alto Tibagy, tendo estado 4 meses parada no sertão das cabeceiras do Ribeira.

Em Maio de 1629 a bandeira estava de volta a São Paulo (Taunay "Historia Geral das Bandeiras") devendo ter partido nessa data uma outra expedição sob o comando de Manoel Preto, em demanda ao Guairá. Deveria ter sido uma expedição marítima e teria tido o destino imediato de Santa Catarina tendo atacado o Guairá vinda do Iguacú (Taunay, loc. cit. e Ellis, "Meio século de Bandeirismo").

Talvez, no decurso dessa bandeira tenha morrido o capitão Manoel Preto, flechado nesse ano, segundo nos relatam depoimentos loiolamos.

Todos os estabelecimentos jesuíticos ao longo do Tibagi, do Ivaí e do Pequirí teriam sido assaltados e destruídos pelos paulistas que aí deveriam ter feito uma gorda presa, em 1630, 31, 32. Sobre a impossibilidade de estarem sendo os paulistas chefiados pelo Capitão Raposo Tavares, eu já deixei o assunto amplamente ventilado na minha tese de concurso ("Meio século de bandeirismo", Boletim da Faculdade de Filosofia). Tratava-se de um movimento bélico-industrial, no qual estava interessada toda a população planaltina. Não se tratava de um capítulo que tivesse tido lugar por causa das excepcionais qualidades de um super-homem, o qual pela sua eminencia teria causado todas as vitórias assinaladas nesse glorioso feito. Não!

A destruição do Guairá, na cativação do aborigene já cristianizado dessa província jesuítica não foi obra das superiores qualidades de um expoente mas sim de todo um povo. Foi a população de Piratininga, que, toda ela, comungou na epopéia do bandeirismo de caça ao indio. Assim, o fato de Raposo Tavares não haver sido o chefe das últimas avan-

çadas contra o Guairá, em nada fica diminuído o brilho do bandeirismo de apresamento. Este subsiste mesmo sem Rápido Tavares! As qualidades deste homeriada não foram imprescindíveis no bandeirismo! Ele pode ser substituído! São Paulo possuía outros caudilhos que, como ele podiam realizar a magnífica proeza! (233).

Mas só nessa data, os paulistas, tendo esgotado o manancial de apresamento que era o Guairá, e havendo ainda continuidade de carencia de braços no Nordeste açucareiro, se atiraram a conquista do Itati, no sul de Mato Grosso, com o fito de apresarem mais índios e os vender para o consumidor (284) exigente.

É preciso que fique bem assinalado que o Nordeste açucareiro requeria um suprimento médio de 5.200 escravos anualmente (Roberto Simonsen, "História Econômica do Brasil") e que apresamentos feitos no Guairá não eram su-

(233) O bandeirismo não foi obra de expoentes afortunados, assim não foi ele um capítulo brilhante na história de S. Paulo causado por meia dúzia de "condottieri" felizes. Foi sim uma epopeia de todo o povo paulista.

Todos os habitantes planaltinos nela comungaram, mais ou menos destacadamente, com maior ou menor evidência nos documentos, etc.

(234) Simonsen, loc. cit., I, 205, é de opinião que durante o século XVII, tenha havido a importação de 350.000 africanos, do que resulta uma importação média anual de 3.500 escravos. Ora o Nordeste precisando de 12.000 escravos novos por ano, haveria um déficit de 8.500. Onde se iriam buscar os elementos necessários para ser suprido esse déficit? É claro que em parte na capitania vicentina, pois o nordestino empolgado pela faina açucareira, altamente remuneradora, não cuidava de outros misteres.

Por outro lado, temos que considerando uma média de 50 @ de açúcar fabricado por escravo e tendo em conta que, durante o século XVII a produção média anual foi cerca de 2.500.000 @, nós chegamos a conclusão que só o fabrico de açúcar exigia um total de 50.000 escravos. Outros misteres exigindo uma quantia igual, temos que o Nordeste

ficientes para socorrer essa necessidade. Assim em meados de 1633, os paulistas atravessaram o rio Paraná, e provavelmente na foz do rio Pequeri, isto é nas Sete Quedas, antes de julho desse ano destruíram a provincia Jesuítica-guarani e com ela a cidade de Xerez. Infelizmente não se conhecem documentalmente o successo dessa expedição. Em todo caso o acontecimento é relatado na "Historia Geral das Bandeiras Paulistas", vol. II, 196 pelo eminente professor Afonso Taunay. Terminado nesse ano de 1633 a conquista do Itatí, os paulistas continuaram na sua faina apressadora e como não havia mais celeiro de escravos indios nas proximidades, eles alongaram o raio das suas algaras, indo até o Rio Grande do Sul.

Foi por isso que, logo em 1635 os paulistas enviaram a sua primeira expedição ao extremo sul. (Ellis, "Meio século de Bandeirismo", Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras). (285).

em um século absorveria 1.200.000 de escravos, ou sejam 12.000 em media anual, calculando que esse total precisasse ser restaurado com 10% desse total por ano. Esses 12.000 escravos necessarios anualmente teriam as seguintes fontes de origem:

a) Importação africana ..	3.500	Varnhagem acredita em importação maior.
b) Crescimento vegetativo	2.000?	
c) Apresamento local	3.000?	
d) Import. do Planalto paulista	3.500?	
Total	12.000	

Esses numeros entretanto podem variar ligeiramente.

(235) A bandeira que chamei de Aracambi, foi a primeira, que ao que se sabe, foi ao Sul. Eu na convicção de que "*puerto de patos*" e o "*rio grande*" estavam no territorio gaucho, aí localizei a bandeira. Os historiadores riograndenses, entre os quais Olyntho de San Martin, Walter Spalding, Revmo. Padre L. G. Jäger e outros, opinaram que o "*puerto de patos*" seria em Sta. Catarina. É pos-

Dessa data até 1640, as bandeiras paulistas não deram treguas aos jesuítas das provincias de Tape e do Uruguai (Taunay, "Historia Geral das Bandeiras Paulistas"; Basilio de Magalhães, "Expansão Geographica"; Padre Carlos Teschauer, "Historia do Rio Grande do Sul"; Padre Iä-ger, "Invasões Bandeirantes no Rio Grande do Sul". Nesses magníficos trabalhos citados tem-se uma idéia do que foi o assalto e a destruição de mais essas duas provincias jesuítico-guaranis.

Os paulistas apresaram cerca de 200.000 a 300.000 escravos amerindios nas quatro provincias jesuíticas que haviam destruido. Parece entretanto que apesar disso ainda havia no Nordeste precisão de braços para a lavoura. De fato essa fonte de trabalho requeria um suprimento anual de 12.000 escravos para a manutenção do total dos braços escravos necessarios à região, (Roberto Simonsen, loc. cit.); o que é verossimil, pois para a produção dos 2.500.000 arrobas de açúcar, em media, eram necessarios cerca de 50.000 escravos, numeros que ascendiam de 100.000 escravos, se

sivel que eles tenham razão. Eu não sou rigido nas minhas conclusões. Posso evoluir! Apenas, para isso, quero argumento que me convença.

Agora, a bem da lealdade e da verdade historica, que é o meu unico objetivo estabelecer, devo dizer que, em contrario ao que eu havia estabelecido, para a bandeira de Aracambi, ha uma citação do egregio Taunay, na "*Hist. Geral das Bandeiras*", I, 228, a proposito de uma carta que em 1609, Hernandarias escreveu a Filipe 3.^o em que diz:

"Isla de Santa Catharina que tiene aquel puerto famoso llamado los Patos".

Isso dá razão a tése contraria a que eu havia esposado, e reforma, em parte, as conclusões que tirei de haver sido a bandeira de Aracambi, a primeira a entrar no Rio Grande do Sul.

É possivel que eu haja errado. Outros elementos probantes que o futuro desvendará, servirão para tirar do meu raciocinio qualquer sombra de duvida, sobre o assunto, que porventura ainda paire.

computarmos os escravos existentes deveria suportar um desgaste anual de cerca de 10 a 12% o que é bem razoável.

Assim deve-se firmar que o Nordeste açucareiro pedia anualmente cerca de 12.000 escravos novos.

Esses 12.000 escravos, cerca de 4.000 eram anualmente importados da África (Roberto Simonsen, loc. cit. nos relata que os holandeses em 10 anos importaram 23.000 pretos africanos). Daí temos que havia um deficit anual de 8.000 que deveriam ser supridos pelo planalto piratiningano, pois que os nordestinos, empolgados pela sua faina altamente remuneradora no cultivo da cana de açúcar, não se empenhavam em outro ramo de atividade qualquer, fóra da monocultura.

Com isso os paulistas tinham que exportar para o Nordeste, cerca de varios milhares de escravos por ano. Assim teria o total das necessidades em escravos desde 1600 até 1640, que em tal período de tempo durou o apresamento nas reduções jesuíticas, subindo a cerca de algumas centenas de milhares de escravos ameríndios. A fome de braços pois continuou a exigir do bandeirante apresador mais esforço, no sentido de manter essa situação, (236), (237).

Teria sido por isso que uma bandeira paulista comandada por Jerônimo Pedroso começou a atacar a provincia

(236) É possível que tivesse havido apresamento local no Nordeste. Nada sabemos, porem, sobre isso! Não sei de menor referencia de qualquer historiador sobre isso, nem conheço qualquer documento que diga alguma cousa nesse sentido.

A logica e o bom senso nos ensinam que o Nordeste açucareiro não conheceu o bandeirismo de preta, senão muito pela rama e jamais como uma industria organizada.

(237) O crescimento vegetativo não poderia ter sido grande, porque o escravo privado da sua liberdade, não se reproduz muito. Por outro lado, a mortalidade entre eles, em razão das pessimas condições sanitarias, e do atrazo da medicina, seria enorme.

mesopotâmica do Paraná, já à margem direita do Rio Uruguai. É preciso notar a imensa distancia do planalto, em que se internavam os expedicionarios paulistas. Penso que a nova provincia jesuítica, situada em territorio hoje argentino da Provincia de Corrientes, deveria ficar a uma distancia de 2.000 quilometros do ponto de partida dos sertanistas. Tambem a atenção do historiador deveria ser fixada pelo vulto da bandeira. Esta reteve muito longe do planalto quasi toda a sua população masculina, justamente quando ela aí se fazia mais necessaria, pois se desenvolviam nessa data, importantissimos sucessos. Pouco depois disso os paulistas promoviam em S. Paulo a aclamação de Amador Bueno nela tomando parte minima quantidade de gente, pois a quasi totalidade de sua população masculina estava muito longe, havendo na mesma ocasião a aclamação de Don João IV, tambem levada a efeito por apenas 40 figuras de alto vultodentre os moradores de São Paulo.. Assim a bandeira de Jerônimo Pedroso, no sertão, fez com que fracassasse o movimento de Amador Bueno. Eis a grande derrota que os paulistas sofreram em M'Bororé! Alem disso o inimigo que a tropa paulista tinha a enfrentar era muito numerosa. As crônicas da Companhia são mais ou menos unanimes em nos trazer a convicção de que a força jesuítica que em 1640 se defrontou com a bandeira de Jerônimo Pedroso era de cerca de 4.000 indios Padre Carlos Teschauer loc. cit; Padre Iäger, loc. cit.).

Foi por isso que os paulistas de Jerônimo Pedroso não obtiveram sucesso na sua tentativa de assalto das regiões mesopotâmicas jesuíticas. (Taunay, Hist. Geral das Bandeiras Paulistas" Ellis "Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano", "Meio seculo de Bandeirismo", Basilio de Magalhães, "Expansão Geographica").

Assim com a tentativa infrutífera dos paulistas, nos assaltos e apresamentos pelas provincias jesuíticas restantes

terminou o ciclo de apresamento na região sulina do Brasil, (238) (239) (240).

É certo que em 1648 e mais tarde em 1675, se assinaram varias expedições no sul de Mato Grosso e no Paraguai, destacando-se os nomes de André Fernandes, de Campos Bicudo, de Francisco Pedroso Xavier e outros, mas então, tenho a impressão não mais havia um proposito de levar a efeito uma campanha sistematizada de apresamento de indios reduzidos. Eram sim expedições isoladas de assalto aos estabelecimentos loiolanos, mas não mais se tratava de um esforço de apresamento em massa como na primeira metade do século. É verdade que diminuíram em muito as imperiosas precisões de braços para o trabalho no Nordeste açucareiro. A diminuição das atividades produtoras de açúcar no Nordeste, como se verifica de Roberto Simonsen, (loc. cit. pg. 170), na segunda metade do século XVII, o aumento do trafico africano com o que havia majoração na importação do africano e as maiores dificuldades nas entradas em terras espanholas, causada pela separação dos dois

(238) Estou certo que, se não fossem as circunstancias apontadas e o fato de se poder constatar a reação oficial espanhola, os paulistas teriam vencido e assim prosseguido no caminho para o centro hispano americano de Buenos Aires.

(239) Só quem imagina que, esse encontro de M'Bororé, sendo travado a uma distancia de 2.000 quilometros do planalto, foi um combate em que os paulistas tiveram a maxima desvantagem de lutar contra todas as circunstancias, pode explicar o insucesso bandeirante.

Os paulistas tiveram que enfrentar o inimigo a 2.000 quilometros de suas bases, enquanto que os jesuitas as tinham logo atrás de suas linhas!

(240) Eu torno a insistir: o apresamento não sofreu um brusco colapso mas foi declinando paulatinamente, na proporção em que iam desaparecendo as condições que o determinaram as quais foram:

a) A cessação do dominio espanhol, que havia suprimido as fronteiras sulamericanas dos reinos ibericos. Isso aconteceu em 1641. Apesar disso, que foi um golpe rudíssimo nos planaltinos, o preamento continuou.

países, unidos até 1640, acarretaram também a queda acentuada na procura de braços no planalto paulista. Com isso decaiu intensamente o ciclo de apresamento em terras de além Tordesilhas. Assim se foi estagnando essa industria bélica que alimentavam as precisões das populações planaltinas.

Essa decadência do apresamento se processou paulatinamente e evolutivamente durante os cinquenta anos da segunda metade do seiscentismo.. Os apresamentos continuaram até o fim do século, quando deveriam receber o golpe definitivo pela descoberta do ouro, não mais tiveram a intensidade dos da primeira metade do seiscentismo. A luta contra o jesuíta havia cessado; os apresamentos não se faziam mais de índios já domesticados e cristianizados; as incursões se processavam ainda temíveis e predadoras, mas o território ta'ado não mais eram as organizações jesuíticas mas o sertão bruto que não poderia manter a industria planaltina com o ritmo de antes. (241). Mas o paulista não poderia mais alimentar essa industria, mesmo porque o

b) Menor fome de braços no Nordeste, causada por duas circunstâncias:

1.^a — Desaparecimento do monopólio de fornecimento de escravos em virtude da hegemonia flamenga no Atlântico a qual impedia o tráfico luso-africano.

2.^a — Declínio da lavoura açucareira do Nordeste.

c) Extinção dos viveiros de índios mansos a apresarem, dentro de um raio de 1.000 quilômetros do planalto, de modo que assim o apresamento, ficaria obrigado a se exercer entre os índios selvagens.

A paulatina desapareição dessas condições, fez com que ainda em 1644, houvesse a bandeira apresadora de Jeronymo Bueno e em 1648, Raposo Tavares e André Fernandes investissem ao sul de Matto Grosso e ao norte do Paraguai, sobre os estabelecimentos jesuíticos aí apresando muitos índios, (Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*").

(241) Pelo menos, na segunda metade do século XVII, não se vê muitos indícios de antagonismo acirrado entre jesuítas e planaltinos. Ele diminuiu ao ponto de serem os jesuítas readmitidos no planalto.

Nordeste açucareiro já não mais produtor como antes e o monopólio do fornecimento de braços para ele, não era mais dos planaltinos. A prova da veracidade do que assevero é que no início do setecentismo as forças paulistas não são mais constituídas de índios. Mamelucos nelas preponderam! Eis o exercito de São Paulo e de Taubaté nos fins do seiscentismo!

Mas os paulistas tinham precisão imperiosa de aplicar a sua atividade em outro ramo de ação, uma vez que a decadência do apresamento, dispensava o emprego de grande parte da sua energia, (242).

Em virtude disso os paulistas se dedicaram ao pastoreio, o qual devido às condições geograficas do solo em torno de S. Paulo, teve que ser realizado ao longe.

Daí a expansão povoadora dos paulistas pelo territorio paranaense, catarinense, gaúcho, riograndense do norte, do rio S. Francisco, etc.

(242) É deveras eloquente o fato de, na segunda metade do seculo XVII, haver quasi que cessado a evidente hostilidade entre paulistas e jesuitas! Estes que haviam sido expulsos do planalto em 1640, foram readmitidos em 1653. Depois disso quasi que cessam as hostilidades contra os reverendos. Porque? A agressividade e a superioridade intelectual dos inacinos continuou, bem como o seu desamor a S. Paulo e o seu poderio politico na corte de Lisboa. Eis por exemplo, os padres Simão de Vasconcellos, Antonio Vieira e outros! A altivez, a belicosidade e a arrogancia do paulista continuaram. Eis, por exemplo o caso do vigario Albernaz, o de Salvador Correia de Sá, a luta dos Pires e Camargos, o caso do sal, etc.

Taunay, que aliás foi o primeiro a observar esse fenomeno ("Hist. seisc. da Villa de S. Paulo", prefacio do III volume) acha que a luta entre jesuitas e paulistas, foi aplacada, porque os padres da Companhia teriam desistido de continua-la, diante da inutilidade, buscando no Norte melhor resultado para seus esforços.

Ainda uma vez peço venia para divergir do Mestre.

Penso que se a luta cessou, foi porque os paulistas não tiveram mais frequentes ocasiões de atacar as organizações jesuíticas.

O imperio teocratico destes estava por terra.

O bandeirismo de prea estava em grande declinio, de modo que, não havia quasi atritos entre paulistas e a Companhia de Jesus.

Entretanto, apesar de já haver cessado quasi, a luta entre os paulistas e jesuitas, ficou profundamente entranhada nos contendores, a semente de um sentimento pouco amistoso. Os jesuitas não perdoaram o velho antagonismo com os planaltinos e, como não os podiam atingir materialmente, procuraram os denegrir, diminuindo-lhes as qualidades, e marcando-lhes defeitos, mais filhos da paixão do que da verdade imparcial.

Foi assim que escreveram, relatando à posterioridade esse capítulo do bandeirismo, mais com rancor de partes interessadas, do que com ânimo frio de verdadeiros historiadores. Eles, os reverendos da Companhia eram os únicos letrados desse periodo longinquo e dessas regiões selváticas do Novo Mundo! Os paulistas de então não tinham preocupação de fazer possuir as gerações futuras relatos dos seus feitos. Dai os seguintes trabalhos da pena dos especialistas no assunto que fizeram fé sobre o caso:

- "Testimonio de una informacion", Padre Francisco Vasquez de Trujillo.
- "Insignes misioneros de la Cia. de Jesus en la Provincia del Paraguay", Padre Francisco Jarque Dean de la Cath. de Sta. Maria.
- "Ruiz Montoya en Indias", Padre Francisco Jarque Dean de la Cath. de Sta. Maria.
- "Hist. Provinciae Paraguariae" (1673), Padre Niculau del Techo.
- "Histoire du Paraguay" (1771), Padre Pierre de Charlevoix.
- "Historia da Republica Jesuitica do Paraguay" (1863), Conego Juan Pedro Gay.
- "Cronica da Comp. de Jesus" (1663), Padre Simão de Vasconcellos.
- "Historia de la Conquista", Padre Lozano.
- "Historia do Rio Grande do Sul", Padre Carlos Teschauer.
- "Invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul", Padre L. G. Iäger.
- "Hist. de la Companhia de Jesus en la Prov. del Paraguay", Padre Pastells.

Depoimentos dos Padres Mansilla, Montoya, Domenech, Mazzeta, Ernot, Benevides, Christovam de Mendonça e outros no processo contra Luiz de Cespedes.

"Relacion de los Agrabios", relatório feito em 1629 na Baía, pelos padres Mansilla e Mazzeta sobre as depredações feitas no Guairá pelos paulistas.

Cartas dos Padres Mansilla e Mazzeta ao Padre provincial Crespo.

"Expansão Geographica", Basilio de Magalhães.

"Historia Geral das Bandeiras", Affonso Taunay.

"Nobiliarchia paulistana", Pedro Taques.

"Las misiones Jesuiticas y los Bandeirantes Paulistas", Enrique de Gandia.

CAPITULO XXXIX

MANOEL PRETO

Manoel Preto é, sem contestação, uma das figuras mais representativas do bandeirismo de caça ao índio. Pode-se dizer mesmo que, junto com Antonio Raposo Tavares, seu discípulo no sertanismo, ele constitue o chefe da "equipe" mais saliente em toda essa brilhante epopéia da caça ao índio. Manoel Preto, foi indiscutivelmente, um desses super-homens, cuja estirpe privilegiada devemos à generosidade dessa Península Ibérica imortal que é a ubertosa raiz européia da nossa cepa americana.

Entretanto não se sabe com exatidão as origens desse Galaad das nossas selvas. Não se pode assegurar, com exatidão, se Manoel Preto era português ou se era o produto eugênico de um desses miraculosos cruzamentos que tantas vezes de benefícios produziu a esse monumental capítulo do nosso magnífico passado que foi o bandeirismo de caça ao índio (242a).

Não sabemos com segurança nem a data do nascimento de Manoel Preto.

Pedro Taques, o linhagista setecentista, diz que Manoel Preto, filho de Antonio Preto, veio de Portugal, com seu pai, em 1562. ("Nobiliarchia paulistana"). A se crer nisso, o nosso herói teria mais de 38 anos ao ser assinalado

(242a) Pedro Taques diz que Manoel Preto era português de nascimento, ("Nobiliarchia").

Mas Pedro Taques foi apenas um coletor de tradições verbais, passadas de pai para filho, de geração em geração. Veja-se o que, sobre isso, diz o Prof. Taunay no prefácio de sua autoria na pg. 39 de "*Informações sobre as minas de S. Paulo*". Por isso ele erra muito! Prefiro ficar com Carvalho Franco, que diz que o pai de Manoel Preto foi companheiro de Diogo Flores de Valdez.

no mapa de Taunay, bandeirando, no Rio Grande do Sul, o que é verossímil. Teria ele mais de 40 anos ao tomar parte na bandeira de Nicolau Barreto e mais de 70 ao chefiar a grande bandeira de 1628, contra o Guairá.

Não creio que Manoel Preto tivesse sido português, porque tendo ele mais de 70 anos, em 1628, era esta idade muito avançada para chefiar um empreendimento como seja a destruição do Imperio teocrático guaraníco de Guairá (248). Pedro Taques só merece fé, como linhagista, ou se se estribar em documento.

Alem disso havia um Francisco Preto, já de certa idade, em fins do quinhentismo, em S. Paulo!

Em 1580, Manoel Preto fundou a capela de N. S. da Expectação, hoje Freguezia do Ó. Quantos anos teria então Manoel Preto? Vinte no mínimo! Mas ele com 20 anos já teria vida econômica autônoma?

Em 1600 o insigne bandeirante é assinalado no Rio Grande do Sul, no mapa das bandeiras do prof. Afonso Taunay.

Em 1602 encontramos o seu nome na lista dos companheiros de Nicolau Barreto. O que foi este feito do bandeirismo, ainda no berço, em capítulo especial já tratamos. Quem desejar porem, conhecimentos mais minuciosos poderá consultar meu trabalho especializado que me serviu de

(243) Penso que, Pedro Taques, considerando Manoel Preto português, incorreu em mais um dos seus muitos cochilos.

O que o linhagista afirma deve ser controlado em vista de seus notorios exageros em querer enriquecer e nobilitar a todos, certamente levado pela sua grande generosidade.

Infelizmente os seus enganos se multiplicam, á medida que analisarmos as suas asserções diante dos documentos.

A hipótese de Manoel Preto ter sido paulista de nascimento não deve ser despresada. Carvalho Franco notavel historiador paulista, citando o padre Pastell's afirma que o pai de Manoel Preto veiu na Armada de Diogo Flores de Valdez em 1582, fazendo parte da lista de seus tripulantes. Prefiro a douta e segura opinião do emerito historiador patricio Carvalho Franco.

tese de concurso, ("Meio século de bandeirismo", Boletim n.º IX da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras).

Só em 1619, Manoel Preto se encontra no Guará, segundo Pedro Taques ("Nobiliarchia").

Em 1624 é ele, ainda, assinalado no Guairá preando índios.

Em 1628, porem quando já teria pelo menos 68 a 70 anos, parte de S. Paulo a famosa arrancada que destruiu essa provincia jesuítica. Manoel Preto é tido juntamente com Raposo Tavares como chefe dessa empreitada (Tau-nay, "Hist. Geral das Bandeiras Paulistas" vol. II).

Foi esse sertanista morto a flechadas em fins de 1629 ou principios de 1630, pois em meados desse ano já se sabia da nova em S. Paulo.

Tudo isso teria sido possivel, mas não é provavel!

O capitão. Manoel Preto é, sem contestação, o índice mais expressivo do glorioso período da caça ao indio, essa industria bélica da qual o paulista-vicentino lançou mão para daí prover a sua subsistencia, uma vez que a natureza não fora pródiga em possibilitar qualquer gênero de agricultura no planalto.

Possuiu Manoel Preto, segundo Pedro Taques, na sua fazenda, em N. Senhora da Expectação, cerca de 1.000 índios que ele havia apresado no sertão. Era, naturalmente, o depósito entreposto dos fornecimentos de escravos ao mercado consumidor nas plantações nordestinas (244) (245). Segundo Roberto Simonsen, essa mercadoria humana valia

(244) Silva Leme, o monumental autor da "*Genealogia paulistana*", é contraditorio a esse respeito. Diz que a fazenda de N. S. da Expectação foi fundada em 1580, para logo abaixo dizer que esse evento foi entre 1610 e 1615. Os documentos sobre a construção dessa capela, se encontram na "Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo", VI, 473.

(245) A não ser o Nordeste que região é que poderia ter absorvido as centenas de milhares de escravos, apresados pelos paulistas?

cerca de 5\$000 a 70\$000 por cabeça ("Hist. Econômica do Brasil").

A se crer que Manoel Preto tenha sido português, o que não me parece que tenha sido, entretanto, ele foi o iniciador de uma estirpe magnífica que tanto illustrou o bandeirismo, sendo um dos lusitanos procriadores dos mamelucos, pois casou-se com a mameluca Agueda Rodrigues, tendo certo número de filhos que marcaram sulco no bandeirismo dessa primeira metade do seiscentismo.

Manoel Preto foi um dos expoentes que tivemos para atestar, nas selvas da América, a eficiencia do elemento ibérico escapo à decadencia quinhentista.

CAPITULO XL

O FIM DO BANDEIRISMO DE APRESAMENTO (246), (247), (248), (249), (250), (251), (252), (253), (254)

Quando teve inicio a colonização portuguesa no Brasil, a cultura da cana e o fabrico do açúcar estabeleceram no nordeste luso-americano uma unidade de grande valor econômico e demográfico.

Nesse afortunado nordeste luso-americano concentrou-se 90% do esforço colonizador português e cerca de 85% das atividades lusitanas nesta parte da América. O resto das colonias luso-americanas eram mantidas na miseria e na obscuridade.

Economicamente nada valiam, porque não tinham fonte de renda a lhes proporcionar atrativos e progresso demográfico, como melhoria de situação em geral.

Demograficamente muito pouco valiam porque ninguém emigrava para aí, uma vez que o podiam fazer para regiões onde a opulencia se casava bem com a distancia muito menor de Portugal.

(246) Capistrano, meu saudoso amigo e velho mestre. foi, sem duvida, o maior dos historiadores brasileiros de todos os tempos.

Ele, entretanto, sempre manifestou má vontade para com o bandeirismo de prea.

Assim, Paulo Prado, uma das pessoas mais chegadas ao mestre, dizia no seu "Paulistica", 48.

"A seus amigos e discipulos de S. Paulo, que o accusam familiarmente de antipathico ao movimento bandeirante, costuma Capistrano de Abreu responder, com a fina e tolerante bonhomia que lhe sorri a barba hirsuta; ha bandeira e bandeira".

O grande mestré condenava, assim, o preamento, ou antes era antipathico a esse capitulo do bandeirismo. Influenciado pelas ideias

Desta maneira as colônias portuguesas na América, resumiam-se nas do nordeste açucareiro, onde estava enraizado um alto potencial econômico e havia em consequência disso, um grande repositório demográfico.

É certo que havia para o Sul um prolongamento da gente lusa, mas era um apêndice sem valor econômico e sem importância demográfica.

É que não havia fonte de renda econômica e o nordeste açucareiro, com o rebrilho de sua opulência e com o vulto de sua civilização, monopolizava o esforço colonizador e capitalístico de Portugal, cuja pequena população não chegava a 2.000.000 de almas.

Felizmente para o empreendimento econômico nordestino Portugal vinha de sair do capítulo "*comercio com o oriente*", no qual havia lucrado gordos capitais que empregava no nordeste açucareiro de suas colônias brasileiras.

Não havia sido, pois, bafejada pela opulência e pela civilização, a longínqua capitania vicentina. Circunstâncias

do erudito historiador cearense, Paulo Prado ("*Paulistica*", 54), diz:

"É essa, talvez, a página negra da história das bandeiras. São homens munidos de armas de fogo, protegidos pelas celebres couraças de couro acolchoadas de algodão, atacando o selvagem que se defendia com arco e flecha — diz Capistrano; é o choque inevitável da raça forte e conquistadora, exterminando e escravizando o gentio imbelê, disperso e mal armado. Quando este aparelhado pelos esforços de Montoya, opoz resistência, o bandeirante retirou-se, abandonou o negócio arriscado e passou-se das águas do Paraná para o Paraguai..."

Foi injusto o duto paulista! O bandeirismo de preta foi uma página de abnegação e de heroísmo do nosso passado, o qual repousava em uma necessidade de ordem econômica. Primo vivere.....! Os paulistas não podiam escolher outra alternativa.

Se, porventura, eles foram estacados na sua avançada, é que eles estavam avançando apesar das maiores desvantagens na luta que travaram a milhares de quilômetros de suas bases. Além disso, os índios apressados não se entregavam sem resistência baseada em armas. Havia resistência serial. É o que nos ensina Taunay, na sua monumental "*História Geral das Bandeiras Paulistas*". Capistrano

de origem geográfica, climatológica, econômica, etc, tinham imposto essas condições de inferioridade a evoluir para a selvageria.

Mas havia um meio de, indiretamente, os vicentinos se associarem à riqueza açucareira. Esta precisava de braços escravos para o seu funcionamento. Os rudes mestiços vicentinos busca-los-iam no sertão para vende-los aos cultivadores da cana e engenheiros do açúcar.

O sertão vicentino era um gordo celeiro de índios selvagens, de modo que estes poderiam ser apresados e vendidos aos afortunados nordestinos.

É certo que o escravo americano era inferior ao africano, podendo este ser adquirido nas possessões portuguesas na África. Mas o africano, em sendo melhor, era 4 a 7 vezes mais caro e nem todos os cultivadores da cana

esteve sempre muito influenciado pelos cronistas jesuítas apaixonados e parciais. Mas ve-se que se as vezes, Paulo Prado é injusto com seus antepassados, é que nele, nessas vezes, prepondera a visível influência de Capistrano.

Em todo o caso, está se vendo, Paulo Prado raciocina sempre de boa fé.

Ha quem o faça menos esclarecidamente, para o que colhe frases isoladas, estas em falsos autores exóticos, para chegar com auxilio de pouca etica, às suas conclusões pejorativas para o bandeirismo de prea.

Eu considero essa pagina da historia planaltina, como a mais brilhante e mais evidenciadora das grandes qualidades raciais da stirpe paulista.

(247) Talvez por isso mesmo, isto é pela sua propria situação de inferioridade, é que o planalto tenha em primeiro lugar manifestado a vida inicial da alma nacional. De fato, em 1641, com a aclamação de Amador Bueno, o planalto paulista antecipou de 43 anos, a aventura de Manoel Beckman, no Maranhão, manifestando então o primeiro vagido da alma da terra que surgia.

Lugar pauperrimo, o planalto paulista, não atraindo a emigração do Reino, e vivendo em rigoroso e monacal isolamento, formava, sem a penetração influenciadora da psicologia reinol, a sua propria mentalidade, cuja manifestação clara e evidente foi a aclamação de Amador Bueno. Tivesse o planalto paulista recebido mais gente portuguesa,

de açúcar tinham poder aquisitivo para a compra de escravos africanos. Eles, na sua maioria, preferiam pagar menos ainda que a mercadoria fosse inferior.

Alem disso, logo no século XVII, os holandeses fizeram-se os senhores absolutos do mar e cortaram ou dificultaram de tal modo o tráfico entre o Brasil e a África, de modo a darem aos fornecedores dos escravos americanos para o nordeste açucareiro, um verdadeiro monopólio.

Foi assim que a industria de apresamento do indio prosperou e teve um incremento ainda maior nessa primeira metade de seiscentismo, porque então os holandeses atingiram o máximo de seu poderio naval; porque, nessa época,

a sua maior influencia teria, por certo impedido qualquer surto de mentalidade que aqui se formava através de tres ou quatro gerações de gente que nunca tivera contacto com o Reino.

(248) O bandeirismo de prea só teve lugar em S. Paulo.

É o que diz Paulo Prado, no "*Paulistica*", 36.

"Em parte alguma, no entanto, alem do planalto de Piratininga apparece a bandeira como fenomeno historico, constante e especial".

É possível que, o apresamento tambem se tivesse dado alhures, mas não teria sido um fenomeno de vulto, de modo a causar sulco na evolução historica regional.

(249) Houve reacção forte contra as algaras paulistas, é o que ensina Taunay ("*Historia Geral das Bandeiras Paulistas*") e se vê das obras do Padre Teschauer ("*Historia do Rio Grande do Sul*") e do Padre L. G. Iäger.

(250) Mesmo depois de haver findado o dominio espanhol, houve continuação do apresamento em terras hispano-americanas. Taunay ("*Historia Geral das Bandeiras Paulistas*", III) registra varias expedições, na decada de 1640 a 1650.

Isso quer dizer que essa causa isolada, seria insufficiente para provocar o termino do bandeirismo de apresamento.

Essa causa só teria originado alguma cousa, quando conjugada a outras.

Ora, então, ainda que varias provincias jesuiticas tivessem sido destruidas, outras subsistiriam ainda.

(251) A guerra anglo-holandesa, determinada em grande parte pelo "*Navigation Act*", de Cromwell de 9 de Outubro de 1651,

Portugal estava sob o dominio espanhol e se as fronteiras, na America, dos dois reinos ibéricos não havia totalmente desaparecido, em todo caso, havia muito maior facilidade na busca que os mestiços de S. Vicente faziam dos apresamentos de escravos americanos em terras que Tordesilha dera a Castela; e porque nessa época os jesuitas espanhóis realizavam sua obra gigantesca de catequese, agremiação e civilização de enormes massas de indios, as quais eram imensamente aumentadas e melhoradas pela vida doméstica, pelo conforto e outras condições higiênicas, etc.

Isso tudo pode ser resumido no seguinte:

iniciou-se em 1652 no dia 5 de Abril. Os chefes ingleses Blake e Monk derrotaram os holandeses Van Ruyter e Van Tromp, em Maio desse ano, na batalha naval de *Dover*; em Fevereiro de 1653 na batalha naval de *Portland*, em Junho de 1653 na batalha naval de *Forland* e em Julho de 1653 na grande batalha naval de *Texel*, em que morreu o chefe holandês Van Tromp. Em 5 de Abril de 1654 a paz entre a Holanda e a Inglaterra foi firmada.

(252) Pelo seguinte quadro, extraído dos elementos oferecidos por Simonsen "*Historia Economica do Brasil*", podemos provar a decadencia do açúcar na segunda metade do seiscentismo e mais nitidamente no setecentismo:

Anos	N.º de engenhos	Exportação em arrobas	Valor em moeda atual
1570	60	160.000	89.100:000\$000
1600	200	1.200.000	620.100:000\$000
1650	300	2.100.000	1.033.700:000\$000
1700	650	1.600.000	703.100:000\$000

(253) A reação espanhola se fazia sentir desde antes, pois em 1632 já o vice Rei do Perú, o Marquez de Chinchon propunha a Felipe 4.º, a destruição de S. Paulo, (Paulo Prado, "*Paulistica*", 33). Imagine-se depois!

(254) Entretanto, a diminuição da atividade açucareira, também é atribuída ao elemento israelita.

A esse proposito consulte-se Gilberto Freyre, "*O mundo que o português criou*", 117 e 121.

O bandeirismo de apresamento teve origem, porque havia no nordeste um excelente mercado consumidor para a produção de sua industria guerreiro-econômica.

Esse bandeirismo teve grande incremento na primeira metade do seiscentismo porque houve concomitancia de três importantissimas circumstancias:

I) Dominio espanhol suprimindo as dificuldades de penetração vicentina, em terras castelhanas.

II) Hegemonia holandesa nos mares, com consequente monopólio dos apresadores de indios escravos para a atividade econômica açucareira nordestina.

III) Catequese jesuita e reunião nas provincias de "Guairá", "Tape", "Itati", "Uruguai" de grandes massas de indios já civilizados e que se reproduziam muito mais do que nas selvas.

Essas circumstancias, imperando durante toda a primeira metade do seiscentismo, deram ao apresamento uma situação magnífica, mas isso não era eterno.

Foi assim que, nos meados do século, houve uma modificação no cenario acima, com o desaparecimento das circumstancias apontadas, o que refletia sobre a industria vicentina de apresamento.

Em 1640, com a aclamação, em Portugal, do Duque de Bragança e rei com o nome de D. João IV, cessou a primeira circumstancia favoravel ao bandeirismo de apresamento. Portugal desgarrando-se da Espanha, restabelecia a separação e com ela as dificuldades de penetração dos apresadores em terras castelhanas.

Na mesma época, ou menos, a Holanda sofria o declínio de sua hegemonia nos mares. A Inglaterra de Cromwel, com Blacke e Monk, arrebatava-lhe o cetro de Neptuno. Eis a batalha de Dover a marcar o fim da supremacia holandesa sobre as ondas! Eis a expulsão do batavo das terras brasileiras que, em 1654, ficavam livres

da invasão dos hereges flamengos! Eis a reconquista de Angola, em 1648, empreendida por Salvador Correia de Sá e Benevides!

Em 1641, os celeiros jesuitas, de índios mansos de Guairá, Tape, Uruguai, etc., estavam esgotados e os padres enrigeciam a sua resistencia que pode ser vistoriada na obra magnífica do padre Carlos Teschauer "Historia do Rio Grande do Sul".

A cessação dessas três circunstancias acima apontadas, no medio seiscentismo, como vimos, veio tornar o bandeirismo apresador muito difficil.

Isso já havia constituido golpe mortal para a atividade vicentina.

Existe, porem, uma circumstancia que foi o verdadeiro "coup de grace" à faina aventureira da gente vicentina. Foi a decadencia da lavoura açucareira no nordeste brasileiro.

A causa dessa decadencia foi o inicio da cultura da cana de açúcar na América espanhola, a qual, em virtude do quasi esgotamento de suas minas, procurou, na agricultura, uma substituição para a sua atividade extrativo-mineradora em decadencia. Com isso o nordeste brasileiro perdeu o monopolio da produção do açúcar e entrou em decadencia, exigindo menor quantidade de braços, com o que o apresamento vicentino entrou em agonia e a morte chegou-lhe antes do fim do século. É claro que esta evolução não teve a rapidez meteórica. Teve uma duração, mais ou menos de cinquenta anos, mas tal foi a sua eficiencia que, quando em 1695 o ouro das Gerais foi manifestado, já a industria do apresamento estava no túmulo.

CAPITULO XLI

AINDA O FIM DO BANDEIRISMO DE APRESAMENTO

Essas causas apontadas, agindo em concomitancia, se não fizeram com que tivesse fim a faina apresadora, em todo caso concorreram grandemente para a diminuição dessa industria. Se isso tudo não determinou, de modo absoluto, a cessação completa do bandeirismo de prea, fez entretanto com que houvesse decadencia evidente nessa epopéia magnífica que foi o capitulo de caça ao indio.

Sim, porque tendo havido diminuição da procura, pelas circunstancias já apontadas, houve ao mesmo tempo mais dificuldades na produção. Com isso, é natural tenha havido declinio na industria que era a ocupação planaltina.

Acho até possível que dessa ocorrencia é que tenha resultado a queda da produção do açúcar no Nordeste. A lavoura e a industria da cana ficaram mais caras com a diminuição do suprimento do braço indigena, que o planalto lhe mandava, por preços muito vantajosos, e com a importação do negro africano, tornada possível com a supressão da hegemonia flamenga nos mares e com a recuperação de Angola, em 1648.

Concomitantemente com esse encarecimento, houve a queda nos preços do açúcar (Roberto Simonsen; "Hist. Econômica do Brasil").

Com esse raciocinio é verossimil que o declinio do apresamento tenha sido uma das causas da paulatina decadencia da industria agrícola da cana de açúcar no Nordeste Brasileiro.

Essa decadencia, como disse, não foi brusca e rápida; ela demorou pelo espaço de mais de um século, perdendo entretanto a sua velha pujança.

Bem mais rápido, porem foi o declínio do bandeirismo de prea, pois no decorrer da segunda metade do seiscentismo poucas empresas no sertão se assinalam e diminutos vultos se marcam na historia do apresamento. Tem-se a impressão de que nessa segunda metade do século um fenómeno de raizes profundas perturbava a vida planaltina e a economia piratiningana: fenómeno esse que iria repercutir naquele verde litoral nordestino, onde o caldo de cana corria dulçuroso dos alambiques, naqueles engenhos magníficos, centrados pelas "Casas Grandes", expoentes de uma civilização que entrava na lenta agonia seiscentista.

Dizíamos que o bandeirismo de prea tinha encontrado circunstancias desfavoraveis, as quais ficaram enumeradas na primeira parte deste capítulo. A prova dessa asserção está em que a partir do marco da metade do século, vamos encontrar os seguintes bandeirantes de apresamento: (Ellis, "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano", 3.^a edição, serie Brasileira, Cia. Editora Nacional; Basilio de Magalhães, "Expansão Geográfica", serie Brasileira, Cia. Editora Nacional) se evidenciando em uma haste que poderia ser grandemente aumentada. Dentre os paulista que tomaram parte na fulgurante arrancada da caça ao indio elaborei nominatas das quais se destacaram de modo que fica evidenciada a imensa superioridade da primeira metade do seiscentismo no concernente á caça ao indio. Essas nominatas que elaborei o foram sob um criterio o mais imparcial possivel. Eles não consignam a totalidade dos nomes conhecidos que tomaram parte no movimento bandeirante. Eu dentre esses escolhi de acordo com a minha impressão pessoal subordinada ao destaque conquistado por eles nas duas fases do bandeirismo de prea. Naturalmente outros nomes poderiam ter sido aproveitados, com o que o resul-

tado não exprime uma solução matemática objetiva, mas sim da noção de uma atmosfera subjetiva apreciada subjetivamente.

Dentre os vultos no bandeirismo que mais se sobressaíram, no apresamento nas duas metades do seiscentismo notam-se os seguintes:

Pero Leme el Tuerto.
 Manoel de Campos Bicudo.
 Domingos Barbosa Calheiros.
 Francisco Pedroso Xavier.
 Pascoal Pais de Araujo.
 Sebastião Pedroso de Barros.
 Estevão Ribeiro Baião Parente.
 Braz Rodrigues de Arzam.
 Sebastião Pinheiro Raposo.
 Matias Cardoso.
 Domingos Jorge Velho.
 Manoel Rodrigues de Arzam.
 Bartolomeu Bueno de Siqueira.
 Francisco Ribeiro de Morais.
 Luiz Castanho de Almeida.
 Manoel Dias da Silva (Bixira).
 Bartolomeu Bueno da Silva, Senior.
 Gaspar de Godoi Colaço.
 Amaro Fernandes Gauto.
 Manoel Álvares de Morais Navarro.
 Francisco Dias de Siqueira.

TOTAL: 21.

Poucos nomes, numeros de expedições diminutos para um largo periodo de 50 anos. Durante a primeira metade do século, com um período de tempo igual ao sob exame podemos constatar uma atividade muito maior, transparecida em expedições e empresas bem mais significativas, realizadas por nomes bem mais numerosos que se fizeram expoentes de empreendimentos notaveis e de epopéias conhecidas. Esses paulistas que se destacaram durante a primeira metade do seiscentismo, como chefes de empreitadas

e tendo os nomes repetidos 2 a 3 vezes nas relações de bandeirantes foram:

Nicolau Barreto
Antonio de Alvarenga
Fernão Dias Leme
Francisco de Alvarenga
Manoel Preto
Pascoal Leite Furtado
Martim Rodrigues Tenorio
Belchior Carneiro
Simão Borges de Cerqueira
Sebastião de Freitas
Salvador Pires de Medeiros
Antonio Raposo, o Velho
Baltasar Gonçalves
Lazaro da Costa
Francisco de Siqueira
Pero Domingues
Sebastião Preto
Henrique da Cunha Gago, o Velho
Mateus Luiz Grou
Pedro Vaz de Barros
Rafael de Oliveira
Fradique de Melo
Simão Álvares
João Pedroso de Morais
Onofre Jorge
Antonio Raposo Tavares
Manoel Pires
Diogo de Melo Coutinho
Paulo Amaral
Fernão de Camargo (o Tigre)
Luiz Dias
André Fernandes
Baltasar de Godói
João Rodrigues Besarano
Francisco Bueno
Jerônimo Bueno
Amador Bueno, o moço
Antonio Bueno
Fernão Dias Pais

Pascoal Leite Pais
Jerônimo Pedroso
João Pires
Clemente Álvares
Luiz Pedroso
Antonio Pedroso
Vicente Bicudo
Jerônimo da Veiga
Sebastião Fernandes Camacho
Antonio Domingues
Domingos Cordeiro
Manoel Correia.

TOTAL: 52.

Desses totais se verifica a enorme superioridade da primeira metade do século, quando com uma população necessariamente menor, deveria apresentar números de destacados apresadores de índios em situação proporcional ao da demografia.

É que uma modificação em gênero de atividades havia interferido na situação planaltina.

Isso comprova a conclusão a que cheguei.

CAPITULO XLII

PASTOREIO (255), (256), (257), (258), (259), (260), (261), (262), (263), (264)

Todo agrupamento humano tem um determinado índice de produtividade.

Pode esse índice variar no seu valor, pode haver grupos mais eficientes e outros menos. Essa variação pode, as vezes, tomar certa relevancia. Ela pode apresentar-se muito majorada, não há duvida. Entretanto para o avultamento não interfere o fator subjetivo do agrupamento humano. A variação do valor deles é muito pequena. Isto é, os grupos humanos se equivalem mais ou menos. A diferença que por ventura haja entre eles é muito pequena. O fator que estabelece a variação mais ou menos grande entre a produção dos varios agregados humanos é externo ou o tambem chamado objetivo, consistente nos ambientes geográfico e no social. Conforme estes, assim será o valor em eficiencia dos grupos humanos a eles subordinados.

Assim temos que foram as circunstancias objetivas, oriundas dos ambientes geográficos ou sociais que determinaram imperiosamente que a lavoura açucareira se firmasse no nordeste, como uma possante unidade econômica. O

(255) O pastoreio teria tido como uma das concausas a velha reminiscencia racial dos portugueses herdada dos agarenos, pastores na Asia e no Norte africano, como nos desertos arabicos. Essa tendencia psicologica permanecia em latencia, até que, encontrando circunstancias favoraveis, se teria manifestado.

(256) Os caranguejos arranhadores do litoral brasileiro, segundo Frei Vicente qualifica os povoadores do Norte, de Duarte Coelho ou de Thomé de Souza, eram perfeitamente iguais aos do Sul, de Martim Affonso, no que diz respeito a sua estirpe racial,

fator subjetivo não deveria ter influido nisso. Era a mesma gente portuguesa filtrada pelas mesmas seleções; oriunda da mesma cepa lusitana; portadora dos mesmos vícios e das mesmas qualidades. Os companheiros de Martim Afonso eram necessariamente idênticos e semelhantes aos de Duarte Coelho ou aos de Tomé de Sousa. Entre eles não haveriam diferenças. Depois, com o evoluir dos capítulos históricos, nos quais eles foram protagonistas, e os grupos humanos dos quais eles foram pontos de partida, é que houve uma paulatina diversificação. Por que isso?

Naturalmente as causas estão nos ambientes objetivos, isto é nos meios geográficos e sociais.

Com esse raciocínio chega-se a conclusão de que todo agregado humano é dotado de capacidade produtora determinada, a qual está sempre na dependência das circunstâncias eternas ou objetivas as quais se moldam pelos ambientes geográficos ou sociais.

Se assim é, o grupo humano planaltino, naturalmente, possuía um determinado índice de produção, ou uma certa capacidade de eficiência.

a sua eficiência social, o seu conjunto psicológico, a sua contextura biológica, o seu valor econômico, etc.

Porque uma evolução histórica diferente de regiões que tiveram agentes de igual valia? Porque procedimentos diversos de pessoas saídas da mesma cêpa original?

É porque o meio físico era muito diferente, entre o Norte e o Sul.

De fato; foi esse meio físico que permitiu a lavoura de cana no Nordeste e na Baía. Foi ele que privou os vicentinos dessa fonte de renda, os obrigando a realizar o bandeirismo apresador para ocorrer a sua subsistência.

Foi ainda esse mesmo meio físico, que, declinando o apresamento, obrigou o planaltino a recorrer ao pastoreio.

(257) Teria acontecido ao planalto o mesmo fenômeno, que hoje vemos acontecer a economia paulista.

Outrora o planalto perdeu a monocultura do apresamento.

Hoje S. Paulo perde a monocultura cafeeira. Hoje os braços, a energia, o capital, o esforço disponível, etc., é empregado em

Essa capacidade ou esse índice estiveram, durante toda a primeira metade do seiscentismo, empregados na industria bélica do bandeirismo de prea. Em virtude de causas varias, as quais já apontamos a segunda metade do seiscentismo assistiu à decadencia da lavoura de açúcar e com ela o bandeirismo de apresamento. Já verificamos como no decorrer dessa segunda metade do século XVII o apresamento declinou e deixou aos poucos de ser a fonte primacial de atividade do paulista bem como perdeu o primado economico do planalto. É claro que esse declinio não foi rápido e absoluto, mas ele foi paulatino e relativo. As atividades agro-pecuarias do piratingano não suprimam a soma de esforços que antes eram applicadas em um capítulo histórico que tendia para diminuir e mesmo para desaparecer, o que aconteceu definitivamente no fim do século.

Dai se fazia imperioso que o grupo humano planaltino antes empolgado intensa e exclusivamente pelo bandeirismo de apresamento, a ponto de apresar nos sertões cerca de 300.000 indios dos quais cerca de 170.000 foram exportados para o Nordeste açucareiro, com o que se tornou possível,

outra produção, como a do algodão, etc. Outrora também a energia, os braços, o esforço disponível com o declinio do apresamento, foram empregados em outras atividades, como, por exemplo, o pastoreio.

(258) Esse meu raciocinio não tem sido compreendido por muita gente, que o emprega isoladamente, com o fito de denegrir o bandeirismo de prea.

Entretanto é preciso vislumbrar a base economica do bandeirismo apresador para o compreender. Não é denegrindo que se consegue a verdade. A historia se faz com o cerebro e não com o coração.

(259) A lucrativa e rendosa industria agricola do açúcar eliminava qualquer outra fonte de atividade economica, pelo motivo muito simples de não ser verossimil, ninguem se ir afastar de uma riqueza farta para se ir apegar a uma occupação menos remuneradora.

É o bom senso e a logica que estribam essa conclusão.

(260) Eu bem sei que me orienta decidida influencia ratzeliana, mas a evidencia é tão clara que seria inutil negar a ação fatalisadora

pelo fornecimento da mão de obra, a grande industria agrícola dessa região brasileira, se empregasse em alguma faina qualquer.

Era necessario que um objetivo econômico qualquer, substituísse a fonte de renda do apresamento a qual vinha de sofrer um doloroso declínio. Com isso, se fazia mister que houvesse um emprego para as atividades planaltinas, tornadas livres pela paulatina decadencia da lavoura de cana de açúcar no Nordeste e pela evolutiva extinção do bandeirismo de prea.

Essa fonte econômica; esse emprego de atividade foi o pastoreio.

Assim esse meio de expansão da gente planaltina não foi uma livre escolha dos seus protagonistas, mas uma imposição das circunstancias objetivas, que os ambientes social, e principalmente o economico deram origem.

Sim, porque se os paulistas não recorressem aos pastoreio, como iriam eles prover uma fonte de renda para as

de ambiente geografico. Parece que os da escola de Le Play, como Demolins, Tourville e outros também não esconderam essa tendencia.

(261) Esta foi uma modalidade especial do bandeirismo, a qual, a meu ver não foi a principal.

Esse bandeirismo se passou a oriente da linha de Tordesilhas e quem mais lucrou com ele, foi Portugal.

(262) E ainda ha intellectuais que maldizem o bandeirismo de apresamento!

A inconsciencia e a paixão regionalista deles não os deixam ver que se não fosse esse apresamento que eles amaldiçoam não haveria açúcar para opulentar o passado brasileiro!

(263) Não ha duvida que outros fatores militaram para que os nucleos coloniais luso americanos formassem um país uno, mas creio que a causa principal da unificação foi a que aponto acima. Ela, em boa parte é oriunda do meio fisico.

(264) De fato, o vice reinado hispano americano do Prata fraccionou-se em três países; o vice reinado do Perú repartiu-se em mais três; e o vice reinado da Nova Granada, em mais três. Enquanto isso, o vice reino luso-americano do Brasil conservou-se unido.

suas precisões de acordo com o seu teor vital? Já vimos que o bandeirismo de apresamento foi uma imposição das circunstâncias. O morador planaltino teve que recorrer a ele como "conditio sine qua..." para o "primo vivere". Sem ele o paulista morreria ou volveria ao estado selvagem.

Idêntico processo houve em relação ao pastoreio.

Com o declínio do apresamento, o paulista procurou nova fonte que lhe assegurasse o "primo vivere...". A agricultura planaltina era uma minúscula fonte de atividade e não podia suportar a população planaltina que crescia. Sem capitais, sem consumo certo, sem meios de transporte a produção agrícola paulista só podia se fazer para um consumo local. A mineração local havia declinado e já no seiscentismo ela se apresentava extinta. O cultivo da cana no litoral, não podia ser incrementado, porque ela iria fazer concorrência ao Nordeste e sem os elementos econômicos que davam a essa região brasileira as vantagens de um monopólio fornecedor de açúcar ao mundo de então o litoral paulista, nunca pode sair da inferioridade.

Não havendo, pois, outro emprego de atividade possível e diante da premência de situação, os paulistas foram fatalmente predeterminados ao pastoreio.

Este já era conhecido no Brasil como fonte de atividade rural.

Desde os tempos quinhentistas de Tomé de Sousa que o pastoreio se exercitava no Brasil, sendo muito sabidas as atividades de Garcia de Avila, da ilustre casa da Torre, e dos Guedes de Brito, com seus currais numerosos, suas sesmarias gigantescas, seus patriarcalismos notáveis e seus feudalismos evidentes (Pedro Calmon, "Garcia de Avila", loc. e docs. brasileiros; Liv. José Olympio). Diga-se de passagem, o pastoreio cenicava um importante papel na unidade econômica-social que era o Nordeste açucareiro, com a sua grande densidade demográfica; o seu não pequeno poder aquisitivo o seu elevado teor de necessidade com a sua

civilização adiantada a sua prosperidade sensível etc. Como alimentar essa massa grande de gente concentrada nesse opulento Nordeste?

É preciso notar que em razão da alta valia do açúcar em razão do preço elevado do fabrico do açúcar não se cuidava de trabalhar no Nordeste em função que não se relacionasse estreitamente a industria-agrícola do açúcar.

É isso pelo menos que se depreende da leitura do magnífico livro de J. Honorio Rodrigues, a propósito dos holandeses nessa região brasileira, publicado na serie Brasileira da Cia. Editora Nacional. .

Se os nordestinos não produziam em alimentos para a satisfação de suas precisões vitais, outros deveriam fazer para eles. Foi assim que o pastoreio teve a desempenhar importantíssima função no equilibrio e na manutenção dessa magnífica fonte de renda, que constitue uma soberba manifestação de pujança econômico-social do Portugal americano.

Os paulistas, ante o quadro negro que no seu horizonte se oferecia, com o declinio irremovível do apresamento, eles, que haviam colaborado eficientemente fornecendo braço bom e barato a realização da industria agricola nordestina do açúcar, resolveram continuar nessa colaboração, prorrogando sua ligação econômica a essa célula gigante do Nordeste brasileiro.

Nós sabemos que o gado alem da função alimentar, desempenhava, perante o aglomerado humano ao norte da Baía, ainda havia a diretamente necessaria para a produção açucareira.

Segundo Roberto Simonsen, loc. cit, eram precisas em regra varias dezenas de cabeças de gado, em cada fazenda e engenho de açúcar, pois em media para o fabrico de 60 a 70 arrobas de açúcar era preciso um boi.

Foi assim que o planalto paulista continuou ligado ao Nordeste açucareiro não mais lhe fornecendo braços para

a sua dulçurosa industria agrícola mas sim alimentação para o seu denso agremiado humano.

Foi essa ligação econômica uma das sólidas correntes que manteve na união brasileira, o planalto piratiningano, ligado ao longinquo Nordeste, através dos séculos, e das muitas vicissitudes por que o Brasil tem passado.

Com isso vê-se que a solidariedade nacional brasileira tem suas bases na economia. É preciso apenas conhecer e saber bem observar o passado do país, na historia de suas varias regiões, não rezando unicamente pelas estafadíssimas páginas dos nossos clássicos cronistas, que viviam a repetir as mesmas nugas sem importancia em ditirambos encomiásticos que são mais hinos de glorias do que páginas honestas de sacerdotes da religião do passado. Raciocinando com lógica encontraremos explicação razoavel para esse decantado milagre da unidade nacional.

Como prova do que asseveramos, vemos que o pastoreio paulista, teve inicio justamente depois que se fez evidente o declinio do apresamento.

Só na segunda metade do seiscentismo o pastoreio teve inicio, nos ensinam as crônicas, e nos asseguram os documentos.

Aliás S. Paulo já tinha um rudimento de criação. Era antes um embrião de algumas dezenas de cabeças, segundo se pode verificar dos inventarios da época. Gado criado em diminuta escala, aliás em proporção à configuração e a composição do solo piratiningano.

Solo enrugado, pedregoso, vestido de vegetação elevada, com exceção dos vargedos, o planalto piratiningano não permitia mesmo um desenvolvimento maior do pastoreio "in loco". Aliás havia ainda uma circumstancia que estava a impedir. Era a divisão da propriedade, que a circunscrevia a alguns alqueires de terras apenas, segundo nos ensinam os documentos. Esse regime de divisão de propriedade não permite o pastoreio. Esse genero de atividade, requer

grandes extensões de terras que não podiam ser utilizadas nas cercanias do povoado paulistânico.

Assim não seria possível um pastoreio no planalto!

O que aí havia era um ponto de partida, com algumas cabeças em torno dos sitiecos piratininganos. Gado naturalmente de raças peninsulares, com talvez forte quantidade de "turinos" brancos e pretos, representando a influencia flamenga no povoamento planaltino.

Para que houvesse pastoreio e não simplesmente criação limitada às necessidades alimentares planaltinas, se fazia mister portanto que o paulista buscasse fora do planalto piratiningano onde pudesse com largueza, exercê-lo.

Ora essa região possível para esse gênero de atividade só podia ser encontrada a grande distancia do planalto.

Daí porque o pastoreio a se confundir povoamento só se pode encontrar em lugares bem distantes do foco paulistânico.

A familia paulista sem ter a feição modelada em extremado patriarcalismo como no Nordeste açucareiro, como no-la retrata Gilberto Freyre, era entretanto nitidamente dessa formação. ("Casa Grande e Senzala"). Nessas regiões longinquas a feição patriarcal do povoador, saído do planalto tendo para se expandir vastas regiões e para se isolar imensas distancias, ainda se fez mais nítida e destacada, tomando a sua modalidade exagerada uma especial coloração.

Ei-lo, o patriarca povoador e pastor dos currais do S. Francisco, ou dos carrascais do Piauí ao Norte, ou dos pinheirais de Sta. Catarina, ou dos hervaçais ao Sul!

Com suas longas barbas biblicas era conio um rei tal-múdico, cercado de sua imensa familia a qual se compunha de sua esposa, de seus filhos os quais subiam a 2 ou 3 dezenas, pois havia os de varios matrimonios, os mais velhos já casados e de sua escravaria a qual ascendia a varias dezenas de pessoas.

Eram nucleos de quasi um milhar de almas que como bóldos se projetavam em varias direções, formando o ciclo povoador das terras que haviam sido despovoadas meio século antes pelos preadores de indios. Eles realizaram o patriarcalismo, na sua magna essencia.

Para Laguna em Sta. Catarina e daí para o Rio Grande, onde foram ocupar a região que a arrancada despovoadora do ciclo da caça ao indio havia conquistado no Tape, foram os Brito Peixoto, que nessa região sulina se firmaram com fazendas imensas, as quais não se dedicaram apenas ás atividades pecuarias, mas ás agrícolas tambem, porque esses nucleos patriarcaes isolados em enormes latifundios, tinham que viver na mais estrita autarquia. Tudo que precisavam para o proprio consumo tinha que ser produzido por eles. Daí o patriarcalismo ter-se exacerbado em concomitancia com a grande propriedade, havendo-se apagado da formação psíquica e social desses nucleos os traços do velho nomadismo bandeirante.

* Brito Peixoto, em 1684 saiu de S. Vicente para se estabelecer em Laguna, ponto de onde se irradiou o povoamento de toda a região serrana do Rio Grande do Sul, com os seus filhos chamados Brito Guerra, em virtude de Domingos de Brito Peixoto ter sido genro de Francisco Rodrigues Guerra o famoso bandeirante planaltino (Azevedo Marques, "Apontamentos").

Para Desterro, ainda em Sta. Catarina, seguiu em 1662 Francisco Dias Velho.

Nessa paragem catarinense o paulista emérito se estabeleceu com seu nucleo patriarcal, lançando nessa região a semente do povoamento com seus 9 filhos.

Esses foram os tentaculos mais estendidos do planalto para o extremo Sul.

O Paraná foi povoado tambem na segunda metade do seiscentismo, tendo o pastoreio desempenhado importantis-

sima função, com o estabelecimento na região de Curitiba e de Paranaguá, de Gabriel de Lara, Heliodoro Eobano, Miguel Carrasco e outros que Negrão ("Genealogia paraense") e Romario Martins dão minucias notáveis.

Foi porem para o rio de S. Francisco que houve a grande expansão do pastoreio na segunda metade do seiscentismo. Nessa direção porem, a emigração pastoril só teve lugar depois da que já mencionamos em direção para o Sul. Só nas ultimas décadas do século seiscentista é que encontramos os estabelecimentos de nucleos planaltinos ao longo do rio de S. Francisco com currais imensos.

Nessa direção, foram Matias de Almeida, Antonio Gonçalves Filgueiras, Manoel Alvares de Moraes Navarro, João Amaro Maciel Parente, e outros.

Para mais longe, no Piauí, eis Domingos Jorge Velho, Francisco de Siqueira e outros! O movimento destes nomes está confundido com empreitadas bélicas em que eles tomaram parte.

Goiás e Mato Grosso também assinalaram idênticos sinais desse fenômeno que teve lugar, em relação ao planalto, na segunda metade do seiscentismo.

Basilio de Magalhães no seu magnífico "Expansão Geográfica" nos fornece elementos para se conhecer melhor esse capítulo da emigração planaltina nas suas minucias.

Creio que devemos mais ao pastoreio do que ao bandeirismo propriamente dito, o alargamento das fronteiras brasileiras. O pastoreio foi povoador, embora a densidade demográfica atribuível a ele não tenha sido grande, enquanto que o bandeirismo foi despovoador. É claro que eu ao me referir ao bandeirismo o faça restritamente ao bandeirismo de preamento, com exclusão do de pesquisas metalíferas.

O alargamento das fronteiras brasileiras e a ocupação, com o consequente povoamento do nosso territorio e com a fixação da civilização no mesmo, foram a consequencia mais importante do pastoreio.

É verdade que esse fenômeno se deu em grande parte dentro do quinhão português. E também se deve evidenciar que ele se fez sentir na parte que Tordesilhas deu a Espanha, como no Paraná, Sta. Catarina ou no Rio Grande do Sul.

Mas, mesmo na parte portuguesa do Brasil, havia necessidade de uma fixação de população civilizada. O açúcar e outras atividades menores fixaram elementos europeus no litoral. Estava o hinterland desértico. Foi o pastoreio quem o povoou. É bem verdade, como eu já disse, que esse povoamento levado a efeito pela atividade pastoril, foi muito ralo, mas foi o suficiente para manter aí o domínio luso. Só mais tarde é que a mineração povoou o interior em Goiaz, em Minas e em Mato Grosso.

Essa foi, a meu ver, a principal consequencia do pastoreio, na sua maior parte de origem planaltina, como vimos. Era natural que o pastoreio se originasse no planalto piratiningano, pois era aí que a atividade preadora, havendo declinado, tinha oferecido um genero de vida especial aos individuos antes empregados em caçar indios. Os habitantes de outras regiões brasileiras não dispunham de atividades, ocupados como estavam em generos de vida mais remuneradores, como o fabrico do açúcar ou a coleta do ouro. O monopolio do fabrico do açúcar ou a mineração do ouro impediam de um modo quasi que absoluto qualquer distração de atividade, para o exercicio de uma necessidade acessoria. Isso foi feito pelos paulistas que tinham ficado inativos, por ter declinado o apresamento.

Outra consequencia do pastoreio foi o estabelecimento de um liame na solidariedade inter-colonial, reforçando assim o bloco, que mais tarde iria ser o nacional.

De fato, toda a solidariedade nacional tem forçosamente que se assentar em base econômica. A nacionalidade que não tiver um fundamento econômico está naturalmente fadada ao esfacelamento. Eis, por exemplo, as colonias hispano-

americanas, que sem embargo do sonho de Bolivar não conseguiram unir-se em um só paiz. É que, lá, faltaram esses liames econômicos que aqui se fizeram sentir.

Eis o bandeirismo de preamento, ligado ao Nordeste açucareiro, pelo fornecimento de mão de obra para a industria-agrícola que o empolgava!

O pastoreio não deixou também de proporcionar à solidariedade colonial um firme laço, que continuou a irmanar no mesmo interesse econômico o Norte açucareiro e o Sul subsidiario dessa industria agrícola, lhes fornecendo a alimentação de que careciam. Quando o açúcar cedeu a primazia econômica ao ouro, deslocando-se o eixo econômico do Nordeste para a região central de Minas Gerais — Rio de Janeiro, o pastoreio continuou na sua missão ligadora, continuando o funcionamento de sua ação fornecedora de alimentos a industria mineradora cujos produtos possuíam tanto valor que não permitiam aos seus exploradores outro gênero de vida que não fosse o neles diretamente baseado. Assim estes para o suprimento das suas necessidades em alimentos e em couros tinham que recorrer aos que dedicavam ao pastoreio.

Essas ligações formaram os alicerces da solidariedade nacional. A falta dela determinou na América espanhola a formação desses países hispano americanos, que se alternam em quasi duas dezenas, desde o México até a Argentina.

Outra consequencia do pastoreio foi o desbravamento do interior brasileiro.

A agricultura do açúcar e a extração do pau-brasil, haviam desvendado a orla marítima. A penetração no interior brasileiro só havia tido lugar na Capitania de S. Vicente, onde o planalto piratiningano fora de inicio povoado. Foi o pastoreio que procurando as regiões planas e despidas do vale do S. Francisco, do Piauí, do Paraná, de Sta. Catarina, do Rio Grande do Sul, de Goiaz ou de Mato Grosso, conseguiu fazer conhecidas essas paragens isoladas.

CAPÍTULO XLIII.

ENTRADAS E BANDEIRAS (265)

Eu penso que se deve fazer absoluta distinção entre entradas e bandeiras.

Basilio de Magalhães, o eminente mestre de "Expansão Geográfica" mostra com clareza essa diferença.

A fome de riquezas minerais fez que os poderes governativos se empenhassem nas descobertas das mesmas. Daí os incentivos para que se fizessem esforços no sentido da exploração do interior. Como o particular não podia nem tinha meios ou interesse em viver correndo atrás de um mito de existencia dubitativa de riquezas, o qual se podia comprovar ou não, o poder publico realizou o movimento entradista. O particular não podia satisfazer-se em viver na expectativa da realidade de riquezas mais ou menos imaginarias. Eram hipóteses que poderiam oferecer possibilidades ou mesmo probabilidades e o particular não poderia assentar a sua vida em simples hipoteses que poderiam não ser reais.

O poder público poderia realizar essa verificação, tanto mais que ele estava nisso mais interessado, dado o que as descobertas haviam representado para a Espanha, no seu prestigio político.

Portugal, preocupado na existencia do ouro no seu quinhão americano, porfiava na sua exploração, enviando ao sertão continuas expedições de pesquisas. Esse país euro-

(265) Entretanto ha escritores, que não querem ver essa diferença!

É que um regionalismo escaldante ainda lhes está perturbando a visão. O historiador não deveria se deixar levar por sentimentalismos!

peu queria também usufruir dos proventos que os similares das suas riquezas americanas proporcionavam à Espanha. Esse prurido de descobrimentos aumentou ainda mais com as lendas do El Dorado e da Manoa de Walter Raleigh. Daí fazer partir armações que demandavam as riquezas que se ocultavam sistematicamente nas entranhas da terra.

O particular, ainda que interessado nas descobertas metálicas, só se preocupava com elas porque delas receberia um lucro indireto.

Dessa serie de raciocínios temos a conclusão que o particular só cuidou do que lhe poderia proporcionar um lucro imediato. Ele só se prendeu ao movimento que empolgava toda a população, o qual lhe oferecia um pronto meio de vida.

Ao Estado incumbia buscar um gênero de atividade que lhes significasse um lucro indireto e à coletividade um interesse mediato.

Eis porque a bandeira particular se relacionou mais com a caça ao índio e a entrada oficial teve mais com as buscas de metais preciosos.

Como estas se faziam mais no Norte foi esta parte brasileira onde mais se encontrou a entrada.

O Sul está mais relacionado com a caça ao índio, por isso a ele esteve preso o movimento bandeirante.

CAPITULO XLIV

A EXPANSÃO PAULISTA (266), (267), (268), (269), (270), (271), (272), (273), (274)

O fim do bandeirismo de apresamento trouxe como consequencia magna ficar o paulista obrigatoriamente distraido para outro gênero de atividade. Isso se tornava obrigatorio para o planaltino não só para a satisfação de uma imperiosa precisão de ordem econômica como ainda uma ingente necessidade da propria natureza humana.

Não só os paulistas tinham que conseguir uma fonte econômica que suprisse a industria bélica de cativação e a mercadoria do gentio amerindio como ainda se lhes fazia preciso que empregassem a sua atividade em qualquer cousa.

Assim, a atividade paulista foi empregada no seguinte:

- a) criação e pastoreio.
- b) povoamento e afazendamento em regiões mais ou menos distantes.
- c) guerras e empresas varias no Norte do Brasil.
- d) pesquisas metalíferas.

A necessidade do paulista se entregar a essas novas atividades era ainda aumentada pelo crescimento demográfico de S. Paulo, cuja população não só se reproduzia vegetativamente como tambem se desdobrava pela imigração. A população paulista se, na primeira metade do seiscentismo, atingira a 6.000 almas, incluindo os escravos, na segunda metade

(266) Talvez, por não se dedicarem exclusivamente ao preamento, como antes, os paulistas, só em 1653 readmitiram os jesuitas, desobedecendo em 1643 e 1647 duas leis imperativas do proprio monarca D. João IV. E' que eles se riam dos "ukases" dos Braganças, como ensina Taunay, na sua "Hist. seisc. da V. de S. Paulo".

(267) Eu calculo a população planaltina, nos primordios do seculo XVII, em cerca de 6.000 habs., incluindo os escravos indios.

desse século deveria fazer chegar o número de 8 a 10 000 habitantes.

A criação e o pastoreio eram gênero de atividade a que os paulistas, como ramo esgalhado do tronco português, não estavam afeitos. Tiveram eles que se adaptar, modificando a sua psicologia e mesmo, em parte, a sua feição social.

Sim, porque não era mais a pequena propriedade, em area densamente povoada, em que se deveria isolar o patriarca, mas sim onde a distancia engrandecida e a topografia especial de um solo pouco vestido, o obrigava a uma autarquia particularizada.

Para o exercicio do pastoreio e da criação são precisos, entre os seus muitos elementos:

a) conformação física de um solo chato e mal vestido com agua abundante.

b) animais domésticos que possam ser aumentados em criação.

Quanto à primeira condição, só poderia ser encontrada nas regiões bem distanciadas do planalto.

(268) Nas proximidades de S. Paulo, era possível haver areas apropriadas ao pastoreio, mas seriam de superficie limitadas e a qualidade das pastagens seria muito pobre e o pastoreio requer grandes vastidões de terras planas em pastagens naturais.

Em S. Paulo haviam varzeas ribeirinhas dos rios Tamanduatehy, Tieté, Pinheiros, Parahyba etc.

Mas alem de serem elas areas pequenas, apresentaram-se vestidas de "barba de bode" e não eram pastagens nativas.

A expansão pastoril precisava destas e só ao longe poderiam se encontrar essas exigencias.

(269) Não pode restar a menor duvida de que, nas imediações da vila anchietana reinou a pequena propriedade agricola. Os muitos documentos existentes isso atestam incontestavelmente. Alcantara Machado isso acentúa no seu "*Vida e Morte do Bandeirante*" e eu mesmo, tive anteriormente oportunidade de isso comentar, no meu "*Raça de Gigantes*" por meio de um grafico, que deixa o assunto livre de qualquer sombra de duvida.

Mas as origens dessas pequenas propriedades, foram naturalmente as sesmarias doadas em porte bem maior. Aliás, toda a

Sabemos que, em um raio de 500 quilômetros com centro em São Paulo de Piratininga o solo se enrugua em ondulações que se perpetuam até a Mantiqueira de um lado, o rio Paraná de outro e o Paranapanema de outro.

Esse enorme bloco de territorio, absolutamente sem serventia para o pastoreio, ainda antepunha, a esse gênero de atividade, a barreira de uma vestimenta impenetravel de uma mata virgem densissima, propria de uma terra roxa que é a composição da diábase, especialmente temperada em uma magnifica composição quimica, bem coberta de espessa camada de humus.

pequena propriedade, antes de ser repartida nas transmissões "causa mortis" ou "inter vivos", deve ter sido grande.

Veja-se, por exemplo, a pequena propriedade francesa, que antes de se tornar pequena, com a Revolução Francesa, que efetuou os sequestros das propriedades senhoriais dos aristocratas e do cléro, foi latifundaria. O grande movimento de 1789, democratizando a França, repartiu a propriedade que então se transformou, de grande que era antes do confisco.

No planalto se deu a mesma cousa.

A propriedade, quando foi doada em sesmarias, seria maior no inicio, mas depois foi se retalhando por herança e por compra e venda, de modo que, no seculo XVII, já o sistema da pequena propriedade, com todas as suas consequencias, ficou sendo o vigente no planalto piratiningano.

Então, em pleno dominio da pequena propriedade e do pequeno teor do seu poder aquisitivo, a psicologia do paulista era altiva, belicosa, arrogante, independente, pundonorosa, etc.

Depois, com o crescimento da própria propriedade e aparecimento do latifundio essa psicologia se fez submissa, subserviente e rastejadoura. O paulista da decadencia abaixou o seu caracter e perdeu a sua dignidade. Tenho a impressão que isso foi, em parte, devido ao regime de propriedade. O pequeno proprietario, pobre, era altivo e independente. Depois de, latifundario e rico perdeu a sua verticalidade de tempera, a sua arrogancia altiva, etc. Engordou e enriqueceu no seculo XVIII, graças ao ouro, mas ficou bajulador, etc.

A propriedade e a riqueza alteraram a psicologia do paulista.

O gordo latifundario, o satisfeito não briga e não quer ficar na opposição, etc.

Dal a facilidade da missão de D. Rodrigo Cezar de Menezes.

Por isso é que o pastoreio só teve lugar em regiões bem distantes da fidalga vila de Anchieta. De fato, não se conhece pastoreio em zonas pouco distante das células planaltinas. Todos os documentos se referem, como longinquas do planalto. Ei-lo no rio de S. Francisco, no Piauí, na Baía, em Santa Catarina, em Goiaz, etc!

Quanto à segunda condição o plantel basico, o planaltista o possuía.

As pequenas fazendolas, em que se repartia o solo planaltino, ao redor da vila anchietana, possuía rudimentos de criação com cerca de algumas dezenas de cabeças de gado. ("Vida e morte do Bandeirante". Alcântara Machado).

Eram nucleos em que se produziam lacticínios, carne e couro, mais para o proprio consumo e em escala muito reduzida.

Quando se deu a expansão do pastoreio, as enormes fazendas situadas em regiões distantes do planalto, graças às perspectivas topografias planas e à vegetação rasteira de seus descampados, caatingas e capoeiras, possuíam ao longo dos rios em que se situavam, milhares de cabeças de bovinos além de centenas de caválares, etc.

O quadro paulista do século XVIII foi esse, o do século XX é a continuação dele com as mesmas linhas mestras. Os Laval e os "quisling" continuam desgraçadamente!

(270) Referindo-se à expansão paulista no século XVIII, o egregio mestre Professor Taunay, assim se refere aos paulistas ("Hist. Geral das Bandeiras", I, 146):

"A penetração mattogrossense esta é bem conhecida. Desceu os paulistas o Tiete e o Paraná e tomam o Pardo, que sobem apanhando depois em contra vertente o Coxim, o Taquary, o Paraguay, o S. Lourenço e o Cuyabá. Dahi penetram na bacia Amazonica pelo Tapajoz e o Madeira. O Araguaya este teve uma ou outra viagem e o Xingú, só foi objeto de exploração no século XIX. Descobertas as minas de Matto Grosso e fundada Villa Bella, tornaram-se frequentes as viagens pelo Guaporé, Mamoré e Madeira abaixo.

Para penetração do Sul o caminho é paralelo a diretriz da costa perpendicular ao cimo dos rios.

Assim, houve com a conjunção dessas duas condições, a aplicação da atividade paulista no pastoreio. Isso só se observa, entretanto, no decorrer da segunda metade do seiscentismo.

Com esse movimento nós constatamos que ainda na segunda metade do seiscentismo, Gabriel de Lara e outros se firmaram no Paraná e os documentos das "Sesmarias", coletanea das repartições territoriais nessa região nos mostram como os paulistas se derramaram por esse sul brasileiro. Isso, já não falando no movimento paulista, do qual resultou a fundação de Parnaíba, Sorocaba e Itú, aquela iniciada com a capela aí fundada, em 1580, por Manoel Fer-

De Sorocaba internam-se os paulistas vencendo a região de grandes campos, os Geraes, os de Lages e Palmas. Cruzando a região outrora por elles chamada Ibituruna attingem as terras rio-grandenses da Vaccaria e afinal o "continente do Viamão".

Uma segunda via de penetração se faz por meio das estradas litoraneas da Laguna, pelos Brito Peixoto e João de Magalhães".

(271) Taunay se refere a essa fundação em sua "*História seiscentista da Villa de S. Paulo*", III, 275.

(272) Por ocasião dos jesuitas terem sido expulsos, em julho de 1640, os habitantes da capitania fizeram uma caixa para ser sustentada a luta contra os jesuitas, Taunay, ("*Hist. Geral das Bandeiras*", III, 20) e pela quotisação de todas as vilas paulistas, ponde-se ajuizar da importancia proporcional de cada uma.

Assim, ficou disposto que:

S. Paulo deveria concorrer com	1:000\$000
Parnahyba deveria concorrer com	120\$000
Itanhaem deveria concorrer com	100\$000
Santos deveria concorrer com	80\$000
Mogy deveria concorrer com	60\$000
Iguape deveria concorrer com	60\$000
S. Sebastião deveria concorrer com ..	60\$000
S. Vicente deveria concorrer com	30\$000
Cananeia deveria concorrer com	25\$000

Por aí se vê quanto S. Paulo era maior do que os demais nucleos da capitania.

nandes Ramos e elevada à categoria de vila, em 1625, por provisão do Conde de Monsanto (Azevedo Marques, "Apostamentos" 94); Sorocaba, iniciada em 1600, com D. Francisco de Sousa e, com a fundação da capela de Nossa Senhora da Ponte, por Baltasar Fernandes, em 1661, elevada a vila por Salvador Correia de Sá (Azevedo Marques, loc. cit.) e Itú iniciada com a fundação da capela, em 1610, por Domingos Fernandes e seu genro Cristovam Diniz e elevada à categoria de vila, em 1657.

Tambem não falando do movimento expansionista paulista que se encaminhou para o vale do Paraíba. E' que, como aquele, esse movimento, embora irradiado do planalto, parece que não foi causado pelo pastoreio e sim pela necessidade de largueza no exercício da agricultura, de maior isolamento, de mais intensa autarquia, etc.

Mogí das Cruzes foi elevado a vila, em 1611, fundada por Braz Cardoso e Gaspar Vaz Guedes, com o nome de Santana das Cruzes de Boigí-mirim, em terras outrora pertencentes a Braz Cubas.

Jacarei foi fundado, em 1652, por Antonio Afonso (Azevedo Marques, loc. cit.).

São José dos Campos só em 1767 foi elevado a vila.

Taubaté foi iniciado, em 1636, por Jaques Felix e, em 1650, elevado à categoria de vila.

(273) Esses proceres do bandeirismo da segunda metade do seculo XVII apresaram escravos em ações individuais e com isso levaram a expansão paulista através de varias regiões, principalmente dentro do quinhão português, de acordo com o tratado de Tordesilhas.

(274) Taunay na "*Historia Geral das Bandeiras Paulistas*", I, 146, diz:

"Como bem esclarecem Basilio de Magalhães e o Padre Heliodoro Pires os rumos para a conquista do Nordeste por Domingos Jorge Velho, Mathias Cardoso, Moraes Navarro foram os cursos do Parnahyba, do Jaguaribe, do Assú".

Caçapava, fundada por Tomé Pontes Del Rei, é setecentista (Azevedo Marques, loc. cit. 77).

Pindamonhangaba foi fundada pelo Padre João de Faria Fialho, em fins do seiscentismo e, em 1705, elevada à categoria de vila, graças aos esforços dos Bicudo Leme junto de D. João V.

Guaratinguetá foi fundada pelo Capitão Domingos Leme e, em 1657, elevada à categoria de vila.

Jundiá teve origem, em 1615; devido a Rafael de Oliveira, foi elevado à categoria de vila, em 1655.

Mas, ao par desse movimento expansionista planaltino, mais fruto do crescimento demográfico da região do que da necessidade do pastoreio e das aventuras guerreiras, houve um outro, mais de natureza econômica, estribado na criação de gado e ainda outro com base no esforço guerreiro.

O que tinha por motivo a criação de gado, foi o que cenificou: *Francisco Dias Velho* em Desterro, em Santa Catarina, em 1662, *Brito Peixoto*, em Laguna, ainda em Santa Catarina, em 1684, *Matias Cardoso de Almeida* nos currais do S. Francisco e do Rio Grande do Norte, no fim do século, com *Morais Navarro*, *Antonio Filgueiras* e outros; *Domingos Jorge Velho*, *Francisco de Siqueira*, o Apuçá, nos sertões do Piauí, igualmente nos fins do século.

O que tinha por objetivo o apresamento de escravos, relata-nos a crônica o seguinte: Domingos Barbosa Caleiros, Fernão de Camargo Ortiz, Estevão Ribeiro Baião Parente, João Amaro Baião Parente, Braz Rodrigues de Arzam, todos na Baía, Domingos Jorge Velho no Nordeste, Matias Cardoso e Moraes Navarro, no Rio Grande do Norte, etc.

CAPITULO XLV

ANTONIO RAPOSO TAVARES (275), (276), (277), (278), (279), (280)

Raposo Tavares nasceu em 1595.

Não se pode assegurar com certeza absoluta a proveniência de Raposo Tavares. Dois são os lugares prováveis, de onde tenha vindo o inclito caudilho: ou ele é originário de Beja no sul de Portugal ou ele proveio das ilhas açorianas. Mesmo que tenha sido esta a sua origem, penso que a estirpe do grande bandeirante seria o sul de Portugal, pois as ilhas foram povoadas por alentejanas e no Alentejo havia uma família Raposo, da qual tivemos em S. Paulo uma ramificação que foi a de Raposo Bocarro. Creio que esses dois troncos se encontrariam talvez no século XV no Portugal continental.

A confusão sobre a proveniência de Raposo Tavares, foi originada pela mistura em que se encontrava a personalidade histórica deste sertanista com outros de nome semelhante. Destrinchada esta pelos estudos proficientes de Washington Luis, entretanto, não foi feita a mesma coisa no referente à proveniência desse grande vulto na historia do bandeirismo. Ele veio em 1618 em companhia de seu pai, Fernão Vieira Tavares, quando ainda o futuro grande vulto no bandeirismo não havia atingido sequer a maioria

(275) Essa família estava radicada na capitania vicentina, desde o século XVI, pois nos fins desse século os documentos assinalam um Estevam Raposo, em Santos. Seria o pai ou o irmão de Antonio Raposo o velho? Este teria vindo na armada de Diogo Flores de Valdez em 1583. Então?

(276) Não resta duvida de que, Raposo foi um super homem, que como "condottieri" estava unido de todas as grandes virtudes.

dade. Em S. Paulo ele passou vários anos, formando aí, em contacto com o ambiente que o cercava, sua mentalidade e moldando aí seu carater. A primeira grande empreitada em que se encontra o nome de Antonio Raposo Tavares, foi em 1628, quando o nosso herói deveria ter cerca de trinta anos.

Creio, porem que o bandeirismo foi um fenomeno que era o reflexo de um estado de alma coletivo. Como objetivo economico, todos comungaram nele. O povo paulista inteiro participou dessa epopeia. O bandeirismo não foi o resultado da soma dos esforços de alguns bem dotados e afortunados expoentes, mas de todos os moradores da região planaltina.

(277) O professor Taunay, na "*Historia seiscentista da Villa de S. Paulo*", vol. I, fixa a idade de Raposo, como tendo nascido em 1598 e vindo, com seu pai, em 1618.

(278) Eu penso que, em S. Paulo, havia dois grupos contrarios, nessa occasião:

a) Os lusitanofilos.

b) Os nacionalistas, lusitanofobos.

Esses grupos corresponderiam aos Pires e aos Camargos. Aquelles seriam os anti esclavagistas e amigos dos jesuitas. Estes, os esclavagistas, teriam sido os aclamadores de Amador Bueno. Seriam os Camargos os apesadores de indios, os homens da terra, etc.

Os lusitanofilos se aproveitando da ausencia em M'Bororé da população masculina de S. Paulo, fizeram com que Amador Bueno não aceitasse a coroa, que era a independencia da terra brasileira. Seriam eles, os amigos dos jesuitas, os Pires, os, que, mais tarde, fizeram a recomposição, entre os da Companhia e os planaltinos, os, que, aclamaram D. João IV, o jesuitofilo, de quem Vieira fora o grande valido e orientador politico.

(279) Se D. João IV, o novo rei aclamado e chefe da casa de Bragança, não era um imbecil, entretanto, ele não possuia dotes que o fizessem acima da normalidade, para ser expoente de uma admiração qualquer. A sua descendencia, toda ela fortemente tismada de nevropatias e de varios outros indices de desequilibrios morais, psicoticos e fisicos, dão excelentes elementos para se fazer um diagnostico seguro do seu perfil.

(280) Quer me parecer que, toda a aspiração legitimista em Portugal deveria, de preferencia, orbitar em torno da estirpe de D. Antonio Prior de Crato ("*Coimbra e D. Antonio, Rei de Portugal*", Mario Brandão).

Sabemos o que foi a grande arrancada desse ano contra Guairá. Parece que Raposo se associou ao Capitão Manoel Preto na chefia dessa bandeira, (Taunay, "Historia Geral das Bandeiras Paulistas"). Eu digo parece, porque esse tópico, não se me afigura bem esclarecido, não devendo ter Manoel Preto acompanhado a expedição (Ellis; Tese de concurso; "Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras", n.º 9).

Raposo Tavares com a expedição estava de volta em agosto de 1629, (Taunay, "Historia Geral das Bandeiras"). Em 1.º de maio de 1629 saiu outra bandeira para o Guairá, a qual estava sendo aprestada por Manoel Preto, que morreu flechado nesse ano, (Taunay, "Historia Geral das Bandeiras", vol. II, 92). Não sei com segurança absoluta por onde tenha andado, no Guairá, essa expedição. Creio que ela talou os estabelecimentos jesuíticos do medio Tibagi ameaçando talvez os do Ivaí e quiçá os do Pirapó e Paranapanema. Raposo não deveria ter tomado parte na destruição do Guairá, no que diz estabelecimentos espanhóis e jesuíticos, situados no Pequerí e no medio e baixo Ivaí, os quais foram destruidos em 1632, quando o nosso herói é encontrado em S. Paulo, funcionando no inventario de sua primeira mulher, Beatriz Bicudo, nesse ano falecida, (Ellis, Tese de Concurso; "Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras", n.º IX).

Não creio também que Raposo tenha tomado parte na destruição de Itatines.

Este fato deu-se em meados de 1633 e Raposo nessa data estava em S. Paulo tomando parte nas arruaças contra os jesuitas e depois como ouvidor da Capitania, (Ellis, Tese de Concurso; "Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras", n.º IX).

Só em 1636 conseguimos encontrar, de novo, o vulto do "primus inter pares" do bandeirismo chefiando os paulistas no Rio Grande do Sul, onde se localizavam os esta-

belecimentos jesuíticos da provincia de Tape. Eu analiso esse surto raposiano do bandeirismo na minha tese de concurso, publicada no Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, número IX. Raposo no ano seguinte estava de volta, para nos fins de 1639, ir comandando uns poucos de paulistas em socorro ao Nordeste ocupado pelo flamengo. Foram eles os irmãos Valentim e Luiz Pedroso de Barros.

Não foi numerosa essa expedição de auxilio ao Nordeste, (Ellis, Tese de Concurso loc. cit.).

Os paulistas não deveriam ter muito interesse pela restauração do Nordeste.

Penso que a atmosfera de lusitanidade não os empolgou. A população de S. Paulo era composta, em grande parte, de espanhóis e de flamengos, ainda não diluidos no meio português. Os interesses econômicos paulistas, em materia de apresamento de índios e de consequente escravização, faziam com que eles não porfiassem com muito ardor pelo restabelecimento do dominio português no Nordeste. As comunicações entre as diversas regiões do dominio colonial lusitano não eram intensas e quem diz que a união de regiões está na razão direta das comunicações é Oliveira Vianna ("Evolução do Povo Brasileiro"). Logo, não havia entre as partes da América lusitana o espírito de união que mais tarde passou a haver, mesmo porque a evolução histórica de uma determinada região, tende a modificar-se, e seguir por uma diretriz quebrada, que se aparta da reta.

A ligação que mais unia S. Paulo à comunidade luso-americana era o interesse econômico, de ser o Nordeste agrícola um mercado de consumo excelente para a mercadoria paulista que era o índio escravizado. A restauração do Nordeste no dominio luso, vinha também restaurar a concorrência que a produção de escravos da África, que a hegemonia naval flamenga impedia que fosse transportada

para a América. Daí os paulistas não serem muito ardorosos nas pugnas pela expulsão do batavo. Não se lhes pôde recriminar, pois o espírito do Brasil ainda estava em gestação e só com o correr dos séculos se estabeleceu. Uma época histórica ao ser retratada precisa ser explicada com verdade! Depois surgiu uma modificação que veio até nós, mas para a exata compreensão dos fenômenos do passado é preciso se lançar mão do escalpelo da verdade, manejado com inteligência e com lógica. Havia entretanto elementos de ligação, a identidade de lingua e principalmente de religião. Daí se terem formado algumas expedições de auxilio ao luso nordeste, ocupado pelo holandês.

Raposo e seus minguados companheiros, teriam feito toda a campanha com o Conde da Torre, tomando parte na batalha de Cunhaú, ao longo da costa paraibana, a qual durou 3 dias, indo com os destroços da esquadra luso-espanhola, até ao Cabo S. Roque.

Daí até Salvador, na Baía, Raposo teria efetuado a famosa retirada através de 1.500 quilômetros em territorio ocupado pelo inimigo.

Em 1641, Raposo, de novo em S. Paulo, tomou parte na aclamação de D. João IV. Fenômeno pouco explicavel este, porque não havia motivos para que os paulistas se aferrassem a uma personagem que lhes era extranha e que não se recomendava pelos seus dotes pessoais sem embargo dos esforços de Rodrigues Cavalheiro em reabilitá-lo, ou pelo passado da casa dos Bragança, sempre timorata, sempre tibia⁽²⁸¹⁾ ante os Habsburgo espanhóis e não se tendo identificado com a velha esperança lusa pelo reaparecimento do Desejado, todo envolto na mística sebastiniânica dos Bandarra, dos sapateiros de Troncoso, etc.

(281) Se D. João IV, o novo rei aclamado e chefe da casa de Bragança não era um imbecil, entretanto ele não possuia dotes que o fizessem acima da normalidade, para ser expoente de uma admiração qualquer.

Depois disso o nome de Raposo não é encontrado no evoluir do burgo paulistânico, até o ano de 1640, quando o grande bandeirante parte de S. Paulo, ou antes, de sua fazendola em Quitauna, para a sua peregrinação pelos Andes de Castela, indo sair em 1651 em Gurupá, na foz do rio mar. De volta a S. Paulo, nesse ano de 1651, nunca mais se têm notícias do homeriada gigante, que realizou o maior empreendimento de devassamento de terras, superando em quilometragem a de qualquer "conquistador" espanhol e trazendo para a comunidade portuguesa na América um imenso trato de terras.

Foi Raposo Tavares o maior bandeirante de todos os tempos. Em livro que tenho no prélo sobre esse sertanista, eu sou mais minucioso.

CAPITULO XLVI

LUIZ PEDROSO DE BARROS (282). (283), (284), (285), (286)

Este vulto importante no bandeirismo, era filho do Capitão Pedro Vaz de Barros, algarviano vindo nos últimos anos do quinhentismo, bandeirante que se havia salientado na caça ao amerindio, e de D. Luzia Leme, paulista, filha de Fernão Dias Pais e de D. Leonor Leme, portugueses vindos nos primeiros anos do quinhentismo, e tia do grande sertanista Fernão Dias Pais, o moço, o "caçador de esmeraldas".

Luiz Pedroso passou a sua vida em S. Paulo, tendo nascido aproximadamente, entre 1608 a 1610, sendo mais ou menos contemporaneo de Fernão Dias.

Não encontrei o nome deste insigne paulista, em qualquer empreendimento de preamento de índios ou de qualquer outra natureza na historia de São Paulo, nessa primeira me-

(282) Essa extraordinaria coincidência, até hoje, não foi observada pelos nossos intellectuais porque estes não se preocupam com o passado planaltino. O Bandeirismo, ainda é tão desconhecido, nas outras regiões brasileiras, que um membro da Academia Brasileira de Letras, não sabe que se não fosse o apresamento, não teria sido possível o açúcar da opulenta Baía e do rebrilhante nordeste!

É que a esses escritores, pessimos historiadores, o brilhante fardão da Academia não serve de tunica protetora contra a paixão dos cronistas parciais da Companhia de Jesus.

Alem disso, a vesguice imposta por um evidente espirito preconcebido, obriga a um juizo falho sobre o nosso passado.

(283) A prova desse pouco apego do planalto ao espirito de lusitanidade é que em São Paulo, havia numeroso grupo de individuos representativos do quanto era aí evoluído o espirito nacionalista, que teve no planalto paulista a sua primeira manifestação em

tade do século seiscentista. Assim, por exemplo, não se vê o nome de Luiz Pedroso tomar parte na destruição de Guairá, na conquista de Tape ou do Uruguai. Nada existe a respeito da participação de Luiz Pedroso nos sucessos de M'Bororé, na aclamação de Amador Bueno ou na de D. João IV.

A primeira vez que Pedroso aparece, não é como preador de índios, tendo ele permanecido ausente nas nominatas de bandeirantes, na primeira metade do século XVII. Temos, de então, um grande número de relações de nomes, as quais foram tiradas, não só dos queixumes dos jesuitas como dos documentos municipais paulistas publicados por determinação nunca assaz louvada do benemérito Washington Luis.

Em nenhuma dessas nominatas encontramos o nome de Luiz Pedroso, o que é deveras estranhavel! Em nenhuma peça documental encontramos o menor indício da participa-

terras americanas com a magnifica aclamação de Amador Bueno.

(284) A expedição de 1628-29, que destruiu as reduções do Tibagy no Guairá, era composta de 900 brancos e mamelucos, além de varios milhares de índios ("*Relacton de los Agrabios*").

A. de Nicoláu Barreto, no começo do seculo, tambem era composta de varias centenas de brancos e mamelucos com varios milhares de índios.

(285) Pedro Taques é um maravilhoso luzeiro, que ilumina o nosso passado. Eu sou um profundo e fervoroso admirador desse finhagista, que com Silva Leme, e contemporaneamente com Taunay, forma o conjuncto magno dos Prometheus, que infundiram vida e alma ao corpo paulista, graças aos sopros vivificantes dos seus preciosos ensinamentos.

Mas, apesar de tudo, Pedro Taques era falivel, ele sendo humano e o que ele ensina, nem sempre é incontestavel. Ele errou muito e as suas afirmações em matéria de história só merecem fé, quando são documentadas. Ele foi um simples registrador de lendas.

(286) O milesimo, a propósito da morte de Luiz Pedroso fixado por Taques, é obedecido por muitos autores.

Outros, entretanto, preferem, com Antonio Piza, ("*Revista do Inst. Hist. de S. Paulo*", IV, 8) e Azevedo Marques, fixá-lo em 1660.

ção desse magnífico vulto de primeira grandeza do bandeirismo, o que é verdadeiramente inexplicável!

O famoso combate de M'Bororé, travado em 1641, foi entre uma bandeira paulista chefiada por Jerônimo Pedroso de Barros, irmão de Luiz Pedroso, e os jesuitas e índios do Rio Grande do Sul, (Ellis, "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano"; Taunay; "Historia Geral das Bandeiras Paulistas"; Padre Carlos Teschauer, "Historia do Rio Grande do Sul").

Constitue essa verdade a minha mais valiosa pesquisa nos documentos de publicação oficial, tendo pressentido, com antecipação de muito tempo, uma asserção que depois foi confirmada pelas pesquisas de meu eminente mestre e muito amigo Professor Taunay, em documentação castelhana e jesuitica. Pois apesar de Luiz ter, nessa ocasião, cerca de 21 a 23 anos, nada nos diz ter ele feito parte da bandeira de seu valente irmão. A sua coparticipação nesse fulgurante ato de audacia e de bravura da gente desta terra, em selváticas regiões, distantes mais 2.000 quilômetros do planalto, é possível e mesmo provável, mas nada há de seguro, por enquanto.

Em 1639, Salvador Correia de Sá e Benevides empenhava-se, grandemente, pela organização de um corpo de auxilio a restauração do Nordeste, em poder dos flamengos, e fazia esforços no sentido de conseguir um grande numero de expedicionarios em socorro da armada do Conde da Torre que se encontrava na cidade do Salvador em condições de deficiencia em infantaria.

Os esforços de Salvador Correia de Sá e Benevides, entretanto, não foram coroados de grandes sucessos. E' que não convinha as colonias do Sul, isto é, do Rio de Janeiro para o Sul, essas que se empenhavam na caça aos selvagens ameríndios, uma restauração lusa, no nordeste, que viesse privá-los do monopolio do fornecimento de braços para a lavoura açucareira, a qual absorvia milhares de novos es-

cravos, pdr ano (Roberto Simonsen, "Historia Econômica do Brasil").

Essa verdade mais se manifesta se verificarmos que foi durante a ocupação holandesa, no Nordeste açucareiro, que mais bravia, violenta e intensa, foi a caça ao amerindio, o apresamento de escravos vermelhos e o assalto às terras castelhanas.

E' que o mercado de escravos estava livre da concorrência africana e com o monopólio dos fornecimentos de braços para a lavoura de açúcar, os preços dos escravos índios eram altamente convidativos.

Quando, entretanto, a guerra anglo-holandesa teve início, nos meados do seiscentismo, com Cromwell, Blake, Monk, Van Ruyter, Van Tromp, etc., privando os flamengos da hegemonia dos mares, o tráfico de escravos africanos foi reiniciado para os domínios portugueses, os quais foram livrados da intrusão flamenga.

Então, o monopólio do fornecimento de escravos, para a lavoura da cana, deixou de existir para os preadores de ameríndios e o bandeirismo de caça ao selvagem se não teve termo, entretanto, sofreu um golpe forte e entrou em positivo declínio.

Teria sido por isso que não tiveram grande eco, em S. Paulo, os apelos de Salvador Correia de Sá, no sentido de organizar, aí, forte corpo armado.

De fato, Carvalho Franco, no seu magnífico "Bandeiras e Bandeirantes", mostra a fraqueza dos contingentes levantados, no planalto paulista, para auxiliar a restauração lusa no nordeste, ocupado pelo flamengo.

O planaltino, sem embargo da sua religião católica extremada, da sua origem lusa, etc., não tinha desejos que essa restauração se fizesse. A melhor manifestação da veracidade do raciocínio, acima exposto, é o descaso e a indiferença visíveis pelo que se empenhava o lusitanófilo Salvador Correia de Sá. E' que o planalto paulista já tinha

muito pouco apego ao espírito de lusitanidade, para olvidar seus interesses econômicos próprios, os quais não eram os mesmos que os de Portugal. Esse aspecto da historia patria ainda permanece virgem de ser encarado, mas o cientista tem obrigação de colocar a elucidação da verdade, acima de qualquer outra consideração. A sinceridade e a verdade devem constituir objetivo de quem se empenha em rebuscar o passado.

Muito pouca gente foi levantada por Salvador Correia para levar a efeito o socorro à esquadra do Conde da Torre. Nem se diga que o pequeno valor demográfico do planalto não permitia que fosse organizado auxilio de maior vulto. Haja vista o número de componentes das numerosas bandeiras paulistas que talavam o Guairá, o Pape, o Uruguai, etc. (Carlos Teschauer "Historia do Rio Grande do Sul"; Taunay, "Historia Geral"; Padre Jaeger, "Invasões Bandeirantes no Rio Grande"). Existe um maravilhoso trabalho de Aurelio Porto sobre as missões orientais, que confirma o que eu digo. Infelizmente ainda não o examinei.

As expedições paulistas saíam, em demanda aos sertões sulinos, com cerca de varias centenas de brancos e mamelucos, comandando 2, 3, a 4 mil indios.

Isso torna mesquinho o auxilio planaltino ao Nordeste ocupado pelo batavo, o qual era de cerca de 22 brancos e mamelucos e 50 indios (Carvalho Franco, loc. cit.).

Neste se alistou Luiz Pedroso de Barros juntamente com seu irmão Valentim (Silva Leme, "Genealogia Paulistana" apud Taques, "Nobiliarchia").

Não temos segurança plena de haver o herói paulista tomado parte em todas as desventuras que affligiram a esquadra do titular da Torre. E' provavel que Luiz Pedroso tenha feito parte da tripulação da esquadra maltratada e dispersada nos combates de Cunhaú, ao longo da costa paraihana, em janeiro de 1640. Tambem acho provavel Luiz Pedroso ter sido desembarcado na praia de Touros, na ponta

de São Roque, e tomado parte na famosa retirada de Luiz Barbalho até Salvador, na Baía, onde o herói paulista se teria demorado, aí se casando com D. Leonor de Siqueira Gois de Araujo.

Talvez, por esse motivo, Luiz Pedroso não tomou parte na refrega de M'Bororé, ocorrida quando o bandeirante paulista ainda se achava na Baía, o mesmo acontecendo quanto à aclamação de Amador Bueno. De fato, havendo esses eventos tido lugar em 1641, Luiz Pedroso ainda estaria na Baía e não poderia, simultaneamente, estar bandeirando no Rio Grande e aclamando Amador Bueno, em S. Paulo.

Não sei exatamente quando Luiz Pedroso voltou ao planalto. Penso, porém, que o tenha feito, já casado, entre 1645 e 1650.

A outra expedição que se inscreve no ativo do grande batalhador paulista é a em que ele foi até os Andes morrer às mãos dos "serranos", os quais supõe-se, geralmente tivessem sido ameríndios, da estirpe incaica, em terras castelhanas da atual Bolívia. Quanto à data em que tenha havido lugar essa expedição, todos os historiadores, baseados em Pedro Taques, afirmam que foi em 1662 (Basilio de Magalhães, loc. cit.). Eu, entretanto, pesquisando nos documentos de publicação oficial, encontrei que Luiz Pedroso, desde 1656, se ausentou de São Paulo, não mais voltando à região.

Já teria ele partido para a sua peregrinação mortal por terras castelhanas?

Que foi ele fazer, tão longe, entre os "serranos"?

Teria Pedro Taques se enganado na data da morte de Luiz Pedroso? Pedro Taques errou muito!

Deveremos incluir mais este pequeno descuido do linha-gista, na lista dos seus manifestos cochilos? Não sei em que documento se estriba Taques, para afirmar ter sido, em

1662, a morte de Luiz Pedroso ou será isso, apenas, uma asserção, fruto de sua autoridade?

Eu tenho a minha tese de que Luiz Pedroso estava ausente de São Paulo, desde 1656, alicerçada em documentação (Ellis, "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano").

Que teria ido fazer na região andina o bandeirante audaz?

Nessa época já estariam esgotados os celeiros de escravos indios, das proximidades planaltinas. O Guairá seria um montão de ruínas, o mesmo seria o Tape ou o Uruguai. O sul de Mato Grosso, desde 1648, que não era atacado, (Padre Iager, "Invasões Bandeirantes no Rio Grande do Sul").

Talvez, tivesse Luiz buscado, nesse fundo sertanejo alguma miragem aurífera.

Raposo Tavares, quando realizou a sua famosa entrada, terminada em Gurupá, a qual teria durado três anos, foi em pesquisas auríferas (Ellis, "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano").

Seja, porem, como for, a verdade é que, desde 1656, não mais se teve noticias de Luiz Pedroso em São Paulo.

CAPITULO XLVII

AINDA A GOVERNANÇA GERAL (287), (288), (289), (290), (291), (292), (293), (294), (295)

A tomada da Baía faz com que o Governador Geral, D. Diogo de Mendonça Furtado, tivesse em 1624 um termo ao seu período. Com a reação hispano-luso-brasileira o Governador deveria ser Matias de Albuquerque, o qual mandou de Pernambuco, que por si assumisse a Governança o velho Nunes Marinho, que não era o homem talhado para aquela situação, que estava a exigir alguém mais jovem, mais

(287) Calogeras no seu "*Politica Exterior do Imperio*", I, fornece preciosos ensinamentos sobre isso.

(288) Com isso, estou na firme crença de que a reação contra os intruzos flamengos foi cousa dos nordestinos, pois os combatentes Braganças e os da fraquíssima metropole lisboeta, sob a ação da politica cocaïnizante do Padre Vieira, só mais tarde engrossaram essa reação já vitoriosa.

Esse procedimento varonil dos nordestinos manifestava com evidência um espirito da terra americana, já bem concretizado. V. Calogeras, "*Politica Exterior do Imperio*", I.

(289) Não havia, ainda um solido laço cultural. Não havia ainda uma literatura comum. Não existia ainda uma alma comum, fundida em sentimentos comuns que estreitasse as regiões brasileiras.

(290) Eu tenho a nitida impressão de que a America portuguesa se limitava às regiões ao norte da Baía. O Sul da parte sedial do Brasil, era um apendice colonial absolutamente sem a menor importancia. S. Vicente, sem fonte de riqueza e sem demografia, isolada como se achava da metropole, teria sido alvo do mais completo despreso.

(291) Tenho a impressão de que um espirito nacional, só adquire rigidez, se cimentado com sangue generoso de heroes e de martyres, que formam os pilares graniticos de uma nacionalidade, estabelecendo uma tradição comum, uma gloria luminosa, na qual todos confundem as suas preces e as suas homenagens, etc.,

enérgico e mais disposto, que se pudesse emparelhar com a atividade dinâmica do Bispo D. Marcos Teixeira. Nunes Marinho não resistiu ao que dele pediam suas funções e antes que o ano terminasse, faleceu. Substituiu-o Francisco de Moura ainda por delegação de Matias de Albuquerque. A governação de Moura teve lugar em 1625 e terminou com a chegada de Diogo Luiz de Oliveira que governou o largo tempo de 1626 a 1635, quando foi nomeado Pedro da Silva que governou até 1639, quando foi substituído pelo famoso Conde da Torre, D. Fernando de Mascarenhas, que veio em 1639 com um corpo bélico numeroso destinado a expulsar o flamengo. Foi um dos únicos esforços feitos pelos espa-

O Nordeste açucareiro estabeleceu isso de maneira irretorquível e nesse capítulo fundiu-se o seu pujante nacionalismo nos fulgurantes episódios das guerras holandesas.

(292) Talvez a Mantiqueira marcasse, com a sua sinuosa crista, os limites sulinos do Brasil português, mesmo porque a capitania vicentina, com o seu planalto paulista, sem valor economico, sem importancia demografica, sem vulto intelectual e portanto sem projecção politica, estava em completo isolamento, em absoluto olvido e não contava na nação portuguesa.

(293) Não havia em S. Vicente fonte de renda. Na primeira metade do século XVII, ainda havia o apresamento então no auge, com a sua consequente exportação do escravo indio para o Nordeste. Na segunda parte do século, o apresamento em declínio, completava-se com seu pastoreio, exercitado longe do planalto, e por conseguinte sendo os seus proventos applicados in loco, não oferecia vantagens aos paulistas.

Alem disso, sabe-se que o pastoreio não é motivo economico que intensivamente determine grande fonte de riqueza. Pelo contrario!

É certo havia, então, uma certa exportação de generos alimenticios paulistas, para o Prata. Os documentos espanhois nos esclarecem algo sobre isso. Essa exportação, principalmente da marmelada, teria sido minima e não teria causado nada.

(294) A fecundidade do paulista das primeiras éras, se fazia notar. (Ellis. "*Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*", Cia. Editora Nacional, serie Brasillana).

(295) A inferioridade economica de S. Vicente, ainda persistiu durante o seiscentismo, pois em 1662, ao se fazer a distribuição do

nhóis no sentido de libertar o Brasil da intrusão flamenga. E' de admirar, sem dúvida, que os de Madri tenham resolvido fazer esse esforço, em se tendo em consideração que nessa época estava a Espanha empenhada na Guerra dos 30 anos, quando a França de Richelieu resolveu atirar sua espada na balança. Então a Espanha de Felipe IV concentrava suas forças para remover as heresias da Europa. Eis que essa potencia da catholicidade, destaca uma parte de suas forças para libertar uma colonia de povoamento, que só era sua porque Portugal eventualmente lhe fora subordinado!

Mas o conde da Torre não se mostrava merecedor do nivel a que fora guindado, pois malbaratou esse importante auxilio bélico, não tendo agido como homem de guerra, fazendo-se derrotar nos combates de Cunhaú, ao longo da costa da Paraíba, a seguir ao que efetua desembarque na

pagamento do dote da inf. D. Catharina e da paz da Holanda, ficou assim estatuido a respeito da contribuição anual: (Capistrano de Abreu, "*Ensaio e Estudos*", 2.^a serie, 138):

*Crusados
anuais*

Baía (17 ½ vezes mais que S. Vicente)	70.000
Pernambuco } (7 ½ vezes mais que S. Vicente)	30.000
Itamaracá }	
Parahyba }	
Rio de Janeiro (6 ½ vezes mais que S. Vicente)	26.000
S. Vicente	4.000
Ilhéos }	
Porto Seguro } quebras.	
Espirito Santo }	

Total (32 ½ vezes mais que S. Vicente) 130.000

Esses algarismos refletem, sem duvida a importancia de cada região.

Taunay, em "*Historia seiscent. da Villa de S. Paulo*", III, 219, fornece amplos e brilhantes comentarios, mostrando como, mesmo esse quinhão com o qual fora contemplada a Capitania vicentina, fora arrecadado difficilmente, devido a pobreza da terra.

enseada dos Touros, no Cabo S. Roque, no Rio Grande do Norte, ao invés de libertar o Nordeste dos batavos, assaltando o Recife. E' verdade que os homens de guerra, espanhóis, dessa primeira metade do seiscentismo, se mostraram de uma tal incompetencia que salta aos olhos, pois em batalhas em que entraram com imensa superioridade numérica saíram fragorosamente derrotados.

Haja visto que sucedia nesse' mesmo ano de 1639 na Europa, quando o famoso almirante Oquendo era estrondosamente derrotado pela esquadra de Tromp na batalha das Dunas.

Talvez em razão de sua derrota em Cunhaú, ao longo da costa paraibana, o Conde da Torre foi logo substituído pelo Marquês de Montalvão, D. Jorge de Mascarenhas, o mesmo que aderindo ao novo estado de cousas, fez com que o Brasil aceitasse a restauração portuguesa.

Que não se diga que isso não teve consequências! Imagine-se que o Brasil não tivesse aderido à causa do Duque de Bragança! Se não tivesse, naturalmente, o Brasil teria sido uma possessão espanhola e consequentemente a independencia política do mais vasto país sul americano teria sido antecipada, como anteriores foram as separações dos nucleos hispano-americanos.

Dom Jorge de Mascarenhas governou até 1642, quando foi substituído por Antonio Teles da Silva, cujo período foi, desde essa data até 1647, eivado das tergiversações em torno do famoso "papel forte" do padre Antonio Vieira, política de contemplações e amizades com a Holanda.

Os canhões de Van Schkoppe, troando em 1647 contra Salvador, tiraram Teles da Silva desse torpor, tão pernicioso aos insurretos que lutavam sozinhos contra o intruso flamengo. Parece que data de então o apoio que a governança luso-brasileira deu à causa sagrada dos que se haviam erguido contra os soldados holandeses e já haviam vencido os invasores herejes na batalha das Tabocas, no combate da

Casa Forte, etc. Foi esse Governador que apelou para o Sul, no sentido dessa parte brasileira enviar um auxilio ao Norte devastado pelo batavo.

Teles da Silva estava impressionado com a ameaça de Sigismundo Van Schkoppe postado na ilha de Itaparica, deante da cidade do Salvador.

Esse apelo foi ouvido pelo planalto que designou para chefiar esse auxilio, Antonio Pereira de Azevedo. (Basilio de Magalhães, "Expansão Geográfica", Editora Nacional, Serie Brasileira). Pouquissimo se sabe a respeito desse auxilio de Pereira de Azevedo. Até agora, era do consenso unânime que ele teve lugar. Pedro Taques isso estabelece e ninguem disso divergiu, depois do linhagista, que vem servindo de matriz-original, para todos os copiadores de cousas fartamente sabidas. Graças às pesquisas que realizei nos arquivos documentais seiscentistas, publicados pela supervisão de estadista magno de grande homem público que é Washington Luis, encontrei Pereira de Azevedo realizando outro feito em época em que deveria estar na Baía à frente do auxilio paulista, seguindo direção exatamente oposta à da Baía de modo a excluir uma ação dele nessa região brasileira. (Ellis; "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano", 213; Cia. Editora Nacional, Serie Brasileira). Aliás, as desditas que sofria o Norte brasileiro, com a invasão flamenga, não ecoavam enternecedoramente na alma do habitante do Sul brasileiro, de modo a despertar nele um interesse qualquer pela sorte dos que sustentavam no Norte o padrão luso-brasileiro e a doutrinação católica.

Tenho a impressão de que o Sul não fazia grande empenho em que o Norte permanecesse a comungar na lusitanidade. Tudo quanto tenho apurado a respeito dessa questão é que havia um laço único a prender esse opulento Norte açucareiro ao Sul miseravel, além do idioma comum; era a identidade de religião. Ambas essas partes da comunidade luso-brasileira rezavam pela mesma cartilha religiosa.

Por outro lado a economia não participava dessa identidade. A parte em que a economia fazia com que o Norte se prendesse fortemente ao Sul, era que esse opulento Norte agrícola, oferecia mercado de consumo à mercadoria-braço-escravo-indio, que o Sul produzia. A recíproca desse axioma é verdadeira, porque o Sul oferecia mercado de consumo às mercadorias agrícolas produzidas pelo Norte. Mas convinha ao Sul, apresador, que o holandês tivesse dominio sobre os mares, porque impedia ou ao menos dificultava o tráfico de escravos africanos. Com isso o Sul ficava com o monopólio, servindo-se de um magnífico mercado de consumo de escravo amerindio, sem a concorrência do africano.

Com isso o cimento que prendia o Sul e o Norte da comunidade luso-brasileira, não era muito sólido. O Sul vivia isolado em suas agruras geográficas e na sua pobreza a descer gentio. O Norte, muito mais lusitanizado, com um intercambio muito mais ameadado e serrado com a metrópole, não tinha o menor interesse pelas colonias sulinas. Estas vegetavam na miséria dos abandonados! As relações político-sociais e econômicas, entre essas partes, não faziam pelos seus moldes franzinos, engrossar o elo de solidariedade.

Dai a explicação lógica, clara e absoluta de porque o Sul não se preocupou mais com os tormentos que a ocupação báltava trazia sobre o opulento e o densamente povoado Norte. Só nos ensinam os documentos e os cronistas que tres teriam sido as noticias de expedições que o Sul teria enviado ao Norte contra o flamengo. A de 1625, a de 1639 e a de 1647. Esta, poderia se ter realizado! Tenho porem as minhas dúvidas! (Tese de concurso — Ellis — Boletim n.º 9, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras). Acredito que ela não teve lugar.

Mas em qualquer hipótese, vê-se o pequeno interesse dos sulistas na restauração do Nordeste à lusitanidade.

Depois de Antonio Teles da Silva, cujo Governo teve termo em 1647, foi Governador Geral Antonio de Sousa Menezes, Visconde de Vilapouca de Aguiar, que foi o supremo diretor da nova politica de definição e hostilidade aos holandeses, tendo tomado manifestamente o partido dos valentes insurretos pernambucanos, que já haviam ganho as duas batalhas dos Guararapes, glorias, sem dúvida, de um agregado humano que formava em contacto íntimo com o sangue, um pujante espirito de nacionalismo, que vibrava em paralelo com o clangor metálico dos bélicos clarins.

O Visconde de Vilapouca de Aguiar, em 1650, deixou a governança, sendo substituído por João Rodrigues de Vasconcelos, o Conde de Castel-Melhor, que viu a expulsão dos flamengos do solo brasileiro, pois esse titular, de quem tanto se falou no reinado de D. Afonso VI, o filho e herdeiro de D. João IV, que ainda reinava em Portugal, governou até 1654, quando foi nomeado para exercer a Governança Geral no Brasil, Jerônimo de Ataíde, Conde Atouguia. Foi durante o período governamental deste último titular que se deu o falecimento de D. João IV, em 1656.

Governou Atouguia até 1657, quando foi nomeado para a governança geral, Francisco Barreto de Menezes, o hirsuto general que com mão de mestre conduziu à vitória os insurretos nordestinos, que lograram atingir o seu objetivo na rendição da campina da Taborda.

Até 1662 governou o valente general, chefe dos insurretos, na sublime campanha restauradora. Nessa data terminou ele a sua missão, tendo-lhe sucedido D. Vasco de Mascarenhas, Conde de Obidos, que empunhou a Governança até 1667, a seguir a quem veio Alexandre de Sousa Freire que governou até 1671. Então foi nomeado Afonso Furtado da Costa do Rio e Mendonça que dirigiu as colonias unidas, até o ano de 1678, quando, naturalmente obedecendo aos mesmos motivos que no século anterior, foi novamente o Brasil dividido em dois Governos, ficando o Norte com sede em Salvador. Deveria ser Governador desta parte

Roque Barreto. O Sul, com sede no Rio de Janeiro, teve como Governador D. Manoel Lobo. Foi este estadista que em 1680 se pôs a frente do movimento de expansão da lusitanidade, tentando levá-la até o Prata, com a fundação da famosa Colonia do Sacramento, com o auxilio paulista, deste se destacando o grande bandeirante Braz Rodrigues de Arzam, que já se havia ilustrado nos sertões da Baía com Estevão Baião Parente. Fundou Manoel Lobo a Colonia Sacramento, mas o fez diante de Buenos Aires, de modo que logo os espanhóis perceberam. D. José de Garro com a imensa superioridade numérica e de recursos de varias naturezas conseguiu tomar a nova colonia estabelecida na foz do Prata por D. Manoel Lobo. Nem se diga que o Governador do Sul brasileiro teve uma iniciativa inutil. A sentinela avançada do espirito luso tinha por certo que ficar exposta; diante da sede adversaria, a milhares de quilômetros do Rio de Janeiro, frente a uma superioridade numérica esmagadora e a recursos bélicos de toda a natureza, proprios de um partido que tem a sua base de operações nas proximidades e a toda a furia do espanhol disposto a não permitir que o português se instalasse nas margens do Prata.

Se a tentativa de Manoel Lobo não fosse realizada e a bandeira das quinas não se fosse refletir nas aguas barrentas do Prata, é possível que a expansão lusa não chegasse a tal extremo no Sul e que os territorios espanhóis caminhassem muito para o Norte.

No ano de 1682, de novo foi o Brasil reunido em uma só Governança sob as diretrizes de Antonio de Sousa Menezes, que governou até 1684, sendo a seguir nomeado Luiz Antonio Teles de Menezes que foi o chefe do Governo durante o período de 1684, a 1687. Matias da Cunha foi o seu sucessor de 1687 a 1690. A seguir tivemos Antonio Luiz da Camara Coutinho, de 1690 a 1694.

O planalto paulista, durante todos esses períodos, vegetava na pobreza. O seu único aumento era o vegetativo, isto é, a população aumentava demograficamente, unicamente pelo natural excesso dos nascimentos sobre os óbitos, em os mesmos troncos do início do seiscentismo, que com as novas gerações viam a sua população crescer. Era um crescimento introspectivo, de dentro para fora. A outra fonte de aumento, isto é, a de fora para dentro, a resultante da diferença entre a imigração e a emigração, não havia. Para que a corrente imigratoria se encaminhe para uma região, é necessario que haja uma fonte de riqueza qualquer a atraí-la. Eis o açúcar no Norte a chamar a imigração lusa, a africana e a ameríndia, a condensar nessa região, então privilegiada, varios focos de grande concentração humana! Eis o ouro, mais tarde a fazer ingressar, nas Gerais, grandes massas humanas das estirpes, lusa, africana e mameluca! Eis o café, ainda mais tarde, a puxar mais para o Sul o centro demográfico do país, atraindo a imigração dos Estados do Norte, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, e de Alem-mar! E' sempre o motivo econômico a determinar as causas demográficas ou antes é a demografia de uma região a ser sempre regulada pela economia. Ninguém viria para Piratininga, tendo, diante de si, a região açucareira do Norte! E' certo que a produção açucareira, então, já não determinava no Norte a euforia econômica de antes, mas mesmo assim e graças à capitalização dos lucros que proporcionavam nessa região um tal conforto, era ela a preferida pelos que tinham de emigrar do Reino. Daí o grande adensamento demográfico no Norte, enquanto que na região paulista imperava, senão o deserto, ao menos nucleos de população que eram em regra 17 vezes menores que os da Baía e 7 vezes menores que os de Pernambuco (296).

(296) A inferioridade econômica de S. Vicente ainda persistiu durante o seiscentismo, pois em 1662, ao se fazer a distribuição do pagamento do dote da infanta D. Catarina, e da paz da Holanda,

Eis que, em 1694, termina o seu Governo Antonio Luiz da Camara Coutinho.

Parece mesmo que já haviam sido encontrados socavões auríferos do outro lado da Mantiqueira.

Uma grande infelicidade econômica ameaçava as colônias do Norte brasileiro. Havia sombra soturna sobre o açúcar que era a base econômica da região. Parece que os judeus holandeses haviam levado para a América espanhola o segredo do preparo do açúcar!

Seja porem como for. A verdade é que a América espanhola, tendo esgotado ou diminuído os seus recursos mineralógicos, recorria à agricultura da cana e ao fabrico do açúcar e com isso determinava forte concorrência aos nordestas brasileiros, que antes tinham o monopólio açucareiro. Daí sobreveio uma diminuição de lucros nos que exploravam a industria agrícola do açúcar e uma ameaça de peores dias para essa opulenta e densamente povoada região.

Eis que por felicidade de Portugal e do Brasil, era o ouro descoberto, manifestado e minerado nas Gerais.

ficou estatuido, a respeito de contribuição anual: (Capistrano de Abreu, "Ensaio e Estudos", 2.^a serie, 138):

Baía (17 ½ vezes mais que S. Vicente) 70.000 cruzados anuais.

Pernambuco Paraíba Itamaracá	} (7 ½ vezes mais que S. Vicente).	{ 30.000 cruzados anuais.
------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------

Rio de Janeiro	} (6 vezes mais que S. Vicente).	{ 26.000 cruzados anuais.
----------------	-------------------------------------	---------------------------

S. Vicente — 4.000 cruzados anuais.

Ilhéus Porto Seguro Espírito Santo	} quebras.
--	------------

Esses algarismos refletem, sem dúvida, a importancia de cada região.

Ocorreu esse magnífico acontecimento no período Governamental de D. João de Lancastre, o qual teve lugar de 1694 a 1702.

O verdadeiro descobrimento do ouro, consagrado oficialmente, foi o realizado em 1694 por Antonio Rodrigues de Arzam e depois continuado por seu concunhado Bartolomeu Bueno de Siqueira (Basilio de Magalhães loc. cit.).

CAPITULO XLVIII

ACLAMAÇÃO DE AMADOR BUENO (297), (298)

Está-me parecendo evidente que em S. Paulo existia um grupo bem radicado à terra. Taunay nos fornece os documentos que alicerçam isso. Em livro à parte, que tenho pronto, analiso isso com mais minucias.

Era que, o planaltino se havia divorciado do lusitano. Que o espírito da patria portuguesa permanecesse vivo em Portugal e mesmo nas colonias do Norte, para onde, graças à prosperidade econômica, afluíam elementos portugueses, eu posso compreender. Era, na metrópole, extraordinariamente rijo, o espírito de lusitanidade! A Espanha não lograra absorvê-lo, não obstante os sessenta anos de dominio, em que as mãos pesadas de Filipe II, do Duque d'Alba, do Conde Duque de Olivares, da Duquesa de Mantua, de Miguel de Vasconcelos e de outros caíram sobre Portugal, nesse lapso de tempo, em que 2 ou 3 gerações foram vividas. E' que o espírito da lusitanidade era de consistencia metálica, endurecido em cerca de 5 séculos de independencia, em que as vidas maravilhosas de Afonso Henriques, do Mestre de Aviz se iluminavam aos clarões de S. Mamede, de Ourique, de Atoleiros, de Aljubarrota, de Alfarrobeiras ou plangiam as desgraças de Toro, etc.

Aquele átomo de terra, jungido e imprensado ao flanco ocidental de Castela, parecia de coesão cristalina ou meta-

(297) Eu sou absolutamente insuspeito em falar de Amador Bueno, de forma pela qual o faço, por que sou dele descendente em linha reta, tanto pelo meu lado paterno, como pelo materno (Silva Leme, *Genealogia Paulistana*”).

(298) Taunay, “*Revista Inst. Hist. S. Paulo*”, v. 40, 19.

mórfica e timbrava em não ser deglutido. Mas o mesmo não sucedia à região vicentina do planalto, que se não perdera todo o amor à velha patria de Camões, foi unicamente porque esta vertia incessantemente para cá o filete immigratorio. Só os reinóis lusos poderiam alimentar esse saudosismo impenitente, que esperava uma resurreição do reino que D. Sebastião afundara enovelado nos areais simunicos do Mogreb.

Aqui na paupérrima colonia vicentina do planalto, acontecia ao par desse fenômeno de saudosismo, alimentado pelo diminuto filtrar de gente lusa, um outro diametralmente oposto que corria em paralelo. Os lusitanos, para aqui vindos no inicio quinhentista uniram-se às indias, sucedendo-lhes uma geração de mamelucos, os quais eram jacobinos e exaltadamente contra os portuguezes, aos quais, mesmo o idioma guaraní, haviam imposto. Aquí, a lingua falada, durante os dois primeiros séculos, foi o guaraní, que só cedeu lugar ao portuguez quando o ouro das minas atraiu maior imigração reinol.

Aqui, era grande o elemento espanhol, o flamengo e os que, não de estirpe portuguesa, de modo que com facilidade era dissolvido o espirito luso. Formava-se com isto e com o isolamento em que se conservava o planalto, uma atmosfera propria, que revelava um alto espirito de independencia. Eis a famosa carta de D. João de Lancastre ao rei D. Pedro II, já citada por mim em outro tópico deste trabalho ("Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo", vol. V, 295; — Basilio de Magalhães, "Expansão Geográfica", 170; Serie Brasiliana, Cia. Editora Nacional).

Eis o relato de Froger, no seu "*Relation d'un voyage fait en 1695, 1696 et 1697 aux Cotes d'Afrique, Detroit de Magellan, Brezil, Cayenne, Isles Antilles, par une Escadre des Vaisseaux du Roy, commandé par Monsieur de Gennez!*" (Basilio de Magalhães. loc. cit. 169). Eis o que diz a carta:

"Cette Ville (Saint Paul) qui est a dix lieues dans les terres tire son origine d'un assemblage de brigans de toutes Nations, qui peu à peu y ont formé une Grande Ville, et une espèce de Republique on ils se font une loy de ne point reconnaitre le Gouverneur. Ils y sont enfermez par des hautes montagnes, et on ne peut ni y entrer, ni en sortir que par defilé, qu'ils gardents de peur d'être surpris par les Indiens, avec qui ils sont presque toujours en guerre..."

Com êsse testemunho pois se comprova a minha asserção, que acima deixei marcada, (299), (300), (301).

O paulista não tinha o menor apêgo à lusitanidade. Esta se não havia sido assimilada pela Espanha, no decurso de 60 anos de domínio espanhól, não tinha grandes interesses entre os paulistas, fazendo com que uma mentalidade lusa neles fosse propagada.

Com isso, não era com grande anseio que os paulistas acompanhavam o evoluir dos sucessos peninsulares. Lá, sabemos como tudo se passou. A Espanha estava empolgada pela guerra dos 30 anos e não podia prestar atenção aos negocios peninsulares. Houve a revolta da Catalunha na face oriental da Peninsula. Com isso, diante de todas essas cir-

(299) "Só no fim do seculo XVII", diz o emerito historiador e cultissimo estadista Washington Luis, "S. Paulo fez parte dos domínios portugueses" ("*Capitania de S. Paulo*").

O espirito de independencia do país, atestado pelos documentos da epoca (Taunay, "*Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo*") só desapareceu quando o ouro das Gerais fez com que Portugal prestasse mais atenção ao, até então, desvalioso planalto.

(300) Froger, cujo depoimento eu citei, como se vê do ano e do seu trabalho foi um viajante que viu o quadro brasileiro no fim do seiscentismo e nos transmite o seu precioso testemunho.

(301) A estirpe de D. Antonio representava esse espirito no assalto a Guairá, em 1628, houve com a gente do bandeirante Rendon de Quevedo, qualquer cousa nesse sentido (Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras*", v. II).

cunståncias favoraveis, os portuguezes proclamaram a sua independencia. Apesar da timidez do Duque de Bragança, devido sua esposa, a duquesa D. Luiza de Gusman, que preferia morrer rainha a viver servindo, foi aclamado rei com o nome de D. João IV.

Os jesuitas não foram pequena parte na vitória da restauração lusitana e muito fizeram a favor deste rei.

No planalto tal fato deveria repercutir. D. João IV, no planalto foi aclamado só quatro menses depois e quasi dois menses apoz ter sido na Baía! Isso não é significativo? E' preciso porém atender aos seguintes postulados:

1) O duque de Bragança ai seria um ser completamente estranho, não devendo atrair nenhum ato de abnegado heroismo, mesmo porque, a attitude da casa de Bragança estava longe de se emparelhar com a verdadeira restauração portuguesa.

2) O misticismo portuguez e portanto o que dele havia no planalto, era em torno da volta de D. Sebastião ou do prior de Crato que havia mantido bem altivo o seu pendão contra a absorção espanhola.

3) A restauração em torno do Duque de Bragança, tinha o decidido apoio jesuítico o que era contrario aos magnos interesses econômicos dos paulistas que teimavam na sua occupação de apresamento. (302).

Com tantos fatores contrarios, pois, como querer fazer evocar qualquer lealdade dos planaltinos a D. João IV? Não havia motivos para isso, tanto mais que o futuro D. João IV não era homem talhado para empolgar dedicações. Ele não fora esculpido no marmore do heroismo ou da audacia romântica. Não era um índice de fortaleza ou de beleza física, intellectual ou moral. Pelo contrario! Não havia um

(302) É evidente para quem conhece a Historia de Portugal essa aproximação. A situação eminente do Padre Antonio Vieira no reinado de D. João IV é a confirmação disso.

só traço do seu perfil que atraísse apaixonadamente qualquer sentimento benévolo, altruístico ou de lealdade, (206).

Não era, pois, bronzeo o som que iria despertar em Piratininga, como um eco longinquo do barulho surdo, em Lisboa da queda do corpo inanimado de Miguel de Vasconcelos o "quisling" português.

Foi por isso que os contrarios à restauração portuguesa, logo que a noticia desta chegou a S. Paulo organizaram, às pressas, um movimento de reacção, que fizesse corresponder ao isolamento planaltino, uma situação politica correspondente. Seria a ocasião magnifica para que o torrão sul-americano se desgarrasse da dependencia lusa. Por certo o planalto não tinha grandes contingentes demográficos para aqui estabelecer uma nação. Não era essa região da America sulina, a que mais se destacava pela sua importancia. Pelo contrario! Justamente por isso é que os elementos planaltinos haviam crescido demográficamente, mais da forma vegetativa, isto é de dentro para fora, à custa de seus próprios elementos destacados havia muito tempo da lusitandade. Eles eram poucos, mas bem próprios do planalto. Isolados, sem importancia economica, os paulistas não eram tidos em conta pelos governantes metropolitanos ou os da sede das colinas luso-americanas. Graças a isso, eles se haviam destacado da mentalidade ávida da restauração.

Assim teria sido facil, aos da terra, a organização de um movimento nativista, o qual foi o primeiro das Américas.

Foi ele o grito inicial de liberdade em terras americanas, precedendo o movimento de Beckmann, de 43 anos, preludiando, de mais de um seculo, os gloriosos feitos de Washington, de quasi seculo e meio, o sacrossanto movimento de

(303) O papel dos Braganças, por ocasião da successão do cardeal D. Henrique, não fora dos mais gloriosos. A duquesa de Bragança, D. Catarina, transigiu com Felipe 2.º, abandonou o povo português e se encarniçou contra seu primo, o desventurado D. Antonio.

Os Braganças não podiam deixar de ser antipaticos.

D. Catarina despresou o Brasil que Felipe 2.º lhe oferecia.

Tiradentes e de quasi dois seculos a separação completa das margens plácidas do Ipiranga.

Mas o movimento foi organizado às pressas. Nem dispunham os paulistas de todos os seus elementos. O planalto estava esvaziado de sua população masculina. Cerca de uma ou duas centenas deles chefiando um pequeno exercito de quatro mil homens, estavam no Sul, lutando encarniçadamente contra os ultimos lampejos do Imperio jesuítico-guaraní, nas margens encharcadas do Uruguai, no combate de M'Bororé, onde as terras castelhanas eram recuadas para dar lugar ao apresamento gentílico (Padre Carlos Teschauer; "Historia do Rio Grande do Sul"). A noticia do que vinha de se passar em Portugal veio de surpresa, chegando a São Paulo nos meados de março. Urgia uma providencia reacionaria que subtraisse o planalto da esfera lusa! E' por isso que eu creio não terem sido os espanhois moradores do planalto ou autores da iniciativa da aclamação de Amador Bueno, (304). Essa iniciativa teria sido dos paulistas preadores de amerindios e ela conseguiu a adesão do elemento hispanico. A verdade historica em torno desse episodio teria sido desvirtuada, a ponto de se atribuir, ao movimento de independencia, um colorido espanhol em demasia. Os principais elementos em torno da aclamação teriam sido os da terra. Os espanhois teriam sido apenas auxiliares, ade-

(304) É um *tabú* que precisa ser destruido! Não foi uma competição entre Espanha e Portugal, mas foi o inicio de uma luta entre os nacionais e o espirito português, que na ocasião se mostrou mais forte, porque a imensa maioria dos da outra mentalidade estava no sertão. O movimento da aclamação de Amador Bueno foi identico ao de Tiradentes, seculo e meio mais tarde. O brasileiro de hoje, mal informado, tem homenageado o partido português, em manifesta contradicção com o que faz em relação a Tiradentes. A diferença entre Amador Bueno e Joaquim Silverio consiste apenas no dólo que imbuuiu os atos deste. Ambos fizeram fracassar movimentos da patria que nascia. Eu tenho sobre Amador Bueno um livro pronto, o qual logo farei publicar e, então, passarei a analizar tudo minuciosamente. Ver-se-á então, como estou com a verdade!

sistas, pois já em 1628, no planalto se urdia contra a Espanha, (Taunay, "Historia Geral. das Bandeiras". II).

Tendo pois de dar um golpe súbito, sem a necessaria preparação, os paulistas não puderam fazer recair a sua escolha em pessoa de qualidade, de energia, audacia e decisão.

Foi nisso que os paulistas erraram e não souberam agir. A escolha deles recaiu na pessoa de Amador Bueno, pessoa por certo muito ilustre e bem representativa das estirpes constituidoras do aglomerado humano planaltino mas desgraçadamente fraca de animo.

Amador Bueno era proveniente, pelo lado paterno de espanhóis; seu pai, Bartolomeu Bueno da Ribeira, era sevilhano, vindo para o planalto piratiningano em 1571, (305). Pelo lado materno, Amador Bueno era descendente do tronco da familia Pires e por ela portador do sague real de Pequerobí, maioral Guaianá. Assim, Amador era por todos os seus costados representante máximo dos que deveriam ter interesse em que a colonia brasileira do planalto se desligasse da metropole europeia.

Esse ilustre rebento da estirpe real Guaianá, descendente dos Pires, como portador de sangue espanhol, reunia em si todas as condições necessarias para ser o expoente dessa

(305) Carvalho Franco, na sua exaustiva e admiravel monografia, sobre "Os Camargos de S. Paulo", 16, oferece uma data diferente para a vinda de Bartholomeu Bueno da Ribeira. Diz ele que Bartholomeu veiu na Armada de Diogo Flores de Valdez, o que me parece muito mais verossimil do que a versão de Taques encampada por Silva Leme. São suas palavras:

"Em compensação, percorrendo as listas citadas, encontramos outros colonos a quem Pedro Taques dá procedencia diversa e que no entanto vieram na mesma esquadra, como Bartholomeu Buenb, o sevilhano". Essas sólidas palavras de Carvalho Franco são estribadas em documentos do padre Pastell's.

Assim Bartholomeu chegando com Valdez em 1583, ter-se-ia casado em 1590 e seu filho primogenito. Amador, teria nascido em 1591.

Em 1641, Amador teria 50 anos exatamente.

reação. Mas ao par de todas essas vantagens de nascimento, Amador possuía um delineamento moral que o contraindicava a essa posição. Amador, segundo se depreende dos documentos, era um tímido.

S. Paulo, nessa ocasião, havia atingido ao paroxismo no bandeirismo. Todo elemento de maior valor sob o ponto de vista de varonilidade, de audácia, de energia, se desdobrava em evidenciações que temos coligido para o desvendamento dos nomes mais destacados na imortal epopéia das bandeiras. Não houve estirpe em S. Paulo que se tivesse calado nessa magnífica vigília das armas que foi o bandeirismo seiscentista. Pois bem; nesse ambiente todo saturado do fumo de pólvora, a ecoar ao surdo tropel das bandeiras, que em passadas de gigantes balisavam a nossa expansão em terras que Tordesilhas e Saragoça foram pródigas em dar à Espanha, Amador Bueno, não foi bandeirante! Não ficou o nome do nosso vetusto antepassado, alinhado ao lado daqueles soberbos homeriadas que fizeram recuar o meridiano, afugentando os leões de Castela. Amador Bueno subtraiu-se à faina da época, essa que empolgou no planalto todas as atividades, essa que povoou em Piratininga todas as imaginações e limitou-se a exercer uma profissão subsidiária. Ele foi moleiro e fabricante de chapéus de feltro. Não sei si Amador Bueno, escapando à regra da época que fazia com que todo o varão fosse bandeirante, foi um indivíduo capaz de encabeçar um movimento político qualquer. O que porém sabemos do passado paulista nos autoriza, ainda que indiretamente, a afirmar que Amador Bueno foi sempre um tímido, fugindo a exercer na sociedade paulista um papel em que a audácia e a energia se padronizavam com o espírito de aventura e a temeridade de atitudes.

Mas na emergência em que estavam os paulistas, diante da revolta vitoriosa do Duque de Bragança, esse que seria o rei de Portugal com o nome de D. João IV, não lhes restava outra solução sinão apelar para a pessoa de Amador.

Não havia ninguem que reunisse tantas qualidades de nascimento como Amador Bueno, cuja ancestralidade espanhola seria o anteparo da furia que porventura mostrassem os Filipes de Madrid, ainda ungidos daquelle renome de poder bélico que lhes deram os invictos "tercios" do quinhentismo.

Foi assim que, na noite anterior ao dia 1.º de abril de 1641, ficou assente entre os conspiradores que o aclamado do dia immediato seria Amador Bueno. Já eram passados quinze dias que as ordens tinham vindo do Marquês de Montalvão, para que o planalto aclamasse D. João IV. A região hesitava, mas a situação exigia pressa!

No dia seguinte, sem que o expoente máximo desse glorioso movimento nativista houvesse sido prevenido, os promotores da rebeldia reuniram a turba e à frente dela puseram-se a aclamar a Amador Bueno rei dos planaltinos.

Amador que era um timido se fez um pusilanime! (306), (307), (308).

(306) Eu não quero atirar sobre Amador Bueno, o labéu que como uma pesada cruz, Silverio dos Reis carrega ao calvario de sua ignominiosa traição.

Mas o efeito do procedimento dos dois foi o mesmo. O movimento da aclamação de Amador Bueno foi uma manifestação de vida da gente colonial que se mostrava emancipada e queria se fazer independente da metropole. O movimento de Tiradentes foi rigorosamente identico. Foi tambem uma manifestação da patria que nascia. Então porque os contemporaneos honram o movimento de Tiradentes e homenageiam o homem que fez fracassar o movimento de 1641?

Não é uma contradição? Não é o mesmo que se homenageasse Silverio dos Reis? Sim porque os dois não foram forças a lutar pela causa portuguesa? A unica diferença que faço entre Amador e Silverio é que aquele agiu sem dólo, por inconciencia, e este agiu com dólo, ou intenção criminosa.

(307) Antes de haver eu esposado essa doutrina, já o Professor Taunay, embora sem a adotar decididamente, entretanto a admitia de modo velado. É assim que ele dizia na sua "*Historia seiscent. da Villa de S. Paulo*", II, 56:

"É, para nós os factos da aclamação de Amador Bueno da Ribeira nada mais são do que a consequencia da politicagem paulis-

Ele não teria nada a recear, caso fosse tocado pela centelha da audacia.

Espanha, envolvida pela Guerra dos 30 anos, nada poderia fazer em repressão a Amador, caso ele aceitasse e levasse avante o proposito da turba que o aclamava. Pouco depois, em 1643, a Espanha, em Rocroi, encontrava o tumulto para as suas armas em decadencia. A melhor prova da impotencia da Espanha, estava em que ela nada pode fazer contra Portugal. Quando Filipe IV quis reagir contra o Bragança, "manu militari", já encontrando-o bem fixado no trono, ei-lo derrotado em Montijo em 1644! Contra S. Paulo, ele, então, nada faria com sucesso. Mesmo não lhes convinha despende grande esforço para a manutenção do dominio espanhol no planalto paulista. Esta região não era rica e não oferecia grandes perspectivas, de modo que não é de crêr tivesse nos propositos do Governo espanhol empreender alguma coisa no sentido de restabelecer a vigencia dos leões de Castela no planalto paulista. A organização jesuítica já estava por ter-

tana, a tentativa de um dos partidos para tomar o poder, enthronizando um dos seus prestigiosos membros, ensaio mal sucedido, graças á sensatez ou á indecisão do chefe aclamado".

Qualquer destas hipoteses do eminente mestre satisfaz á nossa doutrina. *Sensatez* é a covardia do aclamado, atenuada por uma branda maneira de a exprimir. *Indecisão* é a marca da timidez, qualificada de uma forma suave. Chamberlain e Petain tambem se mostraram sensatos e indecisos. Entretanto, a diferença entre eles e Laval não é grande e talvez seja a mesma que entre Amador Bueno e Joaquim Silvério dos Reis!

Taunay, o meu querido amigo e eminente mestre sempre julga os demais através da sua grande bondade!

(308) A unica referencia de mais importancia sobre haver sido Amador Bueno, bandeirante, é a de Pedro Taques na "*Nobiliarchia*". O chronista paulista dos setecentos, é por certo uma das maiores autoridades a proposito do passado genealógico desta terra. Mas os pontos em que claudica lamentavelmente o velho linhagista, são evidentes e repetidos. Haja vistas, por exemplo, para o caso de João Ramalho ou para o caso de seu antepassado proximo Lourenço Castanho Taques, em que o linhagista mostra um cochilo dos mais inexplicaveis!

ra. Caso ela subsistisse, é possível que interessasse a Espanha se manter no planalto.

Portugal, muito menos do que a Espanha, estava em situação de reprimir qualquer surto de separatismo do planalto paulista. Um verdadeiro panico se apoderara dos governantes portugueses. Um terror mórbido pairava em Lisboa, ante uma possível reação da Espanha, no sentido de repor o dominio espanhol.

O renome tétrico que envolvia o poder militar da Espanha, com os seus "tercios" invictos, fazia com que toda a corte portuguesa vivesse apavorada com as noticias de Madri. D. João IV quis mesmo pôr em execução o velho plano de se refugiar no Brasil, plano esse imaginado, desde D. João III, mais tarde revivido com D. Antonio, o Prior de Crato, diante da invasão de Portugal metropolitano pelo Duque de Alba e lembrado pelo proprio Filipe II da Espanha, que para resolver a situação de D. Catarina, duquesa de Bragança, oferecera-lhe o Brasil; século e meio depois, posto finalmente em execução pela corte de D. Maria I e de seu filho o príncipe Regente que mais tarde foi D. João VI.

Penso que ós dizeres de Taques, para poderem ter uma autoridade incontestada, precisam ser controlados por casos concretos estribados em fatos positivos.

Ora, o fato de Amador Bueno ter sido bandeirante não encontra apoio em prova alguma. Pelo contrario, conhecemos centenas de nominatas revelando e identificando milhares de nomes, entre os que tomaram parte na epopeia das bandeiras. Pois bem, o nome de Amador está ausente nessas nominatas. O seu apelido não figura entre os acusados aos milhares pelas indiscreções dos documentos. Os nomes dos irmãos de Amador, os de seus filhos, tios, sobrinhos, cunhados, genros, netos, parentes, etc. estão assinalados. O de Amador, não. Porque?

Esse fato não é eloquente pela sua significação?

Em fins de 1628, partia de S. Paulo a grande bandeira de Raposo Tavares, que reunia o que S. Paulo tinha de varonil, de masculino, etc. (Taunay, "*Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo*", citando "*Relacion de los Agrabios*", "*Insignes missioneros*"). Essa

Foi em virtude desse terror que o Padre Antonio Vieira elaborou o famoso "papel forte", que consistia na entrega do Brasil holandês à Holanda, a troco da proteção desta contra a Espanha.

Viveu a corte portuguesa mergulhada nessa atmosfera de pavor de que a Espanha, lançando mão da sua força, despojasse a casa de Bragança do seu trono, até 1668, quando Carlos II da Espanha, reconhecendo a independência de Portugal, assinou a paz com esse reino. Mesmo em 1660, havendo a Espanha assinado com a França a paz dos Pirineus, em 1659, pela qual Luiz XIV da França se casava com a infanta Maria Tereza, de Espanha, sua prima, e a qual punha termo à guerra entre essas duas potências, Portugal viu-se subitamente desamparado (Calógeras, "Política exterior do Imperio", vol. I). Foi então que, sucedendo na Inglaterra a restauração dos Stuarts, foi verificado que o novo soberano inglês era solteiro e Portugal tendo na família real de Bragança uma filha de D. João IV, que era solteira também, com idade de contrair nupcias, a infanta D. Catarina, foi combinada a união dos dois jovens.

grande bandeira esteve fora de S. Paulo até meados de 1629, com toda a população masculina de S. Paulo.

Taunay, ("*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", III, 316) diz mesmo: "Só havia no S. Paulo seiscentista do primeiro quartel do seculo, cinco ou seis pessoas que não sertanizavam, afirma o Padre Justo Mansilla van Sürck" (uma testemunha contemporânea).

Pois bem, Amador Bueno, apesar de então estar na flor da sua varonilidade, com apenas 37 anos, pois teria nascido em 1591, não tomou parte na grande arrancada que arrastou para o sertão de Guairá todo o elemento masculino da terra.

O seu nome não só não figura em qualquer nominata de bandeira como também não é mencionado por qualquer documento jesuítico ou castelhano.

É que Amador Bueno, então, ficou placida e pacificamente em povoado, exercendo mansamente o seu tranquilo cargo de ouvidor, tendo proferido uma sentença em 3 de Março de 1629 (Taunay, "*Hist. seisc. da Villa de S. Paulo*", I, 81).

Graças pois a esse matrimonio foi assegurada à família dos Braganças o trono de Lisboa e a independência de Portugal. (Calógeras, loc. cit.)

Serviu essa digressão para fazer ressaltar que Portugal não estava em estado de reagir vitoriosamente contra qualquer tentativa de independência das colônias luso-americanas. Preocupado com a situação metropolitana, Portugal não se iria distrair em chamar violentamente ao aprisco, uma pobre região como era o planalto piratiningano, a qual nada poderia proporcionar de lucros à metrópole. Pois se essa mesma metrópole estava disposta a abandonar o opulento Nordeste, em favor do herege holandês, imagine-se a sua indiferença para com o paupérrimo planalto. Pois se o "papel forte" e a ação diplomática do padre Vieira em companhia de D. Francisco de Sousa Coutinho, em Haia, haviam sido bem acolhidos em Portugal e adotados como norma política pela corte bragantina de D. João IV, o que significava o abandono do Nordeste Brasileiro, em mãos dos holandeses; qual seria a atitude desse mesmo Portugal, para com o desvalioso planalto?

As demais colônias luso-brasileiras também não estavam em condições de impedir qualquer surto de rebeldia no planalto. Lutando porfiadamente contra os intrusos hereges, as demais colônias do norte da Baía eram as únicas que podiam militarmente fazer qualquer cousa. As outras colônias, as que se situavam ao sul da Baía, como as de Ilhéus, de Porto Seguro, do Espírito Santo, ou do Rio de Janeiro, nada poderiam fazer pela sua fraqueza demográfica, econômica e portanto militar. ⁽³⁰⁹⁾, ⁽³¹⁰⁾, ⁽³¹¹⁾, ⁽³¹²⁾, ⁽³¹³⁾, ⁽³¹⁴⁾.

(309) O raciocínio do Padre Vieira era o seguinte:

Se Portugal mais a Espanha não haviam podido vencer a Holanda, o que seria de Portugal tendo contra si, o poderio de Espanha, mais o da Holanda!

Com esse lema o grande sacerdote se mostrou contra o espírito nacionalista que se formava e que evoluiu progressivamente no Nor-

A sede da Governança da América portuguesa, na Baía, estava rudemente empenhada na ardua luta contra os holandeses, de modo que perigo nenhum se poderia originar nesta fonte para os rebeldes de S. Paulo. E vimos, logo a seguir à separação hispano-portuguesa, Mauricio de Nassau aproveitar-se da fraqueza da Governança da Baía para estender a ocupação flamenga, conquistando com Gedeon Morris, o Maranhão e com Picquart o Sergipe, bem como Angola na África. Como poderia pois a Governança portuguesa na Baía se antepor militarmente a uma rebelião no sul do Brasil? Todos os seus recursos bélicos estavam empenhados

deste, para se afinar bem com os interesses de Portugal e principalmente com os da casa de Bragança.

Daí o padre Antonio Vieira se haver emparelhado com o espirito dos "Judas do Brasil".

Calogeras, no seu magistral "*Politica Exterior do Imperio*", I, nos ministra os mais minuciosos ensinamentos a proposito dessa norma politica consistente no sacrificio do Brasil, em beneficio de Portugal e em proveito dessa degenerada dinastia de Bragança.

(310) Quanto mais verifico a impossibilidade de reação metropolitana, ou colonial contra o movimento nacionalista no planalto, mais se radica na minha opinião e convicção de que Amador foi um medroso e um covarde.

(311) Quer me parecer que o espirito lusitanofilo no planalto, era mantido só por uma pequena minoria de recém-vindos de alem mar e por uns poucos paulistas amigos dos jesuitas e anti esclavagistas.

Eu posso estar errado; mas a logica e a verossimilhança mais transparentes me acompanham nesse meu clarissimo raciocinio.

(312) A resistencia espanhola já se fazia com D. Pedro de Lugo y Navarro, etc. (Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II; Basilo de Magalhães, "*Expansão Geographica*").

(313) Figuram eles em varias nominatas de bandeiras e isso mais contribue para deixar na penumbra o nome de Amador Bueno ofuscado pelos dos seus parentes, como dos Anhangóeras, de Francisco Bueno, de Amador Bueno, o moço, de Jeronymo Bueno, etc.

(314) Amador Bueno, devendo ter nascido em 1591, sempre tendo vivido em regime do domínio espanhol, desconhecia, portanto, um Portugal independente.

contra os holandeses! Ademais, valia a pena realizar sacrificios para assegurar a lusitanidade do planalto paulista, uma região pobre e sem proveito nenhum para a metrópole?

Assim, pois, não havia perigo nenhum para o movimento, quer ele partisse da:

- (a) Espanha, preocupada com a guerra dos 30 anos.
- (b) Portugal, aterrorizado com uma possível reacção espanhola.
- (c) Outras colonias, empolgadas com a guerra holandesa.

Apesar disso Amador Bueno não aceitou a aclamação! Dir-se-ia que não foi por timidez, pois como demonstramos não havia perigo, e sim por lealdade a Portugal. Mas isso me repugna a crer, pois não havia motivos para lealdades. Aliás, nobilíssimo, esse sentimento só se admite se tivesse havido motivos. Ora, no caso, lealdade só se pode admitir em dois casos diferentes:

- (a) Lealdade ao espírito de lusitanidade e portanto a Portugal restaurado.
- (b) Lealdade à pessoa de D. João IV, o ex-duque de Bragança.

Já vimos que o espírito de lusitanidade não era vivo no planalto, nem havia motivos para que ele o fosse. Mesmo em Portugal, o elemento que comungava no dominio espanhol não era pequeno, tanto mais no planalto, onde a restauração não vinha em abono da economia da região. Sim, porque se Portugal se constituísse em nação separada, a penetração em terras espanholas, para o apresamento ser levado a efeito, seria senão impossível ao menos muito difícil.

Com isso não devia ser a atmosfera no planalto, favorável à restauração.

Lealdade ao espírito de lusitanidade não era de se esperar de Amador Bueno, cujos irmãos e cujos filhos foram dos mais destemidos caçadores de ameríndios. Ele não era

de estirpe unicamente lusitana, em que tivesse guardado o amargor da humilhação do dominio espanhol.

Amador Bueno era tão portuguez quanto espanhol, de modo que um maior apego ao espirito luso, não seria de se prever, tanto mais que as ligações de sangue que ele tinha com os portuguezes já vinham destemperadas pelo cruzamento de seus antepassados com os aborigenas. Então, por que lealdade para com a lusitanidade, se não havia motivo para que ele rezasse por essa cartilha, pelo contrario? Que bela lealdade, a dos paulistas para com Portugal essa que levou-os a desobedecer duas leis imperativas de D. João IV, em relação aos jesuítas, a de 43 e a de 47! Por isso é que Taunay diz que os planaltinos riam-se dos Braganças ("Hist. seisc. da Villa de S. Paulo").

Seria então lealdade para com a pessoa de D. João IV? Por que? Qual o motivo?

Sim, para que Amador Bueno dissesse que daria a vida por D. João IV, é porque deveria haver algum motivo muito importante. Qual teria sido ele? Como eu já deixei asseverado acima, D. João IV não era nenhuma individualidade arrebatadora cuja ação tivesse empolgado a admiração dos planaltinos. Pelo contrario, ele não só não havia saído do anonimato, como Duque de Bragança, como tem sido considerado até agora como pusilânime e títere nas mãos de sua esposa D. Luiza de Gusman, a duquesa que preferia morrer rainha a viver servindo. Só agora Rodrigues de Cavalheiro, em Portugal, inicia um movimento no sentido de emprestar a D. João IV, alguma varonilidade, ainda que à custa de D. Luiza.

Com que traço de sua individualidade, pois, D. João IV havia empolgado o ânimo de Amador Bueno, a tal ponto que este se dispunha a dar a vida por ele?

Eis pois que essa lealdade foi impossivel e a recusa de Amador jamais foi estribada nela como tem sido indêbitamente consagrada.

Creio antes que a recusa foi mais consequência do feitiço moral de Amador, mais talhado no barro da timidez do que esculpido no bronze do heroísmo.

Penso não haver mais dúvidas quanto à veracidade da aclamação de Amador Bueno. Frei Gaspar (loc. cit.) noticiou-a. Candido Mendes negou-a, mas o insigne Taunay, meu mestre ilustre, deixou-a cristalinamente límpida, ao comentar os escritos do beneditino setescentista ("Memórias para a Historia da Capitania de S. Vicente". Cia. Melhoramentos).

Assim fracassou, pela recusa de Amador Bueno, o primeiro movimento nativista no Brasil, contra Portugal, (815), (816).

(315) O historiador para fazer obra honesta, precisa se transportar para a época, reconstituir os ambientes economicos, demograficos, sociais e psicologicos, etc., reinantes na ocasião e criticar o acontecido, bem como as personalidades nele envolvidas, sob os pontos de vista biologico, psiquico, etc., usando para isso, unicamente o cerebro, com o juizo critico que daí deve provir.

Se applicarmos essa norma ao caso concreto, vamos verificar que, o planalto sendo uma região isolada (Paulo Prado, "*Paulistica*"), béliçosa, atrevida, refugio de aventureiros de varias nações, etc. deveria ter, por força, uma psicologia propria, diferente da do mundo lusitano, e diversa ainda, dos nucleos coloniais luso americanos, muito mais aporluguesados. Passados cem anos, com três gerações, no minimo, em isolamento quasi que absoluto, como querer que a gente mameluca e os aventureiros de varias nações, na maior parte, mantivesse um espirito que não fosse rigidamente nacionalista? Como querer que a população planaltina, cujos bisavós que já haviam morrido faziam mais de um seculo, eram portuguezes, conservassem algum apego a essa metropole, que era madrasta cruel e voraz, e da qual estavam isolados pelo espaço e pelo tempo? Na America do Norte inglesa não se deu igual fenomeno?

Lá nessas 13 colonias anglo-americanas o fenomeno se realizou muito antes.

A colonisação inglesa, tendo começado nos principios do seiscentismo, cento e cinquenta anos depois, uma geração que só conhecia a Inglaterra por tradição, surgia e fez a Independencia. O Brasil,

mais velho que a America inglesa, demorou mais tempo em se separar da metropole. Porque? As causas estão no açúcar e no ouro que atraindo muitos portugueses para essas regiões economicas, mantiveram o Brasil mais aportuneguesado do que eram inglesadas as 13 colonias.

Mas o planalto paulista, que não teve o açúcar nem o ouro, se manteve fora dessa influencia portuguesa. Eu compreendo a conservação de um apego qualquer, através de tres gerações, ou de milhares de quilometros, etc., se houver um orgulho nacional, justificado na superioridade de certa estirpe etnica. Mas, Portugal sem independencia politica não podia outorgar orgulho a ninguem. O último rei português, o velho e esclerotico cardeal D. Henrique tinha morrido a sugar os peitos de Maria da Motta (Oliv. Martins, "*Hist. de Portug.*"). Uma decadencia fisica, moral e intelectual tinha se apoderado de Portugal com o nefando jugo espanhol. Isso deveria causar vergonha e jamais orgulho. Era o que deveria evocar o nome português. Como, então, poderia o espirito português pesar vivido no planalto?

Não seria possivel que Amador Bueno tivesse refletido um espirito lusitanofilo que não existia! Ele agiu pois impulsionado por outro motivo.

Eu penso que esse motivo foi ditado pelo partido jesuitofilo, pelo grupo Taques-Pires, e pelos que em S. Paulo representavam o elemento lusitanofilo.

O futuro julgará!

(316) Foi uma amarga derrota do nacionalismo americano na sua luta contra a metropole. O caso de Tiradentes foi outra derrota. O Brasil de hoje, por inconciencia não procede com igualdade nos dois casos que são manifestações de estados de alma perfeitamente identicos. Porque essa incoerencia? Falta de ciencia sobre o que foi o movimento de aclamação de Amador Bueno!

Tudo que se sabia sobre esse fenomeno era bebido em Pedro Taques, o linhagista do seculo XVIII, coletor de lendas verbais sobre o passado planaltino.

Ora Pedro Taques era suspeitissimo, por pertencer a familias apaixonadamente envolvidas na luta entre Pires e Camargos. Essas familias das quais Pedro Taques provinha tinham tomado parte na luta a favor dos lusitanofilos, jesuitofilos, etc., contra os nacionalistas Camargos, anti-portugueses etc.

Está certo que Pedro Taques, honesto como era, não teria tido má fé, ao relatar o fenomeno, mas ele poderia ter sido ludibriado pela tradição familiar que lhe servia de fonte para ressuscitar o acontecido. (V. Taunay, prefacio de "*Informações sobre as minas de S. Paulo*"). O fato de os ascendentes de Taques terem se envolvido acirradamente

no caso poderiam ter desviado a verdade que assim teria inconscientemente sido deturpada por Pedro Taques que involuntariamente induziu em grave erro a noção do caso da aclamação.

Se esta tivesse tido exito, o Brasil teria ficado independente da Europa muito antes. Todo o ouro de Minas, de Goiaz e de Mato Grosso teria ficado aqui, em vez de ir enriquecer Portugal e a Inglaterra. E' claro que o Brasil independente, então, talvez não coincidissem exactamente com o Brasil de hoje. Não seria tambem a independencia unicamente de S. Paulo, tal que ele é hoje. Seria um Estado a compreender Minas, Goiaz, Mato Grosso, Rio, Paraná, Baía, alem de S. Paulo, e talvez o Nordeste. Não se pode precisar as fronteiras politicas do Estado que teria tido vida com o sucesso da aclamação de Amador Bueno, mas tenho certeza que o Sul do Brasil estaria dentro do novo Estado.

Sobre Pedro Taques diz o prof. Taunay, em pgs. 50 de "*Informações sobre as minas*":

"Apesar de paulista até a raiz dos cabellos, sente-se tambem lusitano até o íntimo do coração, admirador incondicional de seu rei e seu governo".

Eis, como a lenda foi veiculada até nós...

CAPITULO XLIX

PIRES E CAMARGOS

Não sei quando teve começo em Piratininga a luta dos clans Pires contra os Camargos. (317), (318), (319), (320), (321), (322), (323).

O detalhe histórico, por certo deve interessar e dele cuidaremos, mas devemos dar mais importancia ao fato como manifestação sociológica de uma atmosfera ambiental que envolvia todo o corpo social planaltino.

A luta entre as duas fações paulistanas foi a consequencia de um estado econômico em que o planalto se via envolvido, por circunstancias que não dependeram da sua ação.

A sua fonte de renda, o seu trabalho, tudo na vida do morador de S. Paulo, resumia-se no apresamento do amerindio. Esta era uma verdadeira monocultura planaltina! Tudo quanto existia no planalto dependia da caça ao indio.

Como o dominio espanhol que facilitava a penetração em terras que Tordesilhas e Saragoça deram à Espanha e a ocupação holandesa que dava à escravização vermelha o monopolio do abastecimento de braços nas lavouras açuca-reiras do Norte, pelo cerceamento do tráfico africano, o planalto paulista ficou em grande prosperidade. De fato, podendo entrar quasi que livremente em terras espanholas, os paulistas, com muitas oportunidades, procediam largamente ao apresamento do amerindio já civilizado, cristianizado, etc. pelos jesuitas.

(317) Quem tiver precisão de obter mais minucias sobre este capítulo poderá recorrer ao que ensina o professor Taunay, na sua *Hist. seiscent. da Villa de S. Paulo*, II,

Com o término do domínio espanhol, essas oportunidades se não cessaram, entretanto, tiveram muito mais dificuldades. Então os apresamentos já não se realizavam com as facilidades outorgadas pelo domínio hispanico.

Tambem a ocupação dos holandeses, cerceando o tráfico entre a América e a África, outorgara aos paulistas um quasi monopolio de fornecimento de braços à lavoura de cana de açúcar.

Ora, tendo fartas colheitas e um mercado de consumo de elevadas proporções e de grande poder aquisitivo, é claro que os paulistas se viram hafejar pela prosperidade a qual durou até que cessassem aquelas duas eventualidades causadoras dessa euforia economica. "Sublata causa tollitur effectus", diziam os romanos.

(318) Penso que a luta entre Pires e Camargos teve inicio antes da expulsão dos jesuitas e antes da aclamação de Amador Bueno, cujos capítulos deveriam ter sido episodios dessa luta.

Em S. Paulo, havia o grupo jesuitofilo contrario ao apresamento. Eram os Pires-Taques, os quais englobavam os lusitanofilos que sonhavam com uma restauração lusa e por fim aclamavam o Bragança.

Havia tambem o grupo contrario aos jesuitas. Era o grupo nacionalista! Eram os Camargos!

Foi por isso que houve a expulsão dos jesuitas. Foi por isso que houve aclamação de Amador Bueno, a qual não teve sucesso porque o grupo estava muito enfraquecido com a ausencia de seus melhores elementos no sertão longinquo do rio Uruguai na bandeira de M'Bororé.

Penso que a historia da luta entre os Pires e os Camargos ainda está mal relatada.

Pedro Taques é a base do seu conhecimento. Ora os antepassados do veneravel linhagista tomaram parte acirrada na luta ao lado dos Pires. Eles teriam intoxicado a versão que servia de base para que Taques inconscientemente veiculasse até nós um desvio de verdade, que ausculto de modo diverso!

Quando a verdade surgir, ver-se-á que os episodios da expulsão dos jesuitas, e a aclamação de Amador Bueno, estão estreitamente correlacionados com a luta entre Pires e Camargo.

Em meados do seiscentismo, como sabemos, teve fim o dominio espanhol tendo tambem desaparecido concomitantemente o fartissimo celeiro de indios mansos a apresar, que eram os catecumenos reduzidos de Guairá, Itati, Tape, Uruguai, Paraná e Paraguai. Logo a seguir, o holandês foi expulso do Norte do Brasil, tendo sido em 1648 reconquistada Angola.

O bom senso, a logica, a intelligencia, o espirito critico, etc., não podem deixar de ver um nexu ligador entre os varios capítulos do passado paulista do seculo XVII.

(319) A reconquista de Angola não era empreendimento que affinasse pelos interesses brasileiros. Era feito que só diria respeito à maior gloria de Portugal, objetivo que empolgava Salvador Correia de Sá e Benevides.

(320) Entre os casos esporadicos do bandeirismo de prea, em decadencia, figura o caso de Francisco Pedroso Xavier, em 1676, o de André Fernandes em 1648, o de El Tuerto no Sul de Mato Grosso, os de Campos Bicudo etc. (Basilio de Magalhães, loc. cit.).

Por aí se ve que o apresamento não sofreu colapso, mas se extinguiu aos poucos, até morrer com a descoberta do ouro.

(321) Os tumultos vivazes concernentes ao vigario Albernaz, em meados do seculo XVII, tiveram causa semelhante ao da questão jesuitica, demonstrando eles como era elevado o indice de altivez e de arrogancia do paulista, bem como era desenvolvido entre os moradores do planalto o espirito de independencia tão encarecido pelo eminentissimo estadista historiador Washington Luis. (Taunay, *Hist. seiscent. da Villa de S. Paulo*).

(322) Um dos cochilos mais gritantes do nosso linhagista, muitas vezes em flagrante delito de veicular inverdades, é este, sobre o falecimento de Antonio Pedroso de Barros, que os documentos positivamente retificam.

(323) Repito o que já escrevi neste trabalho, estou plenamente convencido que houve ligação entre os dois capítulos bravios da historia paulista.

- a) A expulsão dos jesuitas.
- b) A luta entre Pires e Camargos.

Penso, e já deixei afirmado neste trabalho que em S. Paulo, militavam dois grupos:

- a) o grupo lusitanofilo — jesuitofilo ou contrario ao preamento.
- b) o grupo nacionalista, tambem caracterizado da lusofobia, etc.

Isso tudo fez com que a indústria de apresamento de ameríndios, a qual estava, entre os paulistas, em prosperidade, sofresse um súbito colapso.

Ora, esse colapso veio encontrar aprestados e mobilizados grandes elementos do bandeirismo guerreiro, com seus homens escopeteiros, seus gibões de armas, seus depósitos de pólvora, chumbo, pelouros, seus índios de arco e flechas, suas tendas de ferreiro, suas energias latentes, suas organizações, etc. Em que seriam empregados esses elementos? Como iriam os paulistas descarregar esses fatores que se acumulavam? Qual seria o destino a dar a todo esse aparelhamento que se havia reunido no planalto, por circunstâncias que não mais existiam, ou que haviam deixado de existir?

E' claro, e isso era fatal, a súbita paralisação no movimento de apresamento causou o desemprego de tanta gente e de tanto material.

Eis que o planalto deveria sofrer as consequências do desequilíbrio, superveniente pelo desaparecimento das causas que haviam dado lugar ao aparelhamento dos elementos do bandeirismo apresador. Esse desequilíbrio produziu entre as suas muitas consequências a famosa luta entre os Pires e

A população paulistana se dividia entre esses dois agrupamentos que se relacionavam com todos os acontecimentos no planalto. Ora, um desses grupos estaria dominando, com a governança local; ora o outro lhe sucedia alternadamente no poder, ficando o adversário a sofrer as agruras do ostracismo. As sucessivas alternâncias de procedimento da gente planaltina, em relação aos jesuítas, a Salvador Correia de Sá e Benevides, etc. nos chamam a atenção e nos convidam a adotar esse modo de pensar sobre o interpretar o silêncio dos documentos. Os casos das aclamações, visando ora Amador Bueno, ora o Duque de Bragança, elevando ora o grupo nacionalista, ora o grupo lusitano, confirmam as minhas convicções. O eminente Prof. Taunay, embora não adote essa maneira de ver, que expuz acima, chama a atenção para o fato singular de não figurar na expulsão dos jesuítas, nenhum Taques Pompeu de Almeida. (Taunay, "*Hist. seiscent. da Villa de S. Paulo*, II, 43).

Camargos, que deve ser encarada como uma manifestação de fatores que deixei expostos e não como um simples fenomeno isolado, que exprime muito pouca cousa.

Os paulistas, com tantos elementos desaproveitados, com tanta gente bélica desocupada, com tanta energia sem emprego, obrigados a um viver subitamente metamorfoseado do nômade aventureiro, no sedentario pacífico, deram largas ao seu temperamento irrequieto e daí a luta entre Pires e Camargos.

Foi pois uma fatalidade a que os capítulos da historia paulista estavam obrigados em virtude do determinismo de outras circunstancias que repercutiram sobre eles. Sim, porque com tantos elementos mobilizados, o que os paulistas iriam fazer com eles? A diminuição da industria de apresamento criava para S. Paulo um problema de difficil solução. Quem se dedica à historia do bandeirismo, há de notar que na segunda metade do seiscentismo, houve uma diminuição sensível da atividade apresadora dos paulistas. Haviam-se estancado os celeiros jesuítico-guaraní. As terras espanholas já apresentavam dificuldades em serem invadidas. Era a resistencia espanhola que se manifestava de um modo mais concreto. Por outro lado o magnífico mercado de consumo, que era o Norte açucareiro, tinha mingua do com a concorrência vitoriosa que o escravo africano fazia aos americanos.

Com todos esses fatores, mais ou menos concomitantes, era natural que diminuisse a ação de apresamento. Esta continuava, por certo, mas bem diminuida.

Então os paulistas começaram a dedicar-se com mais empenho, às pesquisas de preciosidade. Eis Alvaro Rodrigues do Prado, buscando a prata de Sabarabuçu!

Alem disso, os paulistas porfiavam em fornecer corpos armados contra os elementos rebelados. Eis Barbosa Calheiros da Baía, mais tarde Estevão Ribeiro, Pedro Vaz de Barros, Rodrigues de Arzam, Matias Cardoso, Domingos Jorge,

Morais Navarro, etc.! Além disso os paulistas iniciaram a faina colonizadora.

A publicação "Sesmarias", oferecendo documentos de como a terra foi repartida nos mostra bem, como a expansão povoadora paulista começou.

Não sendo essas atividades válvulas na proporção que se fazia mister para a "vis propulsiva" paulista, houve no planalto uma tal plethora de forças, que estas ao se manifestarem, causaram fenômenos de não pouca importancia.

Um deles foi a luta entre Pires e Camargos, que teve, sem dúvida, os delineamentos de um prélio de "clans", como quis ver Oliveira Vianna.

O inicio da competição entre essas duas familias piratininganas, não se sabe ao certo como se tenha passado, pois existem diferentes versões a respeito.

Uma delas faz crer a luta se haja iniciado em virtude da morte de Pedro Taques de Almeida, o qual foi assassinado, a falsa fé, diz o linhagista, mas descontando a natural paixão que o embuia, ou que ele veiculou eu creio que tal morte haja sido causada por alguma conjura, da qual Fernão de Camargo, tenha sido o braço designado.

A outra versão atribue o inicio das pugnas, aos fatos rodeantes ao matrimonio de Alberto Pires e Leonor Camargo, os quais fazem com que aquele, nas festas do entrudo carnavalesco tenha assassinado a Leonor. Os Pires, mais os Taques, os Cunhas, os Castanhos, os Almeidas e outros tomaram o partido de Alberto nos prelios que se desenrolaram, enquanto os Camargos, os Pedroso de Barros, os Buenos e outros, tomaram o lado de Leonor, saindo daí todo o desaguisado que ensanguentou as colonias de Piratininga durante varios anos.

Foi uma luta tremenda em que se empenharam os potentados paulistas, com os seus séquitos de homens armados e de índios de arco que constituíam os seus pequenos exér-

bitos, divididos em dois grupos que se bateram com encarniçamento sem igual.

S. Paulo, nesse período no meio seiscentismo, havia atingido ao auge, no tocante ao seu aparelhamento para o apresamento, com uma enorme quantidade de homens mobilizados. Eram os famosos mamelucos de que a população planaltina estava saturada! Gente aventureira, rude, cruel, audaciosa e pronta a enfrentar todos os riscos que um sertão adusto lhes prometia. A esses feros mamelucos, incluía-se imensa quantidade de índios, do séquito dos potentados, que os havia apresado nos sertões. Essa gente toda, organizada com o extremo rigor de uma ferrea disciplina, se enquadrava por chefes que eram homens dispostos a todas as empreitadas e afeitos a todas as incertezas que o misterioso território lhes proporcionavam, e se serviam de material abundante que havia sido reunido no planalto pelas condições prósperas que a primeira metade do seiscentismo outorgara aos paulistas. Com isso era de se prever uma luta furiosa na qual muito sangue teria de correr.

Não há dúvida de que a luta foi nos meados do século XVII, pois pela "Cronologia" de Azevedo Marques, 236, encontramos no ano 1653 os primeiros sinais de que Fernão de Camargo se havia erguido contra a comunidade, fugindo com as chaves dos pelouros da Camara Municipal que teve de ser arrombada. No ano seguinte o mesmo Fernão de Camargo e seu irmão José investiram contra S. Paulo e à frente de seus homens armados impuzeram a provisão de ouvidor de José o qual foi conservado como tal até Outubro desse ano de 1654.

Levou essa luta muito tempo preocupando a pacatez de Piratininga até que ao fim de muitas décadas de desasossego se fez a paz entre os grupos desavindos.

primeiros povoadores da nossa capitania e vinha de muitos que se haviam tornado famosos no decorrer da epopéia da navegação e pelo lado Leite Furtado, Fernão procedia de vultos eminentes que se haviam destacado nas guerras de reconquista peninsular, indo encontrar-se com muitos monarcas neo góticos, que se fizeram notáveis nas lutas contra os maometanos.

Mas ao par dessa genealogia, Fernão tinha uma mentalidade muito inclinada ao elemento português e com isso sincronizava-se nele um sentimento de aproximação ao jesuita.

Foi assim que Fernão formou, com Lourenço Castanho, o velho, e outros, uma sólida frente contra a tendencia geral do planaltino, a qual consistia em se destacar de Portugal e enraizar-se na escravização do indio. Eu depreendo essa orientação em Fernão Dias porque a evolução histórica de São Paulo nos leva discretamente a isso admitir. Em 1628 houve o grande ataque a Guairá, o qual se prolongou até 1632, sendo o Itatí, no sul matogrossense, destruido em 1633. Varias bandeiras perlongaram esses sertões, sendo que, de muitas delas, temos noticias mais ou menos minuciosas em sua componencia através de documentação robusta.

Pois bem, apesar de em 1628 Fernão já ter 20 anos de idade, não encontramos o seu nome em nenhuma dessas arremetidas mencionadas. Ficamos, com isso, diante de um dilema: ou a documentação, por uma casualidade difficil de conceber, não revelou o nome de Fernão Dias ou este não tomou parte nesses empreendimentos que arrebataram toda a população masculina paulista. Não afirmo que fosse impossivel a primeira das hipóteses, em todo caso ela foi improvavel. Quanto à segunda, acho mais concreta com os demais sucessos que se foram desenrolando.

A primeira bandeira em que vemos o nome de Fernão Dias, foi no Rio Grande do Sul em 1638.

O emérito mestre Afonso Taunay, na sua "Historia Geral das Bandeiras Paulistas", vol. II, pg. 252, acredita de preferencia que a bandeira de Fernão Dias tenha percorrido o Guairá. Eu, em minha tese de concurso (Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, n.º 9, pag. 194) com convicção, estabeleço que a bandeira de Fernão Dias trilhou, no Rio Grande do Sul. Além dos documentos perentorios e seguros que então apreendi, ainda há que Fernão Dias nada tinha a fazer no Guairá, onde não havia mais indios a apresar, uma vez que essa província jesuítico-guarani havia sido completamente arrasada. De fato, qual seria o objetivo do Guairá, uma vez que aí havia desaparecido o indio a apresar?

Assim, estou na certeza absoluta de que o insigne paulista percorreu o Rio Grande do Sul, em 1638, aí travando luta contra os padres da Companhia. Ele então teria 30 anos.

A segunda empreitada à frente da qual esteve Fernão, foi quando, em 1640, os holandeses ameaçaram o litoral vicentino. Fernão, nessa ocasião, foi posto à frente da expedição de socorro do planalto ao litoral. ("Grande Vida de Fernão Dias", Afonso Taunay).

Depois disso, nada mais se sabe sobre as possiveis atividades do famoso paulista.

Em 1646, deveria ter havido em S. Paulo, uma grande expedição ao sertão. ("O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano", Ellis, Companhia Editora Nacional, Serie Brasileira). Não sei se Fernão fez parte desse feito. Os documentos nada dizem a esse respeito. Só na década de 1660 a 1670, deveria Fernão ter penetrado no Guairá, nos reinos de Sondá, Tombú e Gravitaí. (Tagues, "Nobiliarchia"; Ellis, "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano").

Em 1673 penetrou ele nos sertões mineiros à cata de riquezas e aí, anos depois, morreu com mais de 70 anos de idade.

Para melhor conhecimento da vida do grande sertanista é recomendavel a notavel obra de reconstituição biográfica de Taunay, a "Grande de Fernão Dias". Havendo já esse notavel trabalho, eu me poupo tratar, por mais tempo, da figura do grande sertanista, um dos vultos mais memoraveis e evocadores da magna epopéia das bandeiras, recomendando, com empenho, esse livro de Taunay que esgota o assunto.

CAPITULO LI

D. RODRIGO DE CASTELO BRANCO

Logo que a Metrópole portugueza teve noticias da descoberta das pedras verdes, por Fernão Dias, incumbiu o seu enviado, D. Rodrigo Cesar Castelo Branco, de ir verificar esses descobrimentos e deles se apossar, para a coroa portugueza. Era soberano de Portugal, D. Pedro II, o que havia se apossado do trono portuguez, depondo dele seu irmão, D. Afonso VI, a quem era denunciado como louco, havendo ainda D. Pedro II, filho de D. João IV e de D. Luiza de Gusman, se casado com a esposa de seu irmão de quem se dizia que ele já era amante, a famosa D. Constança de Saboya que não teve pudor de declarar, como motivo de anulação de casamento, que Afonso VI não havia consumado a união. ●

Os Governantes reinóis sempre se haviam mostrado ávidos de buscas que desvendassem os misterios de mil riquezas que se escondiam nas entranhas terrenas. Por isso aproveitavam-se das principais figuras paulistas, insuflando-as, por meio das famosas cartas autógrafas que tinham na época grande prestigio, no sentido de que buscassem desvendar esse misterio que a natureza tão avaramente encobria.

Essas cartas não bastavam, porem. Já Afonso VI havia conseguido que Agostinho Barbalho fosse na trilha dos Azeredos, pelo Espirito Santo, à procura das esmeraldas. Já Pedro II havia escrito a Fernão Dias, a Sebastião Pais de Barros e outros. Com essas medidas apenas, as riquezas do sub-solo mineiro não se revelaram. Foi, talvez, porque

vissem na corte essa insuficiência, que uma deliberação mais enérgica foi tomada. (322a).

Por provisão regia de 29 de Novembro de 1678 (Azevedo Marques, "Cronologia" pg. 240) foi nomeado administrador Geral das minas, D. Rodrigo de Castelo Branco, um fidalgo espanhol para seu substituto, o tenente mestre de campo, General Jorge Soares de Macedo e para prático em materia de minas, João Alves Coutinho. (D. Rodrigo, antes havia sido nomeado, em 1673, administrador das minas de Itabaiana).

Nesse ano, D. Rodrigo preparou uma expedição para penetrar no sertão em demanda às minas.

Penso que Fernão Dias, nessa data, ainda não havia descoberto as pedras verdes, embora dele já se houvessem destacado varios companheiros, entre os quais Matias Cardoso, Antonio do Prado da Cunha, Baltazar da Costa da Veiga e outros. D. Rodrigo, entretanto, preparava a expedição, publicando bandos de perdão, afixando quartéis, etc.. No fim do ano, essa expedição aparece como devendo ser chefiada pelo tenente mestre de campo General Jorge Soares de Macedo que arregimentava então todos os recursos da vila paulistânica. Essa expedição foi aproveitada pelo Governador D. Manoel Lobo que, em outubro de 1679, passou por Santos para fundar, na foz do Prata, a Colônia do Sacramento.

Dom Rodrigo só partiu de S. Paulo, em busca das riquezas minerais, em 19 de Março de 1681, isto é, dois anos depois, sendo o bandeirante chefe de sua expedição Matias

(323a) O animo alardado dos monarcas lusos se evidencia do fato de haver sido baixada em 18 de março de 1664, uma lei, pela qual as minas seriam da propriedade de quem as descobrisse, isto é, seriam dos paulistas.

Entretanto sabemos como essa lei foi letra morta e como os descobridores das minas foram ludibriados pelos reinóis, (V. Paulo Prado, "Paulistica").

Cardoso de Almeida. Nessa época já se sabia em S. Paulo das descobertas de Fernão Dias.

A partida de Dom Rodrigo foi por Atibaia, tendo deixado a velha estrada do rio Paraíba, ficando o morro do Lopo à direita. A 26 de Junho de 1681, o Administrador das minas encontra, no Paraopeba, com Garcia Rodrigues Pais que lhe entrega as amostras das pedras verdes, que ele supunha fossem esmeraldas.

Proseguindo, Dom Rodrigo foi encontrar a morte no Sumidouro, onde Fernão Dias havia encontrado as pedras verdes.

CAPITULO LII

COLÔNIA DO SACRAMENTO (324), (325), (326), (327), (328), (329)

Não se deve estudar a questão da fundação da Colônia do Sacramento, sem, como preliminar, cuidar de passar em revista a situação de Portugal diante da Espanha, mesmo porque, a origem e a evolução dessa colônia, nada mais foi senão um episódio da secular contenda entre lusos e espanhóis.

A causa de haver Portugal se desgarrado de Castela, Leão e Galiza, não me parece que tenha sido em virtude do determinismo geográfico. Portugal não era uma região

(324) Assim, os países situados em ilhas são mais homogêneos, mais afinados por motivos comuns. Aí há mais contactos, entre os habitantes que comungam mais intensa e repetidamente em pensamentos, sentimentos, anseios, ideais, interesses, etc., comuns. Por isso, aí as nacionalidades são mais rijas e portanto os estados políticos mais fortes e os laços dessa natureza mais sólidos.

(325) Quem se dispuzer a se aprofundar no concernente à Colônia do Sacramento, fazendo sobre o mesmo um estudo analítico, poderá recorrer ao Prof. Taunay, na sua *Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*, vol. IV, 144 e seguintes; a Calógeras, *Politica exterior do Imperio*, I, 159; Capistrano, *Capitulos de Historia Colonial*; Fernando Nobre, *As fronteiras do Sul*; *Annaes da Bibliotheca Nacional*.

(326) A Península ibérica, isolada pelos Pirineus, pelo Mediterraneo, e pelo Atlântico é que deveria formar uma só nacionalidade. A geografia impunha a unificação da península, mas a historia não seguiu a determinação do meio fisico, o qual era um elemento contrario a existencia separada da nacionalidade portuguesa, não acondicionada em unidade geografica destacada. (Oliveira Boléo, loc. cit.).

(327) Toda pressão externa tende a enrigecer um determinado nucleo humano. O martelamento dele por forças de fora tende a o endurecer, na razão direta em que ele é pressionado. Assim a nacionalidade portuguesa não teria tomado a tempera que teve se não

geográfica nitidamente constituída e em cada um dos seus elementos diversificada da Espanha. Sou profundamente partidário do determinismo geográfico. Sou de opinião que as nacionalidades se formam, constituídas em determinadas áreas geográficas, as quais delimitam os grupos humanos pressionando-os em seus contornos, de modo a modelá-los de conformidade com os mesmos e às suas características especiais. Assim isolados, em suas áreas geográficas, os grupos humanos vão-se diversificando dos outros e formando as nacionalidades, as quais devem ter seus atributos próprios, que são tão diversificados dos mais na proporção em que essa região geográfica se isola das demais. Quanto mais isolada, mais nítidos deveriam ser os contornos dos grupos nacionais. Ora, Portugal não era uma região geográfica nitidamente isolada do resto da Península. Não me parece que suas condições geográficas de clima, de solo, de posição, etc., divirjam muito das espanholas. Por outro lado não havia isolamento entre os velhos lusos e os velhos espanhóis. Mon-

houvesse contra ela o antagonismo secular espanhol, sempre em ação. Esse antagonismo provocou uma reação que solidificou enormemente através dos seculos o lusitanismo.

(328) E se, porventura essa solução tivesse se realizado, em que ela teria sido melhor para Portugal? Se os Aviz tivessem unificado a Iberia, a questão teria tido um desfecho e uma evolução historica mais benefica para Portugal? Tenho a impressão que não. Teria sido apenas uma solução feliz para a dinastia de Aviz.

Portugal, por fim, teria sido engulido pela muito maior, mais populosa e mais poderosa Espanha, e a corte logo estaria em Madrid ou em Toledo em vez de em Lisboa. Os Aviz se teriam espanholizado

(329) Por outras vezes, quasi Portugal unificou a Iberia. O filho de D. João II de Portugal, o infante D. Afonso se casando com a infanta D. Isabel, herdeira de Castela, esteve quasi realizando o velho objetivo iberico. Mas D. Afonso morreu. Mais tarde essa mesma infanta D. Isabel, filha mais velha dos reis catolicos, se casou em segundas nupcias com D. Manuel rei de Portugal, o qual chegou a ser jurado herdeiro de Castela. Mas dessa vez, morrendo D. Isabel, malogrou-se o sonho manuelino.

Filipe 2.^o de Habsburgo, conseguiu em 1580 realizar em sentido inverso o que seus avós não conseguiram.

tanhas não se estendiam ao longo da fronteira, a qual era perpendicular aos rios navegáveis que serviam de comunicação entre os países da Península. Com isso vê-se que as comunicações entre os grupos humanos peninsulares eram abundantes. Logo, estes não podiam ser muito diferentes. Então não havia causa estribada na geografia para que tivesse uma origem a nacionalidade portuguesa.

De acordo com o fator geográfico não deveria ter havido separação entre as nacionalidades espanhola e a portuguesa. Esta teria nascido, então, de uma simples casualidade e haver Afonso Henriques, graças a uma psicologia mais alevantada, tido um ímpeto ardoroso, no sentido de se separar de Castela, Leão e Galiza? Sim, creio que foi esse avanço do primeiro rei borgonhês, de Portugal, o início da nacionalidade, a qual foi tomando uma rigidez e uma consistencia cada vez maior devido à pressão espanhola que se desenvolvia incessante, vigorosa, inclemente e persistente do lado oriental.

Há um principio sociológico que estabelece para a solidiedade social, maior intensidade quanto mais forte seja a pressão externa. Se Portugal não tivesse recebido do lado oriental a força compressora que se tem exercido, é certo que não teria obtido a solidez nacional que foi evidente no decurso de sua evolução histórica.

Pode-se bem atribuir ao estudo de firmeza do bloco nacional português, aquelas palavras de Basilio Machado: "Portugal, átomo de terra que Castela comprime mas o Oceano alarga". Foi essa compressão castelhana que emprestou a Portugal essa solidez cristalina do seu bloco nacional, resistindo a todas as tentativas de absorção do lado oriental, não se havendo deixado assimilar pelo espanhol, durante os 60 anos de domínio político.

As lutas entre Portugal e as demais nações hispânicas tiveram início logo no século XII, mas em 1385 que culminaram com a tentativa castelhana de absorver o reino ocidental. Mas então a personalidade de D. João I, o Mestre de Aviz,

que parece fortemente auxiliado pelos ingleses, tendo obtido a vitória decisiva de Aljubarrota, impediu que os designios de Castela fossem materializados. O neto desse Mestre de Aviz, na aventura que teve como epílogo a batalha de Toro, quasi que realizou a solução inversa. De fato, se Afonso V, o Africano, houvesse sido vencedor no prelio em que as hostes lusas não conseguiram esmagar as castelhanas, teria unificado a Espanha, sendo Portugal o elemento principal. Nessa emergencia, acredito que as nacionalidades espanholas não teriam evidenciado as virtudes de inassimilidade que os portugueses demonstraram desde 1580 a 1640 em que sofreram o peso do punho espanhol obrigando-os ao jugo doloroso.

Portugal, pois, embora menor e menos populoso, era mais coeso, mais fortemente constituído. Ele formava uma nacionalidade mais rija do que qualquer outra. Na Europa, creio que não havia grupo humano tão sólido, com características tão bem delimitadas, com delineamentos tão nítidos. Se Portugal fosse constituído por uma região geográfica bem delimitada e isolada do resto da comunidade humana, não poderia possuir uma alma nacional tão robusta e tão diferenciada da da Espanha como apresentou.

Por isso o idioma português logo se diversificou do galego, dando a Portugal mais um colorido de separação das mais nações peninsulares, irmanadas pelo laço político que Fernando e Izabel, os católicos, estenderam sobre elas.

Foi assim que um antagonismo vivo se estabeleceu entre as duas nações peninsulares, antagonismo esse que atravessou os mares e se perpetrou na América entre as duas estirpes.

O período em que o dominio espanhol se fez sentir sobre Portugal e sobre as suas terras coloniais, longe de desfazer esse antagonismo, foi motivo de exacerbá-lo a ponto de transformá-lo em hostilidade.

Quando terminou o domínio espanhol, em 1640, o espírito de lusitanidade estava mais concretizado, como também na América se haviam definido, com muito mais precisão, as regiões de domínio lusitano, perfeitamente identificadas daquelas em que o espírito de espanholidade preponderava. Isso se dava, não obstante haverem se comunicado durante o período espanhol, de 1580 a 1640, as terras das duas coroas ibéricas. Essa comunhão foi uma das causas da facilitação do aumento das terras portuguesas e da diminuição das terras espanholas. Graças, em parte, à falta de separação entre as regiões divididas pela linha das Tordesilhas, os de procedencia lusa arrojavam-se pela parte espanhola, fazendo recuar a fronteira hispano-portuguesa até os contrafortes andinos. Portugal nunca se conformara com a fronteira de Tordesilhas, de modo que, quando houve a separação da Espanha, tratou não só de confirmar a sua independência, como de estender a sua dominação pelo sul, até ao Prata, se possível. O padre Antonio Vieira, no reinado de D. João IV, tudo fez para obter o auxilio da Holanda, no sentido de ser assegurada essa independência. A Espanha, ocupada com a guerra dos Trinta Anos, nada pode fazer contra Portugal, que, tendo obtido de fato, em 1640, a sua independência, só a teve de direito em 1668, quando foi reconhecida por Carlos II da Espanha, que em 1665 havia recebido a herança pesada de seu pai, Filipe IV.

Logo, porem, que D. João IV se havia entronizado em Lisboa, o padre Antonio Vieira quiz orientar a politica externa do reino bragantino, no sentido de buscar entendimento com a Holanda, para com esta invadir as partes espanholas da América.

Nesse sentido encontrei um documento municipal paulistano, o qual datava do governo de Antonio Teles da Silva, convidando os paulistas a de acordo com as conveniencias da Holanda, irem à conquista de Buenos Aires (Ellis, "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano").

Sem embargo desse antagonismo manifesto contra a Espanha, ele só se materializou em 1678, quando Portugal, onde reinava D. Pedro II, resolveu estender o seu dominio sulino até a boca do Prata.

Os Braganças perdiam o medo dos Habsburgos espanhóis. Com efeito, pois a independencia portuguesa parecia solidificada, sendo rainha da Inglaterra, a infanta portuguesa D. Catarina, esposa de Carlos II Stuart e irmã do rei de Portugal e estando a Espanha em flagrante decadencia.

A ocasião era azada para uma avançada contra a Espanha!

Assim, foi elaborado o plano e D. Manoel Lobo, Governador da Repartição Sul em 6 de dezembro desse ano, ordenou ao Capitão mor Diogo Pinto do Rego para que fosse, aprestando, em S. Paulo, uma expedição para a fundação da Colonia do Sacramento. (Azevedo Marques, "Cronologia", 240).

Em outubro de 1679, Manoel Lobo à frente de numerosa expedição passou por Santos e aí naturalmente recebeu a expedição paulista-viceentina que se organizava sob a direção do Capitão mor Diogo Pinto do Rego e incorporando-se a ela seguiu por via marítima para o Prata.

(Diz Azevedo Marques ("Cronologia" 240) que a expedição paulista se compunha de 200 homens. Acredito que o número de indios não estivesse computado).

CAPITULO LIII

PRÓDROMOS DOS DESCOBRIMENTOS AURÍFEROS (330), (331), (332), (333), (334)

Quando se deu o grande acontecimento, que tão fundo repercutiu na evolução do conjunto das colónias brasileiras?

Já no quinhentismo era preocupação dos Governantes da terra encontrar na frente portuguesa, da América, um "pendant" dos mananciais de riquezas minerais que a parte espanhola dava à metrópole europeia. Desdê os dias cabra-

(330) A principio a expedição de Nicolau Barreto, deveria ter sido uma simples *entrada* oficial de buscas, à semelhança da de André de Leão, organisadas como foram por D. Francisco de Sousa.

Mas, tendo este Governador Geral sido demittido em começos de 1602, sendo nomeado, então, para o substituir Diogo Botelho, tambem a expedição foi transformada. Os seus aprestos completaram-na como bandeira apresadora e a sua partida foi retardada até os fins desse 1602. Foi ela então composta de numerosos bandeirantes, que saíram com o unico escopo de prear escravos.

(331) A fonte de atividade, concretisada no apresamento, de lucro seguro e immediato, impediu qualquer outra, entre as quais a de pesquisas metalíferas, que eram incertas quanto aos lucros e que as repetidas desilusões já haviam eliminado das esperanças dos planaltinos.

(332) Esse feito raposiano, está enfeitado das lendas as mais fantasticas. (Machado de Oliveira, *Quadro histórico*).

(333) Referindo-se a Borba Gato, diz Paulo Prado (*Paulística*, 118): "Na classica longevidade de Paulista antigo, morreu aos noventa annos na sua fazenda de Paraopeba"

Soares de Melo no seu livro *Emboabas*, nos oferece muitos elementos sobre esse vulto.

(334) Esse Garcia Pais foi, nos fins do século XVII, o construtor do Caminho Novo para as Gerais. Sobre isso, ensina Paulo Prado, (*Paulística*, 37):

"Ao findar o seculo XVII, Arthur de Sá e Menezes, Governador do Rio de Janeiro, contrata com Garcia Rodrigues Paes, filho do len-

linos que a febre das riquezas trazia uma interrogação muda no capítulo mineral das colonias. Havia a norma de que o Oriente era mais nobre do que o Ocidente, de modo que estando o Brasil na parte oriental da América sulina, era fatal que tivesse opulento o subsolo. De fato, não era só a crença popular que isso estabelecera. O Brasil, logo de inicio, revelou indícios crescentes da existencia de minerais em seu interior, mas estes não atingiram as imensas proporções dos tesouros incalculáveis de riquezas com que a América abarrotou as arcas dos Filipes espanhóis. A parte espanhola da América produziu riquezas, em regra, oito vezes mais vultosas do que a parte portuguesa (Roberto Simonsen, loc. cit.).

Foi, porem, no seiscentismo que se desenrolaram, com mais vigor, as buscas em torno das riquezas do interior brasileiro.

Tocou o preludio da sinfonia das buscas mineralógicas no sertão, a expedição de André de Leão, mandada por D. Francisco de Sousa, o grande impulsionador das pesquisas no sertão, à cata de riquezas. André de Leão foi em demanda dos terrenos de além Mantiqueira. Parece que chegou até as Paraopeba, mas nada encontrou. Geralmente as ban-

dario Fernão Dias, a abertura de uma estrada ligando directamente a capital da Repartição Sul aos descobertos das Minas Geraes. Era a morte da velha estrada descripta por Antonil, que de S. Paulo a Taubaté conduzia aos sertões mineiros: o governo da metrópole — diz Capistrano de Abreu — sacrificava concientemente S. Paulo a Minas. Talvez, mais do que qualquer outra, seja a criação desse caminho uma das razões da guerra dos emboabas que acabou numa derrota paulista, apesar da diplomacia com que a liquidou a metrópole, e sendo por seu turno o motivo que atirou a gente de S. Paulo para os desertos de Goyaz e Matto Grosso”.

De fato, tem razão Paulo Prado!

O Caminho Novo foi o maior desserviço que poderia ter sido feito a S. Paulo.

Se José Dias conspirou contra Fernão, seu pai; Garcia, outro filho de Fernão Dias, fez ainda mais contra sua terra: golpeou-a de morte!

deiras de pesquisas metalíferas transformavam-se em expedições de preamento, mas essa deveria ter escapado a essa regra pois era composta de algumas dezenas de expedicionários, apenas, e para realizar um apresamento lucrativo era mister que a expedição fosse não só numerosa como apetrechada para agir belicamente em ofensiva. A expedição seguinte à de André de Leão, foi a de Nicolau Barreto. Já tratamos deste feito e de como estou na convicção firme de que ela foi até esse Potosi que desde 1545 dava tantas riquezas à Espanha.

Durante toda a primeira metade do seiscentismo os paulistas deixaram as buscas metalíferas.

De fato, os documentos nada nos falam de cousas nesse sentido. Dir-se-ia que a atividade da gente planaltina estava ocupada com algum objetivo mais importante. De fato, os habitantes desta região, com um mercado consumidor de escravos índios da importância do que para eles representava o Nordeste açucareiro, que eles em virtude dos holandeses, supriam em monopólio e com um celeiro de apresamento nas terras castelhanas, (a restauração lusa ainda não se tinha feito) não cuidavam de outra coisa. O lucro imediato do apresamento empolgava os paulistas de um modo absoluto. Daí não ter havido pesquisas mineralógicas nesta primeira metade do século. Cessadas essas cousas, que tornavam o apresamento a única fonte de atividade em S. Paulo, os paulistas começaram a lançar suas vistas para outras atividades possíveis a eles. De fato, a restauração do domínio lusitano veio, senão impossibilitar, ao menos dificultar muito a penetração paulista em terras castelhanas. Aliás os celeiros de mercadoria excelente e abundante já estavam quasi esgotados nessa região, com a destruição dos estabelecimentos jesuíticos. Por outro lado, os holandeses, na segunda metade do seiscentismo, havendo perdido a hegemonia naval não puderam manter a supressão do tráfico africano. A guerra anglo-holandesa, com a batalha de Dover e a conquista

ta da Angola, na costa africana, fizeram com que o tráfico africano para o Brasil fosse restabelecido. Os paulistas, ante isso, ficaram sem o monopólio do fornecimento de braços para a lavoura açucareira. Era natural, pois, que, tendo-se cerceado o seu principal motivo econômico, os paulistas procurassem outras atividades. Daí a riqueza com que apresentam os documentos e outras fontes informativas sobre as pesquisas metalíferas. Sabarabuçú voltou a dardejear a fulgência de seus raios potentes sobre a multidão planaltina, que se tornou ávida de cubiça gulosa. Foram varias as empreitadas buscando riquezas metalíferas, as que partiam de Piratininga. Já em 1648, o famoso Raposo Tavares saiu de S. Paulo e foi até os Andes, ganhando o litoral em descendo o rio Amazonas. Ele, em 1651, surgiu no Pará, na cidade de Gurupá, na foz do rio Mar. Por que esse assombroso périplo, maior do que o percorrido por qualquer conquistador espanhol, na época do devassamento da América? Raposo Tavares foi aparentemente à cata do ouro. Descubri um documento nesse sentido, dentre os documentos municipais publicados pelo eminente Washington Luis (Ellis, "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano"). Por ele se vê, com clareza, o verdadeiro objetivo de Raposo Tavares com a sua gigantesca empresa. É possível, porem, que isso fosse mera desculpa do grande sertanista, que ao se ver perdido na bacia amazonica, teria inventado essa historia hipocrita de ter saído de S. Paulo, em busca de descobrimentos auríferos.

Logo a seguir a esse empreendimento de Raposo Tavares, vamos encontrar Álvaro Rodrigues do Prado buscando nos alcantás mineiros, a famosa Sabarabuçú, de tão misterioso renome (Ellis, "O Bandeirismo").

Pouco depois de Álvaro, em 1656, vai Luiz Pedroso morrer nos Andes, as mãos dos "serranos". Pedro Taques, na sua monumental "Nobiliarchia" não consigna data certa para essa empresa de Luiz Pedroso. Isso fez com que a

verdade histórica fosse desviada, pois os copiadores de Taques formam uma legião. Felizmente a publicação dos documentos arquivais paulistas, feita pelo insigne estadista Washington Luis veio corrigir o erro e estabelecer a verdade.

A seguir esse empreendimento de Luiz Pedroso, que a meu ver foi uma reedição do feito de Raposo Tavares, diversos foram os feitos da gente paulista, mas dos que tinham objetivo de descobrir metais, só vamos encontrar Lourenço Castanho Taques, em 1669, buscando, depois de esmagar os Cataguazes, os céberos das Gerais, as primeiras amostras do fulvo metal.

Com Lourenço parece terem-se momentaneamente acalmado as pesquisas em torno de metais preciosos e pedrarias. Houve, em 1673, a partida da expedição de Fernão Dias, mas ela logo desviou-se das buscas a metais preciosos para a das pedras verdes.

Mais tarde parece ter, em 1680, Bartolomeu da Cunha Gago, filho de Antonio da Cunha Gago, o Gambeta, partindo de Taubaté, descoberto as primeiras amostras de ouro.

O padre João de Faria Fialho, em companhia de um Manoel de Borba, o qual é provavel que seja Borba Gato, também parece ter descoberto ouro em terras de além Mantiqueira; tendo saído igualmente de Taubaté. Aquí é preciso se ter em conta que Borba Gato estava foragido pois era acusado de haver assassinado D. Rodrigo, nas penumbras do Sumidouro. ("Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo", vol. V, 268-269; Basilio de Magalhães, "Expansão Geográfica", 154, 155).

Garcia Rodrigues Pais, filho de Fernão, também é um indigitado descobridor do ouro nas Gerais, segundo verifica-se da sua carta patente de capitão-mor da entrada e descobrimento e administrador das minas. (Basilio de Magalhães. "Expansão Geográfica", 154).

Antonil relata que o primeiro descobridor do ouro nas Gerais foi um mulato da bandeira de Salvador Fernandes

Furtado de Mendonça, durante a Governança de Artur de Sá e Menezes. Ora, como esse Governador só tomou posse em 1697, segue-se que a descoberta do ouro, nas Gerais, para Antonil, só foi nesse ano. Sim, porque o Governador foi até 7 de outubro de 1694, Antonio Pais de Sande, nessa data acometido por uma apoplexia; André Cussaco, provido interinamente pelo Governador Geral, João de Lancastro, governou até 15 de abril de 1695, quando, e depois de ter sido nomeado provisoriamente, tomou posse Sebastião de Castro Caldas que governou até 2 de abril de 1697, sendo então empossado Governador, definitivamente nomeado, Artur de Sá e Menezes, que além de Governador foi capitão General da Repartição Sul. (Basilio de Magalhães, loc. cit. 158).

Não parece ser, pois, consentâneo com a verdade, a versão de Antonil e com isso cai por terra o que estabeleceu Diogo de Vasconcelos.

Outro consagrado descobridor do ouro, que a tradição e algumas "provas oficiais", ampararam apesar de Derby não se afinar pelo mesmo diapasão, foi Antonio Rodrigues de Arzão, que saindo de Taubaté, em 1693, achou cascalhos auríferos no rio da Casca tendo, no Espírito Santo, dado a sua descoberta ao capitão mor de Vitória. Não tendo Rodrigues de Arzão podido voltar para explorar o seu achado, por ter falecido em Taubaté, deixou o roteiro das suas buscas felizes a seu concunhado Bartolomeu Bueno de Siqueira e a outro concunhado Carlos Pedroso da Silveira, que manifestou o achado oficialmente, perante Sebastião de Castro Caldas, em 1695, tendo disso sido cientificado o soberano de Portugal (Basilio de Magalhães, loc. cit. 158 e 159).

Esses deveriam ter sido os primeiros descobridores do ouro.

Depois disso, houve a precipitação da avalanche que constituiu propriamente o fato da exploração dos mananciais auríferos nas Gerais.

Basílio de Magalhães, na sua tão citada quão magnífica "Expansão Geográfica", relata com resumo, como se deram as sucessivas descobertas. Diogo de Vasconcelos na sua "Historia Antiga de Minas Gerais" fez o mesmo serviço, pelo que eu me abstenho de cuidar do assunto de um modo mais minucioso.

Quer me parecer que essas questões de fato interessam mais as Efemérides e a Cronologia.

Penso ter mais importancia a questão que tenha influido na evolução histórica.

Com efeito, a historia de S. Paulo não se alteraria se o nome do descobridor fosse mudado ou se a descoberta das primeiras amostras do ouro tivessem sido manifestadas, antes ou depois, em um ano determinado ou em outro.

Essa sucessão de detalhes constituem os fatos.

CAPITULO LIV

O OURO NAS GERAIS (335), (336), (337), (338), (339), (340), (341), (342), (343), (344), (345), (346), (347), (348), (349), (350)

Ao estudar o ouro nas Gerais, devemos para metodizar o assunto, dividi-lo em três partes:

- a) *causas.*
- b) *fatos do descobrimento e da mineração.*
- c) *consequencias.*

As causas da descoberta do ouro foram varias:

- a) *As humanas.*
- b) *As econômico-sociais.*
- c) *As provenientes da ambição reinol.*
- d) *As geográficas.*
- e) *As provenientes da casualidade.*

As humanas são as que assentam nas delimitações biológicas do grupo humano paulista. Foi graças à particularidades devidas à constituição especial da estirpe planaltina, com a sua espantosa varonilidade, o seu espírito extraordi-

(335) O historiador, hoje, precisa imperiosamente ser enciclopédico, e com saber sobre sociologia, antropologia, geografia, geologia, biologia, psicologia, economia, etc., totalizando em uma cultura geral ampla sobre os diversos ramos do conhecimento humano que auxiliam a resolução dos problemas históricos.

Se porventura o historiador não tiver essa cultura geral, terá de se limitar a ser méro cronista.

nariamente tenaz, o seu apego magnífico à aventura, a sua soberba resistência física e moral, a sua estupenda fecundidade, multiplicadora de suas populações, a ponto de se desdobrar pelo vale do Paraíba, formando em Taubaté um grande núcleo de expansão, isto tudo oriundo da mestiçagem das seleções, da consanguinidade, do meio geográfico, etc.

(336) Não mais foi injetado no corpo étnico-social do planalto, o elemento americano. Os exercitos paulistas, que no medio seiscentismo, eram compostos de tupis, passaram a ser incorporados por mamelucos, isto é por gente mestiça filha daquela.

(337) O afluxo de gente da Europa foi tão grande que em 1795, a população de Minas era de 450.000 habitantes (Varnhagen, *História Geral do Brasil*, II).

(338) Calógeras, *Política Exterior do Imperio*, I, 183.

(339) "Das cidades, villas, reconcavos e sertões — cita Varnhagen — ~~em~~ brancos, pardos e pretos e índios, A mistura era de toda a condição de pessoas; homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus; seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não tinham no Brasil, convento, nem casa". (Paulo Prado, *Paulística*, 78).

(340) Meu cálculo tem razão de ser, a respeito da imigração reinol atraída pelo ouro, em se tendo em vista que, 100 anos depois a região de Minas em divisa com o Rio de Janeiro, chegou a ser das partes de maior população no Brasil. Como teria surgido essa população? É ainda de notar que para se opor aos franceses em 1711, as Gerais, por meio do voluntariado, mandavam de socorro ao Rio, um corpo de cerca de 6.000 homens. Que população seria preciso para fornecer isso?

Em abono do que sustento, diz Augusto de Lima Junior no seu brilhante *A Capitania das Minas Gerais*: "O rapido crescimento da população das Minas e a necessidade de organizar melhor os interesses regios, em materia de impostos, fizeram com que a 2 de dezembro de 1720 fosse desmembrada da de S. Paulo a capitania de Minas, sob o governo de D. Lourenço de Almeida e com o nome que lhe ficou de Minas Gerais.

Possuia a Capitania, nessa data, cerca de duzentos a cincoenta mil habitantes, dos quais aproximadamente cem mil brancos, cincoenta mil escravos africanos e cem mil pardos e mestiços.

Se fizermos abstracção desse elemento humano, por certo não teríamos o descobrimento do ouro. Ele tanto podia ser feito do lado de S. Paulo como do lado do Rio de Janeiro ou da Baía.

Do lado do Rio de Janeiro, a distancia era muito mais curta e do lado da Baía o caminho era muitissimo mais facil, pelo rio de S. Francisco, até o seu alto curso, enquanto que de S. Paulo, a via arestosa do rio Paraíba era sucedida por obstáculos tremendos como a Mantiqueira.

Em 1730 continuava o crescimento vertiginoso da população que orçava então, em mais de trezentas mil almas.....”.

Desses, 100.000 eram escravos, segundo Taunay, *Subsidios para a Hist. do Trafico*, 662.

(341) Essa avalanche humana, vinda de Portugal, fazendo com que o Brasil ficasse mais português, pela inundaçào das ideias do pensar, dos costumes, do sentir, etc., sofrida pela nossa atmosphera retardou de um seculo a nossa emancipação politica. O Brasil, que tinha, em varias das suas regiões, bem evoluída a formação da alma nacional, que tinha em franco desenvolvimento a ideia de patria propria, consolidada em varios lugares, por varias epopeias, como a das guerras holandesas, a do bandeirismo, etc. e por uma literatura unicamente brasileira, etc., via subitamente, pelo advento de tanta gente reinol, um retrocesso de sua psicologia e um afastar de si todo o espirito da liberdade.

Os acontecimentos históricos confirmam essa norma de pensamento, pois tivemos um longo seculo de sepulcral silencio nas minas, só perturbado por dois movimentos fracassados: o de Filipe dos Santos em 1720 e o de Tiradentes em 1789. Não tivesse o ouro brasileiro, atraído tanto português, a nossa atmosfera nacionalista não teria assim se atrasado e a nossa libertação teria resultado muito mais cedo.

Nas Treze Colonias anglo-americanas, onde não houve o ouro a atrair o europeu, o espirito de patria se forma muito antes e muito mais rapidamente evoluiu para a vitoria.

Nós tivemos o povoamento iniciado em 1532 e a separação em 1822 isto é 300 años depois.

Lá a colonização começada em 1607, a independencia em 1783 isto é 176 anos depois. Não é eloquente isso? O responsavel foi o ouro!

Já a descoberta dos metais, em Minas Gerais, tinha sido tentada desde o quinhentismo e o fanal da rebrilhante Sabarabuçu, sempre aguçava a avidez dos pesquisadores da Baía ou do Espírito Santo. Entretanto, nenhum destes conseguira desvendar as ricas entranhas mineiras, sem embargo dos constantes pedidos da Metrópole, ansiosa pelo "pendant" que a parte oriental da América do Sul que era a portuguesa deveria oferecer em contra partida ao ocidente menos nobre da América do Sul que era a parte espanhola. Não obstante todas as vantagens, os dessa opulenta Baía, sem embargo de seus recursos e da sua população, preferiram ficar arranhando o litoral como caranguejeiros. Por que isso?

(342) "A immensa riqueza dos descobertos das Minas Geraes foi, para os Paulistas, um sonho rapido e fugaz. Entre outros, a carta regia de 18 de março de 1664 lhes tinha promettido e, dado a propriedade das jazidas que descobrissem, pagando o quinto à coroa. Essas promessas que tanto animaram as expedições mineiras da gente de S. Paulo, foram burladas por factos posteriores que as vieram esbulhar da posse e gozo dos thesouros revelados por annos de incansaveis explorações!....."

Essas migrações rapidamente despovoaram a capitania..... A mina vinha acabar com a bandeira já enfraquecida pela migração dos criadores de gado". (Paulo Prado, *Paulística*, 77).

(343) "A descoberta do ouro é que trazia para os nucleos de Minas Gerais enorme afluxo de africanos". (Taunay, *Subsidios*, 622).

O illustre historiador Roberto Simonsen (*Historia Economica do Brasil*, I, 205), diz que o ouro foi o responsavel pela importação de 600.000 negros africanos, durante um século o que corresponde a 6.000 por ano.

(344) O aumento do poder aquisitivo foi tão grande que até no misérrimo planalto paulista um *potentado*: "compraria ao Marquez de Cascais a Capitania de Sto. Amaro, si D. João V não tivesse atravessado o negocio". (Washington Luis, loc. cit., se referindo a Pedro Taques, *Nobiliarchia*).

Dir-se-a que na Baía haviam ocupações mais lucrativas e que a industria agrícola da cana de açúcar oferecia mais oportunidade à população: Isto é incontestavel, mas o poder público poderia empreender buscas como fez D. Francisco de Souza.

Faltava-lhe, porem, o elemento humano. Não havia, na Baía, gente possuidora dos contornos dos paulistas, isto é, dos traços físicos, fisiológicos, morais e intellectuais, próprios para o exercicio do bandeirismo. Essa é a única explicação para esse fato de não haver o ouro sido encontrado por gente que não a do planalto.

As causas econômico-sociais são as estribadas em que havia necessidade dos planaltinos buscarem uma fonte de renda qualquer e isso o fizeram na ansia com que se dedicaram ao apresamento. A custa de tanto repetir as peregrinações nas correrias atrás da presa, o ouro foi encontrado.

Se não fosse o apresamento de escravos ameríndios o ouro não seria encontrado, pois não haveria um número de bandeiras tão grande no decurso de uma das quais o metal foi desvendado. Aliás, foi uma bandeira de escravização do ameríndio que casualmente encontrou o ouro.

(345) A proposito da guerra dos Emboabas, consultem-se os magníficos livros de Aureliano Leite, *O cabo maior dos paulistas na Guerra com os Emboabas* e o de Soares de Mello, *Emboabas*.

(346) Eu calculo que do total de 170 milhões de libras extraídas das Minas, mencionado por Simonsen, Calôjeras, Eschwege e outros, 100 milhões foram para a Inglaterra, 50 milhões ficaram em Portugal e 20 milhões apenas permaneceram no Brasil.

(347) Quando por qualquer circunstancia o elemento nacional, mais radicado a terra, se avolumava, havia uma manifestação concreta em uma exploração revolucionaria nas Minas. Eis o caso de Filipe dos Santos em 1701

Quando, por fim, a imigração reinol diminuiu nos fins do seculo, pelo enfraquecimento das velhas lavras e aluviões, e quando a população brasileira já estava em avançada fase de nacionalização na evolução progressiva da formação da consciencia de patria nova, tivemos

As causas provenientes da ambição reinol estribam-se na visão dramática que obscurecia os horizontes dos Governantes de Portugal. Desde o início do Brasil, os portugueses embriagavam-se com a possibilidade de ser o ouro ou outro metal nobre qualquer encontrado na parte lusitana da América. A Europa vinha de sair da Idade Média e a Renascença dera à Europa, com as suas comunicações com o Oriente, um aumento formidável de "stock" de ouro e por conseguinte, da circulação fiduciária, isto é, da moeda. (Roberto Simon-

o movimento da Conjuração mineira, que nada mais foi do que um sintoma palpável e evidente dessa situação.

(348) Calógeras, *Política Exterior do Império*, I, 196.

(349) O Rio de Janeiro passou a ser o entreposto importador e mercantil dos escravos vindos da África e encaminhados para Minas. (Taunay, *Subsídios*, 622), e de mercadorias a serem consumidas pelos mineradores das Gerais.

(350) A imensa riqueza enviada para Portugal foi delapidada, em grande parte pelo sultão-rei D. João V, da forma mais estúpida possível.

É assim que, Paulo Prado, no *Retrato do Brasil*, 98, diz: "...o resto dispendia-se em pensões aos cortesãos, em gastos com embaixadores e construções dispendiosas. Uma missão a Roma custou 2 milhões de cruzados; o conde de Tarouca recebia uma pensão de 80.000 cruzados, o Marquês de Abrantes de 60.000. A construção de Mafra absorvia a importância da receita e despesa totais do Estado, empregavam 12.000 operários, que se pagavam com dificuldades. E quando morreu D. João V, a penúria do Estado era tal que o governo recorreu a um negociante de Lisboa para as despesas dos funerais".

Foi assim que, Portugal, com esses dispendios não interessantes ao Brasil, com esses favores a essas personalidades exóticas deste lado do Oceano, e com o emprego de dinheiros, aqui arrecadados, fora do território brasileiro, formou uma atmosfera de descontentamento no Brasil, a qual evoluiu para a separação de 1822.

A conjuração mineira foi uma etapa dessa evolução.

Sim, porque ninguém, a menos que seja imbecil, quer dividir com estranhos os seus lucros, resultados dos seus esforços!

Não é com injustiças que se consegue reter alguém!

Não é com vinagre que se apanham moscas!

Portugal agiu assim com o Brasil!

sen, "Historia Econômica do Brasil", vol. I). Daí provem uma avidez mórbida pelas riquezas, o que foi espicaçado pelas opulencias da India e pelas que os espanhóis encontravam no seu quinhão na América. Os portugueses aí pareciam menos afortunados. Não só nada encontraram no subsolo da sua parte americana, como também não havia aí nenhuma civilização que lhes outorgasse uma promissora perspectiva qualquer de uma população adensada que commerciasse intensamente com a metrópole, absorvendo-lhes muitos productos e enviando-lhes muita materia prima.

Portugal desiludindo-se de obter riquezas minerais no Brasil, contentou-se no quinhentismo com as vegetais, resumidas no pau-brasil e na cana de açúcar. No fim desse século, porem, parece que uma recrudescencia de avidez agitou a metrópole, nesse tempo espanhola e não portuguesa, porque já Filipe II da Espanha havia incorporado Portugal com seus territorios.

Talvez as aventuras de Walter Raleigh e dos famosos "Virginians pioneers", tenham com as suas lendas de "Manoas", do "El dorado" etc., agitado a ambição metropolitana, que com D. Francisco de Sousa, Roberio Dias, Muribeca, etc., manifestou visivelmente essa recrudescencia.

Parece que, com os desenganos de Sabarabuçu, houve uma paralisação das pesquisas de riquezas. Durante muito tempo o seiscentismo calou-se misteriosamente sobre as minas a serem desvendadas.

O proprio D. Francisco não pensou mais em metais ou pedrarias e terminou sua vida de minerador envolvido nos mineiros ferríferos do Ipanema. O seiscentismo, cheio de capítulos memoraveis e de acontecimentos espetaculosos, foi silencioso a respeito de mineração de ouro ou prata e a placidez da vida colonial nesse século, só de quando em vez, com muita raridade, era quebrada pela noticia de qualquer cousa em torno do nome sonoro de Sabarabuçu. Já na segunda metade do século do seiscentismo a monotonia da vida

bandeirante era desfeita por uma ou outra carta autógrafa emanada do proprio punho do soberano português e dirigida a algum potentado paulista geralmente do grupo lusitano-filo.

Assim, com a data de 27 de setembro de 1664, el rei Dom Afonso VI, dirigiu-se aos paulistas convidando-os a prestar auxilio a Agostinho Barbalho Bezerra que ia em exploração às minas de pedras preciosas situadas nas nascentes do rio Doce, prometendo-lhes recompensas, etc. ("Cronologia", 238; Azevedo Marques).

Três anos depois, disso era deposto, em Lisboa, o rei Afonso VI, signatário dessa carta, por seu irmão D. Pedro que, não contente de se haver apossado da esposa de seu irmão, tomou-lhe o trono, invocando como motivo estar seu irmão completamente desequilibrado.

Em 1674, no dia 26 de Abril, esse rei escreveu uma carta ao paulista Pascoal Pais de Araujo concitando-o a prosseguir nos esforços para o desvendamento de riquezas.

Em 12 de setembro de 1678, esse mesmo monarca escreveu uma carta autografa a Fernão Pais de Barros pedindo-lhe que desse auxilio à expedição de D. Manoel Lobo (Azevedo Marques, "Apontamentos" e "Cronologia").

Assim ia-se manifestando a gula reinol da coroa portuguesa, em torno das riquezas, à procura das quais, em alucinadas buscas, eram aproveitadas as qualidades eugênicas dos paulistas.

As causas geográficas do descobrimento aurífero, residiam na feitura especial, na confirmação geológica do solo, do subsolo e da orientação potamográfica da região, bem como a ondulação regional, na particular composição geológica do solo e do subsolo da Mantiqueira, com as ramificações de seu sistema orográfico. A orientação especial de seus rios, especialmente do S. Francisco, do Doce, do Grande, do das Mortes, das Velhas, bem como do Paraíba, do outro lado da Mantiqueira, foram complementos magníficos à composição

geológica do solo e do subsolo das Gerais, no qual a desintegração da rocha produz a aluvião aurífera depositada nos fundos transparentes dos correços, onde a vão colher as batéias do minerador.

A casualidade foi, não há que duvidar, um fator de magna importancia na descoberta de riquezas no Brasil.

Quantas vezes passaram dezenas de bandeiras por sôbre os ricos filões e as preciosas jazidas, à sombra do majestoso Itacolomi, refletindo-se nas aguas cristalinas dos Gualaxos ou descansando à sombra amena do Sumidouro, suportando os mefíticos miasmas de Vapabuçú, avançando por entre os pedregais ásperos do Sabará ou pelos descampados íngremes do Carmo, sem que desconfiassem de que sob as suas passadas de gigantes jaziam as ofuscantes riquezas que fizeram a base da atividade brasileira no século XVIII!

Essas teriam sido as causas.

CAPITULO LV

CONSEQUÊNCIAS (351)

Todo fenômeno histórico deve ter suas causas, seus sucessos e a seguir, suas consequências. Ainda que, bem ocultas, essas causas e essas consequências devem aparecer. O mérito do historiador consiste, mesmo, em descobri-las. Para isso é preciso certa dose de perspicacia, mas é preciso que isso seja posto em ação para que o fenômeno histórico seja bem esclarecido. O estudioso, que só cuida de esmerilhar o fato, sem se importar com o que o motivou e com o que resultou da sua materialização efetiva, não merece ser tido como historiador. Poderá ser um ótimo colecionador de dados, um magnífico compilador de cousas já impressas, um muito bom reunidor de bibliografias, mas, jamais um historiador. A sociologia, a antropologia, a geografia, a geologia, a psicologia, a economia, a física, etc. são ótimos auxiliares da história, para a solução de cujos problemas está cada vez mais na dependência dessas ciencias. (352).

Estudamos as causas da descoberta do ouro. — Passámos em revista breve os acontecimentos, que fazem êsse

(351) Já estudamos os fatos que constituem o descobrimento do ouro no Capitulo anterior sob a denominação de prodromos da descoberta do ouro. Não quizemos repetir. Temos que passar em revista as consequências.

(352) O historiador, hoje, precisa ser enciclopédico, ou ter ao menos certa cultura geral, pois se não tiver terá de se limitar a ser mero cronista.

magnífico capítulo do nosso passado; — vamos ver, agora as suas consequências, mesmo porque, fenômeno que não tem consequências, não merece ser estudado como histórico.

As consequências da descoberta do ouro são:

1.º) *Cessação da expansão geográfica.*

A expansão geográfica era direta consequência do apresamento do índio. Havia uma necessidade premente, no planalto de Piratininga, de uma fonte de renda, pois que, o meio geográfico não permitia que essa região fosse produtora de açúcar ou do pau-brasil. Assim sendo, os moradores da região recorreram à escravidão do indígena, que apresavam, domesticavam, civilizavam, cristianizavam, vendiam e exportavam. (Rob. Simonsen: "*História Econômica do Brasil*", série Brasileira, Cia. Editora Nacional). Com isso, cada vez se dilatava mais a penetração do planaltino-viceentino, rumo ao oeste e ao sul. Até o fim do seiscentismo, o bandeirante, utilitariamente, prosseguia na sua faina apresadora, dilatando os limites do conjunto luso-americano, até onde encontrou a situação de fato, que habilitou o grande Alexandre de Gusmão, em 1750, a assinar o tratado de Madrid. Logo que, surgiu uma fonte de riqueza maior, cessou a ocupação sertanista de apresamento do gentio. (853)

Essa foi a primeira consequência. Sem ela, o Brasil teria continuado na sua marcha expansionista para o Norte e para o Sul. Sem ela, as quinças lusas teriam se refletido nas águas mansas do Prata, talvez nas baías imensas e nos golfões revoltos do Pacífico.

(353) Desde que um valor mais alto se alevantou, cessou tudo que a velha musa cantava. Isso é perfeitamente lógico, natural, claro e evidente!

2.º) *Cessação do apresamento do gentio.*

Desde que surgiu, nos alcantás mineiros das Gerais, uma fonte de riqueza de proporções enormes, a de apresamento de escravos índios teve o termo.

Com isso, sofreu a composição racial do planalto. A química humana da estirpe piratiningana que vinha sempre mergulhada em meio indígena e que durante dois séculos recebia gente americana, a ponto de ser o tupi-guaraní a lingua usual do planalto paulista, foi subitamente alterada com aquela paralisação. Até então, a população fez com que parasse êsse movimento e a população sofresse uma modificação no sentido de uma paulatina europeização, que foi como atingiu o século setecentista, em contraposição à marcha para a saturação em americanização, que foi à orientação. Não mais foi infestado no campo etnico-social dos moradores do planalto, o elemento americano. Os exercitos paulistas, que no medio seiscentismo, eram compostos de tupis, passavam a ser por mamelucos, isto é gente mestiça filha daquela, e depois esses exercitos foram paulatinamente desaparecendo no correr do século XVIII.

Tendo sido, muito majorado o elemento europeu, é preciso não deixar no olvido o elemento africano, até então esporádico no planalto e mais abundante com a descoberta aurífera, o planalto teve que recorrer ao elemento africano.

O planaltino, enriquecido com o ouro das minas, teve o seu poder aquisitivo majorado e pode importar o negro da África ou do Norte, onde as lavouras açucareiras entravam em declínio com a concorrência da América espanhola e com a existência das minas nas Gerais e no Sul da Baía.

3.º) *Afluxo imigratório da Europa.*

A ansia que havia, em além mar, pelas riquezas, que as entranhas terrenas do novo mundo lusitano, teimavam em ocultar, já havia transposto a simples ambição gulosa de um fácil e rápido enriquecimento, para chegar ao domínio da lenda, a qual, como um rastilho, havia espalhado os nomes promissores de "Manoas" "El Dorado", etc..

A expectativa em ser encontrado algo de miraculosamente opulento em terras luso-americanas, vinha desde Pero Vaz Caminha, dêsse neblinado quinhentismo, quando ainda o Brasil era Vera Cruz.

Mais tarde, o México e Potosi aureolaram de riquezas mil os Habsburgos espanhóis, que marchavam céleres com elas para a esterilidade.

Se era certo que, o Oriente era mais nobre que o Ocidente, o Brasil prometia messes auríferas maravilhosas!

Por fim, ao cabo de tantas tentativas, o ouro, vinha de se mostrar ao pesquisador! Foi nesse crepúsculo de um seculo que agonizava, que um paulista desvendou o manto, que encobria a virginal nudez das terras das Gerais.

Uma verdadeira onda humana transpoz o Atlântico e veio ávida mergulhar a sua çobiça nos socavões dourados. O reino europeu quasi que se despovoou em favor do núcleo centro mineiro. Os reinóis entraram nas minas em proporções de 100 a 500 vezes mais em número do que os paulistas. Eu calculo que, os paulistas tenham concorrido com 500 a 1.000 brancos e mamelucos para o povoamento das Gerais.

Não seria fora de propósito o se afirmar um número de 50.000 a 100.000 reinóis para o que significou essa onda humana emigrada da Europa. A porta de entrada dessa gente éra, a princípio, ainda no fim do seiscentismo,

por São Paulo e pelo rio de São Francisco acima, até as suas cabeceiras, mas, depois quando, Garcia Rodrigues abriu o "caminho novo", a onda humana precipitou-se pelo Rio de Janeiro. Essa gente de além-mar, com a paulista e a vinda de outras capitanias brasileiras, constituiu a população mineira. (354)

4.º) *A decadência econômica e demográfica do planalto paulista.*

Desde que, o ouro foi descoberto, os melhores e numerosos elementos planaltinos se passaram às minas (355). A ambição de riquezas teria sido a mola formidável, que fez com que o planaltino buscasse na emigração, para as regiões das Gerais, uma situação mais folgada, fazendo com isso com que decaísse o planaltino, privado em grande número de seus elementos mais eficientes. O planalto sofreu além de uma hemorragia, uma acentuada albuminúria.

Os dois pontos, pelos quais o paulista penetrava nas Gerais, eram onde hoje está o Tunel de Cruzeiro e Atibaia, próximo ao morro do Lopo. Cerca de 1.000 paulistas foram selecionados da população planaltina e levados às Minas. Isso causou naturalmente um grande depauperamento nessa população planaltina.

5.º) *Afluxo imigratório das demais Capitanias.*

Desde que, o ouro constituiu o chamariz econômico a brilhar como um irresistível fanal, no alto do Itacolomí, a materializar o mistério, enfim desfeito de Sabarabuçu, da

(354) Segundo Taunay, "*Subsídios para a Hist.*", 662.

(355) Durante o século setecentista as únicas manifestações de varonilidade do planaltino, consistiram nas magníficas atuações deles nas guerras no sul com as defesas do Rio Grande do Sul, páginas epopeicas da nossa história em que eles tomaram parte com grande relevo.

Lagoa Doirada, da Vapabuçú e de outras riquezas miraculosas, mais a alucinação febril, que a cobiça proporciona, fez, com que todos deixassem seus afazeres alhures e ululantes buscassem as minas. Houve introdução, nas regiões da Mantiqueira, pelo rio de São Francisco acima, de uma avalanche humana das demais regiões brasileiras, a qual, com a que veio de além-mar, constituiu a gente emboaba.

Calculo os elementos, de outras capitánias emigrados para as Gerais, computando nesse número os escravos negros e os mulatos, em cêrca de a 10.000 almas. Não sei se o meu cálculo é exato. Confesso que não tenho muitos elementos para estabelecê-lo. Mas, como a população brasileira, no fim do seiscentismo, fortemente adensada no norte açucareiro, chegando o seu total a quasi 350.000, (Roberto Simonsen. "*Historia Econômica do Brasil*" vol. 2. pag. 55 — série Brasiliana, Editora Nacional) ⁽³⁵⁶⁾ acredito não andar longe da verdade, devendo o meu calculo ser taxado de modesto. Calculo em mil paulistas, não entrando nesse numero, os escravos, que entraram nas Gerais. Sem menor objetivo para calcular, o meu ponto de vista, é inteiramente subjetivo e hipotetico. Talvez do Rio de Janeiro, que as Minas estavam ligadas por dois caminhos, tenha ido mais gente, juntamente uma turba de reinóis que se serviam do porto do Rio de Janeiro, que era tambem o entreposto de escravos africanos, que afluíam para as Minas. ⁽³⁵⁷⁾

(356) Esse total, repito era referente a 100 anos. A população real do Brasil, nesse fim do seiscentismo era, segundo Contreiras Rodrigues de 300.000 habitantes, concentrados no Nordeste.

(357) "A febre do ouro, a vertigem mineira, apoderou-se então, como uma pandemia desses homens rudes e ambiciosos: "O ouro das minas do sul" diz Rocha Pitta, foi a pedra imán da gente do Brasil". E o exodo foi formidável.

6.º) *Deslocação do eixo administrativo para o Sul.*

Não foi apenas o efeito econômico e demográfico, o causado pela descoberta do ouro; temos a assinalar, também, o administrativo, pois sabemos que, em 1763, houve a mudança da sede do Governo Geral para o Rio de Janeiro. Isso foi, indiscutivelmente, uma consequência do desequilíbrio econômico-demográfico refletindo-se no campo administrativo.

7.º) *Supressão do abandono e do esquecimento do planalto.*

A descoberta do ouro, nas Gerais, veio trazer à Metrópole a lembrança de que, havia um planalto paulista, que havia vivido até então no mais absoluto abandono e no mais completo isolamento, roçando mesmo com a soberania, separada das mais regiões sul americanas. A velha arrogância e a altanaria, o espírito de independência do paulista e o orgulho planaltino, não só foram combatidos diretamente por meio de medidas drásticas, como as que Rodrigo Cezar de Menezes evidenciou, como indiretamente diluindo-os na massa enorme de reinóis, que através de S. Paulo demandava à minas (858). Muitos dêsses reinóis

(358) Tenho impressão, como já disse que o carater e a psicologia paulistas se abastardaram devido a mudança do regime da propriedade. Enquanto tínhamos a pequena propriedade, o paulista era altivo, altaneiro, belicoso, etc., mas quando surgiu o latifundio o paulista substituiu esse perfil pela submissão de que nos fala Paulo Prado no "Paulística". O paulista de hoje é bajulador e cortejador dos poderes publicos. Mas esse é o latifundario. O pequeno proprietario, que não faz parte de associações e ligas, ou uniões, não desce a tanto.

O latifundario é o gordo e satisfeito. Esse não quer perder os bens materiais, ainda que tenha de, para isso, de perder a vergonha.

aquí se fixaram e pelo seu número absorveram, em grande parte, o núcleo paulista dispersado pelas minas, por Taubaté, Mogi, Parnaíba, Jundiá, Araçariguama, Atibáia, Araçatuba, Curitiba, Sorocaba, Conceição dos Guarulhos, Itú, etc. (859)

8.º) *Decadência da lavoura açucareira.*

Eu não quero sustentar a tese de que, a descoberta do ouro foi a causa única da decadência da lavoura açucareira. Parece que esta decadência já havia tido início e a descoberta do ouro foi a causa do seu aceleramento. Sim, porque, desde que, "um valor mais alto se alevanta cessa tudo quanto a antiga musa canta". Não resta dúvida que, o açúcar rendeu 300 milhões de £ £ à economia do Estado português e o ouro rendeu apenas 170 milhões, mas o açúcar rendeu essa importância em dois séculos e meio, ao passo que o ouro teve vigência, como base econômica das colônias, apenas em um século. O ciclo do açúcar foi em período de tempo mais do dobro que o do ouro! (860)

9.º) *Aumento do poder aquisitivo do brasileiro em geral.*

Com o advento do ouro, o habitante tinha, por força, que assistir a um proporcional aumento de circulação fidu-

(359) O eminente estadista e eruditíssimo historiador Washington Luís, diz no seu magistral "*Capitania de São Paulo*", 19:

— "Só nessa época os paulistas reconheceram o domínio da corôa portuguesa". —

(360) O Visconde de Sabugosa em carta comò vice rei do Brasil escrevia a 23 de agosto de 1730 a D. João V, apud Taunay, "*Subsidios para a Historia ao Trafico Africano no Brasil colonial*", 604: "As minas foram a total perdição do Brasil

Por causa delas se abandonam engenhos e muitas fazendas de canas e a lavoura do tabaco, ..."

ciária com uma proporcional diminuição do valor do dinheiro e engrossando-lhe as posses uma sólida base metálica sentia uma garantia de pujança, nunca tida outrora com o pau-brasil ou com o açúcar. Os acervos surgidos nos inventários paulistas, isso não está patenteado, como se verifica dos documentos. (361) (362).

10.º) *Intensificação do tráfico africano.*

Com ou aumento do poder aquisitivo, do brasileiro em geral, houve um natural aumento proporcional de aquisições, entre as quais figurava a compra de africanos, mesmo porque, a paralização do apresamento indígena, com o empolgamento da atividade do paulista na mineração, fez com que obrigatoriamente, houvesse recursos ao braço africano ou ao afro-brasileiro. (363). Esgotado o manancial de escravos, no Norte açucareiro, surgiu a necessidade de se importar da África êsse elemento precioso, que se fazia raro na América. Com isso, ficou muito aumentado o teor africano na constituição das populações mineiras, tendo proporcionalmente, diminuído o "quantum" de sangue ameríndio. Com a alta quantidade de ibéricos, importada pela atração do ouro, formou-se em Minas, imensa condensa-

(361) O aumento do poder aquisitivo foi tão grande que até no miserimo planalto paulista um — potentado: "compraria ao Marquez de Cacaes a capitania de S. Amaro, si D. João V não tivesse atravessado o negocio". (Washington Luis, *loc. cit.*, citando Pedro Taques, "*Nobiliarquia*").

(362) V, carta do Vice Rei conde de Sabugosa a D. João V (Taunay, *loc. cit.*).

(363) Taunay em "*Subsidios*", 622, diz:

"A descoberta do ouro é que traria para os nucleos de Minas Gerais enorme afluxo de africanos".

O ilustre historiador Roberto Simonsen, ("*Hist. Economica do Brasil*", v. I, 205) diz que o ouro foi responsavel pela importação de 600.000 negros, durante um seculo, o que dá 6.000 por ano.

ção de homens euro-africanos, com fraquíssima influência amerindiana.

Os paulistas caçadores de índios, apesar de terem bem perto, um grande mercado de consumo, para a sua mercadoria, não puderam se valer dele, porque não mais a produziam, pois a sua industria de apresamento não estava mais em funcionamento, ocupados como se achavam os paulista, pela própria mineração.

11.º) *Aumento dos demais, departamentos em civilização nas colônias.*

O ouro acarretou a abertura de novas possibilidades em vários ramos, que a civilização oferece ao homem, como a parte intelectual o artistica, por exemplo. O desenvolvimento intelectual ou artistico de um povo, não é senão méro reflexo da sua situação econômica. Haja vista a Idade Média, a Renascença e a Itália do Norte. etc. Hoje pode-se observar isso.

Os enriquecidos, graças ao ouro, tiveram, ante si as possibilidades de se aperfeiçoar na Europa e isso pode temperar a velha rudeza luso-americana, que assim recebeu certo lustre, o qual se manifesta no tratamento mineiro, da segunda metade do século XVIII e é muito conhecido, bem como no trabalho, hoje tão venerado, dos poetas Claudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto e Thomaz Gonzaga, transparecendo ainda nas demais artes, como na edificação dos famosos templos coloniais de Ouro Preto, Mariana, etc., ou no burilamento de preciosidades várias, em que ficaram consagrados os Mestres Valentim ou os Alejadinho e outros. Nesta atmosfera de luxo nababesco e de fausto principesco, formou-se a aristocracia que viveu nos primeiros tempos do Brasil, reino, no primeiro Império ou na Regência. (364)

(364) Villa Rica nas Gerais em fins do rutilante século do ouro, era um dos centros mais importantes da colonia.

12.º) *O aguçamento da cobiça das nações estrangeiras pelo Brasil.*

O Centro e o Sul do Brasil, sempre, haviam sido regiões desprezadas pelas nações européias, ávidas de conquistas. A França, a não ser a tentativa frustra de Villegaignon, em meados do quinhentismo, só se havia preocupado com o Norte. A Inglaterra, que só na segunda metade do seiscentismo, ingressou para a lista das grandes potências navais; talvez em virtude das suas seculares ligações com Portugal, as quais datam do casamento da infanta D. Catarina de Bragança, com Carlos II Stuart da Inglaterra, para não falar nas que remontam a Aljubarrota, teve seus olhos voltados para outras regiões do globo. A Holanda, teve o seu arbítrio escolher a zona das colônias-hispano-luso-brasileiras. Escolheu a sua voracidade, o norte açucareiro, o qual depois de sucessivos botes, esteve largo período sob o domínio da Holanda.

Com a deslocação do eixo econômico e depois o político, para o Sul, a França, aproveitou-se da Guerra de Sucessão da Espanha, desferiu violentos golpes em Portugal e então a zona de atração, já não era mais o Norte açucareiro, que havia feito desviar para a Baía e Pernambuco as armas agressoras da Holanda, no seiscentismo, mas o centro minerador. Foi por isso que, a França, em 1710, Com Duclerc e em 1711 com Duguay Trouin, tentou invadir o Rio de Janeiro, mostrando desinteressar-se pelo Norte açucareiro (365).

(365) Outras nações teriam feito a mesma cousa, se tivessem podido.

Vejamos: A Inglaterra era aliada de Portugal.

A Holanda estava em declínio vertiginoso.

A Espanha também.

Só restava a França.

Era uma excelente evidenciação de deslocação do eixo econômico e demográfico para o Sul!

Logo teria de haver a deslocação do eixo político, o que aconteceu em 1763 e a seguir a isso a deslocação dos eixos intelectuais, artísticos, etc..

13.º) *Devassamento de grande área sertaneja e fixação de importantes núcleos de populações no Centro Colonial.*

O ouro atraiu e fixou, uma extensão grande, enorme massa de população, permitindo tivessem vida em regiões até então sem a menor civilização e sem o menor povoamento. O ouro funcionou como uma bomba, a encher Minas Gerais de gente euro-africana.

14.º) *Formação de uma mentalidade autônoma e homogênea, distinta da lusitanidade, causando para região não pequeno impulso para a sua emancipação.*

A prosperidade veio a dar aos seus agentes interesses econômicos semelhantes, os quais isolados e diferenciados da metrópole cada dia se faziam mais diversos. Isso ia cimentando uma mentalidade que alimentava um estado de alma, o qual dia a dia se distanciava mais da lusitanidade. A prova disso está na Guerra dos Emboabas, (366) capítulo histórico de Filipe dos Santos, na Inconfidência etc. Se vemos a marcha evolutiva, para esse estado de alma caminhar com nítida lentidão, é porque Minas Gerais havia, no decorrer do setecentismo, recebido tal quantidade de portugueses, que os espiritos da terra era, em parte, neutralizada pelo que vinha de além-mar.

(366) A proposito da guerra dos Emboabas consulte-se o magnifico livro de Aureliano Leite "O cabo maior dos paulistas na guerra dos Emboabas".

A atmosfera anti-lusitana da terra mineira era, aos poucos anulada pela onda humana, que vinha do Reino, constantemente. A Guerra dos Emboabas foi o choque da mentalidade nacionalizada da gente da terra contra as guardas avançadas da massa de gente que, durante todo o século XVIII, veiu de Portugal, com mentalidade diferente da nacional. Por isso, em Minas, nós não vimos outras manifestações de nativismo, além das que citei e essas mesmo sem a intensidade que seria de se esperar. É que o elemento português, em mistura com o elemento da terra, fazia com que êsse fosse muito diluido e portanto muito mais fraco e muito menos virulento. (367).

15.º) *Aumento polimórfico da metrópole portuguesa.*

Não obstante o tratado de Methuen de 1703, que canalizou para a Inglaterra grande quantidade de ouro brasileiro, Portugal se enriqueceu grandemente, com o que os monarcas D. João V e D. José I, com o seu Marquês de Pombal, auferiram no Brasil. Eis o famoso convento de Mafra! Eis a nababesca compra do título de — “fidelíssimo” — para D. João V! É a prova que muito dêsse ouro ficava em Portugal. Eu calculo que dos 170 milhões de £. extraídos, mencionados por Simonsen, Calogeras, Eschuvege e outros, 100 milhões ficaram em Portugal e 20 milhões ficaram no Brasil.

16.º) *Desenvolvimento do Rio de Janeiro.*

Com a deslocação do eixo econômico, demográfico e político, para o Sul, o Rio de Janeiro, então pôrto dêsse

(367) Quando por qualquer circunstancia o elemento da terra fazia preponderar a sua mentalidade, havia uma explosão revolucionária nas Minas. Eis o caso de Filipe dos Santos em 1720!

Quando, por fim a imigração reinol diminuiu, nos fins do século, diminuiu da velha opulência dos mananciais, e quando a população brasileira já estava solidificada em adiantada etapa da sua formação

"hinterland" prodigiosamente rico que era Minas Gerais, teve um crescimento vertiginoso, passando pelas seguintes etapas:

1711	:	12.000	habitantes
1745	24.397	"
1808	47.000	"
1820	80.000	"

17.º) *Influência na evolução do mundo.*

O ouro enviado para a metrópole, sob a forma de imposto e para as varias aquisições, era, pelo tratado de Methuen, desviado para a Inglaterra (368) que teve enorme surto de desenvolvimento causado por êsse ouro que teria sido a causa das invenções mecânicas inglesas, tais como o vapor, o coque metalúrgico, as máquinas de tecer, de fiar, etc. Esta mecanização teria feito com que, a indústria inglesa vencesse a francesa na concorrência mundial ficando esta relegada à pobreza. Com essas misérias das populações francesas, causadas pela prosperidade das inglesas, sobreveiu a Revolução francesa.

Essa ligação de fatos casuais e conseqüências, cousa aliás muito bem racionada e muito verossímil, é de autoria de ilustre e erudito professor Paul Vanorden Shaw outrora professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Eu estou plenamente de acôrdo com a conclusão do eminente professor.

Essas teriam sido as conseqüências do fenômeno social, econômico, político, etc. que foi o descobrimento do ouro em terras brasileiras, verdadeiro terremoto de várias

de consciência nacional, tivemos o movimento da conspiração mineira, que nada mais foi do que um sistema de um estado de alma.

(368) Calogeras, "Política Exterior do Imperio" I, 184.

ordens, para o Brasil um prodigioso acontecimento revolucionando-o em todos os sentidos. A lavoura açucareira que vinha se despenhando pela descida íngreme da decadência, teve, subitamente, uma substituição como fonte de renda.

Uma soma de 170 milhões de ££ foi injetada na economia luso-colonial, durante um século de mineração, a qual foi responsável pela importação de 600.000 africanos, além dos que haviam vindo de outras circunstancias coloniais. (Roberto Simonsen, *loc. cit.*)

Ouro, enfim, contribuiu para manter unidas as colônias lusas, porque tornava a interdependência delas, obrigatória. Assim o ouro concentrou, em Minas, uma massa enorme de gente que se fez, pelo seu alto poder aquisitivo um excelente mercado de consumo para o açúcar do Norte para o gado em geral além de outros artigos.

18.º) *Centralização administrativa e politica das colônias em torno do Rio de Janeiro.*

O eixo economico e demografico da America portugueza tendo se deslocado para o Sul, um grande condensador de riquezas e de populações se estabeleceu a pouca distancia da capital colonial, de modo que, a fragmentação se fez impossivel, dada a influencia que, esse centro exercia sobre os extremos de insignificante valor.

O centro, ao redor da capital politica e administrativa, se fazendo rico e populoso, se transformou em bloco indivisivel. Caso o ouro fosse descoberto em qualquer extremidade a fragmentação teria sido fatal, causa que teria acontecido tambem, se outro grande motivo economico estivesse vigente na ocasião. (369) Assim, o ouro, como o café em S. Paulo, exercem fortissima ação centripeta no organismo colonial e depois nacional.

(369) O Rio de Janeiro passou a ser o entreposto importador e mercantil dos escravos oriundos da Africa e encaminhados para as Minas. (Taunay, "Subsidios" 622).

CAPITULO LVI

DEMOGRAFIA

No século quinhentista, o país todo tinha cerca de 57.000 habitantes, dos quais havia grande maioria concentrada no Norte. Para o século seiscentista, no seu primeiro ano, Luiz Amaral ("História Geral da Agricultura Brasileira" 72) citando Roberto Simonsen, registra 100.000 habitantes, dos quais 30.000 brancos. Para 100 anos depois, segundo o mesmo Roberto Simonsen, o total subiu a 200.000. Em 1660, para Contreiras Rodrigues, citado pelo mesmo Luiz Amaral, a população total do país subia a 184.000, o que se acorda com o total de Roberto Simonsen, para 1700. Mas o mesmo Contreiras Rodrigues, para 1690, consigna o total de 300.000.

Isso, para antes do ouro. Para depois do ouro, cem anos depois de quando o Brasil todo só tinha 2 a 3 centenas de milhares de habitantes, Luiz Amaral assinala 3.250.000 habitantes (loc. cit., 73). Em cem anos, de 1600 a 1700, segundo Simonsen, o total demográfico brasileiro subiu de 100.000 habitantes apenas. Houve duplicação. Durante o mesmo período de tempo, de 1700 a 1798, a população subiu para 3.250.000 ou multiplicou-se por um algarismo de mais de 10. Isso só se pode atribuir ao ouro.

E' claro que o referido é com relação a todo o Brasil, e só estamos estudando o respeitante a S. Paulo. Mas esse fenômeno era extensivo a todas as partes, de modo que guardadas as proporções, o raciocínio acima é aplicável a São Paulo.

Em regra, o Norte era 50 vezes mais importante e mais povoado que S. Paulo.

Eu calculo essa porcentagem pelo que ficou estabelecido em relação ao referente ao dote da infanta D. Catarina, em 1660 casada com o rei da Inglaterra Carlos II Stuart e a paz da Holanda, celebrada em 1661.

Enquanto que o atribuído ao Brasil todo somava, quanto ao dote da infanta, a 200.000 cruzados, S. Paulo só, tinha que arcar com 4.000 cruzados. Esta importância a cargo de S. Paulo, é 50 vezes menos que o total a cargo de todas as colônias brasileiras. O esforço de todas era 50 vezes o que se exigia das possibilidades paulistas.

Penso que essa proporção financeira seria a vigente para estabelecer a demográfica. É possível que me engane, mas, em falta de cálculos mais diretos, sou obrigado a buscar, em fonte subsidiária, recursos que me habilitem a chegar ao meu objetivo, que é calcular o que valia S. Paulo, demograficamente.

Aliás, os baseados em outros elementos, nos conduzem a igual resultado.

Se em 1660, o total tinha 184.000, que é quanto consignava para o Brasil, Contreiras Rodrigues, atrás citado, o planalto, isto é, a Capitania Vicentina, teria 50 vezes menos ou sejam 3.600 habitantes.

Essa importância demográfica seria naturalmente acrescida pelos escravos que penso possam ser calculados à razão de 3 por habitante. Isso nos dará cerca de 10.000 vidas para a capitania. Acredito não estar longe da verdade, isso calculando.

CAPITULO LVII

PARALELOS

Quem quiser aprofundar-se no estudo da historia do Brasil, se dará contas com facilidade da enorme heterogeneidade da evolução histórica do país, conforme as diferentes circunstancias da mais variada ordem, que rodeavam os capítulos do evoluir do homem neste continente. Isto faz com que se divida o país em pelo menos quatro partes que foram tendo, cada uma das quais um passado diverso (370). É espantoso que até agora se tenha querido fazer um estudo só para todas as partes do país. Isso é possível, mas o que se estende em sentido horizontal, com o abarcamento de

* (370) Quem afirma essa divisão é Capistrano de Abreu no seu *Capítulos de Historia Colonial* ao dizer:

“Cinco grupos ethnographicos, ligados pela communhão activa da lingua e passiva da religião, moldadas pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturaes da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo Portuguez, aversão ou desprezo não se prezando porem uns aos outros de modo particular — eis em summa a que se reduziu a obra de trez seculos”.

Esse conceito é confirmado pelas seguintes palayras de Vicente Licínio Cardoso no seu *A margem da Historia do Brasil*, 63 a 65:

“As tres Historias; Os Brasis”

.....

.....

“Porque tudo indica e tramava a desaggregação: o espirito de federalismo das capitánias; a dualidade de governo inicial; a diversidade de processos da conquista do solo (missões abnegadas ao norte, bandeirantes destruidores da catechese ao sul); a diferenciação de climas; a inversão interessantissima de invernos (chuvas), como primeiro observou Liais, entre o Sul e o Nordeste; as difficuldades de navegação (ventos) impedindo a união ao longo da propria costa, como apontou Southey sagazmente (naquelle ponto em que explicou

maior area, perde-se em profundidade, deixando-se de conhecer bem certos phenomenos. Um estudo geral do passado brasileiro é possível, mas a síntese, prejudica a análise. É por isso que sempre que preciso me referir aos nucleos imigratorios portuguezes nesta parte do continente, prefiro o fazer chamando esses nucleos de "colonias" no plural, não usando o singular, sim porque foram varios os estabelecimentos de povoamento dos portuguezes na América, e estamos desvirtuando a verdade histórica querendo resumí-los em uma só designação, igualando-os inexplicavelmente. Sempre me pareceu que essa norma de proceder não consulta muito a verdade imparcial que deve ser a virtude mais cara para um historiador digno desse nome. Quer-me parecer que a historia do país tem sido escrita mais com o sentimento; o coração fremente tem sido usado mais do que a razão fria do cientista; a atmosfera do "menfianismo" tem, com o seu nevoeiro espesso, impedindo que os raios vivos da verdade esclareçam bem certas passagens do nosso passado.

a subordinação directa do Pará a Lisboa e não a Bahia ou ao Rio); deficiencia e irregularidade de colonização portugueza, o desequilibrio entre as regiões menos escassamente occupados; a variedade de culturas; e sobre modo grave, a febre do ouro e dos diamantes, deslocando abruptamente a séde do governo da Bahia para o Rio.

E, mais ainda, a conquista sulina para baixo de Cananéa pela costa, e de Piratininga, pelo interior, feita á revelia da corte portugueza, e de mais em contacto franco com os espanhoes durante mais de meio seculo, como demonstra o episodio de Amador Bueno naquelle gesto dos paulistas denunciador do interesse pequeno pela dominação portugueza naquelle tempo em que a restauração era recebida festivamente ao Norte.

De resto os maiores e melhores depoimentos historicos tornam bem flagrantes as condições propicias ao desmembramento. Quero crer que vos lembreis das palavras do grande Vieira ou daquella outra, menos pomposa e mais honesta, de Frei Vicente Salvador, naquelles pontos em que fallou do estado de independencia do Maranhão e Pará em relação ao Governo Central".

As partes do territorio brasileiro têm por certo, as paginas dos seus passados interligados em uma pequena interdependencia palpavel e evidentes, em muitos casos, mas há casos em que procedimentos variados e outras circunstancias diversas fazem com que hajam capítulos, diferentes para o passado dessas partes do país.

Diante dos raciocinios acima, podemos discriminar na Historia do Brasil, perfeitamente nítidas, pelo menos quatro regiões, com os seus caraterísticos proprios, etc.:

I — Zona nordestina.

II — Zona mineradora.

III — Zona do pastoreio.

IV — Zona planaltina.

Cada uma dessa zona em que se divide o territorio brasileiro, tem a sua origem propria; tem a sua evolução histórica, etc. porque os seus ambientes geograficos são diferentes; os seus elementos colonizadores e imigratorios não são das mesmas origens, nem pertencem a etnias idênticas; as suas bases econômicas variam de conformidade com a composição química dos seus solos, ou a conformação de suas orografias ou de suas potamografias bem como das suas posições geograficas, etc.

Eis os traços principais de cada uma dessas zonas brasileiras. Esses caraterísticos são perfeitamente nítidos e distintos. Eles diferenciam as varias partes do conjunto luso-americano.

Assim, temos que o Nordeste açucareiro densamente povoado pela intensidade de sua vida econômica se conservava na monocultura exclusiva e exagerada da cana de açúcar.

Assim podemos constituir o seguinte quadro comparativo:

Zona I (Nordestina)	Zona II (Minas)	Zona III (Pastoril)	Zona IV (Planalto)
<p>Agrícola-industrial. Monocultura. Cana de açúcar. Sedentarismo. Densidade demográfica grande. Prosperidade com as suas consequências em poder aquisitivo. Grande poder aquisitivo. Propriedade media. Muitas e rápidas comunicações com a metrópole. Aristocracia rural fortemente acentuada. Nenhum isolamento em relação a metrópole. Grande escravaria. Tráfego mercantil intenso com a metrópole. Patriarcalismo notavel. Particularismo. Estirpe afro-euro-americana.</p>	<p>Extração — Densidade demográfica condensada no alto do rio Doce e nas cabeceiras dos rios S. Francisco e Grande. Grande prosperidade e suas consequências. Pequena propriedade compreendendo e em torno das minas. Semi nomadismo. Pequenas distancias. Grande poder aquisitivo. Grande escravaria. Estirpe afro-européia. Nucleos policiais e fiscais fortes. Democracia acentuada.</p>	<p>Pastoreio unica occupação. Densidade demográfica nula. Imensa propriedade rural. Distancias enormes. Estirpe euro-americana Intenso patriarcalismo. Nucleos isolados. Pequeno poder aquisitivo Autarquia — Baixo padrão de vida. Nomadismo.</p>	<p>Agricultura. Policultura. Estirpe euro-americana. Pobreza. Pequena população condensada nos centros urbanos. Pequena propriedade. Semi sedentarismo. Democracia semi-urbana. Isolamento da civilização. Autarquia. Grande autonomia. Leve patriarcalismo. Grande copia indios escravizados. Abandono por parte do aparelho administrativo português. Pequeno poder aquisitivo. Celula municipal hipertrofiada.</p>

Eis os traços de cada uma dessas zonas brasileiras. Esses característicos são nítidos! Eles diferenciam as várias partes do conjunto luso-brasileiro. Assim temos que o Nordeste açucareiro densamente povoado pela intensidade de sua vida econômica se conservava na monocultura exclusiva e exagerada.

Tudo o que não diziam respeito ao açúcar, os nordestinos recebiam de fora ("A Civilização holandesa no Brasil", José Honorio Rodrigues, Joaquim Ribeiro, Editora Nacional, serie Brasileira). O altíssimo poder aquisitivo, proporcionado aos nordestinos pela lavoura industrial açucareira, os habilitava a comprar tudo o que precisavam. Eis um excelente mercado de consumo que não foi aproveitado pelo sul! Mas o sul era despovoado!

Essa situação particularmente favorável seria magnífica para os moradores sulinos que não tinham fonte de renda que não fosse a embaseada na minúscula policultura emanada das fazendolas que constituíam a pequena propriedade planaltina (371).

É possível que, na segunda metade do seiscentismo, ao ter decaído muito o apresamento do índio, hajam os piratinicanos se valido desse magnífico mercado de consumo que foi o Nordeste açucareiro, enviando para essa região

(371) Os paulistas produziam pequenas quantidades de cereais e de carne bem como de marmelada que em caixetas eram exportadas para as Gerais, no século XVIII. (*Divertimento admiravel*, Cardoso de Abreu, apud Roberto Simonsen, loc. cit. 35).

"A conserva de marmelo foi, porem, o maior artigo de exportação. Alcantara Machado cita exportações individuais de 1.700 a 2.200 caixetas. Valiam de 320 a 400 réis, baixando mais tarde, no século XVIII, a 100 réis".

Por que não teriam os planaltinos aproveitado o excelente mercado de consumo nordestino?

Meios de comunicação deficientes, mal que nos vitima até hoje, diminuindo-nos os mercados internos? Ou teriam os planaltinos aproveitado de certa maneira esse mercado? Não creio!

o que em materia alimenticia lhes sobrava de seu proprio consumo! Talvez isso explique em parte o aumento do poder econômico do planalto nessa segunda metade do seiscentismo, quando os paulistas já não estavam mais empolgados pela faina escravizadora. (Alcântara Machado "Vida e morte do Bandeirante").

Outro carater a ressaltar no Nordeste açucareiro é o tamanho da propriedade agrícola.

Esta se modela sempre pelo genero de atividade agrícola que nela se realiza.

Nem seria possivel que no Nordeste a fazenda de cana de açúcar fosse igual na sua modelação a fazendola policultural do planalto piratiningano.

Foi a media propriedade canavieira, em disparidade com o latifundio do pastoreio o tipo da célula rural no Nordeste, onde se foi formando graças ao poder aquisitivo elevado, da aristocracia rural que teve lugar nessa região, onde se colocou em antagonismo com a da classe urbana dos comerciantes portugueses os moradores dos sobrados, como tivemos ocasião de ver, em 1710 na Guerra dos Mascates.

No planalto piratiningano foi tudo inteiramente diferente! Aí, em razão do genero da cultura, a propriedade foi diminuta. O carater, por isso não se fez integralmente rural. As distancias curtas predeterminaram um carater semi-urbano na população local. (Ellis, "Raça de Gigantes"). Aí, os habitantes moravam na vila e se transportavam a pé para os seus sitiecos nas redondezas. Isso já não seria possivel nos imensos latifundios do pastoreio, onde as enormes distancias isolavam entre si os nucleos de povoadores. Aí os latifundios tinham de viver em autarquia isolada.

Essa diversidade de vida, de constituição social e economica etc., produziram por força não poucas consequencias.

O planalto paulista pelo seu valor economico era abandonado pela metrópole que relegava essa região ao olvido, em

quanto que não tinha essa mesma norma de proceder para com o opulento nordeste do qual, graças ao seu aparelhamento fiscal e administrativo, arrecadava grossas somas de impostos etc. Essa disparidade de tratamento por força tinha que gerar consequências de natureza política ou administrativa, etc.

Essas regiões apontadas, sendo differentissimas em seus característicos e até antagônicas psicologicamente, de algum modo, entretanto era profundamente interdependentes.

Assim o planalto piratiningano, ainda que absolutamente em diversidade com o Nordeste açucareiro, tinha com esta região, ligações tais que uma não poderia subsistir sem a outra. Veja-se, por exemplo, se seria possível o bandeirismo paulista de apresamento sem o mercado de consumo para seus milhares de ameríndios escravizados? Roberto Simonsen no seu "Historia Econômica do Brasil", calcula em 300.000 índios apresados pelos paulistas no seu ciclo despovoador. Onde teriam ido esses 300.000 escravos ameríndios? (372) (373) (374).

Por outro lado, segundo o mesmo Roberto Simonsen, loc. cit. o Nordeste açucareiro requeria 520.000 durante os

(372) Roberto Simonsen, loc. cit., vol. I, 330 a esse proposito diz o seguinte, citando a carta que em 1606 a Camara de S. Paulo endereçou ao donatario da Capitania:

"... tanto mais que estavam os traficantes a remeter captivos para a Bahia".

e mais adiante, de acordo com a mencionada carta, aliás já citada neste trabalho.

"Enorme a emigração de índios paulistanos para os canaviaes da Bahia e Pernambuco. Muito cedo, deixariam os traficantes em S. Paulo tudo crmo com as arvores e hervas do campo somente".

Sobre isso diz o ilustre mestre Afonso Taunay, *Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*:

"O habito de exportar os índios apreizados era constante. Cespedes y Xeria, na Carta Confidencial a El Rey (1628) diz que os paulistas captivavam os índios das reduções, para mandal-os vender em Santos, no Rio e em todo o Estado do Brasil e até em Lisboa".

100 anos de 1600 a 1700, do que resultava um media anual de 5.200 escravos, para manter o total, pois a duração de cada escravo era de cinco anos em media.

Ora as importações africanas feitas pelos holandeses em 10 anos, acusava 23.000 escravos, de onde uma media anual de 2.300. Daí ha um deficit de 1.900 escravos por ano. Onde iria o Nordeste buscar essa diferença?

No apresamento proprio, feito in loco? Mas o Nordeste não queria se ocupar senão do que dissesse respeito diretamente ao cultivo da cana de açúcar (José Honorio Rodrigues e Joaquim Ribeiro, loc. cit.). É claro portanto que a diferença no "quantum" da mão de obra na lavoura açucareira deveria ser suprida pelos apresamentos do planalto. Assim se o bandeirismo foi possível pelo Nordeste, que ofereceu consumo aos escravos apresados pelos paulistas, a lavoura de cana só foi possível devido ao bandeirismo apresador que lhe ofereceu braços baratos e abundantes.

(373) Esses 300.000 indios teriam sido apresados na sua imensa maioria na primeira metade do seiscentismo, sim porque então os apresadores tinham o imenso celeiro das organizações jesuiticas que deveriam ter proporcionado fortíssima messe aos paulistas. Para apresar escravos no sertão bruto, a população extremamente rarefeita dos selvícolas não catequizados deveria ter sido muito penosa e pouco produtivo para os apresadores. Calculando em 200.000 indios os apresados na primeira metade do seculo e em 100.000 os capturados na segunda, creio que não ando longe da verdade. Roberto Simonsen, loc. cit. calcula em 30% do total de 300.000 os indios exportados.

Isso seria apenas 90.000. Onde iriam os 210.000 restantes? O planalto seria com suas lavourinhas, importante para absorver tanto. Por isso é que creio mais que os paulistas, tenham exportado os 210.000 indios e consumido apenas 90.000 nas suas lavourinhas a chegar ao cálculo de apenas 30% dos escravos apresados terem sido exportados do planalto.

(374) Oliveira Vianna aplicando um conceito cristalino a realidade histórica nacional não a observou com igual percuciencia com que compreendeu o conceito que a enunciou sobre a imperiosa necessidade de comunicações. Foi assim pensando que o eminente pensador disse, no seu *Evolução do Povo Brasileiro*, 234:

Era profunda pois a inter-ligação entre as duas zonas da América lusa.

Mas o mesmo se dava em relação as demais zonas.

Assim, por exemplo a zona planaltina se ligava à zona mineradora das Gerais em que aquela serviu de zona abastecedora das minas, quando esta se empolgava com exclusividade na mineração. De fato, os mineradores não cuidavam de outra faina a não ser a mineração. As crises de fome nas minas eram constantes (Basílio de Magalhães, "Expansão Geographica", Cia. Editora Nacional, serie Brasileira). Seria natural que os abastecimentos fossem realizados pelas regiões limítrofes.

Os documentos nos mostram que S. Paulo enviou muita marmelada para as Gerais (Pedro Taques, "Nobiliarchia paulist.").

O mesmo sucedia a zona do pastoreio, que também mantinha intensos laços de interdependência com as demais.

"Realmente, aos olhos dos estadistas coloniaes, o phenomeno brasileiro é inteiramente original; não ha então nenhum antecedente historico no mundo europeu, capaz de servir de guia aos politicos peninsulares. Trata-se de uma sociedade que realiza essa condição particular: um maximo absoluto de base physica com um minimo de circulação social e politica. Os seus nodulos sociaes se perdem disseminados, e rarefeitos, sobre uma area territorial immensuravel: emquanto que em virtude desse mesmo factio, aggravado pelo rudimentarismo dos meios de communicação, principalmente os meios terrestres, a interpretação desses nodulos, as suas zonas de contacto economico e social, a sua circulação interior e exterior estão reduzidas a condições quasi nullas ou negativas".

Com o que constitue objeto deste capítulo, vê-se que os "nódulos sociaes", se perdiam muito "disseminados e rarefeitos sobre uma area immensuravel". Quer-me parecer que o eminente pensador e sociólogo só teve atenção para esses nódulos desseminalados e não descobriu as interdependências deles. Tivesse o ilustre escritor observado essas ligações entre as partes brasileiras no passado secular, não as teria figurado tão grande o isolamento entre elas e não teria escrito de uma forma tão viva as linhas acima. Tenho a impressão

Eu creio que esses laços foram os liames que prenderam as zonas do país nessa milagrosa unidade que manteve coesas em um só bloco nacional as varias colonias luso-americanas.

Sem embargo da falta de meios de comunicação de modo que as partes da América Lusitana se comunicavam difficilmente; e segundo a opinião justa e segura do emérito sociologo Oliveira Vianna ("Evolução do povo brasileiro" Cia. Editora Nacional, serie Brasileira) a unidade está na razão direta das comunicações, essas partes se mantiveram secularmente ligadas. Como explicar, essa união, se o isolamento existia em relação a todos os nucleos colo-

de que essas ligações foram mais importantes do que a que os especialistas nos ensinam. O que não sei é se os meios de circulação foram proporcionais a essas ligações. Deveriam ter sido.

Não ha duvida de que Oliveira Vianna tem muita razão em ensinar que as comunicações devem ser proporcionais a base fisica que se quer manter integra.

Estou de pleno acordo com isso que aplaudo entusiasticamente.

O que tambem acredito é que os nódulos luso-brasileiros ainda que de alguma maneira disseminados e rarefeitos, não eram tão isolados uns dos outros como quer ver o eminente sociólogo.

Penso e sustento no texto acima que laços econômicos os prendiam de certa forma. Os laços econômicos abundavam na solidariedade entre eles já acarretada pela uniformidade ativa da lingua e passiva da religião. Esse conjunto fez com que esses nódulos permanecessem unidos.

Sim porque outros laços sobrevieram, como consequencias daquelles, a prender os nódulos que deixavam de ser isolados inteiramente. Assim os laços morais e sentimentais!

Não ha duvida que distancias "imensuraveis" separavam esses "nódulos sociaes" assim "disseminados e rarefeitos" em varios ambientes geográficos, econômicos e sociais os mais diversos. Eles se prendiam porem por essa interdependencia econômica que mencionei acima, a qual exigia imperiosamente comunicações que por sua vez geraram outras ligações.

Tão fortes teriam sido essas ligações interdependenciais que subsistiram até hoje ainda que os motivos econômicos que deram causa a elas houvessem, em parte desaparecido!

nizadores, que viviam ilhados uns dos outros e as poucas comunicações não rompiam esse isolamento, senão muito raramente?

Como explicar esse estupendo successo da união brasileira, se toda a América espanhola se esborrou em quasi uma vintena de países? A falta de comunicações entre os varios nucleos humanos, se faziam sentir tanto lá como cá.

Eu explico a perfeita integração de todos os nucleos coloniais luso-americanos, formando em bloco esplendido uma só e unica nação na época da vinda da arte de Lisboa em 1808, pela existencia desses rígidos liames que suprimiram o que faltava no sabio lema observado pelo erudito sociólogo Oliveira Vianna (loc. cit.) e por mim referido (375).

Eis que o bandeirismo de prea se vê acrecido de mais um mérito alem dos muitos com que se engrinalda! Se não fosse ele não teríamos a riqueza açucareira do Nordeste! Quantas consequencias do bandeirismo!

(375) Oliveira Vianna, ("Evolução do Povo Brasileiro" 234 e segs. Companhia Editora Nacional, serie Brasileira):

"Realizar uma sociedade assim estruturada a unidade de governo é um problema inçado de arduas dificuldades e, na verdade insolúvel. Um governo unitario implica numa base geographica reduzida, com perfeita circulação politica, ou uma base geographica ampla, mas tambem, correspondentemente, numa circulação politica extremamente desenvolvida: ampliar as bases physicas do Estado sem ampliar egualmente de uma maneira proporcional, os seus meios de circulação politica, é condenavel e fatalmente a fragmentação".

Seria, de acordo com esse magnífico e sabio ensinamento de Oliveira Vianna, necessario pois que houvesse entre essas diversas partes da América lusitana um intercambio tal em comunicações proporcionais a interdependencia entre elas existente. Era preciso que o orgam das comunicações fosse proporcional á função da interdependencia. Que esse orgam fosse proporcional ao que dele se exigia, isto é alimentasse a função entre essas partes distantes umas das outras. Teria sido? Tenho a impressão que foi, pois em caso contrario os nucleos brasileiros disseminados e rarefeitos na imensidão do territorio luso-brasileiro não teriam permanecido unidos.

BIBLIOGRAFIA

- Ellis* — “Hist. da Civilização” para a 4.^a serie ginasial; Saraiva & Cia.
- Ellis* — “Evolução da economia paulista e suas causas”. Serie Brasileira, Cia. Editora Nacional.
- Ellis* — “Populações Paulistas”, serie Brasileira, Cia. Editora Nacional.
- Ellis* — “Primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano”. Serie Brasileira, Cia. Editora Nacional.
- Ellis* — “Raça de gigantes”.
- Ellis* — “O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano”, Serie Brasileira, Cia. Editora Nacional.
- Ellis* — “Meio Século de Bandeirismo”. Tese de concurso; Bol. da Fac. de Fil. Ciências e Letras, n.º 9.
- Gonçalo de Reparaz* — “Historia de la Colonisacion”.
- Huntington* — “Climate and Civilisation”.
- Taylor* — “Environment and race”.
- Alcantara Machado* — “Vida e Morte do Bandeirante”.
- Azevedo Marques* — “Apontamentos”.
- Astrogildo R. de Mello* — “Bol. da Fac. de Filosofia, C. e Letras, n.º XX”.
- Diogo de Vasconcellos* — “Historia Antiga de Minas Geraes”.
- Erigeiro Machado de Oliveira* — “Quadro historico”.
- Paulo Prado* — “Paulistica”, “Retrato do Brasil”.
- Octavio Domingues* — “Eugenia”.
- Roberto Simonsen* — “Hist. Econ. do Brasil”, 2 vols. Serie Brasileira, Cia. Editora Nacional.
- Calogeras* — “Politica Exterior do Imperio”, 3 vols.
- Oliveira Martins* — “Civilização Iberica”.
- Washington Luis* — “A capitania de S. Paulo”.
- Ricardo Severo* — “Origens da nacionalidade portuguesa”.
- Oliveira Martins* — “Historia de Portugal”.
- Pedro Magalhães de Gandavo* — “Provincia de Santa Cruz”.
- Oliveira Vianna* — “Populações Meridionaes”.
- Oliveira Vianna* — “Raça e Assimilação”.
- Oliveira Vianna* — “Evolução do Povo Brasileiro”.
- Basilio de Magalhães* — “Expansão Geographica”. Serie Brasileira, Cia. Editora Nacional.

- Padre Anchieta* — “Enformação do Brasil e suas capitâneas”. Rev. Inst. Hist. Bras.
- Affonso d'E. Taunay* — “Hist. geral das Bandeiras Paulistas”. 7 vols.
- Padre Galanti* — “Hist. do Brasil”.
- Alexandre Herculano* — “Hist. de Portugal”.
- Alexandre Herculano* — “Lendas e narrativas”.
- Padre L. G. Fäger* — “Invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul”.
- Olinto Sammartin* — “A Bandeira de Aracambi”.
- Orville Derby* — “Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo”, VIII.
- Affonso d'E. Taunay* — “A grande vida de Fernão Dias Paes”.
- Affonso d'E. Taunay* — “Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo”, 3 volumes.
- Gaspar Fructuoso* — “Saudades da terra”.
- Varnhagen* — “Historia geral do Brasil”.
- Gilberto Freyre* — “O Mundo que o portuguez criou”.
- Aureliano Leite* — “O cabo maior dos paulistas na guerra com os Emboabas”.
- Dorival T. Vieira* — “A Ação dos jesuitas em S. Paulo”.
- Gomes Ribeiro* — “João Ramalho: sua fé e nobreza”, Rev. Inst. Hist. S. Paulo, vol. III, 423.
- Pedro Taques* — “Nobiliarchia Paulistana”, “Hist. da Cap. de S. Vicente desde 1531”.
- Lemos Brito* — “Pontos de Partida para a Historia Economica do Brasil”.
- Eugène Pittard* — “Les Races et l'Histoire”.
- Jaboatão* — “Novo Orbe Seraphico”.
- Frei Gaspar* — “Memoria para a Historia da Capitania de S. Vicente”.
- J. Jacyntho Ribeiro* — “Chronologia Paulista”, 3 vols.
- Alfredo Pimenta* — “D. João III”.
- Lucio d'Azevedo* — “Historia aos Christãos Novos portuguezes”.
- L. G. Silva Leme* — “Genealogia Paulistana”, 9 vols.
- Washington Luis* — “Rev. do Inst. Hist. S. Paulo”, vols. VIII e IX.
- Enrique de Gandia* — “Las misiones jesuíticas”.
- Carvalho Franco* — “Bandeiras e Bandeirantes”; “Companheiros de D. Francisco de Sousa”, “Os Camargo de S. Paulo”.
- Ruy Dias de Gusman* — “Argentina”.
- Padre Serafim Leite* — “Historia da Companhia de Jesus”.
- Jean de Lery* — “Histoire dum voyage”.
- Thevet* — “Singularites de la France Antartique”.
- Pero Lopes de Souza* — “Roteiro”, Rev. Inst. Hist. S. Paulo, conferencia do comte. Eugenio de Castro.

- Padre Serafim Leite* — "Paginas de Historia do Brasil". Serie Brasileira, Cia. Editora Nacional.
- Pereira Guimarães* — "Rev. Inst. Hist. S. Paulo", vol. III, 270.
- Azevedo Marques* — "Chronologia".
- Affonso d'E. Taunay* — "Na Era das Bandeiras".
- Silva Leme* — "Genealogia Paulistana".
- Pedro Taques* — "Nobiliarchia Paulistana"; "Informações sobre as minas de S. Paulo".
- Rocha Pombo* — "Historia do Brasil", 10 vols.
- Campos Andrade* — "João Ramalho", Rev. Inst. Historico S. Paulo, vol. III, 369.
- Cassiano Ricardo* — "Marcha para Oeste".
- Anchieta* — "Enformação do Brasil e de suas Capitancias para o nosso Padre".
- Max Fleiuss* — "Hist. Administrativa do Brasil".
- Calogeras* — "Minas do Brasil".
- Ermelino de Leão* — "Heliodoro Eobanos", Rev. Inst. Hist. S. Paulo, VIII.
- Padre Carlos Teschauer* — "Historia do Rio Grande do Sul".
- João Ribeiro* — "Historia do Brasil", curso superior.
- Capistrano de Abreu* — "Noções de História do Brasil até 1800", "Capitulos de Historia colonial".
- Pedro Calmon* — "Historia da Civilização Brasileira". Serie Brasileira, Cia. Editora Nacional.
- Soares de Mello* — "Emboabas".
- Ramon Cardozo* — "El Guairá", Buenos Aires.
- Gentil de Moura* — "O Caminho do Paraguay a Sto. André da Borda do Campo".
- Ulrico Schmidt* — "Vera historia...".
- Alexandre Herculano* — "Opusculos".
- Tasso Fragoso* — "Batalha do Passo do Rosario".
- Belmonte* — "No tempo dos bandeirantes".
- Padre Manoel da Nobrega* — "Cartas do Brasil".
- Padre Fco. Vasquez de Trujillo* — "Testimonio de uma informacion".
- Padre Fco. Jarque* — "Insignes Misioneros".
- Padre Pierre Charlevoix* — "Hist. du Paraguay".
- Affonso d'E. Taunay* — "Subsidios para a Historia do Trafico Africano no Brasil colonial".
- Padre Nicolau del Techo* — "Hist. Prov. Parag.".
- Padre Simão de Vasconcellos* — "Chronica da Cia. de Jesus".

- Mello Moraes* — "Historia dos Jesuitas".
- Padre Montoya* — "Conquista espiritual".
- Honorio Rodrigues* — "Civilização holandesa no Brasil".
- Nelson Mendes Caldeira* — "As Capitais da America".
- Ricardo Severo* — "Origens e factos da expansão portugueza no Brasil até 1530".
- Affonso d'E. Taunay* — "João Ramalho e Sto. André".
- Comte. Eugenio de Catsro* — "A expedição de Martim Affonso de Souza".
- Padre José da Frota Gentil, S. J.* — "Os jesuitas e a fundação de S. Paulo", "Rev. Inst. Hist. de S. Paulo", XXIX.
- Affonso José de Carvalho* — "Os primeiros annos de S. Paulo", "Rev. Inst. Hist. de S. Paulo", XXIX.
- Max Fleiuss* — "Martim Affonso de Souza", "Rev. Inst. Hist. de S. Paulo", XXIX.
- Carvalho Franco* — "D. Francisco de Sousa e o inicio do impulso bandeirante".
- Antonio Pisa* — "Revista do Inst. Hist. de S. Paulo".
- Padre Lozano* — "Hist. de la conquista".
- Capistrano de Abreu* — "Ensaio e Estudos".
- Conego Gay* — "Hist. da Rep. Jesuitica".
- Fernando Nobre* — "As fronteiras do sul".
- Padre Pastells* — "Hist. de la Comp. de Jesus".
- Padre Mansilla e Mazzeta* — "Relacion de los agrabios".
- Walter Spalding* — "El systema lacustre sul riograndense".
- Roy Nash* — "A conquista do Brasil".
- Manoel Bomfim* — "Brasil na America".
- Pedro Calmon* — "Garcia de Avila". Coll. Doc. Bras. da Livraria José Olimpio.
- Gilberto Freyre* — "Casa Grande e Senzala".
- Romario Martins* — "Historia do Paraná".
- Fco. Negrão* — "Genealogia Paranaense".
- Rio Branco* — "Le Brésil".
- E. G. Young* — "Rev. Inst. Hist. S. Paulo", vol. VII.
- Affonso d'E. Taunay* — "A aclamação de Amador Bueno e a controversia á esse respeito", "Rev. Inst. Hist. de S. Paulo", XL.
- Luiz Amaral* — "Hist. Geral da Agricultura no Brasil". Serie Brasileira, Cia. Editora Nacional.
- Augusto de Lima Junior* — "A Capitania das Minas Gerais".
- Oliveira Boléo* — "Rev. dos Centenarios".

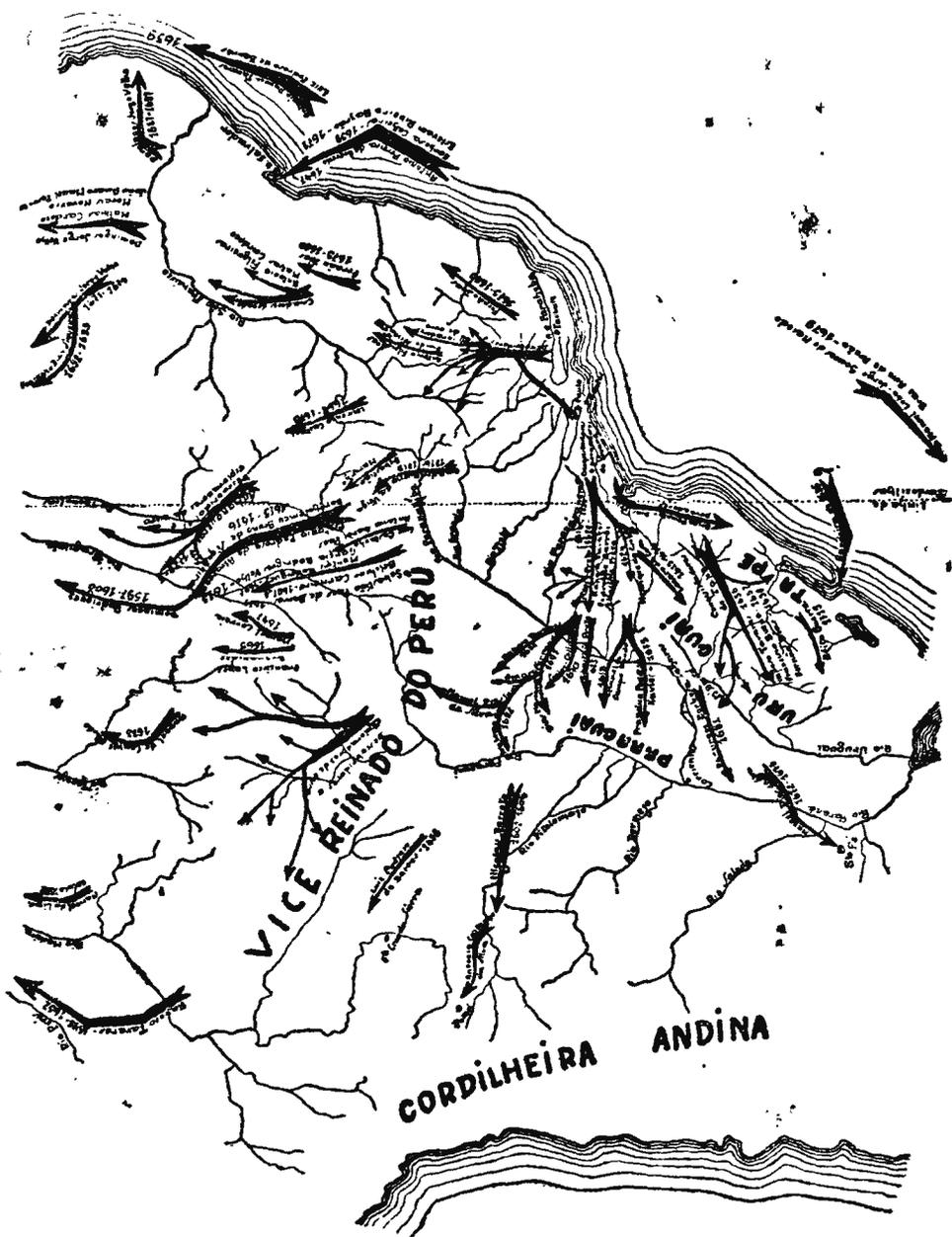
- Ameal* — "Hist. de Portugal".
Martins dos Santos — "Hist. de Santos", 2 vols.
Jaboatão — "Novo Orbe Seraphico".
Frei Vicente do Salvador — "Historia do Brasil".
Vicente Licinio Cardoso, — "A' margem da Historia do Brasil".
Antonio Cruz — "Portugal Restaurado".
Gibb — "Buckingham", Payot.
Jacoby — "L'étude dela selection chez l'homme".
Mario Brandão — "Coimbra e D. Antonio Rei de Portugal".
- " Inventarios e Testamentos".
 " Actas Municipaes".
 " Registo Geral".
 " Sesmarias".
 " Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil" — 3 vols.
 " Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo" — 40 vols.

Capitulos da História
Social de S. Paulo

[Handwritten signature]

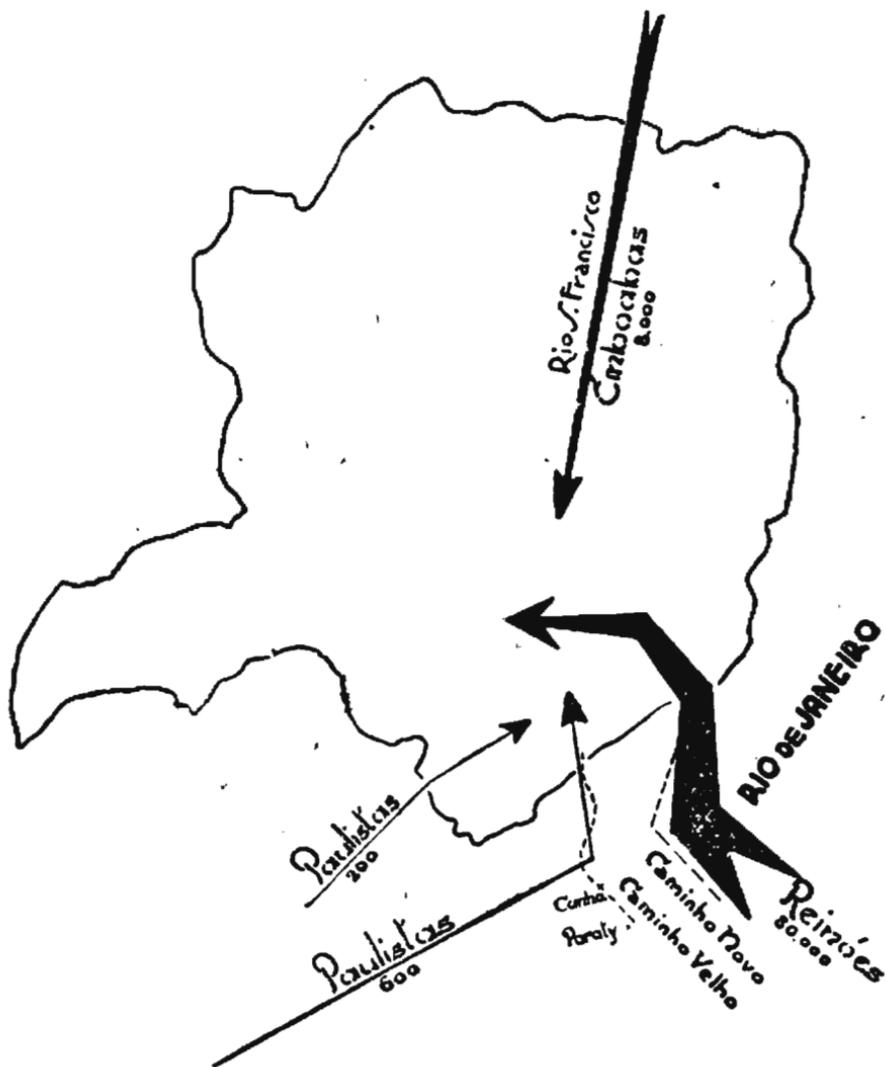
[Handwritten numbers]
981
2823

443



O BANDEIRISMO PAULISTA

O Bandeirismo intra e extra Tordesilhas. O bandeirismo de caça ao índio, ● povoamento e de buscas de riquezas.



Quando os paulistas descobriram o ouro nas Gerais, invadiram essas promissoras regiões. O seu número, porém não poderia ter sido grande.

Calcule que, nessa ocasião, a população planaltina não seria grande. A imigração não era elevada, nessa segunda metade do século XVII. Não havia causa econômica a atrair imigração de vulto para o Planalto. Por outro lado o apresamento e a exportação do escravo para o Nordeste havia diminuído muito, de modo que não havia motivo para um aumento demográfico que não fosse vegetativo.

Calcule em cerca de 800 homens, isto é, cerca de 2.500 pessoas, os emigrados do Planalto para as Gerais.

Mas, as notícias das descobertas do ouro tiveram imensa força em Portugal, e, que, veio para o Brasil uma verdadeira avalanche de gente de toda a espécie, formando uma enorme onda imigratória. Calcule em 80.000 o número de imigrantes que teriam vindo na primeira década do século XVIII, via Rio de Janeiro, à razão de 8.000 pessoas por ano, em média.

Calcule em 8.000 nordestinos, que à razão de 800 por ano, em média, tenham, subindo o rio de S. Francisco, entrado nas Gerais, na primeira década do século XVIII, aí se ligando aos reinos, contra os creoulos paulistas, formando o grupo dos emboabas.

A imensa superioridade numérica destes pesou na contenda, de modo a marcar o resultado.